Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Modernas
Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas

Eugenia Vezzelli

A construção do *ethos* discursivo na imprensa em língua italiana em São Paulo: o caso de *La Difesa*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor(a) em Letras.

Orientadora: Prof.a Dr.a Elisabetta A. R. M. C. Santoro

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Agli immigrati di ieri e di oggi

*Non è grossa, non è pesante
la valigia dell'emigrante...
C'è un po' di terra del mio villaggio,
per non restare solo in viaggio...
un vestito, un pane, un frutto,
e questo è tutto.
Ma il cuore no, non l'ho portato:
nella valigia non c'è entrato.
Troppa pena aveva a partire,
oltre il mare non vuol venire.
Lui resta, fedele come un cane,
nella terra che non mi dà pane:
un piccolo campo, proprio lassù...
Ma il treno corre: non si vede più.*

Gianni Rodari (Il treno degli emigranti)

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional.

À minha orientadora, Prof.a Dr.a Elisabetta Santoro, pela grande oportunidade de desenvolver este trabalho e, em especial, pela confiança e pelo constante estímulo.

À CAPES-DS pelo apoio financeiro, através da bolsa de pesquisa.

Às professoras da Faculdade de Letras e da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo pelos ensinamentos e contribuições para meus estudos.

Aos membros da banca que aceitaram debater esse tema.

A Francesca e Amabile pela amizade e pelo carinho.

Aos amigos e alunos de São Paulo que me fizeram sentir “em casa” desde o início.

Finalmente, a Luiz, por tornar meus dias cada vez melhores.

RESUMO

VEZZELLI, E. **A construção do *ethos* discursivo na imprensa em língua italiana em São Paulo: o caso de *La Difesa*.**

Muito se escreveu sobre a imigração italiana no Brasil como fenômeno histórico, encontrando-se, por conta disso, rico material bibliográfico acerca das características do movimento migratório italiano e dos serviços (escolas, comércio, etc.) que se desenvolveram especialmente para essa comunidade. Dentre eles, a imprensa em língua italiana captou a atenção de vários historiadores italianos e brasileiros. No entanto, até hoje muito pouco foi produzido a partir de uma perspectiva linguística e é isso que se propõe este trabalho, cujo objetivo é identificar e problematizar o *ethos* discursivo de *La Difesa*, jornal antifascista em língua italiana publicado em São Paulo entre 1923 e 1934. Para fazê-lo, lançamos mão de uma análise que, a partir de uma perspectiva discursiva, buscou investigar não apenas *o que* se diz, mas *o modo* como se diz para analisar a construção do *ethos*, com base nas recorrências e características de partes específicas do jornal, a saber, editoriais e primeiras páginas. Para esse fim, propusemos um diálogo, originalmente não evidente, entre diferentes disciplinas que estudam o discurso: análise do discurso, semiótica discursiva e argumentação. Como contraponto ao jornal *La Difesa*, foi selecionado o *Fanfulla*, um dos maiores jornais italianos da capital paulista no começo do século XX que, durante o *ventennio* fascista, alinhou-se ao regime de Mussolini. Ao final de nosso trabalho, destacou-se a peculiaridade do material: a análise não somente evidenciou sua natureza intrínseca, mostrando que a temática política não se constitui necessariamente como elemento essencial para a caracterização do *ethos* discursivo, mas também permitiu vislumbrar novas perspectivas e linhas de desenvolvimento que poderão contribuir para a evolução das pesquisas acerca do fenômeno migratório italiano também em outras áreas.

Palavras-chave: imigração italiana; imprensa italiana; *ethos*; análise do discurso; semiótica discursiva; argumentação.

ABSTRACT

VEZZELLI, E. **The construction of the discursive ethos in the Italian-language press in São Paulo: the case of *La Difesa*.**

Much has been written about Italian immigration in Brazil as a historical phenomenon. We find, therefore, a rich literature about the characteristics of the Italian migratory movement and the services (schools, commerce, etc.) that were developed specifically for this community. Among them, the Italian-language press has captured the attention of several Italian and Brazilian historians. However, up to now very little has been produced from a linguistic perspective and that is the goal of this study, to identify and problematize the discursive *ethos* of *La Difesa*, an antifascist newspaper written in Italian and published in São Paulo from 1923 to 1934. To do so, we employed an analysis that, from a discursive perspective, sought to investigate not only what is said, but how it said, to analyze that construction of the ethos, based on the recurrences and characteristics of specific parts of the newspaper, namely, editorials and first pages. To that end, we proposed a dialogue, not evident at first glance, among different discourse analytical disciplines: discourse analysis, discursive semiotics, and argumentation theory. As a counterpoint to *La Difesa*, we selected the *Fanfulla*, one of the largest Italian newspapers in the state capital in the beginning of the 20th century and which, during the *ventennio*, aligned itself with Mussolini's regime. At the end of our study, the genuineness of the material became clear: the analysis not only highlighted its intrinsic nature, showing that the politic theme isn't an essential element to the characterization of its discursive *ethos*, but new perspectives and lines of research were opened that we believe can contribute to the evolution of researches about the Italian migratory phenomenon also in other areas.

Keywords: Italian immigration; Italian press; ethos; discourse analysis; discursive semiotic; argumentation.

RIASSUNTO

VEZZELLI, E. **La costruzione dell'*ethos* discorsivo nella stampa in lingua italiana a San Paolo: il caso de *La Difesa*.**

Si è scritto molto riguardo all'immigrazione italiana in Brasile come fenomeno storico, di conseguenza esiste un ricco repertorio bibliografico che tratta delle caratteristiche del movimento migratorio italiano e dei servizi (scuole, attività commerciali, ecc.) che si sono sviluppati appositamente per questa comunità. Tra questi, la stampa in lingua italiana ha attirato l'attenzione di vari storici italiani e brasiliani. Tuttavia, fino ad oggi non è stato prodotto molto da un punto di vista linguistico ed è ciò che si propone di fare questo lavoro, il cui obiettivo è identificare e analizzare criticamente l'*ethos* discorsivo de *La Difesa*, giornale antifascista in lingua italiana pubblicato a San Paolo tra il 1923 e il 1934. Con questo intento si è utilizzata un'analisi, che da una prospettiva discorsiva ha cercato di analizzare non soltanto *quello* che si dice, ma *come* lo si dice per definire la costruzione dell'*ethos*, sulla base di ricorrenze e caratteristiche di parti specifiche del giornale, ad esempio gli editoriali e le prime pagine. Si è quindi proposto un dialogo, inizialmente non evidente, tra diverse discipline analitiche del discorso: analisi del discorso, semiotica discorsiva e argomentazione. In contrapposizione al giornale *La Difesa* è stato utilizzato il *Fanfulla*, uno dei giornali italiani più importanti della capitale paolista all'inizio del XX secolo, che durante il *venetennio* si era allineato al regime di Mussolini. Al termine del nostro lavoro, è stata evidenziata la peculiarità del materiale: non soltanto le sue caratteristiche intrinseche hanno finito per oscurare il tema politico quale elemento essenziale per la definizione dell'*ethos* del giornale, ma sono sorte altre prospettive di studio che crediamo possano contribuire all'evoluzione delle ricerche sul fenomeno migratorio italiano anche in altre aree.

Parole-chiave: immigrazione italiana; stampa italiana; *ethos*; analisi del discorso; semiotica discorsiva; argomentazione.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1	
Imigração e desenvolvimento da imprensa em língua italiana em São Paulo.....	22
1.1 O imigrante italiano de São Paulo.....	22
1.2 Analfabetos ou alfabetizados?.....	29
1.3 Características da imprensa em língua italiana.....	35
1.4 O <i>Fanfulla</i>	40
1.5 <i>La Difesa</i>	44
Capítulo 2	
Eixos teóricos para o estabelecimento da noção de <i>ethos</i>	60
2.1 Aristóteles e a retórica clássica sobre a noção de <i>ethos</i>	62
2.2 Ser discursivo e ser do mundo.....	71
2.3 A corporalidade na noção de <i>ethos</i>	74
2.4 A construção do enunciatário-leitor.....	77
2.5 O <i>pathos</i> do enunciatário.....	79
2.6 A importância do auditório.....	82
2.7 Os estereótipos na construção do enunciatário.....	86
2.8 Dialogismo no conceito de <i>ethos</i>	89
2.9 Gêneros do discurso e cena da enunciação.....	93
Capítulo 3	
Metodologia de análise: diálogo entre teorias.....	96
3.1 Análise do discurso e <i>ethos</i>	98
3.1.1 Gênero editorial.....	101
3.1.2 A cenografia como instrumento de análise.....	105
3.2 Teoria da Enunciação de Benveniste e sintaxe discursiva: o eixo <i>eu-aqui-agora</i> e as categorias de pessoa-espaco-tempo como instrumento de análise.....	107

3.2.1 Definição da noção “enunciador”.....	108
3.2.2 Debreagem e embreagem: a instalação da “pessoa” no discurso.....	110
3.2.3 O “agora”: modos e tempos verbais na Teoria da Enunciação.....	113
3.2.4 O “aqui”: indicações espaciais na enunciação.....	117
3.3 Tópicos e isotopias.....	119
3.4 Recursos argumentativos no estudo do <i>ethos</i>	121
<i>Corpus</i> de análise.....	124
Capítulo 4	
<i>La Difesa</i> e seu <i>ethos</i> : análise dos editoriais selecionados.....	125
4.1 Editorial (D1) - <i>La Difesa</i> de 7 de abril de 1923.....	125
4.1.1 Cenografia.....	126
4.1.2 Sobre a categoria pessoa.....	127
4.1.3 Sobre a categoria tempo.....	131
4.1.4 Sobre a categoria espaço.....	141
4.1.5 Isotopias temáticas.....	143
4.1.6 Considerações acerca do <i>ethos</i>	150
4.2 Editorial (D2) - <i>La Difesa</i> de 8 de setembro de 1923.....	152
4.2.1 Cenografia.....	152
4.2.2 Sobre a categoria pessoa.....	155
4.2.3 Sobre a categoria tempo.....	168
4.2.4 Sobre a categoria espaço.....	172
4.2.5 Isotopias temáticas.....	173
4.2.6 Considerações acerca do <i>ethos</i>	177
4.3 Editorial (D3) - <i>La Difesa</i> de 17 de janeiro de 1924.....	178
4.3.1 Cenografia.....	189
4.3.2 Sobre a categoria pessoa.....	185
4.3.3 Sobre a categoria tempo.....	191
4.3.4 Sobre a categoria espaço.....	195
4.3.5 Estratégias argumentativas.....	197
4.3.6 Isotopias temáticas.....	203
4.3.7 Considerações acerca do <i>ethos</i>	206
4.4 Editorial (D4) - <i>La Difesa</i> de 18 de janeiro de 1925.....	207

4.4.1 Cenografia.....	207
4.4.2 Sobre a categoria pessoa.....	210
4.4.3 Sobre a categoria tempo.....	214
4.4.4 Sobre a categoria espaço.....	218
4.4.5 Isotopias temáticas.....	219
4.4.6 Considerações acerca do <i>ethos</i>	220
4.5 Resultados da análise e outros desdobramentos.....	221
Conclusões.....	232
Referências bibliográficas.....	237
Anexos.....	246

Introdução

Ser imigrante é conviver com um constante vazio, como se algo de nós tivesse sido extirpado à força. Ao mesmo tempo, ser imigrante é se deixar levar pelo desconhecido, abraçando-o e tornando-o parte de nós mesmos, agregando riqueza à nossa existência através da absorção de uma nova cultura. Inevitavelmente, não somos mais o que éramos: é um caminho sem volta que nos revela outra vida, outro universo.

Ao longo da história, inúmeros movimentos migratórios fizeram com que massas de indivíduos cruzassem o globo em busca de melhores condições de vida. Refugiados de guerra, perseguidos políticos, ou apenas sonhadores em busca de fortuna: várias são as justificativas que levaram os indivíduos a percorrer novos caminhos. No entanto, um elemento dessa equação não se altera: o imigrante, ponte entre a cultura dos ancestrais e a cultura das futuras gerações, está fadado a viver dividido entre dois mundos que lhe são igualmente caros, a terra natal e a terra adotiva.

A fim de amenizar a melancolia do coração dividido, são promovidas manifestações, são retomados elementos característicos da cultura originária, é celebrada a memória de antigos heróis da terra de origem, enfim, em cada ocasião procura-se conectar as novas gerações às raízes do passado, um vínculo necessário para manter viva a antiga identidade cada vez mais modificada pela inexorabilidade do tempo. De forma até mesmo paradoxal, tudo isso é feito através da reprodução de traços culturais cristalizados no tempo, muitas vezes não mais em sincronia com a cultura atual da terra de origem.

Vivo essa experiência por causa da minha condição de italiana residente no Brasil e compartilho assim, em certa medida, o mesmo sentimento, que devem ter experimentado os imigrantes italianos do início do século XX, embora para eles, desprovidos dos recursos tecnológicos que hoje nos são disponibilizados, poucas fossem as opções para que se mantivessem conectados com seu país. Dentre elas, merecem destaque os jornais editados originalmente em língua italiana por jornalistas italianos que residiam no Brasil, que tiveram a importante função não somente de informar a comunidade italiana do Brasil sobre as principais notícias ocorridas especialmente na Itália, mas também de se colocar, em terra brasileira, como os porta-vozes dos direitos dos imigrantes e de reforçar o sentimento de unidade nacional que até aquele momento era ainda muito fragmentado.

Os meios de comunicação, em geral, e a imprensa, em particular, sempre despertaram meu interesse, notadamente por causa de seu impacto sobre a opinião pública. Em minha *tesi*

di laurea (trabalho de pesquisa realizado para concluir a graduação na Itália), defendida na Universidade de Bolonha, analisei os meios de propaganda no terceiro Reich e seu funcionamento. O trabalho contou com um capítulo inteiro dedicado à imprensa e ao seu uso estratégico, no qual foi observada a forma como foi adotado pelo ministério de Goebbels.

Foi provavelmente esse um dos motivos que fez surgir meu interesse pelos jornais italianos publicados em São Paulo, em particular aqueles do início do século XX por ser um reflexo significativo da sociedade daquela época, na qual a presença dos italianos em São Paulo era especialmente relevante. Observar a maneira como os italianos no Brasil utilizavam esse instrumento pareceu-me, desde minha chegada aqui, algo que poderia revelar traços interessantes sobre esses imigrantes e sua relação tanto com o país de origem, quanto com o país de chegada.

Inicialmente, chamou minha atenção a existência de um número tão significativo de publicações locais em língua italiana: voltaremos a isso mais adiante, mas, a título ilustrativo, já diz muito pensar que, só em 1907, nas bancas da cidade de São Paulo, encontravam-se vários jornais diários e dezenas de hebdomadários publicados em língua italiana (TRENTO, 1989). Sem dúvida, um indício revelador da profunda influência dos italianos em São Paulo.

Instigada pela peculiaridade inerente a uma publicação de orientação assumidamente antifascista, decidi dedicar-me então à análise do jornal *La Difesa*, cuja publicação se iniciou em 1923, prolongando-se até 1934. *La Difesa* consolidou-se em seu tempo como o maior jornal antifascista de São Paulo (TRENTO, 1989) e vale destacar como, apesar das inúmeras dificuldades econômicas que atravessou ao longo de sua história, o movimento antifascista paulistano conseguiu, por meio desse jornal, demonstrar aversão ao regime de Mussolini com muito mais tenacidade que a maioria dos diários italianos na Itália (e de outros italianos no Brasil) que, contemporaneamente, estavam sendo completamente alinhados e instrumentalizados pelo regime fascista.

Em uma primeira abordagem, interessaram-me os autores dessa autêntica “luta contra o regime”, o contexto histórico e social em que nasceu a exigência de se criar um meio de comunicação próprio da comunidade italiana, o espírito que animava os seus fundadores e, finalmente, o público alvo dessas publicações.

A fim de conhecer os detalhes da história da imigração italiana na capital e obter informações suplementares sobre o nascimento e o desenvolvimento das inúmeras publicações em língua italiana no estado de São Paulo, dediquei-me à bibliografia sobre a imigração italiana no Brasil, que ilustra, com grande riqueza de detalhes, as etapas do

movimento migratório italiano e de seus protagonistas, além de oferecer informações pontuais sobre a imprensa italiana da época.

Por outro lado, no que se refere à imprensa antifascista no Brasil, particularmente em São Paulo, constatei que não havia informações que fossem além do perfil puramente biográfico de seus protagonistas ou, o que é ainda mais importante, que fornecessem informações detalhadas sobre os próprios jornais. Com efeito, são raras as publicações que trazem indicações específicas sobre a estrutura do jornal (tipo de notícias tratadas, divisão das várias seções, ilustrações, charges, etc.), limitando-se, na maior parte das vezes, a reproduzir dados históricos gerais. Além disso, a despeito do grande êxito em identificar o perfil geral dos italianos de São Paulo, a abordagem histórica, baseada em dados estatísticos, acabou consolidando uma espécie de estereótipo quase inflexível do imigrante italiano, isto é, o imigrante camponês com poucos recursos econômicos, analfabeto ou semianalfabeto, que deixava seu país para trabalhar nas lavouras brasileiras.

Foi então que me dei conta da discrepância entre o perfil desse imigrante italiano cristalizado ao longo do tempo – e de alguma forma confirmado pelas leituras históricas realizadas – e os dados relativos ao número de publicações em língua italiana no Brasil. Se, de fato, o contingente de italianos chegados ao Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX fosse constituído apenas de pessoas de baixa extração social, analfabetos ou semianalfabetos, quem seria então o destinatário dessas publicações? Quem estaria interessado em ler jornais em língua italiana se não os próprios italianos? Mais ainda, qual a motivação de se criar folhas especialmente destinadas à comunidade italiana, se o público leitor era praticamente inexistente?

O estímulo para prosseguir minha pesquisa nessa direção fortaleceu-se quando, em um segundo momento, passei a indagar informalmente descendentes de italianos que fui conhecendo acerca do grau de instrução de seus antepassados. Curiosamente, a maioria confirmou que, embora o nível escolar fosse de fato pouco elevado, muitos deles sabiam ler e costumavam comprar jornais.

Não obstante minha atração pela abordagem histórica, que tinha servido de base metodológica para a mencionada *tesi di laurea*, resolvi então tentar tratar o tema a partir de outra perspectiva, na medida em que, nesse caso específico, a abordagem histórica me conduziria provavelmente a repetir dados e informações, sem poder dar uma contribuição significativa ao que já havia sido amplamente estudado e aprofundado por historiadores tanto italianos quanto brasileiros. Confrontei-me, portanto, com a exigência metodológica de encontrar uma maneira que me possibilitasse lançar nova luz sobre esse material e responder,

de forma talvez diferente, abrindo outras perspectivas para os questionamentos para os quais a análise histórica havia encontrado justificativas até então, a meu ver, parciais. Quais fatores determinaram o sucesso de uma publicação em vez de outra? Ou, ainda, o que levou tais publicações a simplesmente desaparecer?

Além disso, enquanto italiana, desejava empreender uma pesquisa que enveredasse pela análise dos textos escritos e publicados nos jornais e que me permitisse evidenciar as características contidas e, às vezes, escondidas nos textos. Com efeito, uma abordagem dessa natureza me possibilitaria realizar um trabalho não simplesmente “sobre” os jornais, mas “por meio” dos jornais, das notícias publicadas e da maneira como foram escritos.

Estabelecida a análise a partir de uma perspectiva linguística como estratégia metodológica, fazia-se necessário identificar um elemento norteador que desse maiores informações acerca dos imigrantes italianos de São Paulo no começo do século XX. Orientei-me, então, na direção da análise do discurso, especialmente sua vertente francesa, da qual me aproximei, lendo principalmente os textos de Dominique Maingueneau e Ruth Amossy. Ao longo desse processo, o objetivo do trabalho começou naturalmente a adquirir feições cada vez mais precisas, levando-me a focar a noção de *ethos*¹ *discursivo*, isto é, a *imagem de si* construída e veiculada no(s) discurso(s) de *La Difesa*.

Para entender melhor o que é o *ethos* discursivo e como ele pode ser depreendido em um texto, foi de grande utilidade, em especial, a contribuição de Maingueneau, que desenvolveu essa noção com base em elementos da retórica grega. Segundo o analista francês, o conceito de *ethos* pode ser resumido, em linhas gerais, como sendo a representação que o enunciador constrói de si mesmo em seu discurso, para legitimar a sua fala e persuadir o seu público. A noção de *ethos* está, portanto, estritamente ligada à enunciação e não às características “reais” e extradiscursivas do enunciador. Contudo, o enunciador, tendo sempre em vista as características de seu destinatário, exibe em seu discurso uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser”:

A questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta

¹A transcrição do grego do termo *ethos* aparece em vários textos com e sem acento grave (éthos). Decidiu-se aplicar o raciocínio de Ruth Amossy (2010, p. 17), que, em *La présentation de soi*, afirma: “*ethos* sem acento – estando errado o acento agudo com o qual se enfeita frequentemente o termo (éthos) – a transcrição ἦθος lembraria, de preferência, um acento grave, èthos. Pareceu-nos mais simples fazer a economia, conforme a norma de *Images de soi dans le discours* e da prática anglo-saxã”.

o discurso de forma a sugerir através dele certa identidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 60).

Pareceu-me que tais noções poderiam ser muito produtivas na abordagem do material de pesquisa escolhido e quis experimentar esse tipo de análise, acreditando que poderia obter resultados, com base nos quais seria possível trazer à tona informações inéditas sobre os italianos no Brasil.

Dessa forma, delineou-se o objetivo principal do presente trabalho: identificar e problematizar o conceito de *ethos* discursivo no jornal *La Difesa*.

Além disso, diante de um jornal declaradamente antifascista, surgiu uma pergunta fundamental: uma orientação política tão marcada influenciaria a construção do *ethos* do jornal? O fato de *La Difesa* anunciar claramente, desde o número inaugural, seu posicionamento teria realmente efeito na construção de seu *ethos*, ou a correspondência entre o que é dito e o que se esconde nas entrelinhas de um discurso nem sempre é direta? Consequentemente, definiram-se as três hipóteses alternativas que norteiam o nosso objetivo principal e que serão verificadas e discutidas ao longo deste trabalho:

1. o *ethos* do jornal é determinado por sua orientação política;
2. a orientação política do jornal não tem impacto algum na constituição de seu *ethos*;
3. embora se trate de elemento essencial para a caracterização da publicação, a orientação política influencia apenas parcialmente a construção do *ethos* do jornal.

Ademais, espera-se que os resultados obtidos por meio de uma análise focada na noção de *ethos* possam contribuir para enriquecer o repertório de informações sobre esse fenômeno tão complexo que é a imigração italiana.

É bem verdade que, enquanto instância puramente linguística, a imagem de quem escrevia e de quem lia não pode ser automaticamente assimilada àquela dos reais imigrantes que povoavam a cidade de São Paulo no começo do século XX. No entanto, vale a pena lembrar que as imagens pressupostas veiculadas nos textos se apoiam em representações coletivas que circulam em uma dada sociedade e em um determinado momento sócio-histórico: “o *ethos* é tributário de um imaginário social e se alimenta dos estereótipos de sua época: a imagem do locutor é necessariamente em contato direto com modelos culturais”

(AMOSSY, 2012, p. 96)². Ainda que pertençam a universos distintos, a comunicação entre a imagem pressuposta e a imagem real é possível na medida em que a primeira se alimenta da segunda para se construir.

Uma vez definidas essas premissas, delineou-se outro objetivo, estritamente relacionado ao principal que, como vimos, é a identificação e a problematização do *ethos* do jornal *La Difesa*. Com efeito, pretende-se realizar uma análise do discurso de *La Difesa* capaz de conseguir o propósito inicial e de elucidar as três hipóteses acima formuladas: para tanto, acreditamos que o confronto entre o discurso de *La Difesa* e o de outro jornal italiano pudesse trazer resultados que deixariam transparecer de forma ainda mais contundente as características do *ethos* de *La Difesa*. Decidimos, por conseguinte, utilizar, como contraponto de *La Difesa*, os editoriais do jornal *Fanfulla*. Considerado “o jornal dos italianos” de São Paulo, o *Fanfulla* foi uma publicação que teve ampla difusão na capital paulista entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a ponto de se tornar, em 1907, o segundo jornal mais vendido em São Paulo, atrás apenas do *Estado de S. Paulo* (TRENTO, 1989). A atenção foi direcionada para esta publicação não somente por ser um dos maiores jornais de São Paulo, mas, sobretudo, pelo que representou durante a época fascista. Com efeito, se inicialmente o *Fanfulla* havia se apresentado como jornal que denunciava os abusos praticados contra os italianos, durante o *ventennio* fascista, mudou repentinamente sua orientação política para se alinhar ao regime de Mussolini, transformando-se em um dos principais meios de divulgação do fascismo em São Paulo.

Por se tratar de jornais que compartilhavam a “italianidade” como traço característico e tinham forte orientação político-ideológica, partimos do pressuposto que a comparação permitiria destacar alguns pontos em comum de seu *ethos*, ao mesmo tempo que definiria quais elementos do *ethos* de *La Difesa* podem ser considerados determinados por sua orientação política. Assim, consideramos que a comparação entre um jornal declaradamente antifascista e outro que assumiu o papel de porta-voz do fascismo no Brasil poderia ser ferramenta de grande utilidade para a análise, pois é exatamente do contraste com o “outro” que o *ethos* de *La Difesa* se sobressai de forma mais evidente.

Isso posto, evidenciam-se efeitos secundários que esta tese produz, talvez não fundamentais quanto os dois objetivos destacados, mas com certeza não desprezíveis: em primeiro lugar, na medida em que resgata documentos originais que pertencem não somente ao patrimônio cultural da comunidade italiana de São Paulo, mas da própria história paulista,

² “o *ethos* est tributaire d’un imaginaire social et se nourrit des stéréotypes de son époque: l’image du locuteur est nécessairement en prise sur des modèles culturels.”

esta pesquisa tem por efeito lançar luz sobre publicações de inestimável valor histórico que, caso contrário, tenderiam a ser esquecidas. Cabe destacar que, infelizmente, a despeito de esses jornais se constituírem como patrimônio histórico, não parece ter havido atenção especial à sua preservação: enquanto alguns deles já passaram por processo de digitalização, outros encontram-se em acelerado processo de deterioração e só existem em papel. Espera-se, portanto, que nossa pesquisa possa despertar o interesse de estudiosos de imprensa, de história da imigração italiana ou até mesmo de linguística, que queiram contribuir para que essas publicações possam ser salvas antes que desapareçam definitivamente.

Outro efeito de nosso trabalho é a identificação e divulgação de informações acerca da vida cotidiana italiana da época, já que, além de projetar certa imagem, cuja identificação é o ponto central da pesquisa, os jornais também mencionam episódios e aspectos que nos permitem conhecer melhor os italianos que vieram para o Brasil. Assim, ainda que indiretamente, acabamos destacando dados relativos ao processo migratório italiano e à imprensa em língua italiana, delineando suas características gerais.

Quanto ao *corpus* utilizado para esta tese confrontamo-nos com a necessidade de fazer recortes. Em *La Difesa*, um jornal cuja publicação durou pouco mais de uma década (1923-1934), seria de fato impossível detalhar os elementos discursivos do vasto repertório disponível. Para tanto, selecionamos nosso material de pesquisa a partir de dois elementos e selecionamos as partes do jornal que consideramos poderiam melhor nos ajudar a alcançar nossos objetivos: (1) os editoriais, onde se expressa a opinião “oficial” do jornal diante dos fatos de maior repercussão na Itália; (2) as primeiras páginas, tradicionalmente tidas, nos estudos críticos da área de comunicação, como as mais estratégicas, pois representam o *cartão de visita* do jornal, o identificam e devem conquistar o leitor. Ademais, as primeiras páginas apresentam os acontecimentos do dia comentando-os na forma que mais se adapta à obtenção de seus propósitos.

A partir dessas considerações, a organização da tese deu-se de forma natural, ditada pelo próprio material. Dadas as características peculiares do jornal e das circunstâncias envolvendo a sua edição, optamos, no capítulo intitulado “Emigração e desenvolvimento da imprensa em língua italiana em São Paulo”, por introduzi-lo ao leitor, inserindo-o em seu contexto sócio-histórico. Apresentam-se, com isso, dados relativos à imigração italiana e à imprensa italiana em São Paulo, com especial referência aos dois jornais *La Difesa* e o *Fanfulla*. Embora seja um capítulo que percorre a história já conhecida dos imigrantes italianos e de sua instalação em São Paulo, tentou-se conjugar os dados históricos com

informações extraídas diretamente das páginas dos jornais, que reforçam a conclusão de que existia um público leitor e nos fornecem também indícios sobre seus interesses e hábitos.

Com base nisso, sugerimos, na primeira parte desse capítulo, a possibilidade da existência de imigrantes alfabetizados ou, ao menos, capazes de lerem jornais, inclusive aqueles pertencentes às classes menos favorecidas. Na segunda parte do primeiro capítulo, procuramos mostrar, apoiados em anúncios publicitários originais publicados nos jornais, que a imprensa realmente costumava se dirigir a todo tipo de leitor, incluindo-se aí também os trabalhadores das classes menos abastadas.

Tendo em vista que a definição do *ethos* de *La Difesa* é o objetivo central deste trabalho, fazia-se necessário, antes de iniciarmos a análise propriamente dita dos jornais, definir o conceito de *ethos*. No capítulo “Eixos teóricos para o estabelecimento da noção de *ethos*” dedicamo-nos, portanto, a destacar diacronicamente o conceito de *ethos*, delineando, em particular, a essencial distinção entre ser linguístico e discursivo e o ser extralinguístico. Para tanto, recorreremos aos autores, cujos trabalhos estabelecem os eixos teóricos de nossa análise.

O primeiro deles é Aristóteles, cuja *Retórica* representa até os dias de hoje a base necessária para qualquer tipo de discussão que envolva a noção de *ethos*. O discurso do filósofo é fundamental para nossa pesquisa, especialmente no que concerne à sua reflexão sobre o papel da retórica, concebida como arte que visa à persuasão e cujo emprego é estendível a qualquer tipo de assunto. Além disso, são considerados eixos imprescindíveis suas intuições a respeito das qualidades que o orador deve possuir para influenciar o próprio auditório, bem como a relevância dada às características típicas de cada grupo social e às suas possíveis reações diante de um assunto. Tudo isso possibilita o desenvolvimento da discussão acerca da criação da imagem pressuposta do auditório que cada orador deve levar em conta antes de organizar seu discurso. Igualmente interessantes para delinear a separação no conceito de *ethos* entre construção discursiva e referente empírico, são as observações dos retóricos clássicos que se contrapõem à visão aristotélica.

As observações sobre o *ethos* continuam quando passamos à teoria da argumentação de Chaïm Perelman, que propõe uma releitura das ideias aristotélicas em sua *Nova Retórica*. Entre as reflexões mais pertinentes ao nosso estudo, destacamos aquelas que apontam para a importância da construção, pelo orador, de uma imagem confiável de si através de seu discurso e a particular atenção dirigida ao auditório e às suas características.

Nessa panorâmica da noção de *ethos*, inserimos alguns elementos da teoria polifônica de Oswald Ducrot, em particular o contraste entre o sujeito falante como instância discursiva,

diferenciando-o do correspondente ser do mundo. Apesar de seus estudos pertencerem à área da semântica argumentativa e mesmo contribuindo só parcialmente para a análise que pretendemos empreender, acreditamos ser útil mencioná-lo por sua importante contribuição na área de argumentação.

Para completar o quadro diacrônico sobre o *ethos*, referência fundamental de nosso trabalho é, como já dissemos, Dominique Maingueneau, cujas reflexões são inseridas no contexto da análise do discurso francesa. Em particular, destacam-se suas observações sobre o conceito de “corporalidade” (relacionado à noção de *ethos*) e de “cena de enunciação”. O linguista francês, reelaborando as teorias aristotélicas, considera *ethos* como uma noção que se realiza no discurso e está estritamente ligada à construção da identidade. De fato, o enunciador constrói seu discurso orientando sua fala para transmitir certo tipo de imagem. Entretanto, é importante lembrar que Maingueneau, especialmente em sua *Gênese do discurso*, afasta-se da ideia aristotélica segundo a qual o sujeito do discurso controla estrategicamente a situação enunciativa, sendo protagonista consciente de suas escolhas. Na visão da análise do discurso, ao contrário, o enunciador é envolvido em um processo dialógico, juntamente com o destinatário, e não escolhe livremente seu discurso, pois é influenciado pelo contexto e pelas condições de produção em que sua fala é produzida. É por isso que, dentro dessas considerações, contribui de forma relevante para o nosso estudo também sua ideia de “cena da enunciação”: o lugar específico e pressuposto em que o discurso se manifesta e se desenvolve. Qualquer enunciação, portanto, para se legitimar, tende a instituir uma situação que a torna pertinente.

Ainda entre os teóricos que contribuíram para completar nosso quadro teórico, Bakhtin coloca-se como elo de junção das várias teorias. Com efeito, suas ideias sobre o “dialogismo” entre o enunciador e seu destinatário constituem-se em eixos teóricos de grande utilidade para o nosso trabalho.

Finalmente, a contribuição de Ruth Amossy foi particularmente preciosa seja pela discussão em torno do valor do estereótipo para a construção da imagem do destinatário, seja pela tentativa de criar um diálogo entre as várias disciplinas, já que a autora procura articular a teoria da argumentação e a análise do discurso.

O capítulo seguinte, cujo título é “Metodologia de análise: diálogo entre teorias” foi dedicado a ilustrar a metodologia que serviu de base para a seleção e a análise dos jornais. Tentamos analisar as páginas de *La Difesa* inspirando-nos em estudiosos (entre os quais, Amossy), que propõem um diálogo entre análise do discurso e a argumentação, defendendo uma proposta que até pouco tempo atrás poderia parecer imprópria do ponto de vista teórico.

Com efeito, pareceria difícil conciliar a argumentação, em particular a de matriz aristotélica, que se baseia em um sujeito planejador de suas escolhas, e a análise do discurso, segundo a qual o sujeito está envolvido em um jogo de pressuposições e não tem plena consciência do seu dizer, sendo atravessado pela ideologia em que está inserido. Contudo, questiona-se se essa oposição, que no passado parecia insuperável, hoje possa ser em parte resolvida, se não integralmente, pelo menos em alguns temas ou para determinados materiais.

Com base nessa ideia, acreditamos que uma metodologia baseada na colaboração entre análise do discurso, semiótica discursiva e argumentação possa contribuir para depreender alguns elementos do discurso de *La Difesa* e do *Fanfulla* que podem nos levar, talvez, a resultados inesperados.

Diante das inúmeras possibilidades de estudo de um texto que essas disciplinas fornecem, decidimos extrair delas apenas alguns elementos e fazer com que dialogassem. Desse modo, cada uma dessas disciplinas ofereceu instrumentos e técnicas específicas que possibilitaram uma análise mais bem acabada do material, evidentemente, tendo sempre em vista o propósito principal do trabalho.

Uma vez definidos o panorama em que se inseriam os jornais, o arcabouço conceitual em que nos baseamos e a metodologia a ser empregada, passamos finalmente, no último capítulo, à análise de *La Difesa*. Assim, lançando mão dos elementos metodológicos que haviam sido individualizados no capítulo anterior, procedemos ao estudo de cada editorial selecionado, seguido dos resultados obtidos, com destaque ao estabelecimento do tipo de *ethos* construído em *La Difesa*. A parte final do trabalho traz as conclusões a que chegamos, acompanhadas da bibliografia e dos anexos que constituem o *corpus* desse trabalho.

Capítulo 1

Imigração e desenvolvimento da imprensa em língua italiana em São Paulo

Uma das consequências da maciça presença de imigrantes italianos no Brasil foi o surgimento de meios de informação em sua língua materna. Independentemente da ocorrência desse fenômeno também em outras comunidades estrangeiras no Brasil, deve-se realçar o valor sócio-histórico dos jornais italianos que circulavam na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e o início do XX, especialmente nas primeiras décadas deste último. Veiculando textos escritos em uma língua diferente daquela falada no país em que foram produzidos, esses jornais ficaram naturalmente restritos a um público bem delimitado de leitores de língua italiana – italianos alfabetizados ou brasileiros que conheciam a língua –, situação que se verificou não somente na época da sua publicação, mas também quando se tornaram, recentemente, objeto de estudo acadêmico.

É por isso que, não obstante nossa pesquisa ser baseada na análise retórico-discursiva do jornal *La Difesa*, acreditamos ser útil a introdução de alguns dados históricos relativos a esses documentos. Objetiva-se, com isso, contribuir com o esforço já iniciado por alguns pesquisadores para extraí-los do nicho em que a sua própria natureza “estrangeira” os colocou, tornando sua existência desconhecida por muitos. Mais precisamente, tentaremos delinear o papel desempenhado pela imprensa italiana na cidade de São Paulo, a relevância atingida por alguns jornais e suas características principais. Para tanto, apoiando-nos nas valiosas contribuições de ilustres historiadores italianos e brasileiros, apresentaremos também alguns dados gerais sobre o tipo de imigração que caracterizou a capital paulista, delineando os principais traços dos italianos que povoavam a cidade de São Paulo naquela época.

1.1 O imigrante italiano de São Paulo

A influente presença italiana permeia fortemente a memória e o imaginário coletivo dos modernos paulistanos: a italianidade transformou-se em uma marca da capital paulista a ponto de, ainda hoje, muitos considerarem a cidade de São Paulo “uma cidade italiana”. Isso posto, derrapagens no que concerne à identificação do imigrante italiano típico são naturais. De fato, é interessante observar como muitos habitantes da capital, sejam eles de origem italiana ou não, identificam o imigrante italiano típico de maneira mais ou menos

estereotipada³: pessoa humilde, que morava nos tradicionais bairros Bixiga, Brás, Mooca e Penha, de origem meridional e a quem se atribuía dotes de grande trabalhador, de incansável vendedor ou até de malandro. Menos difundida é a imagem do italiano como um ambicioso empreendedor; apenas esporadicamente fala-se dos italianos que marcaram de forma significativa a história econômica da capital. Quando isso acontece, a atenção é logo dirigida, de forma quase exclusiva, ao nome Matarazzo. Ainda menos propagado é o conhecimento acerca de italianos que se envolveram na luta contra o fascismo, dos anarquistas ou daqueles que durante muito tempo foram os protagonistas da difusão dos maiores jornais italianos da capital.

Talvez porque menos conhecido, parece que esse aspecto da imigração italiana se perdeu progressivamente ao longo das décadas, ofuscado pela imagem de um italiano mais simples, que conseguiu se integrar muito rapidamente à sociedade brasileira⁴.

Sem relativizar a enorme complexidade do fenômeno migratório, podem-se individualizar dois fatores fundamentais que estimularam a emigração italiana rumo ao Brasil: a crise agrária que atingiu as regiões agrícolas da Itália no fim de 1870⁵ e a escassa densidade demográfica brasileira. A primeira deixou a maioria da população italiana sem trabalho e meios de subsistência; a segunda fez com que o governo brasileiro estimulasse a introdução de imigrantes para suprir a falta de mão de obra nas grandes propriedades agrícolas⁶.

Dentre outras razões, o cruzamento desses dois vetores parece ter sido o principal responsável pelo intenso fluxo migratório daquele período. Entre 1887⁷ e 1902, quase um milhão de italianos ingressou no país, “868.178 segundo as estatísticas oficiais do reino e 949.588 segundo as do país ‘importador’”⁸ (FRANZINA, 1995, p. 452). A edição do dia 1º de janeiro de 1904 do jornal *Fanfulla* menciona alguns dados relativos à emigração,

³ Não empregamos o termo *estereótipo* na sua acepção mais geral e pejorativa, mas, como se verá no capítulo 2, como sinônimo de ideia padronizada, fixa.

⁴ “Os italianos são gradativamente absorvidos pelo ambiente em que vivem, esquecendo facilmente sua língua, e são, por assim dizer, assimilados desde a primeira geração” (BERTOLLA, C. *Emigrazioni e Colonie*. In: TRENTO, 1989, p. 195).

⁵ Dentre as outras causas, segundo Bevilacqua (2009, p. 102-103), convém lembrar também: o aumento demográfico da população, que tinha passado de 18 milhões em 1801 a 32 milhões em 1901; a abolição do morgado (que previa a transmissão dos bens da família ao primogênito) com a progressiva frantumação das terras do patrimônio fundiário entre os herdeiros; a crescente pressão fiscal do Estado para a construção de infraestruturas; e as patologias que atingiam os campos naquela época, danificando as plantações.

⁶ Particularmente depois da aprovação, em 1871, da Lei do Ventre Livre, que garantia a liberdade aos filhos nascidos de mãe escrava ao alcançar a maioridade (cf. TRENTO, 1989, p. 22).

⁷ Embora 1875 seja geralmente a data associada ao início da imigração italiana, segundo alguns historiadores é 1887 porque coincidiria com a abolição da escravidão ocorrida em 1888 (cf. SCHORER PETRONE, M. T. *Abolizione della schiavitù e immigrazione italiana nello stato di São Paulo*. In: DE BONI; COSTA, 1991).

⁸ “868.178 secondo le statistiche ufficiali del regno e 949.588 secondo quelle del paese ‘importatore’.” Exceto quando indicado, as traduções do italiano, francês e inglês para o português são nossas.

provavelmente já afetada pelo decreto Prinetti⁹: “Nos primeiros seis meses de 1903 a emigração italiana da Itália foi de 333.327 pessoas, das quais 133.701 pertencentes à emigração permanente e 109.626 à temporária”¹⁰. A distinção entre emigração permanente e temporária, à qual se refere o *Fanfulla*, provavelmente diz respeito aos diferentes tipos de imigração italiana que por um tempo corresponderam à sua origem geográfica: respectivamente, havia aqueles que trabalhavam por conta própria ou como assalariados (os *braccianti*), e que pretendiam se instalar no novo continente, e aqueles que apenas almejavam obter determinada soma em dinheiro suficiente para viver com dignidade na Itália tão logo seu objetivo fosse alcançado. Quanto à origem desses imigrantes, Herbert S. Klein (1989) aponta, de modo geral, que os italianos do Sul manifestavam mais interesse em emigrar para os Estados Unidos, ao passo que os imigrantes do Norte e do Centro privilegiavam como meta o Brasil e a Argentina, conforme mostrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Proveniência Regional dos Imigrantes Italianos e Seus Países de Destino na América, 1876-1930 (em porcentagem)

Período	Itália Setentrional*	Itália Central	Itália Meridional	Total
I. BRASIL				
1876-1900	59	10	31	814.388
1901-13	22	13	65	393.162
1914-18	33	14	53	19.932
1919-27	37	13	49	85.512
1928-30	32	16	53	6.689
Total 1876-1930	46	11	43	
(Número)	(611.634)	(143.892)	(564.157)	1.319.683
II. ARGENTINA				
1876-1900	55	9	35	801.362
1901-13	33	14	53	950.970
1914-18	38	15	48	48.877
1919-27	34	13	53	507.187
1928-30	47	8	45	77.791

⁹ “O chamado decreto Prinetti [...] determinava a suspensão de uma licença especial concedida a quatro companhias de navegação e a um ‘vetor’ para o transporte gratuito de emigrantes para o Brasil, além de proibir as operações de recrutamento por parte dos agentes.” (CENNI, 2003, p. 235)

¹⁰ “*Nei primi sei mesi del 1903 l’emigrazione italiana dall’Italia fu di 333.327 persone, delle quali 133.701 appartenenti all’emigrazione permanente e 109.626 alla temporanea.*”

Total 1876-1930	41	12	47	
(Número)	(988.235)	(281.577)	(1.116.369)	2.386.181

III. ESTADOS UNIDOS

1876-1900	10	3	87	772.792
1901-13	11	10	79	3.164.951
1914-18	14	10	75	299.748
1919-27	12	8	80	731.090
1928-30	15	12	72	90.195
Total 1876-1930	11	9	80	
(Número)	(564.345)	(460.227)	(4.034.204)	5.058.776

(*) As divisões regionais aqui utilizadas são as vigentes antes de 1919, isto é, a Itália Setentrional inclui Piemonte, Ligúria, Lombardia e Vêneto; a Itália Central engloba Emilia, Toscana, Marche, Umbria e Lácio; e a Itália Meridional inclui as demais divisões peninsulares e as ilhas.

Fonte: *Associazione per lo Sviluppo dell'Industria nel Mezzogiorno (SVIMEZ), Statistiche sul Mezzogiorno d'Italia, 1861-1951*, Roma, 1954, p. 123-124. Apud, KLEIN, 1989, p. 112.

Ainda segundo Klein (1989) e como mostrado na tabela 1, o interesse dos italianos do Norte em ir para o Brasil era “excepcional”, observação confirmada também por Zuleika Alvim, que destaca o número elevado de vênets entre eles: “no caso vênets, as cifras impressionam. A região forneceu 30% do total de emigrados para o Brasil entre 1870-1920” (ALVIM, 1986, p. 62). Com efeito, os estudiosos de emigração italiana concordam que o maior contingente da primeira onda migratória era formado pelos habitantes das regiões setentrionais da Itália, principalmente pequenos proprietários de terra ou meeiros vênets e lombardos que emigravam para o Brasil com a intenção de permanecer aqui:

Não saem com a esperança de voltar, como os do Sul. Saem se desfazendo de tudo, de seus animais e dos poucos utensílios domésticos; partem depois da colheita do trigo, no outono, entre setembro e novembro. Adicionam assim ao escasso pecúlio obtido com a venda de seus bens, o produto da venda dos gêneros agrícolas. (ALVIM, 1986, p. 35)

De acordo com Angelo Trento, a predominância de trabalhadores do Norte da Itália parecia ser também o resultado da preferência dos próprios fazendeiros, que os escolhiam devido às suas presumidas qualidades de parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade: “em alguns contratos de introdução de emigrantes eram explicitamente excluídos emigrantes provenientes da Sicília, da Romanha e das Marcas, porque eram considerados rebeldes e mais prontos a repelir o arbítrio” e, ainda, “os fazendeiros, criados ainda na época da escravidão [...] querem

um colono humilde, servil, submisso; e parece que encontraram nos vênetsos o que eles procuram” (TRENTO, 1989, p. 41).

Foi somente na segunda onda migratória – a partir da segunda metade da década de 1890 – que um número considerável de meridionais se deslocou ao Brasil: “anteriormente à Primeira Guerra Mundial, as grandes diferenças regionais estavam começando a desaparecer, na medida em que todas as regiões mandavam migrantes para todos os países americanos” (KLEIN, 1989, p. 97). Muitos deles vinham para o estado paulista no momento da colheita do café e, uma vez concluída a tarefa, voltavam para a Itália levando consigo algumas economias¹¹. Tratava-se de uma emigração essencialmente masculina, de trabalhadores que vinham para o Brasil por conta própria, deixando a família na Itália. Diferentemente dos setentrionais, não só trabalhavam nos campos como se envolviam também em trabalhos de artesanato, pequenos comércios e trabalhos marginais urbanos:

Os meridionais não amam a terra como os camponeses do Norte. De natureza versátil, engenhosos e irrequietos, se adaptam a todos os trabalhos e profissões, mesmo as mais humildes e algumas vezes abjetas, desde que consigam um lucro imediato. Estes constituem a espinha dorsal dos diaristas [...] vão para as fazendas, mas não se dobram à prepotência e geralmente ficam ali só durante a colheita, depois passam para outras ocupações. (ALVIM, 1986, p. 67)

É importante destacar que a maior ou menor aptidão para o trabalho nos campos, certamente produto de hábitos preexistentes à emigração e reproduzidos no Brasil, influenciou as escolhas ocupacionais, determinando na maioria dos casos uma certa distribuição “regional” de italianos entre as áreas agrícolas e a cidade. De qualquer forma, se é verdade que algumas profissões surgidas na capital eram principalmente executadas por colonos do Sul da Itália, o êxodo urbano (fenômeno não detalhado neste trabalho) atingiu indistintamente muitos trabalhadores italianos¹².

¹¹ Essa atitude de deslocamentos temporários era comum sobretudo na emigração italiana aos Estados Unidos, “onde o contingente italiano era constituído em sua maioria por *birds of passage*, isto é, gente – na maioria solteiros – que procurava ganhar o mais rapidamente que fosse possível uma soma que lhe pudesse servir como capital para novas iniciativas em sua volta à pátria.” (CENNI, 2003, p. 216)

¹² “*Privi di pregiudizi nei confronti del lavoro manuale [...] gli italiani si impadronirono progressivamente dei settori produttivi artigianali e, in parte, commerciali [...] senza grandi distinzioni di provenienza anche se molti erano ex contadini veneti e meridionali sprovvisti di un vero background operaio, italiano fu il proletariato di fabbrica paulista*” [Sem preconceitos quanto ao trabalho manual [...] os italianos se apropriaram progressivamente dos setores produtivos artesanais e, em parte, comerciais [...] sem grandes distinções de procedência mesmo sendo muitos deles ex-camponeses vênetsos e meridionais desprovidos de uma verdadeira experiência operária, foi constituído de italianos o proletariado das fábricas paulistas.] (FRANZINA, 1995, p. 460).

Com a expansão urbana, São Paulo se tornou o centro nevrálgico do comércio e dos negócios. Atraídos pelas possibilidades de trabalho, quase 200.000 italianos instalaram-se na capital paulista: “enquanto a cidade de São Paulo cresceu de 65 mil habitantes em 1890 a cerca de 400 mil em 1910, o percentual de italianos aumentou de cerca de 25 para um pico de 35. Incluindo os filhos dos italianos nativos, a população da cidade era mais do que a metade de origem italiana”¹³ (CENTER FOR MIGRATION STUDIES, 1978, p. 324).

No entanto, à grandeza dos números não correspondeu uma distribuição uniforme de italianos empregados nos mais variados setores da vida econômica e social paulistana, muito pelo contrário. Ao se instalar na capital, a maior parte desses imigrantes, ao menos até os anos 20 (período que marca o ápice da expansão imigratória italiana), dedicou-se a atividades marginais ou a subempregos, sobretudo ao trabalho nas indústrias. Influenciadas pela própria cultura, que via no sacrifício e no trabalho o único meio de ascensão social, as famílias italianas costumavam direcionar seus filhos ao trabalho em detrimento da educação¹⁴ e de uma formação que lhes propiciasse meios para progredir na hierarquia social. Isso talvez explique a ausência de um contingente significativo de italianos ocupando postos de maior destaque:

Somente num setor da atividade urbana a emigração italiana não teve praticamente peso algum: o das profissões liberais. Ainda em 1930, havia só 83 escritórios de arquitetura e engenharia, 150 médicos e cirurgiões, algumas centenas de professores, músicos e artistas. Isso dependia não só da dificuldade objetiva em encontrar esse tipo de ocupação [...] mas sobretudo da própria atitude do imigrante italiano em relação à cultura e à vida. (TRENTO, 1989, p. 132)

Outra parte (mais reduzida, é bem verdade) desse contingente de imigrantes que se orientaram à cidade era formada de pequenos empresários. Partindo do setor comercial e animados por um forte espírito empresarial, esses imigrantes construíram sólidas empresas familiares ou sociedades com outros conterrâneos. Originariamente, tratava-se de italianos vindos da classe média burguesa, que tinham chegado da Itália com um pequeno capital:

No contingente de imigrantes italianos [...] não foram poucos aqueles chegados com alguns recursos financeiros, [...] suficientes para permitir iniciativas de vulto relativamente significativo no quadro da economia

¹³ “While the city of São Paulo grew from 65.000 inhabitants to about 400.000, the percentage of italians increased from approximately 25 to a peak of 35. Including the children of the italian born, the population of the city was more than half of italian origin”. Cf. BAILY, L. S. *The role of newspapers in the assimilation of italians in Buenos Aires and S. Paulo. 1893-1913*. In: CENTER FOR MIGRATION STUDIES, 1978, p. 324.

¹⁴ “Vale più la pratica della grammatica. Questo era il motto che guidò una parte consistente di immigrati: non potevano ‘perdere tempo’.” [Vale mais a prática do que a gramática. Este era o lema que guiou uma parte consistente de imigrantes: não podiam “perder tempo.”] (PETRONE, 1991, p. 301)

brasileira de então. Com muita frequência tais iniciativas interessaram antes de mais nada atividades de natureza comercial – representação e importação de produtos europeus, por exemplo – mas também com frequência interessaram atividades de natureza industrial, somadas às primeiras e aproveitando-se dos recursos por elas gerados. (PETRONE, 1987, p. 494)

Em outros casos, a precariedade dos recursos econômicos era compensada pela competência e pelas noções técnicas que o contingente italiano trazia especialmente para o setor fabril¹⁵:

Depósitos, pequenas fábricas, oficinas e opifícios menores testemunhavam a operosidade e o espírito empreendedor de muitos imigrantes que, frequentemente, ofereciam trabalho a grupos de conacionais e de conterrâneos, constituindo o nervo dos setores complementares ou intermediários da florescente florente cidade dominada, só em parte, pela elite dos maiores empreendedores, entre os quais também os italianos tinham conseguido reservar um lugar para si. (FRANZINA, 1995, p. 463)¹⁶

Na realidade, a maior parte de italianos que, chegando a São Paulo, conseguiu mudar significativamente as próprias condições de vida foi justamente composta desses pequenos e médios empreendedores¹⁷: “de fato, além das grandes fortunas havia numerosos italianos que, tendo fundado pequenas e médias oficinas, levavam uma vida razoavelmente cômoda” (TRENTO, 1989, p. 141). O perfil desses pequenos empreendedores destoava tanto da imagem negativa do italiano *carcamano*¹⁸ como daquela dos grandes magnatas italianos¹⁹ que construíram verdadeiros impérios econômicos no Brasil e cuja extraordinária carreira era amplificada nas páginas da imprensa italiana.

¹⁵ “A indústria de tecidos de algodão havia tomado grande impulso no Piemonte e se desenvolvia animadoramente também na Lombardia e no Vêneto, chegando em breve à categoria de grande indústria, ao lado da tradicional produção de lã, a mais antiga atividade têxtil na Itália. Era natural, portanto, que operários e artífices italianos, emigrando, quisessem desenvolver sua atividade em setores já conhecidos, onde encontrariam campo propício às suas ambições e capacidade de trabalho, transformando, num período de tempo mais ou menos curto, pequenas oficinas em verdadeiras fábricas.” (CENNI, 2003, p. 254)

¹⁶ “*Capannoni e fabbrichette, piccole officine e opifici minori testimoniavano l’operosità e lo spirito d’intraprendenza dei molti immigrati che, spesso, dando lavoro a gruppi di connazionali e di compaesani, costituivano il nerbo dei settori complementari o intermedi della fiorente città dominata, solo per alcuni versi, dall’élite dei massimi imprenditori in cui anche gli italiani erano riusciti a ritagliarsi un posto.*”

¹⁷ “Dois recenseamentos foram feitos só para os anos de 1907 a 1920 e fornecem dados relativos à nacionalidade dos proprietários somente para empresas individuais, que são as menores [...] os italianos tinham praticamente o monopólio das fabricas de chapéus [...] no fim dos anos 20 havia 1.037 empresas, das quais 151 têxteis, 410 de vestuário, 36 de artigos de couro, 117 de gêneros alimentícios, 36 de massas alimentícias, 52 de licores, chocolates e similares, 206 de material de construção, 148 metalúrgicas e outras de importância menor.” (TRENTO, 1989, p. 143)

¹⁸ *Carcamano* era uma alusão ao comerciante que fazia pressão na balança para roubar no peso.

¹⁹ Só para citar alguns entre os mais importantes: Lunardelli, o “rei do café”; Morganti, o “rei do açúcar”; Crespi, do setor têxtil; Siciliano, proprietário da Companhia Mecânica e Importadora, da Companhia Frigorífica e Pastoral e do Banco Ítalo-Brasileiro; Jannuzzi, no setor das construtoras, e Martinelli, no setor das companhias de navegação, e, por fim, Matarazzo, que construiu um império partindo de uma fábrica de banha e realizou uma progressiva expansão em vários setores, chegando a possuir, em 1936, 300 estabelecimentos, dando trabalho a 200.000 operários e ganhando muitos milhões, *pari passu* ao balanço de inteiros países. Seu império foi chamado “o segundo estado do Brasil”.

Particularmente quanto a esse tema, os historiadores concordam em realçar dois pontos: por um lado, o aprimoramento das condições de vida de alguns italianos, que contribuiu para o nascimento de uma classe média, não produziu o desenvolvimento paralelo imediato de uma classe burguesa influente, o que ocorreu somente por volta do período entreguerras; por outro lado, o excessivo destaque dado pela imprensa italiana ao sucesso dos grandes magnatas italianos da indústria servia a exaltar o gênio e a determinação – virtudes consideradas “tipicamente italianas” – e, ao mesmo tempo, a ocultar as condições de profunda miséria em que vivia a maior parte dos demais imigrantes (TRENTO, 1989).

1.2 Analfabetos ou alfabetizados?

Os elementos expostos até agora sobre a composição dos imigrantes italianos em São Paulo permitem o questionamento daqueles estereótipos citados no começo dessa introdução, levando-nos a uma reflexão mais profunda.

Se, de fato, o público dos jornais italianos tivesse sido constituído apenas por agricultores (analfabetos ou semianalfabetos) ou por pequenos vendedores ambulantes, que segundo os dados da época compunham a maior parte da colônia italiana²⁰, não nos parece haver explicação para a consistência do fenômeno jornalístico na capital. Os maiores estudiosos da imigração italiana no Brasil, ao falarem de jornais étnicos, indicam como elemento de grande surpresa o número considerável de publicações em língua italiana: “elemento de surpresa porque a variedade dos títulos presentes pressupunha um público que, na realidade, não existia” (TRENTO, 1989, p. 184). No entanto, há opiniões diferentes em relação ao grau de alfabetização entre os imigrantes e, por conseguinte, à existência de possíveis leitores na capital paulista.

É realmente pouco contestável que, entre o número elevado de imigrantes italianos chegados a São Paulo, uma parte considerável não tivesse nenhuma formação escolar; o Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo elenca a percentagem de imigrantes analfabetos que entraram de 1908 a 1927 (CENNI, 2003):

Alemães	4,29%
Iugoslavos	7,92%
Romenos	9,69%
Japoneses	10,61%

²⁰ Cf. tabela “*Immigranti giunti all’Hospedaria di São Paulo nel 1906, per professioni*”. MAFFEI, H, L. *Immigranti italiani nello stato di São Paulo all’inizio del XX secolo. Analisi delle fonti di ingresso e di uscite*. In: DE BONI; COSTA, 1991, p. 34.

Austríacos	12,43%
Sírios	28,37%
Italianos	28,72%
Portugueses	48,27%
Espanhóis	53,71%

Contudo, as observações acima sobre a origem social dos imigrantes sugerem que a composição dos italianos de São Paulo era bem diversificada. Nesse sentido, Pasquale Petrone²¹ esclarece que, na medida em que nem todos os italianos eram camponeses – como observado, muitos vinham de um contexto urbano, alguns tinham especializações profissionais e outros até mesmo pertenciam à pequena burguesia na Itália –, era provável que houvesse grupos não tão reduzidos de potenciais leitores: “no conjunto da massa de imigrantes italianos, uma percentagem relativamente baixa de alfabetizados [...] poderia representar números absolutos não raro superiores a totais de alguns grupos de imigrantes de outras procedências” (PETRONE, 1987, p. 494). Da mesma opinião é Herbert Klein (1989) quando realça que os emigrantes que se dirigiam ao Brasil eram aparentemente mais alfabetizados do que os que iam para os Estados Unidos e, em geral, ligeiramente mais alfabetizados enquanto grupo do que a totalidade da população italiana da época²².

Nessa linha, convém também lembrar que uma grande parte do contingente italiano instalado no estado de São Paulo era constituída por habitantes do Norte da Itália, que, de forma geral, possuíam um grau de alfabetização superior àquele dos habitantes do Sul (ou *Mezzogiorno*). Veem-se, na parte final da seguinte tabela, os índices relativos à taxa de analfabetismo na Itália do Norte e do Sul em 1901:

²¹ PETRONE, P. *A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira*. In: DE BONI, 1987, p. 489 – 507.

²² Cabe lembrar que o fenômeno migratório interessou, em seu período de máxima expansão (de 1891 a 1911), especialmente os jovens entre 10 e 30 anos, de sexo masculino, ou seja, o grupo social em que menor era a percentagem de analfabetos (Cf. DE MAURO, 1995, p. 55).

Tabela 2 – Características Comparativas da População Italiana

	Norte	Mezzogiorno
ESTRUTURA ETÁRIA (1901)		
0-14 anos	34%	35%
15-39 anos	37%	36%
40-59 anos	19%	20%
60 anos ou mais	10%	10%
RAZÃO DE SEXOS (1901)		
Total de homens para total de mulheres	100,5	96,8
ESTATÍSTICAS VITAIS (1910-12)		
Taxa de natalidade bruta	31,4	34,0
Taxa específica de natalidade por 1.000 mulheres de 14 a 45 anos	269	271
Natimortos por 1.000 nascidos vivos	39,8	43,6
Taxa de mortalidade infantil (mortes antes de 1 ano por 1.000 nascidos vivos)	137,4	147,3
Taxa de mortalidade bruta	18,5	21,9
Taxa de crescimento vegetativo	12,9	12,2
ESTADO CIVIL (1901)		
Solteiro	33%	30%
Casado	54%	57%
Viúvo	13%	12%
ESTRUTURA FAMILIAR (1913-1914)		
Idade média ao casar para homens	27,6 anos	27,1 anos
Idade média ao casar para mulheres	23,8 anos	23,3 anos
Tamanho médio da família (1911)	4,8 pessoas	4,1 pessoas
ALTURA DOS HOMENS ALISTADOS		
	165,03 cm	161,83 cm
POPULAÇÃO TOTAL		
1881	17,3 milhões	11,2 milhões
1901	19,7 milhões	12,7 milhões
1911	21,4 milhões	13,3 milhões
SALDO MIGRATÓRIO LÍQUIDO		
1881-1901	1.250.000	930.000
1901-1911	787.000	859.000
DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO MASCULINA (1901)		
Agricultura	57%	62%
Indústria	25%	21%
Transportes	4%	4%
Comércio	6%	5%
Outros	8%	8%
ÍNDICE DE RENDA <i>PER CAPITA</i> MÉDIA (1928)		
(Itália = 100)	117,2	69,5
TAXA DE ANALFABETISMO (1901)		
Pessoas acima de 5 anos de idade	33,9%	68,1

Fonte: KLEIN, 1989, p. 114.

Esses dados são corroborados pelo fato de que, no Norte da Itália, durante o domínio napoleônico tenha ocorrido um impulso decisivo ao surgimento de instituições escolares, com o conseqüente surgimento de uma burguesia liberal que não somente tentava salvar as escolas já presentes no território²³, mas também se empenhava para criar outras: “somente no

²³ De acordo com Tullio de Mauro (1995, p. 36), durante a Restauração tentou-se cancelar qualquer traço de instrução popular na Itália; da mesma forma, Cenni (2003, p. 319) evidencia que: “os vênets e os lombardos

Piemonte e na região do Lombardo-Vêneto os esforços da classe burguesa conseguiram induzir os governos a uma política que objetivava a instrução popular”²⁴ (DE MAURO, 1995, p. 36). A região do Vêneto, em particular, se destacava pelo número considerável de alfabetizados: “quando em 1861 foi realizado o primeiro recenseamento da população do novo reino, mais de 78% da população italiana resultou analfabeta. Dez anos mais tarde, sobretudo em função da inclusão do Vêneto no estado italiano, a percentagem desceu a 73%”²⁵ (DE MAURO, 1995, p. 37).

Chegando ao Brasil, contudo – como já acenado –, parece que os colonos atribuísem um valor bem reduzido à educação; é opinião corrente entre os historiadores que, em geral, não se encontravam reunidas condições culturais que estimulassem a valorização da escola. Com efeito, o sacrifício de ter deixado o próprio país em busca de uma vida melhor tinha que ser contrabalançado pela realização do sonho de “fazer a América” (PETRONE, 1991) e, portanto, as prioridades eram o trabalho e o sustento da família. Além disso, outro aspecto que não deve ser subestimado é a provável ausência, dentro da própria comunidade italiana, de um interesse acerca do italiano: deve-se lembrar que a heterogeneidade linguística era um traço característico daquela época. Muitos imigrantes falavam os vários dialetos regionais, sabiam pouco o italiano e não entendiam os outros dialetos (PETRONE, 1991). Uma possível motivação para o lento surgimento de escolas italianas, por conseguinte, pode ter sido o fato de que as famílias italianas não enxergavam utilidade alguma em alfabetizar os próprios filhos em italiano, já que no ambiente externo predominava o português e em casa falava-se dialeto. No entanto, é realístico pensar que, uma vez que a comunicação entre italianos provenientes de várias regiões da Itália resultava difícil, tenha surgido a necessidade de se recorrer ao português ou ao italiano como línguas veiculares. Petrone lembra também que, já no período posterior à unificação, os dialetos tinham começado a ser considerados a forma de expressão das classes mais populares: “o dialeto constituiu para muitos uma conotação do pobre, do camponês, do ignorante, enfim, do inferior”²⁶ (1991, p. 305). Por isso, segundo o estudioso, a língua italiana, mais no âmbito dos imigrantes do que na própria Itália, foi progressivamente identificada como a língua das elites culturais, ou daqueles que se consideravam tais; “o fato

tinham sido vítimas da dominação austríaca, que se caracterizava por uma sistemática campanha de desalfabetização das populações subjogadas, com a proibição da existência de escolas italianas”.

²⁴ “*Soltanto in Piemonte e nel Lombardo-Veneto gli sforzi del ceto borghese riuscirono a indurre i governi a una politica mirante all’istruzione popolare.*”

²⁵ “*Quando nel 1861 venne compiuto il primo censimento della popolazione del nuovo regno, oltre il 78% della popolazione italiana risultò analfabeta. Dieci anni più tardi, soprattutto in ragione dell’inclusione del Veneto nei confini statali, la percentuale scese al 73%.*”

²⁶ “*Il dialetto costituì per molti una connotazione del ‘povero’, del ‘contadino’, dell’ ‘ignorante’, insomma dell’inferiore.*”

de que em algumas regiões como no Vêneto ou na Campânia o dialeto fosse usado, e usa-se até hoje, também pelas elites culturais, não modificou a ideia que se afirmou entre os imigrantes”²⁷ (PETRONE, 1991, p. 305).

Talvez abandonar o uso do dialeto estivesse atrelado à ideia de ascensão social e esta, por sua vez, implicasse a valorização do italiano por alguns e do português por outros. Nesse contexto, não surpreende o surgimento de escolas destinadas aos filhos dos imigrantes²⁸, fenômeno especialmente presente na capital paulista, onde moravam muitos comerciantes e pequenos empreendedores, além dos grandes magnatas italianos. Se esses institutos eram, na maioria dos casos, orientados apenas à educação primária em boa parte do Brasil, em São Paulo conseguiram alcançar níveis de excelência²⁹, fazendo com que, entre os habitantes da capital paulista, houvesse algumas pessoas dotadas de boas competências linguísticas em italiano.

Se formos analisar as páginas dos jornais, surgem informações que sugerem que o público-leitor provavelmente era multifacetado, não sendo obrigatoriamente constituído por uma restrita elite culta. A maioria dos jornais italianos publicava anúncios de compatriotas que propagandeavam os próprios negócios, ofereciam vagas e até mesmo vendiam objetos: “outra significativa fonte de recursos era a publicidade. Desde o surgimento do *Fanfulla*, nunca faltou em suas páginas o espaço para a propaganda que, já no seu segundo ano, ocupava pouco menos de 50% do jornal” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 109). A eficácia desses anúncios dependia necessariamente de um público leitor que, por razões evidentes, não se limitasse aos mais ricos, mas fosse composto também de leitores da classe média e baixa – em outras palavras, consumidores desses produtos. Outro diário da capital, *La Tribuna Italiana*, anunciava o recurso à publicidade como meio de ajuda especialmente destinado aos recém-chegados que procuravam trabalho ou um lugar para morar:

La Tribuna Italiana colla sua grandiosa diffusione è il miglior giornale adatto per la réclame. Per comodità dei nostri connazionali che immigrano e che qui giungendo hanno immediato bisogno di impiego, di abitazione,

²⁷ “Il fatto che in alcune regioni come in Veneto o in Campania, il dialetto fosse usato, e lo è tuttora, anche dalle élites culturali, non modificò l’idea che prese piede tra gli immigrati.”

²⁸ “In São Paulo the first Italian school was established in 1887 by the Società Sempre Avanti [...] by 1906, however, the city had 50 such schools with approximately 3700 students.” [Em São Paulo a primeira escola italiana foi fundada em 1887 pela Società Sempre Avanti [...] em 1906, no entanto, a cidade tinha 50 dessas escolas, com aproximadamente 3700 estudantes.] (BAILY, 1978, p. 335)

²⁹ “É evidente que nem todas as escolas italianas podem, nem devem, ser colocadas num mesmo nível, generalizando um único juízo. Se muitas (a maioria) foram das mais modestas, mal aparelhadas, com grande falhas de organização, mantidas apenas pelo espírito de sacrifício de mestres-escolas quase improvisados, outras houve que numa fase de transição e transformação souberam adaptar-se às novas exigências, anexando aos seus cursos normais institutos de contabilidade ou técnicos, acabando por se transformar em escolas brasileiras das mais importantes e de maior tradição, como o Colégio Dante Alighieri de São Paulo.” (CENNI, 2003, p. 322)

ecc. ecc. La Tribuna Italiana ha una rubrica speciale, al massimo buon mercato, ed è utilizzatissima per quelle persone che hanno bisogno di ricorrere al giornale. Quattro righe 1\$000 per 3 volte.

[*La Tribuna Italiana*, com sua grandiosa difusão, é o melhor jornal e o mais adequado para a propaganda. Para o conforto dos nossos conacionais que imigram e que chegando aqui precisam imediatamente de um trabalho, de uma moradia etc. *La Tribuna Italiana* possui uma rubrica especial, muito barata e é muito utilizada entre os que têm necessidade de recorrer ao jornal. Quatro linhas 1\$000 para 3 vezes.]³⁰

Por sua vez, a seção dos *Avvisi Economici* do *Fanfulla* era particularmente rica de anúncios de vários tipos, incluindo venda de casas, móveis ou simples objetos, destinados aos mais variados consumidores, assim como oferta de vagas. Apenas alguns exemplos destinados às demais categorias de pessoa (FANFULLA, 10/07/24):

Vendesi buona casa con grande terreno, per fare una chacara, luogo alto, vicino al bonde. Prezzo 8,500 \$.

[Vende-se boa casa com grande terreno, ideal para uma chácara, lugar alto, próximo do bonde. Valor 8,500 \$.]

Vendesi una fabbrica di maccheroni con macchinario completo per 6 sacchi al giorno, motore, trasformatore, buona installazione, 10 forme per pasta, tagliata o lunga.

[Vende-se uma fábrica de macarrão com máquina completa para 6 sacos por dia, motor, transformador, boa instalação, 10 moldes para a massa, cortada ou longa.]

Si vendono 18 vacche, un bove, carrozza e carro da latte e due animali. Vedere e trattare.

[Vendem-se 18 vacas, um boi, carroça e carro para leite e dois animais. Ver e tratar.]

Si vendono 4 finestre con vetri.

[Vendem-se 4 janelas com vidros.]

Occorre un abile ufficiale sarto per paletots per lavorare a stipendio o a cottimo.

[Procura-se um apto costureiro oficial para paletós para trabalhar como assalariado ou por trabalho realizado.]

Abbisognano buone aiutanti sarte, mezze aiutanti e apprendiste.

[Procuram-se boas assistentes costureiras, meias assistentes e aprendizes.]

Cercasi donna di servizio per piccola famiglia.

[Procura-se empregada para pequena família.]

Frequentes, também, eram os anúncios das companhias de navegação. O anúncio que segue é especialmente destinado aos passageiros de 3ª classe (LA TRIBUNA ITALIANA, 28/07/26):

³⁰ Apud CONSOLMAGNO, 1993, p. 111-112.

Lloyd Sabaudo. Compagnia italiana di navigazione. Il grande e lussuoso vapore CONTE VERDE partirà da Santos per Rio, Barcellona e Genova il 12 settembre, 25 ottobre 1926. Ai passeggeri di 3ª classe: tutti i nostri vapori alloggiano i passeggeri di 3ª classe in ampie e areggiate cabine di 2, 4, 6 posti, dotate della relativa biancheria e buone coperte, lavandino con acqua corrente. Colazione, pranzo e cena sono serviti da camerieri in appropriato salone, col massimo conforto di stoviglie, biancheria ecc., toletta, bagni d'acqua dolce calda e fredda. Sala di conversazione per le signore. Salone per fumatori.

[Lloyd Sabaudo. Companhia italiana di navegação. O grande e luxuoso vapor CONTE VERDE partirá de Santos para Rio, Barcelona e Gênova nos dias 12 de setembro, 25 de outubro de 1926. Aos passageiros de 3ª classe: todos os nossos vapores hospedam os passageiros de 3ª classe em amplas e arejadas cabinas de 2, 4, 6 lugares, dotadas da respectiva roupa de cama e bons cobertores, pia com água corrente. Café da manhã, almoço e jantar são servidos por garçons em salão adequado, com o máximo conforto de louça, roupa de mesa etc., tolete, banhos de água doce quente e fria. Salão de conversação para as senhoras. Salão para fumantes.]

Esses anúncios talvez ajudem a esclarecer as motivações do florescimento da atividade jornalística. Com efeito, a variedade de jornais italianos em São Paulo era tão grande que “é difícil estabelecer quantas publicações em língua italiana apareceram em todo o território entre 1870 e 1940, porque de algumas delas não há mais nenhum vestígio. Os únicos cálculos aproximativos feitos falam de 170 títulos entre 1880 e 1920, 140 ou 150 dos quais em São Paulo, subestimando, porém, a consistência real do fenômeno” (TRENTO, 1989, p. 185).

1.3 Características da imprensa em língua italiana

A grandeza desses números certamente também se justifica pela natureza precária e efêmera da maioria das publicações: havia muitos boletins, jornais católicos e folhas das diversas comunidades regionais. As características dessas publicações menores e os temas nelas tratados refletiam o grau de simplicidade de seus redatores; não raro os fundadores dessas publicações eram imigrantes que se improvisavam jornalistas e as redações eram constituídas normalmente apenas pelo diretor do jornal e um ou dois redatores (pelo menos até o início do século). Poucos artigos eram reservados aos acontecimentos brasileiros: parte das matérias dedicava-se a reportar eventos relativos à própria comunidade italiana local, enquanto outra noticiava acontecimentos da Itália, obtidos por meio de agências de notícias ou simplesmente copiando os jornais italianos seguindo suas linhas gerais de interpretação (TRENTO, 1989).

As primeiras publicações em língua italiana datam de 1765, ano em que foi divulgada no Rio de Janeiro *La Croce Del Sud*: publicação de caráter religioso, redigida em italiano com uma seção também em língua portuguesa. Em 1836, surgiu *La Giovine Italia*, editada por refugiados políticos³¹. O primeiro jornal italiano que pode de fato ser definido tal nasceu apenas em 1854: fundado pelo professor Alessandro Galleano Ravara, *L'Iride Italiana* era um semanário cujos propósitos refletiam o interesse de seu criador pela literatura (também brasileira) e pela difusão da língua italiana³².

Contudo, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a atividade jornalística começou a se desenvolver de forma mais contundente, à medida que as comunicações tornavam-se mais rápidas, o que foi possível graças ao aperfeiçoamento das ligações e da rede telegráfica, que começou a ser instalada em 1852 e atingiu o sul do país em 1859. Mais importante ainda, houve o estabelecimento de cabos submarinos ligando Lisboa ao Brasil (1874) que permitiram a chegada das notícias internacionais (CONSOLMAGNO, 1993).

Ainda que a atividade jornalística paulista tenha se iniciado com atraso em relação às outras cidades é preciso destacar que, “em 1907, só nas bancas de São Paulo, encontravam-se cinco diários em língua italiana – o *Fanfulla*, *La Tribuna Italiana*, *Il Secolo*, *L'Avanti* e o *Corriere d'Italia*³³ e uma dezena de semanários [...]” (TRENTO, 1989, p. 184).

Apesar da consistência desse fenômeno, nem todos os periódicos tiveram o mesmo êxito. Devido, sobretudo, a problemas de ordem econômica, periódicos de menor porte geralmente saíam de forma bastante irregular: algumas vezes suas atividades encerravam-se definitivamente; outras, eram interrompidas por certo período, não sendo incomum a sua retomada posterior sob outra denominação com a mesma direção³⁴.

³¹ De ambos não há notícias certas, pois não sobraram exemplares, motivo que suscitou as dúvidas de Antonio Piccarolo, futuro diretor do *La Difesa*, quanto à sua existência (cf. CENNI, 2003, p. 339).

³² “Em seu primeiro número, datado 2 de julho, são explicitadas suas intenções: a) Propagar e fortalecer o amor às letras italianas. b) Tornar fácil e comum o uso de uma língua que tanto agrada ao espírito pela sua harmonia. c) Levar ao conhecimento da Itália muitas e raras belezas da literatura brasileira. d) Aconselhar alguns melhoramentos na educação ou no método de educar a juventude deste hemisfério. e) Observar de perto as falhas do teatro lírico e corrigi-las com a opinião, louvando o mérito onde ele se encontre. f) Divertir os leitores com histórias e anedotas e educá-lo à linguagem com o tirocínio da narração e com representação das cenas da vida. g) Encorajar a juventude letrada com elogio merecido e com a crítica prudente e raciocinada. h) Oferecer um meio a todos que se sintam capazes de escrever em nosso jornal.” (CENNI, 2003, p. 340)

³³ *La Tribuna Italiana*, surgido em 1893, representou o maior concorrente do *Fanfulla* na disputa pela preferência dos leitores, mas sua vida não foi longa; de fato, em 1903, o jornal será adquirido pelo proprietário do *Fanfulla*. Também *Il Secolo*, fundado em 1906 por Antonio Piccarolo, não conseguiu resistir à concorrência e depois de ter passado a semanário foi comprado também pelo *Fanfulla* (cf. CONSOLMAGNO, 1993, p. 40).

³⁴ “Entre outras coisas, muitas vezes os diretores eram também os fundadores e os únicos redatores; assim uma publicação podia ser interrompida por doença ou por impedimentos dos mesmos. A irregularidade nos prazos de publicação e a própria vida breve dos jornais, sobretudo, dos anarquistas, eram, porém, essencialmente devidas às dificuldades financeiras.” (TRENTO, 1989, p. 244)

Se os boletins e os pequenos folhetos distribuídos nas comunidades não raro veiculavam as notícias nos vários dialetos para alcançar mais facilmente seu público, a língua dos diários era o italiano. Isso se explica pelo propósito ao qual a imprensa de maior envergadura se propunha: a defesa da *italianidade* e a construção de uma identidade nacional que, dada a recente unificação da Itália ocorrida em 1861, ainda não existia entre os colonos. “O jornal colonial tem que ser o porta-voz do amor da pátria por seus filhos distantes [...] melhorar a educação e as faculdades intelectuais de dois terços de nossa comunidade” (TRENTO, 1989, p. 187).

Com efeito, a imprensa italiana não visava simplesmente difundir, entre os compatriotas, notícias provenientes da Itália ou denunciar fatos graves que atingiam de forma particular a comunidade italiana³⁵, mas também se orientava em direção a um propósito unificador: buscava a superação das divisões internas de ordem pessoal, social ou regional que caracterizavam a comunidade italiana, para, finalmente, conquistar maior peso na opinião pública brasileira por meio da constituição de um grupo étnico único. Era natural que as divisões regionais preexistentes na Itália fossem automaticamente transplantadas para o Brasil. Paradoxalmente, contudo, a construção de uma única identidade étnica acabou realizando-se mais facilmente no Brasil que na Itália, visto que todos os imigrantes vindos da Itália eram identificados pelos brasileiros simplesmente como “italianos”. A imprensa, portanto, reforçava essa percepção convidando os compatriotas a comemorarem datas emblemáticas, sustentando ações de associações e publicando as suas iniciativas. Durante a revolução paulista de 1924, por exemplo, o *Fanfulla* publicou, repetidamente e durante toda a revolta (o mês de julho), textos nos quais era relatado o trabalho incansável do consulado e da assistência civil para ajudar os italianos feridos (vários bairros operários, como Mooca ou Brás, tinham sido atingidos pelos bombardeamentos). Uma das primeiras páginas daquele período destaca (FANFULLA, 22/07/1924):

PER I SOCCORSI AI NOSTRI CONNAZIONALI – L’opera dell’assistenza civile e del R. Consolato – Le norme per la distribuzione dei viveri. Bisogna sottoscrivere! Abbiamo già dato notizia dell’iniziativa del R. Consolato per

³⁵ “Inúmeras foram as campanhas que o glorioso jornal [*Fanfulla*] empreendeu e levou a bom termo, entre as quais cumpre salientar aquela corajosamente movida contra alguns poderosos concessionários de transportes de imigrantes que haviam transformado aquele mister numa espécie de tráfico de escravos brancos. O *Fanfulla*, como o quixotesco padre-soldado que lhe tinha emprestado o nome, desceu em campo contra uma das mais poderosas colisões de interesses escusos, apontando corajosamente responsabilidades e pleiteando medidas que encontraram no então presidente do estado de São Paulo, Carlos de Campos, sincero amigo dos italianos, a mais compreensiva acolhidas. Sempre em defesa dos colonos, muitos dos quais não sabiam fazer valer convenientemente os direitos advindos dos contratos de trabalho, o *Fanfulla*, depois de ter colecionado dados de fato e provas documentais, publicou uma famosa lista negra em que eram elencados, ao lado dos nomes, justíças e abusos.” (CENNI, 2003, p. 347)

venire in aiuto ai nostri connazionali bisognosi, iniziativa che ha subito trovato il consenso dell'Associazione civile che sta svolgendo un'opera utilissima e degnissima di accordo appunto con il R. Consolato. È il momento più opportuno perché i nostri connazionali, le nostre Associazioni (lodevoli le deliberazioni della Società Reduci) dimostrino – come altre volte in contingenze forse meno dolorose – che non è vana parola il sentimento di solidarietà umana.

[PARA OS SOCORROS AOS NOSSOS CONACIONAIS – A obra de assistência civil e do R. Consulado – as normas para a distribuição dos víveres. É preciso subscrever! Já demos notícia da iniciativa do R. Consulado para ajudar os nossos conacionais necessitados, iniciativa que encontrou imediatamente o consenso da Associação civil que está desenvolvendo uma obra utilíssima e digna do acordo com o R. Consulado. É o momento mais oportuno para que os nossos conacionais, as nossas associações (louváveis as deliberações da Sociedade dos Veteranos) demonstrem – como outras vezes em momentos talvez menos dolorosos – que não é vã palavra o sentimento de solidariedade humana.]

Se por um lado a imprensa se encarregava de defender os italianos contra as injustiças sofridas e veiculava uma imagem positiva dos compatriotas, que deviam ser considerados parte fundamental do progresso econômico, social e cultural de São Paulo, por outro lado, não deixava de cultivar o discurso de agradecimento ao Brasil, considerado uma segunda pátria que tinha acolhido generosamente os imigrantes e por isso merecia respeito e lealdade:

Esses diários, evidentemente, constituíam as publicações de maior importância e relevo, conseguindo exercer grande influência não apenas entre a colônia mas também no meio local, pois a imprensa italiana demonstrou sempre o maior respeito às instituições, procurando difundir o conhecimento e o amor à nova terra hospitaleira e constituindo-se, não raro, em elemento determinante para a feliz solução de situações delicadas. (CENNI, 2003, p. 343)

O jornal antifascista *La Difesa*, em seu primeiro número, após ter denunciado duramente os atos de violência dos fascistas na Itália e a vontade desses últimos de “poluir” também as colônias italianas de São Paulo, afirma:

Riuniamo tutte le forze vive della libertà che ancora pulsano in cuori italiani, impediamo che la setta nefasta venga ad inquinare la nostra colonia, portando il disordine entro coloro che dovrebbero, per le loro condizioni di stranieri essere fratelli, impediamo che con la loro improntitudine vengano qui a crearci difficoltà di fronte ai nostri ospiti.

[Reunamos todas as forças vivas da liberdade que ainda pulsam em corações italianos, impeçamos que a seta nefasta chegue contaminando a nossa colônia, trazendo desordem contra os que, sendo estrangeiros, deveriam ser

irmãos, impeçamos que com sua prepotência eles cheguem aqui criando dificuldades diante dos nossos anfitriões.]

Dentre essas temáticas comuns aos vários jornais, é importante destacar os elementos propagandeados pela imprensa em língua italiana ligada ao movimento anárquico-socialista, que sempre teve uma ampla difusão³⁶ em São Paulo (o que nos dá uma ideia da consistência do elemento italiano nas lutas do movimento operário)³⁷. Sua temática fundamental eram os problemas e a defesa dos direitos da classe operária. Nessa perspectiva, os jornais dessa corrente se apresentavam como instrumentos de informação, conscientização e mobilização:

Os jornais anarquistas tinham duas almas: extrema riqueza de elaboração na parte teórica, toda de importação (artigos de Bakunin, Gori, Malatesta, etc.) e extrema pobreza de linguagem e de análise quando falavam de coisas brasileiras, fenômeno bastante compreensível, pois frequentemente os artigos de assuntos internos eram escritos pelos próprios trabalhadores [...] se adequavam a um padrão de linguagem e de conteúdo: ignomínia do capitalismo, avidez terrena do clero, brutalidade e sadismo policiais. (TRENTO, 1989, p. 247)

No entanto, a imprensa socialista deixava também bastante espaço aos acontecimentos locais. O *Avanti!*, maior expoente dessa corrente, tinha uma parte dedicada à crônica da cidade, bem como uma seção reservada aos espetáculos, a romances publicados em capítulos e a poemas, o que sugere um público de composição não somente operária. A riqueza de conteúdo provavelmente foi a causa do sucesso inusitado desse jornal. De forma geral, a imprensa operária sofreu bastante devido aos constantes problemas econômicos e à concorrência dos jornais mais populares, confrontando-se, finalmente, com o dilema provocado pelo processo de mercantilização da informação, fenômeno que rendia sua difusão cada vez mais complicada; “nessas condições, é óbvio que as possibilidades de proselitismo na realidade local eram bem limitadas, sobretudo porque a própria colônia proletária italiana se mostrava bastante insensível ao apelo ideológico” (TRENTO, 1989, p. 245). Nesse contexto, somente o jornal socialista *Avanti!* não sofreu crises financeiras; ao contrário, em alguns momentos ajudou folhas do mesmo credo político.

³⁶ Da corrente migratória faziam parte frequentemente refugiados políticos, expulsos do próprio país por envolvimento em lutas pela defesa dos trabalhadores contra o avanço do capitalismo. Os militantes de correntes anarquistas e socialistas deram uma contribuição significativa e um grande impulso ao desenvolvimento das ideias socialistas por meio da imprensa (cf. CONSOLMAGNO, 1993, p. 243).

³⁷ “Dos 149 periódicos operários impressos em São Paulo, parece que 48 fossem em italiano, se bem que a participação dos italianos na imprensa de esquerda era muito maior, pois, sobretudo até a primeira década do século XX, eles apareciam frequentemente como os fundadores também de jornais em português.” (TRENTO, 1989, p. 243)

Em geral, é tarefa muito difícil quantificar a tiragem dos jornais italianos, sejam eles periódicos socialistas ou anarquistas, ou diários. Era prática comum das redações comunicar aos próprios leitores a consistência das vendas para mostrar a grandeza do jornal e legitimar a sua própria existência no vastíssimo panorama de publicações. Porém, a concorrência entre os vários jornais levava a exageros quanto aos números reais dos exemplares vendidos, o que nos impõe certa cautela ao falarmos de quantidade de cópias realmente distribuídas. De acordo com Consolmagno (1993, p. 119):

Em um artigo publicado em 1904, Vitaliano Rotellini³⁸ afirmava ter o *Fanfulla* uma tiragem superior a 360.000 exemplares mensais. Com a mesma estimativa apareciam *O Comercio de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, o *Tribuna Espanhola* e o *Tribuna Italiana*. O jornal socialista *Avanti!* ficou um pouco acima de 150.000 exemplares. [...] para o ano de 1910 [...] 15.000 cópias diárias para o *Fanfulla*, sendo o segundo jornal da cidade, superado apenas pelo *Estado de São Paulo*, na época, com 20.000 exemplares para uma população do Estado de 3.330.401 habitantes, sendo que 374.228 viviam na capital.

1.4 O *Fanfulla*

O jornal *Fanfulla*³⁹ merece atenção particular entre os demais diários italianos por ter sido o ponto de referência do jornalismo paulistano em língua italiana. Tendo sofrido, ao longo de sua história, profundas transformações de natureza ideológica, o *Fanfulla* constituiu-se em um documento interessante a ser utilizado como contraponto ao jornal *La Difesa*, seja para destacar diferenças significativas entre ambos, seja para enfatizar o *ethos* construído no discurso dos antifascistas.

Ao longo de sua existência – 74 anos –, o *Fanfulla* ganhou um lugar de prestígio na coletividade italiana pela seriedade e pelo duro trabalho de denúncia dos abusos contra os imigrantes. Publicado pela primeira vez em 17 de junho de 1893, por iniciativa de Vitaliano Rotellini, o *Fanfulla* nasceu como semanário ilustrado e humorístico, publicado aos domingos, para depois se tornar, por volta de 1894, um diário, utilizando um estilo mais

³⁸ Editor e proprietário do jornal *Fanfulla*, “o papa dos jornalistas italianos no Brasil [...] figura característica e transbordante [...] Rotellini era uma fonte perene de idéias que nasciam entre generosos copos de Frascati nas cantinas ou nas confeitarias da moda e se transformavam em outras tantas iniciativas” (CENNI, 2003, p. 345).

³⁹ De acordo com Cenni, o nome inspirou-se naquele de um padre combatente italiano. De acordo com De Mauro, existia na Itália, por volta de 1880, um jornal chamado *Fanfulla*, publicado primeiramente em Florença e depois em Roma.

austero e patriótico e sem uma definição ideológica precisa⁴⁰. Essa aparente ausência de posicionamento explica-se bem se a pensarmos como estratégia para conquistar o maior público possível, aspecto que colocou o *Fanfulla* em contraste com a maioria dos jornais da época. Após ter adquirido dois dos maiores jornais de São Paulo, *La Tribuna Italiana* e *Il Secolo*, o *Fanfulla*, em 1910, “era a única folha em italiano de São Paulo em circulação diária. Também o mais sólido dos jornais operários, o socialista *Avanti!*, perdeu em 1908 sua circulação diária, passando a semanário” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 40).

O próprio Rotellini apresenta os objetivos e a missão do chamado jornalismo colonial, do qual o *Fanfulla* seria uma de suas expressões mais importantes:

A imprensa colonial não deve só manter vivos nos conacionais a língua, as recordações e os pensamentos da pátria; ser o órgão da defesa da coletividade, a voz que exprime as suas necessidades; ela desempenha o papel, também importante, de explicar para a mãe pátria o ambiente onde a energia italiana se transforma em obras cívicas, mostrando como essas obras são importantes, belas e apreciadas; manter desperta a atenção dos italianos da península para os italianos do Brasil. Deve ser, enfim, o instrumento de um intercâmbio contínuo de informações e de ideias, o fio que une cada dia, através do Oceano, os corações e as mentes.⁴¹

O *Fanfulla* se impôs na cena da imprensa paulistana (não somente em língua italiana) também pelo avanço de alguns aspectos técnicos: foi o primeiro jornal de São Paulo a adotar, em 1905, as linotipos canadenses⁴²: “somente dois anos mais tarde o *Estado de S. Paulo* adotaria esse método revolucionário, adquirindo aquelas linotipos que logo mais se tornariam obrigatória para todos” (CENNI, 2003, p. 347)⁴³. Entre os jornais italianos da época foi o primeiro (e o único por um bom tempo) a sair com oito páginas, podendo contar com a colaboração de famosos jornalistas e personalidades da comunidade italiana, cada um dos

⁴⁰ “Rotellini, no momento da fundação, propunha-se a criar um jornal que deveria agradar a todos o que o teria levado ironicamente a defini-lo como *monarchico-repubblicano-socialista-anarchico-clericale a base liberale*.” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 14)

⁴¹ “*La stampa coloniale non ha solo il compito di tener vivi nei connazionali [...] la lingua, i ricordi e i pensieri della patria; di essere l'organo di difesa della collettività, la voce che ne esprime i bisogni: ha anche quello, del pari importante, di far capire alla madre-patria l'ambiente ove l'energia italiana si svolge in opere civili, di far vedere come queste opere sono importanti, belle ed apprezzate; di tener desta l'attenzione degli italiani della penisola sugli italiani del Brasile. Deve essere, insomma, lo strumento di uno scambio incessante di informazioni e di idee, il filo che lega ogni giorno, attraverso l'Oceano, i cuori e le menti.*” (ROTELLINI, 1906, prefácio)

⁴² Máquinas tipográficas compostas de um teclado.

⁴³ “Quando Rotellini chegou de volta da Itália, em 1905, com as primeiras linotipos que apareceram em São Paulo, foi um verdadeiro triunfo. Os proprietários dos outros jornais realizavam visitas continuas ao *Fanfulla* para admirar e estudar a maravilha. Somente os velhos tipógrafos, acostumados a pegar um por um os tipos nas caixas, com extrema rapidez, não se conformavam com a novidade. Sem conhecer perfeitamente o teclado das linotipos, atrapalhavam-se com a temperatura da fundição e com as manobras mecânicas destinadas a devolver as matrizes.” (CENNI, 2003, p. 347)

quais se ocupando de uma seção específica. Conforme assinalado por Consolmagno (1993), entre os assuntos tratados com maior frequência estavam as notícias da Itália, que, em um primeiro período, se referiam a um quadro muito amplo: desde a política italiana externa e interna, com destaque para as atitudes tomadas pelo governo italiano em relação à imigração, até informações sobre as regiões italianas e suas políticas locais, e questões ligadas à imigração e às condições de vida e de trabalho dos italianos no Brasil. Já durante o *ventennio*, as notícias de política gravitavam basicamente em torno de Mussolini, de seus supostos sucessos e de suas “vitoriosas” decisões. O *Fanfulla* publicava também seções que traziam notícias do interior sobre temas variados (festas, casamentos, denúncias de injustiças sofridas por colonos nas fazendas etc.) e colunas nas quais se comentavam os problemas da cidade de São Paulo (iluminação, transporte, criminalidade etc.). Seguindo a prática de origem francesa, o *Fanfulla* possuía um espaço reservado aos romances e folhetins (de autores principalmente italianos) chamado *Appendice del Fanfulla*, que ocupava a parte inferior ou superior das páginas para que o leitor pudesse recortar e colecionar a obra integral. Um espaço fundamental do *Fanfulla*, como de outros jornais, era a seção dos anúncios publicitários, que durante muito tempo representaram sua principal fonte de recursos. Entre os anunciantes havia:

Profissionais liberais da capital e do interior, médicos, dentistas e advogados; anúncios de remédios, farmácias, parteiras, clínicas e sanatórios; cafés, confeitarias, restaurantes e hotéis; casas que comercializavam couro, instrumentos musicais, vestuário, bebidas; casas de importação e exportação; fábricas de produtos alimentícios e empórios que comercializavam esses produtos; barbeiros, alfaiates, marceneiros, etc.; agências de aluguel e emprego; casas de penhor; indústrias Matarazzo; bancos; companhias de navegação; teatros e livrarias. (CONSOLMAGNO, 1993, p. 114)

Cabe ainda destacar mais um elemento importante relativo à posição que o *Fanfulla* ocupava no âmbito jornalístico de São Paulo. Até a segunda metade do século XIX, os jornais eram veiculadores das ideias de produtores que queriam atingir uma parte da opinião pública, e a obtenção de lucro era relegada a um plano secundário. No entanto, na passagem do século, os jornais tornaram-se também mercadorias; o jornalismo, uma atividade que passava a visar igualmente ao lucro. Nessa mesma linha, apesar de manter como objetivo principal a defesa da coletividade italiana, o *Fanfulla* passou a ser uma empresa lucrativa⁴⁴ – resistindo, com

⁴⁴ “O jornalista Francesco Pettinati, que nele trabalhou por vários anos, atribuiu o êxito do *Fanfulla* ao espírito empreendedor e sagaz de seu fundador, que soube levar a melhor sobre seus concorrentes.” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 37-38)

isso, ao longo do tempo e tornando-se instrumento da burguesia italiana de São Paulo. O fato de se constituir em um veículo de transmissão dos interesses da classe burguesa explica as mudanças ocorridas em sua linha editorial nas primeiras duas décadas do século XX, ou seja, durante o primeiro conflito mundial e a tomada ao poder de Mussolini na Itália. Angelo Trento [1990], em seu artigo “*Il Fanfulla di São Paulo e la stampa italiana in Brasile dal nazionalismo al fascismo*”, observa que:

O primeiro efeito da participação da Itália no conflito foi a transformação dos conteúdos do jornal, apenas parcialmente justificável. Se parecia previsível que grande espaço fosse dedicado às operações bélicas [...] a seção das notícias locais se reduzia às questões econômicas [...] enquanto predominavam imagens repetidas e estereotipadas do heroísmo e da generosidade dos combatentes italianos.⁴⁵

Nesse processo de transformação, a exaltação do conceito de pátria – que, como vimos, constituía a base da construção de uma identidade italiana fora da Itália – acabou se confundindo com o nacionalismo, durante a Primeira Guerra e, mais tarde, com o fascismo.

Com a ascensão de Mussolini ao poder muitos jornais italianos de São Paulo mudaram rapidamente as próprias convicções, tornando-se instrumentos do regime fora da Itália. Além do *Pasquino Coloniale*, jornal humorístico (que alcançava a tiragem de 10.000 exemplares), os dois casos mais evidentes dessa mutação foram a rápida conversão do *Piccolo*⁴⁶, que em um primeiro momento tinha se distinguido pelo sentimento antifascista, e do próprio *Fanfulla*. De natureza democrática e aberto a toda a comunidade nos primeiros anos de sua publicação, o *Fanfulla* modificou aos poucos sua ideologia, aderindo à participação da Itália na Primeira Guerra Mundial e apelando para sentimentos nacionalistas e patrióticos. Posteriormente, superadas as reticências iniciais em relação a Mussolini, passou a apoiar aquelas forças que apresentavam garantias para a burguesia – base de apoio ao regime –, propagandeando, a partir de 1921, a exaltação e a defesa do fascismo: “as posturas nacionalistas defendidas pelo *Fanfulla* já preanunciavam a adesão posterior ao ideal fascista durante a década de 20, quando fortaleceu-se a ideologia de uma nação forte e de uma Itália respeitada pelas demais potências europeias” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 382). Na década de 30, a orientação fascista do

⁴⁵ “*Il primo effetto della partecipazione dell'Italia al conflitto fu la trasformazione contenutistica del giornale, solo parzialmente giustificabile. Se appariva scontato che grande spazio venisse dedicato alle operazioni belliche [...] la cronaca locale si ridusse alle questioni economiche [...] mentre giganteggiavano immagini reiterate e stereotipate dell'eroismo e della generosità dei combattenti italiani.*”

⁴⁶ “Criado em 1918, foi a publicação que reuniu melhores condições para competir com o *Fanfulla* [...] teve, entre seus editores, jornalistas que já haviam passado pelo *Fanfulla* [...] foi publicado até 1931 e nos últimos anos de existência tornou-se defensor do regime fascista.” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 41)

jornal tornou-se predominante e o regime assumiu enfim o controle do *Fanfulla*⁴⁷, que se tornou um fiel agente de Roma até a intervenção do governo brasileiro, em 1942.

É preciso lembrar que a obra de fascistização da imprensa fora da Itália passava por estratégias também econômicas: por exemplo, um dos expedientes adotados consistia em oferecer gratuitamente o serviço telegráfico italiano aos jornais simpatizantes do regime, desta forma propiciando aos seus seguidores uma riqueza de noticiário superior àquela dos outros jornais. O diretor de *La Difesa*, Antonio Piccarolo⁴⁸, denunciava: “os fascistas compraram os jornais já existentes, fundaram novos, mandaram conferencistas, propagandistas, enfim, pagaram um verdadeiro bando de assaltantes, com vista a pôr em prática os sistemas usados na Itália” (Apud HECKER, 1989, p. 191).

1.5 *La Difesa*

No âmbito do panorama acima delineado, destacou-se a ação do movimento antifascista paulistano, tendo como órgão de veiculação das próprias ideias especialmente um jornal, que se tornou o maior instrumento do antifascismo no Brasil: *La Difesa*.

Surgido no dia 7 de abril de 1923, por iniciativa de militantes políticos e intelectuais italianos, especialmente de Antonio Piccarolo, o jornal teve como motivo imediato de seu nascimento a conversão repentina ao fascismo de *Il Piccolo*, que anteriormente havia publicado artigos antifascistas do próprio Piccarolo. *La Difesa*, que se colocava em frontal oposição à maioria dos jornais italianos alinhados ao regime fascista, trazia no cabeçalho o título *Órgão semanal dos homens livres* (vide fig. 1), e era basicamente financiado com

⁴⁷ “Anche a São Paulo, il panorama prevalente fu quello della conversione, persino da parte di testate che avevano precedentemente attaccato il movimento di Mussolini, come “*Il Piccolo*” che finì per offrire la carica di amministratore a Pasquale Manera, rappresentante del PNF a São Paulo, e, in seguito, fu acquistato dal regime, come accadde peraltro nel 1934 al “*Fanfulla*”.” [Também em São Paulo, o panorama predominante foi o da conversão, até mesmo de jornais que anteriormente tinham atacado o movimento de Mussolini, como ‘*Il Piccolo*’ que acabou oferecendo a carga de administrador a Pasquale Manera, representante do PNF em São Paulo, sendo, mais tarde, comprado pelo regime, como aconteceria em 1934, com o *Fanfulla*.] (TRENTO, [1990], p. 34-35)

⁴⁸ Antonio Piccarolo (1863-1947) nasceu na província de Alessandria, Piemonte, Itália. Destacou-se como historiador na sua terra natal, e em 1895 ocupou a posição de administrador do periódico socialista de Turim, *Il Grido del Popolo*. Em 1904 foi convidado pelo Partido Socialista, seção de São Paulo, para dirigir o jornal *Avanti!*, publicado em língua italiana no Brasil, onde também fundou seu próprio jornal, *Il Secolo*. Em 1908, editou um trabalho pioneiro em sua área, *O Socialismo no Brasil*, livro no qual adaptava ideias marxistas à situação do país e defendia a imigração italiana como a mais adequada para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Dirigiu aqui diversos órgãos de comunicação além do *Avanti!*, tais como: *Il Secolo* (1906-1910), *La Rivista Coloniale* (1910-1924), *La Difesa* (1923-1926) e *Il Risorgimento* (1928). Lecionou latim em várias escolas de São Paulo e foi um dos fundadores da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, em 1931. Encerrou sua carreira docente na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1946. Ativo militante antifascista, durante a Segunda Guerra Mundial participou da Sociedade Amigos da América, uma entidade antifascista de apoio aos Aliados (cf. HECKER, 1989, p. 6-20).

recursos das lojas maçônicas⁴⁹ e por meio das contribuições de assinantes e subscritores⁵⁰. Na “seção administrativa” do dia 01/05/30, o jornal apresenta uma lista das entradas e das despesas relativas ao primeiro trimestre de 1930 com a seguinte justificativa:

Ci proponiamo di presentare mensilmente un prospetto riassuntivo del nostro libro Cassa, in modo che tutti possano alla fine del mese sapere quali sono le entrate e le uscite del giornale. Cominceremo dal prossimo numero, nel quale daremo il prospetto delle spese dal 13 al 30 Aprile; in questo pubblichiamo il Quadro riassuntivo delle Entrate e delle Spese dal 1° gennaio al 13 aprile 1930.

[Pretendemos apresentar a cada mês um quadro sinóptico do nosso livro Caixa, de forma que todos possam no fim do mês saber quais são as entradas e as despesas do jornal. Começaremos a partir do próximo número, no qual daremos o quadro das despesas do dia 13 ao dia 30 de Abril; nesse número publicamos o Quadro sinóptico das Entradas e das Despesas do dia 1º de janeiro ao dia 13 de abril de 1930.]

Incassi [Entradas]

<i>Titolo</i> [Título]	<i>Gennaio</i> [Janeiro]	<i>Febbraio</i> [Fevereiro]	<i>Marzo</i> [Março]	<i>1-13 Aprile</i> [1-13 Abril]	<i>Totali</i> [Total]
<i>Cassa al 31/9/29</i> [Caixa ao 31/9/29]					416\$200
<i>Abbonamenti</i> [Assinaturas]	4.875\$000	3.653\$800	1.420\$000	398\$100	10.346\$900
<i>Sottoscrizioni</i> [Subscrições]	455\$300	304\$400	1.258\$000	222\$000	2.239\$700
<i>Contributi mensili</i> [Contribuições mensais]	510\$900	401\$000	385\$000	260\$000	1.451\$000
<i>Rivendita</i> [Revenda]	405\$000	515\$100	432\$300	284\$500	1.742\$800
<i>Rimborsi</i> [Reembolsos]	45\$000		14\$000		59\$000
<i>Stampati</i> [Impressões]	17\$000	10\$000	5\$000		32\$000
<i>Pubblicità</i> [Propaganda]	390\$000	335\$000	360\$000	55\$000	1.140\$000
<i>Feste e ricevimenti</i> ⁵¹					

⁴⁹ “As lojas Andrea Costa e Guglielmo Oberdan, a primeira composta quase exclusivamente de socialistas e a outra de republicanos.” (HECKER, 1988, p. 187)

⁵⁰ Em “*Anarquistas graças a Deus*”, retrato literário da comunidade italiana de São Paulo das primeiras décadas do século XX, Zélia Gattai conta: “Meus pais eram muito chegados as reuniões políticas. [...] A garotada transformava essas reuniões políticas em divertimentos. [...] As noitadas eram divididas em duas partes e, para mim, a primeira era a melhor: vendiam-se jornais – *A Lanterna*, jornalzinho anticlerical, e *La Difesa*, jornal socialista [...]” (GATTAI, 2009, p. 200)

⁵¹ No dia 01/01/27, *La Difesa* destaca a notícia de uma festa: “*Il successo della serata ‘Amici della Difesa’ – La vigilia di Natale, ebbe luogo alla ‘Lega Lombarda’ [società di mutuo soccorso] la serata degli ‘Amici della Difesa’. Grande cordialità tra gli intervenuti. Dopo la rappresentazione di un riuscito bozzetto e alcuni numeri di varietà, parlò brevemente l’on. Frola. Le danze si protrassero fino ad ora tarda. Bella serata, che servì a*

<i>(residuo)</i> [Festas e recepções (resto)]	6\$000	10\$000			16\$000
<i>Diverse</i> [Outras]		6\$000			6\$000
	6.704\$200	5.235\$300	3.874\$300	1.219\$600	17.449\$600
<i>Spese</i> [Despesas]					
	<i>Gennaio</i> [Janeiro]	<i>Febbraio</i> [Fevereiro]	<i>Marzo</i> [Março]	<i>1-13 Aprile</i> [1-13 Abril]	<i>Totali</i> [Total]
<i>Riviste e giornali</i> [Revistas e jornais]	13\$200	10\$400	10\$800	4\$400	38\$800
<i>Spese di scrittoio</i> [Despesas de escritório]	34\$400	41\$400	7\$900	25\$600	109\$300
<i>Stipendi</i> [Salários]	1.316\$700	913\$800	1.590\$000	340\$000	4.160\$000
<i>Stampati, opuscoli di propaganda</i> [Impressões, opúscolos publicitários]	66\$600	\$400	19\$200	45\$700	131\$900
<i>Posta, telefono- telegrafo</i> [Correio, telefone- telégrafo]	14\$400	35\$200	39\$800	8\$500	97\$900
<i>Stampa e spedizione giornale</i> [Impressão e envio jornal]	2.963\$000	3.720\$400	1.974\$400	964\$200	9.622\$900
<i>Affitto</i> [Aluguel]	920\$000	220\$000	220\$000		1.360\$000
<i>Mancie e gratificazioni</i> [Gorjetas e gratificações]	7\$000	10\$800	10\$000	1\$000	28\$800
<i>Diverse</i> [Outras]	10\$000				10\$000
<i>Cassetta Postale</i> [Caixa de correio]	25\$000				25\$000
<i>Viaggi, spese di automobile</i>	100\$000		15\$000		115\$000

maggiormente cementare attorno alla 'Difesa' i numerosi antifascisti di San Paolo". [O sucesso da noite "Amigos da Defesa" – Na véspera de Natal, passou-se na sede da 'Lega Lombarda' [associação de mútuosocorro] a noite dos 'Amigos da Defesa'. Grande cordialidade entre os presentes. Após a realização de um esboço de sucesso e alguns números de variedades, o exmo. Frola falou brevemente. As danças continuaram até hora tardia. Bela noite, que serviu para consolidar ainda mais em torno do 'Defesa' os muitos antifascistas de São Paulo.]

[Viagens, gastos de carro]					
<i>Propaganda</i>	16\$000		25\$000		41\$000
[Propaganda]					
<i>Marche da bollo</i>	1\$200	1\$200	1\$200	1\$200	4\$800
[Estampilhas]					
<i>Anticipi</i>	50\$000				50\$000
[Adiantamentos]					
<i>Cassa al 13 Aprile 1930</i>				816\$900	
[Caixa ao 13 de Abril de 1930]					
	5.957\$300	5.233\$500	4.067\$800	1.404\$100	17.449\$600

Embora uma única tabela não seja suficiente para estabelecer os reais recursos que o jornal possuía, assim como os gastos que tinha que enfrentar, é interessante analisar alguns elementos nela contidos: em primeiro lugar, a maior fonte de renda do jornal seriam as assinaturas, seguidas pelas contribuições e subscrições⁵². O lucro derivado dos anúncios publicitários, que, como já mencionado, constituía uma das principais entradas dos maiores jornais, ficaria apenas em quinto lugar.

Com base nos dados apresentados na tabela, pode-se tentar igualmente refletir sobre a tiragem: analisando o número de cópias vendidas nas revendas e considerando que em 1930 o preço de uma cópia de *La Difesa* era 200 réis (moeda da época), a média por mês resultaria, pelo trimestre janeiro/fevereiro/março de 1930, em aproximadamente 2.253 cópias vendidas. Já tentar calcular a média dos assinantes, cujo número devia ser provavelmente maior em relação aos compradores ocasionais, é mais complicado: conforme indicado no cabeçalho do jornal, havia uma assinatura semestral e uma anual (de respectivamente 10\$000 réis e 20\$000 réis), mas observando as flutuações das entradas relativas às assinaturas do primeiro trimestre de 1930 não é possível estabelecer se existia um número fixo de assinantes e, logo, de cópias vendidas. A hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que possui em seu acervo a coleção completa de *La Difesa*, não tem informações relativas à sua tiragem; também entre os historiadores não há dados claros e unânimes. Conforme destaca Trento, segundo informantes do Consulado Italiano, o jornal tinha, em 1927, 5 mil assinantes, afirmação contestada pelo embaixador, que falava em 3 mil (TRENTO, 1989).

⁵² Dados confirmados também na tabela da seção administrativa dos dias 11/05/30, 06/07/30, 01/03/31, 28/03/31 e 05/04/31.

Certo é que, além da luta contra os jornais de maior popularidade que tinham se tornado fascistas⁵³, durante a sua publicação *La Difesa* encontrou vários problemas de ordem financeira, de organização e de concorrência (Piccarolo fundou, em 1928, *Il Risorgimento*, uma resenha quinzenal antifascista), como demonstra a irregularidade com a qual saíam suas cópias: foi um quinzenal até 29/06/1924, quando foi suspenso em decorrência da revolução paulista de julho de 1924. Retomado em 25/12/1924, o jornal se tornou semanal, dedicando-se à criação de uma instituição oficializadora da união das oposições ao regime fascista. No fim de 1925, nasceu, assim, a *Unione Democratica*⁵⁴, da qual *La Difesa* era o órgão oficial. O jornal continuou sua obra sob a orientação de Piccarolo até novembro de 1926, quando a diretoria passou a ser ocupada pelo conde Francesco Frola, um intelectual antifascista e socialista chamado ao Brasil exclusivamente para esse encargo. Ele adotaria uma linha editorial diferente⁵⁵ e entraria em disputa com Piccarolo, gerando verdadeiras rupturas no movimento antifascista da capital. Bertonha (1999, p. 61) nos lembra que:

Esse primeiro grande jornal antifascista não representava um bloco monolítico [...], mas sim um ponto de encontro de diversas tendências do antifascismo italiano em São Paulo. Essa multiplicidade pode ser observada no fato de que os antifascistas debatiam continuamente entre si, nas próprias colunas do jornal.

Após várias mudanças na diretoria, em dezembro de 1931, *La Difesa* se tornou um diário de quatro até seis páginas, mudando seu nome para *L'Italia*, mas mantendo o nome originário no cabeçalho, em baixo do título do jornal entre parênteses (vide fig. 2). Em 1933, o jornal voltou a ser quinzenal, até que, por causas econômicas, cessou suas atividades no dia 14 de julho do mesmo ano. Depois de meses de silêncio, “*non per colpa di persone, ma per necessità e avversità*” [não por causa de pessoas, mas por necessidades e adversidades] (LA

⁵³ As primeiras batalhas travadas por *La Difesa* ocorreram no âmbito da própria imprensa em São Paulo, onde a fascistização parecia andar celeremente: em 1926, este jornal afirmava que os principais veículos de comunicação da colônia haviam caído, desde *Il Piccolo*, “o órgão oficial do fascismo”, passando pela *Tribuna Italiana* e o *Fanfulla*, até o *Pasquino Coloniale*.

⁵⁴ Entre as tarefas da associação: dar representação política aos italianos que se consideravam prejudicados pela política oficial da Itália, além de oferecer proteção, por meio do Comitê de Defesa Cotidiana, contra os ultrajes consignados pelo “*fascio*” local, que representava o Partido Nacional Fascista (cf. HECKER, 1989, p. 188). O ponto crítico que levou à criação da associação foi o assassinato de Matteotti, expoente da esquerda italiana, momento em que os antifascistas sentiram a necessidade de se organizarem para enfrentar um regime que não podia mais ser considerado simplesmente transitório (cf. TRENTO, 1989, p. 371).

⁵⁵ “Frola, para ser grandiloquente e, ao mesmo tempo, senhor de um linguajar grosseiro e vulgar, passou a desfechar dardos retóricos contra os *farabutti e truffatori* fascistas. Sua intenção de expandir o movimento ‘a todos os cantos do Brasil’ provocou altas despesas financeiras e desagradou a uma parcela de antifascistas.” (HECKER, 1989, p. 188)

DIFESA, 28/10/33), o jornal reapareceu em outubro com o antigo nome – *La Difesa* –, mas fechou definitivamente no dia 03/03/34.

As contínuas dificuldades são confirmadas também pela leitura do jornal, que ao longo de toda sua existência apelava ao sentimento patriótico dos imigrantes italianos para que comprassem *La Difesa* e ajudassem o movimento antifascista. Na maioria dos números, encontram-se janelas⁵⁶ que convidam os leitores a comprar o jornal, a divulgá-lo, a subscrevê-lo, e “lembram” os credores em mora de respeitar as datas dos pagamentos, sob pena de cancelamento da assinatura (vide fig. 3).

Baseando-se no estudo das páginas de *La Difesa*, parece evidente que a maioria dos leitores se encontrava em São Paulo, no entanto, havia um grande esforço para difundir o jornal em outras cidades. Em um artigo datado 30/05/31 e intitulado “*La Difesa in viaggio – Lungo la ‘Rallway’ fino a Santos, e da Santos a Rio de Janeiro*” [*La Difesa* de viagem – Ao longo da “Rallway” até Santos, e de Santos ao Rio de Janeiro], o jornalista Ugo Scalabrino relata suas viagens objetivando propagandear o movimento antifascista e *La Difesa* fora de São Paulo, em particular em São Caetano, São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires, Santos e Rio de Janeiro. A este respeito, eram entusiásticas suas impressões ao ser recebido por outros antifascistas em suas cidades:

São Caetano – [...] Visto molti nostri abbonati, quasi tutti dell’alta Italia: piemontesi, lombardi, emiliani. Converso a lungo, do notizie del nostro movimento, della Difesa. Mi accorgo che sono in grande maggioranza, vecchi lavoratori, ex organizzati nei nostri partiti d’avanguardia e nella Confederazione del lavoro [...] São Bernardo – [...] Visito il nostro fiduciario Costante Gibba, ed egli mi semplifica di molto il mio lavoro accompagnandomi a visitare gli abbonati. Crisi, crisi, ma... al nome della Difesa molto si ottiene. Del resto, quasi tutti erano già in regola e i pochi altri si pongono al corrente volentieri. Mauá – [...] Qui finalmente finisce l’orbita dei fascistoni ‘graudos’, mi sembra di respirare un’aria più pura [...] ambiente antifascista e cooperativista [...] Riberão Pires – dove pur conta la Difesa vari amici [...] intendo soffermarmi anche per appurare se il servizio di distribuzione della Difesa avviene normalmente. [...] Santos – [...] l’ambiente antifascista di Santos può servire di buon esempio a molti... [...] Rio de Janeiro – [...] visito Battistelli e Scarrone e ho poi il piacere di conoscere parecchi altri amici nostri [...] e passano così i giorni in visite e visite [...] in treno, in bond, in barca li visitiamo tutti. Ben pochi sono quelli che non hanno potuto rispondere all’appello della Difesa [...]. Risultato complessivo del viaggio buono, sia politicamente che ...ammministrativamente. Peccato che ci si debba limitare a giri così... piccoli; mille chilometri. Come sarebbe utile, anche dal punto di vista morale un ‘Giro Antifascista del Brasile’ compiuto dalla Difesa.

⁵⁶ Espaço aberto dentro de qualquer matéria ou elemento da página (texto, foto, desenho, gráfico, etc.), emoldurado ou não por fios, para colocação de quadro, *side*, sub-retranca, infográfico, olho, ilustração, selo, anúncio, etc. (RABAÇA; BARBOSA GUIMARÃES, 2002)

[São Caetano – [...] Encontrei muitos de nossos assinantes, quase todos do norte da Itália: piemonteses, lombardos, emilianos. Converso por muito tempo, dou notícias do nosso movimento, da *Difesa*. Percebo que eles são, na maioria, velhos trabalhadores, antigos membros dos nossos partidos de vanguarda e da Confederação do Trabalho [...] São Bernardo – [...] Visito o nosso fiduciário Costante Gibba, e ele simplifica muito meu trabalho me acompanhando para visitar os assinantes. Crise, crise, mas ... ao nome da *Difesa* muito se obtém. Além disso, quase todos já não estavam devendo e os outros poucos se regularizam de boa vontade. Mauá – [...] Aqui, finalmente, termina a órbita dos fascistões ‘graúdos’, me parece que respiro um ar mais puro [...] ambiente antifascista e cooperativista [...] Ribeirão Pires – onde a *Difesa* conta também com muitos amigos [...] pretendo permanecer também para verificar se o serviço de distribuição da *Difesa* é feito normalmente. [...] Santos – [...] o ambiente antifascista de Santos pode servir como um bom exemplo para muitos ... [...] Rio de Janeiro – [...] visito Battistelli e Scarrone e, em seguida, tenho o prazer de conhecer vários outros amigos nossos [...] e assim passam os dias de visita em visita [...] de trem, bonde, barco os visitamos todos. Poucos são aqueles que não foram capazes de responder ao apelo da *Difesa* [...]. Bom resultado global da viagem, tanto politicamente quanto ... administrativamente. Pena que temos nos limitar a viagens... tão pequenas; mil quilômetros. Como seria útil, mesmo do ponto de vista moral, uma ‘Volta Antifascista do Brasil’ feita pela *Difesa*.]

A leitura desse trecho comprova que já existiam assinantes e simpatizantes de *La Difesa* em outras cidades, informação possível de se deduzir pelo espaço – presente em quase todos os números – situado na quarta página dedicado aos vários subscritores (elencados com nome, sobrenome, valor e, às vezes, a motivação da contribuição). Trata-se de um número exíguo de pessoas, mas importante para demonstrar que *La Difesa* circulava, no mínimo, nas seguintes cidades do interior de São Paulo: Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Jaboaticabal, Sorocaba, Catanduva, Franca, Taquaritinga, Bauru, Pindamonhangaba, Amparo, Cândido Rodrigues, Monte Aprazível e em outras cidades, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Poços de Caldas, Caxias do Sul e Curitiba. Encarregados de procurar novas assinaturas, assim como de realizar a cobrança de seu valor, alguns colaboradores de *La Difesa* viajavam pelo estado de São Paulo, como demonstra este anúncio, destinado aos leitores do interior (LA DIFESA, 26/01/30):

Agli amici dell'interno – Avvisiamo gli abbonati dell'interno che dal 14 gennaio del corrente anno, il nostro viaggiatore sig. Ertulio Esposito, visiterà le sotto segnate località, per la riscossione degli abbonamenti arretrati e per quelli del corrente anno: Jahú, Barary, Bocaina, Itajú, Pederneiras, Ayres Galvão, Baurú, Piratininga, Marília, Agudos. Preghiamo agli amici delle suddette località di volersi mettere al corrente col nostro Esposito e possibilmente procurare nuovi abbonati.

[Para os amigos do interior – Advertimos os assinantes do interior que a partir de 14 de janeiro deste ano, o nosso viajante Mr. Ertulio Esposito visitará os locais marcados abaixo para a cobrança das assinaturas em atraso e daquelas para o ano em curso: Jaú, Barary, Bocaina, Itaju, Pederneiras, Ayres Galvão, Bauru, Piratininga, Marília, Agudos. Pedimos aos amigos destes locais que se informem com o nosso Esposito e, possivelmente, que consigam novos assinantes.]

Analisando as páginas do jornal, é verossímil pensar que o movimento antifascista fosse hostilizado por grupos fascistas também no interior; *La Difesa* em várias ocasiões se dirigia ao seu público para que denunciasse os episódios de violência ou as ameaças sofridas e publicava exemplos dos ataques perpetrados contra os antifascistas, como demonstram os seguintes testemunhos:

Noi sappiamo che i nostri avversari, specie all'interno, cercano di distogliere i nostri amici e simpatizzanti dall'abbonarsi o dal sottoscrivere per la "DIFESA" minacciando feroci rappresaglie sulle persone e sui beni. I briganti in camicia nera non sanno far altro che provocare e delinquere. I nostri amici non temano, siamo in un paese libero, in cui i fascisti non possono fare il loro comodo. Se qualcuno tra di essi si atteggia a prepotente e compie qualche rappresaglia sia senz'altro denunciato all'autorità di pubblica sicurezza e contemporaneamente venga data notizia alla Redazione de la "DIFESA". (LA DIFESA, 30/01/27)

[Sabemos que os nossos adversários, especialmente no interior, tentam dissuadir os nossos amigos e simpatizantes de assinar ou subscrever a “DIFESA” ameaçando represálias ferozes às pessoas e bens. Os bandidos de camisa preta só sabem provocar e delinquir. Nossos amigos não temam, nós estamos em um país livre, em que os fascistas não podem fazer o que eles querem. Se algum deles se comportar como um prepotente e se vingar, que seja certamente denunciado à segurança pública e ao mesmo tempo seja dada a notícia ao editor da “DIFESA”.]

“Per il bene della vostra salute, e pel decoro del nome italiano, partite oggi da questa città. Diversi italiani. Botucatu 1.3.927”.
Questa è la missiva che un viaggiatore di commercio, nostro buon amico, che da tempo e senza remunerazione alcuna si presta per la diffusione della ‘Difesa’, ha ricevuto in Botucatu. La lettera, come i lettori vedono, è anonima. Indizio questo della dignità e del coraggio fascista. A noi però che viviamo qui da tempo e conosciamo i sistemi dei nostri avversari, non è difficile individuare l'anonimo. Bene fece quindi il nostro amico a denunciare il fatto [...]. Intanto anche qui la ‘Difesa’ sta prendendo piede e ci vuole ben altro per impedire che le idee improntate a verità e giustizia [...] abbiano ad illuminare le menti degli italiani e dei brasiliani desiderosi di giustizia e verità. (LA DIFESA, 13/03/27)

[“Para o bem de sua saúde, e para a dignidade do nome italiano, saiam hoje desta cidade. Vários italianos. Botucatu 1.3.927”.

Esta é a carta que um viajante comercial, nosso bom amigo, que há muito tempo e sem qualquer remuneração presta-se à divulgação da ‘Difesa’,

recebeu em Botucatu. A carta, como os leitores podem ver, é anônima. Sinal este da dignidade e da coragem fascista. Para nós, no entanto, que vivemos aqui há algum tempo e conhecemos os modos de nossos concorrentes, não é difícil identificar o anônimo. Bem portanto fez o nosso amigo relatando o fato [...]. Enquanto isso, também aqui a ‘Difesa’ está se difundindo e é preciso muito mais para evitar que as ideias marcadas pela verdade e justiça [...] iluminem as mentes de italianos e brasileiros ávidos por justiça e verdade.]

Passando a observar a diagramação das páginas em *La Difesa*, percebe-se que seu aspecto geral é austero, conforme à linha adotada pela imprensa naquela época: as quatro páginas que compõem o jornal são divididas em seis colunas, com títulos pequenos e, nos primeiros anos de sua publicação, sem fotos⁵⁷, ilustrações ou charges (vide, a título exemplificativo, a fig. 1). Na imprensa atual, a primeira página “é organizada com a técnica da vitrine com efeito de ampliação: alguns ‘objetos’ são escolhidos para ser exibidos com o uso frequente de títulos e fontes grandes, a fim de dar-lhes ênfase máxima”⁵⁸ (MURIALDI, 1978, p. 32). Se a primeira página, conforme destaca Murialdi, assim como as outras seções de um jornal moderno são normalmente bem definidas e ocupam lugares específicos para que o leitor possa encontrar rapidamente determinado artigo ou editorial de sua preferência, a diagramação de *La Difesa* se apresenta sem uma organização precisa de elementos. Única exceção é o editorial principal, que se encontra sempre na primeira página, no alto, à esquerda, na maioria dos casos sem assinatura, e de tamanho variável: de duas colunas até a página inteira (nesse caso, o texto é geralmente dividido por entretítulos⁵⁹, vide fig. 1). A primeira página abriga quase sempre outras matérias, colocadas geralmente no alto, à direita, e no meio, mas sem uma posição fixa; a impressão é que sua localização, assim como sua dimensão, dependia do tamanho do editorial principal. Não raramente, de fato, o último artigo publicado na primeira página, não tendo espaço suficiente, continua na página seguinte (vide exemplos de primeiras páginas na fig. 4).

Os assuntos tratados envolvem prevalentemente a política italiana na Itália e suas repercussões no Brasil; também há em destaque acontecimentos importantes ocorridos na Itália, relacionados geralmente à violência e aos abusos dos fascistas, e notícias de economia italiana (mas principalmente direcionadas a demonstrar a má conduta do governo italiano). É

⁵⁷ Já no *Fanfulla* “o uso da fotografia se tornou assíduo por volta de 1910, quando o jornal passou a apresentar em todas as edições fotos na primeira página, geralmente de pessoas e políticos ilustres relacionados com os principais acontecimentos do dia” (CONSOLMAGNO, 1993, p. 101).

⁵⁸ “[...] è impostata con la tecnica della vetrina con effetto di ingrandimento: si scelgono pochi ‘oggetti’ da esporre in modo da dargli com l’uso frequente di titoli e di caratteri grossi, il massimo risalto.”

⁵⁹ “Cada um dos títulos que subdividem um texto extenso [...] a divisão da matéria é um recurso gráfico-visual destinado a tornar o texto mais atraente, menos cansativo e mais fácil de se ler.” (RABAÇA; BARBOSA GUIMARÃES, 2002)

na terceira página que se encontram algumas seções fixas, que, na realidade, mudam frequentemente de nome ou desaparecem depois de um tempo, e que tratam, na maioria dos casos, de política. Destacamos algumas entre elas: aquelas que procuram evidenciar as incoerências das ações fascistas tanto na Itália como no Brasil, intituladas *Curiosità insoddisfatte* e *La Rubrica delle curiosità* nos primeiros anos, e *Notarelle igieniche* e *La rubrica allegra* depois; outras que resumem os fatos políticos mais importantes, como *Echi e commenti*, *Stelloncini settimanali* ou *La settimana politica*, cujo objetivo é indicado claramente pela própria *La Difesa* (16/06/23):

Iniziamo questa rubrica per comodità dei nostri lettori. Il nostro foglio è diretto specialmente al popolo. Molti dei nostri lettori, operai di città o lavoratori dei campi, non hanno opportunità di leggere quotidianamente i giornali e di mantenersi quindi al corrente del movimento politico internazionale e specialmente italiano, che è quello che più li interessa. Offriamo loro pertanto questa colonna nella quale cercheremo di riassumere i fatti più importanti della settimana, in modo che anche il lettore il quale limita le sue letture al nostro foglio, si possa ritenere al corrente dei fatti più importanti accaduti durante il tempo che passa fra l'una e l'altra delle nostre apparizioni.

[Começamos esta seção para a comodidade dos nossos leitores. Nossa folha é dirigida especialmente ao povo. Muitos dos nossos leitores, operários da cidade ou trabalhadores do campo, não têm oportunidade de ler jornais diários e, portanto, de se manter informados do movimento político internacional e especialmente italiano, que é o que mais lhes interessa. Portanto, lhes oferecemos esta coluna em que tentaremos resumir os eventos mais importantes da semana, de modo que mesmo o leitor que limita suas leituras à nossa folha possa considerar-se informado dos eventos mais importantes que ocorreram durante o tempo que passa entre uma e outra das nossas edições.]

Na maioria dos números, aparece a seção dedicada às cartas dos leitores, *Piccola Posta*, que se transforma após um tempo em *Commenti alla Piccola Posta del Fanfulla*, cujo intuito é descreditar as repostas dadas pelo jornal antagonista às missivas de seus leitores.

Em algumas edições, *La Difesa*, como outros jornais, começou a publicar um romance em série, *Il trionfo della folla* [O triunfo da multidão], escrito pelo próprio Frola. No entanto, o cunho político da trama não parece ter favorecido essa iniciativa, que terminou logo em seguida. Quando, em dezembro de 1931, o jornal passou a ser um diário, compreendia geralmente uma coluna de vida paulista, uma crônica policial, uma seção esportiva e uma de espetáculos (vide fig. 5).

La Difesa também apresentava uma seção de anúncios econômicos, cuja origem era modesta. Tratava-se, na maioria dos casos, de escritórios de advocacia, pequenas lojas e

oficinas mecânicas e elétricas, alfaiatarias e tinturarias, que eram quase sempre as mesmas. Na opinião de Bertonha, isso sugere que o antifascismo não teve uma penetração sólida na pequena burguesia de origem italiana⁶⁰. De fato, “com exceção de algumas presenças esporádicas, não há grande empresas anunciando em nenhum dos jornais antifascistas. Essa situação nos confirma [...] o sólido e maciço apoio da poderosa elite industrial ítalo-paulista à ação do fascismo em São Paulo e a sua negação do antifascismo” (BERTONHA, 1999, p. 205). O próprio Piccarolo, em um artigo publicado em 1945, reconheceu o sucesso do fascismo entre os italianos de São Paulo ao observar que a fascistização “induziu em engano italianos e brasileiros e, somente mais tarde, quando todo reparo se tornara inútil e impossível, foram descobertas as fraudes e trapaças”⁶¹.

De forma geral, foi nesse panorama histórico impregnado de forte carga ideológica que se desenvolveu a imprensa em língua italiana em São Paulo no início do século XX. Em um contexto global pautado pelo maniqueísmo, alguns jornais foram absolutamente incorporados pelo sistema, tornando-se claros veículos de propaganda política, enquanto outros, como *La Difesa*, foram marginalizados, constituindo-se, na prática, no único meio de expressão dos opositores ao regime. Apesar das naturais dificuldades enfrentadas por um jornal de oposição a um regime ditatorial, é incontestável o valor histórico e social de *La Difesa*, que possui o grande mérito de ter conquistado um lugar de destaque na imprensa paulistana, apontando com energia a sua posição, em uma época em que a maior parte da imprensa italiana, seja na península, seja fora dela, tinha sido subjugada.

⁶⁰ “Boa parte dos velhos imigrantes abandonava suas práticas socialistas ou anarquistas quando passava a um *status* social superior, aderindo em grande parte, aliás, ao fascismo [...] ao cruzarmos a lista dos anunciantes com a dos subscritores do jornal e com a de militantes antifascistas [...] houve uma coincidência apreciável, que revela o quão pequeno era o universo dos italianos da pequena burguesia que militavam e apoiavam o antifascismo.” (BERTONHA, 1999, p. 211)

⁶¹ *Correio Paulistano*, 24/10/1945, apud HECKER, 1989, p. 196.

AGLI AMICI

"La Difesa" che andremo man mano curando e migliorando, deve trarre i mezzi di vita da abbonamenti, sottoscrizioni, e dalla pubblicità: —

Gli amici — e sono numerosissimi — oltre al pagamento del proprio abbonamento, debbono sentire il dovere di fare nuovi abbonati e oblatores, procurando commercianti e industriali disposti a servirsi del giornale per la "réclame" dei propri prodotti.

AGLI AMICI DELL'INTERNO

Preghiamo i nostri amici dell'Interno di voler diffondere "La Difesa" mandandoci con sollecitudine liste di abbonati e possibilmente di annunzianti.

"La Difesa" per potere svolgere il programma che si é proposto ha bisogno del concorso morale e materiale di tutti i nostri.

Abbonatevi alla "Difesa"

Preghiamo gli amici detentori di schedo "Pro Difesa" quotidiana, a venire o mandare in Redazione, tutte le sere non festive, dalle 8 alle 9 — Rua Barão de Paranapiacaba, 5-A — che vi sarà un incaricato per il ritiro, e prendere nota.

E' necessario che la restituzione sia fatta non più tardi della prima Quindicina di Gennaio.

Da tutte le parti ci pervengono incitamenti a cominciare: dipende dunque dai nostri amici di intensificare l'iscrizione delle azioni, perché il Comitato possa regolarsi sul capitale raccolto, e mettersi al lavoro di organizzazione.

Avvertiamo ancora, che se qualche / amico e simpatizzante, fosse stato, per inavvertenza, dimenticato, può richiedere in Redazione schede per sottoscrivere e far sottoscrivere.

IL COMITATO.

"La Difesa" é in vendita:
Alla Libreria Italiana — R.
Florencio de Abreu n. 4.
In Rua 15 de Novembro, 27
In Rua São Bento n. 59.

Chiedere "La Difesa" a
tutti i ragazzi rivenditori.

Agli Abbonati ai lettori

Nel riprendere le sue normali pubblicazioni "La Difesa" può assicurare che tali pubblicazioni non saranno più interrotte.

L'amministrazione ha provveduto alla sicurezza materiale della sua uscita regolare.

Un forte gruppo di amici e compagni si sono quotati per far fronte agli impegni più urgenti e alle necessità che derivano dalla pubblicazione della "Difesa".

Sicché tocca ora agli abbonati e ai lettori compiere il loro dovere, appoggiando e sostenendo questo giornale che non verrà mai meno al suo programma di difesa della libertà.

A tutti, l'amministrazione raccomanda di divulgare il giornale fra amici e conoscenti il più largamente possibile.

Abbonati e lettori coroneranno così gli sforzi e i sacrifici dei volontari che hanno voluto che una voce libera circoli coraggiosamente fra la massa cosciente.

L'amministrazione nel chiedere scusa degli errori d'indirizzo, prega gli abbonati a voler immediatamente rimediare, mandando cartolina a "La Difesa", Caixa do Correio 1349.

L'AMMINISTRAZIONE

SOTTOSCRIZIONE

Ogni antifascista deve avere con sé una **"SCHEDA DI SOTTOSCRIZIONE"** pro **"DIFESA"**.

E' inutile che ripetiamo le solite cose: il nostro giornale é povero, noi non abbiamo sovvenzioni, i mezzi ci devono essere dati dalla volontà e dalla solidarietà dei lettori.

Le schede di sottoscrizione si possono ritirare presso **"La Difesa"** Rua Direita 26, oppure scrivendo a **"La Difesa"** Caixa Postal 1349, S. Paulo.

Figura 3: exemplos de anúncios para incentivar os leitores a comprar ou assinar o jornal.

[illegible][illegible]

01/03/24: editorial principal à esquerda,
uma matéria no meio e outra à direita.

[illegible][illegible]

01/04/24: a última matéria em baixo à direita continua na segunda página.

Figura 4: várias subdivisões das primeiras páginas

Figura 5: as seções das quatro páginas da edição diária de *L'Italia (La Difesa)*, 28/12/31.

Capítulo 2

Eixos teóricos para o estabelecimento da noção de *ethos*

Quando se fala de *imagem* – seja ela de um jornal ou de seus leitores – pensa-se, quase automaticamente, em um reflexo de pessoas físicas. Aplicando tal raciocínio ao material de nosso estudo, estaríamos falando, portanto, dos jornalistas que fundaram *La Difesa* e de seus leitores, os imigrantes italianos que povoavam a cidade de São Paulo no início do século XX. Contudo, quando se aborda qualquer tipo de texto a partir do ponto de vista discursivo, pretende-se exatamente extrapolar essa dimensão material: neste caso, ingressa-se em outro âmbito, que não guarda relação direta com o contexto extralinguístico, ou seja, com pessoas de carne e osso. Em outras perspectivas ainda – como aquela da sociologia das comunicações de massa ou dos estudos dos efeitos e da recepção da mídia (LORUSSO; VIOLI, 2004) – as páginas de um jornal podem ser analisadas considerando-se os emittentes e os destinatários da comunicação como puras instâncias de transmissão e recepção de informação, cuja única função seria codificar uma mensagem (emissor) e decodificá-la (receptor). Desta forma, se determinaria, com uma ilusória pretensão de objetividade, o fluxo de informações que passa de uma dessas instâncias à outra.

Se for correto afirmar que um texto se materializa em palavras, é igualmente necessário, aos fins de nosso estudo, considerar a dimensão que está subjacente à materialidade linguística e em que medida ela determina as várias escolhas linguísticas. Essa distinção não é evidentemente tão fácil de ser feita, como nos lembra Emile Benveniste (2005, p. 134): “eis que surge o problema que persegue toda a lingüística moderna, a relação *forma: sentido*, que muitos lingüistas queriam reduzir à noção única da forma, sem porém conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido”. Ou seja, o primeiro passo a ser dado nessa direção parece-nos ser distinguir as noções de *enunciado* e *enunciação*.

De forma geral, pode-se dizer que o enunciado é a dimensão material dos elementos linguísticos que remetem à enunciação, isto é, à estrutura não linguística referencial, subjacente à comunicação linguística⁶². José Fiorin esclarece a distinção da seguinte forma: “a enunciação é o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói. Por exemplo, o enunciador pode reproduzir ou não a enunciação no interior do enunciado”

⁶² Greimas explica que: “o enunciado comporta elementos que reenviam à instância da enunciação: são, de um lado, os pronomes pessoais, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, os dêiticos espaciais e temporais e, por outro, os verbos performativos” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 123-124).

(FIORIN, 2008, p. 55). Com efeito, segundo Benveniste (2006), a língua funciona com base em um número limitado de formas em número muito inferior às condições de emprego da língua: no momento da fala, o indivíduo possui inúmeras possibilidades de uso da língua. A enunciação seria, portanto, “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização [...] antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Empregar a língua em um determinado modo, por determinadas causas e visando obter determinados resultados transforma a língua de aparelho formal em discurso, dimensão inteiramente afetada pelo sujeito falante: “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Cada enunciado é, portanto, portador de um sentido que lhe é conferido pelo enunciador, podendo manifestar em sua estrutura as marcas de uma enunciação (por meio de elementos gramaticais). O objetivo da análise discursiva de um texto deve ser o estudo dessas marcas e dos mecanismos que regulam o seu sentido.

Conclui-se, portanto, que a dimensão comunicativa inscrita no texto não deve ser confundida com a dimensão comunicativa extratextual que envolve os sujeitos empíricos⁶³ e que pode, eventualmente, servir de suporte para explicar ocasionais ambiguidades dos enunciados. O conhecimento do mundo extradiscursivo de *La Difesa*, por exemplo, assim como apresentado no primeiro capítulo, situa o jornal e as notícias nele divulgadas em uma dada época e em um dado contexto sócio-histórico, o que é necessário para enquadrar o material de pesquisa; no entanto, estudar o discurso de *La Difesa* não significa utilizar elementos que pertencem a esse contexto para explicar determinados efeitos de sentido criados pelo enunciador em seu discurso.

Interessamo-nos, em nosso trabalho, por um elemento específico criado na e pela enunciação: o *ethos* do autor (e do leitor) construído no(s) discurso(s) de *La Difesa*. Vê-se como, no estudo dessa noção aplicada ao nosso material de pesquisa, a separação entre mundo linguístico e mundo extralinguístico se torna fundamental: embora o *ethos* seja associado ao autor do jornal, na medida em que ele é a fonte da enunciação, é totalmente distinto de seus atributos “reais”. O leitor atribuirá ao autor características associadas à sua forma de dizer: analisar as páginas de *La Difesa* significa, portanto, destacar as marcas no material linguístico

⁶³ É por isso que na enunciação se observa um distanciamento do *sujeito real*, substituído por um *sujeito enunciativo* que se identifica no interior do texto. Trata-se do conceito de *debrayage*, que, segundo Greimas, é: “a operação através da qual a instância da enunciação separa e projeta fora dela, no momento do ato de linguagem e em vista de sua manifestação, alguns termos ligados à sua estrutura de base para constituir, desta forma, os elementos fundadores do enunciado-discurso” (GREIMAS; COURTÈS, 1979, p. 79). Trata-se de uma distinção essencial, pois determina uma clara demarcação entre os sujeitos empíricos – os jornalistas e os leitores de carne e osso em nosso caso – e suas representações textuais, consideradas simulacros daqueles.

que remetem a um *ethos* (do jornal) e não à figura real daqueles que o dirigiam. Exemplificativamente, *La Difesa* viveu uma contínua alternância de diretores oriundos de contextos e experiências bastante diversas. Se o *ethos* do jornal fosse, de qualquer forma, associado às pessoas reais que se ocuparam de sua publicação, um estudo sobre as biografias dessas últimas se renderia necessária e, talvez, se esperaria encontrar diferenças na imagem construída pelo jornal como instância enunciativa, de acordo com a mudança de direção. Ao contrário, a análise do *ethos* desconsiderará qualquer elemento biográfico dos diretores do jornal, para se concentrar na pura materialidade linguística.

Neste segundo capítulo, exporemos as bases teóricas que darão suporte à nossa análise. Iniciaremos definindo a noção de *ethos*, destacando os principais teóricos que contribuíram à sua modelagem. Em seguida, diferenciaremos o *ethos* como instância discursiva e ser do mundo. Passaremos a delinear como se constrói a imagem do enunciatário e, em seguida, a função dos estereótipos; destacaremos o caráter dialógico da enunciação que une o enunciador ao enunciatário, e, finalmente, onde isso toma forma (cena da enunciação).

2.1 Aristóteles e a retórica clássica sobre a noção de *ethos*

O termo “retórica” é comumente associado àquele conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer, da eloquência, e, nesse sentido, parece remeter apenas a um sábio enfeite da palavra. No entanto, quando voltamos até a origem do termo, constatamos que o uso requintado da linguagem não nasceu no quadro da poética ou da literatura, como seria natural imaginar, mas se desenvolveu visando a objetivos específicos:

A arte da palavra está originariamente relacionada a uma reivindicação de propriedade, como se a linguagem, enquanto objeto de uma transformação, condição de uma prática, fosse determinada a partir não de uma mediação ideológica (como ocorreu a muitas formas de arte), mas sim da sociabilidade mais nua, afirmada na sua brutalidade fundamental, aquela da posse do solo: começou-se – na nossa sociedade – a refletir sobre a linguagem para defender o seu bem. É ao nível do conflito social que nasceu um primeiro esboço teórico da palavra fingida (diferente da palavra fictícia, aquela dos poetas: a poesia era, naquela época, a única literatura, pois a prosa alcançou este *status* somente mais tarde). (BARTHES, 1970, p. 176)⁶⁴

⁶⁴ “L’art de la parole est lié originellement à une revendication de propriété, comme si le langage, en tant qu’objet d’une transformation, condition d’une pratique, s’était déterminé non point à partir d’une subtile médiation idéologique (comme il a pu arriver à tant de formes d’art), mais à partir de la socialité la plus nue, affirmée dans sa brutalité fondamentale, celle de la possession terrienne: on a commencé — chez nous — à réfléchir sur le langage pour défendre son bien. C’est au niveau du conflit social qu’est née une première ébauche théorique de la parole feinte (différente de la parole fictive, celle des poètes: la poésie était alors la seule littérature, la prose n’accédant à ce statut que plus tard).”

A noção de *ethos*, indissoluvelmente ligada à retórica, também remonta à Antiguidade, tendo sido primeiramente introduzida no contexto da retórica grega e, mais precisamente, no quadro da prática de influência sobre o outro. Com efeito, sua origem se deve ao princípio de que, para persuadir alguém sobre a validade de uma determinada ideia ou opinião, é preciso se mostrar confiável por meio do que se diz. Especialmente na sociedade grega, na qual os discursos⁶⁵ costumavam ser apresentados publicamente nas praças e nos tribunais, definir uma técnica que transformasse a palavra em um meio de persuasão se tornou uma prioridade⁶⁶.

A *Retórica* de Aristóteles é a principal obra⁶⁷ em que são expostos os meios técnicos dos quais o orador deve lançar mão para persuadir seu auditório⁶⁸. Na visão aristotélica, a retórica é definida como uma *arte* geral que não pertence exclusivamente a nenhum âmbito específico de conhecimento, mas ao saber comum dos homens⁶⁹. Portanto, seu emprego pode

⁶⁵ Na *Retórica* (2005), Aristóteles define os gêneros retóricos com base no auditório: no discurso *judicial* ou *forense*, dividido em acusação e defesa, a finalidade consiste em estabelecer o que é justo ou injusto e o ouvinte é o juiz que decidirá sobre eventos passados, pois “é sempre sobre atos acontecidos que um acusa e outro defende” (1358b). No segundo gênero, o *deliberativo* ou *político*, os dois aspectos principais do discurso são aconselhar ou desaconselhar sobre ações que vão ser executadas, por isso, do ponto de vista cronológico, o discurso se refere ao futuro, “para o que delibera, o futuro, pois aconselha sobre eventos futuros, quer persuadindo, quer dissuadindo” (1358b). De acordo com Aristóteles, também nesse discurso, o espectador é convidado a julgar sobre a validade da comunicação proposta. Enquanto nos primeiros dois gêneros os participantes dos discursos são juízes, no terceiro gênero, o *epidítico* ou *demonstrativo*, os ouvintes são simples espectadores – “o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador” (1358b) –, que devem se manifestar sobre eventos presentes, “visto que todos louvam ou censuram eventos actuais, embora também muitas vezes argumentem evocando o passado e conjecturando sobre o futuro” (1358b). A finalidade desse gênero é estabelecer o que são a virtude, o vício, o belo e o vergonhoso, “pois estes são os objectivos de quem elogia ou censura” (1366a). (Dada a recorrência, nessa seção, das citações de Aristóteles, optou-se por manter apenas a referência dos capítulos da *Retórica*, evidenciada pelos números.)

⁶⁶ Como já observado, a retórica (como metalinguagem) nasceu a partir de processos de propriedade. Por volta de 485 a.C., os tiranos sicilianos Gelón e Hierão deportaram populações para povoar Siracusa e expropriaram terrenos para recompensar exércitos mercenários; quando foram derrubados por uma revolta democrática, houve inúmeros processos para a restituição dos terrenos. Esses processos eram uma novidade pois movimentavam grandes júris populares, diante dos quais era preciso ser “eloquente” para convencê-los (cf. BARTHES, 1970, p. 175).

⁶⁷ Cabe lembrar que o filósofo estagirita escreveu dois tratados sobre os elementos do discurso, a citada *Techné rhetoriké*, que trata da arte da comunicação e dos discursos em público, e a *Techné poiétiké*, que trata da arte da evocação do imaginário. Duas técnicas que envolvem o exercício da palavra, mas diferentes, pois se na primeira a finalidade é mostrar a progressão de um discurso por meio de ideias, na segunda pretende-se apresentar a progressão de uma obra por meio de imagens. Para Aristóteles trata-se de dois caminhos separados que envolvem meios diferentes e que devem permanecer distintos; somente mais tarde, na época de Augusto (com Ovídio e Horácio) se realizou a fusão entre retórica e poética, assim como na Idade Média, em que as artes poéticas eram artes retóricas e os grandes retores eram poetas (cf. BARTHES, 1970, p. 178-179).

⁶⁸ De acordo com Barthes (1970, p. 173), a arte retórica inicialmente transmitida por um mestre de retórica a seus alunos depois entrou como disciplina nas escolas, constituindo-se no núcleo fundamental do que hoje chamaríamos de ensino superior. Com efeito, tornou-se uma verdadeira matéria de exame: havia aulas, exercícios e provas.

⁶⁹ A retórica é, de acordo com Aristóteles, outra face da dialética, pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento (ARISTÓTELES, 1354a).

ser estendido aos mais diversos assuntos, permitindo “descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 1355b). A ênfase é, portanto, posta no caráter técnico da retórica, que passa a ser considerada um meio para produzir discursos persuasivos.

O *ethos* (do termo grego ἦθος, *caráter*) é definido, na retórica aristotélica, como a imagem de si projetada pelo orador que deseja agir por meio de suas palavras e persuadir seu auditório. Destaca-se, nesta definição, o valor da imagem produzida pelo discurso, característica inovadora que viria a distinguir Aristóteles e sua obra no contexto da retórica.

Com efeito, não obstante o conceito de *ethos* não fosse estranho aos predecessores e contemporâneos de Aristóteles, neles a imagem criada pelo orador tomava feições bem diferentes. Isócrates, mestre de retórica na Atenas do século IV a.C., considerava as qualidades naturais, antes de mais nada, o elemento mais importante à formação de um orador:

Se alguém, ignorando as outras artes, me perguntasse qual desses requisitos tem o maior poder na educação de um orador, eu deveria responder que a habilidade natural é fundamental e vem antes de tudo. [...] um homem com uma mente capaz de descobrir e aprender a verdade e de trabalhar duro lembrando o que aprende e também com uma voz e uma clareza de exposição que sejam capazes de cativar o público, não só pelo que ele diz, mas pela música de suas palavras [...] e finalmente com uma segurança temperada pela sobriedade [...] quem não sabe que um tal homem, sem a vantagem de uma educação elaborada e com apenas um treinamento superficial e comum, possa ser um orador como nunca, talvez, foi visto entre os helenos? (ISOCRATES, 1980)⁷⁰

Além disso, Isócrates apontava a importância da palavra como produtora de conceitos que regulam a sociedade e afirmava que discursos sábios refletiam o valor da pessoa que os pronunciava:

Quase todas as coisas concebidas graças a nós é a palavra que nos ajudou a obtê-las. Esta, de fato, legislou em relação às coisas certas e injustas e sobre as coisas boas e as ruins e se esses conceitos não tivessem sido definidos não seríamos capazes de conviver uns com os outros. Com essa, desaprovamos os malvados e elogiamos os bons. Por meio dessa, educamos os tolos e avaliamos os sensatos; com efeito, consideramos o ato de falar como se deve o maior indício de um bom raciocínio e de um discurso sincero, e um

⁷⁰ “If anyone, ignoring the other arts, were to ask me which of these factors has the greatest power in the education of an orator I should answer that natural ability is paramount and comes before all else. [...] a man with a mind which is capable of finding out and learning the truth and of working hard and remembering what it learns, and also with a voice and a clarity of utterance which are able to captivate the audience, not only by what he says, but by the music of his words [...] and finally with an assurance tempered by sobriety [...] who does not know that such a man might, without the advantage of an elaborate education and with only a superficial and common training, be an orator such as has never, perhaps, been seen among the Hellenes?”

discurso verdadeiro é a imagem de uma mente boa e confiável. (ISOCRATE, 2015, 253-255)⁷¹

Se por um lado, essa visão se baseava na convicção do poder da palavra e na importância de saber manuseá-la, por outro, a preocupação sobre a transparência e a autenticidade, que via no discurso do orador o espelho de seu caráter e de sua natureza, impedia que se estabelecessem estratégias específicas para nortear um orador no momento de se mostrar diante de seu público. A possibilidade de criar, no discurso, uma imagem diferente daquela do ser de carne e osso ainda não era considerada.

Também no quadro da retórica clássica essa visão permaneceu inalterada. Cícero, em seu *De Oratore*, moraliza a retórica se lançando contra o seu ensino sistematizado nas escolas, revindicando a honestidade e a cultura como requisitos para ser um bom orador. Em seus escritos de retórica, Cícero coloca a ênfase na cultura, considerando o bom orador como aquele que consegue conciliar o saber e a eloquência:

Deve-se de fato possuir uma vasta cultura sem a qual a arte oratória é um vanilóquo fútil e ridículo [...] se devem conhecer a fundo todos os sentimentos e as paixões das quais a natureza dotou o gênero humano [...], é preciso que no discurso haja certa elegância e sutileza, e também uma cultura digna de um homem bem nascido [...], além disso, é necessário conhecer bem a história do passado e um rico repertório de acontecimentos e de homens exemplares. (CICERONE, 1997, p. 131)⁷²

Ainda mais explícito e baseando o próprio pensamento na ideia de que a autoridade moral do orador é mais impactante que suas palavras, Quintilhão afirma no livro XII de sua *Institutio Oratoria* que “não pode ser orador quem não for um homem honesto”⁷³, retomando o conceito de que “o orador que pretendemos formar, de acordo com a definição de Catone, é *vir boni dicendi peritus*”, isto é, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo, “porque se a potência da palavra armasse a maldade, não haveria nada mais

⁷¹ “Quasi tutte le cose progettate grazie a noi è la parola ad avercele procurate. Questa infatti legiferò riguardo alle cose giuste e a quelle ingiuste, e riguardo alle cose belle e a quelle brutte, e se questi concetti non fossero stati definiti non saremmo in grado di coesistere gli uni con gli altri. Con questa sia biasimiamo i malvagi sia elogiame i buoni. Per mezzo di questa educiamo gli stolti e valutiamo gli assennati; infatti il parlare come si deve lo consideriamo grandissimo indizio del pensare bene e un discorso veritiero è immagine di una mente buona e affidabile.”

⁷² “Si deve infatti possedere una vasta cultura senza la quale l’oratoria è un vaniloquio futile e ridicolo [...] si devono conoscere a fondo tutti i sentimenti e le passioni di cui la natura ha dotato il genere umano [...], bisogna poi che nel discorso vi sia una certa grazia e arguzia, e poi una cultura degna di un uomo bennato [...] è inoltre necessario conoscere bene la storia del passato e un ricco repertorio di vicende e uomini esemplari.”

⁷³ “Non può essere oratore se non chi è un uomo onesto.” (QUINTILIANO, 1997, p. 1947)

perigoso que a eloquência”⁷⁴. E ainda permanece na convicção de que um orador deva ser honesto para poder cumprir dignamente a própria função:

Admitamos um fato que a natureza não permite absolutamente: que se tenha encontrado um homem malvado extremamente eloquente: contudo negarei que é um orador. [...] Com efeito, não estamos formando um trabalhador do foro, ou uma voz mercenária, [...] mas sim um homem não somente superior por qualidades naturais, mas também que assimilou profundamente muitas excelentes disciplinas [...] único e perfeito em todos os aspectos, ótimo por seus sentimentos e por sua eloquência. Em um orador assim, que parte ocupará a defesa dos inocentes ou a repressão dos crimes dos malvados?⁷⁵

Observando os trechos citados, é evidente que, em todas essas perspectivas, acentuava-se o valor das virtudes inerentes à pessoa do orador, fossem elas morais ou culturais. Por conseguinte, a imagem que o orador transmitia em seus discursos só podia derivar da própria boa conduta moral. Em nenhum dos textos citados é tratada a imagem do orador como pura instância discursiva, ainda menos é possível achar índices de “técnicas” utilizáveis pelo orador para se “mostrar” de uma certa forma e independentemente de suas reais qualidades.

Conforme aponta Ruth Amossy, nos manuais de retórica da idade clássica a noção de *ethos* inseria-se no contexto dos *mores oratorii*, ou seja, os hábitos oratórios, contrapostos aos caracteres reais:

Distinguimos os hábitos oratórios dos hábitos reais. Isso é fácil. [...] se somos piedosos, modestos, justos [...] ou, ao contrário, viciosos, [...] é isto que chamamos de hábitos reais. Mas que um homem **pareça** de uma forma ou de outra **por meio do** discurso, isto se chama *hábito oratório*, seja ele efetivamente como parece ou não. Porque podemos nos mostrar de uma maneira sem sê-lo; e não parecer aquilo que somos; porque isso depende da *maneira de dizer*. (AMOSSY, 2010, p. 23)⁷⁶

⁷⁴ “L’oratore che intendiamo formare è, secondo la definizione di Catone, ‘un uomo onesto esperto di eloquenza [...] perché se la potenza della parola armasse la malvagità, non ci sarebbe nulla di più pericoloso dell’eloquenza’.” (Ibidem, p. 1947-1949)

⁷⁵ “Ammettiamo pure un fatto che la natura non consente assolutamente: che si sia trovato un uomo malvagio sommamente eloquente: ciononostante negherò che sia un oratore. [...] Infatti non stiamo formando un manovale del foro, né una voce mercenaria, [...] bensì un uomo non solo superiore per doti naturali, ma che ha anche assimilato profondamente tante eccellenti discipline [...] unico e perfetto sotto ogni aspetto, ottimo per i suoi sentimenti e per la sua eloquenza. In questo oratore quanta parte occuperà la difesa degli innocenti o la repressione dei crimini dei malvagi?” (Ibidem, p. 1959)

⁷⁶ “Nous distinguons les mœurs oratoires d’avec les mœurs réelles. Cela est aisé. [...] qu’on soit effectivement honnête homme, que l’on ait de la pitié, de la religion, de la modestie, de la justice [...] ou que, au contraire, on soit vicieux [...] c’est là ce qu’on appelle mœurs réelles. Mais qu’un homme **paraisse** tel ou tel **par** le discours, cela s’appelle mœurs oratoires, soit qu’effectivement il soit tel qu’il le paraît, soit qu’il ne le soit pas. Car on peut se montrer tel, sans l’être; et l’on peut ne point paraître tel, quoiqu’on le soit; parce que cela dépend de la manière dont on parle.”

Na retórica clássica, portanto, introduzia-se a relação entre *ser* e *parecer*, que acabava se refletindo no discurso, pois a autoridade moral do orador estaria inexoravelmente ligada à sua pessoa e à sua forma de agir na vida real, tendo repercussões em sua fala:

O ser transparece no discurso, permitindo assim operar uma relação harmoniosa entre a pessoa do locutor, suas qualidades, seu modo de vida e a imagem que seu discurso projeta dele. O locutor, portanto, só pode dar uma impressão de modéstia ou de honestidade se essas virtudes são efetivamente praticadas por ele: as qualidades interiores e os hábitos de vida de uma pessoa se traduziriam de algum modo espontaneamente em sua fala. (AMOSSY, 2012, p. 87)⁷⁷

Assim, a imagem positiva do orador seria definida por elementos que pouco ou nada teriam a ver com o discurso, tais como a sua reputação, a imagem prévia que sua comunidade possuía dele, seu *status* e o prestígio decorrente de suas funções na sociedade ou da riqueza de sua família, suas qualidades, sua personalidade, seu modo de viver. A influência do orador e a eficácia de seu discurso derivariam, dessa forma, do que ele representava na sociedade onde vivia e onde exercia a sua influência: o *ethos* se confundia completamente com as qualidades reais do locutor como ser do mundo.

Essa preocupação de ordem moral presente nos predecessores gregos e na retórica clássica não é, por sua vez, fundamental na concepção de Aristóteles. Se é verdade que em nenhum capítulo da *Retórica* o filósofo desconsidera ou subestima abertamente a relevância de uma boa conduta moral do orador enquanto ser do mundo, “pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade de quem fala” (ARISTÓTELES, 1356a), é também inegável que ser o orador uma pessoa boa ou má no mundo extradiscursivo e como isso poderia afetar o seu discurso não parece ser um elemento central na visão de Aristóteles. Com efeito, o núcleo da sua técnica resulta ser a atenção posta na imagem criada pelo orador graças à sua maneira de dizer e nos meios com os quais ele pode atingir seu público: “é, porém, necessário que esta confiança seja o resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador” (ARISTÓTELES, 1356a). É por isso que somos levados a nos concentrar mais na técnica de persuasão proposta pelo filósofo do que nos aspectos morais concernentes aos objetivos mais ou menos justos de quem fala: “a retórica é a arte da persuasão, conjunto de regras, de receitas cuja implementação permite convencer o auditório do discurso (e mais tarde o leitor da obra), mesmo se daquilo que se procura convencê-lo é

⁷⁷ “L’être transparait dans le discours, permettant ainsi d’opérer une liaison harmonieuse entre la personne du locuteur, ses qualités, son mode de vie, et l’image que projette de lui sa parole. Le locuteur ne peut donc donner une impression de modestie ou d’honnêteté que si ces vertus sont effectivement pratiquées par lui: les qualités intérieures et les habitudes de vie d’une personne se traduiraient en quelque sort spontanément dans sa parole.”

falso”⁷⁸ (BARTHES, 1970, p. 173). Quando, na introdução do Livro II da *Retórica*, “postulando que o importante não é *ser* verdadeiro, mas *parecer* verdadeiro” (DISCINI, 2003, p. 12), o filósofo grego elenca as estratégias argumentativas que o orador pode utilizar na construção de uma imagem positiva de si em seu discurso, ele afirma que:

Muito conta para a persuasão [...] a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes de modo que, da parte desses, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador. [...] Para além dessas [qualidades] não há nenhuma outra causa. Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas essas qualidades inspire confiança nos que o ouvem, [...] é possível alguém apresentar outras pessoas ou até apresentar-se a si próprio sob este ou aquele aspecto. (ARISTÓTELES, 1378a)

Dessa maneira e como já observado, não é necessário que o *ethos* seja construído com base nas qualidades reais do orador, mas sim naquelas que ele mostra em suas palavras. Trata-se, portanto, de uma construção discursiva.

Mas como poderia o orador criar uma imagem positiva de si em seu discurso independentemente de suas características reais? A partir do momento em que a palavra do orador é sempre submetida a um julgamento, é necessário não somente criar um discurso digno de crédito como também apresentá-lo da forma mais persuasiva possível, causando boa impressão. Para tanto e como já afirmado, o orador não deve possuir particulares qualidades prévias, apenas demonstrá-las em sua fala. Aristóteles identifica três dessas qualidades fundamentais: a “sabedoria” (*phrónesis*), a “virtude” (*areté*) e a “benevolência” (*eúnoia*). Em outras palavras, deveria o orador “ter um ar ponderado”, inspirando confiança com argumentos e conselhos sábios e razoáveis; “se apresentar como um homem simples e sincero”, argumentando honesta e sinceramente, e “dar uma imagem agradável de si”, sendo solidário e amável com seus ouvintes (EGGS, 2008). Um orador que não transmita opiniões corretas sobre o assunto de que está tratando, que maliciosamente oculte detalhes, ou, ainda, que não consiga dar bons conselhos, não será persuasivo.

Orientando-se conforme a exigência das obras antigas de classificar os elementos examinados, Aristóteles dividia também a sua *téchne rhetorikè* em cinco operações fundamentais (que não correspondem às partes do discurso, mas às partes de um caminho progressivo cujo objetivo é a persuasão): a *inventio* (*invenire quid dicas*, encontrar o que dizer), que corresponde à descoberta das provas; a *dispositio* (*inventia disponere*, organizar o

⁷⁸“*Art de la persuasion, ensemble de règles, de recettes dont la mise en oeuvre permet de convaincre l'auditeur du discours (et plus tard le lecteur de l'oeuvre), même si ce dont il faut le persuader est « faux ».*”

que foi encontrado), a colocação das provas ao longo do discurso; a *elocutio* (*ornare verbis*, decorar com as palavras), ou seja, a transformação do assunto em palavras; a *actio* (*agere et pronuntiare*, atuar o discurso como um ator), ou a encenação do orador diante seu público; e, finalmente, a *memoria* (*memoriae mandare*, usar a memória para memorizar o próprio discurso e/ou lembrar as palavras do adversário). As primeiras três fases são as mais importantes, enquanto as últimas duas, em certa medida, perderam relevância no momento em que os discursos falados (de advogados e homens políticos) começaram a se tornar discursos escritos e viraram rapidamente obras-primas da literatura (BARTHES, 1993).

Tendo em vista a complexidade e a riqueza de detalhes dessas três fases, examinaremos apenas os aspectos que podem nos ajudar a entender o que é o *ethos* e como ele se configura no mecanismo que visa à persuasão. Vamos nos concentrar, portanto, na *inventio*, o momento em que o orador escolhe os argumentos para seu discurso:

A *inventio* remete não somente a uma invenção (dos assuntos), mas também a uma descoberta: tudo já existe, só é preciso encontrá-lo: é uma noção mais “extrativa” de que “criativa”. O que é comprovado pela designação de um lugar (a Tópica), de onde se podem extrair os assuntos. (BARTHES, 1993, p. 59)⁷⁹

A partir disso, se abrem duas opções: convencer (*fidem facere*) ou emocionar (*animos impellere*). Para convencer o auditório é preciso um raciocínio chamado de *probatio* (campo das provas), por meio do qual o orador consegue influenciar o ânimo dos ouvintes com o uso de provas, que geralmente são dotadas de força própria de convencimento. Aristóteles classifica as provas em duas categorias: *extratécnicas* e *técnicas*. Na primeira categoria, incluem-se “todas as que não são produzidas por nós [...]: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes” (ARISTÓTELES, 1355b). Nesse caso, passa-se diretamente à fase da *dispositio*, pois essas provas dispensam a manipulação do orador. Na segunda categoria, provas técnicas, incluem-se “todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas” (ARISTÓTELES, 1355b). No que concerne às provas técnicas de persuasão, que dependem do controle do orador, o filósofo opera uma tripartição dos argumentos que o orador tem à sua disposição para persuadir o seu auditório: “as provas

⁷⁹ “L’inventio rinvia non tanto a una invenzione (degli argomenti) quanto ad una scoperta: tutto esiste già, bisogna solo trovarlo: è una nozione più ‘estrattiva’ che ‘creativa’. Il che è corroborato dalla designazione di un luogo (la Topica), da cui si possono estrarre gli argomenti.”

de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 1356a).

As primeiras provas correspondem ao *ethos*: como observado, o orador poderá influenciar mais rapidamente o auditório se, em seu discurso, se apresentar como digno de confiança, mostrando determinadas qualidades, pois “acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para variedade de opinião” (ARISTÓTELES, 1356a). A segunda espécie de provas de persuasão envolve a reação do auditório, o *pathos* (como veremos melhor mais adiante), que desempenha também um papel fundamental para o sucesso de um discurso: “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 1356a). Em conclusão, Aristóteles afirma que agir sobre o auditório depende do uso sábio de argumentos válidos (as provas relativas ao *logos*): “persuadimos, enfim, pelo discurso quando mostramos a verdade, ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (1356a). Conforme o tipo de auditório, é possível dizer que o orador que se utiliza da *phrónesis* (sabedoria) apresenta-se como alguém sensato e constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos* do que com os do *páthos* ou do *ethos* (em outras palavras, com recursos discursivos). Aquele que se vale da *areté* apresenta-se como franco, temerário e constrói suas provas recorrendo ao *ethos*. Aquele que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, e erige suas provas com base no *páthos* (FIORIN, 2008).

Vários são os aspectos de grande modernidade na retórica aristotélica, que a aproximam das modernas teorias discursivas e argumentativas. Em primeiro lugar, o discurso é o lugar onde se cria o processo de comunicação entre o orador e a imagem pressuposta do próprio auditório. Sob essa perspectiva, falar (ou escrever) significa comunicar-se com o interlocutor em uma interação contínua e recíproca. Todo discurso é persuasivo, portanto temos que destacar o valor e a força conferida à atividade verbal como instrumento de ação e de envolvimento da razão. Cada discurso pressupõe um auditório que possa se emocionar, mas, ao mesmo tempo, também raciocinar: atribui-se, então, ao termo *logos* o duplo sentido grego de discurso, de um lado, e de capacidade de discernimento, do outro. Por fim, a construção de um discurso realiza-se por meio de técnicas e estratégias argumentativas que objetivam a adesão do auditório. Comunicar, para Aristóteles, significa, portanto, mobilizar recursos verbais em uma estrutura lógica e organizada (AMOSSY, 2012).

Na *Retórica*, cada momento do caminho retórico em direção à persuasão é auxiliado pela presença de instrumentos específicos, a maioria dos quais dirigida pelo próprio orador, que constrói meticulosamente sua própria imagem e seu discurso. Estamos, portanto, na presença de um sujeito consciente das próprias escolhas e do próprio agir. Como aponta Carmagnani (1996, p. 17):

O orador concentra o poder, [...] sua ação é auto-dirigida, controlada do interior (seu *ethos* homogêneo) para o exterior (o discurso que produz). Possui consciência e controle sobre as qualidades de seu discurso, sobretudo seu valor demonstrativo que depende de seu controle sobre a linguagem.

Na visão aristotélica, o orador tem o controle da situação enunciativa, de seu discurso e de seu interlocutor, cujas reações ele tenta prever e influenciar. Veremos, mais adiante, como essa ideia de sujeito independente que usa os meios argumentativos à própria discrição, escolhendo os argumentos mais adequados, fazendo uso consciente da linguagem e construindo sabiamente as várias partes do discurso será posta em discussão por outros estudiosos, sobretudo da análise do discurso, segundo os quais o sujeito não escolhe livremente seus discursos, mas é influenciado por eles e é perpassado por outros discursos.

2.2 Ser discursivo e ser do mundo

Apesar do dissenso entre os teóricos da retórica clássica e Aristóteles acerca da importância do *ethos* no âmbito da retórica, é inevitável reconhecer que as bases para a identificação do *ethos* por meio da dissociação entre ser do mundo e ser discursivo estavam lançadas. A única diferente era que, enquanto os teóricos da retórica clássica acentuavam a importância de aspectos de ordem moral do orador, o que em certa medida relativizava o papel do *ethos* como instrumento persuasivo ao condicioná-lo às qualidades reais do orador, Aristóteles já naquela época propunha (evidentemente não com a mesma profundidade com que viria a ser elaborada no futuro) a completa distinção entre ser do mundo e ser discursivo, ao identificar este último como uma construção puramente discursiva.

Ora, após um período de abandono, notadamente a partir do século XVIII, época em que a crítica literária substituiu pela estilística as categorias retóricas, essas reapareceram com o desenvolvimento dos estudos relativos às ciências da linguagem (CHARAUDEAU, 2011). Foi nesse contexto que o *ethos* vinculou-se, por exemplo, ao conceito de enunciação, que Benveniste define como ato pelo qual um locutor mobiliza e faz funcionar a língua. Em seu célebre artigo “Da subjetividade na linguagem”, ele afirma que “é na linguagem e pela

linguagem que o homem se constitui como *sujeito* [...] a subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como *sujeito*” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Com isso, nasciam dentro das modernas teorias linguísticas um novo interesse pelas modalidades por meio das quais a subjetividade se constrói no discurso, bem como questionamentos acerca da interlocução:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a *mim*, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental. (BENVENISTE, 2005, p. 286)

A imagem de si seria, assim, apreendida por meio das marcas verbais que a constroem e que a colocam em diálogo com o parceiro da interlocução. No entanto, a retomada do conceito (e do termo) aristotélico ocorreu somente em época mais recente, mais precisamente no trabalho proposto por Oswald Ducrot.

Muito embora não estivesse particularmente interessado em retomar a antiga noção de *ethos* – “não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece, e eu não quero tomar partido em relação ao problema do autor do enunciado. Não tenho que decidir se há um autor e qual é ele” (DUCROT, 1987, p. 169) –, Ducrot elaborou uma teoria sobre a polifonia na enunciação, que reflexamente acabou imprimindo novas características à noção aristotélica. Partindo da crítica à teoria da unicidade do sujeito da enunciação⁸⁰, ele destaca três propriedades inseridas no sujeito:

Primeiro ele é dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado [...] segundo atributo: ser o autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, da pergunta, da asserção, etc.) [...] terceira propriedade, a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa – quando elas designam um ser extra-linguístico. (DUCROT, 1987, p. 179)

Em um primeiro momento, falando de atividade psicofisiológica, Ducrot parece referir-se a um sujeito real (de carne e osso) que ele define como “empírico”, o que é absolutamente natural na medida em que as qualidades psicofisiológicas remetem a características físicas: “dizer que um certo X é o sujeito do enunciado [...] é atribuir a X o

⁸⁰ “É esta teoria, ‘um enunciado – um sujeito’, que permite empregar a expressão ‘o sujeito’, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado.” (DUCROT, 1987, p. 178)

trabalho muscular que permitiu tornar audíveis as palavras” (DUCROT, 1987, p. 178). Em seguida, no entanto, Ducrot recupera a distinção entre enunciado e enunciação, afirmando que “o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação” (DUCROT, 1987, p. 181). A partir disso, opera-se a primeira grande cisão de seu estudo sobre a polifonia entre ser discursivo e sujeito real. O ser discursivo é o locutor inserido na enunciação, responsável pelos enunciados, e Ducrot afirma: “entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182). Falando do sujeito real ou empírico, ele diz que: “não há paradoxo neste caso senão se se confunde o locutor – que para mim é uma ficção discursiva – com o sujeito falante – que é elemento de experiência” (DUCROT, 1987, p. 187). Finalmente, uma vez estabelecida a distinção entre locutor entendido como ser do discurso e sujeito falante enquanto ser empírico, ele propõe uma ulterior divisão dentro da própria noção de locutor, ou seja, “o locutor enquanto tal (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser do mundo (‘λ’): L é responsável pela enunciação [...] λ é uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188). É exatamente a partir dessa segunda subdivisão que se observa uma distinção de extrema relevância para a compreensão da noção atual de *ethos*.

Com efeito, de acordo com Ducrot, existe na própria enunciação uma entidade que se encarrega da enunciação, podendo ser (ou não), eventualmente e ao mesmo tempo, responsável pelos enunciados pronunciados (ou escritos). Essa instância puramente discursiva pode remeter, por meio do discurso, também a um ser do mundo, o que não quer necessariamente dizer que o ser do mundo λ (aquele de quem se fala no texto) corresponde a um ser empírico. Exemplifiquemos: o fato de um dos diretores de *La Difesa* fazer referência, em seus discursos, a seres do mundo (os italianos, os fascistas, etc.) ou a acontecimentos históricos circunscritos a uma determinada data e a um determinado lugar (as violências dos esquadrões fascistas na Itália, etc.) não faz com que o locutor deixe de ser uma entidade discursiva, pois esses elementos, ao entrarem em seu discurso, tornam-se também automaticamente elementos discursivos que participam do objetivo final de persuasão pretendido pelo locutor. O ser discursivo, por conseguinte, “é totalmente diferente do sujeito falante, este último deve-se a uma representação externa da fala, estranha àquela veiculada pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188).

É precisamente nesse ponto que Ducrot, a fim de esclarecer esses conceitos, faz referência ao *ethos* aristotélico: “não se trata de afirmações auto-elegiasas que ele [o orador] pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem ao

contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos” (DUCROT, 1987, p. 189). De acordo com o linguista francês, o *ethos* alude à instância discursiva *L*, pois é como instância discursiva e por meio do discurso que ele mostra algumas características. Por outro lado, o que *L* pode dizer de si mesmo remete a λ , que, como observamos, é a instância discursiva que reflete o ser do mundo:

Na minha terminologia, direi que o *ethos* está ligado a *L*, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ , o ser do mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo. (DUCROT, 1987, p. 189)

Em síntese, pode-se afirmar que analisar o locutor *L* implica destacar as modalidades com que este se apresenta no discurso e não necessariamente o que diz de si mesmo. Nesse mesmo sentido, Amossy aponta que “não é por acaso que a noção de *ethos* é mobilizada pela concepção de enunciação pragma-semântica. Trata-se, na verdade, de uma teoria que enfatiza a fala como ação que visa influenciar o parceiro” (AMOSSY, 2008, p. 15). O próprio Ducrot, aliás, insiste no caráter ativo da linguagem ao indicar a finalidade da pragmática semântica:

Se se toma como objeto da pragmática a ação humana em geral, o termo pragmática da linguagem pode servir para designar as que dizem respeito à ação humana realizada pela linguagem. O problema fundamental é saber porque é possível servir-se de palavras para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia. (DUCROT, 1987, p. 163)

Observa-se, portanto, que é o interesse pelo discurso enquanto ação que está na base da reflexão de Ducrot: “o ponto importante é que esta incitação para agir ou esta obrigação de responder são *dadas como efeitos da enunciação*” (DUCROT, 1987, p. 163). De certa forma, é possível aproximar a teoria pragma-semântica de Ducrot, que pressupõe a lógica no encadeamento dos enunciados criados na língua, da argumentação dos retóricos antigos, que se baseava na identificação das técnicas necessárias para persuadir.

2.3 A corporalidade na noção de *ethos*

Muito embora a noção de *corpo* pudesse parecer algo fora de contexto quando se falava de enunciação e de enunciados, ela passou a desempenhar um papel importante

também no discurso, desde que, obviamente, suas características fossem cuidadosamente delineadas. De forma mais precisa, o desafio dessa tarefa residia em introduzir, no universo discursivo, o conceito da aparência exclusivamente física.

Afirma Dominique Maingueneau (1995), apoiado em Aristóteles e nos teóricos da argumentação, que o *ethos* está vinculado ao exercício da palavra: o que o sujeito da enunciação pretende revelar de si, não deve *dizê-lo*, mas *mostrá-lo* em seu discurso. É a partir dessa ideia e da intenção de ultrapassar os limites da persuasão por argumentos que nasce a novidade proposta por Maingueneau: transpor o *ethos*, conceito por natureza ligado a situações orais, a textos escritos (*ethos* discursivo), dando-lhe novas feições. Em um primeiro momento, essa passagem chegou a parecer imprópria e ineficaz: oralidade, gestos, voz, expressões e aparência exterior exercem uma influência natural sobre o auditório e contribuem ao trabalho persuasivo do discurso do orador.

Contudo, mesmo em textos escritos, sempre existe uma *vocalidade* que está relacionada a alguém, uma origem enunciativa que não coincide necessariamente com o autor da obra: “trata-se de fato dessa representação do enunciador que o co-enunciador deve construir a partir de índices de várias ordens fornecidos pelo texto. Essa representação desempenha o papel de um *fiador*, um garante que se encarrega da responsabilidade do enunciado” (MAINGUENEAU, 1995, p. 139). Essa vocalidade, esse *tom*, “se apoia sobre uma dupla figura de enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 92). O caráter está relacionado a uma imagem corporal que o leitor atribui ao enunciador: “a fé em um discurso supõe a percepção de uma voz fictícia, garantia de um corpo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 91). Em textos escritos, as características psicológicas e físicas não são imediatamente evidentes: é preciso um trabalho de reconstrução baseado no uso da língua, na escolha das palavras, nas expressões utilizadas. É nesse ponto que se encontra a dificuldade em se apreender a noção de corporalidade dentro de um contexto puramente linguístico: o *corpo*, ao qual se refere Maingueneau, parece corresponder a um “modo de habitar o espaço social”, logo, a uma característica não discursiva e, portanto, em nítida contraposição com a natureza puramente discursiva do *ethos*.

Para tentarmos esclarecer essa noção, preciosas são as reflexões de Fiorin (2008), extraídas da semiótica, acerca da distinção entre ator e actante. De acordo com Benveniste (2005), a enunciação é a instância do *ego*, *hic et nunc* o *eu* é inserido no ato de dizer que se dirige a um *tu*. Esses dois sujeitos participam da ação enunciativa e são definidos *actantes* da enunciação. São posições “vazias” e “neutras”, que ainda devem ser preenchidas com características definidas. Do mesmo modo que o enunciado pressupõe uma enunciação, é

preciso distinguir duas instâncias do *eu*: o *eu* pressuposto, correspondente à enunciação, e o *eu* projetado no interior do enunciado. “Teoricamente essas duas instâncias não se confundem: a do *eu* pressuposto é a do enunciador e a do *eu* projetado no enunciado, o narrador. Como a cada *eu* corresponde um *tu*, há um *tu* pressuposto, enunciatário, e um *tu* projetado no interior do enunciado, o narratário” (FIORIN, 2008b, p. 138). Fiorin também insiste na diferença entre ser discursivo e ser real: “o enunciador e o enunciatário são o autor e o leitor, mas não o autor e o leitor reais, em carne e osso, mas sim o autor e leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída no texto” (FIORIN, 2008b, p. 138).

Pois bem, ao falarmos de *eu* e *tu* referimo-nos aos actantes da enunciação, que se colocam dentro da cena enunciativa. No entanto, em vários textos essas posições são concretizadas e os actantes se tornam *atores* da enunciação, os sujeitos que vão ocupar as posições “neutras” dos actantes. Greimas lembra que um ator é “uma unidade lexical, de tipo nominal, que, inserida no discurso, é suscetível de receber, no momento de sua manifestação, investimentos da sintaxe narrativa de superfície e da semântica discursiva” (GREIMAS; COURTES, 1979, p. 7). Os atores, assim como apresentados nos textos, não são figuras abstratas, mas se transformam em indivíduos socialmente identificáveis pelos papéis desempenhados e caracterizados fisicamente. Essa concretude de que se fala é devida ao fato de que o *ethos* se explicita na enunciação enunciada, isto é, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. De fato, “a enunciação não é da ordem do inefável, mas é tão material quanto o enunciado, na medida em que ele se enuncia” (FIORIN, 2008b, p. 138).

A partir dessas considerações, fica mais clara a noção de corporalidade de que fala Maingueneau. Quando descreve o que é o *ethos* do enunciador, ele sempre emprega o termo *representação*. Ao fazê-lo, refere-se ao ator e não ao actante da enunciação, pois “a análise do *ethos* do enunciador é a análise do ator da enunciação” (FIORIN, 2008b, p. 141). A corporalidade do enunciador surgiria, por conseguinte, das representações sociais coletivas às quais recorre o destinatário ao identificar no discurso a imagem do enunciador:

Isso quer dizer que optei por uma concepção mais “encarnada” do *ethos*, que, nessa perspectiva, recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas associadas ao “fiador” pelas representações coletivas. Assim, acaba-se por atribuir ao fiador um “caráter” e uma “corporalidade” [...] que está associada a uma compleição física [...] o destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 65)

A noção de corporalidade está, portanto, profundamente atrelada à relação entre enunciador e enunciatário. Nessa perspectiva, atribui-se um papel fundamental a esse último, que não é simplesmente o consumidor de um texto, sendo também mobilizado por meio do discurso para que venha a aderir a um determinado universo de sentido. Com efeito, mesmo antes de ouvir a fala (ou ler um texto) o destinatário de um discurso projeta, até mesmo de forma instintiva, uma imagem prévia do enunciador, sugerida pelas informações que ele possui sobre o produtor do discurso e, eventualmente, sobre a sua reputação. É inegável que a disposição a ouvir qualquer discurso ou a ler qualquer texto muda radicalmente conforme as expectativas construídas pelo destinatário acerca dessa fala ou texto.

Finalmente, a postura do destinatário diante de um discurso é influenciada pelo que Maingueneau chama de *ethos* pré-discursivo, ou seja, o conjunto de informações conhecidas sobre o locutor no momento de sua apresentação. Se observarmos atentamente, parece que estamos de volta à noção de *ethos* da retórica clássica, segundo a qual o sucesso de um orador derivava, antes de mais nada, da soma de informações positivas que os interlocutores possuíam sobre sua pessoa real, e não de sua sabedoria ao construir o discurso. Entretanto, como destaca Amossy, “a passagem do sujeito falante como ser empírico para o locutor como pura instância de discurso se efetua por uma série de mediações” (AMOSSY, 2008, p. 136): segundo a linguista, se por um lado é inegável que as influências entre o *ethos* institucional, que pertence à vida empírica do sujeito falante, e o *ethos* discursivo são mútuas, por outro lado não se pode considerar as primeiras preponderantes, limitando, dessa forma, o verbal a uma simples representação da autoridade exterior. Amossy esclarece que talvez a imagem pública do orador delimite sua autoridade no momento em que ele toma a palavra, no entanto, a construção de uma imagem de si no discurso tem a capacidade de modificar as representações prévias e de contribuir para criar novas imagens. Nesse sentido, o *ethos* pré-discursivo faz parte das representações dos interlocutores, mas é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação e pode ser confirmado ou modificado pelo discurso.

2.4 A construção do enunciatário-leitor

Até o momento, concentramos nossa atenção no enunciador, ressaltando a forma pela qual ele constrói a sua imagem em um discurso. Pensando mais precisamente em nosso material de pesquisa, poderíamos acrescentar que o enunciador de um texto jornalístico tem à sua disposição vários elementos para fortalecer o próprio *ethos*: a escolha das notícias, os comentários, o uso das manchetes e das imagens, etc. Isso é certamente de grande utilidade ao

enunciador; contudo, é ainda necessário explicar como ele usa esses elementos e por que efetua determinadas escolhas. Com efeito, a construção do *ethos* do enunciador permanece parcial se não for levado em conta o segundo sujeito da enunciação, ou seja, o enunciatário (o leitor, em nosso caso).

De fato, a menção ao segundo sujeito da enunciação não é, neste contexto, acidental. Conforme afirma Benveniste (2005), na enunciação existe sempre um *eu* que se dirige diretamente a um *tu* – enunciador e enunciatário, dois sujeitos da enunciação que interagem de forma simbiótica no âmbito do discurso: a existência de um pressupõe a do outro, a construção da imagem do primeiro é determinada pela construção da imagem do segundo. Cabe lembrar novamente que, também no caso do enunciatário, fala-se evidentemente de uma construção discursiva e não da pessoa real: “o enunciador e o enunciatário são autor e leitor, porém não são o autor e o leitor reais, de carne e osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto” (FIORIN, 2008, p. 153).

Na mesma linha encontra-se Umberto Eco quando explica que um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade comunicativa, mas também da própria potencialidade significativa. Com efeito, a complexidade dos textos escritos, em relação a outros tipos de expressão, nasce do fato de eles serem entremeados de *não-dito*, ou seja, de elementos não manifestados a nível de expressão. É justamente por isso que, segundo Eco, um texto escrito requer ainda mais movimentos cooperativos da parte do leitor: “todo texto quer que alguém o ajude a funcionar [...] é emitido por alguém que o atualize – embora não se espere que esse alguém exista concreta e empiricamente” (ECO, 2011, p. 37).

O primeiro e mais importante passo para um jornal na determinação da própria postura é, por conseguinte, estabelecer quem são seus leitores. A partir disso, o jornal constrói uma imagem de seu potencial leitor, que, enquanto instância hipotética, não pertence à categoria extradiscursiva socialmente definível e analisável dos leitores empíricos. O enunciador/jornal efetua suas escolhas com base em quais considera serem as expectativas, os interesses, os valores de seu enunciatário/leitor. Nessa construção da imagem do leitor de um jornal, dois elementos são fundamentais: as capacidades interpretativas relacionadas ao saber enciclopédico preexistente do leitor – seu conjunto de saberes, hábitos e sistema de valores – e o *pathos* – o tipo de envolvimento e de participação que o discurso pretende inspirar diante do que é apresentado pelo jornal.

Quanto ao primeiro ponto, é preciso salientar que cada jornal pressupõe um determinado *background* cultural de seu leitor: quando, por exemplo, *La Difesa* faz um

comentário sobre Mussolini ou sobre o fascismo, pressupõe que o leitor saiba de quem e do que se está falando. Além dessas competências prévias de caráter geral, o jornal pressupõe também um saber prévio mais específico, relativo a certos acontecimentos, que situe a notícia dentro de um quadro já constituído de informação. Por razões óbvias, os jornais não podem propor cotidianamente o conjunto de informações relativas a um determinado acontecimento. É por isso que tentam reativá-lo por meio do emprego de instrumentos tipicamente jornalísticos, como pequenos resumos iniciais, ou pressuposições que têm a função de criar coesão com textos precedentes. O saber enciclopédico do potencial leitor é também uma construção: o jornal não pode ter a certeza de que os leitores reais corresponderão à imagem deles criada naquele discurso. O sucesso ou o insucesso de um jornal está estritamente relacionado à proximidade entre a imagem do leitor potencial e o leitor real.

Eco acrescenta que, se por um lado o jornal pressupõe uma imagem de seus leitores, por outro “institui” quais competências eles devem possuir para cooperar com o autor, atualizando o texto e movimentando-se conforme o enunciador se movimentou gerativamente (ECO, 2011, p. 39).

À luz dessas considerações, a análise do discurso de *La Difesa* seria incompleta se não considerássemos o segundo ponto constitutivo da imagem do leitor, isto é, o componente afetivo.

2.5 O *pathos* do enunciatário

Como observou-se, a imagem do leitor passa a ser fundamental na construção do *ethos* do enunciador na medida em que ela determina a escolha das matérias tratadas no jornal, da linguagem utilizada, etc. Entretanto, é o *pathos* que deve ser levado em conta para construir uma informação que vise à persuasão: desconsiderar esse elemento significa propor uma análise inapropriada. Estudar o *pathos* em um jornal não significa detectar apenas palavras ou notícias específicas que refletem paixões, mas destacar uma dimensão interna que atravessa todo o discurso jornalístico. Com efeito, não há acontecimentos relatados de forma totalmente neutra, desprovidos de emoção; sobretudo na imprensa assiste-se à dramatização das notícias criadas com o propósito de atingir os sentimentos do público leitor. Para introduzirmos a noção de *pathos*, precisamos esclarecer previamente que:

O *pathos* não é a disposição real do auditório, mas a de uma imagem que o enunciador tem do enunciatário. Essa imagem estabelece coerções para o discurso [...] nesse sentido o auditório, o enunciatário faz parte do sujeito da

enunciação; é produtor do discurso, na medida em que determina escolhas linguísticas do enunciador. Evidentemente, essas escolhas não são necessariamente conscientes. (FIORIN, 2008b, p. 154)

Lembremos, mais uma vez, o que já se disse a respeito da construção da imagem do enunciador: o *eu* e o *tu* são actantes da enunciação e, nos diferentes textos, são investidos de elementos semânticos para se manifestarem como atores da enunciação, esses últimos, imagens “concretas” dos protagonistas do discurso. Quando se analisa a construção da imagem do enunciatário (o ator da enunciação) é preciso considerar que não se trata de um ser passivo, que apenas recebe as informações do enunciador, mas também do produtor do discurso na medida em que interpreta, avalia, discorda e compartilha significações (FIORIN, 2008b).

Para visualizar melhor o papel do enunciatário, precisamos voltar mais uma vez à *Retórica* de Aristóteles. Já foram destacadas as qualidades que o orador deve demonstrar em seu discurso para causar boa impressão e convencer o auditório. Em última instância, no entanto, é o próprio auditório que deve atribuir ao orador essas qualidades: assim, conclui-se logicamente que, para conseguir o resultado desejado, o orador deve conhecer o próprio auditório e imaginar previamente quais argumentos deverão ser usados para obter sua adesão. Nesse processo, não há argumentos válidos *tout court*: o que pode ser eficaz com um auditório deixa de sê-lo com outro; um argumento incisivo em um determinado lugar e momento pode perder sua força em outro contexto ou não atingir o resultado desejado. Enfim, o elemento imprescindível na construção de um discurso é o conhecimento do auditório ao qual o discurso é destinado.

De acordo com Aristóteles, é necessário não somente que o orador construa um discurso que seja digno de crédito, mas também que prepare sua adesão no auditório. Bem argumentar significa entender a inclinação dos ouvintes, o que os move ou os comove, de modo que assumam certo estado de espírito em relação ao orador e ao que ele vai falar (ARISTÓTELES, 1377b). É sob essa perspectiva que se destaca um ulterior aspecto relevante: o que se refere ao conceito de *héxis* (hábito, costume), elemento paralelo e, ao mesmo tempo, constitutivo do *ethos*.

Se o *ethos* engloba as atitudes e as virtudes citadas e, portanto, possui um sentido fortemente moral, o *héxis* refere-se aos modos, aos costumes e, por conseguinte, revela uma natureza dotada de maior objetividade. Isso significa que para ser persuasivo o orador deve exibir um *ethos* apropriado aos hábitos de seu auditório, tentando realizar, paradoxalmente, o que os estudiosos chamam de *ethos neutro* ou *objetivo* (EGGS, 2008). É por isso que

Aristóteles elenca, no segundo livro da *Retórica*, os hábitos (os *topoi*) próprios das idades e do *status*, pois cada grupo mostra, em relação ao discurso, paixões decorrentes de costumes e visões diferentes da realidade. A título de exemplo, pode-se dizer que o orador deve considerar o ponto de vista político de seu auditório: não poderá empregar o mesmo discurso se estiver diante de defensores da monarquia ou dos que defendem ideias democráticas, ou se falar a jovens ou a idosos. Da mesma forma, cabe-lhe escolher as diferentes paixões (a ira, o desejo, entre outros) que queira suscitar baseado na idade de seus ouvintes (jovens, maduros ou velhos), assim como em sua *fortuna* (nobres, ricos, poderosos).

Assim, para transmitir *sabedoria*, *virtude* e *benevolência* e se mostrar confiável e persuasivo, o orador deve construir uma imagem de si em função de seu auditório, ou melhor, segundo o que é considerado por este como virtude. Construir um *ethos* em função do auditório significa mostrar os mesmos valores, compartilhar a mesma visão do mundo que ele: o enunciatário aderirá ao discurso não porque nele estão presentes ideias que expressam seus possíveis interesses, mas porque se identifica com o sujeito da enunciação, com o enunciador, que possui, na visão de Maingueneau, um caráter, um corpo e um tom. De fato, “a persuasão só é obtida se o auditório constatar no orador o mesmo ‘ethos’ que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o ‘ethos’ característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 58). Em outras palavras, um discurso é eficaz e atinge o próprio objetivo quando o enunciatário incorpora o *ethos* do enunciador; essa incorporação pode ser harmônica quando *ethos* e *pathos* ajustam-se perfeitamente ou de forma complementar, quando o *ethos* supre uma carência do *pathos* (FIORIN, 2008).

Nesse contexto, uma observação sobre o estudo de Aristóteles chama nossa atenção: ele examina de forma muito meticulosa as paixões, o estado de ânimo em que elas se manifestam com mais força, por quais motivos e a que tipo de pessoa se aplicam com mais resultados. No entanto, essas observações nada têm a ver com um interesse psicológico: na *Retórica* o estudo das paixões humanas é apresentado como fundamental porque permite ao orador agir por meio da palavra para obter seu objetivo final, a persuasão. Assiste-se, portanto, a uma união indissociável entre *logos* e *pathos*, ao uso sapiente do discurso para influenciar as paixões. Isso não vale só nos discursos epidícticos (laudatórios), mas também nos judiciais e deliberativos (políticos), nos quais, da mesma maneira, é fundamental saber em que estado de ânimo se encontra o auditório para depois colocá-lo na disposição mais conveniente ao sucesso do discurso, porque “as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos” (ARISTÓTELES, 1378a). Um último

apontamento é necessário: um discurso é eficaz na medida em que consegue tocar o enunciatário e fazê-lo aderir às posições do enunciador. Mas onde se encontram, na materialidade linguística e discursiva, as marcas do *pathos* do enunciatário? Fiorin nos recomenda procurá-las nas recorrências e em qualquer elemento composicional de um texto: na modalização, na seleção de temas, na norma linguística escolhida, na reiteração de traços semânticos, nas projeções da enunciação no enunciado, etc. Em outras palavras, as marcas da presença do enunciatário não se encontram no enunciado (o dito), mas na enunciação enunciada, isto é, nas marcas deixadas pela enunciação no enunciado (o dizer) (FIORIN, 2008).

2.6 A importância do auditório

Identificam-se na *Retórica* aristotélica as bases teóricas para o desenvolvimento da noção de *pathos*. Contudo, para bem entendê-la, sobretudo para os fins a que se propõe este trabalho, consideramos essencial a contribuição dada por Chaïm Perelman em seu estudo sobre a argumentação, o *Tratado da argumentação – a Nova Retórica* (escrito em colaboração com Olbrechts-Tyteca). Nele, o autor belga aprofunda alguns pontos da retórica aristotélica e foca sua atenção no estudo das técnicas discursivas e sua apresentação para qualquer tipo de auditório. Antes de tudo, Perelman (1993, p. 24) explica que:

A nova retórica, em oposição à antiga, diz respeito aos discursos dirigidos a toda espécie de auditórios [...] considerando que o seu objeto é o estudo do discurso não-demonstrativo, a análise dos raciocínios que não se limitam a cálculos mais ou menos mecanizados, a teoria da argumentação concebida como uma nova retórica cobre todo campo do discurso que visa convencer ou persuadir.

De fato, o propósito de uma argumentação, na visão de Perelman, não é deduzir as consequências de algumas premissas, mas provocar e conseguir a adesão do interlocutor às teses que são apresentadas à sua aprovação. A nova retórica se desenvolve, portanto, em clara oposição às ideias da lógica formal de matriz cartesiana, que considera *racional* somente o que se limita ao campo da evidência e é demonstrável. Por conseguinte, tudo o que é possível, provável ou verossímil estaria situado fora do campo da razão. A aplicação dessa lógica à argumentação leva o autor a destacar que:

A busca da univocidade indiscutível chegou a levar os lógicos formalistas a construírem sistemas nos quais não há preocupação com o sentido das

expressões, [...] quando se trata de demonstrar uma proposição, basta indicar mediante quais procedimentos ela pode ser obtida como última expressão de uma seqüência dedutiva, cujos primeiros elementos são fornecidos por quem construiu o sistema [...]. De onde vêm esses elementos, sejam eles verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares do autor, eis questões que o lógico formalista considera alheias à sua disciplina. (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 16)

Em contraste, Perelman sustenta que, ao se estudar o campo da argumentação, não se pode negligenciar as condições psicológicas e sociais em que o discurso nasce e se desenvolve. Isso porque argumentar significa influenciar um determinado auditório, sendo necessária para tanto a criação de uma *sintonia* intelectual entre quem argumenta e quem escuta.

O elemento constitutivo dessa conexão é o valor que se atribui ao próprio interlocutor, ao interesse nele suscitado e ao consenso perseguido. Entre os especialistas em matérias científicas, é comum a ideia de que *os fatos falam por si*, isto é, a crença na autossuficiência da enunciação de certo número de *verdades* para a obtenção automática da atenção do interlocutor. Se isso pode eventualmente ocorrer em alguns casos específicos, dentro de comunidades limitadas e circunscritas, como a científica, na maioria dos casos é indispensável que o público preste atenção ao que está sendo apresentando:

Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção [...]. Não é porque, em grande número de áreas – trata-se de educação, de política, de ciência ou de administração da justiça –, toda sociedade possui instituições que facilitam e organizam esse contato dos espíritos que se deve ignorar a importância desse problema prévio. (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 20)

Como a argumentação pretende agir sobre um auditório (modificar as convicções por meio de um discurso que visa obter a adesão das mentes ao invés de impor a sua vontade), é importante lembrar que, de acordo com Perelman, ela não tem apenas como objetivo a mera adesão intelectual, mas, frequentemente, visa incitar a ação ou a criar uma disposição à ação. Para tanto, é fundamental que a disposição criada pelo discurso no auditório seja forte. A fim de ilustrar esse argumento, Perelman lembra as palavras de Santo Agostinho, que, no capítulo 13 do 4º livro do seu escrito *Da doutrina cristã*, afirmava que o auditório será realmente persuadido somente se “conduzido pelas vossas promessas e aterrorizado pelas vossas ameaças, se rejeita o que condenais e abraça o que recomendais” (apud PERELMAN, 1993, p. 32). Ainda que dotadas de radicalismo excessivo e talvez por isso não acolhidas

completamente pelo autor da *Nova Retórica*, essas palavras destacam a importância da escolha dos meios à disposição do orador e da relevância do que é transmitido para gerar um efeito particular.

O aspecto mais importante na preparação do auditório para aceitar o discurso do orador talvez seja a imagem do ouvinte que o orador deve pressupor antes de organizar sua fala. De fato, o orador escolherá as técnicas argumentativas mais adequadas para provocar uma determinada reação em certo público, o que pressupõe a construção de uma imagem dos ouvintes. Esse elemento, extraído da retórica aristotélica, concerne assim ao problema de se definir *a priori* uma imagem do auditório que deve ser influenciado. Aristóteles, como já visto anteriormente, criou categorias diferenciadas de ouvintes, classificados com base na idade e na condição social. Perelman também afirma que cada orador deve pensar no tipo de auditório que pretende persuadir com sua argumentação, esforçando-se para concebê-lo da forma mais fiel possível à realidade. De fato, “o importante na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 26-27).

O conhecimento do próprio público é, portanto, condição necessária ao êxito de uma argumentação persuasiva: uma representação equivocada poderá ter consequências bastante negativas, inclusive podendo provocar um efeito exatamente oposto ao desejado. Naturalmente, essa é uma tarefa extremamente complexa para o orador e resulta ainda mais desafiadora para um escritor, que deve pressupor leitores cuja identidade nem sempre pode ser facilmente individualizada: “o auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 22). Dessa forma, imaginar o próprio auditório significa prestar atenção não somente aos elementos do caráter que definem certo grupo (como é sugerido por Aristóteles), mas também ao ambiente onde ele vive, ao contexto sócio-histórico e às opiniões dominantes nele, e, finalmente, a toda sua cultura.

Esta última observação representa um aspecto fundamental para nosso estudo: como o orador necessariamente precisa se adequar ao público a fim de obter a sua adesão, as características culturais de cada auditório serão visíveis nos discursos a ele dirigidos.

Nessa perspectiva, o importante não é o que o orador determina como verdade, mas a opinião do auditório e a adaptabilidade do discurso: “o grande orador, aquele que tem ascendência sobre outrem, parece animado pelo próprio espírito de seu auditório” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 27). Quando isso não ocorre e o orador se deixa levar pelas paixões, desconsiderando a posição dos ouvintes, ele pode cometer o erro de

selecionar os assuntos com base no que ele acha relevante e, logo, persuasivo: “o que a paixão provoca é, portanto, por esse esquecimento do auditório, menos uma ausência de razões do que uma má escolha das razões” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 27).

Neste ponto, surge um questionamento interessante: o orador, como observado anteriormente, cria seu discurso apoiado na imagem pressuposta do auditório, com base nas características que ele lhe atribui e nos efeitos que pretende criar. Mas é garantido que o público seja exatamente como ele pressupõe? Quem são os verdadeiros destinatários? É possível alcançar vários destinatários? Como exemplo, imaginemos a situação corriqueira em que um jornalista entrevista alguém: pois bem, neste caso o entrevistado responde ao jornalista, aos leitores do jornal, à opinião pública nacional ou à internacional? De fato, o auditório não é necessariamente composto somente pelas pessoas a quem o orador pretende se dirigir; pode ocorrer que seja heterogêneo e não pertença a um único grupo com as mesmas características. Nessa hipótese, de acordo com Perelman, se quisermos considerar o auditório como elemento útil ao desenvolvimento da argumentação, precisamos circunscrevê-lo ao conjunto de pessoas que o orador pretende influenciar com sua argumentação. A partir disso, existem situações enunciativas diferentes pelas quais o orador deve definir suas estratégias. Por exemplo, diante de um auditório heterogêneo, o orador poderá tentar dividi-lo em subgrupos distintos, cada um dos quais detentor de valores próprios, e, assim, adequar seu discurso. Isso se verifica, por exemplo, nas assembleias parlamentares, em que o político dirige-se a todos e, em seu discurso, é evidente a remissão a cada grupo.

Outra situação se cria em auditórios especializados, formados por pessoas que pressupõem e admitem como verdadeiras algumas premissas: nesse caso, será mais fácil para o orador convencer seu público, pois ele pode se apoiar em valores já compartilhados. Ao contrário, em presença de um auditório *universal*, que não necessariamente conhece ou compartilha conceitos específicos, é necessário recorrer à persuasão propondo valores gerais a que o público possa aderir. O resultado desse raciocínio é, portanto, que o discurso persuasivo visa à adesão dos sentimentos, da imaginação, enquanto o discurso convincente recorre à razão. É nessa lógica que Perelman propõe uma distinção entre *persuadir* e *convencer* baseada no tipo de auditório: “propomo-nos chamar persuasiva uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 1996, p. 31).

Certamente é o caráter unificado ou não do auditório que modela o discurso e determina a sua complexidade. A situação mais simples de gerir é aquela em que o orador se encontra diante de um auditório em que todos compartilham os mesmos valores e os mesmos

objetivos. É evidente que não se pode falar de um auditório totalmente homogêneo, porque a homogeneidade é sempre relativa e provisória, mas é verdade que o orador pode estabelecer alguns denominadores comuns na construção de um determinado auditório. Ele pode, com efeito, elaborar suas estratégias de persuasão baseando-se em um conjunto de opiniões compartilhadas e considerando seu público um todo indivisível. Em outras palavras, o orador, ao criar seu discurso, se apoia sobre um conjunto de ideias preconcebidas de seu público, ou seja, sobre estereótipos.

2.7 Os estereótipos na construção do enunciatário

Quer estejamos diante de um auditório especializado, quer universal, a construção da imagem do enunciatário sempre depende de uma imagem da sociedade em que ele está inserido:

A ideia que faço de mim mesmo e que tento transmitir a outro, a maneira como me comporto no relacionamento com o outro, é necessariamente o efeito de uma socialização. [...] eu posso, evidentemente, ter minha visão pessoal, mas é sempre baseada nas representações sociais que circulam na sociedade de que sou membro. (AMOSSY, 2010, p. 44)⁸¹

Como já se observou, é somente baseando-se em premissas já compartilhadas pelo auditório para construir seu discurso que o orador pode atingir a sua adesão. A seleção dessas premissas deriva do conhecimento das opiniões, crenças e ideias que circulam em um dado contexto e grupo social. Porém, essas ideias, para serem reconhecidas e aceitas pelo auditório e, logo, para que pareçam legítimas, devem ser reunidas em uma *doxa*, ou seja, um conjunto de representações compartilhadas.

Aponte-se, nesse sentido, como a reflexão de Aristóteles sobre os *topoi* – os hábitos próprios ao auditório – volta novamente como reforço a esta tese, assumindo uma importância fundamental quando relacionada ao mais moderno (mas não muito distante) conceito de *estereótipo*.

A despeito de lhe ser atribuída conotação habitualmente negativa, o estereótipo consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado: constitui-se, na realidade, em uma ferramenta para compreensão do

⁸¹ “L’idée que je me fais de ma personne et que je tente de transmettre à autrui, la façon dont je me comporte dans mon rapport à l’autre, est nécessairement l’effet d’une socialisation. [...] je peux certes avoir ma vision personnelle – mais c’est toujours sur la base des représentations sociales qui circulent dans la société dont je suis membre.”

desconhecido. Em termos concretos, os estereótipos não passam de formas simplificadas de categorização de uma realidade alheia; isso porque o sujeito somente é capaz de conhecer a realidade por meio de categorias preestabelecidas que o ajudam a assimilar elementos novos, associando-os ao que já é conhecido. Todavia, essa ferramenta deve ser manuseada com cuidado. Ao se apresentar a realidade de forma esquematizada, torna-se grande o perigo de deformá-la ou de incorrer em discriminações: o estereótipo de fato revela seus efeitos mais nocivos quando atribui determinadas características a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, reduzindo-os a uma imagem excessivamente simplificada e, portanto, não completa (AMOSSY, 2011). De qualquer maneira, a análise argumentativa pode se servir do estereótipo como elemento inerente à construção do discurso, a partir do momento que as imagens preconcebidas condicionam a postura do ouvinte/leitor. Longe de ser considerada negativamente pelos estudos argumentativos, a noção de estereótipo constitui-se em um elemento a ser observado com grande atenção nos discursos que visam à persuasão:

Fiel à tradição retórica, a análise argumentativa contemporânea desconhece o sentido pejorativo do estereótipo e da *doxa*. Se hoje em dia os estudos literários veem nela frequentemente a marca depreciativa de gregário, a retórica inspirada em Aristóteles vê nela, ao contrário, um ponto de consenso, um terreno de entendimento. O recurso às opiniões aprovadas e às evidências compartilhadas impõe-se desde que se deseje compartilhar convicções. (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 2011, p. 100)⁸²

É preciso salientar que a categorização do que é alheio é indissociável da construção da identidade do próprio sujeito: é na relação com o “outro” que conseguimos perceber as diferenças e tomamos consciência de nossas peculiaridades: “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Um determinado grupo cria certa ideia de si mesmo em contraste com as características de outros grupos. De qualquer forma, a representação que um indivíduo faz de si mesmo enquanto membro de um grupo, de uma nação, toma forma a partir de como ele se apresenta nas interações sociais. Ele constrói inconscientemente uma projeção de si, um *ethos* que se baseia em um modelo cultural aprovado. É sob essa perspectiva que a argumentação vê no estereótipo um elemento que permite designar os modos de raciocínio próprios de um grupo; por conseguinte, a construção de um auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem.

⁸² “Fidèle à la tradition rhétorique, l’analyse argumentative contemporaine méconnaît la péjoration de la stéréotypie et de la *doxa*. Si les études littéraires y voient souvent aujourd’hui la marque dépréciative du gregaire, la rhétorique inspirée d’Aristote y voit au contraire un point de consensus, un terrain d’entente. Le recours aux opinions entérinées et aux évidences partagées s’impose dès lors qu’on désire faire partager des convictions.”

Mas se Aristóteles considerava o manuseamento dos *topoi* uma prática consciente realizada no discurso pelo sábio orador, a argumentação e a análise do discurso, por sua vez, veem nesse elemento algo que escapa ao controle consciente do enunciador. É o próprio discurso que está ancorado a um conjunto de ideias preconcebidas, a uma ideologia que transpassa o sujeito enunciador sem que ele o perceba. Quanto mais ele está inserido nessa ideologia, tanto mais o uso que faz dos estereótipos e de outros meios argumentativos será inconsciente.

A importância dos estereótipos na construção da imagem do auditório também aparece na *Nova Retórica* de Perelman, que destaca os lugares-comuns (divididos em seis categorias)⁸³, considerando-os premissas de ordem geral que contribuem para a formação de valores e de hierarquias. É fundamental ter em mente que o uso dos lugares-comuns depende da situação argumentativa, que influenciará a escolha de alguns deles em detrimento de outros.

Embora seja o orador que utiliza os estereótipos na construção do próprio discurso, é indubitável o papel desempenhado pelo auditório, que deve reconhecer e aceitar a validade dos argumentos apresentados. No entanto, em que medida o estereótipo – esquema que deve ser ativado pelo destinatário e relacionado a um modelo cultural conhecido – pode contribuir para o sucesso de uma argumentação?

Amossy explica que é graças à sua natureza de representação coletiva que o estereótipo cria o terreno em que poderão encontrar-se os dois polos da comunicação: no âmbito da argumentação o estereótipo é funcional e construtivo. Contudo, convém lembrar que seu uso deve ser feito com cautela, pois ele pode favorecer o bom andamento do discurso, mas também prejudicar o seu sucesso. Por exemplo, se o destinatário detecta no discurso representações sociais que caracterizam um grupo adversário ou que, por outros motivos, lhe pareçam inadmissíveis, isso será suficiente para desqualificar as posições do enunciador. Por outro lado, se ele se identificar com as imagens evocadas pelo enunciador, se deixará levar pela argumentação (AMOSSY, 2012).

⁸³ São elas: os lugares da quantidade, que atribuem a um objeto um valor determinado com base em motivações quantitativas (pertencem em geral a essa categoria objetos e situações mais evidentes e habituais que, em virtude de sua aplicabilidade geral, são vantajosos para os demais); os lugares da qualidade, opostos aos precedentes pois valorizam a *unicidade*; os lugares da ordem, que estabelecem uma superioridade do anterior sobre o posterior, da causa sobre a consequência; os lugares do existente, que afirmam a superioridade do *real* sobre o *eventual*; os lugares da essência, que valorizam os indivíduos enquanto representantes da essência; e os lugares da pessoa, relacionados à sua dignidade, ao seu mérito e à sua autonomia. (Cf. PERELMAN, 1996, p. 94-108)

2.8 Dialogismo no conceito de *ethos*

Destacou-se, até o momento, a importância da criação pelo enunciador de uma imagem prévia do próprio enunciatário para construir uma imagem positiva de si no discurso e atingir seu objetivo de persuasão. Da mesma forma, apontou-se o fato de que o enunciador não leva em consideração, ao menos não conscientemente, aqueles aos quais seu discurso se dirige. Isso ocorre porque tanto ele quanto o enunciatário são o produto de uma interação inconsciente que se realiza no discurso. Para ser um elemento-chave na construção de um discurso, o enunciatário nem precisa intervir de modo concreto: ele naturalmente faz parte de um *diálogo* que acontece independentemente de sua manifestação concreta no discurso.

Em *Il linguaggio come pratica sociale*, Vološinov (Bakhtin) traça o conceito base de que “a linguagem humana é um fenômeno de duas faces: cada enunciação pressupõe, para a sua realização, a existência não somente de um falante mas também de um ouvinte”⁸⁴ (VOLOŠINOV (BACHTIN), 1980, p. 95). Cada expressão linguística que produzimos, da mais imediata à mais presente em nossa consciência de forma fixa e estável e que recebeu conotações ideológicas, é sempre orientada para um “outro”.

É preciso lembrar que na visão de Bakhtin a linguagem é um elemento vivo e em contínuo movimento que segue as transformações da vida social. Esse movimento progressivo da língua ocorre entre as pessoas sob forma de comunicação verbal. Com efeito, nunca entenderemos a construção de qualquer enunciação se não considerarmos que ela representa apenas um momento no fluxo ininterrupto da comunicação verbal, que, por sua vez, é só uma das formas de desenvolvimento da comunidade social em objeto, pois as pessoas vivem o próprio contexto por meio da interação verbal. Portanto, para tentarmos entender a construção de uma enunciação temos necessariamente que considerar a situação social em que ela foi produzida. Com efeito, “a efetiva essência da linguagem é representada pelo acontecimento social da interação verbal, que é realizado por uma ou mais enunciações”⁸⁵ (VOLOŠINOV (BACHTIN), 1980, p. 97).

Como se pode observar, nessa perspectiva é bastante forte a natureza social da linguagem, que pertence aos falantes, e às situações verbais e extraverbais em que eles a empregam. É por isso que a linguagem tem a propriedade de ser dialógica: “o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação

⁸⁴ “*Il linguaggio umano è un fenomeno a due facce: ciascuna enunciazione presuppone, per la sua realizzazione, l'esistenza non soltanto di un parlante ma anche di un ascoltatore.*”

⁸⁵ “*L'effettiva essenza del linguaggio è rappresentata dall'avvenimento sociale dell'interazione verbale, che viene realizzato da una o più enunciazioni.*”

viva e tensa” (BAKHTIN, 1988, p. 88). A comunicação verbal se realiza por meio de enunciados que, independentemente de sua dimensão, são sempre dialógicos e estão inseridos em um contexto bem preciso. O discurso é sempre dirigido a um destinatário bem definido ou pressuposto e a sua presença legitima a presença do enunciador:

Cada palavra exprime “um” em relação a “outro”. Eu me construo verbalmente a partir do ponto de vista de um outro, ou seja, do ponto de vista da comunidade a que pertença. Uma palavra é um território comum entre o remetente e o destinatário, entre o falante e seu interlocutor. (VOLOŠINOV, 1976, p. 158)⁸⁶

Qualquer comunicação verbal, seja ela oral ou escrita, se compõe de dois momentos: a enunciação construída pelo falante e sua compreensão por parte do ouvinte; essa interação ocorre sob forma de troca. Se em uma comunicação verbal enunciador e enunciatário estão fisicamente presentes, o diálogo se passa também por meio de gestos, movimentos corporais ou expressões faciais. Nesse caso, qualquer orador experiente deve ter em conta o aspecto dialógico de seu discurso: os ouvintes não são uma massa indistinta e inerte, mas sim interlocutores atentos. Por isso é preciso prestar atenção a qualquer reação sua que possa pressagiar uma resposta (negativa ou positiva) ao discurso. O orador centrado em si mesmo, que não considera essas reações, destrói a relação viva e o diálogo com seu auditório, reduzindo o valor de sua enunciação.

Mas como se manifesta o caráter dialógico de uma enunciação em textos escritos? Como pode o enunciador dialogar com um enunciatário ausente?

Certamente a construção de uma imagem do enunciatário, baseada em uma série de características já conhecidas ou de estereótipos, ajuda o enunciador a construir o seu discurso. Bakhtin mostra como se constrói o diálogo entre enunciatário e enunciador antes que este produza o seu texto. O exemplo mais claro que se pode utilizar como base de reflexão é aquele que o autor propõe ao falar sobre os monólogos, discurso em que o único protagonista é o enunciador e também enunciatário: “essas enunciações solitárias não representam por acaso a forma mais pura de monólogo, que não é dirigido a nenhum que não seja o próprio falante e que não depende de nada senão o seu estado psicológico?”⁸⁷ (VOLOŠINOV (BACHTIN), 1980, p. 102). Ao analisar esse exemplo, Bakhtin afirma, com grande ênfase, que também essas manifestações verbais íntimas são dialógicas, pois totalmente impregnadas

⁸⁶ “Ogni parola esprime ‘l’uno’ in relazione all’‘altro’. Io mi do una forma verbale dal punto di vista di un altro, in definitiva dal punto di vista della comunità a cui appartengo. Una parola è un territorio in comune fra il mittente e il destinatario, fra il parlante e il suo interlocutore.”

⁸⁷ “Non rappresentano forse queste enunciazioni solitarie la forma più pura di monologo, che non è diretto a nessun altro se non al parlante stesso e che non dipende da nient’altro se non dal suo stato psicologico?”

das avaliações de um potencial auditório. O condicionamento social manifesta-se imediatamente quando começamos a refletir sobre uma questão; nosso discurso interno toma a forma de um diálogo feito de perguntas, afirmações e negações. Essa forma dialógica é ainda mais clara quando precisamos tomar uma decisão: estamos inicialmente em dúvida, começamos a nos questionar sobre a validade de uma escolha, parece que a nossa consciência se divide em duas vozes diferentes que se contrapõem. Uma dessas vozes, independentemente de nossa vontade, sempre coincide com a visão e as opiniões do grupo social ao qual pertencemos:

A minha ação será uma má ação: de que ponto de vista? Do meu pessoal? De onde peguei esse ponto de vista pessoal senão dos pontos de vista daqueles que me criaram, daqueles com que estudei, cujas ideias eu li nos jornais e nos livros ou ouvi durante encontros e conferências? E se eu recuso as opiniões de um grupo social ao qual pertencia até então é somente porque a ideologia de outro grupo social começou dominar minha consciência. (VOLOŠINOV (BACHTIN), 1980, p. 104)⁸⁸

Clara é a diferença entre esse sujeito enunciador e aquele que Aristóteles e a retórica clássica pressupunham: o enunciador descrito por Bakhtin não é autônomo em suas decisões discursivas, assim como o seu discurso nunca será *original* e *objetivo*. Com efeito, esse enunciador é sempre transpassado pela ideologia vigente na sociedade em que vive, seu discurso é inevitavelmente parte de um *continuum* de outros discursos falados por outros sujeitos, e por isso ele estará sempre sujeito à forte influência alheia em seu *dizer*.

Desnecessário apontar que o diálogo entre enunciador e enunciatário realiza-se em forma de *enunciados*: “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2010, p. 261)⁸⁹. De acordo com Bakhtin, cada enunciado/enunciação possui um significado e se compõe de duas partes: uma verbal e a outra extraverbal. A primeira só mostra um valor se associada à segunda, ou seja, é preciso conhecer onde e quando ocorre o enunciado/enunciação, ao que ele se refere e qual é a relação entre os protagonistas do diálogo. Em “Discurso na vida e discurso na arte – sobre a poética sociológica”, Voloshinov afirma claramente que o discurso verbal não é autossuficiente e não pode ser separado da

⁸⁸ “La mia azione sarà una cattiva azione: *da quale punto di vista? Dal mio personale? Ma dove ho preso questo punto di vista personale se non dai punti di vista di coloro dai quali sono stato educato, insieme ai quali ho studiato, le cui idee ho letto nei giornali e nei libri e ho ascoltato durante incontri e conferenze? E se io rifiuto le opinioni del gruppo sociale al quale finora appartenevo è soltanto perché l’ideologia di un altro gruppo sociale ha preso a dominare la mia coscienza.*”

⁸⁹ É preciso lembrar que Bakhtin não faz distinção entre o termo enunciado e enunciação (vide BAKHTIN, 2010, p. 261).

realidade em que é produzido sem perder sua significação. Existe de fato um contexto extraverbal que não pode ser desconsiderado quando se analisa um enunciado/enunciação relativo a um qualquer acontecimento, e “este contexto extraverbal do enunciado compreende três fatores: 1) o *horizonte espacial comum* dos interlocutores, 2) o *conhecimento* e a sua *compreensão comum* da situação por parte dos interlocutores e 3) sua *avaliação comum* dessa situação” (VOLOSHINOV, 1926, p. 5). Isso significa que os protagonistas do diálogo comunicativo devem compartilhar um espaço, um conhecimento prévio e ter a mesma capacidade de avaliação.

Transpondo essas reflexões ao nosso material de análise podemos raciocinar da seguinte forma: em uma notícia qualquer veiculada no jornal *La Difesa*, o enunciador/jornal descreve acontecimentos reais da Itália, que representa o espaço comum para os imigrantes de São Paulo, e se dirige a um enunciatário/leitor que supostamente tem a mesma postura de denúncia em relação ao fascismo e possui conhecimentos prévios da mais recente história italiana. Graças a esses três elementos é possível (e esperado) que ele faça conexões lógicas com base nos dados oferecidos pelo jornal: certamente a mesma notícia transmitida a um brasileiro não teria o mesmo efeito.

Mas, nesse caso, não estaríamos aplicando elementos da vida extralinguística a um texto? Ou, nas palavras do próprio Volosinov, “como se relaciona o horizonte extraverbal com o discurso verbal, como o dito se relaciona com o não-dito?” (VOLOSHINOV, 1926, p. 6).

Indubitavelmente qualquer discurso (como a notícia veiculada em um jornal) não reflete fielmente a situação extraverbal (o acontecimento), mas analisa essa situação para produzir uma conclusão avaliativa. Ao insistir no caráter dialógico do discurso, Volosinov (1926, p. 6) aponta que “o enunciado concreto une os participantes da situação comum como co-participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual”. O enunciado, portanto, integra a *percepção* do extraverbal como parte constitutiva de sua significação, realizando uma união entre a situação extraverbal e o discurso. O enunciado como um todo significativo possui, portanto, duas partes: uma percebida e realizada em palavras e a outra presumida. É por esse motivo que Volosinov associa o enunciado ao conceito de entimema retórico, no qual as premissas são presumidas; mas se esse último tem características mais psicológicas, no primeiro as premissas são ligadas ao social e ao objetivo: “cada enunciado nas atividades humanas é um entimema social objetivo” (VOLOSHINOV, 1926, p. 6). Esse aspecto é fundamental para pensarmos nas notícias veiculadas por um jornal,

que se traduzem, sob essa perspectiva, em enunciados concretos dentro dos quais é presumido um conhecimento da realidade externa que representa o elo entre enunciador e enunciatário.

2.9 Gêneros do discurso e cena da enunciação

Após identificarmos e analisarmos os dois polos da enunciação – como a construção da imagem de um é influenciada e determinada pelas características da do outro, com base em quais elementos elas se pressupõem e como dialogam –, cumpre destacarmos outro aspecto essencial na construção de um *ethos* discursivo: a forma (*gênero do discurso*) e o lugar (*cena da enunciação*) em que se manifestam.

Vindo da Antinguidade (vide nota 65), o conceito de *gênero* é geralmente associado, de forma bastante fixa, a certo tipo de texto, referindo-se aos aspectos languageiros que o distinguem de outros textos. Entretanto, se nos basearmos nas diretrizes do pensamento bakhtiniano, esse conceito toma outra proporção.

Parece pouco duvidosa a constatação de que todo ser humano age em uma determinada esfera de atividade, usando, em cada situação, a linguagem em forma de enunciados orais ou escritos. Como já observado, a característica mais peculiar do enunciado é a relação entre o verbal e o extraverbal presumido, portanto, não há enunciados produzidos fora da esfera de ação. Isso implica que os enunciados são necessariamente definidos pelas condições específicas e pelas finalidades da respectiva esfera de atividade: somente se age na interação e somente se diz no agir.

Cada esfera de ação, por sua vez, é particular e elabora tipos relativamente estáveis de enunciados (os gêneros do discurso), que possuem esta estabilidade graças à presença de três elementos básicos que se interligam: o *conteúdo temático* (o domínio de sentido de que se ocupa o gênero), o *estilo* (o conjunto das particularidades discursivas e textuais que contribui para criar uma imagem do falante) e a *construção composicional* (o modo de organizar o texto e de estruturá-lo). “Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo da atividade humana não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2010, p. 261).

Embora os três elementos citados participem do núcleo constitutivo do gênero, é o estilo a parte mais característica e que determina a estrita ligação do discurso a um gênero. O estilo é sempre individual e por isso reflete a peculiaridade de quem fala ou escreve. Por isso,

é fundamental a correspondência entre a noção de estilo – concebido como uma forma peculiar própria de dizer – e aquela de *ethos*.

Na realidade, essa noção de estilo não está ligada a um conjunto de características textuais que remetem ao autor real, tampouco ao adorno textual. Norma Discini afirma, a esse propósito, que “para descrever o estilo não se busca o belo ou o a-mais desviante de uma norma [...] interessa descrever ‘o homem’ como efeito de identidade a ser apreendido de uma totalidade de textos, vista como um modo recorrente de tematizar o mundo e de se apresentar perante ele” (DISCINI, 2008, p. 34).

As condições mais favoráveis para observar esse reflexo da individualidade do sujeito na linguagem parecem encontrar-se nos textos literários. Em contrapartida, os textos menos adequados para esse exercício são aqueles que requerem uma linguagem padronizada (documentos oficiais, formulários, etc.). Cada esfera de atividade emprega determinados gêneros aos quais correspondem determinados estilos. O estilo é tão indissolúvelmente ligado ao gênero que “onde há estilo há gênero. A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (BAKHTIN, 2010, p. 268).

Naturalmente, utilizar um gênero de discurso significa pressupor o relacionamento dialógico no qual se baseia qualquer troca verbal: é a imagem do destinatário ao qual se dirige o texto que determinará o estilo do enunciado e o gênero a ser empregado, e “cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 2010, p. 301).

Partindo dessas premissas, Maingueneau observa que, em primeiro lugar, os gêneros do discurso não são formas fixas com base nas quais o enunciador deve moldar seu discurso, mas “atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito” (MAINGUENEAU, 2011, p. 65). Em virtude do pressuposto dialógico entre os parceiros da comunicação, o enunciador deve ter em mente qual é a finalidade de seu discurso para que o destinatário possa ter uma atitude adequada ao gênero de discurso utilizado e certamente ambos devem possuir saberes relativos à matéria tratada naquele gênero específico.

Assim, cada gênero de discurso cria um lugar específico dentro do qual é “convocado” o destinatário. Este lugar, que Maingueneau chama de *cena da enunciação*, legitima não somente as escolhas estilísticas do enunciador, mas também toda a sua fala e, o que mais nos interessa, a forma como ele se apresenta em seu discurso, isto é, o seu *ethos*. Maingueneau distingue três cenas que, conjuntamente, definem o que pode ser chamado de *quadro cênico* de um texto:

- a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso (discurso jornalístico, político, filosófico, etc.); ao ler uma página de um jornal o leitor precisa entender qual é a cena englobante, ou seja, qual é o discurso veiculado, para entender como se posicionar diante daquele texto, e apreendê-lo em função da finalidade com a qual foi criado;
- a cena genérica, que é associada a um gênero de discurso colocado em um espaço e em um tempo definidos (um panfleto, por exemplo, propaganda ou denuncia algo delimitado no tempo e no espaço);
- a cenografia, que não é algo tangível ou determinável (as primeiras duas cenas são mais facilmente observáveis): com efeito, ela é criada progressivamente pelo discurso. A finalidade de qualquer discurso é a persuasão: é por isso que cada enunciação cria progressivamente uma cena que legitima o discurso, determinando que aquele é o *lugar* para enunciar o que está sendo enunciado segundo o âmbito (a política, por exemplo) e para veicular e promover determinadas ideias:

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 71)

Qualquer discurso é, portanto, fruto de uma enunciação que implica uma forma de se apresentar, o *gênero*, e um lugar, a *cena*. Consequentemente, a imagem criada nesse discurso, o *ethos* discursivo, será construída de acordo com o tipo de texto proposto e legitimado com base em uma determinada cena da enunciação.

Capítulo 3

Metodologia de análise: diálogo entre teorias

Uma vez traçadas as linhas teóricas que definem a noção de *ethos*, rendeu-se necessário estabelecer a metodologia mais adequada a ser aplicada ao material de nosso estudo.

Se é verdade que a retórica clássica e a nova retórica de Perelman apontam com grande zelo um roteiro a ser percorrido para se obter a adesão do público, é também verdade que, ao mesmo tempo, não demonstram particular preocupação acerca do modo por meio do qual o *ethos* se inscreve e se realiza em um discurso. As ciências da linguagem, por outro lado, oferecem várias estratégias válidas para estudar como o enunciador projeta, de forma mais ou menos deliberada, traços de sua presença no discurso, veiculando, assim, uma determinada imagem de si. Diante da variedade de abordagens teóricas, tornou-se prioritário definir uma linha teórica adequada aos objetivos de nosso estudo por meio da qual fosse possível atingir um resultado claro e satisfatório. Análise do discurso, semiótica discursiva e argumentação: todas elas, cada uma com suas peculiaridades, contribuem validamente para estudar o funcionamento do discurso de *La Difesa* e seus elementos específicos. Como lembra Orlandi (2009, p. 15):

há muitas maneiras de estudar a linguagem: concentrando nossa atenção sobre a língua enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais, [...] ou como normas de bem dizer [...] ou como mediação entre o homem e a realidade natural e social, [...] que é o discurso.

É por isso que foi preciso assumir uma posição definida que norteasse o trabalho, evitando a confusão que poderia ser gerada pela riqueza de possibilidades de aplicação de mais aportes teóricos. Dominique Maingueneau, falando sobre a noção de discurso em *Gênese dos discursos*, aponta as divergências que surgem na hora de analisar o mesmo *corpus* com base em parâmetros linguísticos ou históricos:

Estamos, assim, diante de objetos que aparecem ao mesmo tempo como integralmente linguísticos e integralmente históricos. As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece razão para as estruturas de sentido que elas manifestam. [...] Para alguns, com efeito, o estudo dos funcionamentos textuais deve ser um meio de visar, além dos *corpora*

considerados, uma teoria dos sistemas semióticos. Nesse quadro, a escolha se volta basicamente para os fenômenos de narratividade, de argumentação..., de maneira geral sobre as estruturas pregnantes. Se, ao contrário, se privilegia a hermenêutica histórica, surge a tentação de dedicar atenção menor à textualidade; [...] cada um desses procedimentos pretende não sacrificar a vertente que sua orientação leva [...]: o semioticista pensa que as grades que constrói serão historicamente parametrizáveis, ao passo que o historiador hermeneuta afirma que ele trabalha sobre a base que os recortes textuais lhe impõem. Mas é forçoso reconhecer que seus interesses divergentes fazem com que se movam em universos paralelos, mesmo quando abordam *corpora* comparáveis. Esse paralelismo se manifesta, entre outras coisas, pelo fato de que se encontram poucos textos nos quais uma das tendências traga um julgamento sobre os trabalhos das outras. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16-17)

Por outro lado, o linguista francês, apontando as várias possibilidades de estudo do discurso, distingue entre análise do discurso e “linguística do discurso”, termo por ele empregado para reunir as disciplinas que abordam o discurso e enfatizar a sua utilidade: “o discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por diversas disciplinas que possuem cada uma um interesse específico” (MAINGUENEAU, 2007, p. 18).

Na mesma perspectiva encontram-se, nos últimos anos, os linguistas que estão destacando em seus trabalhos a importância de criar uma interação entre as demais teorias linguísticas⁹⁰; lembremos, a respeito, as palavras precursoras de Diana Luz Pessoa de Barros, que, em sua obra *Teoria do discurso*, apontava a necessidade de uma abertura às demais propostas teóricas para analisar as estruturas discursivas:

A semiótica desenvolveu bastante bem a sintaxe e a semântica narrativa [...] os exercícios de análise da instância narrativa multiplicam-se e a recategorização da sintaxe narrativa [...] e da semântica, como organização passional, rende a cada vez mais frutos. As estruturas discursivas, porém, foram pouco ou mal tratadas pela semiótica, que a elas, no entanto, tem dedicado seus mais recentes esforços. Há, assim, algumas direções indicadas, alguns caminhos iniciados, alguns percursos inacabados, que é preciso seguir, percorrer, completar. Explica-se, dessa forma, a exposição menos segura, e quem sabe até mais criativa, que se fará da instância discursiva, e também o fato de procurar em outras propostas teóricas ou em práticas experimentadas subsídios para explicar as organizações sintáticas e semânticas do discurso. (BARROS, 2001, p.72-73)

Novamente Maingueneau, em seu artigo “*Que cherchent les analystes du discours?*” (2012), no qual discute sobre o campo de ação da análise do discurso, afirma que, apesar de

⁹⁰ Vê-se, a título exemplificativo, os recentes textos de Ruth Amossy: *L'argumentation dans le discours* (2012) e *Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours?* (2012).

ter interesses específicos, “ela [a análise do discurso] pode estudar os mesmos dados que outras disciplinas do discurso, mas através do próprio ponto de vista. Além disso, durante a mesma pesquisa, o analista pode tomar o ponto de vista de várias disciplinas, subordinando-as ao interesse de sua disciplina”⁹¹.

Acreditamos que um diálogo entre três abordagens teóricas possa ser útil no estudo do *ethos*. Estamos cientes dos problemas que podem surgir, mas convencidos de que é graças à interação que se pode aprofundar o trabalho de análise. Em particular, é possível pensar que alguns elementos da análise do discurso⁹², da semiótica discursiva e da argumentação possam convergir para nos fornecer instrumentos com os quais abordar o material do nosso *corpus*. No entanto, cabe destacar que tipo de contribuição pode dar cada uma dessas abordagens ao estudo do *ethos* de *La Difesa*.

3.1 Análise do discurso e *ethos*

Dois elementos importantes precisam ser destacados quando se pretende analisar o *ethos* de um jornal do ponto de vista da análise do discurso: o primeiro é o desafio de individualizar em textos escritos o que antigamente era fisicamente “perceptível”. A antiga retórica, de fato, se organizava prevalentemente em torno de discursos orais: isso fazia com que o corpo do orador se tornasse um componente determinante na construção da própria imagem, assim como a gestualidade ou o tom de sua voz. Como já observamos (p. 75 do presente trabalho), Maingueneau defende a ideia de que também em textos escritos exista uma “voz” que reenvie a um “caráter” e a uma “corporalidade”. O caráter seria determinado pelos traços psicológicos que o leitor atribui espontaneamente ao enunciador a partir de sua maneira de dizer, lembrando que “não se trata de caractereologia, mas de estereótipos que circulam em

⁹¹ “Elle peut étudier les mêmes données que d’autres disciplines du discours, mais à travers son point de vue spécifique. En outre, au cours de la même recherche, l’analyste peut prendre le point de vue de plusieurs disciplines, en les subordonnant à l’intérêt propre de sa discipline.”

⁹² Embora a análise do discurso de linha francesa (por abreviação AD) seja uma metodologia que, privilegiando a interdisciplinaridade, articula pressupostos teóricos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, em nosso trabalho se dará ênfase ao aporte linguístico. Os fundamentos linguísticos da teoria da enunciação sustentam explicações sobre as relações enunciativas nas quais os interlocutores, situados num aqui e num agora, não só se assumem reciprocamente, mas também se atribuem certas identidades. Como evidencia Maingueneau (2012, p. 4): “L’intérêt de l’analyse du discours est d’appréhender le discours comme articulation de textes et de lieux sociaux. Son objet n’est ni l’organisation textuelle ni la situation de communication, mais ce qui les noue à travers un certain dispositif d’énonciation. L’analyse du discours accorde un rôle clé aux genres de discours, qui ne sont pas considérés comme des types de textes, dans une perspective taxinomique, mais comme des dispositifs de communication, de nature à la fois sociale et linguistique” [O interesse da análise do discurso é apreender o discurso como articulação de textos e de lugares sociais. Seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as amarra através de certo dispositivo de enunciação. A análise do discurso dá um papel-chave aos gêneros de discurso, que não são considerados tipos de textos em uma perspectiva taxonômica, mas dispositivos de comunicação, de natureza tanto social como linguística].

uma determinada cultura” (MAINGUENEAU, 1987, p. 32)⁹³. Quanto à corporalidade, lembremos que Maingueneau a define como uma representação do corpo do enunciador, que não é uma verdadeira presença física, “mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura” (MAINGUENEAU, 1987, p. 33)⁹⁴.

O segundo elemento implica a necessidade de questionar a validade da visão da antiga retórica de que haja qualquer ação voluntária do enunciador em virtude da qual ele se mostraria de uma determinada forma em função dos efeitos que pretendia suscitar em seu público. Se na antiga retórica o sujeito escolhia conscientemente os instrumentos à sua disposição, do ponto de vista da análise do discurso os efeitos que o enunciador visa obter não dependem dele, mas do lugar que ele ocupa no momento da fala⁹⁵. Com efeito, a análise do discurso evidencia o fato de que, por um lado, o enunciador é legitimado pelo lugar que ocupa na troca discursiva que lhe dá a autoridade para falar de determinada forma, mas por outro lado é também submetido às condições que intervêm no momento da produção. Essa concepção, portanto, se opõe à ideia da retórica de que os sujeitos do discurso são colocados um diante do outro e possuem um repertório, sempre válido, de atitudes e estratégias conscientes destinadas a realizar um objetivo específico.

Segundo a análise do discurso, um passo fundamental ao se estudar *La Difesa* desse ponto de vista seria considerar suas “condições de produção”, definidas como o conjunto de parâmetros que exercem uma influência sobre a forma como um texto é organizado: todo texto depende, portanto, das condições específicas da situação de troca na qual surge.

Como afirma Pêcheux (1969), as condições de produção de um discurso englobam o contexto histórico, social, ideológico, os interlocutores e as imagens pressupostas, e o lugar que os interlocutores ocupam na sociedade. Aplicando essa noção ao discurso jornalístico, Carmagnani afirma que:

Analisar suas condições de produção é levar em conta o quadro sócio-político no qual os referidos jornais são produzidos, quem fala para quem, quais as noções que norteiam a divulgação da notícia, qual a ideologia que subjaz à produção de linguagem na sociedade analisada, qual o papel do autor do texto (no caso, o jornalista) nesse contexto. (CARMAGNANI, 1993, p. 102)

⁹³ “*Il ne s’agit pas de caractérologie mais de stéréotypes circulant dans une culture déterminée.*”

⁹⁴ “[...] *mais une sorte de fantasma induit par le destinataire comme corrélat de sa lecture.*”

⁹⁵ É o conceito de “formação discursiva” de Foucault (que não será aprofundado nesse trabalho): no discurso, trata-se de “*déterminer quelle est la position que peut et doit occuper tout individu pour en être le sujet*” [determinar qual é a posição que todos podem e devem ocupar para serem o sujeito] (FOUCAULT, 1969, p. 126).

Sob essa ótica, analisar as condições de produção significa analisar elementos que não são estritamente relacionados ao contexto imediato de produção textual. Por outro lado, Charaudeau (2012), aplicando a noção de condições de produção ao discurso da mídia, distingue dois tipos de dados constitutivos da situação de comunicação: os “dados externos” e os “dados internos”. Os dados externos correspondem às características próprias à situação de troca e se dividem, essencialmente, em quatro categorias: (1) a primeira envolve a identidade dos parceiros engajados na troca e se define através das respostas às perguntas: “quem fala a quem?” ou “quem se dirige a quem?”; (2) a segunda diz respeito à finalidade do discurso e deve permitir responder à pergunta: “estamos aqui para dizer o quê?”; (3) a terceira é representada pelo propósito da troca, que se define através da resposta à pergunta: “do que se trata?” e que corresponde a uma espécie de macrotema (e não impede que se acrescentem outros temas e subtemas) o qual deve ser admitido antecipadamente pelos parceiros envolvidos para que o discurso não seja “fora de propósito”; (4) a última está relacionada ao dispositivo e às circunstâncias materiais em que se desenvolve o ato de comunicação e se define por meio da pergunta: “que lugares físicos são ocupados pelos parceiros?” e “que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2012).

Os dados internos, por outro lado, são aqueles propriamente discursivos, os que permitem responder à pergunta: “como dizer?”. Charaudeau os define da seguinte maneira:

Trata-se de saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis languageiros que devem assumir, as formas verbais que devem empregar [...] esses dados são o conjunto dos comportamentos languageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, apreendidos, reconhecidos. (CHARAUDEAU, 2012, p. 70)

Disso decorre que dados externos e dados internos são estritamente relacionados, mas em nossa análise focaremos nossa atenção nos dados internos à situação de comunicação, isto é, no contexto imediato dos enunciados enquanto manifestação da enunciação, sem desconsiderar as condições de produção em sentido mais amplo, que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico em que o discurso é produzido. Estudar o *ethos* de nosso *corpus* significa, portanto, analisar objetos que são linguísticos, mas ao mesmo tempo também afetados pela história: “as unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16). No entanto, quando se fala em historicidade

do ponto de vista da análise do discurso, não significa que o texto será observado como se fosse um mero relato dos acontecimentos históricos: pretende-se, precisamente, estudar o reflexo da história no sentido do texto. É claro que não se pode negar que existe uma ligação entre a história extradiscursiva e a historicidade do texto, mas essa não é uma relação de causa e efeito. Em nossa análise de *La Difesa*, o objetivo não será recuperar informações históricas relativas a determinados acontecimentos e, com base nisso, justificar as escolhas linguísticas, mas, ao contrário, analisar como o jornal, enquanto instância enunciativa, se posiciona diante desses eventos e que imagem pretende veicular em seu discurso. O importante é que “observar como se relaciona o sujeito com as formações sociais, na medida em que fala delas e é falado por elas, é recuperar um modo próprio de presença no mundo. A partir da imanência discursiva é que a História é reconstruída” (DISCINI, 2004, p. 210). Como observado, o *ethos* não é um elemento dado *a priori*, mas uma construção discursiva, resultado de uma série de pressuposições e relações. Portanto, o estudo do sujeito não é centrado apenas na relação *eu – tu*, mas envolve também o espaço discursivo criado entre ambos: “o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto” (BRANDÃO, 2004, p. 76). O primeiro passo em nossa análise é definir as características do dispositivo em que se constrói a relação entre os dois polos da comunicação.

3.1.1 Gênero editorial

Charaudeau (2012) destaca que todo ato de comunicação se concretiza em um determinado ambiente físico, que impõe restrições e que determina as condições idôneas para a realização desse ato. O dispositivo que veicula a mensagem – e que pode ser um suporte físico, como no caso da imprensa – possui características próprias que fazem com que a mensagem (notícia) assuma determinado sentido:

Todo dispositivo formata a mensagem para lhe conferir um sentido. Seria uma atitude ingênua pensar que [...] a mensagem é o que é independentemente do que lhe serve de suporte [...] sem o qual não há interpretação possível das mensagens, da mesma forma que uma peça de teatro não faria muito sentido sem o seu dispositivo cênico. (CHARAUDEAU, 2012, p. 105)

Dentro das mídias, a imprensa se caracteriza por uma relação distanciada entre a instância de produção, quem escreve, e a instância de recepção, ou seja, quem lê.

A essa distância física acrescenta-se uma defasagem temporal entre o momento de produção do texto jornalístico e o momento de sua fruição: “a relação de distância e de ausência física entre as instâncias faz com que a imprensa seja uma mídia que, por definição, não pode fazer coincidir tempo e acontecimento, tempo de escritura e tempo de leitura” (CHARAUDEAU, 2012, p. 113). Isso dá a possibilidade ao produtor da notícia de transformar o acontecimento em estado bruto em acontecimento em estado midiático, isto é, “notícia”. É, de fato, opinião comum entre os estudiosos de comunicação que as notícias não existem autonomamente, fora do discurso que as constrói; o que a imprensa (assim como as outras mídias) proporciona não é o espelho da realidade, mas sim o resultado de uma série de decisões tomadas em função de como a instância de produção imagina a instância de recepção, que, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Com efeito, o jornalista, longe da situação física de contradição imediata (não há alternância de turno de fala, nem interrupções possíveis), pode propor seu ponto de vista, planejando sua argumentação e escolhendo suas palavras de acordo com seu objetivo. O lugar principal destinado a essa transformação é o gênero “editorial”.

O editorial, de fato, é um texto jornalístico, assinado ou não, que não objetiva “informar”, mas sim “comentar” eventos; mesmo quando não é escrito pelo diretor, representa geralmente o posicionamento do jornal, ao qual quer se dar especial ênfase e força.

Diferentemente de qualquer outra matéria que relata um fato, que pode ou não solicitar uma possível identificação por parte de quem toma conhecimento dele e não pressupõe uma responsabilidade direta do enunciador, o editorial não somente traz ao saber do leitor um acontecimento, mas também problematiza, constrói hipóteses e impõe conclusões. O leitor, por sua vez, é levado a se projetar no que é dito para medir e julgar o comentário e tomar, eventualmente, a decisão de aderir ou não ao discurso apresentado. Quanto mais forte for a identificação entre o jornal e seu leitor, tanto mais verossímil e digno de confiança será considerado o comentário do editorial: “[...] algumas seções do jornal, que se colocam como lugares do eixo enunciador-enunciatário [...] em que se manifesta de forma mais direta o jornal como enunciador e por conseguinte se delineia de forma mais reconhecível também o perfil do Leitor Modelo” (LORUSSO; VIOLI, 2004, p. 75)⁹⁶. Além disso, segundo Charaudeau (2012), o gênero editorial geralmente manifesta a posição do jornal sobre assuntos que concernem quase exclusivamente ao domínio político e social; por isso, o

⁹⁶ “[...] certe sezioni del giornale, che si pongono come luoghi dell’asse enunciatore-enunciatario [...] in cui si manifesta in forma più diretta il giornale come enunciatore e di conseguenza si delinea in modo più individuabile anche il profilo del Lettore Modello.”

enunciador/editorialista constrói um discurso de opinião em que expressa livremente um ponto de vista partidário, mas sempre de maneira argumentada, a partir do momento em que sua opinião envolve o engajamento de toda a redação.

Igualmente, seu aspecto formal – geralmente o título, frequentemente sem antetítulo⁹⁷ e sempre sem subtítulo⁹⁸ – visa expressar conceitos exortativos ou polêmicos. Trata-se de textos frequentemente apresentados em mais de uma coluna (lembramos que em *La Difesa* chegavam a ocupar até inteiras páginas) e cuja leitura se revela complexa, sobretudo para aqueles que não possuem informações sobre o tema veiculado, até porque, em diversas ocasiões, encontram-se alusões e referências a edições precedentes.

Esse último aspecto nos interessa especialmente, já que é provável que nos editoriais escolhidos para a formação de nosso *corpus* sejam pressupostas competências prévias específicas do leitor que talvez nos ajudem a determinar a imagem que o enunciador tinha de seu público e, por conseguinte, o tipo de *ethos* construído para obter sua adesão.

Com base nessas considerações, decidimos identificar a imagem do enunciador veiculada em *La Difesa* com base nos editoriais das primeiras páginas (e, em alguns casos, das terceiras). As primeiras páginas, de fato, exercem uma função estratégica, pois são os cartões de visita de um jornal; com efeito, além de informar os leitores sobre os acontecimentos do dia, apresentam o jornal de forma imediatamente reconhecível ao seu público. Selecionamos um editorial por cada ano de vida do jornal, ou seja, 13 editoriais publicados entre 1923 e 1934. Apenas para 1923, optamos pela seleção de dois editoriais: o editorial inaugural, que representa uma espécie de apresentação do jornal, e outro em que são relatadas notícias acompanhadas de seus comentários.

Paralelamente, foram escolhidos também alguns editoriais do jornal *Fanfulla*, que, de preferência, relatassem os mesmos eventos trazidos em *La Difesa*. Como já dissemos no capítulo 1, acreditamos que, utilizando o *Fanfulla* como contraponto e observando as analogias e as diferenças entre os dois jornais, poderemos identificar de forma mais pontual o *ethos* de *La Difesa*. Em particular, tentamos escolher textos em que fossem comentadas notícias relevantes da vida política e social italiana e da comunidade italiana de São Paulo durante o governo Mussolini.

⁹⁷ “Palavra ou frase em corpo menor do que o utilizado no título e colocada antes (geralmente acima) dele, para introduzi-lo, indicar o assunto ou a pessoa nele focalizada, ou localizar a posição geográfica e temporal.” (RABAÇA; BARBOSA GUIMARÃES, 2002)

⁹⁸ “Título secundário colocado imediatamente após o título principal [...] serve para destacar algum detalhe que completa o sentido do título.” (Ibidem)

A “relevância” como critério de seleção do material a ser analisado apresentou-se como obstáculo de difícil superação em função de sua subjetividade. Em nosso caso, entendemos serem “relevantes” em *La Difesa* os comentários relativos a eventos particularmente violentos (frequentemente não relatados pela imprensa italiana fascista) e também aqueles referentes a decisões de natureza política, que refletiam os abusos do governo fascista e/ou que tiveram um forte impacto na opinião pública.

Cabe destacar que a seleção de textos “paralelos” entre *La Difesa* e o *Fanfulla* foi possível somente até 1929 por duas razões: a primeira, de ordem mais prática, foi a dificuldade em consultar o jornal *Fanfulla*; se a coleção de *La Difesa*, de fato, encontra-se em bom estado e foi completamente digitalizada, a do *Fanfulla* é disponível apenas por meio dos originais (as primeiras décadas do século XX são inacessíveis por causa do péssimo estado do papel) ou em microfilme⁹⁹. Além disso, encontramos inúmeras dificuldades para conseguir um leitor de microfilme com o qual realizar nossa consulta. O único disponível¹⁰⁰ funcionou durante alguns meses: em consequência da quebra de uma peça da máquina, a leitura se tornou extremamente difícil e conseguimos selecionar apenas alguns editoriais do *Fanfulla*. A segunda razão é que, a partir de 1930, talvez por causa da exacerbação do conflito entre fascistas e antifascistas, observamos que os editoriais que tratavam de acontecimentos relativos à vida pública e à política praticamente sumiram nos dois jornais: *La Difesa* passou a comentar de forma quase exclusiva as graves repercussões da má conduta do regime; o *Fanfulla*, por outro lado, focou mais claramente seu objetivo na mera exaltação do governo fascista. Não conseguimos, portanto, encontrar nenhum editorial no *Fanfulla* que pudesse ser comparado aos de *La Difesa* com base no critério de seleção acima exposto. É por essa razão que a partir de 1930 foram contemplados no *corpus* apenas os últimos cinco editoriais de *La Difesa*.

Optamos por estruturar a análise da seguinte forma: os editoriais relativos aos primeiros anos foram apresentados detalhadamente (foi proposto um resumo do assunto tratado e os itens de análise foram destacados um por um); a partir do momento em que observamos que os resultados da análise começavam a se repetir nos editoriais de 1926 até 1934 (e, com isso, começaram a se delinear recorrências), decidimos englobar os elementos dos demais editoriais à seção final da análise que trata dos resultados. De fato, acreditamos que, considerando a reiteração de certos elementos, os primeiros editoriais foram suficientes

⁹⁹ As coleções originais do *Fanfulla* e de *La Difesa*, bem como os microfilmes do *Fanfulla*, estão disponíveis no Instituto Cultural Italo-Brasileiro (ICIB) de São Paulo.

¹⁰⁰ Disponibilizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB).

para estabelecer características do *ethos* de *La Difesa*; os demais textos foram empregados para fortalecer as ideias principais. Seguindo o raciocínio de Discini (2004), pensamos que não seria necessário estudar todo o material à disposição para determinar o *ethos* do jornal – um jornal representa uma totalidade de discursos, da qual se depreende um certo efeito de sujeito, e com base em uma unidade qualquer do jornal é possível determinar o todo em cada parte:

A observação da constância das relações de sentido na imanência de uma totalidade discursiva permite ao analista recuperar o todo sem recorrer à totalidade numérica de discursos. [...] Não é preciso analisar todas as seções de um mesmo caderno; ou todos os editoriais, sejam eles de um mesmo período, sejam eles sobre um mesmo tema. Não é necessário examinar todas as 27.378 (número da edição da *Folha*, em 18/03/04) para que se depreenda a recorrência de um fazer ser. A totalidade discursiva, constituinte de um estilo, é sustentada pela estabilidade de um fato formal. (DISCINI, 2004, p. 212)

Convém lembrar que em nossa seleção está presente também um editorial (de quarta página) do *Estado de S. Paulo* (do dia 11/01/1924, vide anexo); como veremos na análise, trata-se de um artigo que, relatando um evento ocorrido na Itália, suscitou reações do *Fanfulla* e de *La Difesa*. Essa aparente “intrusão” de um texto estranho ao material de nossa pesquisa se justifica por um objetivo bem preciso: observar qual era o posicionamento do principal jornal brasileiro em relação à política italiana.

3.1.2 A cenografia como instrumento de análise

Segundo Maingueneau (1987), um gênero de discurso implica fundamentalmente duas condições. A primeira – a “comunicabilidade” – remete, como evidenciado anteriormente, ao tipo de suporte por meio do qual o gênero se manifesta: o fato, por exemplo, de um texto ser transmitido de forma oral ou escrita determina de forma radical sua existência. A segunda condição diz respeito ao tipo de papel que o enunciador assume e que confere a seu enunciatário a fim de alcançar seus objetivos. Maingueneau afirma que é o próprio gênero que legitima o lugar do enunciador e do enunciatário: “o gênero funciona como um terceiro que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo” (MAINGUENEAU, 1987, p. 25)¹⁰¹. Isso implica que no gênero editorial a instância de

¹⁰¹ “Le genre fonctionne comme le tiers qui garantit à chacun la légitimité de la place qu’il occupe dans le procès énonciatif.”

produção é “autorizada”, pelo lugar que ocupa, a apresentar os fatos de determinada forma (mais subjetiva, às vezes polêmica, etc.): “o recurso a esses gêneros em vez de outros é parte essencial do discurso, assim como o ‘conteúdo’” (MAINGUENEAU, 1987, p. 26)¹⁰². Além disso, o discurso deve ser apresentado diante de um público propenso a interpretar corretamente um certo tipo de argumentação (um discurso antifascista não poderia ser aceito por um público fascista). Convém lembrar também que a situação dentro da qual o editorial se enuncia não é um contexto preestabelecido e fixo, mas deve ser validada pelos próprios enunciados: não é suficiente o leitor pressupor que *La Difesa* assumirá uma determinada postura diante de um evento, é necessário que o enunciador a demonstre em seu discurso, nas escolhas linguísticas, argumentativas, etc.

Com efeito, a enunciação se revela em um espaço instituído, uma “cena genérica”, segundo Maingueneau – definida nesse caso pelo gênero editorial –, que legitima um tipo de discurso, mas depende, por sua vez, do discurso, que se coloca em cena e instaura seu próprio espaço de enunciação: “a cena de fala não pode, portanto, ser concebida como um simples quadro, uma decoração, como se o discurso sobreviesse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso. Ela é constitutiva dele” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 95). Disso decorre que todo texto institui uma situação de enunciação; a fala cria, logo de início, certa cenografia que é progressivamente validada por meio do discurso de modo que os dois elementos – discurso e cenografia – acabam se legitimando mutuamente.

Empregando a terminologia de Maingueneau (2012), podemos dizer que em *La Difesa* selecionamos os editoriais das primeiras páginas (cena genérica), cujo conteúdo é predominantemente político e polêmico (cena englobante). A cenografia, no entanto, embora dependa da interação com os outros dois elementos, é determinada pelo discurso: “a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 96). Ela legitima o discurso, que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que aquele texto do qual vem a fala é a cenografia necessária para denunciar o discurso antifascista. Usando as palavras de Discini (2004), analisar os editoriais de *La Difesa* implica “observar se os editoriais mantêm obediência às regras: tanto da cena englobante como da cena genérica. A relação estabelecida de cada editorial com as regras genéricas antecipa a definição de um ideal de voz para o sujeito” (DISCINI, 2004, p. 212). Isso significa que a partir do estudo da cenografia

¹⁰² “Le recours à ces genres plutôt qu’à d’autres, est partie prenante du discours, au même titre que le ‘contenu’.”

discursiva poderemos identificar uma voz que corresponde ao lugar onde ela é produzida, já que, “através de seus enunciados o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer um texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 91).

Diante disso, acreditamos ser um importante instrumento de análise determinar que tipo de cenografia é construída nos editoriais escolhidos. Tal cenografia será, em seguida, validada pelo estudo dos sujeitos, dos tempos verbais e dos dêiticos espaciais. Lembremos, de fato, que a cenografia define as condições da instância de produção e da instância de recepção, mas também o espaço e o tempo a partir dos quais se desenvolve a enunciação: “além de uma figura de enunciador e uma figura correlativa de coenunciador, a cenografia implica uma *cronografia* (um momento) e uma *topografia* (um lugar) das quais o discurso *pretende* surgir. São três polos indissociáveis” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 96). No que concerne ao estudo do espaço e do tempo, acreditamos que elementos da Teoria da Enunciação de Benveniste e da semiótica discursiva¹⁰³ possam representar o segundo passo para identificar a imagem veiculada no discurso de *La Difesa*.

3.2 Teoria da Enunciação de Benveniste e sintaxe discursiva: o eixo *eu-aqui-agora* e as categorias de pessoa-espaço-tempo como instrumento de análise

A Teoria da Enunciação de Benveniste representa o ponto de partida de toda análise que pretenda examinar a presença do enunciador no discurso e sua forma de se apresentar. O linguista francês afirma que a língua é construída de tal forma que só toma vida quando o locutor se apropria de seus elementos, revelando a sua presença no discurso. Como isto ocorre? Com base em um esquema bastante simplificado, parte-se do eixo *eu-aqui-agora* para, em seguida, identificar os indicadores da pessoa – por meio dos pronomes pessoais que remetem aos sujeitos e que mostram sua presença (ou sua ausência) – e dos fatos gramaticais (demonstrativos, advérbios, adjetivos, verbos) que se referem à situação espaço-temporal em que o sujeito se inscreve. A imagem de si é, portanto, apreendida em determinado espaço e tempo da enunciação, por meio das marcas que a constroem e que estabelecem sua relação com o *tu* da enunciação.

A semiótica, por sua vez, estuda o sentido de um texto por meio da análise dos três níveis que compõem o percurso gerativo do sentido: o fundamental, o narrativo e o

¹⁰³ Em particular o estudo de Fiorin (2010) sobre as categorias de pessoa, espaço e tempo.

discursivo, cada um dos quais apresenta uma dimensão semântica e uma sintática. Nos primeiros dois níveis se organizam as relações mais gerais da construção do sentido; no nível discursivo se organiza o sentido por meio da união de um conteúdo (o que se diz) com uma expressão (como se diz); procedimento que está vinculado à argumentação e às estratégias de persuasão. Para definir o *ethos* discursivo de *La Difesa* se dará particular ênfase às estruturas discursivas que, segundo Barros (2001, p. 72), são “o lugar, por excelência, de desvelamento da enunciação e de manifestação dos valores sobre os quais está assentado o texto”. Especialmente, serão analisados aspectos da sintaxe discursiva, isto é, as projeções da enunciação nos enunciados (actancial, temporal e espacial) e sua função na relação entre enunciador e enunciatário. Como aponta Discini, é o uso recorrente de determinados recursos gramaticais que cria um “modo de dizer” que remete a um “modo de ser”, portanto, “importará observar o uso recorrente de fatos gramaticais como meio para construção do simulacro discursivo [...] como meio auxiliar de construção de um corpo, uma voz, de um caráter” (DISCINI, 2003, p. 155). No mesmo sentido, Fiorin destaca que é sempre na reiteração de alguns traços que podemos apreender a imagem do enunciador: “são características do plano do conteúdo a reiteração de certos temas [...], são características do plano da expressão as formas de organizar as palavras no texto ou determinadas construções” (FIORIN, 2008b, p. 97). É com esse intuito que, além da cenografia, analisaremos os editoriais de *La Difesa* considerando como instrumento de análise as categorias de pessoa, espaço e tempo que se articulam, no discurso, com base no eixo *eu-aqui-agora* e que vamos detalhar nos próximos parágrafos.

3.2.1 Definição da noção “enunciador”

Antes de tudo, convém fazer uma reflexão acerca da terminologia empregada, em particular, aquela que envolve a noção de “enunciador” (ou “locutor”, ou “sujeito falante”). Trata-se de conceitos articulados e interligados, cuja definição acaba sendo empregada pelos linguistas de forma não sempre homogênea, podendo assim criar certa confusão.

Maingueneau e Charaudeau, em seu *Dicionário de análise do discurso* (2012), observam que o conceito de “enunciador” possui um valor instável conforme as relações que mantém com as noções próximas de “locutor” e de “sujeito falante”. O “enunciador” pode ser considerado o sujeito produtor efetivo do enunciado, bem como o sujeito organizador da fala e responsável pelo discurso, ou ainda o sujeito-ponto de origem das ancoragens dêiticas:

A priori, pode-se conceber duas posições diametralmente opostas: aquela que consiste em remeter esses diversos estatutos a instâncias igualmente distintas, e aquela que os associa a uma única instância compacta, indiferentemente nomeada *locutor*, *enunciador*, *sujeito falante*. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2012, p. 197)

Na realidade, os linguistas adotam posições intermediárias, que se alternam entre esses dois polos. Benveniste utiliza o termo “locutor” para designar o produtor do enunciado, em sentido equivalente ao de “enunciador”. Ducrot, por sua vez, sem empregar o termo “enunciador”, introduz a noção de “locutor”, operando, em seguida, uma clara distinção – como destacamos no primeiro capítulo do presente trabalho – entre o locutor (L) responsável pela enunciação e o locutor (λ), que representa o ser do mundo. Courtés e Greimas (1979) distinguem o “locutor” do “enunciador”, identificando este último como instância implícita e pressuposta pela enunciação, distinta, portanto, do “narrador”, considerado o “actante” instalado no discurso por meio do procedimento de “*débrayage*” [debreagem] (vide próximo item). Neste sentido, o “enunciador” torna-se sinônimo de “sujeito da enunciação”: “o termo *sujeito da enunciação*, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, recobre, de fato, as duas posições actanciais de enunciador e enunciatário” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 125)¹⁰⁴. Quanto ao termo “locutor”, definido também como “interlocutor”, Courtés e Greimas o consideram simplesmente o simulacro do enunciador no discurso, portanto, distinto desse último.

Concordamos com as posições de Maingueneau e Charaudeau, que veem na figura do “enunciador” o produtor do enunciado que se responsabiliza por ele. Os dois estudiosos apontam que certa dificuldade no emprego do termo pode surgir quando se faz referência ao “enunciador” – aquele que diz “eu” – associando-o ao produtor físico do enunciado. Essa assimilação tende a suprimir a distinção entre a situação de enunciação (em que o “enunciador” é o ponto de referência das coordenadas dêiticas e o responsável pelo enunciado) e a situação de interlocução, em que são definidos os lugares do produtor do enunciado, do destinatário e do delocutado, isto é, “daquilo de que fala o enunciado, para além dos enunciadores” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2012, p. 199).

Apesar dessas dificuldades, a posição de Maingueneau e Charaudeau nos parece a mais clara para resolver possíveis ambiguidades: na análise do discurso (mas isso vale também para a semiótica e para a argumentação), o interesse não é dirigido para os sujeitos considerados independentemente das situações de comunicação. Segundo os dois estudiosos,

¹⁰⁴ “Le terme de ‘sujet de l’énonciation’, employé souvent comme synonyme d’énonciateur, recouvre en fait les deux positions d’énonciateur et d’énonciataire.”

ao analisar um texto, o linguista deve levar em consideração também o gênero e o tipo de discurso em que os enunciados estão inseridos: em outras palavras, a complexidade da “cena de enunciação” não pode ser negligenciada. Nesse contexto, as instâncias de “enunciador” e “sujeito de enunciado” não são disjuntas, mas sim facetas da mesma entidade:

Falar do *enunciador* é fazer referência, ao mesmo tempo, a uma instância da situação de enunciação linguística, a uma instância ligada ao gênero de discurso e, eventualmente, a uma instância ligada à cena de fala instituída pelo próprio discurso. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2012, p. 200)

A partir disso, ao falarmos de “enunciador” em nossa análise, estaremos nos referindo a uma única voz, ou seja, tanto àquela do enunciador-jornal como àquela do enunciador-jornalista; diremos “leitor” ou “público” para definir o “enunciatário”.

3.2.2 Debreagem e embreagem: a instalação da “pessoa” no discurso

A passagem da enunciação pressuposta ao enunciado acontece em função de dois mecanismos, chamados por Greimas (1979) de *debreagem* e *embreagem*. Exemplificando seu funcionamento, é possível dizer que a primeira corresponde à operação pela qual a instância da enunciação projeta fora de si os atores do discurso e suas coordenadas espaço-temporais (*eu-aqui-agora*). Em outros termos, trata-se do afastamento do sujeito empírico real que, como tal, fica necessariamente fora do texto, enquanto se instala um sujeito da enunciação dentro do texto. Dessa forma, esse sujeito/enunciador poderá se exprimir por meio de um “eu”, falando, portanto, em primeira pessoa, em um “aqui” e num “agora” que, por sua vez, simulam o lugar e o tempo da enunciação. Existe, por conseguinte, uma debreagem relativa à pessoa (actancial), ao espaço (espacial) e ao tempo (temporal). Ao mesmo tempo, o enunciador poderá se exprimir por meio de uma terceira pessoa, criando um efeito particular de realismo e objetividade. Existem, de fato, dois tipos de debreagem: a enunciativa, que instala no enunciado os actantes da enunciação (*eu-tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*), e a enunciva, que instaura no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*). Os dois tipos de debreagem produzem efeitos de sentido diferentes: a subjetividade, graças à instalação dos simulacros *eu-aqui-agora* enunciativos, e a objetividade, em função da

eliminação das marcas da enunciação no texto¹⁰⁵. Uma vez operado o primeiro mecanismo de debreagem, é possível identificar uma embreagem quando se observa o retorno à enunciação, produzido pela neutralização das categorias pessoa/espço/tempo e pela denegação da instância do enunciado. Como esclarece Greimas, toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior:

Quando o general de Gaulle enuncia: “*A França é um país bonito*” opera uma debreagem enunciva que instala no discurso um sujeito distinto e distante em relação à instância de enunciação. Por outro lado, se o mesmo personagem diz: “*O general de Gaulle pensa que...*”, trata-se sempre, formalmente, de uma debreagem enunciva, mas que se encontra completada por um conjunto de procedimentos que nós chamamos de embreagem e que, mesmo ficando implícitos, visam produzir um efeito de identificação entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 119)¹⁰⁶

Na sintaxe discursiva, a embreagem é o recurso que permite que uma pessoa seja usada no lugar de outra, assim como um tempo ou um indicador de espaço. Discini propõe um claro exemplo de emprego de embreagem temporal:

[...] o caso de um cliente bancário que poderia assim expressar-se: “Eu queria pagar isto”, numa desestabilização do sistema do tempo: a expectativa aí era de que fosse usado um presente do sistema enunciativo (o presente relativo ao *agora* do ato enunciar – *quero* pagar isto). O uso feito do pretérito imperfeito, tempo que indica uma concomitância em relação a um marco pretérito, torna a fala do cliente mais distanciada do *agora* de sua enunciação, veiculando um efeito de atenuação do pedido. (DISCINI, 2013, p. 237)

Voltando ao estudo da “pessoa”, é necessário lembrarmos que, segundo Benveniste (2005), os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem: as “verdadeiras” pessoas do diálogo são o *eu* e o *tu*, que se contrapõem ao *ele*, chamado por Benveniste de “não-pessoa” e identificado com tudo o que não participa diretamente da troca “*eu-tu*”, isto é, todos os outros objetos/seres do mundo que não são

¹⁰⁵ O conjunto de marcas identificáveis no texto e que remetem à instância de enunciação é definido como “enunciação enunciada”. Eliminando essas marcas se produz um efeito de objetividade devido ao fato de que o discurso se constrói somente com “enunciado enunciado”, que é a sequência enunciada desprovida de enunciação (Cf. FIORIN, 2010, p. 36).

¹⁰⁶ “*Lorsque le général de Gaulle énonce: ‘La France est un beau pays’ il opère un débrayage énoncif qui installe dans le discours un sujet distinct e distant par rapport à l’instance de l’énonciation. En revanche, si le même personnage dit: ‘Le général de Gaulle pense que...’, il s’agit toujours, formellement, d’un débrayage énoncif, mais qui se trouve complété par un ensemble de procédures que nous appelons embrayage et qui, tout en restant implicites, visent à produire un effet d’identification entre le sujet de l’énoncé et le sujet de l’énonciation.*”

interlocutores: “é claro que, num certo sentido, esses objetos falados por *eu-tu* ‘participam’ da enunciação, mas não da mesma maneira que as pessoas” (MAINGUENEAU, 2001, p. 11). Fiorin (2010, p. 60) propõe um esquema bastante útil para identificar os significados das pessoas em um texto:

- *Eu* é aquele que fala, *eu* é quem diz *eu*;
- *Tu* é aquele com quem se fala, aquele a quem *eu* diz *tu*, que se torna, portanto, interlocutor;
- *Ele* é aquele de que *eu* e *tu* falam;
- *Nós* não é a multiplicação do *eu*, mas a junção de um *eu* com um *não-eu*;
- *Vós* é seja um plural do *tu*, seja uma junção de *tu* com *ele* ou *eles*;
- *Eles* é a pluralização de *ele*.

Uma atenção especial merece o estudo da primeira pessoa do plural. De acordo com as tradicionais regras de gramática, seria lógico considerá-la uma pluralização da primeira pessoa do singular (“eu”); no entanto, em âmbito discursivo a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem essa possibilidade. Não podendo haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, o “nós” não pode ser a multiplicação de objetos idênticos, mas uma união entre o “eu” e o “não-eu”, seja quem for o “não-eu”. Neste sentido, somente a terceira pessoa, a “não-pessoa”, admite um verdadeiro plural, denotando certa quantidade de objetos.

Na mesma linha de raciocínio, Kerbrat-Orecchioni (2002), retomando a Teoria da Enunciação de Benveniste, também destaca que o pronome “nós” nunca corresponde a um “eu” plural, mas, segundo a linguista, forma uma totalidade cujos componentes não são, contudo, equivalentes. O “nós”, neste caso, é formado pelo binômio “eu” + “não-eu”, que pode ser exemplificado da seguinte maneira:

Fonte: KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 46.

Veremos, na análise dos jornais *La Difesa* e *Fanfulla*, que o recurso tanto ao “nós inclusivo” como ao “nós exclusivo” será frequentemente empregado pelo enunciador a fim de incluir/afastar o leitor.

Por último, lembramos que, juntamente aos pronomes pessoais (retos e oblíquos), são também índices da presença da pessoa os pronomes e os adjetivos possessivos, que são uma variante dos pronomes pessoais, empregada quando se pretende expressar uma relação de apropriação entre o “possuidor” e o “possuído” (pode ser um lugar, *minha pátria*, ou um parentesco, *meus irmãos*, etc.).

3.2.3 O “agora”: modos e tempos verbais na Teoria da Enunciação

As marcas que o enunciador deixa no enunciado não se limitam aos indicadores pessoais, sendo possível detectar outros traços importantes que refletem o “agora” e o “aqui” do enunciador. Para observarmos o funcionamento dos dêiticos que marcam o “agora”, apoiamo-nos em alguns conceitos-chave da Teoria da Enunciação de Benveniste, que nos permitirão melhor entender como a pessoa, o tempo e o aspecto verbal contribuem para a construção do sentido do discurso.

Em primeiro lugar, devemos superar a rigidez das conjugações verbais, assim como propostas pelas gramáticas tradicionais. Benveniste (2005) afirma que os tempos verbais fogem desse rigor quando se examina um determinado tipo de texto. Os verbos não são utilizados como elementos de um único sistema, mas se distribuem em dois sistemas, distintos e complementares: “cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 262). Esses dois sistemas são a *enunciação histórica* e a *enunciação de discurso*.

A enunciação histórica, segundo Benveniste, caracteriza a narrativa de eventos passados e exclui toda forma linguística autobiográfica: “o historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora* porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu: tu*” (BENVENISTE, 2005, p. 262). Em contrapartida, no plano da *enunciação de discurso* supõe-se um locutor e um ouvinte, o primeiro tentando influenciar o segundo; esse plano não considera apenas os discursos orais, mas qualquer gênero em que haja uma tomada de posição do locutor. Conforme aponta Benveniste (2005), a distinção entre narrativa histórica e discurso não coincide necessariamente com a distinção entre língua escrita e língua falada, sendo os discursos tanto orais como escritos. A passagem de um a outro ocorre de forma quase instantânea, “cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 267).

O discurso emprega todas as formas pessoais do verbo, tanto o *eu/tu* como o *ele*, que é considerado a não-pessoa. Na narrativa histórica, o *ele* representa a ausência da pessoa que não se opõe a nenhuma outra. Na *enunciação de discurso* usam-se todos os tempos verbais, salvo o aoristo (que corresponde ao *passato remoto* do italiano), por ser uma forma típica da história (e que soaria pedante e livresca). É preciso, porém, destacar que os tempos fundamentais que caracterizam esse plano são o presente, o futuro (simples e composto) e o perfeito, todos excluídos da narrativa histórica, com exceção do mais-que-perfeito.

Uma vez realizada a distinção entre enunciação histórica e enunciação de discurso, precisamos destacar a diferença entre o “tempo físico”, o “tempo crônico” e o “tempo linguístico”, específico da língua.

O tempo físico tem como referência o mundo, é um “contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (BENVENISTE, 2006, p. 71). Seu correlato psíquico é a duração interior medida por cada indivíduo com base em suas emoções. O tempo crônico, por sua vez, engloba nossa própria vida enquanto sequência de eventos e corresponde ao tempo dos acontecimentos com denominações fixas (dias, meses, anos): “são estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos e que definem também *nossa* situação [...] na vastidão da história” (BENVENISTE, 2006, p. 73). Se esses eixos não fossem fixos, estaríamos perdidos e sujeitos à confusão de nosso universo mental sem sabermos como nos orientar. No entanto, dias, meses e anos são sim quantidades fixas necessárias para marcar a sucessão dos acontecimentos, mas, paradoxalmente, mostram-se

vazias de temporalidade em si mesmas: “o tempo crônico fixado num calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele; pelo próprio fato de ser objetivo, propõe medidas e divisões uniformes em que se alojam os acontecimentos, mas estes não coincidem com as categorias próprias da experiência humana do tempo” (BENVENISTE, 2006, p. 74).

No que concerne ao tempo linguístico, que mais nos interessa, Benveniste (2006) sublinha que uma coisa é colocar um acontecimento no tempo crônico, outra é colocá-lo no tempo linguístico, porque o aspecto singular do tempo da língua é o fato de estar inexoravelmente atrelado ao exercício da fala: “este tempo tem seu centro no *presente* da instância de fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do *presente* ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona” (BENVENISTE, 2006, p. 74-75). É a partir do tempo presente que o locutor fala, situando implicitamente como presente tudo que está aí implicado; cada vez que falar, criará um novo presente. Quanto aos tempos “não presentes” (passado e futuro), eles não pertencem ao mesmo nível do presente, pois é necessário considerá-los pontos vistos para trás ou para frente do presente, utilizando os parâmetros de “anterioridade” e “posterioridade”.

À luz dessas observações, é útil lembrar que o discurso instaura um “agora” que coincide com o momento da enunciação: o enunciador define um “agora” que é também o “agora” do enunciatário: “aquele que diz *agora, hoje, neste momento*, localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu *hoje* pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação” (BENVENISTE, 2006, p. 78).

Tanto Benveniste quanto Fiorin (2010) destacam, contudo, um problema que aparece quando a recepção não é simultânea à produção, como no caso da leitura de um jornal, quando o advérbio “hoje” passa a não mais ser signo do presente linguístico, pois o leitor não pode saber quando foi proferido. Neste caso, o único meio de torná-lo inteligível fora do presente linguístico é acompanhá-lo de uma correspondência explícita com uma divisão do tempo crônico, por exemplo, a indicação da data; “a mesma coisa ocorre com a pessoa e o espaço, ou seja, as categorias da enunciação só podem ser identificadas pelos parceiros da troca linguística” (FIORIN, 2010, p. 143). O problema dessa “defasagem” entre o momento em que o advérbio é proferido e o momento em que é atualizado pelo leitor nos leva a identificar outro elemento fundamental para nossa análise: as relações de sucessão temporal dos acontecimentos em um texto, particularmente seus efeitos na organização do sistema verbal.

Com efeito, em um discurso oral ou escrito a língua pode valer-se de dois sistemas temporais: o primeiro está diretamente relacionado ao momento da enunciação (sistema

enunciativo) e o segundo é ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado (sistema enuncivo). Seguem os dois sistemas conforme destaca Fiorin (2010, p. 146):

O momento de referência (MR) está relacionado ao momento de enunciação (ME), já que este é o eixo fundamental de ordenação temporal da língua e pressupõe o presente implícito. Ao momento da enunciação aplicamos as categorias topológicas “concomitância” e “não-concomitância”, e na segunda (a não-concomitância) distinguimos a “anterioridade” e a “posterioridade”, obtendo, dessa forma, três momentos de referência: concomitante, anterior e posterior ao momento da enunciação (cf. FIORIN, 2010, p. 146):

A partir do sistema enunciativo, concomitante ao momento da enunciação, os tempos verbais (no caso do italiano) se organizam da seguinte forma:

Essas considerações e esses esquemas servirão de base no capítulo de análise para determinar o emprego estratégico dos tempos verbais na criação de um determinado efeito de sentido nos editoriais de *La Difesa* e do *Fanfulla*.

3.2.4 O “aqui”: indicações espaciais na enunciação

É verdade que os estudos relativos ao “espaço” ocupam uma posição secundária nas teorias linguísticas (por exemplo, na Teoria da Enunciação de Benveniste), isto talvez porque, como nos lembra Fiorin, “comparada às do tempo e da pessoa, a categoria do espaço tem menor relevância no processo de discursivização. Com efeito, não se pode deixar de utilizar, em hipótese alguma, o tempo e a pessoa na fala [...] como, porém, o espaço é expresso por morfemas livres, pode não ser manifestado” (FIORIN, 2010, p. 258). No entanto, acreditamos que o estudo dos indicadores espaciais pode ser bastante útil para a construção da análise por meio da qual poderemos entender o *ethos* do enunciador.

Da mesma forma que existe uma distinção entre tempo linguístico, tempo crônico e tempo físico, também é possível identificar dois tipos de espaço, o *espaço linguístico* e o *espaço tópico* (FIORIN, 2010). O espaço tópico pode ser assinalado em relação ao enunciador (por ex.: à minha esquerda, atrás de mim) ou a um ponto de referência inscrito no enunciado (por ex.: na frente da igreja). Embora ambas as dimensões se refiram às relações espaciais básicas, que indicam a localização dos corpos no espaço, o espaço linguístico tem como referência o *aqui*, ou seja, o lugar do *eu*: “todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização” (FIORIN, 2010, p. 262).

Nesse espaço, cujo campo de expressão é a instância enunciativa, o *aqui* se desloca ao longo do discurso e determina os espaços do *não-aqui*, constituindo-se, assim, no fundamento

das oposições espaciais da língua. Cada vez que um enunciador usa formas gramaticais relacionadas ao *eu* (aqui, este, isto, cá, etc.), situa os objetos em seu espaço. Neste caso, estamos falando de uma debreagem enunciativa, que se diferencia da debreagem enunciva, manifestada quando o ponto de referência situa-se em um algures/alhures instalado no enunciado. Cada vez que alguém se constitui sujeito do discurso (ou seu enunciador), a referência muda, determinando um espaço novo. Portanto, o espaço linguístico, bem como o tempo linguístico, define-se como função do discurso, razão pela qual não há posições determinadas.

Assim como Fiorin, também Maingueneau (2001) destaca que, do ponto de vista morfossintático, os dêiticos espaciais são bastante heterogêneos e se distribuem essencialmente em dois grupos: demonstrativos e adverbiais. No espaço linguístico, que é aquele onde se desenrola a cena enunciativa, os pronomes demonstrativos possuem três funções: uma puramente dêitica, para designar e mostrar, outra anafórica, para lembrar, e a última catafórica, para antecipar o que será dito. A primeira, em particular, é muito importante porque atualiza o ser do discurso, situando-o no espaço. A função anafórica, por outro lado, ao relembrar o que foi dito, constitui-se em um instrumento de coesão textual.

Em relação aos advérbios de lugar, Maingueneau esclarece que:

Os dêiticos adverbiais distribuem-se em diversos micro-sistemas de oposições: *aqui/aí/lá, perto/longe*, etc., todos em função do gesto, da posição ou da orientação do corpo de seu enunciador [...] dentro desses eixos de oposições semânticas a língua privilegia indiscutivelmente a oposição do próximo e do distante. (MAINGUENEAU, 2001, p. 26)

Essa contraposição parece retomar a oposição, vista anteriormente, entre a *pessoa (eu-tu)* e a *não-pessoa (ele)*. O *aqui* e o *aí* marcam o espaço da cena enunciativa, sendo que assinalam o espaço do *eu*, enquanto o *lá* indica o espaço fora da cena enunciativa, relacionando-se à não-pessoa. Indo um pouco além, poderíamos pensar em uma dicotomia entre *valorização* e *desvalorização*: “em virtude de uma ambiguidade que não se consegue eliminar, o domínio do *lá*, do distante, pode significar tanto a exclusão de si (posto a uma distância contemplativa) quanto a exclusão do outro (recusa)” (MAINGUENEAU, 2001, p. 27).

Cabe destacar que em italiano há três tipos de demonstrativos – *questo, codesto, quello* [este, esse, aquele] – que designam três pontos de vista diferentes: *questo* indica proximidade a quem fala, *codesto*, proximidade a quem escuta, e *quello*, distância de ambos. *Questo* tende a colocar o substantivo na esfera da 1ª ou da 4ª pessoa e inclui, portanto, a ideia de

proximidade; *codesto* aponta a atenção no destinatário (2ª ou 5ª pessoa); e *quello* é do domínio externo e pertence à 3ª e 6ª pessoa, delineando a distância. No entanto, conforme afirma Serianni (2008, p. 194), esta tripartição não é mais comum em italiano, sendo hoje limitada apenas à região da Toscana, enquanto no resto da Itália, a distinção é feita basicamente entre *questo* e *quello*, isto é, o que é próximo e o que é distante de quem fala.

3.3 Tópicos e isotopias

Como observamos no capítulo 2, qualquer jornal se constitui, progressivamente, como uma voz que se dirige de forma privilegiada ao seu leitor, que, ao mesmo tempo, em virtude da confiança que atribui ao próprio jornal, associa a essa voz determinados pontos de vista que ele compartilha: os conteúdos das notícias lidas passam a ser assumidos como verdadeiros¹⁰⁷. O jornal, por sua vez, constrói, a cada dia, uma trama, um enredo, que apresenta a seus leitores e que deve ser reconhecido como a marca daquele determinado jornal. Além dessa narração, o jornal apresenta outros desdobramentos dentro de cada notícia: isso porque até mesmo as notícias que não parecem ser criadas para transmitir determinados pontos de vista acabam sendo impregnadas de sentidos.

Conforme destaca Barros (2001), tanto a sintaxe como a semântica discursivas criam efeitos de realidade: se a primeira é responsável pela instalação no discurso de *fatoss gramaticais*, que colaboram para criar determinado efeito de sentido, a segunda concerne ao emprego, por parte do enunciador, de figuras do discurso criadas para fazer-crer, ou seja, para fazer o enunciatário reconhecer “imagens do mundo” e, a partir daí, a suposta “verdade” do discurso. O enunciatário, por sua vez, acredita no que lê graças ao reconhecimento de figuras do mundo natural. Por conseguinte, o fazer-crer e o crer se legitimam reciprocamente em função da confiança que se estabelece entre enunciador e enunciatário.

Maingueneau salienta que o maior problema para o leitor é “determinar entre o conjunto das significações abertas os *tópicos*, isto é, de que se trata neste ou naquele ponto do texto” (MAINGUENEAU, 1996, p. 51). Com efeito, as unidades lexicais podem produzir vastas tramas semânticas, ou, conforme lembra Eco, ilimitadas: “a enciclopédia semântica é potencialmente infinita, ou finita mas ilimitada” (ECO, 2011, p. 70). Por isso, cabe ao leitor

¹⁰⁷ “Correspondente a um ato de fazer saber do jornalista, que pressupõe um julgamento como verdadeira a ocorrência do evento tal qual se mostra no jornal, há um dever crer do leitor, condição necessária para interpretar as imagens e relatos como representações fiéis da realidade. A construção da credibilidade pelo jornal, de um lado, e a confiança do leitor, de outro, são, então, facetas de um acordo tácito, primordial para a existência e eficácia do próprio discurso jornalístico.” (GOMES, 2010, p. 195)

“re-construir” e ativar essas tramas em um percurso coerente. Graças aos tópicos o leitor consegue restringir a proliferação semântica e pode formular hipóteses e orientar sua leitura em uma certa direção, reinterpretando, se necessário, elementos anteriores indeterminados ou falsamente determinados. Esse trabalho de identificação de um percurso de leitura no texto não é tão óbvio:

O problema consiste antes em saber de que maneira o Leitor-Modelo é orientado para a reconstrução do *topic*. Muitas vezes o sinal é explícito: exatamente o título ou uma expressão manifestada que diz precisamente de que coisa o texto quer se ocupar. Às vezes, pelo contrário, deve-se procurar o *topic*. O texto então estabelece, reiterando, por exemplo, com muita evidência uma série de sememas ou, em outros termos, *palavras-chave*. Outras vezes, estas expressões-chave, mais do que abundantemente distribuídas, estão apenas estrategicamente colocadas. Nestes casos, o leitor deve, por assim dizer, farejar alguma coisa excepcional em um certo tipo de *dispositio* e nessa base aventar a própria hipóteses. (ECO, 2011, p. 73-74)

Paralelamente ao conceito de tópico encontra-se o de *isotopia*, definido por Greimas como “um conjunto de categorias semânticas redundantes que possibilitam a leitura uniforme de uma história” (GREIMAS, 1975, p. 188). Inicialmente a isotopia só concernia à iteração de classemas que garantem uma leitura homogênea; posteriormente, o conceito foi ampliado para justificar a homogeneidade de textos inteiros e redefinido como a recorrência de categorias semicas, sejam *figurativas* (as figuras), sejam *temáticas* (os temas) (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

De acordo com Fiorin (2008), as figuras remetem a elementos do mundo natural e criam um efeito de realidade, enquanto os temas são categorias abstratas que tentam explicar a realidade, organizando e categorizando os elementos do mundo natural e estabelecendo relações e dependências. Na mesma linha se coloca Barros (2002), quando acrescenta que a disseminação discursiva de temas e seu posterior revestimento figurativo são tarefas do sujeito enunciativo, que, dessa forma, cria em seu discurso coerência semântica e efeitos de realidade, garantindo a relação entre mundo e discurso. Cabe lembrar, mais uma vez, que o discurso não é a representação do mundo real, mas a criação de efeitos de realidade, pois se instala, entre mundo e discurso, a mediação da enunciação. Todo tipo de texto (os literários *in primis*, mas também os científicos, normalmente considerados não-figurativos) contém temas que podem, ou não, ser figurativizados; isso implica que as isotopias temáticas surgem da reiteração dos temas, e as figurativas, da redundância das figuras.

Mais precisamente quanto a textos jornalísticos, é importante identificar as isotopias, pois contribuem fortemente para que o discurso do jornal seja coerente. Há notícias que são

relatadas ao longo de vários dias e um jornal desenvolve a mesma isotopia temática em todos os artigos. Outras vezes a coerência do discurso é dada pelo uso da mesma isotopia, que é inserida tanto no texto como nas fotografias relacionadas ao texto. No entanto, a tematização de determinada isotopia semântica nem sempre é evidente: os jornais, em particular, tentam transmitir a ideia de transparência informativa, que deveria refletir os temas nos acontecimentos. Isso, no entanto, não corresponde à realidade: os fatos, as notícias, apresentam ocasiões de tematização diferentes e cada jornal decide quais temas evidenciar e quais eventualmente desconsiderar.

Diante disso, “ao elaborar uma hipótese interpretativa para [...] determinar uma isotopia, o leitor opera uma filtragem que vai condicionar não apenas o que já leu, mas o que lerá” (MAINGUENEAU, 1996, p. 54). O linguista francês, de fato, afirma que se trata de um modelo complexo de leitura: de um lado, o enunciador, para atingir os seus objetivos, deve tecer hipóteses sobre a interpretação de seu texto e supor que seus códigos culturais e linguísticos sejam compartilhados pela imagem do leitor por ele suposta; do outro, o leitor deve construir uma certa representação do desenvolvimento ulterior do texto supondo que o enunciador se ajuste a certos códigos: “tanto de um lado como de outro, existem jogos de antecipações complexas, a previsão dos movimentos fazendo parte integrante do processo interpretativo” (MAINGUENEAU, 1996, p. 59).

3.4 Recursos argumentativos no estudo do *ethos*

É opinião comum entre os linguistas que qualquer ato de comunicação visa à persuasão; nesse sentido, o ato de comunicação pode ser considerado um complexo jogo de manipulação em que o enunciador utiliza certos meios argumentativos, linguísticos e lógicos para fazer o enunciatário crer naquilo que ele diz, levando-o a aceitar como válido o sentido produzido. Conforme destacam Fiorin (2015) e Amossy (2012), a ideia de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e que, portanto, todos os enunciados são argumentativos, provém, em épocas mais recentes, dos estudos de Oswald Ducrot e de Jean-Claude Anscombre: “falamos em geral para exercer uma influência: consolar, persuadir, convencer, fazer agir, etc.” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 7)¹⁰⁸. No entanto, o trabalho dos linguistas franceses sobre a argumentação se concentra no funcionamento da língua e, em particular, no encadeamento estratégico dos enunciados; Ducrot, falando sobre sua

¹⁰⁸ “On parle généralement pour exercer une influence: consoler, persuader, convaincre, faire agir, etc.”

“pragmática semântica” ou “pragmática linguística”, afirma que o objetivo dessa disciplina é “saber porque é possível servir-se de palavras para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia” (DUCROT, 1987, p. 163). A ideia que permeia a teoria de Ducrot é que um enunciado possui uma significação própria, independentemente da enunciação, do gênero discursivo ou do contexto sócio-histórico em que ele aparece:

A hipótese [...] pressupõe que as circunstâncias da enunciação são mobilizadas para explicar o sentido real de uma ocorrência particular de um enunciado, somente depois que uma significação tenha sido atribuída ao próprio enunciado, independentemente de qualquer recurso ao contexto. (DUCROT, 1987, p. 16)

Nesse sentido, recorrer a elementos das teorias argumentativas de Ducrot e de Anscombe poderia entrar em conflito com a base teórica que sustenta nosso trabalho e que vê na análise do discurso e no reflexo da enunciação no discurso a base para determinar a imagem do enunciador nas páginas de *La Difesa*. No entanto, acreditamos que alguns instrumentos linguísticos e pragmáticos possam contribuir, juntamente aos instrumentos precedentemente destacados, para aprofundar o estudo do *ethos* na medida em que determinadas “palavras” não são relativas apenas a uma análise lexical ou textual e se justificam por si só, mas também dizem a respeito à argumentatividade de um determinado enunciado. Isso porque “a análise argumentativa não examina o léxico em si mesmo: ela se preocupa com a forma com a qual a escolha dos termos orienta e modela a argumentação” (AMOSSY, 2012, p. 183)¹⁰⁹. Determinar o valor argumentativo de alguns elementos textuais, bem como de outros meios linguísticos (discurso direto, modalizadores, figuras retóricas, etc.), será útil para entender o sentido que o enunciador de *La Difesa* pretende transmitir em suas palavras e com isso estabelecer qual imagem quer propor em seu discurso.

Em particular, destacamos a função de alguns conectores porque, “se para essa pragmática integrada, a argumentação é o encadeamento dos enunciados que conduz a certa conclusão, seu domínio preferencial é o estudo dos conectores que realizam esse encadeamento” (FIORIN, 2015, p. 17). Esses elementos são considerados instrumentos da análise argumentativa na medida em que acrescentam à sua função de junção de enunciados (ou de lexemas) uma função de relação argumentativa; estão, de fato, estritamente relacionados a uma série de outros fatores, como o implícito, que deve ser examinado no

¹⁰⁹ “L’analyse argumentative n’examine pas le lexique en soi et pour soi: elle se préoccupe de la façon dont le choix des termes oriente e modèle l’argumentation.”

âmbito da enunciação e de sua situação de comunicação específica para ser apreendido em sua dimensão argumentativa.

Além disso, ressaltamos o papel estratégico dos modalizadores e dos verbos subjetivos para analisar o sentido aparentemente neutro que *La Difesa* pretendia criar em determinadas situações – valiosa, nesse sentido, foi a contribuição de Kerbrat-Orecchioni sobre o discurso polêmico (1980) e sobre os modalizadores e os verbos subjetivos (2002); recorreremos também à obra de Bronckart (1999), sempre para a análise dos modalizadores, àquela de Angenot (1995), para determinar o efeito polêmico de algumas figuras retóricas empregadas pelo enunciador de *La Difesa* e do *Fanfulla*, e à pragmática do discurso literário de Maingueneau (1990), que, inspirado em Ducrot, propõe um estudo sobre os conectores e as leis do discurso.

Ao contrário dos itens da sintaxe discursiva e da cenografia, cuja análise foi evidenciada em cada editorial de *La Difesa* de forma bem pontual e cuja base teórica foi apresentada detalhadamente neste capítulo, o estudo dos elementos argumentativos acima citados foi integrado, como veremos no próximo capítulo, ao longo da análise, e apenas nos casos que pareciam estratégicos para determinar as intenções do enunciador de *La Difesa*.

Corpus de análise

Sigla	Jornal	Data	Título do editorial	Diretor
D1	<i>La Difesa</i>	7/04/23	<i>A mò di programma</i>	Luigi Garascio
D2	<i>La Difesa</i>	8/09/23	<i>Il conflitto italo-greco</i>	R. Gradilone
F2	<i>Fanfulla</i>	2/09/23	<i>L'energia italiana</i>	-----
D3	<i>La Difesa</i>	17/01/24	<i>Chi è il denigratore?</i>	Natale Vozza
F3	<i>Fanfulla</i>	12/01/24	<i>Nitti contro l'Italia: la campagna di denigrazione</i>	-----
	<i>Estado de S. Paulo</i>	11/01/24	<i>Nitti e o "Fascismo"</i>	
D4	<i>La Difesa</i>	15/02/25	<i>Il manifesto delle opposizioni</i>	Antonio Cimatti
F4	<i>Fanfulla</i>	17/07/25	<i>La crisi spirituale</i>	-----
D5	<i>La Difesa</i>	16/09/26	<i>Attentato o commedia?</i>	Antonio Piccarolo
F5	<i>Fanfulla</i>	13/09/26	<i>Pericolosamente vivere</i>	-----
D6	<i>La Difesa</i>	14/04/27	<i>Tirate la cinghia!</i>	Francesco Frola
F6	<i>Fanfulla</i>	14/04/27	<i>La valorizzazione della lira</i>	-----
D7	<i>La Difesa</i>	5/08/28	<i>I bastardi della patria</i>	Francesco Frola
F7	<i>Fanfulla</i>	1/08/28	<i>Le scuole italiane e il nazionalismo brasiliano</i>	-----
D8	<i>La Difesa</i>	17/02/29	<i>La questione romana ed i bestioni della stampa coloniale</i>	Francesco Frola
F8	<i>Fanfulla</i>	7/02/29	<i>La "Questione Romana"</i>	-----
D9	<i>La Difesa</i>	30/03/30	<i>Giustizia e libertà</i>	Temistocle Scavone
D10	<i>La Difesa</i>	23/05/31	<i>Uno schiaffo</i>	Nicola Cilla
D11	<i>L'Italia (La Difesa)</i>	14/01/32	<i>La maschera e il volto</i>	Mario Mariani
D12	<i>La Difesa</i>	18/11/33	<i>Gli avvenimenti dell'ora</i>	Bixio Picciotti
D13	<i>La Difesa</i>	6/01/34	<i>La guerra che viene</i>	Bixio Picciotti

Capítulo 4

***La Difesa* e seu *ethos*: análise dos editoriais selecionados**

Como evidenciado na tabela, o *corpus* de análise é constituído por 13 editoriais de *La Difesa*, 7 editoriais do *Fanfulla* e 1 editorial do *Estado de S. Paulo*. Apresentamos agora o estudo detalhado dos editoriais de *La Difesa* e do *Fanfulla* relativos aos anos 1923, 1924, 1925. Para 1923 escolhemos dois editoriais de *La Difesa*, o número inaugural do dia 7 de abril e o do dia 8 de setembro. Conforme dissemos no capítulo 3, a partir do momento que alguns elementos começaram a se repetir, decidimos incorporar a análise dos editoriais de 1926 a 1929 do *Fanfulla* e de 1926 a 1934 de *La Difesa* ao parágrafo final desse capítulo, cujo título é “Resultados da análise e outros desdobramentos”. A análise de cada editorial é precedida por um breve resumo do acontecimento para que o leitor possa se situar em relação à notícia tratada.

4.1 Editorial (D1) - *La Difesa* de 7 de abril de 1923

O primeiro texto a ser analisado corresponde à primeira página do número inaugural de *La Difesa* que traz o título “*A mó di programma*” [À maneira de um programa]. Mais que de um editorial, trata-se de um manifesto, no qual são apresentadas as intenções dos jornalistas que anunciam as bases de seu pensamento. Com força e paixão, como mostraremos, *La Difesa* apresenta-se pela primeira vez a seus leitores, denunciando, já nos primeiros parágrafos, a conduta violenta dos grupos fascistas, a suposta traição da igreja católica do Vaticano (que tinha legitimado a tomada de poder de Mussolini) e a desastrosa situação política e econômica da Itália. Recordando a grandeza da pátria e os sacrifícios das gerações anteriores, os jornalistas declaram, nos últimos parágrafos da página, a urgência e a necessidade de se unir e se *defender* contra o novo perigo, justificando assim o próprio título do recém-criado jornal.

4.1.1 Cenografia

Analisando a manchete¹¹⁰ principal, “*A mó di programma*”, lembramos o papel estratégico que os títulos desempenham nos jornais:

A função dos títulos, tradicionalmente, é, em geral, informativa e, em parte, de síntese: o título resume o conteúdo do artigo que segue e, portanto, informa, antecipadamente, sobre o tema central do texto; todavia [...] ele não reflete necessariamente a pauta do dia, mas a submete já conforme a perspectiva do jornal, operando uma *distorção*, mais ou menos marcada, dos eventos (LORUSSO; VIOLI, 2004, p. 19)¹¹¹.

A atenção do leitor é imediatamente capturada pela manchete central: o tamanho da fonte empregada é enorme, desproporcional em relação à fonte do artigo, e, além disso, o título está em caixa alta e centralizado no meio da página. A manchete antecipa o assunto central do artigo: o programa, as intenções e os princípios que fundamentam o jornal. Essa linha é confirmada logo no lide¹¹², quando o enunciador apresenta o programa, ou seja, a motivação principal que anima e legitima a necessidade da própria existência do jornal que se autodenomina “*LA DIFESA*”. Tudo o que segue parte do pressuposto segundo o qual o jornal representa uma *defesa* contra algo ou alguém que aparentemente representa uma ameaça. Contudo, a imagem que o enunciador pretende criar de si não é aquela de um revolucionário ou de alguém influenciado por partidos políticos, muito pelo contrário: “*questo il nostro programma, al di sopra di ogni partito*” [este o nosso programa, acima de qualquer partido], afirma-se no texto. O enunciador apresenta-se como independente e como alguém que pretende se comunicar livremente. Por isso, é importante destacar a função estratégica do subtítulo situado logo abaixo do nome do jornal, antes da manchete central: “*Organo settimanale degli uomini liberi*” [Órgão semanal dos homens livres].

Antes de veicular o próprio “*programma*” – que não é apresentado como um verdadeiro programa, mas “*a mó di programma*” [à maneira de um programa], isto é, como se fosse um programa, embora não sendo exatamente um –, o jornal se proclama apartidário, um

¹¹⁰ “Título principal, composto em letras garrafais e publicado com grande destaque, geralmente no alto da primeira página de um jornal; indica o fato jornalístico de maior importância entre as notícias contidas na edição” (RABAÇA; BARBOSA GUIMARÃES, 2002).

¹¹¹ “*La funzione dei titoli, tradizionalmente, è per lo più informativa e, in certa parte, riassuntiva: il titolo sintetizza il contenuto dell’articolo che segue e dunque informa, anticipatamente, sul topic dell’articolo; tuttavia, [...] non rispecchia necessariamente l’agenda setting del giorno ma la piega già secondo la prospettiva della testata, operando una ‘distorzione’, più o meno marcata, degli eventi.*”

¹¹² “Abertura de texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história” (RABAÇA; BARBOSA GUIMARÃES, 2002).

instrumento destinado aos “*uomini liberi*”: implicitamente, todos os que se sentissem “livres” deveriam, por conseguinte, apoiar o jornal e compartilhar suas ideias. Colocando-se como jornal não submisso às estratégias partidárias, *La Difesa* torna-se um contraponto àqueles que são considerados perigosos porque, ao contrário, são extremamente facciosos, isto é, os fascistas e os simpatizantes fascistas. Implicitamente, identifica-se também um forte ataque aos outros jornais italianos de São Paulo que se estavam se alinhando às diretrizes do regime de Mussolini. Observaremos, em seguida, que o inimigo será apresentado como um tirano violento que utiliza a opressão e a coerção como seus únicos instrumentos, enquanto *La Difesa* apresenta-se a seus leitores como a voz dos homens livres, amantes da liberdade, defensores dos direitos de uma Itália oprimida. Esses defensores da liberdade não se deixariam influenciar por partido político algum.

4.1.2 Sobre a categoria pessoa

Passando às referências dêiticas relativas à “pessoa”, no começo do texto, o enunciador de *La Difesa* instaura imediatamente no enunciado a marca dos participantes da interação comunicativa por meio do determinante possessivo da 1ª pessoa do plural “*nostro*” [nosso]: “*A mó di programma, perché propriamente di un programma **il nostro giornale***”¹¹³ [grifo nosso] *non abbisogna*” [À maneira de um programa, porque **o nosso jornal** não precisa exatamente de um programa].

Os possessivos (adjetivos e pronomes) têm como referência a situação de discurso e se organizam em torno do sujeito tomado como referência nesse caso o pronome “nós”. Nessa primeira ocorrência, ainda não é claro se o adjetivo “*nostro*” está relacionado com um “nós” que se refere ao grupo de jornalistas de *La Difesa*, ou com um “nós” inclusivo que envolve o leitor. É preciso lembrar que, de acordo com Benveniste, “nós” é geralmente utilizado para designar não uma soma de indivíduos (o plural de “eu”), mas uma amplificação da pessoa, indicando, assim, um sujeito coletivo compacto que se responsabiliza pelo discurso: “*Nós* não é um *eu* quantificado ou multiplicado, é um *eu* dilatado além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos” (BENVENISTE, 2005, p. 258).

Já no segundo parágrafo, na passagem “*difendere quel patrimonio di libertà che i nostri padri hanno saputo conquistarci*” [defender aquele patrimônio de liberdade, que **nossos pais** souberam conquistar para **nós**], o “nós” derivado do dêitico pessoal “*i nostri*

¹¹³ De agora em diante, quando não especificado, os grifos são nossos.

padri” parece incluir o leitor, assim como também o pronome oblíquo “*ci*” [para nós], posposto ao verbo “*conquistare*” [conquistar], que faz referência a uma origem comum. Isso se confirma no terceiro parágrafo quando o enunciador cita, finalmente, a pátria compartilhada com o leitor: “*L’Italia, la nostra cara patria, la dolce terra che ci ha visti nascere*” [A Itália, a nossa cara pátria, a doce terra que nos viu nascer]. O “nós”, aqui mais reforçado ainda pela presença do pronome direto “*ci*” [nos], se torna um “nós” inclusivo, isto é, um “eu + tu (singular ou plural)”, no qual o “tu” singular ou plural (tu, leitor, ou vocês, leitores) parece se destacar do “eu”: “em *nós* inclusivo, que se opõe a *ele, eles*, é *tu* que sobressai, enquanto em *nós* exclusivo, que se opõe a *tu, vós*, é o *eu* que é sublinhado” (BENVENISTE, 2005, p. 257).

O emprego do “nós inclusivo” dentro de um contexto fortemente impregnado de “amor pátrio” leva a uma primeira consideração sobre a imagem do enunciatário construída por *La Difesa*: trata-se de um italiano saudoso da própria terra, que compartilha com o enunciador os valores fundamentais de justiça e força, constitutivos, segundo *La Difesa*, do próprio ser italiano. Realça-se desde o primeiro parágrafo a tentativa do jornal de criar um espaço privilegiado entre italianos. De fato, apresentando-se pela primeira vez ao seu público dessa forma, *La Difesa* procura chamar a atenção do leitor envolvendo-o desde o começo em seu discurso, atribuindo-lhe, em particular, um lugar de preeminência e despertando nele o sentimento de irmandade. Além disso, ao falar “nós”, o enunciador obriga o enunciatário a assumir o texto e o incita à ação. Com efeito, os contornos do “nós inclusivo” parecem fluidos, no sentido de que seu emprego pode pressupor um “eu + tu”, isto é “eu” – *La Difesa*, e “tu” – leitor, ou um “eu + tu + eles”, ou seja, “eu” – *La Difesa*, “tu” – leitor e “eles”, que seriam todos os que compartilham os mesmos valores. Isso permite “confundir” as diversas categorias e o leitor pode se sentir protagonista do que é dito, assumindo de certa forma o lugar do enunciador. O mesmo critério pode ser utilizado para analisarmos, ao longo do texto, os trechos que seguem:

1) *Furono essi, i clericali, [...] non peritandosi di dare le nostre belle terre in mano ai barbari [...] di essi parla il poeta del nostro Risorgimento.*

[Foram eles, os clericais, (...) não hesitando em deixar as nossas belas terras nas mãos dos bárbaros (...) sobre eles fala o poeta do nosso Risorgimento.]

2) *Certo chi perderà sarà il nostro povero Paese, che ha già cominciato col perdere la propria libertà.*

[Certamente quem perderá será **o nosso pobre País**, que já começou perdendo a própria liberdade.]

3) *Intanto che così sta preparando la rovina **del nostro paese**, [...] il fascismo lo viene disorganizzando.*

[Enquanto está, desta forma, preparando a ruína **do nosso país**, (...) o fascismo está desorganizando-o.]

4) *Contro questi pericoli che si addensano **sul nostro paese** sorge LA DIFESA*

[Contra esses perigos que se acumulam sobre **o nosso país** surge LA DIFESA]

5) *[...] impediamo che la setta nefasta venga ad inquinare **la nostra colonia** [...] impediamo che vengano qui a crearci difficoltà di fronte **ai nostri ospiti**, ed avremo compiuto **il nostro dovere**.*

[impeçamos que a seita nefasta chegue contaminando **a nossa colônia** (...) impeçamos que cheguem aqui criando para **nós** dificuldades diante **dos nossos anfitriões**, e teremos cumprido **o nosso dever**.]

6) *Quando avremo scongiurato il pericolo imminente [...] allora riprenderemo **il nostro posto**, allora potremo dedicare **i nostri sforzi** a lotte più nobili [...] ma solo allora, perché il farlo oggi sarebbe delitto. Per ora **la nostra missione** é solo una: LA DIFESA.*

[Quando tivermos afastado o perigo iminente (...) retomaremos então **o nosso lugar**, poderemos então dedicar **nossos esforços** a lutas mais nobres (...) mas somente então, porque fazê-lo hoje seria delito. Agora **a nossa missão** é uma só: LA DIFESA.]

É interessante observar que os adjetivos possessivos representam a voz da pessoa, mas de alguma forma dependem da “não-pessoa”: se é verdade que a identidade surge do contraste, ao dizer que um objeto ou uma pessoa é “nosso(s)/a(s)” define-se nitidamente seu limite: o que é “meu/nosso” não é teu nem de outros. Por isso a “não-pessoa” é imediatamente excluída de todos os elementos tão caros ao enunciador citados ao longo do texto: a pátria, os pais que conquistaram os direitos, etc.

Da mesma forma, o emprego da “não-pessoa”, marcada pela 3ª pessoa (singular ou plural) no texto, nos leva a pressupor um enunciador que pretende, de certa forma, distanciar-se do objeto descrito. Na primeira parte do texto de *La Difesa*, a “não-pessoa” é apresentada sem nome próprio, mas é identificada de forma claramente negativa:

1) *una setta di energumeni della reazione*

[uma seita de energúmenos reacionários]

2) *i nuovi energumeni della violenza e della reazione assolutista*

[os novos energúmenos da violência e do reacionarismo absolutista]

3) *un'altra setta nefasta al nostro paese, del quale fu sempre la più terribile ed irreducibile nemica: la setta clericale*

[outra seita nefasta para o nosso país, do qual foi desde sempre a mais terrível e inexorável inimiga: a seita clerical]

4) *un transfuga di tutti i partiti e di tutti i programmi che ha per unico ideale quello di dominare*

[um desertor de todos os partidos e de todos os programas que tem como único ideal dominar]

5) *con questa setta é ora venuto a patti chi oggi governa, o sgoverna l'Italia*

[com essa seita chegou a um acordo quem hoje governa, ou desgoverna a Itália].

A partir da leitura do texto e dos trechos citados, se evidencia cada vez mais que o enunciador opta pela adoção dessa estratégia talvez nem tanto em função da objetividade dos fatos relatados, mas sobretudo pelo desejo de se afastar completamente da conduta tida como “imoral” daqueles indivíduos, que são considerados indignos, a tal ponto que não merecem identidade ou nome próprio. *La Difesa* (e seus leitores) se considera(m) “outro” em relação a eles e seu olhar é destacado e julgador.

Refletindo sobre a escolha dos dêiticos pessoais acima analisados, podemos dizer que manifesta a intenção do enunciador de traçar uma nítida divisão entre o bem e o mal. Ao “nós” - os homens livres, honestos, amantes da liberdade, cujos pais lutaram para conquistar os direitos que fizeram da Itália “*maestra del mondo moderno*” [mestra do mundo moderno] - contrapõem-se Mussolini - “*il miscredente, ateo*” [o descrente, ateu] - os fascistas, o Vaticano e o clero, “*razza maligna e senza discrezione*” [raça maligna e sem discernimento] - que, ao contrário, visam deliberadamente à destruição de tudo o que foi duramente construído ao longo dos séculos.

4.1.3 Sobre a categoria tempo

O momento de referência no texto de *La Difesa* é um “agora” que se ancora a uma data, dia 7 de abril de 1923. O enunciador apresenta o jornal motivando assim o seu surgimento:

*[...] tutti gli uomini liberi amanti di libertà **devono** stringersi in un unico fascio e unire i loro sforzi [...]*

[(...) todos os amantes de liberdade devem juntar-se em uma única força e unir seus esforços (...)]

Estamos em presença de uma frase que contém um presente gnômico ou omnitemporal, “*devono*” [devem], o que implica que o momento de referência é, na verdade, um “sempre” implícito e ilimitado, portanto, logicamente coincidente com o momento do acontecimento. Fiorin, destacando as características desse tipo de presente, afirma que é “utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (FIORIN, 2010, p. 151), sendo por isso empregado prevalentemente nos provérbios, nas definições e nos relatos de descrições consideradas necessárias.

Aplicando esse raciocínio à primeira frase, parece que o enunciador deseja apresentar o jornal, desde o início, como um instrumento que veicula verdades absolutas, necessárias e urgentes. A escolha do verbo “*dovere*” [dever], conjugado no presente, “*devono*” [devem], reflete esse posicionamento e enfatiza a necessidade de uma ação imediata. A partir daquele preciso instante, ou seja, o momento do surgimento de *La Difesa*, torna-se “obrigação” dos homens livres se unir e lutar pelos direitos de sua pátria. No parágrafo que segue, é explicado o porquê dessa urgência:

*L'Italia, la nostra cara patria, [...] il paese che più antica presenta una tradizione di libertà [...] è **ricacciata** nelle tenebre del Medio Evo e una setta di energumani della reazione **minaccia** di travolgere [...] tutte le conquiste che onorano il paese.*

*[A Itália, a nossa cara pátria (...) o país que apresenta a mais antiga tradição de liberdade (...) **está sendo jogada** nas trevas da Idade Média e uma seita de energúmenos do reacionarismo **ameaça** derrubar (...) todas as conquistas que honram o país.]*

Os verbos utilizados, tanto o passivo, “*è ricacciata*” [está sendo jogada] como o presente “*minaccia*” [ameaça], indicam um momento de referência com uma duração maior do que o

momento de enunciação (presente durativo). O enunciador de *La Difesa* alerta a comunidade italiana de São Paulo sobre o perigo que já está (e vai continuar) afetando a Itália, justificando assim a necessidade de imediata mobilização. O verbo “*ricacciare*” (que em italiano tem o significado de colocar novamente e com força algo em um determinado lugar)¹¹⁴ parece escolhido para expressar a crueldade com que está sendo tratada a Itália, que não pode ou não consegue reagir e, não por acaso, é o sujeito passivo da frase. Também a escolha do verbo “*minacciare*” [ameaçar] parece reforçar o estado de urgência: quem “ameaça” a Itália, no caso a “seita de energúmenos”, não vai parar se não for obrigado a fazê-lo: impõe-se, portanto, o surgimento de uma ação em defesa da pátria.

Nos quatro parágrafos que seguem a parte inicial do texto, aparecem o *passato prossimo* e o *passato remoto*¹¹⁵. Retornando à distinção entre enunciação histórica e enunciação discursiva de Benveniste, o *passato remoto* (o aoristo) indica uma concomitância em relação a um momento de referência pretérito do sistema enuncivo, enquanto o *passato prossimo* pertence ao sistema enunciativo. No esquema proposto no capítulo 3, destacamos como o *passato prossimo*, sendo parte do sistema enunciativo (porque é anterior ao momento da enunciação), é ligado ao presente da enunciação. Já o *passato remoto* é excluído do momento da enunciação por fazer parte do sistema enuncivo. Analisemos o seguinte esquema do sistema enuncivo dos verbos italianos ao passado:

Fonte: Santoro, 2005.

¹¹⁴ “*Ricacciare: con valore intensivo, rimettere (con una certa forza).*” Cf. Dizionario Treccani.

¹¹⁵ Conforme aponta Maingueneau (2011), tradicionalmente somos levados a usar o termo “tempo” para indicar tanto o tempo cronológico (passado, presente e futuro) como os paradigmas de conjugação (*passato prossimo*, *imperfetto*, etc.): “isso constitui uma fonte de confusões, porque a um mesmo tempo cronológico podem corresponder vários paradigmas” (MAINGUENEAU, 2011, p. 115). O linguista sugere, portanto, distinguir o “tempo” (presente, passado e futuro) e os “compartmentos”, isto é, os paradigmas de conjugação.

Com base nessa esquematização, é possível observar que a concomitância do momento do acontecimento em relação a um MR pretérito pode ser expressa tanto pelo *passato remoto* quanto pelo *imperfetto*. A diferença reside no distinto valor aspectual, sendo que o *passato remoto* é acabado, pontual, dinâmico e limitado e o *imperfetto* indica uma ação inacabada, durativa e não limitada, ou seja, que se perpetua dentro da continuidade MR passado como algo estático. Já o *trapassato prossimo* pertence à não-concomitância do MR pretérito e indica uma anterioridade em relação com o MR pretérito, enquanto o *condizionale composto* se refere a posterioridade. Observemos alguns trechos dos cinco parágrafos centrais do texto:

1) *Cominciò questa setta [...] col sopprimere ogni principio di diritto e di ragione [...] essi che pure **pretendono** rappresentare la continuazione della nostra più gloriosa tradizione [...] **hanno dimenticato** che la violenza può partorire solo la violenza e [...] **stanno preparando** all'Italia giornate di reazione, di vendette, di sangue.*

[Essa seita **começou** (...) suprimindo todo princípio de direito e de razão (...) eles que insistem em representar a continuação da nossa maior gloriosa tradição (...) **esqueceram** que a violência só pode parir violência e (...) **estão preparando** para a Itália dias de reacionarismo, de vinganças, de sangue]

2) *Furono essi, i clericali, il papato che é il loro genuino rappresentante, che dai primi secoli del medio evo sino a ieri **chiamarono** gli stranieri in Italia.*

[**Foram** eles, os clericais, o papado que é o seu mais genuíno representante, que desde os primeiros séculos da Idade Média até ontem **chamaram** os estrangeiros na Itália.]

3) *[...] il papato **continuò** a essere fermo ed irremovibile nemico d'Italia [...] mentre **si inteneriva** dei poveri Austriaci, dei poveri tedeschi, non **ebbe** mai una parola di affetto, di fratellanza per gli italiani.*

[(...) o pontificado **continuou** sendo um irremovível inimigo da Itália (...) enquanto **se comovia** com os pobres austríacos, dos pobres alemães, nunca **teve** uma palavra de afeto, de irmandade para os italianos.]

4) *Vi **fu** di peggio ancora. Il Vaticano **era diventato** un covo di spionaggio [...] un mascalzone germanico, protetto della mitra vescovile [...] **poté** per quasi due anni compiere all'ombra del Vaticano la sua opera di spionaggio.*

[**Aconteceu** algo pior ainda. O Vaticano **tinha se tornado** antro de espionagem (...) um canalha germânico, protegido pela mitra episcopal (...) **pôde** cumprir por quase dois anos na sombra do Vaticano o seu trabalho de espionagem.]

O enunciador emprega, pela primeira vez, o *passato remoto*. Os acontecimentos expressos nesse tempo verbal formam uma sequência por meio da qual o texto progride em direção ao final, apagando qualquer laço com o momento de enunciação. Ao introduzir o parágrafo com “*cominciò questa setta*” [começou essa seita], o enunciador apresenta ao leitor o início de uma “história” que se apresenta como distante do momento da enunciação. Em seguida, surgem os protagonistas dessa história: “*furono essi, i clericali*” [foram eles, os clericais]; “*il papato continuò*” [o pontificado continuou], “*un mascalzone poté*” [um canalha pôde]. Contudo, apesar da conotação visivelmente negativa, a aparente “distância” em relação ao momento de referência presente que o uso do *passato remoto* transmite, torna esses personagens quase inofensivos, inócuos. Ao empregar o *passato remoto* o enunciador enfatiza, então, a ruptura entre “aquele” passado e “esse” presente, evocando um momento expresso como se não tivesse nenhuma relação com a situação de enunciação. O contato com o momento presente é reestabelecido quando o enunciador passa a empregar, alternando, o *passato remoto*, o presente “*pretendono*” [insistem], o presente progressivo “*stanno preparando*” [estão preparando] e o *passato prossimo* “*hanno dimenticato*” [esqueceram], para lembrar ao leitor o perigo iminente, resultado da atual conduta fascista que começara “então”.

Pode-se considerar que o mesmo efeito resulta também quando o enunciador utiliza um embreante temporal na frase: “*furono essi [...] che dai primi secoli del medio evo sino a ieri chiamarono gli stranieri in Italia*” [foram eles (...) que desde os primeiros séculos da Idade Média até **ontem** chamaram os estrangeiros na Itália]: com efeito, embora o tempo do enunciado seja um *passato remoto* que pertence ao sistema enuncivo, o enunciador escolhe inserir o advérbio “ontem”, ligado ao presente da enunciação. A neutralização entre o tempo enuncivo (*furono/chiamarono*) e o tempo enunciativo sugerido pelo emprego do advérbio (ontem) presentifica o pretérito, traz de volta a ação passada para o presente da enunciação e atribui aos clericais a responsabilidade, hoje como ontem, do desastre político que a Itália está vivendo. O emprego do *imperfetto* e do *trapassato prossimo* (“*si inteneriva*” [se comovia]; “*era diventato*” [havia se tornado]) faz parte do mesmo MR pretérito, um concomitante (o *imperfetto*) e o outro (*trapassato prossimo*) não-concomitante e anterior à ação principal.

Podemos considerar esses parágrafos como uma espécie de preâmbulo criado pelo enunciador, que conduz o leitor a refletir sobre a situação política: a panorâmica histórica apresentada é sim preocupante, mas não tão perturbadora e ameaçadora quanto o presente, resultado da prolongada conduta imoral dos clericais. Após ter apresentado esses “vergonhosos” acontecimentos, o enunciador, com o suporte também de advérbios temporais

concomitantes com o MR presente, retorna à narração presente para despertar o sentimento de urgência e de ação:

Orbene, con questa setta é ora venuto a patti chi oggi governa, o sgoberna l'Italia, [...] e sta mendicando una conciliazione che fino a ieri é stata considerata inammissibile e delittuosa da quanti hanno senso di liberta e di dignità. É che oramai fascisti e clericali hanno interessi comuni.

[Pois bem, quem **hoje governa, ou mal governa** a Itália, **chegou agora** a um acordo com essa seita (...) e **está esmolando** uma conciliação que **até ontem foi considerada** inadmissível por quem **tem** senso de liberdade e dignidade. É que, a essa **altura**, os fascistas e os clericais **têm** interesses comuns].

Paralelamente, cabe evidenciar a importância estratégica do conector “*orbene*” [pois bem] com o qual o enunciador abre esse parágrafo. Além da função fática de manter o contato com o enunciatário, essa interjeição possui uma precisa função argumentativa: “Quando *pois bem!* tem um valor argumentativo, sublinha teatralmente a pertinência da enunciação que introduz contra as expectativas de um destinatário que julgaria outra enunciação mais pertinente” (MAINGUENEAU, 1996, p. 78). Nesse caso, aos trechos iniciais (citados à p. 133), nos quais o enunciador destaca a conduta reprovável dos clericais, segue o trecho introduzido por “pois bem”. Com base no raciocínio de Maingueneau, à situação “S” – correspondente a todos os atos ilícitos cometidos pelos clericais – segue o enunciado “Q”, ou seja, “quem hoje governa, ou mal governa a Itália”. Esse enunciado “Q” é apresentado como uma sequência inesperada de “S”, “com respeito às crenças atribuídas ao destinatário” (MAINGUENEAU, 1996, p. 78). O movimento argumentativo é sutil, mas de impacto: com efeito, após ter lido a progressão das várias abominações clericais, o leitor não espera que quem se aliou com essa “seita” é justamente “quem governa a Itália”, em virtude da natural confiança que, em tese, o cidadão confere a seus governantes. Respeita-se, portanto, o caráter inesperado do enunciado “Q” que choca o italiano honesto: é “uma conciliação [...] considerada inadmissível por quem tem senso de liberdade e dignidade”. Além disso, observamos uma irrupção do enunciador no enunciado proposto: por um lado, ele pretende “surpreender” o leitor recorrendo ao “pois bem” e ao efeito imprevisto que o conector cria, por outro, acrescenta à afirmação “quem governa” um evidente julgamento negativo por meio da frase “ou mal governa”, inútil para o movimento argumentativo, mas que indica uma postura altamente envolvida no assunto tratado.

Voltando à análise dos tempos verbais, é preciso evidenciar que o *futuro*, incompatível com uma enunciação histórica, é um dos tempos fundamentais da enunciação discursiva e indica uma “tensão que se estabelece entre a atualidade do enunciador e a realização do acontecimento que seu enunciado carrega” (MAINGUENEAU, 1994, p. 102)¹¹⁶. Na realidade, a língua não reflete o tempo extralinguístico, físico, e a partir do momento em que se distancia do terreno da certeza instalada no enunciado através do presente, somente é possível imaginar uma situação antecipada. Maingueneau destaca, com muita perspicácia, que a própria morfologia da língua é reveladora dessa característica (sobretudo em francês - ou em português -, que diferentemente do italiano, prevê também um futuro progressivo formado pelo verbo *aller* [ir] conjugado ao presente, mais o infinitivo do verbo), e mostra que o futuro é o resultado de uma intenção do enunciador a partir do seu presente.

Cabe apontar ainda uma reflexão: Maingueneau acrescenta que “enunciar ao futuro não é colocar um acontecimento no porvir, é desejar, ordenar, temer, etc.” (MAINGUENEAU, 1994, p. 103)¹¹⁷, ou seja, o locutor, ao criar um enunciado ao futuro não somente o coloca em relação às categorias do certo, do provável, etc., mas lhe dá, ao mesmo tempo, uma diferente força ilocutória, conforme o sujeito responsável seja *eu*, *tu* ou a não-pessoa. Examinemos o trecho em que se introduz o emprego do *futuro semplice*:

Il governo fascista sente che non potrà a lungo dominare senza riunire attorno a sé le forze della reazione, e primissime fra queste forze vede appunto le clericali. [...] Vincerà in questa lotta subdola di insidie e di inganni il fascismo o il clericalismo? Non sappiamo. Certo chi perderà sarà il nostro povero Paese [...].

[O governo fascista sente que não **poderá** dominar por muito tempo sem reunir em torno de si as forças da reação e, entre essas forças, em primeiríssimo lugar vê justamente as clericais. (...) Vencerá nessa luta pífida de insídias e enganações o fascismo ou o clericalismo? Não sabemos. Com certeza quem **perderá será** o nosso pobre País (...).]

Neste trecho, o sujeito das frases é sempre a não-pessoa (“*il governo fascista*” e “*il nostro povero Paese*”) com os verbos conjugados no futuro. Seguindo as diretrizes propostas por Maingueneau, podemos imaginar diferentes efeitos decorrentes de seu emprego, a saber: necessidade, probabilidade ou possibilidade.

A primeira frase sugere uma necessidade que passa por uma previsão: o enunciador (que se põe como pessoa competente que conhece a situação política italiana) de certa forma

¹¹⁶ “C’est la tension qui s’établit entre l’actualité de l’énonciateur et la réalisation de l’événement que son énoncé supporte.”

¹¹⁷ “Énoncer au futur, ce n’est pas situer un événement dans l’avenir, c’est désirer, ordonner, craindre, etc.”

antevê o futuro, isto é, o governo fascista não poderá manter a sua dominação por muito tempo sem o apoio do clero. Na segunda frase destacada, o futuro incorpora a ideia do provável, fortalecido, porém, pela presença do advérbio “*certo*” [certamente]. O emprego do *futuro semplice*, nesse caso, projeta a ideia de um presente a partir do qual o enunciador pode afirmar o que vai ocorrer, tomando a responsabilidade de sua fala: “expressa pelas formas do *futuro semplice* a modalidade do provável não tem um valor dêitico de um futuro posterior ao momento da enunciação [...], mas de um *presente*” (MAINGUENEAU, 1994, p. 105)¹¹⁸. O enunciador usa um futuro que tem valor de presente, pois está mostrando o que certamente vai acontecer na Itália, caso as maquinações políticas prosperem, fortalecendo mais ainda a mensagem de perigo e a manifestação da necessidade de agir rapidamente. Na última parte do texto há novamente o emprego do *futuro semplice*, desta vez, contudo, associado ao *futuro anteriore*, utilizado para colocar em relação de anterioridade/posterioridade duas ações futuras:

Quando avremo scongiurato il pericolo imminente, e la tempesta che sta rumoreggiando sul nostro capo sarà passata, allora riprenderemo il nostro posto, allora potremo dedicare i nostri sforzi a lotte più nobili ed elevate, allora potremo riprendere il cammino ora violentemente interrotto, che rimetterà l'Italia alla testa di quel progresso giuridico e civile che fu e sarà la sua grande missione storica nei secoli.

[Quando **tivermos afastado** o perigo iminente e a tempestade que está ressoando sobre as nossas cabeças **tiver se acalmado**, **retomaremos** então o nosso lugar, **poderemos** então dedicar nossos esforços a lutas mais nobres e grandiosas, **poderemos** então retomar o caminho agora violentemente interrompido que **colocará** novamente a Itália à frente daquele progresso jurídico e civil que já foi e **será** a sua maior missão histórica nos séculos.]

Se na parte final destaca-se como sujeito “*il cammino*” e “*quel progresso*” e o enunciador se põe novamente como aquele que conhece, ou melhor, faz crer que conhece perfeitamente o destino da não-pessoa, porque dispõe da experiência necessária para afirmar o que acaba de dizer, na primeira parte o sujeito é um “nós” inclusivo, resultado de um “*eu + tu (singular ou plural)*”.

Maingueneau (1994) aponta que a presença do “eu” + futuro é interpretável como um ato de promessa. De fato, se o enunciador comunica a sua intenção de cumprir uma determinada ação no futuro e se coloca na obrigação moral de realizá-la, isso demonstra um comprometimento com seu destinatário. O fato de estar incluindo o próprio destinatário no ato

¹¹⁸ “*Exprimée par les formes du futur simple, la modalité du probable n'a pas valeur déictique d'un futur postérieur au moment d'énonciation [...], mais d'un présent.*”

de promessa transforma o enunciado em uma verdadeira exortação, em um impulso entusiástico para cumprir aquela obrigação que é de todos os homens italianos que se sentem livres: defender a própria pátria e recolocá-la no lugar de prestígio que lhe compete.

O *futuro anteriore* (em português, futuro do presente composto) é definido nas gramáticas da seguinte maneira: “usa-se essencialmente para expressar fatos projetados no futuro como já acontecidos anteriormente a outros, também ao futuro”¹¹⁹ (SERIANNI, 2008, p. 330). Consequentemente, o *futuro anteriore* indica justamente a anterioridade em relação ao MR futuro, de acordo com o esquema proposto por Fiorin (2010, p. 160)¹²⁰:

No trecho acima proposto, a escolha do tempo verbal pode portanto indicar que somente depois de ter eliminado a ameaça, e depois de a tempestade ter passado, “*allora*” [então] os italianos poderão se dedicar a lutas mais nobres.

Para poder examinar a passagem selecionada de forma um pouco mais aprofundada, retomaremos uma observação de Maingueneau que nos reconecta com as considerações anteriores. Ao analisar o sentido que o enunciador pretende instalar em seu enunciado ao empregar o *futuro anteriore*, Maingueneau afirma que esse tempo verbal possui igualmente a função de desfecho da situação (*futur antérieur de bilan*), indicando, portanto, certa determinação no que está sendo dito. O enunciador, ao usar um *futuro anteriore*, alternando-o com o *futuro semplice*, constrói estrategicamente um momento de enunciação (ME) que

¹¹⁹ “il *futuro anteriore* (o composto) si usa essenzialmente per esprimere ‘fatti proiettati nel futuro come già avvenuti anteriormente ad altri, anch’essi al futuro.’”

¹²⁰ “O presente do futuro não tem em português uma forma específica. É expresso por um futuro do presente simples ou um futuro do presente progressivo (futuro do presente do auxiliar estar + gerúndio) [...] a anterioridade em relação a um momento de referência futuro é indicada pelo futuro anterior, que, em nossa nomenclatura gramatical, é chamado futuro do presente composto [...]” (FIORIN, 2010, p. 161)

Maingueneau chama de “momento fictício no passado” (vide esquema) a partir do qual presume um processo posterior, que ainda resulta anterior ao MR futuro efetivo:

Fonte: MAINGUENEAU, 1994, p. 106.

Essa estrutura parece fortalecer a ideia de certeza que o enunciador quer mostrar em seu discurso. Com efeito, o *futuro anteriore* é frequentemente acompanhado por elementos, tais como, “finalmente”, “quando”, “assim que”, “depois de”, que indicam o momento em que o enunciador, após ter suposto uma determinada sequência de eventos, chega ao limite das dúvidas, dos cálculos incertos que caracterizavam aquele momento “passado”. Torna-se, portanto, seguro de suas afirmações, manifestando sua própria opinião de maneira determinada e podendo, afinal, prometer ao leitor o sucesso de seus esforços.

O termo “passado” associado ao ME fictício está a indicar, a nosso ver, uma anterioridade em relação às projeções futuras. Aplicando esse raciocínio à frase citada à p. 137, podemos pressupor que o “momento fictício no passado” coincida com um momento de incerteza do enunciador que não sabe o que vai acontecer com seu país; a partir desse momento, o enunciador imagina uma situação futura, ainda anterior ao futuro efetivo, caracterizada pela dúvida (“Quando **tivermos afastado** o perigo iminente e a tempestade que está ressoando sobre as nossas cabeças **tiver se acalmado**”); uma situação necessária para a realização do que o enunciador espera. A sequência acaba quando o enunciador se torna seguro de suas previsões, evidenciadas pelo *futuro semplice*: “**retomaremos** então o nosso lugar, **poderemos** então dedicar nossos esforços a lutas mais nobres [...]”.

Para concluir a análise dos tempos verbais no editorial que estamos examinando, propomos uma parte do parágrafo conclusivo em que se ressalta a função do *imperativo*:

*Il fascismo cerca di riunire attorno a sé tutte le forze della reazione, dell'assolutismo, delle tenebre. **Facciamo noi** l'opposto; **riuniamo** tutte le forze vive della libertà che ancora pulsano in cuori italiani, **impediamo** che la setta nefasta venga ad inquinare la nostra colonia [...] **impediamo** che con la loro improntitudine vengano qui a crearci difficoltà.*

[O fascismo tenta reunir ao seu redor todas as forças da reação, do absolutismo, das trevas. **Façamos** o oposto: **reunamos** todas as forças vivas da liberdade que ainda pulsam em corações italianos, **impeçamos** que a seita nefasta chegue contaminando a nossa colônia (...) **impeçamos** que com sua prepotência eles cheguem aqui nos criando dificuldades.]

É interessante observar que sua característica intrínseca é a ligação com o momento de referência da enunciação, pois o imperativo, por natureza, só conhece o tempo presente e contém necessariamente uma 2ª pessoa (singular ou plural) que torna possível o seu uso. Além disso, é preciso lembrar que:

Como modo tipicamente conativo, o imperativo manifesta uma ampla gama de valores: ordem, pedido, exortação, opinião, permissão, pergunta, proibição. Diferentemente do que se poderia pensar, parece que apenas aparentemente o imperativo exprima a ordem e que, ao contrário, nesse emprego não seja tão usado. No entanto, não é possível distinguir de forma demasiadamente rígida seus diferentes usos, uma vez que o valor do imperativo muda sensivelmente em razão do verbo empregado. (SERIANNI, 2008, p. 332)¹²¹

No trecho escolhido, o enunciador utiliza verbos que mais uma vez evidenciam a vontade de se mobilizar concretamente para a própria pátria e, por isso, invoca a cooperação do leitor nessa “empreitada”:

Característica do imperativo, não somente em italiano, é a falta da 1ª pessoa. Quando o locutor pretende dirigir uma volição (ordem, pedido, opinião, etc.) a si mesmo, recorre à 4ª pessoa [nós], ou – mais raramente – à 2ª [tu], tratando o próprio *eu* como fosse o interlocutor externo. [...] (SERIANNI, 2008, p. 332)¹²²

Não por acaso, os verbos escolhidos – “*facciamo*”, “*riuniamo*”, “*impediamo*” – manifestam um valor exortativo e são conjugados na 2ª pessoa do plural (o que indica novamente um “nós” *inclusivo*).

¹²¹ “In quanto modo tipicamente conativo, l'imperativo estrinseca una vasta gamma di valori: comando, preghiera, invito, consiglio, permesso, domanda, proibizione. A differenza di quel che si potrebbe pensare sembra che solo apparentemente l'imperativo esprima il comando e che, anzi, in tal impiego non sia poi tanto usato. Tuttavia non è possibile distinguere in modo troppo rigido i diversi usi, dal momento che il valore dell'imperativo muta sensibilmente in ragione del verbo adoperato.”

¹²² “Caratteristica dell'imperativo, non solo in italiano, è la mancanza della 1ª persona. Quando il parlante intende rivolgere una volizione (comando, preghiera, consiglio, ecc.) a se stesso, ricorre alla 4ª persona, o – più raramente – alla 2ª, trattando il proprio io come se fosse un interlocutore esterno. La 3ª, 4ª e 6ª persona dell'imperativo sono assunte dal congiuntivo (con valore esortativo).”

4.1.4 Sobre a categoria espaço

Além dos aspectos selecionados e apresentados até agora, cabe destacar a função de outros elementos que podem contribuir na análise do texto. Os dêiticos espaciais constituem meios de que a língua se utiliza para indicar a localização do enunciador no espaço, por isso mesmo em nenhum caso é possível dissociar pessoa e dêiticos.

Na página analisada, o espaço tópico é marcado pela presença de uma referência também definida por Maingueneau (2001, p. 23) como “localização absoluta”, isto é, uma indicação na qual os termos parecem ser, de alguma maneira, “autodeterminados”: “*San Paolo (Brasile)*”. A partir disso, o enunciador insere, ao londo do texto, outras indicações espaciais que indicam uma aproximação ou um distanciamento em relação ao espaço enunciativo. Destacamos, por exemplo, no primeiro parágrafo o seguinte adjetivo demonstrativo:

*È arrivato il momento in cui tutti gli uomini liberi amanti di libertà devono stringersi in un unico fascio e unire i loro sforzi per difendere **quel patrimonio di libertà** che i nostri padri hanno saputo conquistarci.*

[Chegou o momento em que todos os amantes de liberdade devem juntar-se em uma única força e unir seus esforços para defender **aquele patrimônio de liberdades** que os nossos pais souberam conquistar para nós.]

Já vimos que, nesse trecho, por meio do presente gnômico, o enunciador parece querer transmitir aos compatriotas verdades absolutas e invoca a necessidade de uma ação urgente. O uso do demonstrativo “*quel patrimonio di libertà*”, neste caso, fortalece ainda mais essa posição: o perigo é tão próximo quanto distantes parecem estar aquelas liberdades já conquistadas pelos pais.

Após uma primeira leitura, poderia se pensar que a distância seja unicamente de ordem temporal, tanto que o emprego do *passato prossimo* evidencia a anterioridade em relação ao presente enunciativo. No entanto, é interessante observar que, sendo o demonstrativo “*quel patrimonio*” um dêitico espacial, abre-se outra possibilidade, isto é, que a distância seja também espacial. Com efeito, o fato que seja introduzida a ideia de espaço por meio do dêitico “*quel*”, que afasta o objeto da situação enunciativa, faz entrar em jogo um afastamento espacial que caracteriza o “*patrimonio*” como sendo parte de algo distante.

O enunciador fala a partir de um lugar indicado no texto (“*San Paolo, Brasile*”), referindo-se a liberdades que, neste lugar de onde fala, não existem (ou não existem mais). Contudo, o emprego do dêitico “*quel*” induz à suposição segundo a qual esteja na realidade se referindo não ao lugar de onde fala (São Paulo), mas ao lugar do qual fala, exatamente o lugar em que os pais souberam consolidar aquele patrimônio de liberdades ameaçado, isto é, a Itália.

Esse elemento parece voltar também no seguinte parágrafo:

Né questi preti [...] hanno oggi cambiato proposito. Essi sono rimasti quello che erano ieri [...] e di ciò hanno dato prova durante quest'ultima grandiosa guerra.

[Tampouco **esses** **padres** (...) mudaram **hoje** de propósito. Eles continuaram sendo os que eram **ontem** (...) e disso deram prova durante **esta última grandiosa guerra**.]

Os dêiticos espaciais e temporais fazem referência a um “agora” – “*oggi*”, “*ieri*” – e a um “aqui” – “*questi preti*”, “*quest'ultima grandiosa guerra*” – que alude a uma proximidade ao lugar da enunciação, que continua sendo a Itália, entrando, por conseguinte, em conflito com o lugar “real” marcado no jornal.

Após ter elencado o desastre econômico que o governo fascista está infligindo à Itália, o enunciador afirma que “*contro queste minacce, contro questi pericoli che si addensano sul nostro paese, sorge LA DIFESA*” [contra **essas ameaças**, contra **esses perigos** que se acumulam sobre o nosso país, surge LA DIFESA]. Nesse trecho, seria possível pensar que o enunciador queira indicar novamente a proximidade do lugar nativo, mas, ao mesmo tempo, poderia estar se referindo também a São Paulo, onde a intransigente onda fascista estava chegando rapidamente. Essa visão parece estar confirmada ao analisarmos o último parágrafo do texto, em que se diz:

Questo il nostro programma al di sopra di ogni partito [...] impediamo che la setta nefasta venga ad inquinare la nostra colonia, portando il disordine [...] impediamo che con la loro improntitudine vengano qui a crearci difficoltà di fronte ai nostri ospiti.

[Este o nosso programa, acima de qualquer partido (...) impeçamos que a seita nefasta **chegue** contaminando a nossa colônia, **trazendo** desordem (...) impeçamos que com sua prepotência eles **cheguem aqui** nos criando dificuldades diante dos nossos anfitriões.]

Os verbos “*venire*” e “*portare*”, juntamente ao advérbio “*qui*”, indicam claramente um movimento que do externo vai em direção do lugar da enunciação. Cabe destacar que em italiano existe somente o verbo “*portare*” empregado tanto no sentido de “levar”¹²³ (do lugar de onde se fala para outro lugar), como de “trazer”¹²⁴ (de outro lugar para o lugar de onde se fala). O dêitico “*qui*” é portanto necessário para transmitir a ideia desse movimento rumo ao lugar da fala. Estamos, nesse caso, na presença de um fenômeno dêitico talvez menos frequente, de oposição entre “*ir*” e “*vir*”, mas igualmente marcante: “*vir* só se emprega quando o agente do processo se dirige ao lugar em que o enunciador se encontra no momento em que realiza-se, realizou-se, realizará esse processo” (MAINGUENEAU, 2001, p. 27).

O enunciador constrói, por conseguinte, um movimento ambíguo entre um “aqui” e um “ali”, onde o “aqui” parece ser tanto a Itália, a pátria amada, como o Brasil, terra hospital que abrigou a comunidade italiana.

4.1.5 Isotopias temáticas

No editorial de 7 de abril de 1923, o primeiro percurso temático é representado pelo conceito de liberdade contraposto à não-liberdade, entendida como limitação dos direitos pessoais, como tirania, opressão, violência. Como vimos anteriormente, o subtítulo situado logo abaixo do nome do jornal, antes da manchete central, anuncia: “*Organo settimanale degli uomini liberi*” [Órgão semanal dos homens livres]. Desde o seu primeiro número, o enunciador de *La Difesa* tenta assim estabelecer quem será seu destinatário e criar as bases a partir das quais pretende construir seu discurso: uma vez que o jornal se apresenta como instrumento informativo dos homens livres, quem discordar da conduta do governo italiano e quiser manifestar o próprio dissenso deveria acolher o surgimento de *La Difesa* com entusiasmo e elegê-lo como jornal de referência.

Ao mesmo tempo, o impacto que *La Difesa* pretende provocar é polêmico: a tentativa talvez seja despertar os ânimos da inteira comunidade italiana. Lembremos que, naquela época, já ocorria a progressiva fascistização dos meios de informação: muitos jornais que anteriormente não manifestavam de forma aberta sua inclinação política passaram rapidamente a defender a conduta do governo de Mussolini.

¹²³ “Transportar (seres animados ou coisas) a (determinado lugar)”. Cf. HOUAISS, 2009.

¹²⁴ “Transportar, levar (alguém ou algo) em direção ao lugar onde está quem fala ou de quem se fala”. Cf. HOUAISS, 2009.

Nesse contexto, *La Difesa*, identificando-se como “jornal dos homens livres”, põe em evidência, por contraposição, a existência de homens não-livres; mesmo quem ainda não estivesse devidamente informado sobre a situação italiana (considerando o número de periódicos alinhados ao fascismo, era muito provável que as informações fossem filtradas e não chegassem em São Paulo) podia, pelo menos, se questionar sobre o que de fato estava acontecendo na Itália.

Ao longo do texto, o conceito de liberdade se enriquece de outras nuances: frequentemente o enunciador apresenta a Itália como uma grande nação, berço do direito e da cultura, cujos avanços eram o resultado das duras lutas das gerações passadas que haviam conseguido conquistar e garantir aos próprios filhos os principais direitos civis¹²⁵. Seriam esses os direitos que o fascismo estaria progressivamente destruindo.

O enunciador apela então para os sentimentos dos leitores, invocando a liberdade e lembrando os sacrifícios dos antepassados. Vejamos os seguintes trechos extraídos do editorial que estamos analisando:

1) [...] è arrivato il momento in cui tutti gli **uomini liberi e amanti di libertà** devono stringersi in un unico fascio ed unire i loro sforzi per difendere quel **patrimonio di libertà** che i nostri padri hanno saputo conquistarci attraverso secoli di lotte, di sacrifici, di **martirii**.

[...] chegou o momento em que todos os **homens livres e amantes de liberdade** devem se juntar-se em uma única força e unir seus esforços para defender aquele **patrimônio de liberdades** que os nossos pais souberam conquistar para nós com séculos de lutas, de sacrifícios, de **martírios**.]

2) L'Italia, la nostra cara patria, la dolce terra che ci ha visti nascere, il paese che più antica presenta una **tradizione di libertà** [...] e una setta di energumeni della reazione minaccia di travolgere in una sola ruina tutte le conquiste e tutte le **istituzioni liberali** che onorano il paese.

[A Itália, a nossa cara pátria, a doce terra que nos viu nascer, o país que apresenta a mais antiga **tradição de liberdade** (...) e uma seita de energúmenos do reacionarismo ameaça derrubar em uma única ruína todas as conquistas e todas as **instituições liberais** que honram o país.]

3)[...] una serie di **martiri, purissimi martiri** che si [falta parte de texto] disinteressatamente in olocausto alla [falta parte de texto] **libertà**, erano riusciti a conquistarci un diritto che ci elevava a dignità di cittadini.

¹²⁵ O enunciador de *La Difesa* está, provavelmente, se referindo aos “*moti del '48*” [motos de 48], também definidos “*primavera dei popoli*” [primavera dos povos], que foram batalhas revolucionárias contra o estado absolutista para substituí-lo com governos liberais durante a segunda metade do século XIX. Cf. ZANICHELLI, 1975.

[...] uma série de **mártires, puríssimos mártires**, que se (falta parte de texto) com desinteresse em holocausto à (falta parte de texto) **liberdade**, tinham conseguido conquistar um direito que nos elevava à dignidade de cidadãos.]

4) [...] *i nuovi energumeni della violenza e della reazione assolutista [...] ci hanno disonorato innanzi a tutti i **popoli liberi**.*

[...] os novos energúmenos da violência e do reacionarismo (...) nos desonraram diante de todos os **povos livres**.]

5) [...] *il fascismo [...] sopprime le scuole, ben sapendo che l'insegnamento è **arma di libertà** contraria a qualsiasi tirannide.*

[...] o fascismo (...) suprime as escolas, sabendo bem que o ensino é **arma de liberdade** contrária a qualquer forma de tirania.]

6) [...] *contro queste minacce, contro questi pericoli sorge LA DIFESA, che ha quindi come programma di difendere quel **patrimonio di libertà**, di diritto, di benessere che **il martirologio dei nostri padri** ha saputo conquistarci. Essi colle loro lacrime, col loro sangue, colle loro vite hanno saputo conquistarcele.*

[...] contra essas ameaças, contra esses perigos surge LA DIFESA, que tem, portanto, como programa defender aquele **patrimônio de liberdade**, de direito, de bem-estar **que nossos pais souberam conquistar para nós com martírio**. Eles, com suas lágrimas, com suas vidas, souberam conquistar essas liberdades para nós.]

No segundo trecho, em particular, evidencia-se um encadeamento em gradação, uma sequência de apostos, assim como a anteposição dos adjetivos: “A Itália, **a nossa cara** pátria, **a doce terra** que nos viu nascer, o país que apresenta a mais antiga tradição de liberdade [...]”. Esses recursos são empregados para intensificar o tom, para construir uma imagem de si que “grita”, que quer que o leitor “escute” e se junte à batalha. Esse tom vigoroso é transmitido também pelo uso hiperbólico do termo “*martiri*” [mártires] repetido várias vezes no corpo do texto para definir as gerações anteriores; os pais, que são “puríssimos mártires”, lutaram para conquistar os principais direitos, se “sacrificaram”, “verteram lágrimas” e “derramaram o próprio sangue”. Se procurarmos a definição da palavra “mártir” em um dicionário, lemos: “uma pessoa submetida a suplícios, ou mesmo à morte, pela recusa de renunciar à fé cristã ou a qualquer de seus princípios” (HOUAISS, 2009) ou, também: “pessoa que sofreu torturas, ou mesmo morte, por não renunciar a qualquer outra crença, religiosa ou política” (TRECCANI). O que podemos inferir pelo emprego do termo “mártires” no texto é a intenção de fazer lembrar aos italianos de São Paulo que seus antepassados não apenas lutaram, mas se sacrificaram até a morte em nome de um credo político, baseado em princípios de justiça e igualdade. Inspiradas pela ação dos “pais”, as novas gerações deveriam

também agir para defender o próprio país, que estaria sendo privado do direito essencial de liberdade. Seria, portanto, necessário conscientizar a comunidade italiana que chegara o momento de agir, sem demoras, “*quando avremo scongiurato il pericolo imminente [...] allora potremo dedicare i nostri sforzi a lotte più nobili ed elevate*” [quando teremos afastado o perigo iminente (...) poderemos então dedicar nossos esforços a lutas mais nobres e grandiosas].

Entretanto, é possível que o interesse dos italianos de São Paulo pela situação política da pátria não fosse de fato tão expressivo: os leitores eram pessoas que tinham deixado a Itália havia muito tempo e poderiam não possuir a compreensão plena da gravidade da situação. Para convencê-los seria preciso que o enunciador não somente chamasse a atenção para a progressiva perda de autonomia e de liberdade da qual era vítima o povo italiano na Itália, mas também inserisse em seu discurso um segundo tema que tinha um grande impacto na sociedade italiana do Brasil, isto é, o religioso.

Se no começo do texto os fascistas são chamados de “energúmenos”, a partir do quarto parágrafo são introduzidos termos cuja conotação pertence claramente ao domínio religioso: trata-se de uma “seita” que está “*innalzando sugli altari la violenza [...]*” [glorificando a violência] e “*dimenticando l’evangelico **qui gladio ferit** [...]*” [esquecendo o evangélico **qui gladio ferit**]. Uma observação sobre essa citação em latim, que no texto é destacada em negrito, se impõe.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o significado da expressão, que é um ditado muito conhecido: “*chi di spada ferisce, di spada perisce*” [quem com a espada fere, com a espada será ferido]. A ausência da segunda parte do ditado atesta a sua universalidade, e pressupõe que a frase é tão conhecida que o leitor pode completá-la sozinho e apreender o sentido que está oculto: os fascistas estão usando a força, mas se esquecem que da violência pode nascer outra violência. Essa visão é confirmada no parágrafo sucessivo, “*hanno dimenticato che la violenza può partorire solo la violenza*” [esqueceram que a violência só pode parir violência]. O uso do latim não somente serve para dar maior destaque e solenidade à fala, mas também pressupõe um público que consiga entender a frase. Poderia se pensar, portanto, que o texto era dirigido a um leitor culto e conhecedor da língua latina. No entanto, é também possível outra interpretação. É importante lembrar que na Itália era um costume muito comum que as missas fossem celebradas em latim. Esse hábito perdurou por muito tempo (pelo menos até os anos 50) e certamente era ainda uma prática utilizada no período de publicação de *La Difesa*. Após a leitura do Evangelho, a “homilia” era o momento em que os sacerdotes traduziam e explicavam as leituras em uma língua acessível ao povo (no nosso

caso, o italiano). Se é verdade que as orações em latim eram decoradas pelos fieis de forma automática, sem que eles muitas vezes soubessem o seu significado, é também provável que eles fossem familiarizados com algumas fórmulas e que conhecessem a sua tradução em italiano.

Com efeito, o tipo de frase usada no jornal, extremamente comum, remete certamente ao contexto religioso que pode ser apreendido por um leitor católico. Além disso, o adjetivo que antecede o “*qui gladio ferit*” é “evangélico” enquanto os fascistas estão “*glorificando*” (em italiano, é utilizado o lexema “altar”) a violência. É interessante destacar a discrepância entre o verbo “glorificar”, usado geralmente para entidades superiores, e o termo “violência”: um oxímoro que salienta o absurdo da conduta fascista¹²⁶.

Ao longo do texto, encontramos uma segunda frase em negrito, novamente relacionada à igreja católica romana: “***Ma il più gran male me l’han fatto i preti, razza maligna e senza discrezione***” [Mas o mal pior foram os padres que o fizeram, raça maligna e sem discernimento]. Para entender o valor dessa frase, cuja força argumentativa é também salientada pelo uso do negrito, é útil lembrar o papel do “mas” argumentativo: enunciando uma frase “P mas Q”, um locutor aceita as premissas P como verdadeiras e, a partir disso, pode chegar a algumas conclusões. Contudo, o argumento Q é apresentado como mais forte em relação aos precedentes, isso por causa do “mas” que opõe a uma primeira impressão (os argumentos iniciais são válidos) um fato, que é implicitamente mais forte (CHARAUDEAU, 1996).

A frase (até destacada do corpo do texto) é extraída de um poema intitulado *Lo Stivale* (A Bota), escrito pelo poeta italiano do século XIX, Giuseppe Giusti. No poema, a Itália, *lo Stivale*, fala em primeira pessoa, elencando todos os estrangeiros que causaram a sua instabilidade e o seu sofrimento ao longo do tempo, dilapidando toda a sua riqueza e violando seus direitos. A frase representa um nó estratégico para demonstrar que, se os fascistas podem parecer os principais inimigos do povo italiano, na realidade são os clericais os mais perigosos, “*la più terribile e irriducibile nemica: la setta clericale*” [a mais terrível e inexorável inimiga: a seita clerical].

Sem dúvida trata-se de uma afirmação muito forte (confirmada pelos argumentos anticlericais apresentados posteriormente), até porque, como se observou, o leitor pressuposto era um católico que acreditava na igreja de Roma. É, portanto, estratégica a escolha de utilizar o discurso direto: citando o poeta Giusti (cujo nome não é citado, sendo apresentado como “o

¹²⁶ “*L’oxymoron est l’expression ponctuelle du scandale essentiel perçu par l’énonciateur*” [O oxímoro é a expressão pontual do escândalo essencial percebido pelo enunciador] (ANGENOT, 1995, p. 245).

nosso poeta do *Risorgimento*”), o enunciador de *La Difesa* delega a ele a responsabilidade da fala.

O ataque à igreja romana continua sendo parte integrante do discurso de *La Difesa* quando se afirma: “*il papato [...] non si dimenticò di protestare contro il Governo italiano [...] e di affermare ripetutamente i **diritti inalienabili**¹²⁷ del papato su Roma*” [o pontificado (...) não esqueceu de protestar contra o governo italiano (...) e de afirmar repetidamente os **direitos inalienáveis** do pontificado sobre Roma]. Destaca-se, nesta passagem, o contraste entre o que é “inalienável”, ou seja, que não pode ser vendido ou cedido – como os direitos de todos os homens – e a traição da igreja católica. Ela não deixa de reclamar os próprios direitos, enquanto, ao mesmo tempo, entrega a Itália aos inimigos, “*preti, nemici irreconciliabili d’Italia, disposti a venderla, a tradirla, a consegnarla in mano ai suoi nemici, se gli interessi della loro setta lo richiede*” [padres, inimigos irreconciliáveis da Itália, dispostos a vendê-la e a traí-la, a entregá-la nas mãos dos seus inimigos se os interesses da seita o pedirem].

Ressalta-se que o apelo ao tema religioso em *La Difesa* é, por si só, extremamente eficaz no contexto em que o jornal foi produzido, já que a cidade para a qual se dirigia era São Paulo, povoada de imigrantes, predominantemente católicos e fiéis à sua igreja, oriundos de vários países da Europa. Relacionada a isso, destacamos a contínua referência ao tema da violência, diametralmente oposta aos princípios religiosos. Ao longo do texto, toda descrição ligada ao fascismo tem uma conotação violenta: o jornal se refere sempre a “*una setta*” [uma seita] – que remete a algo escuro e assustador – que “*minaccia di travolgere in una sola ruina tutte le conquiste*” [ameaça transformar em uma só ruína todas as conquistas]; que começou a “*sopprimere ogni principio di diritto innalzando sugli altari la violenza*” [suprimir todo princípio de direito glorificando a violência]. Os fascistas, definidos “*i nuovi energumeni della violenza e della reazione assolutista*” [os novos energúmenos da violência e da reação absolutista], “*hanno calpestato questa carta*¹²⁸, *se la sono messa sotto i piedi, hanno sputato il loro incosciente e delittuoso disprezzo sulla volontà della Nazione*” [pisaram nesta carta, (...) cuspiram seu inconsciente e criminoso desprezo sobre a vontade da Nação].

Apesar de a violência *per se* ser condenável *a priori*, é possível pressupor que tivesse um particular impacto sobre os imigrantes italianos. É preciso lembrar que, embora o imigrante italiano de São Paulo dos anos 20 tivesse conseguido melhorar a própria condição

¹²⁷ Em negrito no texto original.

¹²⁸ Com o termo “carta” provavelmente faz-se referência ao “*Statuto Albertino*”, o estatuto do reino da Sardenha, proclamado por Carlo Alberto de Savoia em 4 de março de 1848. Cf. ZANICHELLI, 1975.

de simples colono (ao trocar o campo pela cidade, muitos italianos tinham aberto pequenos comércios), a maioria tinha consciência do que significava o termo “violência”. De fato, como afirma Trento (1989), apenas alguns anos antes dos eventos relatados em *La Difesa*, muitos imigrantes que trabalhavam nas lavouras eram continuamente vítimas da violência praticada por fazendeiros inescrupulosos: “os abusos verificavam-se sobretudo no plano da violência física generalizada, que previa o emprego descarado do chicote, como nos tempos da escravidão” (TRENTO, 1989, p. 48). Além disso, o que mais podia tocar e preocupar os imigrantes italianos era a inquietude pela própria família distante, pois muitos deles ainda tinham na Itália muitos parentes: “é sabido que os meridionais emigravam preferencialmente sem família” (TRENTO, 1989, p. 60).

As estratégias argumentativas usadas para despertar o sentimento religioso dos leitores - e, por conseguinte, provocar um sentimento de aversão ao regime fascista -, não giram, porém, em torno da exaltação de um ente divino ou da retomada de antigas crenças. O discurso passa através da condenação da igreja romana e do Vaticano: a associação entre o Vaticano e o mal é evidente e a decepção diante da atitude mesquinha do papado que se alia ao “inimigo” (Mussolini) é enorme. No texto, são elencadas as ações reprováveis do Vaticano ao longo da história:

1) [...] *furono essi, i clericali, il papato [...] che dai primi secoli del medio evo sino a ieri chiamarono gli stranieri in Italia, non peritandosi di dare le nostre belle terre in mano dei barbari, pur di veder trionfare i proprii interessi ed i proprii egoismi.*

[(...) foram eles, os clericais, o pontificado (...) que desde os primeiros séculos da Idade Média até ontem chamaram os estrangeiros na Itália, não hesitando de deixar as nossas belas terras nas mãos dos bárbaros, a fim de ver triunfar os próprios interesses e os próprios egoísmos.]

2) *durante quest'ultima grandiosa guerra [...] il papato continuò ad essere fermo ed irremovibile nemico d'Italia, non cessando mai di fare voti per la sua sconfitta e pel trionfo dei suoi nemici.*

[durante essa última grandiosa guerra (...) o pontificado continuou sendo um firme e irremovível inimigo da Itália, nunca parando de fazer votos para a sua derrota e para o triunfo de seus inimigos.]

3) *il miscredente, ateo Mussolini invoca l'aiuto di Dio pel suo governo senza Dio; ed il papato riconosce nel governo fascista il sostegno della fede e della chiesa.*

[o descrente, ateu Mussolini invoca a ajuda de Deus para o seu governo sem Deus; e o pontificado reconhece no governo fascista o apoio da fé e da igreja.]

Cabe observar que, para obter o efeito persuasivo desejado utilizando o apelo à religião, era antes necessário dissociar o catolicismo da igreja, o que evidentemente nem sempre é simples. De fato, em nenhum momento do texto identifica-se um ataque direto ao catolicismo; muito pelo contrário, ao apresentar Mussolini como um “descrente”, um “ateu”, o discurso do jornal apoia-se exatamente na fé cristã tão valorizada por seus leitores. Dentro desses ideais cristãos, a igreja (sobretudo o alto clero) é, por sua vez, apresentada como traidora dos princípios religiosos de pureza e honestidade, elemento que sugere um nítido desvio de rota em relação aos ditames do catolicismo. Ultrapassado esse obstáculo, passa-se a acusar a igreja, muitas vezes personificada na figura do Vaticano, como traidora e inimiga da Itália, atribuindo-lhe, inclusive, atos de espionagem e proteção a criminosos: *“un'altra setta nefasta [...] i preti [...] razza maligna e senza discrezione; nemici irreconciliabili d'Italia, disposti a venderla e a tradirla [...] il papato continuò ad essere irremovibile nemico [...] il Vaticano era diventato un covo di spionaggio”* [outra seita nefasta; os padres (...) raça maligna e sem discernimento; inimigos irreconciliáveis da Itália, dispostos a vendê-la e a traí-la (...) o pontificado continuou sendo irremovível inimigo (...) o Vaticano tornou-se antro e espionagem]. Ao contrário, o que está relacionado à Itália é puro e honesto: *“l'Italia [...] la dolce terra [...] madre del diritto e della civiltà, maestra del mondo moderno* [a Itália (...) a doce terra (...) mãe do direito e da civilização, mestre do mundo moderno].

4.1.6 Considerações acerca do *ethos*

Diante dos elementos analisados, podemos refletir sobre o tipo de imagem construída no editorial:

1. O *ethos* do enunciador é forte, determinado e animado pelo sentimento de justiça. A legitimidade da própria missão lhe dá força. Não teme julgamentos ou repercussões: é tão confiante que não precisa esconder seus objetivos, ao contrário, os apresenta claramente para que todos possam conhecê-los;
2. É uma voz livre e afirma que não se submeterá a nenhuma influência partidária; sua ação é animada pelo puro sentimento de justiça;

3. É um irmão que fala a outros irmãos para que todos se juntem e defendam a qualquer custo sua pátria das violências perpetradas por indivíduos suspeitos e violentos;
4. É um filho devoto de pais que lutaram e se sacrificaram pelo próprio país, para garantir os principais direitos civis e para elevar a Itália ao *status* de grande nação, berço do direito e da civilização;
5. É um italiano decepcionado com a conduta do Vaticano, ainda mais pelo fato de que quem traiu a pátria amada são os que deviam protegê-la;
6. É um italiano que percebe a urgência de uma ação imediata contra o perigo;
7. É uma pessoa culta que conhece a situação política e econômica da Itália; sua competência lhe permite fazer previsões realísticas e por isso se põe como *líder*;
8. É um italiano que ama a sua pátria, mas é ao mesmo tempo um estrangeiro em uma terra estrangeira que o acolheu e que por isso respeita. Defender a imagem da Itália, lutando contra o inimigo que está destruindo qualquer vestígio de sua passada grandeza, significa salvaguardar também a imagem dos italianos em São Paulo.

4.2 Editorial (D2) - *La Difesa* de 8 de setembro de 1923

No dia 27 de agosto de 1923 uma delegação italiana, encarregada de delimitar as fronteiras albanesas, durante um reconhecimento em território grego caiu em uma emboscada e seus componentes foram assassinados. Uma vez que não tinham sido encontrados os responsáveis pelo atentado e que o governo grego não se mostrava determinado para intervir e resolver a questão, o governo fascista enviou um *ultimatum* à Grécia exigindo, além das desculpas formais, as seguintes reparações: a instituição de uma comissão de inquérito para descobrir os responsáveis, a pena capital para esses últimos, uma indenização de 50 milhões de liras e que a frota grega, em uma cerimônia preparada pela ocasião, homenageasse a bandeira italiana. A Grécia não foi capaz de identificar os assassinos e o governo fascista decidiu ocupar militarmente Corfu.

As forças italianas bombardearam a ilha grega, matando 15 pessoas. A Grécia apelou à Liga das Nações¹²⁹, que inicialmente condenou a ocupação italiana. A disputa foi encaminhada à Conferência dos Embaixadores e a Itália aceitou sua decisão. A Conferência seguiu em grande parte as exigências italianas, ordenando que a Grécia pedisse desculpas e pagasse uma indenização, uma decisão com a qual a Grécia concordou. As forças italianas se retiraram de Corfu em 27 de setembro de 1923¹³⁰.

La Difesa publica, no dia 8 de setembro de 1923, um editorial intitulado “*Il conflitto italo-greco*” [O conflito ítalo-grego] para comentar o fato.

4.2.1 Cenografia

Falando sobre as leis que regulam o discurso¹³¹, Maingueneau afirma que a primeira, a “lei da pertinência”, postula que “uma enunciação deve ser maximamente adequada ao

¹²⁹ Surgida em 1919 em Versailes por vontade do Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, teve como finalidade a manutenção da paz e o desenvolvimento da cooperação internacional em campo econômico e social. Os estados membros se comprometiam a respeitar e a manter a integridade territorial e a independência política dos membros contra qualquer agressão externa e a não recorrer às armas em caso de controvérsias antes de ter experimentado meios para uma solução pacífica. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946 (Cf. ENCICLOPEDIA TRECCANI).

¹³⁰ Cf. “*Crisi di Corfù*” (ZANICHELLI, 1975).

¹³¹ “Máximas conversacionais”, para Grice, ou “leis de discurso”, para Ducrot e Maingueneau. Elas não são comparáveis às leis que regem a gramaticalidade das frases, mas são “uma espécie de código de bom comportamento dos interlocutores, de normas que se supõe sejam respeitadas quando se joga o jogo do intercâmbio verbal. [...] Na realidade, não se trata de saber se, de fato, os locutores sempre respeitam essas regras, mas de perceber que o intercâmbio verbal, como qualquer atividade social, repousa num *contrato* tácito que varia evidentemente de acordo com os gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 1996, p. 115). Além da “lei da pertinência”, se destacam: a “lei da sinceridade”, que diz respeito ao engajamento do enunciador no ato da fala; a “lei da informatividade”, que incide sobre o conteúdo dos enunciados e estipula que os enunciados devem

contexto em que acontece; deve interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação” (MAINGUENEAU, 2011, p. 34). Seguindo essa linha de pensamento e lendo o título do editorial, é imediato pensar que se trate de um texto estritamente informativo, em que serão relatadas as últimas notícias relativas aos fatos que estavam envolvendo o governo italiano e o governo grego. Apesar de ser um editorial (em que notoriamente é exposto o ponto de vista do jornal), a intenção parece ser transmitir informações, mais do que comentá-las.

No entanto, logo no começo, o enunciador de *La Difesa* avisa seus leitores que não possui novidade alguma sobre o trágico acontecimento, lembrando que o jornal “*non è un foglio di notizie bensì di idee e di principii*” [não é uma folha de notícias, mas sim de ideias e de princípios]. Com essa declaração, o enunciador pretende mostrar que o jornal, apesar da falta de notícias em primeira mão sobre o assunto, consegue estar sempre presente nos momentos importantes, como nessa ocasião – “*questo avvenimento [...] tiene desta l’attenzione di tutto il mondo*” [esse acontecimento (...) mantém viva a atenção do mundo inteiro] –, e adotar uma distância dos acontecimentos para cumprir o seu papel principal, isto é, informar de forma “objetiva” os italianos de São Paulo sobre o que está acontecendo na Itália. Demonstrando uma atitude cautelosa, que será confirmada ao longo do texto, o enunciador admite que comentar eventos que ainda não tiveram uma solução é “*difficile e pericoloso*” [difícil e perigoso], mas nem por isso desistirá de sua função: “*non ci trattiene dal dire il nostro proposito intorno ai fatti che si sono svolti sino ad oggi*” [não nos impede de dizer nossa opinião sobre os fatos que ocorreram até hoje].

Apresentando como pertinente um texto desse tipo, ou seja, mais opinativo do que informativo, *La Difesa* constrói um tipo de comunicação jornalística que atribui ao leitor maior interesse pelo enriquecimento de sua compreensão do mundo, em particular sobre a situação em que está vivendo o povo italiano, do que pela modificação de seu repertório de informações relativas apenas a eventos circunstanciais.

A cenografia criada pretende legitimar os comentários que seguirão: o enunciador mostrará, com “objetividade” e sem agredir abertamente os opositores, que a conduta do governo fascista, até mesmo em uma situação de ataque à Itália, é violenta e despreocupada com a observação das regras internacionais.

Já no editorial do *Fanfulla* do dia 2 de setembro de 1923 (F2), que comenta o mesmo evento, a cenografia construída cria um efeito diferente: o texto traz o título “*L’Italia, forte*

fornecer informações novas ao destinatário; e a “lei da exaustividade”, que especifica que o enunciador deve dar a informação máxima considerando-se a situação (cf. MAINGUENEAU, 2011, p. 34-36).

del suo buon Diritto, contro la Grecia degenerare” [A Itália, forte do seu justo Direito, contra a Grécia degenerada] e os seguintes subtítulos: “*L’energia italiana*” [A energia italiana]; “*L’onore d’Italia sulle nostre navi – La tutela degli Italiani – Contro le menzogne greche la rivendicazione del Diritto – Responsabilità e colpe del Governo Ellenico – Ai popoli cavallereschi del Sud-America*” [A honra da Itália em nossos navios – A tutela dos Italianos – Contra as mentiras gregas a revindicação do Direito – Responsabilidades e culpas do Governo Helênico – Aos povos cavalheirescos a América do Sul].

Não há nenhuma pretensão de “objetividade” nesse editorial. O objetivo do enunciador é reforçar a ideia de que a intervenção militar contra a Grécia foi legítima e que a Itália, ameaçada por um país “degenerado”, que carrega culpas e responsabilidades, foi obrigada a atacar para salvaguardar a sua honra e tutelar o seu povo, sendo legitimada pelas leis do direito (escrito na manchete com a inicial em maiúscula para destacar a importância da suposta legitimação jurídica da ação militar). Confiante do apoio dos italianos, “*Non abbiamo necessità di illustrare davanti ai nostri compatrioti il nostro buon diritto e la nostra legittima azione. Essi hanno compreso*” [Não temos necessidade de ilustrar diante dos nossos compatriotas o nosso justo direito e a nossa legítima ação. Eles entenderam], o enunciador procura a adesão dos brasileiros e de todos os que possam entender a necessidade de uma ação vigorosa:

1) *La grande maggioranza dell’opinione pubblica nel mondo civile, a cominciare dalla nobile terra che ci ospita, lo ha compreso.*

[A grande maioria da opinião pública no mundo civilizado, a começar pela nobre terra que nos acolhe, entendeu.]

2) *Il popolo brasiliano segue con simpatia la nostra azione. Ne siamo grati.*

[O povo brasileiro segue com simpatia a nossa ação. Somos gratos por isso.]

3) *Noi diciamo ai cavallereschi popoli del Sud America: seguite questa tradizione. Vi abbiamo esposte le nostre ragioni. Siateci serenamente, benevolmente padrini e giudici.*

[Nós dizemos aos cavalheirescos povos da América do Sul: sigam essa tradição. Expusemos as nossas razões. Sejam padrinhos e juízes serenos e benévolos.]

Em um primeiro momento, o enunciador do *Fanfulla* procura convencer os leitores que a ação militar italiana foi oportuna, invocando a “sacralidade” das missões organizadas sob a égide do direito internacional que tutela oficiais e representantes diplomáticos: “*L’atto*

fiero ed energico dell'Italia deve insegnare a tutti i popoli che la vita e la dignità del rappresentante diplomatico è sacra” [O ato orgulhoso e enérgico da Itália deve ensinar a todos os povos que a vida e a dignidade do representante diplomático é sagrada] e ainda: “*le missioni internazionali sono sacre*” [as missões internacionais são sagradas].

Em um segundo momento, criticando duramente a conduta dos gregos que atacaram “estrangeiros inocentes”, o enunciador quer destacar a importância que detém na cultura italiana o conceito de hospitalidade, em virtude da qual o estrangeiro deve ser bem tratado independentemente de onde venha e a qual categoria social pertença: “*qualunque straniero, grande o umile, è il benvenuto nel nostro paese. Più che ospite, lo trattiamo da cittadino*” [qualquer estrangeiro, grande ou humilde, é bem-vindo em nosso país. Mais do que um hospede, nós o tratamos como um cidadão]. Dessa forma, o enunciador prepara o terreno para a declaração que fecha o editorial, ou seja, consideradas as premissas, espera-se que o italiano seja bem tratado quando estiver fora do próprio país, “*noi vogliamo che qualunque italiano – grande o piccolo che sia, diplomatico o bracciante, milionario o straccione –, in qualunque paese si rechi, sia rispettato nella dignità e nella vita*” [nós queremos que qualquer italiano – grande ou pequeno que seja, diplomático, assalariado, milionário ou esfarrapado –, em qualquer país a que se dirija, seja respeitado na dignidade e na vida].

A cenografia criada não somente tenta diminuir o impacto negativo que o ataque militar italiano à Grécia podia ter provocado entre os italianos e os paulistanos, já que ainda não se conhecia a nacionalidade dos responsáveis da emboscada, mas cria e legitima um discurso que pretende reforçar o apoio da opinião pública brasileira às ações do governo fascista e, por conseguinte, à presença de militantes fascistas em São Paulo.

4.2.2 Sobre a categoria pessoa

No primeiro parágrafo do texto D2, o responsável do discurso é um “nós” que não envolve diretamente o leitor: “*Non abbiamo notizie nuove da fornire ai lettori de La Difesa*” [Não temos notícias novas para comunicar aos leitores de *La Difesa*], identificando-se, portanto, como “nós exclusivo” – “eu + ele(s)” e não um “eu + tu (singular ou plural)”.

No segundo parágrafo, começa a descrição dos fatos que pretende ser imparcial e afastada: predomina, de fato, um sujeito em 3ª pessoa caracterizado ao longo do texto com o termo coletivo “uma comissão”, mais neutro que um eventual “soldados italianos”, que, ao contrário, teria identificado indivíduos e talvez provocado certa emoção nos compatriotas:

Una commissione italiana, diretta e presieduta da un generale italiano stava tracciando, per incarico avuto dalle potenze, i confini tra la Grecia e l'Albania. Un giorno della settimana scorsa, mentre la commissione trovavasi in campagna, nel territorio di Giannina, venne assalita da alcuni briganti – che tutto fa credere greci, per quanto non si abbia la prova materiale – e barbaramente trucidata, compreso persino lo chauffeur che guidava l'automobile della commissione.

[Uma comissão italiana, dirigida e presidida por um general italiano, para cumprir a missão dada pelas potências, estava traçando a fronteira entre a Grécia e a Albânia. Um dia da semana passada, enquanto a comissão encontrava-se no campo, no território de Janina, foi atacada por alguns bandidos – que tudo faz acreditar fossem gregos, apesar de não se ter a prova material – e barbaramente massacrada, incluído até mesmo o *chauffeur* que dirigia a automóvel da comissão.]

No entanto, é verdade que o acontecimento é narrado por uma voz que se mostra sensível em relação ao que ocorreu com a comissão italiana, como demonstram o advérbio e o adjetivo usados: ela não foi só atacada e morta, mas “barbaramente massacrada”; e, ainda, os assassinos, definidos “bandidos”, não tiveram escrúpulos em matar “até mesmo” o motorista que dirigia o carro (e que não estava envolvido na ação militar). O sentimento que anima essas palavras é de forte condenação contra quem realizou o assassinado, apesar de se deixar espaço para uma reflexão mais crítica quando, no meio do segundo parágrafo e separado do texto, o enunciador insere a seguinte frase: “[...] *briganti – che tutto fa credere greci, per quanto non si abbia la prova materiale*” [(...) bandidos – que tudo faz acreditar fossem gregos, apesar de não se ter a prova material]. A voz do texto opta por um sujeito impessoal; desta forma afasta de si a responsabilidade por uma afirmação que poderia ser considerada pouco patriota em um momento de forte tensão. Ainda no terceiro parágrafo, predomina o sujeito exposto na 3ª pessoa:

Il truce avvenimento suscitò l'indignazione e la collera di tutti gli italiani e di tutto il mondo civile ed il Governo facendosi eco di questa indignazione richiese dalla Grecia una riparazione ai danni ed all'affronto fatto all'Italia.

[O feroz acontecimento provocou a indignação e a cólera de todos os italianos e do inteiro mundo civil e o Governo, repercutindo essa indignação, pediu à Grécia uma reparação para os danos e a afronta causados à Itália.]

Também no texto do *Fanfulla* (F2) os acontecimentos relativos ao ataque contra a delegacia italiana são relatados na 3ª pessoa (plural), mas o efeito não é a objetividade em relação aos fatos, mas sim um afastamento voluntário dos responsáveis, caracterizados como

“rebeldes” e “bandidos”; o enunciador ataca duramente os gregos e enfatiza, ao mesmo tempo, o assassinato dos soldados italianos, que não teriam sido simplesmente mortos, mas “massacrados”:

Insorti greci – eterni insorti di professione, briganti – hanno assassinati ufficiali italiani. È noto e riconosciuto in tutto il mondo che questi insorti sono avanguardie dell’ellenismo, strumenti del governo greco. E soldati regolari greci sono stati complici nell’assassinio, hanno partecipato all’orribile scempio dei cadaveri.

[**Rebeldes gregos – eternos rebeldes de profissão, bandidos – assassinaram oficiais italianos. Sabe-se e é reconhecido no mundo inteiro que esses rebeldes são vanguardas do helenismo, instrumentos do governo grego. E os soldados regulares gregos foram cúmplices no assassinado, participaram do horrível massacre dos cadáveres.**]

Continuando a análise do texto D2, a partir do quarto parágrafo, o enunciador volta a indicar o sujeito com o “nós”, que indica um sujeito coletivo compacto e pode ser tanto exclusivo como no primeiro parágrafo (manifestar a opinião do jornal abertamente dizendo “juntamos nossa indignação” ou “estamos perfeitamente de acordo” poderia não refletir a posição dos leitores), quanto inclusivo, a partir do momento que envolve o leitor com o determinante possessivo “nosso País”, forma com a qual o enunciador costuma referir-se à Itália, que seu destinatário já conhece:

Noi che, innanzi tutto, siamo italiani uniamo il nostro sdegno a quello degli altri confratelli [...] e siamo perfettamente d’accordo con quanto fece il Governo del nostro Paese [...].

[**Nós que, antes de tudo, somos italianos juntamos nossa indignação àquela dos outros confrades (...) e estamos perfeitamente de acordo com o que fez o Governo do nosso País.**]

Até esse ponto do editorial, o enunciador manifesta a vontade de apresentar da forma mais imparcial possível o desdobramento dos fatos: em virtude do contrato tácito com seus leitores, ele tenta se submeter à restrição do critério da credibilidade, que lhe impõe preservar a sua capacidade de raciocínio diante de opiniões tendenciosas que se expressam em ocasião de um determinado acontecimento, devendo manter até certo ceticismo diante das explicações fáceis ou partidárias demais. Conforme destaca Charaudeau:

O discurso do comentário jornalístico é, em princípio, marcado por uma argumentação de ponderação: uma dosagem equilibrada entre julgamento

pró e julgamento contra, entre apreciação favorável e apreciação desfavorável, entre exposição de uma determinada opinião ou de uma outra (muitas vezes contrária). Os jornalistas tentam geralmente adotar uma posição distanciada. (CHARAUDEAU, 2012, p. 183)

No quinto parágrafo, porém, o enunciador desvela finalmente a sua intenção de comentar os acontecimentos e o faz da seguinte forma:

Ci permettiamo però, fare le nostre osservazioni intorno alla misura ed al modo, osservazioni che non sono di pieno accordo coll'azione esplicata dal Governo dell'on. Mussolini.

[**Permitim-nos, porém**, fazer nossas observações acerca da medida e da forma, observações que não estão plenamente de acordo com a ação realizada pelo Governo do exmo. Mussolini].

O sujeito continua sendo um “nós” (provavelmente exclusivo, pois toma uma atitude decidida diante dos fatos) e o verbo “permitim-nos” manifesta cautela: com efeito, o que o enunciador está fazendo é se preparar para dar sua opinião sobre um acontecimento particularmente grave que devia ter afetado a opinião pública italiana de forma negativa. Afastar-se claramente das decisões tomadas pelo governo italiano, criticando-o, seria arriscado, pois comprometeria a imagem de patriota que *La Difesa* estava tentando construir. Após ter condenado os graves fatos acontecidos na Grécia e manifestado a própria indignação contra os culpados, eis que com prudência o enunciador insere seu comentário, que, como veremos, é, como sempre, duro e firme contra qualquer decisão do governo fascista.

Com efeito, o emprego estratégico do conector argumentativo “porém” após o verbo marca implicitamente o momento em que o enunciador começará a reconsiderar o que acaba de dizer, ou seja, que “estamos perfeitamente de acordo com a ação realizada pelo Governo”, e introduz uma argumentação que é o contrário do declarado anteriormente e que corresponde mais à natureza dos ideais nos quais ele acredita¹³².

A partir do quinto parágrafo até a conclusão do editorial, quando o enunciador decide se responsabilizar pela fala, utiliza-se um “nós” exclusivo, acompanhado prudentemente por verbos subjetivos que atenuam a dureza de suas palavras:

¹³² Segundo Ducrot: “la seule chose constante c’est que le locuteur déclare négliger le premier énoncé dans l’argumentation qu’il est en train de construire et s’appuyer seulement sur le second – la force argumentative supérieure accordée à celui-ci n’étant qu’une justification de cette décision” [a única coisa constante é que o locutor declara de desconsiderar o primeiro enunciado na argumentação que está construindo e de se apoiar apenas no segundo – sendo a força argumentativa acordada a esse último apenas uma justificativa para essa decisão] (DUCROT, 1983, p. 9).

1) *E francamente **diciamo** che le richieste del governo **ci parvero** più che eccessive, improprie [...] **ci pare** che alcune delle clausule imposte alla Grecia abbiano tutta l'aria di essere dettate perché non vengano accettate.*

[E francamente **dizemos** que as reivindicações do governo **nos pareceram** mais do que excessivas, inadequadas (...) **nos parece** que algumas das cláusulas impostas à Grécia têm toda a aparência de ser ditadas para não serem aceitas.]

2) *Ridicola, poi – **ci si perdoni** la parola – **ci pare** la clausula che impone ai membri del Governo Greco di assistere ai funerali religiosi delle vittime prima di essere imbarcate per l'Italia.*

[Ridícula, então – **nos perdoem** a palavra – **nos parece** a cláusula que impõe aos membros do Governo Grego assistir aos funerais religiosos das vítimas antes de serem embarcadas para a Itália.]

3) *Il modo anche, la forma seguita dall'on. Mussolini per dettare le sue condizioni alla Grecia non **ci sembra** il più proprio. **Ci rincresce** dirlo [...].*

[O modo também, a forma empregada pelo exmo. Mussolini para ditar suas condições à Grécia não **nos parece** o mais adequado. **Pesa-nos** dizê-lo (...).]

4) *Un atto poi che non **possiamo** assolutamente approvare è la ricusa assoluta di deferire la soluzione del conflitto alla Lega delle Nazioni. Non **vogliamo** nasconderci i difetti che accompagnano questa istituzione wilsoniana [...].*

[Um ato também que não **podemos** de forma alguma aprovar é a recusa absoluta de submeter a solução do conflito à apreciação da Liga das Nações. Não **queremos** esconder os defeitos que caracterizam esta instituição wilsoniana (...).]

5) *Queste cose **abbiamo voluto** dire perché [...] **siamo certi** che molti le dicono anche in Italia. E questa dichiarazione la **facciamo noi** [...].*

[**Quisemos** dizer essas coisas porque (...) **estamos confiantes** de que muitos as dizem também na Itália. E **somos nós a fazer** essa declaração (...).]

Nos outros parágrafos e em linha com a atitude cautelosa demonstrada desde o começo do texto, o enunciador, ao se referir ao governo italiano e ao seu comportamento, não aponta diretamente para os responsáveis a não ser em uma única ocasião:

*Ma **crede proprio sul serio il capo del Governo italiano** all'efficacia di questi funerali religiosi? [...] E se ci crede, se **é veramente convinto** che i funerali religiosi possono guidare le anime dei defunti [...] perché **vuole** profanare le funzioni cattoliche colla presenza di eretici appartenenti alla religione Greco-ortodossa [...].*

[Mas **acredita** de verdade o chefe do Governo italiano na eficácia destes funerais religiosos? [...] E se ele acredita, se **estiver** realmente **convencido** de

que os funerais religiosos podem guiar as almas dos mortos [...] por que ele **quer** profanar os serviços católicos com a presença de hereges que pertencem à religião ortodoxa Grega (...)?)

No trecho acima citado, entretanto, atrás da aparente prudência que pretende demonstrar, o enunciador consegue, ao mesmo tempo, colocar seu inimigo em uma posição de inferioridade e é por isso que o cita claramente. O enunciador recorre a duas perguntas retóricas com um propósito bem definido, isto é, enfraquecer o seu inimigo.

Lembremos que as perguntas retóricas são consideradas geralmente interrogações que não têm como objetivo obter uma resposta, mas sim estimular uma reflexão (do leitor em nosso caso) sobre um determinado assunto¹³³.

Na realidade, como esclarece Charaudeau (2006), a interrogação é, em geral, uma categoria discursiva (mais de que gramatical) ambivalente do ponto de vista do tipo de relação de força que instaura entre o enunciador e o enunciatário: o primeiro se põe em uma “posição de inferioridade [...] no momento em que ele pede uma informação (pede para dizer) ou um serviço (pede para fazer), colocando o outro em posição de superioridade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 36)¹³⁴. O recurso à pergunta (nesse caso retórica) pode também colocar o enunciador em posição de superioridade: o enunciador de *La Difesa*, que já conhece a resposta de suas perguntas, não está interpelando o seu leitor, que põe ao contrário no lugar de um testemunha atento, mas se dirige a outro destinatário, ao seu adversário, “o chefe do Governo italiano”. Charaudeau define esse tipo de interrogação como “pergunta interpeladora”: “ela é lançada para fora da cena, se dirige a um público que é colocado como testemunha, questiona a responsabilidade de um terceiro (o questionamento pode ser também acusador) pressupondo uma resposta que deveria ser o objeto de um consenso” (CHARAUDEAU, 2006, p. 36)¹³⁵. Desta forma o enunciador de *La Difesa* estabelece uma relação de cumplicidade com o seu leitor, obrigando-o a aceitar e compartilhar a acusação.

Em outras partes do texto o enunciador opta, ao contrário, por eliminar a própria presença julgadora e evita nomear o inimigo, recorrendo ao dito “apagamento enunciativo”, como vimos nos primeiros dois parágrafos desse editorial quando o enunciador tenta relatar os

¹³³ Segundo Perelman, algumas perguntas seriam apenas a manifestação de um juízo e procurariam uma comunhão com o auditório: “os pressupostos implícitos em algumas perguntas fazem com que a forma de interrogação possa ser considerada um procedimento hipócrita para exprimir algumas convicções [...]. A pergunta não induz à procura de uma causa, mas à razão pela qual não será possível demonstrá-la” (PERELMAN, 1996, p. 168).

¹³⁴ “Position d’infériorité du locuteur lorsqu’il demande une information (demande de dire) ou un service (demande de faire), mettant l’autre en position de supériorité.”

¹³⁵ “Elle est lancée à la cantonade, s’adresse à un public qui est pris à témoin, met en cause la responsabilité d’un tiers (la mise en cause peut même être accusatrice), en implicitant une réponse qui devrait faire l’objet d’un consensus.”

acontecimentos sem deixar no enunciado a marca da sua presença. Trata-se, de fato, de uma estratégia, não necessariamente consciente, que permite ao locutor dar a impressão de se afastar da enunciação, tornando o seu discurso mais objetivo, “um *jogo* que o sujeito falante joga, como se lhe fosse possível não ter um ponto de vista, de desaparecer completamente do ato da enunciação e de deixar falar o discurso por si só” (CHARAUDEAU, 1992, p. 650)¹³⁶. Estamos dizendo “dar a impressão” porque, apesar da tentativa do enunciador de ocultar-se, o apagamento enunciativo é na verdade um simulacro do enunciador que não pode não manifestar de uma forma ou de outra a sua presença, pois, como aponta Kerbrat-Orecchioni (1980), a subjetividade está sempre presente. Esse efeito de afastamento é, no entanto, criado por meio do apagamento das marcas dos sujeitos, dos embreantes e de qualquer outra fonte enunciativa identificável (RABATEL, 2004). Vários podem ser os meios usados para esse fim: citar discursos científicos ou teóricos; construir um discurso que retoma slogans, textos de leis, provérbios, ou, como no caso do presente editorial, criar um discurso cujo objetivo seja descritivo, sem a intervenção do sujeito falante. Isso poderia lembrar da noção, vista anteriormente, de enunciação histórica que Benveniste contrapunha à enunciação discursiva (VION, 2001).

Conforme evidencia Rabatel (2004), do ponto de vista linguístico, o apagamento enunciativo repousa nas marcas que favorecem o surgimento do objeto do discurso independentemente do sujeito falante; no que concerne às referências nominais, se assiste ao emprego de pronomes indefinidos, substantivação dos adjetivos e nominalização, por exemplo: *le richieste del governo [...] eccessive, improprie ed in qualche punto ridicole* [as reivindicações do governo (...) excessivas, impróprias e em alguns pontos ridículas]. Da mesma forma, no plano da referência verbal encontram-se frases sem verbos (por exemplo, a manchete do presente editorial, “O conflito ítalo-grego”), frases passivas e emprego de formas impessoais. No texto analisado, evidenciamos um emprego difuso do pronome impessoal, sob forma de “*si*” [se] ou de “*chi*” [quem]:

1) *Ma non **si** è pensato che questi funerali celebrati da gente di diverse religioni [...] non può suonare se non grave offesa verso le vittime?*

[Mas não **se** pensou que estes funerais celebrados por pessoas de diferentes religiões (...) não pode parecer senão uma grande ofensa às vítimas?]

2) *[...] invece di vederle accettate, queste proposte, **chi le detta** faccia il possibile per renderle inaccettabili [...].*

¹³⁶ “[...] un ‘*jeu*’ que joue le sujet parlant, comme s’il lui était possible de ne pas avoir de point de vue, de disparaître complètement de l’acte d’énonciation, et de laisser parler le discours par lui-même.”

[...] em vez de vê-las aceitas, estas propostas, **quem as dita** faz o possível para torná-las inaceitáveis (...).]

3) ***Si volle** invece fare il contrario, **si pose** ogni ragione nella forza, **si collocò** ogni argomentazione sulla punta della spada e **si diede**, forse, il colpo mortale all'unica istituzione pacifica sorta dalle grandi rovine della guerra.*

[**Quis-se**, ao contrário, fazer o oposto, **colocou-se** toda a razão na força, **colocou-se** cada argumento na ponta da espada e **começou-se**, talvez, o golpe mortal para a única instituição pacífica surgida a partir das grandes ruínas da guerra.]

Na mesma linha também Perelman (1996) afirma que o uso argumentativo do pronome impessoal “*si*” [se] resulta estratégico em alguns casos (e em particular nos casos citados) devido à sua ambiguidade: com efeito, nos enunciados em análise não é claro a quem o enunciador se refere. Ao contrário, a substituição do pronome impessoal “*si*” por uma expressão designadora de uma ou mais pessoas determinadas, como “*chi*” [quem], pode produzir um efeito de presença muito forte (“quem dita essas propostas”, ou seja, o governo fascista). Além da exigência de objetividade, parece que essas escolhas possam ser consideradas uma astúcia por meio da qual o enunciador continua criticando Mussolini e o governo fascista como costuma fazer, mas nessa ocasião, de uma forma mais escondida, como se não quisesse se mostrar inoportuno ou pouco patriota em um momento de grave luto para o país.

A mesma estratégia e com uma finalidade aparentemente similar (evitar falar abertamente de Mussolini) foi evidenciada também no texto F2. No lide do editorial, o enunciador do *Fanfulla* opta por um sujeito inanimado na 3ª pessoa: o “ato intrépido e enérgico” e a “Itália”, que parece se tornar um ser humano que age e que decide de forma resoluta:

***L'Italia** ha agito [...] per altissimi fini internazionali e nazionali. [...]. **L'Italia** è grande e forte: [...] **l'atto fiero ed energico dell'Italia** deve insegnare a tutti i popoli che la vita e la dignità del rappresentante diplomatico è sacra (sic).[...] Ed è ispirata anche a fini nazionali – e non meno alti – **l'azione italiana**.*

[**A Itália** agiu [...] para os mais elevados fins nacionais e internacionais. [...]. **A Itália** é grande e forte: [...] **o ato orgulhoso e enérgico da Itália** deve ensinar a todos os povos que a vida e a dignidade do diplomata é sagrada (sic) [...] E é também inspirada para fins nacionais - e não menos elevados – **a ação italiana**.

O enunciador do *Fanfulla* quer evitar citar o nome de Mussolini o do governo fascista logo no começo de seu editorial: está preparando o seu leitor à leitura de um texto em que é contida uma notícia que poderá ser recebida de forma negativa (o ataque militar contra a Grécia), pois, como já foi destacado, ainda não tinham sido encontrados os verdadeiros responsáveis do ataque contra a comissão italiana e uma resposta militar tão imediata podia parecer excessivamente agressiva e inoportuna. O efeito criado é que a responsabilidade pela ação militar seja da Itália e não do governo fascista: no entanto, é estrategicamente mais conveniente deixar recair o peso das ações sobre a Itália, que é a pátria tão amada e, consequentemente, não pode ser criticada.

Na realidade, além da necessidade de ocultar os verdadeiros responsáveis por um ato considerado talvez reprovável pela opinião pública, no texto F2 parece ser igualmente necessário acostumar o leitor a uma identificação entre Itália e fascismo e, em seguida, entre Itália e Mussolini. Essa tendência é confirmada pela estrutura do texto, em que se assiste a um movimento em etapas que começa com “Itália” e acaba com “Mussolini”.

Após ter indicado como sujeito a Itália, nos parágrafos sucessivos o enunciador passa a empregar como sujeito o “nós” inclusivo (nós, italianos):

Noi sentiamo tutta la santità delle leggi ospitali. [...] Noi reclamiamo in tutti i paesi, grandi o piccoli, reciprocità di trattamento. Noi vogliamo che qualunque italiano [...] sia rispettato [...]. Noi vogliamo che [...] il più povero e modesto dei nostri braccianti levando gli occhi verso il vessillo della Patria lontana [...] si senta protetto.

[Nós sentimos toda a santidade das leis hospitaleiras. (...) Nós reivindicamos em todos os países, grandes ou pequenos, reciprocidade de tratamento. Nós queremos que qualquer italiano (...) seja respeitado (...). Nós queremos que (...) o mais pobre e modesto dos nossos trabalhadores levantando os olhos à bandeira da pátria distante (...) se sinta protegido.]

Em seguida, é o próprio governo italiano o sujeito, estrategicamente indicado sempre como “nosso”, isto é, de todos os italianos:

Il nostro governo, sorpreso dalla brutale aggressione, dall'assassinio dei nostri ufficiali, ha invitato il governo greco a riparare. [...] E il nostro governo ha fatto occupare Corfù. [...] Il nostro governo non poteva dunque tergiversare. [...] Il nostro governo, i nostri marinai, i nostri soldati gli gridano: Basta!

[O nosso governo, surpreso pelo ataque brutal, pelo assassinato dos nossos oficiais, convidou o governo grego para reparar. (...) E o nosso governo mandou ocupar Corfu. (...) O nosso governo não podia, portanto,

tergiversar. (...) **O nosso governo**, os nossos marinheiros, os nossos soldados gritam: Chega!]

A argumentação se conclui finalmente com a referência direta a Mussolini:

L'indugio, avrebbe aperto l'adito alle discussioni, alle lungaggini, alle soluzioni prive di contenuto [...]. Importava creare il fatto compiuto. Benito Mussolini, l'ha creato.

[A demora, daria um pretexto às discussões, aos atrasos, às soluções sem conteúdo (...). Era preciso criar um fato consumado. **Benito Mussolini**, o criou.]

Por outro lado, é interessante destacar outra estratégia adotada pelo enunciador de *La Difesa*, que se realiza no emprego difuso de modalizadores: o enunciador começa sim a criticar as ações do governo fascista, mas escolhendo sabiamente as próprias palavras para não afrontar os sentimentos dos leitores.

Já destacamos que, ao longo do texto D2, o enunciador evita fazer referência direta a si mesmo como sujeito falante e responsável da fala, optando por uma narração “objetiva” que privilegia o emprego da 3ª pessoa, de pronomes impessoais e de outras estratégias argumentativas. Mas é também verdade que a pretensão da objetividade é efêmera e é impossível relatar um fato sem que o ponto de vista ou certa orientação discursiva não venha à tona. Isso se torna perceptível pela própria escolha das ações e das vozes envolvidas nos comentários, o que evidencia as tensões entre a exigência de objetividade característica do discurso jornalístico e a necessária presença do sujeito da enunciação no enunciado, própria de qualquer discurso, mesmo que esteja atenuada. Poucos verbos conjugados na 1ª pessoa do plural foram encontrados no texto D2. Trata-se principalmente de verbos “subjativos”¹³⁷, que, nesse contexto, agem como modalizadores do discurso¹³⁸:

*E francamente*¹³⁹ *diciamo*
*Ci parvero/ci pare*¹⁴⁰

¹³⁷ “Verbes qui impliquent une évaluation” [verbos que implicam uma avaliação]. Cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 114.

¹³⁸ “Existe, todavia, um modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado: basta-lhe indicar que está se apoiando em um outro discurso [...] na categoria mais vasta dos modalizadores, graças aos quais o enunciador pode, ao longo do seu discurso, *comentar sua própria fala*”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 141)

¹³⁹ “Os locutores supostamente só devem afirmar o que consideram verdadeiro [...] mas isso não passa de uma espécie de regra do jogo e não é uma tese sobre a sinceridade *efetiva* dos sujeitos [...] curiosamente, ao mesmo tempo que supostamente o discurso é regido pelo princípio de sinceridade, a língua dispõe de modalizadores, como *francamente* e *sinceramente*, o que faz supor que existem diversos níveis de sinceridade [...] mas todos sabem que a falta de sinceridade mascara-se também por trás dos *francamente* [...]”. (MAINGUENEAU, 1996, p. 121- 122)

Ci pare/ci sembra

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2002), o estudo sobre os verbos subjetivos em uma perspectiva enunciativa se concentra sobre “*qui porte le jugement évaluatif*” [quem julga/avalia]. Os verbos que o sujeito pode usar são o reflexo de uma avaliação do tipo bom/mau (verbos de sentimento), ou, como no texto D2, do tipo verdadeiro/falso/incerto (verbos de percepção e verbos de opinião). Esses últimos são verbos que denotam a forma com a qual quem julga apreende uma determinada realidade que pode ser apresentada como mais ou menos certa ou contestável, “servindo ao locutor para informar o destinatário sobre o que acredita um terceiro – podendo claramente esse terceiro coincidir com o locutor” (DUCROT, 1972, p. 266)¹⁴¹. Especificamente, Kerbrat-Orecchioni (2002), inspirando-se aos estudos de Ducrot, seleciona alguns verbos de opinião – *considerar, achar, estimar, julgar, ter a impressão, estar certo, pensar, acreditar* – que, se empregados na 1ª pessoa, revelariam as seguintes posições do enunciador diante do dito:

- a) o verbo implica ou não um julgamento pessoal fundado na experiência;
 - b) o verbo implica ou não uma experiência da coisa em si;
 - c) o verbo implica ou não uma predicação original;
 - d) o locutor se apresenta ou não como certo da opinião exprimida na completiva;
 - e) o locutor apresenta a sua opinião como resultado de uma reflexão
- (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002).

Uma vez que o enunciador de *La Difesa*, de forma concisa e “objetiva”, está construindo uma imagem de si cuja prerrogativa é difundir a verdade por meio de uma linguagem clara e informar sem demora seus leitores sobre os acontecimentos, sem negligenciar nenhum aspecto deles, é possível pensar que os verbos de opinião por ele

¹⁴⁰ “*La nuance sémantique [...] dans le cas de ‘sembler’ et ‘paraître’ est modale: ces deux verbes correspondent en effet à des auxiliaires de modalité épistémique, c’est-à-dire à des marqueurs qui permettent d’exprimer un jugement sur la vérité de l’énoncé, ou sur la réalité de l’état de choses auquel ils renvoient [...] avec ‘paraître’ l’affirmation est relativisée de par son caractère non absolu (puisque indissociable d’un sujet), alors que dans le cas d’une affirmation exprimée par ‘sembler’, c’est la coexistence entre la validation et la non-validation de la relation qui a pour effet de relativiser l’affirmation.*” [A nuance semântica (...) no caso de “parecer” e “achar” é modal: esses dois verbos correspondem de fato a auxiliares de modalidade epistêmica, isto é, a marcadores que permitem exprimir um juízo sobre a verdade do enunciado, ou sobre a realidade do estado de coisas ao qual remetem [...] com “achar” a afirmação é relativizada por seu caráter não absoluto (pois que indissociável do sujeito), enquanto no caso de uma afirmação expressa por “parecer”, é a coexistência entre a validação e a não-validação da relação que tem como efeito relativizar a afirmação.” (THULLIER, 2004, p. 162)

¹⁴¹ “*Servant au locutor à informer le destinataire des croyances d’un tiers – ce tiers pouvant bien entendu coïncider avec le locuteur.*”

empregados correspondam à última posição, ou seja, que manifestem a tentativa de apresentar os enunciados como o resultado de uma reflexão: “*Il modo anche, la forma seguita dall’on. Mussolini per dettare le sue condizioni alla Grecia non **ci sembra** il più proprio*” [O modo também, a forma empregada pelo exmo. Mussolini para ditar suas condições à Grécia não **nos parece** o mais adequado]. E ainda: “*le richieste del governo **ci parvero** più che eccessive, improprie [...] **ci pare** che alcune delle clausule imposte alla Grecia abbiano tutta l’aria di essere dettate perché non vengano accettate*” [as reivindicações do governo **nos pareceram** mais do que excessivas, inadequadas (...) **nos parece** que algumas das cláusulas impostas à Grécia têm toda a aparência de ser ditadas para não serem aceitas.]. Lembremos que *La Difesa*, sendo um jornal italiano surgido em São Paulo, para criar uma imagem confiável precisa mostrar a seus leitores profundo conhecimento dos eventos que aconteciam na Itália e na Europa: ao falar de reivindicações e cláusulas fica implícito que o sujeito falante conhece bem o assunto, está informado sobre todos os detalhes do *ultimatum* imposto à Grécia, e que, portanto, o que está afirmando é fruto de uma reflexão pertinente. No entanto, podemos pensar também que o emprego dos verbos subjetivos identifique um locutor que se apresenta seguro da opinião que segue, mas que, estrategicamente, mantém uma postura não arrogante, procurando, assim, a simpatia dos leitores. Isso explicaria o emprego de outros termos evidenciados ao longo da análise, termos que nos sugerem a ideia de que o sujeito falante é moderado em suas afirmações, e suas opiniões, por mais que duras, são transmitidas de maneira gentil:

1) *Ridicola, poi – **ci si perdoni** la parola – **ci pare** la clausula che impone ai membri del Governo Greco di assistere ai funerali religiosi delle vittime prima di essere imbracate per l’Italia.*

[Ridícula, então – **nos perdoem** a palavra – **nos parece** a cláusula que impõe aos membros do Governo Grego assistir aos funerais religiosos das vítimas antes de serem embarcadas para a Itália.]

2) ***Ci rincresce** dirlo, ma sembrerebbe che, invece di vederle accettate, queste proposte, chi le detta faccia il possibile per renderle inaccettabili [...].*

[**Pesa-nos** dizê-lo, mas pareceria que, em vez de vê-las aceitas, estas propostas, quem as dita faça o possível para torná-las inaceitáveis (...).]

Seguindo essa linha de pensamento, analisamos dois últimos exemplos, que nos confirmam a construção de uma imagem baseada na comunicação precisa dos fatos, na

clareza, na transparência, na completude de informação e na verdade. Na parte final do editorial, o enunciador se exprime da seguinte forma:

1) *Un atto poi che **non possiamo assolutamente approvare** è la ricusa assoluta di deferire la soluzione del conflitto alla Lega delle Nazioni. **Non vogliamo nasconderci i difetti** che accompagnano questa istituzione wilsoniana [...].*

[Um ato também que não **podemos de forma alguma aprovar** é a recusa absoluta de submeter a solução do conflito à apreciação da Liga das Nações. **Não queremos esconder os defeitos** que caracterizam esta instituição wilsoniana (...).]

2) *Queste cose **abbiamo voluto dire perché é bene stabilire le responsabilità sin da principio, perché nonostante il preteso unanime consenso di cui parla il telegrafo ufficiale, siamo certi** che molti, i più forse, le dicono anche in Italia.*

[**Quisemos** dizer essas coisas porque (...) **é bom estabelecer as responsabilidades** desde o início, porque, apesar do alegado consenso unânime, do qual fala o telégrafo oficial, **estamos confiantes** de que muitos, a maioria talvez, as dizem também na Itália.].

Os verbos nas frases destacadas, conjugados sempre na 1ª pessoa do plural, não fazem parte do grupo de modalizadores que destacamos anteriormente, mas ainda são considerados modalizadores, conforme destaca Bronckart (2012). Segundo o linguista francês, existem quatro tipos de modalizações (ou modalizadores): as modalizações lógicas, que consistem em uma avaliação do conteúdo temático, apresentando os elementos do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, ou certos, necessários, possíveis; as modalizações deônticas, que consistem em uma avaliação do conteúdo temático apoiada nos valores, nas opiniões e nas regras do mundo social, e por isso os elementos são apresentados como sendo domínio do direito e da obrigação social; as modalizações apreciativas, que pertencem ao mundo subjetivo e apresentam os elementos como resultado do julgamento da voz avaliadora, que por isso podem ser considerados estranhos, infelizes, benéficos, etc.; e as modalizações pragmáticas, que contribuem para a explicitação da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático em relação às ações de que é o agente (BRONCKART, 2012). A marcação da modalização é feita por meio de categorias gramaticais diferentes: tempos verbais no futuro do pretérito (*condizionale* em italiano); os auxiliares de modo (*modali* em italiano): *querer, dever, ser necessário e poder*; “a essas unidades básicas, deve-se acrescentar um conjunto de verbos que, por seu valor semântico próprio, podem às vezes funcionar como auxiliares de modo: *crer, pensar, gostar de, desejar,*

ser obrigado a, ser constrangido a, etc.” (BRONCKART, 2012, p. 333); e uma série de orações impessoais: *é provável que, é lamentável que, admite-se que, sem dúvida que, etc.*

Nos trechos acima citados o uso de verbos modais e o impessoal “*é bene*” indicam o recurso a uma modalização pragmática (“*é bene stabilire le responsabilità*”) e deôntica (“*non possiamo assolutamente approvare*”, “*non vogliamo nasconderci i difetti*”) e reforçam a construção de um *ethos* justo, que segue as regras do bom sentido, que discerne o certo do errado e quer se mostrar a seus leitores como um “guia espiritual do bem”.

4.2.3 Sobre a categoria tempo

No primeiro parágrafo do texto D2, todos os tempos verbais estão ligados ao ME presente, marcado claramente pela presença do dêitico temporal “*oggi*” [hoje]:

*Non abbiamo notizie nuove da fornire ai lettori de La Difesa intorno a questo avvenimento che da una settimana **tiene desta** l’attenzione di tutto il mondo e specialmente degli italiani. Il nostro **non** è un foglio di notizie, bensì di idee, di principii. Ed il fare delle considerazioni, l’ esporre delle idee intorno ad un avvenimento che **non ha ancora avuta** la sua soluzione è cosa difficile e pericolosa. Il che, però, **non ci tetterrà** dal dire il nostro proposito intorno ai fatti che **si sono svolti** sino ad oggi.*

[**Não temos** nenhuma notícia nova para fornecer aos leitores de La Difesa em torno deste evento que há uma semana **mantém viva** a atenção do mundo inteiro e especialmente dos italianos. O nosso **não é** uma folha de notícias, mas de ideias, de princípios. E fazer considerações, expor ideias em torno de um evento que **não teve ainda** a sua solução é difícil e perigoso. Isso, no entanto, **não nos impedirá** de dizer o nosso propósito em torno dos fatos que **ocorreram** até hoje.]

O enunciador pretende mostrar a seus leitores a importância que atribui ao acontecimento, ao qual faz referência empregando o presente (“*tiene desta l’attenzione*”) e o *passato prossimo* (“*non ha ancora avuta la sua soluzione*”, “*i fatti che si sono svolti sino ad oggi*”), pois trata-se de um fato de extrema gravidade para o povo italiano; no entanto, ao mesmo tempo, por meio do *futuro semplice* denota a intenção de cumprir a sua obrigação moral, ou seja, esclarecer sobre os eventos que envolvem a Itália.

Apesar do uso de algumas expressões que revelam um julgamento muito negativo sobre os fatos (“*trucidata*”, “*briganti*”), a tendência do enunciador é narrar os eventos de forma afastada e impessoal. Observa-se o emprego de não-pessoas como sujeitos (“*una*

comissione”, “*il truce avvenimento*”, “*il governo*”) e os tempos da fala estão centrados em um MR pretérito que não envolve o momento presente da enunciação:

Una commissione italiana, diretta e presieduta da un generale italiano stava tracciando, per incarico avuto dalle potenze, i confini tra la Grecia e l'Albania. Un giorno della settimana scorsa, mentre la commissione trovavasi in campagna, nel territorio di Giannina, venne assalita da alcuni briganti [...] e barbaramente trucidata, compreso persino lo chauffeur che guidava l'automobile della commissione. Il truce avvenimento suscitò l'indignazione e la collera di tutti gli italiani e di tutto il mondo civile ed il Governo facendosi eco di questa indignazione richiese dalla Grecia una riparazione ai danni ed all'affronto fatto all'Italia.

[Uma comissão italiana, dirigida e presidida por um general italiano, para cumprir a missão dada pelas potências, **estava traçando** a fronteira entre a Grécia e a Albânia. Um dia da semana passada, enquanto a comissão **encontrava-se** no campo, no território de Janina, **foi atacada** por alguns bandidos – que tudo deixa acreditar fossem gregos, apesar de não se ter a prova material – e barbaramente **massacrada**, incluído até mesmo o *chauffeur* que dirigia a automóvel da comissão. O feroz acontecimento provocou a indignação e a cólera de todos os italianos e do inteiro mundo civil e o Governo, se fazendo eco dessa indignação, pediu à Grécia uma reparação para os danos e a afronta causados à Itália.]

Distinguem-se nesse trecho as ações propriamente ditas, cujos verbos estão no *passato remoto*, e as circunstâncias que não fazem progredir a ação, que estão no *imperfetto* (descritivo) e na forma perifrástica *stare + gerundio*, que apresenta os fatos como simultâneos ao acontecimento.

Destacamos a mesma característica no parágrafo que trata da atitude da Itália diante da Liga das Nações: “*la ricusa assoluta di deferire la soluzione del conflitto alla Lega delle Nazioni*” [a recusa absoluta de submeter a solução do conflito à apreciação da Liga das Nações]. No princípio, o enunciador, que reconhece as virtudes da organização, pretende lembrar ao seu leitor (que ele pressupõe ter certo conhecimento acerca da organização, uma vez que no texto não são dadas maiores informações sobre o seu surgimento ou a sua função) a importância da Liga, exaltando-a por meio de um *presente gnômico*, “*che rappresenta l'istituzione più civile del moderno progresso*” [que representa a instituição mais civilizada do progresso moderno]. Logo em seguida, mostra sua moderação discutindo sobre a oportunidade que a Itália tinha para se mostrar membro digno da organização: “*per la prima volta essa avrebbe potuto dare un grande impulso [...] avrebbe potuto dare questo nobile esempio di civiltà*” [pela primeira vez **poderia** ter dado um grande impulso (...) **poderia** ter dado esse nobre exemplo de civilização]; o recurso ao *condizionale passato* (futuro do

pretérito) mostra como essa oportunidade se perdeu, tornando definitivamente irrealizável o desejo de ver uma Itália justa. Quando, finalmente, passa a descrever as razões pelas quais a Itália não respeitou a regra de não usar a violência e por que não procurou, ao contrário, soluções pacíficas, o enunciador opta pelo emprego de verbos do sistema enuncivo, descolados do seu presente da enunciação, evitando transmitir abertamente o seu desdém para com a conduta do governo fascista, que, como já observamos, é o sujeito das frases, mas fica escondido pelos verbos nos quais o sujeito se apaga, utilizando formas impessoais (*si* apassivador):

Si volle invece fare il contrario, si pose ogni ragione nella forza, si collocò ogni argomentazione sulla punta della spada e si diede, forse, il colpo mortale all'unica istituzione pacifica sorta dalle grandi rovine della guerra.

[**Quis-se**, ao contrário, fazer o oposto, **colocou-se** toda a razão na força, **colocou-se** cada argumento na ponta da espada e **começou-se**, talvez, o golpe mortal para a única instituição pacífica surgida a partir das grandes ruínas da guerra.]

Só no final o enunciador manifesta claramente a sua amargura pela conduta do governo, quando volta a utilizar em sua fala o presente em: “*è comprensibile, del resto. Fascismo è militarismo.*” [é compreensível, aliás. Fascismo é militarismo]. O conteúdo da frase é expresso de forma tão convencedora que parece uma verdade absoluta, lógica.

Quanto ao texto F2, há um emprego quase total de tempos ligados ao plano da enunciação. A imagem de si que o enunciador pretende construir é de alguém que participa verdadeiramente dos fatos que envolvem a Itália, que “sente” como um italiano, fala com paixão; tudo o que a Itália faz é em nome da justiça, e ele, sendo um justo, defende a própria pátria e aceita com obediência as decisões do seu governo. Para obter tal efeito, o *presente gnômico* domina os enunciados, que parecem se transformar praticamente todos em verdades incontestáveis. Seguem apenas alguns exemplos:

*L'Italia è grande e forte;
Le missioni internazionali sono sacre;
L'Italia tutela la vita e la dignità;
La nostra politica internazionale è una politica di pace e di equità;
Un popolo ha non soltanto il diritto, ma anche il dovere di provvedere a se stesso;
Questa è un'operazione di polizia. Non è la guerra;
E per questo onore [...] vegliano a Roma il Re patriota [...] Benito Mussolini, il ricostruttore.*

[A Itália é grande e forte;

As missões internacionais **são sagradas**;
 A Itália **protege a vida** e a dignidade;
 Nossa política internacional é **uma política de paz** e de justiça;
 Um povo **tem** não só o direito, mas também **o dever** de prover o próprio sustento;
 Esta é **uma operação policial**. Não é a guerra;
 E por esta honra [...] velam em Roma o Rei patriota [...] Benito Mussolini, o reconstrutor.]

Com a mesma intensidade é relatado o atentado: se no texto D2 os fatos são narrados na 3ª pessoa, aqui os sujeitos dos enunciados são os supostos responsáveis, já julgados *a priori*: não é bem a comissão italiana que foi atacada, mas “*insorti greci – eterni insorti di professione, briganti – hanno assassinati ufficiali italiani [...] e soldati regolari greci sono stati complici nell’assassinio, strumenti del governo greco*” [rebeldes gregos – eternos rebeldes de profissão, bandidos – assassinaram oficiais italianos (...) e soldados regulares gregos foram cúmplices no assassinato, instrumentos de governo grego]. Se o enunciador de *La Difesa* estava tentando atenuar o impacto da notícia, procurando se mostrar objetivo a seus leitores, e por isso escolheu tempos do plano enuncivo, no texto F2 o enunciador opta pela estratégia oposta: procura chocar os italianos de São Paulo contando o atroz crime, “*il delitto infame dell’Epiro*” [o delito infame do Epirus], com termos hiperbólicos: “*l’orribile scempio dei cadaveri*” [o horrível massacre dos cadáveres]. O objetivo é agir sobre o sentimento de compaixão pelo destino dos compatriotas, para depois provocar raiva e desprezo contra os assassinos – “*davanti a questi individui e davanti a questi metodi da assassini, davanti ai cadaveri delle vittime [...]*” [diante desses indivíduos e diante desses métodos de assassinos, diante dos cadáveres das vítimas (...)] –, já identificados como gregos, para finalmente justificar a ação militar da Itália contra a Grécia. Os tempos utilizados no comentário à notícia são o *passato prossimo* e o presente:

1) *É noto e riconosciuto in tutto il mondo che questi insorti sono avanguardie dell’ellenismo, strumenti del governo greco.*

[**Sabe-se** e é reconhecido no mundo inteiro que esses rebeldes **são** vanguardas do helenismo, instrumentos do governo grego.]

2) *Come sciacallo sui corpi delle sue vittime, con le mani ancora insanguinate, il governo greco risponde accusando gli albanesi [...].*

[Como um chacal sobre os corpos de suas vítimas, suas mãos ainda ensanguentadas, o governo grego **responde** acusando os albaneses (...).]

3) *Mettiamo un freno all'opera criminosa del governo greco, provvisorio e illegale, che **ha esordito** nel sangue e **prosegue** nel sangue e **deve** affogare nel sangue.*

[Coloquemos um freio na obra criminosa do governo grego, provisório e ilegal, que **fez sua estreia** no sangue e **continua** no sangue e **deve** se afogar no sangue.]

4) *Aggiungete che il delinquente **é** recidivo.*

[**A crescentem** que o delinquente **é** reincidente.]

Utilizando tempos do sistema enunciativo, no caso presente e *passato prossimo*, o enunciador do *Fanfulla* pretende mostrar a gravidade desses eventos de forma que o leitor se sinta envolvido e participe de sua indignação.

4.2.4 Sobre a categoria espaço

No texto D2 foi encontrada uma referência ao espaço da enunciação, que exprime distância física da Itália: “*nonostante il preteso unanime consenso di cui parla il telegrafo ufficiale, siamo certi che molti, i più forse, le dicono anche **in Italia***” [apesar do alegado consenso unânime, do qual fala o telégrafo oficial, estamos confiantes de que muitos, a maioria talvez, as dizem também na Itália]. No texto F2 também há uma única referência a um espaço enunciativo longe da Itália. O lugar da enunciação é o Brasil, percebido como próximo de quem fala graças ao uso do demonstrativo “*questa*” [esta]: “*il consenso in **questa terra** ospitale risponde al consenso dei nostri fratelli nella madre Patria*” [o consenso **nesta terra** hospitaleira corresponde ao consenso dos nossos irmãos na Pátria mãe].

4.2.5 Isotopias temáticas

No texto D2, é evocado novamente o tema religioso. Observemos o trecho em questão:

*Il capo del Governo italiano [...] se é veramente convinto che i funerali religiosi possono guidare le anime dei defunti alla felicità eterna, perché vuole **profanare le funzioni cattoliche** colla **presenza di eretici** appartenenti alla religione Greco-ortodossa o Greco scismatica, quali sono i ministri della Grecia? Ma non si é pensato che questi funerali celebrati da gente di diverse religioni, hanno in sé qualche cosa di così scettico e di così comico allo stesso tempo, che non può suonare se non **grave offesa verso le vittime?***

[O chefe do governo italiano [...] se é verdadeiramente convencido de que os funerais religiosos podem guiar as almas dos mortos para a felicidade eterna, porque quer **profanar os rituais católicos** com a **presença de hereges** pertencendo à religião Grego-ortodoxa e Grégo-cismática, tais quais os ministros da Grécia? Mas não se pensou que esses funerais celebrados por pessoas de diferentes religiões têm em si algo de tão cético e tão cômico ao mesmo tempo, que não pode parecer senão **grave ofensa às vítimas?**]

Já observamos no capítulo 2 que, em uma análise discursiva, é fundamental marcar a diferença entre imagem do leitor e leitor de carne e osso: não necessariamente ao leitor pressuposto corresponde o leitor real. No entanto, até o momento presente, parece que o apelo ao tema religioso fosse particularmente explorado pela imprensa italiana; se por um lado não podemos ter certeza do sucesso dessa estratégia, por outro sabemos que os diretores dos jornais italianos de São Paulo eram membros daquela comunidade à qual se dirigiam e provavelmente estavam cientes da importância da prática religiosa para as famílias de imigrantes¹⁴².

No texto D2, o objetivo do enunciador é realçar a atitude descrente do governo fascista, cujas reivindicações não considerariam minimamente o valor dado pela comunidade italiana às celebrações religiosas. Para conseguir a adesão de seu público, *La Difesa* se mostra, mais uma vez, como uma voz sensível aos sentimentos da comunidade: horroriza-se em pensar que adeptos de outras religiões, definidos “*eretici*” [heréticos] – termo que remete a um sistema teológico rejeitado como falso pela igreja católica – participem da cerimônia fúnebre, profanando um momento tão sagrado e causando assim uma verdadeira afronta

¹⁴² Como parêntese em nosso trabalho de cunho linguístico, citamos um breve trecho de literatura relativo à imigração italiana que nos oferece uma imagem clara do contexto que estamos analisando: “Devotos de Nossa Senhora da Achirópita e de Nossa Senhora as Ripalta, padroeiras do sul e norte da Calabria, frequentavam a igreja da Achirópita, que os próprios imigrantes, os ‘*capomastri*’ – mestres pedreiros, arquitetos improvisados –, construíram no Bexiga, bairro habitado também por italianos do sul. [...] Extremamente religiosos, respeitavam as datas de seus santos preferidos, festejando-os com procissões e foguetes, enfeitando as ruas com flores e bandeirolas coloridas, de papel de seda” (GATTAI, 2009, p. 103).

contra a memória dos defuntos. O enunciador enfatiza o momento modificando estrategicamente o léxico utilizado: transforma aqueles que no começo do texto eram componentes de uma comissão militar (o efeito naquele caso era de objetividade e desapego) em “*vittime*” [vítimas], criando, agora, um efeito de compaixão para os italianos mortos.

O segundo percurso temático é representado pelo conceito de pátria. Logicamente, a estratégia adotada pela imprensa de São Paulo para obter sucesso entre os imigrantes italianos se realizava especialmente por meio da exaltação da terra de origem e do sentimento de compartilhamento fraterno. Depois de ter narrado o fato, o primeiro passo para persuadir o leitor é demonstrar abertamente forte indignação quanto ao que aconteceu com os militares italianos:

*Noi che, innanzi tutto, siamo italiani, uniamo il nostro sdegno a quello degli altri **confratelli** [...] e siamo perfettamente d'accordo con quanto fece il Governo **del nostro Paese**, cioè, una riparazione morale e materiale per l'affronto fatto **al nome italiano**.*

[**Nós que, antes de tudo, somos italianos** juntamos nossa indignação àquela dos outros **confrades** (...) e estamos perfeitamente de acordo com o que fez o Governo **do nosso País**, isto é, uma reparação moral e material pela afronta lançada **ao nome italiano**.]

É interessante destacar a força argumentativa da locução adverbial “*innanzi tutto*”: o enunciador, que no começo do texto pretende comentar o acontecimento de modo objetivo, se mostrando defensor da verdade, sente, porém, a necessidade, aparentemente para se justificar pelo que irá dizer, de evidenciar que é italiano. Antes de qualquer coisa, antes do difícil papel que ele se atribui, o enunciador é italiano e continua italiano apesar das críticas dirigidas ao governo do próprio país, compartilhando com os irmãos italianos a dor pelo trágico evento.

Também no final, apesar de ter mostrado ao longo de seu discurso que não está de acordo com as posições do governo fascista e que muitas das reivindicações lhe parecem exageradas e pouco pertinentes, o enunciador desvia novamente a atenção de seu público dos ataques ao governo fascista e fecha o texto lembrando que não importa quantos erros a classe política possa cometer, porque o amor pela pátria (com inicial maiúscula) está acima de tudo:

*E questi voti, questa dichiarazione la facciamo noi pure **con tutto l'entusiasmo e con tutta la fede di ferventi italiani**: poiché l'amore e la fede nella Patria stanno al di sopra degli errori che un governo possa commettere.*

[E estes votos, esta afirmação nós também a fazemos **com todo o entusiasmo e com toda a fé de italianos fervorosos**: porque **o amor e a fé na pátria estão acima** dos erros que um governo pode cometer.]

Também o discurso do *Fanfulla* passa pela afirmação do conceito de pátria, de tal forma que os leitores possam se identificar com o jornal. Com efeito, a doutrina fascista da qual estão impregnadas as páginas do *Fanfulla*, sendo extremamente anti-individualista, constrói a imagem de um homem que se identifica com a nação, que para ela está sempre disposto à ação e à luta. O texto F2 funda-se exatamente nesse sentimento patriótico, que é citado de forma recorrente ao longo de todo o editorial. Seguem alguns exemplos:

1) *L'Italia è grande ed è forte: in grado di imporre il rispetto a qualunque governo e a qualunque popolo, per grande e forte che sia.*

[A Itália é grande e forte: capaz de impor o respeito a qualquer governo e a qualquer povo, grande e forte que seja.]

2) *Noi vogliamo che in qualunque remoto angolo del mondo, il più povero e modesto dei nostri braccianti, dei nostri contadini, levando gli occhi verso il vessillo della Patria lontana – santo drappo tinto dal sole delle battaglie, dilaniato dai proiettili nemici, arrossato dal sangue dei nostri martiri – si senta protetto.*

[Nós queremos que em qualquer remoto canto do mundo, o mais pobre e modesto dos nossos trabalhadores, dos nossos camponeses, levantando os olhos à bandeira da Pátria distante – símbolo sagrado tingido pelo sol das batalhas, dilacerado pelos projéteis inimigos, avermelhado pelo sangue dos nossos mártires – se sinta protegido.]

De acordo com objetivo de suscitar emoção lembrando a pátria, destacamos – como já observado no texto D1, de *La Difesa* – o termo hiperbólico “*martiri*”, que indica as gerações anteriores e implicitamente faz referência aos sacrifícios que elas fizeram. A ênfase é também posta nos adjetivos relativos à bandeira italiana, o “*santo drappo*” [símbolo sagrado], que é “*dilaniato*” [dilacerado] e “*arrossato dal sangue*” [avermelhado pelo sangue].

É interessante destacar que a partir de alguns trechos selecionados do *Fanfulla* podemos entender melhor as diretrizes do pensamento fascista e, em particular, aquelas que remetem a um ideal de homem ativo, comprometido com a luta na qual investe todas as suas energias; um homem virilmente consciente das dificuldades que existem, mas pronto para enfrentá-las. Tradicionalmente, o fascismo concebe a vida como uma luta, pensando que cabe ao homem conquistar uma posição digna, fazendo, antes de tudo, de si mesmo o instrumento

(físico, moral e intelectual) para construí-la.¹⁴³ Assim como é exaltado o sentimento patriótico, são também exaltadas as qualidades do homem fascista, forte e pronto à batalha, e em seguida o próprio Mussolini, que encarna esse ideal:

1) *Ma se non troviamo in qualche altro popolo eguali tendenze pacifiche [...] abbiamo delle belle e superbe navi e imbarcati su di esse baldi marinai dai petti di bronzo, temprati alle lunghe, aspre fatiche dei mari, equipaggi che conoscono la vittoria. Sulle schiere dei nostri marinai, sulle bocche, sapientemente dirette dei nostri cannoni, l'onore e gli interessi d'Italia sono bene affidati.*

[Mas se não encontramos em nenhum outro povo iguais tendências pacíficas [...] **temos belos e superbos navios e neles embarcados destemidos marinheiros com peito de bronze, endurecidos pelas longas e amargas dificuldades dos mares, tripulações que conhecem a vitória.** Sobre as fileiras de nossos marinheiros, sobre as bocas, sabiamente direcionados nossos canhões, **a honra e os interesses da Itália** estão bem confiadas.]

2) *Importava creare il fatto compiuto.
Benito Mussolini lo ha creato.
Nessuna incertezza dunque, nessuna viltà.*

[Importava criar o fato acabado.
Benito Mussolini o criou.
Nenhuma incerteza então, nenhuma covardia.]

Em linha com o que evidenciamos no texto D1, o conceito de pátria no texto F2 está associado também àquele de liberdade, mas com feições diferentes que remetem ao conceito de homem forte e determinado. Se em *La Difesa* eram os pais, “os mártires puríssimos”, que tinham “derramado lágrimas e sangue” para garantir a liberdade de seus filhos, no texto F2 são os militares e os soldados que agem para conquistar a liberdade: eles são definidos como “argonautas da liberdade”, ou seja, heróis que se lançam à conquista dos ideais:

Non è ispirata a sopraffazione e a spirito di conquista l'azione dei nostri soldati e marinai – argonauti della libertà.

[Não é inspirada à subjugação e ao espírito de conquista a ação dos nossos soldados e marinheiros – **argonautas da liberdade.**]

Os exemplos propostos mostram que, enquanto *La Difesa* procura evidenciar a má conduta dos fascistas, os percursos temáticos do *Fanfulla* se concentram, ao contrário na exaltação da força e da coragem de Mussolini e dos italianos que o apoiam.

¹⁴³ Cf. Enciclopedia Treccani.

4.2.6 Considerações acerca do *ethos*

Diante dos elementos analisados, podemos refletir sobre o tipo de imagem construída no editorial D2:

1. É uma voz que se mostra objetiva, que sabe apresentar a seus leitores os acontecimentos assim como ocorreram porque conhece nos pormenores a política italiana e internacional;
2. É um italiano que sabe reconhecer as atitudes corretas de seu governo, mas, ao mesmo tempo, não perde aquela capacidade crítica que lhe provém de sua integridade moral;
3. É um italiano que sofre pela morte de outros italianos e se une ao luto dos conterrâneos;
4. É um cristão que defende a doutrina católica e suas celebrações;
5. É uma voz que encarna as aspirações das mentes livres e que apoia o progresso civil e político internacional.

4.3 Editorial (D3) - *La Difesa* de 17 de janeiro de 1924

No dia 11 de janeiro de 1924, *O Estado de S. Paulo* (doravante, OESP) publica na quarta página um editorial assinado por “*Spectator*” e intitulado: “*Nitti e o ‘fascismo’ – ‘A Europa em perigo. Que fará a America?’ - Como o annuncio da publicação dessa obra foi recebido pelos ‘fascistas’ romanos*”. Após uma introdução bastante elogiosa sobre a figura de Francesco Saverio Nitti¹⁴⁴, o jornalista informa os leitores sobre o assalto à sua residência, ocorrido em Roma, no dia 29 de novembro do mesmo ano. O texto relata que cerca de duzentos fascistas armados se introduziram com violência na casa de Nitti, danificando os móveis e ameaçando a família inteira, que foi salva pela chegada dos *carabinieri* (polícia militar italiana). A motivação do ataque parece ser, segundo *Spectator*, a iminente saída do livro de Nitti intitulado “*A Europa em perigo. Que fará a América?*”, no qual é apresentado um quadro pessimista da situação política e econômica na Itália. Na última parte do editorial são apresentadas as opiniões de alguns jornais italianos, a maioria dos quais condena o fato.

A reação do *Fanfulla* é imediata: no dia seguinte, 12 de janeiro, Giovanni Miceli, editorialista do jornal, publica o seguinte editorial: “*Nitti contro l’Italia – La campagna di denigrazione*” [Nitti contra a Itália – A campanha de difamação]. Trata-se de um texto no qual o foco não é os acontecimentos de Roma, mas a tentativa de demonstrar a má-fé de Nitti, acusado de atacar a honra do Estado italiano no estrangeiro por meio de colaborações com jornais internacionais.

Finalmente, no dia 17 de janeiro, *La Difesa*, que naquela época era bissemanal, publica o editorial intitulado “*Chi è il denigratore?*” [Quem é o difamador?]. Após ter lembrado os fatos ocorridos em Roma, o texto se transforma substancialmente em uma resposta em defesa de Nitti contra os ataques desfechados por Miceli.

Uma observação se impõe. Apesar de ser aparentemente um jornal “externo” à vida da comunidade italiana, o editorial do OESP chama a nossa atenção particularmente por uma razão: é prova de certo interesse da imprensa paulistana pela situação política italiana daquele período e podemos destacar alguns elementos desse texto para entender qual era seu posicionamento em relação a ela. Um aspecto não indispensável para nossa análise, mas que pode despertar certa curiosidade, é que o texto foi provavelmente traduzido para o português

¹⁴⁴ Francesco Saverio Nitti (1868-1953). Homem político, professor de ciências das finanças, deputado liberal de esquerda, foi eleito várias vezes Ministro nos governos Orlandi e Giolitti. Na qualidade de Primeiro Ministro (1919-1920) fez aprovar a introdução do sistema eleitoral proporcional: mas não conseguiu resistir aos contínuos ataques da direita italiana. Exiliado na Suíça e na França, colaborou com prestigiosos jornais internacionais e escreveu uma trilogia sobre a situação política na Europa: *L’Europa senza pace*, *La decadenza dell’Europa* e *La tragedia dell’Europa*. Voltou à Itália em 1945. Cf. ZANICHELLI, 1975.

ou escrito diretamente por um jornalista italiano antifascista com um pseudônimo. Antes da assinatura é colocada a data e é indicado o lugar em que o texto foi escrito: *Roma, 30 de Novembro* (vide anexo); no título a palavra “anúncio” é escrita em italiano, “*annuncio*” e, além disso, algumas expressões lembram daquelas utilizadas em *La Difesa*¹⁴⁵, o que nos leva a pensar que naquele momento histórico havia jornalistas italianos (provavelmente também antifascistas) colaborando com o maior jornal paulistano¹⁴⁶.

4.3.1 Cenografia

O texto D3 traz o título “*Chi è il denigratore?*” [Quem é o difamador?], que remete ao título “*Nitti contro l’Italia – la campagna di denigrazione*” [Nitti contra a Itália – A campanha de difamação] e presumivelmente ao assunto do editorial publicado no jornal *Fanfulla*. Maingueneau afirma que uma prática comum frequentemente utilizada pelos jornais é deixar entrever, atrás de um enunciado, outros enunciados ou fragmentos desses: “esse recurso é uma verdadeira mania nos títulos de artigos de alguns jornais” (MAINGUENEAU, 2011, p. 172). A função alusiva desses títulos normalmente não instaura uma relação de sentido relevante entre os fragmentos evocados e os enunciados que se constroem com base nos primeiros, mas cria um efeito de atração à leitura da parte do leitor, que tende a estabelecer uma relação entre dois enunciados.

No caso do texto D3, contudo, achamos que a função alusiva do título não evoque um simples efeito de aproximação entre enunciados aparentemente similares, mas seja o meio pelo qual o enunciador introduz um discurso, ao contrário, altamente polêmico; novamente, Maingueneau evidencia a passagem de um texto simplesmente alusivo para um texto verdadeiramente *subversivo*: “há *subversão* quando o texto que imita visa desqualificar o texto imitado” (MAINGUEANEAU, 2011, p. 173).

Estamos confrontados, portanto, com um discurso polêmico, que chama a nossa atenção não somente pelas suas características intrínsecas, mas também porque é índice de um processo polifônico. Com efeito, o texto evoca implicitamente outros discursos: não somente aqueles específicos do *Fanfulla* e do OESP, mas – como destacam os teóricos da análise do

¹⁴⁵ Em particular quando se refere à Itália como “berço do direito e da liberdade”.

¹⁴⁶ Gattai (2009) conta que o pai dela, Enrico Gattai, imigrante italiano e anarquista, costumava ler o *Estado de S. Paulo*: “Todas as manhãs, depois do café, papai lia me primeira mão *O Estado de São Paulo*, único diário comprado em casa. [...] ficava mergulhado nos artigos políticos, inteirando-se dos acontecimentos do mundo através dos telegramas do noticiário matutino”. E ainda: “com uma tesoura recortou o noticiário sobre Sacco e Vanzetti: o artigo de Pietro Nenni e ainda outro, de um jornalista também italiano, Umberto Terracini” (GATTAI, 2009, p. 54, p. 96).

discurso, é o espelho do macrodiscurso social no qual uma infinidade de discursos diversos opera e interage.

O discurso polêmico é um processo conflituoso e de fricção de vozes discordantes que se fundamenta na diferença de pontos de vista, de objetivos e de visões do mundo: “é uma forma dialógica. Confrontam-se discursos diferentes, opostos, por alguns aspectos, inconciliáveis, em conflito entre eles; a palavra do enunciador domina o fluxo de palavras, entretanto, outras vozes se manifestam” (ANGENOT, 1995, p. 284)¹⁴⁷.

Paradoxalmente, se por um lado a prática polêmica pode ser considerada como manifestação de liberdade de expressão e de procura da verdade, por outro, uma vez que seu foco é a supressão do adversário e o seu silêncio, o discurso polêmico se traduz em violência repressiva¹⁴⁸. Em geral, o aspecto que caracteriza o discurso polêmico é que o conjunto de suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas se encontra ao serviço de um objetivo dominante, isto é, desqualificar o seu alvo, “matar” metaforicamente o adversário discursivo. Esse ato repressivo consiste mais especificamente em recusar-se a entender o adversário, não escutá-lo e fazer com que também os outros não o escutem. A troca polêmica, assim como apresentada nos textos D3 e F3, é um diálogo entre surdos que não querem se escutar; mais do que um verdadeiro diálogo, a polêmica é uma confrontação de dois monólogos cujas posições são firmes e fechadas a qualquer alteridade.

Diante disso, é evidente que o esforço do discurso polêmico não é dirigido para convencer um adversário absolutamente despersuadível, mas sim para conquistar o público: o discurso polêmico é uma dinâmica entre três termos: os dois antagonistas e um terceiro, representado pelo público leitor: “o discurso polêmico é, essencialmente um discurso que se manifesta como espetáculo, que se inscreve em uma estrutura de teatro. A polêmica é uma cena; uma cena onde, através da história, se atua o drama da liberdade – e do recalçamento – da diferença”¹⁴⁹ (FELMAN, 1979, p. 192).

Conforme destacado por Kerbrat-Orecchioni (1980), o discurso polêmico se caracteriza pelos fatos de que: 1) a polêmica é um objeto de natureza verbal traduzido em

¹⁴⁷ “[...] est une forme dialogique. S’y affrontent des discours divers, opposés, par certains aspects inconciliables, en tension les uns contre les autres; la parole de l’énonciateur domine cet afflux de paroles, mais cependant des voix diverses se font entendre.”

¹⁴⁸ Cf. FELMAN, 1979, p. 190. “La polémique, ainsi, est constituée par un paradoxe : tout en témoignant — par son exercice même — de la liberté, elle s’exerce par une violence répressive; son enjeu est tout autant, et du même coup, la liberté et la répression.” [A polêmica, desta forma, é contida por um paradoxo: enquanto testemunha — conforme seu mesmo exercício — da liberdade, ela se exerce por meio de uma violência repressiva : seu objetivo é ao mesmo tempo a liberdade e a repressão.]

¹⁴⁹ “Le discours polémique est, essentiellement, un discours qui se donne en spectacle, qui s’inscrit dans une structure de théâtre. La polémique est une scène; une scène où, à travers l’histoire, se joue le drame de la liberté — et du refoulement — de la différence”.

palavras; 2) esse objeto verbal é de natureza dialógica e implica a existência de dois antagonistas (*La Difesa* contra Giovanni Miceli do *Fanfulla*); 3) o discurso polêmico é sempre visto como contradiscurso, no qual os antagonistas estão em desacordo sobre certos pontos importantes, compartilhando, contudo, algumas regras discursivas gerais: se não existir essa compreensão das regras do “jogo”, não haverá adversários capazes de se entenderem acerca do terreno-base sobre o qual constroem seus ataques: “quando se faz uma discussão, é preciso que os parceiros da interação partam de um ponto comum. Não se pode divergir a não ser sobre um acordo mínimo. [...] O ponto de partida comum não é suscetível de discussão” (FIORIN, 2015, p. 210). Kerbrat-Orecchioni (1980) aponta para um elemento importante: a partir do momento em que envolve as paixões, o discurso polêmico precisa ser assumido pelo enunciador, mas, ao mesmo tempo, sendo um discurso persuasivo, é voltado também em direção de seu público que deve ser convencido. Por isso esse tipo de discurso é fortemente marcado do ponto de vista enunciativo: o alvo é necessariamente mencionado no enunciado (no caso, o alvo é o editorialista do *Fanfulla*, Giovanni Miceli, ao qual se faz referência implícita no título e explícita no corpo do texto) e o enunciador e o enunciatário estão igualmente inscritos na superfície discursiva.

No texto D3, o título implicitamente agressivo, proposto sob forma de pergunta, produz por si só um inegável efeito de atração: o objetivo do enunciador é, de fato, tentar anular os ataques contra Nitti divulgados pela imprensa “inimiga” (lembremos que *La Difesa* foi o último dos três jornais a publicar a notícia) e, para conseguir esse objetivo, precisa captar o interesse dos leitores, fazendo com que eles leiam a matéria. Depois disso, em seu discurso, o enunciador tentará descreditar seu adversário com todos os meios à sua disposição, demonstrando que as informações publicadas pelo *Fanfulla* são calúnias contra a pessoa de Nitti, divulgadas para diminuir o impacto do assalto à sua residência. De acordo com Angenot (1995), essa técnica argumentativa se insere no quadro da “*réfutation*” [confutação]: “nomearemos confutação qualquer raciocínio e qualquer meio persuasivo que vise provar que uma proposição do adversário é falsa, incoerente ou inadequada” (ANGENOT, 1995, p. 215)¹⁵⁰.

Analisando a cenografia construída no texto F3, podemos observar que se trata igualmente de uma contrarresposta ao precedente artigo do OESP. No entanto, a estratégia adotada é mais cautelosa comparada àquela do texto de *La Difesa*, pois para o *Fanfulla* seria imprudente atacar abertamente o jornal mais famoso de São Paulo. As críticas ao autor do

¹⁵⁰ “On nommera *réfutation* tout raisonnement et tout moyen persuasif visant à prouver qu’une proposition de l’adversaire est fausse, incohérente ou inadéquate.”

editorial são, de fato, modalizadas e precedidas por demonstrações de grande respeito pelo jornal e por seus jornalistas: “*Noi ammiriamo l’alto ingegno degli scrittori dell’Estado, ma siamo sicuri che, più che dell’ingegno, essi sono fieri della loro qualità di galantuomini e di gentiluomini*” [Nós admiramos o grande talento dos escritores do Estado, mas temos certeza de que, mais que do talento, eles são orgulhosos de suas qualidades de cavalheiros e de gentis-homens].

O enunciador do *Fanfulla* retoma o discurso do outro em todas as suas partes, não para criticar o posicionamento do colega, mas sim para ter um pretexto válido para realizar seu verdadeiro intento, ou seja, desvalorizar a figura do político italiano, culpado, segundo Miceli, de utilizar métodos de difamação contra a Itália no estrangeiro, conforme citado no título: “Nitti contra a Itália – A campanha de difamação”. Usando as palavras do outro, o enunciador não se propõe como aquele que ataca, mas sim como aquele que “corrige” as informações dadas, demonstrando que são incompletas ou errôneas:

1) *Ma poiché Spectator segue a grandi linee la carriera politica del Nitti, dobbiamo alla nostra volta seguire la sua prosa per correggerne le inesattezze.*

[Mas uma vez que Spectator segue em linhas gerais a carreira política do Nitti, temos, por nossa vez, que seguir a sua prosa para corrigir as imprecisões.]

2) *Spectator scrive che “si sono attribuite al Nitti due colpe” [...] evidentemente lo scrittore allude al Patto di Londra, ma dimentica che [...].*

[Spectator escreve que “se atribuíram a Nitti duas culpas” (...), evidentemente, o escritor faz alusão ao Tratado de Londres, mas esquece que (...).]

Se por um lado o recurso ao discurso direto visa criar um efeito de autenticidade – “eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador” (MAINGUENEAU, 2011, p. 141) – por outro lado alivia a responsabilidade do enunciador e determina um certo distanciamento com o que é dito: o enunciador citante não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume. Ao mesmo tempo, o enunciador que retoma as palavras do outro cria um terreno fértil para direcionar o discurso rumo ao seu objetivo, que no caso do texto F3 é criticar o político italiano: “o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2011, p. 141). Vê-se o exemplo que segue, no qual o

enunciador do *Fanfulla* retoma as palavras do OESP, citadas entre aspas, mas inseridas como parte introdutória de um discurso próprio que objetiva a desqualificação de Nitti:

Spectator dice del Nitti che “accolse con serenità filosofica l’istituzione del nuovo regime”. Spectator non ha visto bene o ha visto tardi e da lontano. Il Nitti fece di più che “accogliere serenamente” il nuovo regime fascista. Fece molto di più. Simulò il compiacimento, scrisse che il fascismo attuava le sue idee!

[Spectator diz do Nitti que “recebeu com serenidade filosófica a instituição do novo regime”. Spectator não observou bem ou observou tardiamente e de longe. O Nitti fez mais do que “abraçar serenamente” o novo regime fascista. Fez muito mais. Simulou a complacência, escreveu que o fascismo implementava as suas ideias!]

Fiorin (2015), analisando as técnicas argumentativas, explica que, em uma discussão, uma das táticas empregadas para atacar o ponto de vista do adversário é explorar as palavras do outro, manipulando-as e distorcendo-as conforme o próprio objetivo. Nas frases citadas, os enunciadores dos dois jornais citam textualmente e entre aspas as afirmações do outro jornalista:

É preciso que a distorção permita refutar a perspectiva do outro mais facilmente, mas seja difícil de perceber para os que acompanham a discussão. Um modo de fazer isso é retirar do contexto uma afirmação. Esse desvirtuamento será mais eficaz, quando se cita o outro literalmente. (FIORIN, 2015, p. 217)

Com efeito, se em *La Difesa* o ataque ao *Fanfulla* é mais direto e evidente, o *Fanfulla* em alguns momentos aplica essa estratégia argumentativa de forma mais sutil, sem atacar o OESP abertamente, mas tirando as frases de seu contexto e, dessa maneira, desvirtuando seu significado original.

A inteira cenografia criada pelo enunciador do *Fanfulla* e que validará o seu discurso é baseada na construção de um sentimento de aversão contra Nitti, considerado um “*uomo nefasto*” [homem nefasto] e inimigo da pátria. Desde os primeiros parágrafos, a finalidade do editorial é atacá-lo, enfatizando os eventuais erros cometidos ao longo de sua carreira política e diminuindo suas qualidades¹⁵¹.

¹⁵¹ A estratégia de desqualificar o adversário é muito empregada no discurso político: um sujeito que se opõe a um adversário deve demonstrar a fraqueza e o perigo dos valores e das ideias do outro. Uma vez que uma argumentação muito elaborada poderia não ser apreendida completamente pelo público, a argumentação política se reduz, na maioria dos casos, a ataques *ad hominem*, evidenciando suas contradições, a incapacidade de manter promessas ou questionando sua probidade. No discurso polêmico, assim como no político, a imagem do enunciador, resultado dessa estratégia, poderá ser apreciada ou não: uma imagem combativa poderá ter sucesso

Por último, apesar de nosso foco ser a análise de *La Difesa*, algumas observações sobre a cenografia criada no editorial do OESP.

Não tendo analisado nenhum texto do OESP até o momento presente, podemos apenas supor que no período em que na Itália prorrompia o fascismo, o jornal paulistano poderia ter se posicionado ideologicamente de um lado ou de outro, mas provavelmente não participava de modo direto do conflito que ocorria entre jornais antifascistas e os que tinham se alinhado ao regime. Sabe-se que a objetividade em um jornal não existe e o que pode parecer imparcial é fruto de uma construção que faz crer que ele é imparcial: atrás de uma participação “discreta”, é possível que também o OESP adotasse determinada postura.

No editorial apresentado, a notícia do assalto a Nitti aparece em quarta página, índice de uma relevância menor atribuída a esse assunto em relação a outros mais especificamente brasileiros. Como citado, o título é o seguinte: “*Nitti e o ‘fascismo’ – ‘A Europa em perigo. Que fará a América?’ – Como o annuncio da publicação dessa obra foi recebido pelos ‘fascistas’ romanos*”. O que chama imediatamente a atenção é que as palavras “fascismo” e “fascistas” são escritas entre aspas (vide anexo). Conforme destacado por Mainguenu (1987), pode ser que o enunciador, seguindo uma deontologia languageira, empregue as aspas simplesmente porque está se referindo a palavras estrangeiras. No entanto, o alcance semântico das aspas e o interesse que elas despertam analisando um discurso derivam do caráter imprevisível e de sua relação com o implícito:

Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que se mantém à distância alguns termos, é mantê-los à distância, realizando esse ato agindo como se fosse legítimo. Daí a eficácia desse mecanismo. Fora de contexto não existe possibilidade alguma de interpretar uma colocação de aspas; para fazê-lo é preciso reconstruir a significação da qual as aspas são o índice. Não se entendem as intenções do autor, mas relacionam-se as aspas ao conjunto do movimento da enunciação e à formação discursiva em que ela se inscreve. (MAINGUENEAU, 1987, p. 64)¹⁵²

Quando o enunciador coloca as palavras entre aspas está chamando a atenção do destinatário para o simples fato de estar empregando exatamente as palavras que está aspeando; destacando-as, ele delega ao destinatário a tarefa de compreender a razão pela qual ele está

entre os leitores que precisam se identificar com um *ethos* forte, que sabe lutar (como no caso do *Fanfulla* e *La Difesa*), enquanto será rejeitada por aqueles que preferem um *ethos* inteligente e moderado. Cf. CHARAUDEAU, 2011, p. 93.

¹⁵² “Mettre entre guillemets, c’est ne pas dire explicitement que l’on tient à distance certains termes, c’est les tenir à distance, accomplir cet acte en faisant comme s’il était légitime de le faire. E là l’efficacité de ce mécanisme. Hors contexte, il n’existe aucune possibilité d’interpréter une mise entre guillemets: pour le faire on doit reconstruire la signification de l’opération dont les guillemets sont la trace. On ne vise pas les intentions de l’auteur mais on rapporte les guillemets à l’ensemble du mouvement de l’énonciation et à la formation discursive dans laquelle il s’inscrit.”

chamando assim sua atenção e de interpretar o que essas palavras podem significar naquele contexto.

É essa a sensação que se tem ao ler o título do editorial do OESP: parece que o enunciador quer evidenciar as palavras “fascismo” e “fascistas”, mas não quer ou não pode se comprometer e deixa ao leitor a obrigação de interpretá-las. Não é possível entender se elas têm uma conotação positiva ou negativa: nem o subtítulo fornece informações ulteriores. Também ao longo do texto se percebe que o enunciador oscila entre: a) o desejo de tomar a defesa de Nitti – do qual faz uma espécie de panegírico inicial; b) a vontade de acusar os fascistas pela atitude violenta; e c) a necessidade de se manter “imparcial”, delegando a responsabilidade da fala aos jornais italianos:

a) Francisco Xavier Nitti não é um desconhecido na Itália e no estrangeiro [...] autor de inúmeras publicações, algumas das quais apreciadíssimas e traduzidas em vários idiomas [...] prestou grande serviços à Itália e à ciência. Durante a guerra ofereceu seus filhos à pátria [...]. Trabalhador incansável, estudioso, orador convincente é, antes de tudo, um espírito positivo e realista [...].

b) Esse proêmio era necessário para lastimar um gravíssimo atentado de que foi teatro Roma, berço do direito e da liberdade [...] atentado não isolado, porque veio coroar uma longa série de perseguições, de que tem sido alvo o Sr. Nitti por parte de intolerantes partidários do “fascismo”.

c) Pouparamos ao leitor os pormenores dessa série e passamos a relatar, objetiva e imparcialmente, através do que publicam os jornais romanos de todos os matizes, o ultimo incidente.

É bem verdade que, nos primeiros dois exemplos, o tom da voz do enunciador do OESP é muito envolvido no assunto tratado, como demonstrado pelo uso dos superlativos absolutos sintéticos “publicações *apreciadíssimas*” e “*gravíssimo* atentado”. No último trecho, ao contrário, o enunciador se mostra mais pacado para transmitir ao leitor a sensação de sua imparcialidade diante do “incidente”.

4.3.2 Sobre a categoria pessoa

No primeiro parágrafo do texto D3, o enunciador marca a presença do leitor utilizando uma 3ª pessoa do plural:

Tutti coloro che leggono giornali non devono avere dimenticato la disastrosa impressione prodotta negli ultimi giorni di novembre, quando i giornali diedero la notizia dell'assalto alla casa dell'on. Nitti.

[**Todos aqueles que** leem jornais não devem ter esquecido a desastrosa impressão produzida nos últimos dias de novembro, quando os jornais deram a notícia do assalto à casa do exmo. Nitti.]

*Fu un senso di disgusto e di sgomento che invase **tutti coloro che** ancora speravano in un ritorno alla legalità ed alla pacificazione degli animi.*

[Foi uma sensação de desgosto e desânimo que invadiu **todos aqueles** que ainda esperavam um retorno à legalidade e à pacificação dos ânimos.]

Conforme evidenciado por Kerbrat-Orecchioni, em um discurso polêmico o destinatário está sempre presente na enunciação: o objetivo do enunciador não é somente persuadi-lo, mas também torná-lo seu cúmplice. No entanto, se observarmos os trechos citados, notaremos que o enunciador não utiliza nem um “nós inclusivo”, nem um “nós exclusivo”, como ocorreu nos editoriais já analisados. A impressão é que ele quer envolver seu destinatário na polêmica que está prestes a começar, mas, ao mesmo tempo, não quer que ele seja diretamente parte dela. Com essa embreagem, o enunciador esvazia seu destinatário de toda subjetividade, tira dele qualquer responsabilidade pelo que será afirmado e o instaura no discurso como simples espectador.

Da mesma forma e para atenuar a sua presença, o enunciador utiliza uma forma que indetermina o sujeito e frequentemente substitui o “nós”:

*[...] per quanto **si possa e si voglia** discutere la política di F. S. Nitti, non **si può** tuttavia negare che sia una delle più colte menti dell'odierna politica italiana.*

[...] por mais que **se possa e se queira** discutir a política de F. S. Nitti, não **se pode** todavia negar que seja uma das mentes mais cultas da moderna política italiana.]

*Ma all'infuori di ciò, tutte le altre accuse che il sig. Miceli lancia contro l'on. Nitti **si direbbe** quasi che hanno l'aria di calunnie.*

[Mas à exceção disso, todas as outras acusações que o sr. Miceli faz contra o exmo. Nitti **se diria** que quase têm o ar de calúnia]

É somente a partir do quinto parágrafo que o enunciador marca diretamente a sua presença por meio de um “nós exclusivo”, que, em linha com a escolha inicial de não atacar

brutalmente seu adversário, é amenizado pelo recurso a verbos subjetivos e modalizadores (como destacado no texto D2)¹⁵³:

1) *Il che, **ci permetta** di dirglielo il sig. Miceli, non **ci sembra** eccessivamente patriottico.*

[O que, **permita-nos** lhe dizer o sr. Miceli, não **nos parece** excessivamente patriótico.]

2) *Abbiamo però fatta una supposizione e nulla più.*

[**Fizemos**, porém, **uma suposição** e nada mais.]

3) *Che l'amnistia concessa [...] sia un atto lodevole neppure **osiamo** affermarlo [...].*

[Que a anistia concedida (...) seja um ato louvável nem mesmo **ousamos** afirmá-lo (...).]

4) *Ebbene, **ci permetta** il sig. Miceli di dirgli che si sbaglia.*

[Pois bem, **permita-nos** o sr. Miceli dizer-lhe que está errado.]

Já no discurso do *Fanfulla* a presença do enunciador é marcada explicitamente ao longo de todo o texto por um pronome “nós”. Em alguns casos, quando é utilizado juntamente ao presente gnômico, o “nós” parece envolver também o destinatário e tornar-se “nós inclusivo”: a força da mensagem é tão indiscutível que qualquer leitor pode se identificar com o que está sendo afirmado. Seguem apenas alguns exemplos:

1) *Noi siamo avversari di ogni violenza: **non approviamo** quella usata alla residenza del Nitti da um gruppo di esaltati.*

[**Nós somos** adversários a toda violência: **não aprovamos** aquela praticada na residência do Nitti por um grupo de enxaltados]

2) *Noi ammiriamo l'alto ingegno degli scrittori dell'“Estado”, ma **siamo sicuri** che, più che dell'ingegno, essi sono fieri della loro qualità [...].*

[**Nós admiramos** o grande talento dos escritores do "Estado", mas **temos certeza** de que, mais que do talento, eles são orgulhosos de sua qualidade (...).]

3) *Preghiamo poi “Spectator” di ricordare che la violenza, che oggi **noi deploriamo** come lui fu introdotta dai socialisti, sotto la protezione del primo ministro Nitti.*

¹⁵³ Sobre a presença linguística do locutor, Kerbrat-Orecchioni diferencia algumas modalidades de apresentação: 1. uma presença explícita, direta, através do “eu” ou de uma de suas variantes; 2. uma presença indireta por meio de expressões afetivas, avaliativas, *modalisadoras*, axiológicas (Cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 175).

[Pedimos, além disso, ao “Spectator” para lembrar que a violência, que hoje **nós lamentamos** como ele foi introduzida pelos socialistas, sob a proteção do primeiro-ministro Nitti.]

4) *Noi benedicemmo e benediciamo al fascismo che ha fatta uscire l'Italia dallo stato di disordine [...].*

[**Nós bendissemos continuamos bendizando** o fascismo que fez sair a Itália do estado de desordem (...).]

No entanto, a presença do destinatário nem sempre é fácil de ser destacada; com efeito, em outras partes do texto F3, o discurso não parece envolvê-lo diretamente:

Ora, noi domandiamo all'autorevole giornale paulistano [...] ma chiediamo noi [...] non credano “Spectator” e gli egregi colleghi dell’“Estado” che abbiamo aspettato di trovarci all'estero per dire chiaro quel che pensiamo del sig. F. S. Nitti.

[Agora, **nós perguntamos** ao respeitável jornal paulistano (...) mas **pedimos nós** (...) não acreditem “Spectator” e egrégios colegas do “Estado” que **esperamos** estar no estrangeiro para dizer claramente o que **pensamos** do sr. F. S. Nitti.]

Kerbrat-Orecchioni, de fato, evidencia que a inscrição do enunciatário em um discurso polêmico às vezes é muito mais indireta que a do enunciador:

Quando ele figura explicitamente no enunciado, está em lugares estritamente circunscritos; e se ele se expande além desses lugares, é para se diluir em zonas em que sua existência se torna incerta. A inscrição do receptor no enunciado é certamente muito mais indireta, tênue e aleatória que aquela do emissor. O enunciatário motiva e orienta a mensagem, mas é o enunciador que a produz e que detém a iniciativa discursiva – e até o direito, se ele assume os riscos disso – de não se preocupar com a existência do outro. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 179)¹⁵⁴

Por outro lado e de acordo com as características do discurso polêmico realçadas anteriormente, a referência ao “adversário” é evidente em ambos os textos (D3 e F3); o *Fanfulla* coloca no meio de seu discurso as palavras de “Spectator”, e *La Difesa*, aquelas de

¹⁵⁴ “Lorsqu’il figure explicitement dans l’énoncé, c’est en des lieux étroitement circonscrits; et s’il se répand au-delà, c’est pour se diluer dans des zones où son existence devient incertaine. L’inscription du récepteur dans l’énoncé est assurément beaucoup plus indirecte, ténue et aléatoire que celle de l’émetteur. L’énonciataire motive et oriente le message, mais c’est bien l’énonciateur qui le produit, et qui détient l’initiative discursive – et jusqu’au droit, s’il en assume les risques, de ne pas se soucier de l’existence de l’autre.”

Giovanni Miceli. Em ambos os textos são citados os nomes dos adversários discursivos; seguem alguns exemplos no *Fanfulla*:

1) *La corrispondenza di "Spectator" è intesa a sfruttare il fatto di cronaca per esaltare Nitti e far la "réclame" al suo prossimo libro [...].*

[A correspondência de "Spectator" é destinada a explorar o fato noticiado para exaltar Nitti e fazer a "propaganda" de seu próximo livro.]

2) *"Spectator" dice del Nitti che "accolse con serenità filosofica l'istituzione del nuovo regime". "Spectator" non ha visto bene o ha visto tardi e da lontano.*

["Spectator" diz do Nitti que "recebeu com serenidade filosófica a instituição do novo regime". "Spectator" não observou bem ou observou tardiamente e de longe.]

3) *Nel principio dell'articolo di "Spectator" è la ragione dell'esaltazione del Nitti: l'ingegno. Lo scrittore è preso da nobile entusiasmo latino davanti al grande ingegno di quest'uomo.*

[No início do artigo de "Spectator" é a razão da exaltação do Nitti: a engenhosidade. O escritor é tomado por nobre entusiasmo latino diante do grande talento deste homem.]

4) *"Spectator" ci dice che Nitti divenne presidente del Consiglio e ministro dell'Interno. Non ci dice come.*

["Spectator" nos diz que Nitti se tornou primeiro-ministro e ministro do Interior. Não nos diz como.]

5) *"Spectator" scrive che si sono attribuite al Nitti due colpe [...].*

["Spectator" escreve que se atribuíram ao Nitti duas culpas (...).]

Outros em *La Difesa*:

1) *Campagna di denigrazione, dice il Miceli [...]. Se il sig. Miceli avesse potuto dimostrare il contrario [...].*

[Campanha de difamação, diz o Miceli (...). Se o sr. Miceli tivesse podido demonstrar o contrário (...).]

2) *"Gli domandammo dove ha preso i dodici milioni che possiede ed egli non ce l'ha detto", afferma il sig. Miceli. Ma sig. Miceli, perché prima che a Nitti, non avete chiesto dove hanno preso le centinaia di milioni a molti pescicani analfabeti (...)?*

["Perguntamo-lhe onde pegou os doze milhões que possui e ele não nos diz", afirma o sr. Miceli. Mas sig. Miceli, porque antes que a Nitti, não perguntou a muitos tubarões analfabetos onde pegaram as centenas de milhões (...).?]

3) *Persino alle quisquiglie ricorre il sig. Miceli per diffamare l'on. Nitti.*

[Até mesmo às ninharias recorre o sr. Miceli para difamar o exmo. Nitti.]

4) *Ma sig. Miceli, dobbiamo proprio chiedervi dove siete andato a cercare siffatte eresie economiche?*

[Ma sr. Miceli, temos mesmo que lhe perguntar onde foi procurar tais heresias econômicas?]

Se, no texto F3, o tom das respostas a “Spectator” não é particularmente agressivo, pois, como já observamos, o *Fanfulla* tenta evitar polemizar abertamente contra o maior jornal paulistano, já em *La Difesa* o poder argumentativo do “sig. Miceli” repetido muitas vezes, quase continuamente, no editorial, é de grande impacto.

Em primeiro lugar, e como aponta Angenot (1995), o emprego do título “sig.”, abreviação de “Signor” [Senhor], permite evidenciar certa distância ativa e, às vezes, dar uma conotação irônica à mensagem. Com efeito, considerando o contexto polêmico em que se encontram esses enunciados, a excessiva cortesia é de se considerar no mínimo suspeita: “*Senhor*, esse título cujo esquecimento na atividade oral dos homens é coisa imprudente ou anormal, se torna uma ofensa quando é impresso” (ANGENOT, 1995, p. 267)¹⁵⁵. A referência ao editorialista do *Fanfulla* muda ao longo do texto: às vezes o enunciador comenta o que “*il sig Miceli*” afirmou (usando a 3ª pessoa do singular), às vezes é diretamente ao “*sig. Miceli*” que ele se dirige (a um “*tu*”), transformando o texto em uma espécie de interrogatório, que visa demonstrar ao leitor as falhas do discurso do adversário e subverter o efeito de sentido do editorial antagonista.

Cabe lembrar, nesse caso, o papel da 3ª pessoa: se geralmente ela representa a não-pessoa oposta ao “eu-tu”, às vezes pode ser utilizada no lugar da 2ª pessoa – o que Fiorin chama de “pessoa subvertida” (2010, p. 84) –, como observado no texto D3. Nesse caso, criam-se dois efeitos de sentido diferentes: empregar a 3ª pessoa no lugar da 2ª indica reverência, como acontece na língua italiana, em que a chamada “forma de polidez” é expressa por uma única forma, isto é, o “*Lei*” [o senhor/a senhora]. No entanto, analisando os parágrafos do texto D3, não parece transparecer nenhuma forma de respeito; muito pelo contrário, nas frases em que é utilizada a 3ª pessoa, o intento é marcadamente de desprezo: “Mas sr. Miceli, temos mesmo que lhe perguntar onde foi procurar tais heresias econômicas?”. Chegamos, portanto, ao segundo efeito de sentido que é criado quando se usa

¹⁵⁵ “‘Monsieur’, ce titre dont l’oubli dans le commerce oral des hommes est chose imprudente ou anormale, devient une offense lorsqu’on l’imprime.”

uma 3ª pessoa no lugar da 2ª, ou seja, se tenta rebaixar o adversário menosprezando-o, como explica Benveniste:

Ele (ou *ela*) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do “tu” (“vós”). De um lado, à maneira de reverência: é forma de polidez que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. De outro lado, em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija “pessoalmente” a ele. Da sua função de forma não pessoal, a “terceira pessoa” tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa. (BENVENISTE, 2005, p. 254)

Com efeito, por meio de uma 3ª pessoa, *La Difesa* se dirige a seu adversário escondendo, atrás de um aparente respeito, o verdadeiro propósito de suas palavras: desqualificar o jornalista do *Fanfulla*.

4.3.3 Sobre a categoria tempo

Nos primeiros três parágrafos do texto D3, observamos o emprego de vários tempos verbais: os tempos que se referem à notícia do assalto pertencem ao sistema enuncivo e criam um efeito de afastamento do ME presente, enfatizado pelo recurso a dêiticos temporais que também marcam um distanciamento do momento da enunciação:

1[...] *la disastrosa impressione prodotta negli ultimi giorni di novembre, quando i giornali diedero la notizia dell'assalto alla casa dell'on. Nitti [...].*

[...] a desastrosa impressão produzida **nos últimos dias de novembro**, quando os jornais **deram** a notícia do assalto à casa do exmo. Nitti.]

2) *Fu un senso di disgusto e di sgomento che invase tutti coloro che ancora speravano in un ritorno alla legalità [...].*

[Foi uma sensação de desgosto e desânimo que **invadiu** todos aqueles que ainda esperavam um retorno à legalidade (...).]

3) *Ora, giorni fa e propriamente l'11 corr. l'“Estado de S. Paulo” pubblicava una corrispondenza da Roma di Spectator, nella quale si narrava l'avvenimento quale era accaduto [...].*

[Agora, **alguns dias atrás** e exatamente no **dia 11 corrente** o “Estado de S. Paulo” **publicava** uma correspondência de Spectator, de Roma, na qual se narrava o incidente como **havia acontecido** (...).]

4) *Il sig. Giovanni Miceli invece **ebbe** la cattiva ispirazione di rispondere [...].*

[O sr. Giovanni Miceli ao contrário **teve** a má inspiração de responder (...).]

De repente, nos enunciados irrompem considerações pessoais evidenciadas por meio de tempos verbais e dêiticos temporais pertencentes ao sistema enunciativo:

1) *[...] per quanto **si possa e si voglia** discutere la politica di F. S. Nitti, **non si può** tuttavia negare che sia una delle più colte menti dell'odierna politica italiana.*

[...] por mais que **se possa e se queira** discutir a política de F. S. Nitti, **não se pode** todavia negar que seja uma das mentes mais cultas da moderna política italiana.]

2) *E quando **si arriva** ad assaltare brigantesamente la casa di un uomo simile nel cuore della Capitale, francamente **c'è** di che sgomentarsi.*

[E quando **se chega** ao ponto de assaltar como bandidos a casa de um homem como esse, no coração da Capital, francamente **há** de que se consternar.]

3) *Comprendiamo che la cosa **non può** essere molto piacevole?*

[Entendemos que isso **não pode** ser muito agradável?]

4) *Ma di chi la colpa, se in Italia **oggi** la violenza **domina** impune e indisturbata anche nella stessa Capitale?*

[Mas de quem é a culpa, se **hoje** na Itália a violência **domina** impune e imperturbada inclusive na própria Capital?]

Nos comentários que seguem e que revelam o espírito crítico do enunciador, o modo e o tempo das orações principais é o *condizionale composto* (futuro do pretérito composto), que indica ações relativas ao MR pretérito e não-concomitantes. Trata-se de fatos fictícios colocados no passado e por isso irrealizáveis. Na primeira frase, o enunciador pergunta ao leitor o que cada italiano imparcial deveria/poderia ter feito diante de uma situação parecida; na segunda frase responde ele mesmo à pergunta. Dessa forma, o enunciador acusa implicitamente o sujeito da ação por meio de um entimema¹⁵⁶: qualquer italiano imparcial

¹⁵⁶ “A palavra entimema, emprestada do grego, pertence à teoria da argumentação retórica e é empregada em dois sentidos diferentes para designar duas formas particulares de discurso silogísticos. Por um lado, o entimema é definido como um *silogismo fundado sobre premissas não seguras, mas somente prováveis*. Na sistemática aristotélica, em que se considera que as exigências do discurso retórico são incompatíveis com o exercício da

deveria simplesmente ter manifestado aflição – ele (Miceli) não fez isso, e portanto não é imparcial:

1) *Di fronte a tale pubblicazione cosa **avrebbe potuto e dovuto fare** ogni italiano imparziale [...]?*

[Diante de tal publicação o que todo italiano imparcial **poderia e deveria ter feito** (...)?]

2) *Non **si sarebbe potuto fare** altro che chinare il capo e lamentare il fatto in se stesso senza neanche farne colpa al giornale che l'aveva pubblicato [...].*

[Não **se teria podido fazer** mais que curvar a cabeça e lamentar o fato em si mesmo sem culpar o jornal que o tinha publicado (...).]

A mesma intenção transparece nas orações condicionais que, lembremos, exprimem tanto as hipóteses como as condições necessárias para a realização de determinado evento; nesse caso, o emprego do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo é usado para indicar que a condição é irrealizável:

*Se il sig. Miceli avesse potuto dimostrare il contrario, se avesse potuto dimostrare che la casa dell'on. Nitti non é mai stata violata, che egli e la sua famiglia godono della libertà che la legge assicura ad ogni cittadino, **se avesse potuto dimostrare** che l'on. Nitti gode di libertà di pensiero e che può liberamente esprimere le sue opinioni, **avrebbe fatta opera patriottica**, non c'è dubbio.*

[Se o sr. Miceli pudesse ter demonstrado o contrário, se tivesse podido demonstrar que a casa do exmo. Nitti nunca foi violada, que ele e sua família gozam da liberdade que a lei garante a cada cidadão, **se tivesse podido demonstrar** que o exmo. Nitti goza de liberdade de pensamento e que pode livremente expressar as suas opiniões, **teria feito obra patriótica**, sem dúvida.]

Todo o parágrafo foi escrito imaginando uma hipótese e utilizando aquilo que em italiano costuma-se chamar *periodi ipotetici del 3° tipo o dell'irrealtà*, onde a hipótese introduzida pelo “se” é seguida por um *congiuntivo trapassato* (pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo) e é claramente irrealizável. Nesse caso, o raciocínio leva a pensar que só podendo demonstrar que o evento não aconteceu (o que é impossível, como indicado na condição da hipótese) ou, ao contrário, demonstrando que Nitti podia expressar livremente suas opiniões (coisa impossível na Itália fascista), Miceli teria agido de forma patriótica; mas as premissas da

inferência científica, essa última é substituída pela inferência retórica. À dedução sologística corresponde o entimema.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 192)

hipótese são impossíveis porque na Itália não é lícito expressar as próprias ideias, conforme afirmado logo em seguida pelo próprio enunciador:

Ma purtroppo ciò non è stato, purtroppo non ha potuto distruggere neanche l'ombra di uno dei fatti narrati, non ha potuto dimostrare che duecento fascisti armati di bombe a mano e di armi da fuoco abbiano in piena Roma assaltata la villa dell'on. Nitti percuotendone i figli e maltrattandone la signora [...].

[Mas infelizmente isso não ocorreu, infelizmente não pôde destruir nem a sombra de um dos eventos descritos, não pôde demonstrar que duzentos fascistas armados com granadas e armas de fogo assaltaram em plena Roma a mansão do exmo. Nitti, agredindo os filhos e maltratando a esposa (...).]

A partir do momento em que o enunciador se lança contra o jornalista do *Fanfulla* e mostra a atitude dele, utiliza o *presente indicativo* conjugado na 3ª pessoa:

1) *Campagna di denigrazione, **dice** il Miceli parlando della corrispondenza dell'“Estado”.*

[Campanha de difamação, **diz** o Miceli falando sobre a correspondência do “Estado”.]

2) *Miceli nella sua pretesa risposta a Spectator **non tenta neanche** di negare i fatti, cioè li **ammette** pienamente, vale a dire **viene** a confermare questa vergogna pel nostro Paese [...].*

[Miceli em sua pretensa resposta a Spectator **nem sequer tenta** negar os fatos, isto é, os **admite** totalmente, quer dizer, vem a confirmar este vergonha para o nosso País (...).]

3) *Ma all'infuori di ciò tutte le altre accuse che il sig. Miceli **lancia** contro l'on. Nitti si direbbe quasi che hanno l'aria di calunnie.*

[Mas à exceção disso, todas as outras acusações que o sr. Miceli **lança** contra o exmo. Nitti se diria que quase têm o ar de calúnia.]

4) *Il sig. Miceli **fa colpa** all'on. Nitti perché sotto di lui il governo di lui furono dai socialisti iniziate le violenze.*

[O sr. Miceli **culpa** o exmo. Nitti porque sob seu governo as violências foram iniciadas pelos socialistas.]

Apesar de serem afirmações relativas ao passado e portanto acabadas e anteriores em relação ao ME presente, o enunciador de *La Difesa*, ao relatar as ações realizadas pelo inimigo discursivo, opta para o emprego do *presente indicativo*. O efeito de sentido que ele quer criar é, talvez, reforçar a ideia de que se trata de um confronto que está acontecendo naquele momento, em toda a sua veemência, um confronto ao qual participa também o leitor enquanto

lê e sobre o qual dará a sua avaliação final. Já observamos que na realidade se trata de um monólogo, mas dessa forma o enunciador consegue passar a impressão de que está tendo um diálogo.

As mesmas estratégias ocorrem também no texto F3 (seguem alguns exemplos):

1) “Spectator” **dice** del Nitti “che accolse con serenità filosofica l’istituzione del nuovo regime”.

[“Spectator” **diz** do Nitti “que recebeu com serenidade filosófica a instituição do novo regime”.]

2) “Spectator” ci **dice** che Nitti divenne presidente del Consiglio e ministro dell’Interno. Non ci **dice** come.

[“Spectator” nos **diz** que Nitti se tornou primeiro-ministro e ministro do Interior. Não nos **diz** como.]

3) “Spectator” **scrive** che si sono attribuite al Nitti due colpe [...].

[“Spectator” escreve que são foram atribuídas a Nitti duas culpas (...).]

No *Fanfulla* o tom parece ser mais pacado: o enunciador diz que “Spectator” “diz”, ou “escreve” e não “culpa” ou “lança contra” como destacado nos exemplos de *La Difesa*. Termos mais “neutros” para atenuar a força de suas palavras, apesar de seu propósito ser o mesmo de *La Difesa*.

4.3.4 Sobre a categoria espaço

No texto D3, destacamos algumas referências relativas ao espaço:

1) *Tutti coloro che leggono giornali non devono avere dimenticata [...] la notizia data nei suoi particolari da tutti i giornali di S. Paulo.*

[Todos aqueles que leem jornais não devem ter esquecido (...) a notícia dada em seus particulares por todos os jornais de **S. Paulo**]

2) *E quando si arriva ad assaltare brigantesamente la casa di un uomo simile **nel cuore della Capitale** [...].*

[E quando se chega ao ponto de assaltar como bandidos a casa de um homem como esse, **no coração da Capital** (...).]

3) [...] *l’Estado de S. Paulo pubblicava una corrispondenza **da Roma** [...].*

[...] O Estado de S. Paulo publicava uma correspondência **de Roma** [...].

4) *Ma di chi la colpa, se **in Italia** oggi la violenza domina impune ed indisturbata anche **nella stessa Capitale**?*

[Mas de quem é a culpa, se hoje **na Itália** a violência domina impune e imperturbada inclusive **na própria Capital**?]

5) *Sì, é vero; **in Italia** si vive sotto il dominio della violenza e del terrore [...] ma é anche vero che **in Italia** si trovano uomini politici senza carattere [...].*

[Sim, é verdade; **na Itália** vive-se sob o domínio da violência e do terror (...), mas é também verdade que **na Itália** se encontram políticos sem caráter (...).]

O lugar de onde escreve o enunciador parece ser São Paulo; com efeito, na primeira citação faz referência à notícia publicada por todos os jornais de São Paulo. Além disso, trata-se de uma correspondência que vem de Roma: a preposição italiana “*da*” [de] que antecede “Roma” indica proveniência, portanto Roma é o lugar de onde se originou a notícia que chegou a São Paulo, lugar da enunciação.

Quanto às outras referências espaciais, não necessariamente parecem estar ligadas a algum lugar definido, pois aparentemente não há nenhum detalhe que indique que o *aqui* da enunciação seja São Paulo ou a Itália. No entanto, o uso reiterado do *presente indicativo* – que transmite o sentido de uma coincidência temporal com o ME –, associado ao lugar “*in Italia*”, “*nel cuore della Capitale*”, “*nella stessa Capitale*”, nos leva a considerar a possibilidade de que, nos momentos nos quais emerge o fervor do enunciador, a sua paixão, ele transforma o lugar da situação enunciativa no lugar do qual está falando, ou seja, a Itália.

No *Fanfulla*, ao contrário, o lugar da enunciação é mais marcadamente identificado com o Brasil:

1) *E qui si presenta una questione preliminare che affrontiamo [...] più volentieri **in questo nobile paese ospitale** [...].*

[E aqui se apresenta uma questão preliminar que enfrentamos (...) com mais disposição **neste nobre país hospitaleiro** (...).]

2) *Il Nitti cominciò la sua carriera attraverso il giornalismo. Rappresentava allora “l’amico di redazione”. Forse neanche **in Brasile** il tipo deve essere sconosciuto.*

[O Nitti começou a sua carreira através do jornalismo. Representava então “o amigo da redação”. Talvez nem mesmo **no Brasil** o tipo deve ser desconhecido.]

3) *Non credano “Spectator” e gli egregi colleghi dell’“Estado” che abbiamo aspettato di trovarci all’estero per dire chiaro quel che pensiamo del sig. F. S. Nitti.*

[Não acreditem “Spectator” e os caros colegas do “Estado” que esperamos **nos encontrar no exterior** para dizer claramente o que pensamos do sr. F. S. Nitti.]

Na primeira frase, em particular, o uso do adjetivo demonstrativo “neste” indica proximidade ao lugar da enunciação. Na última, é a própria afirmação que transmite a informação sobre o lugar “físico” onde se encontra o enunciador.

4.3.5 Estratégias argumentativas

Particularmente nos editoriais D3 e F3, prevalece um discurso altamente polêmico que se apoia sobre diferentes estratégias argumentativas. Conforme salientamos, por sua natureza o discurso polêmico é dialógico, ou seja, prevê dois antagonistas que se batem para que a própria palavra seja mais eficaz do que a do outro diante de um público julgador, nesse caso, os leitores.

Nesse contexto de controvérsias¹⁵⁷ emerge o uso difuso de figuras retóricas que entram em jogo e convergem para a criação de um determinado efeito de sentido; entre os meios argumentativos à sua disposição, o enunciador de um discurso polêmico pode se dirigir diretamente ao auditório, elegendo-o a testemunha; pode convidá-lo a julgar uma determinada situação; pode montar seu discurso de forma que o destinatário tire suas próprias conclusões sobre o assunto debatido. Analisaremos agora nos dois textos algumas das figuras (ANGENOT, 1995) que os enunciadores estão empregando, indicando suas finalidades:

– *Interrogação*: é uma das figuras mais usadas no exercício retórico e consiste em uma frase formulada sob forma de interrogação, mas que constitui, de fato, uma afirmação. Utilizada frequentemente pelo orador para animar a exposição de uma determinada ideia, é expressão dos sentimentos mais fortes, como a cólera, a dúvida, o medo, etc. Seguem alguns exemplos:

1) *Ma di chi la colpa, se in Italia oggi la violenza domina impune e indisturbata anche nella stessa Capitale?* (D3)

¹⁵⁷ “*Divers genres discursifs sont de nature à favoriser le fonctionnement argumentatif des figures. C’est le cas des genres agoniques, tel le libelle, et des genres liés à la parole publique, comme le discours politique.*” [Diversos gêneros discursivos por sua natureza favorecem o funcionamento argumentativo das figuras. É o caso dos gêneros polêmicos, como o panfleto e os gêneros relacionados à palavra pública, como o discurso político.] (BONHOMME, 2009, p. 5)

[Mas de quem é a culpa, se em Itália hoje a violência domina impune e imperturbada inclusive na própria Capital?]

2) *Ma sig. Miceli, perché prima che a Nitti, non avete chiesto dove hanno preso le centinaia di milioni a molti pescicani analfabeti [...]?* (D3)

[Mas sr. Miceli, porque antes que a Nitti, não perguntou a muitos tubarões analfabetos onde pegaram as centenas de milhões (...)?]

3) *Ora noi domandiamo all'autorevole giornale paulistano: - Se uno degli uomini politici più in vista del Brasile, trovandosi lontano dal potere, si esercitasse nella stampa europea a spargere insinuazioni e discredito contro la sua Patria e il suo governo, qual trattamento gli farebbe l'offeso patriottismo brasiliano e qual giudizio esprimerebbe lo stesso "Estado"?* (F3)

[Agora nós perguntamos ao respeitável jornal paulistano: - Se um dos políticos mais proeminentes do Brasil, encontrando-se longe do poder, se exercitasse na imprensa europeia em espalhar insinuações e descrédito contra a Pátria e o governo dele, qual tratamento reservaria o ofendido patriotismo brasileiro e que julgamento expressaria o próprio "Estado"?]

4) *[...] consentirebbe l'"Estado" che uno statista brasiliano andasse in giro per l'Europa a piagnucolare screditando il suo paese?* (F3)

[(...) permitiria o "Estado" que um estadista brasileiro circulasse por toda a Europa choramingando e descreditando o seu país?]

5) *Se il figlio è stato un valoroso soldato che merito ne ha il padre che, durante la guerra, è stato quasi un disfattista?* (F3)

[Se o filho foi um valoroso soldado que mérito tem o pai que, durante a guerra, foi quase um derrotista?]

6) *Domandiamo soltanto a "Spectator", ai nostri egregi colleghi dell'"Estado", che sono dei gentiluomini, se si doveva rilasciare ai disertori il congedo militare con la dichiarazione di aver servito con "fedeltà ed onore"? Se questo non fu un turpe oltraggio ai nostri milioni di combattenti, di feriti, di mutilati, ai nostri seicento cinquantamila morti e alle loro famiglie superstiti?* (F3)

[Pedimos apenas a "Spectator", aos nossos ilustres colegas do "Estado", que são gentis-homens, se se devia emitir para os desertores a licença militar com a declaração de que ele tinha servido com "fidelidade e honra"? Se este não foi um vergonhoso insulto para nossos milhões de combatentes, feridos, mutilados, aos nossos 650.000 mortos e suas famílias sobreviventes?]

Fiorin (2015) chama essas interrogações também de "perguntas capciosas", isto é, perguntas usadas por alguém que quer apresentar uma ideia pressuposta a fim de produzir um comprometimento forçado e indesejado da outra pessoa: "a resposta não pode ser sim ou não,

pois, em qualquer dos casos o indagado estará admitindo o pressuposto” (FIORIN, 2015, p. 210).

– *Subjeção*: é uma interrogação que o orador ou o polemista dirige diretamente a seus leitores ou ao adversário e, pressupondo a resposta, emite logo a réplica. Encontramos um exemplo no texto de *La Difesa*:

Di fronte a tale pubblicazione che cosa avrebbe potuto e dovuto fare ogni italiano imparziale, che non si lasciasse dominare dallo spirito di parte? [...] Non si sarebbe potuto fare altro che chinare il capo e lamentare il fatto in se stesso, senza neanche farne colpa al giornale che l'aveva pubblicato [...]. (D3)

[Diante de tal publicação o que poderia e deveria ter feito todo italiano imparcial, que não se deixasse dominar pelo espírito partidário? (...) Não **se poderia ter feito** mais que curvar a cabeça e lamentar o fato em si mesmo sem culpar o jornal que o tinha publicado (...).]

– *Testemunho*¹⁵⁸: o enunciador apela para a avaliação de um especialista qualificado ou, na maioria das vezes, invoca a adesão universal (utilizando expressões como “todas as pessoas de bom senso”, “qualquer pessoa normal”, etc.), a qual apresenta um enunciado cuja evidência lhe parece tão óbvia que não precisa ser demonstrada. Trata-se de uma estratégia para criar um *ethos* que se mostra repleto de bom senso diante das imposturas. Observemos os exemplos:

1) *Di fronte a tale pubblicazione che cosa avrebbe potuto e dovuto fare ogni italiano imparziale, che non si lasciasse dominare dallo spirito di parte? [...] (D3)*

[Diante de tal publicação o que poderia e deveria ter feito todo italiano imparcial, que não se deixasse dominar pelo espírito partidário? (...)]

2) *Per tutto questo noi, che sosteniamo che non basta l'ingegno, privo di probità ad assicurare diritto di cittadinanza fra la gente per bene [...] (F3)*

[Por tudo isso nós, que afirmamos que não basta apenas o talento, desprovido de probidade para garantir o direito de cidadania entre as pessoas de bem (...).]

– *Subversão do contradiscurso*: quando uma citação do discurso adversário é introduzida em um novo contexto – cuja lógica lhe é hostil –, muda suas características e subverte suas

¹⁵⁸ Tradução do francês “*témoignage*”.

intenções. O novo contexto faz surgir discrepâncias ideológicas; o enunciador se apropria do discurso alheio e altera o sentido, colocando, não raramente, pequenas reflexões discordantes destinadas a mostrar o *não-dito*. Seguem os exemplos:

1) *Gli domandammo dove ha preso i dodici milioni che possiede ed egli non ce l'ha detto*", afferma il sig. Miceli. Ma, sig. Miceli, perché prima che a Nitti, non avete chiesto dove hanno presi le centinaia di milioni a molti pescicani analfabeti arricchiti durante la guerra e che a guerra finita si sono messi a fare i patrioti, sussidiando lautamente le spedizioni fasciste? (D3)

[“Perguntamo-lhe onde pegou os doze milhões que possui e ele não nos diz”, afirma o sr. Miceli. Mas sig. Miceli, porque antes que a Nitti, não perguntou onde pegaram as centenas de milhões a muitos tubarões analfabetos enriquecidos durante a guerra e que acabada a guerra se tornaram patriotas, ajudando abundantemente as expedições fascistas?”]

2) *E con tanto lavoro, con tanto nome vi meravigliate se egli [Nitti] possiede dodici milioni? Strano: trovate giustificato che un analfabeta possieda cento milioni e non sapete comprendere come una delle più vaste mentalità d'Italia, certo l'uomo di maggior cultura della politica italiana ne possieda dodici.* (D3)

[E com tanto trabalho, com tamanho nome voce fica surpreso se ele [Nitti] possui doze milhões? Estranho: você justifica que um analfabeto possua centenas de milhões e não consegue entender como uma das maiores mentes italianas, certamente o homem mais culto da política italiana possua doze milhões.]

3) *Nitti é colpevole – secondo il sig. Miceli – di non avere risolto il problema di Fiume. Ma, perché non l'hanno risolto gli altri governi prima e dopo di Nitti [...] e perché in più di un anno di governo non è riuscito a risolverlo l'on. Mussolini, l'uomo cannone che doveva in ventiquattro ore mettere a posto il mondo intero?* (D3)

[Nitti é culpado – de acordo com o sr. Miceli – de não ter resolvido o problema de Fiume. Mas, por que não o resolveram os outros governos antes e depois de Nitti [...] e por que em mais de um ano de governo não conseguiu resolver o exmo. Mussolini, o homem-fera que em 24 horas devia arrumar o mundo inteiro?]

4) *“Spectator” dice del Nitti “che accolse con serenità filosofica l'istituzione del nuovo regime”. “Spectator” non ha visto bene o ha visto tardi e da lontano. Il Nitti fece di più che “accogliere serenamente” il nuovo regime fascista. Fece molto di più. Simulò il compiacimento, scrisse che il fascismo attuava le sue idee! Al tempo stesso continuò nelle colonne dei giornali stranieri la sistematica denigrazione.* (F3)

[“Spectator diz do Nitti “que recebeu com serenidade filosófica a instituição do novo regime”. “Spectator” não observou bem ou observou tardiamente e de longe. O Nitti fez muito mais do que “receber serenamente” o novo regime fascista. Fez muito mais. Simulou a complacência, escreveu que o

fascismo implementava as suas ideias! Ao mesmo tempo continuou nas seções dos jornais estrangeiros a sistemática difamação.]

– *Ironia*: é a figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender usando palavras ou frases de sentido diverso ou oposto às que deveriam ser empregadas para definir ou denominar algo. Se na subversão o enunciador “imita” um texto para desqualificá-lo e para valorizar sua própria enunciação, com a ironia ele subverte a própria enunciação (MAINGUENEAU, 2011). Em uma enunciação oral é suficiente proferir uma palavra ou uma frase irônica com uma intonação específica, enquanto na escrita devem estar presentes alguns índices que marcam o distanciamento (palavras enfáticas, pontos de exclamação, pontos de suspensão, etc.); na ausência desses índices, é preciso analisar o contexto para encontrar os elementos contraditórios. A ironia pode também ser classificada como um caso de polifonia:

Uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia, no instante mesmo em que lhe dá a palavra [...] o enunciador atribui a responsabilidade dessa fala inadequada a um outro, colocando-o em cena em sua enunciação. (MAINGUENEAU, 2011, p. 175)

Maingueneau (2011) compara a ironia ao uso das aspas; como vimos, empregando as aspas o enunciador usa uma expressão ou uma palavra e aponta para ela, indicando, dessa forma, que ele não a assume realmente; já na ironia, o enunciador produz um enunciado que invalida ao mesmo tempo em que fala. Há diversos graus de afastamento do *dito*, pois existem aspas ou expressões irônicas que demonstram uma rejeição muito forte por parte do enunciador e outros casos em que o distanciamento é mais sutil.

No texto D3 encontramos alguns exemplos de uso de expressões irônicas, que indicam, assim nos parece analisando os outros elementos que compõem as frases nas quais aparecem, uma forte rejeição do outro:

1) [...] *altro che farne colpa a Nitti, caro sig. Miceli.*

[...] evite culpar Nitti, caro sr. Miceli.]

2) [...] *e perché in più di un anno di governo non è riuscito a risolverlo l'on. Mussolini, l'uomo cannone che doveva in ventiquattro ore mettere a posto il mondo intero?*

[(...) e por que em mais de um ano de governo não conseguiu resolver o exmo. Mussolini, **o homem-fera que em 24 horas devia arrumar o mundo inteiro?**]

3) *Che il volgo chiami quello delle pensioni monopolio, sta bene. Ma che lo faccia **un giornalista colto come Voi**, via, non ci convince troppo.*

[Que o vulgo chame aquele das aposentadorias monopólio, está bem. Mas que o faça **um jornalista culto como Você**, sus, não nos convence muito.]

No primeiro caso o emprego do adjetivo “*caro*” dirigido ao adversário é claramente sinal de subversão do real significado da palavra. No segundo caso, o enunciador faz referência às supostas (e, segundo ele, inexistentes) capacidades de Mussolini de resolver qualquer situação, livrando-se, dessa forma, de qualquer responsabilidade pelo enunciado. Na última frase o enunciador se dirige ao adversário (a forma de cortesia “*Voi*”¹⁵⁹ escrita com inicial maiúscula enfatiza ainda mais o desprezo por ele), mostrando-lhe implicitamente a incoerência de suas afirmações.

– *Provérbio*: é também um fenômeno de polifonia, no qual o enunciador insere a voz de um outro ao qual atribui a responsabilidade da fala. No provérbio, porém, o “outro” é uma instância valorizada e reivindicada indiretamente pelo enunciador, à medida que na ironia o “outro” é desqualificado. Existe também uma *enuniação proverbial irônica* em que se distinguem três vozes, como afirma Maingueneau: “a voz anônima representada pelo *nós* da sabedoria popular; a voz do personagem ridículo que diria seriamente o provérbio; a voz do enunciador que encena, em sua própria fala, a voz precedente, da qual se distancia” (MAINGUENEAU, 2011, p. 175). Sempre no texto D3, destacamos dois provérbios que podem ser considerados irônicos no contexto em que aparecem:

1) *Il sig. Giovanni Miceli invece ebbe la cattiva ispirazione di rispondere ed una volta ancora dimostrò la verità del proverbio veneto, che cioè “**el tacon l’é pior del buso**”*¹⁶⁰.

[O sr. Giovanni Miceli teve, ao contrário, a má inspiração de responder e mais uma vez demonstrou a veracidade do provérbio vêneto, ou seja, que “**é pior a emenda que o soneto**”].

¹⁵⁹ A ênfase no “*voi*” nesse caso poderia soar ainda mais irônica se pensarmos que, conforme destaca Serianni (VII. 95), foi introduzida pelo fascismo para substituir o uso da forma de polidez “*lei*”, que foi proibida porque se acreditava, erroneamente, que fosse de origem estrangeira e fosse demasiadamente “feminina” (em virtude de uma confusão com o “*lei*” [ela], 3ª pessoa). Tentou-se impor *de iure* o “*voi*”, com o efeito de favorecer, por reação, um uso mais amplo do “*tu*”. Ainda hoje, em muitos *dialetos* o emprego do “*voi*” é muito enraizado, enquanto no italiano comum pode aparecer em correspondências comerciais e em poucos outros casos.

¹⁶⁰ O provérbio vêneto original é: “*Xe pèsò el tacòn del buso*”.

2) *Eppoi, non pare al sig. Miceli che sia pericoloso parlare di corda in casa dell'impiccato? Parlare di coerenza, di fermezza di carattere in difesa di Mussolini, il socialista anarcheggiante diventato clericale attraverso al repubblicanesimo ed alla monarchia?*

[Além disso, não parece ao sr. Miceli que é perigoso **falar de corda em casa do enforcado**? Falar de coerência, de firmeza de caráter em defesa de Mussolini, o socialista simpatizante do anarquismo que se tornou clerical através do republicanismo e da monarquia?]

No primeiro caso, o recurso ao provérbio mostra como a decisão do jornalista do *Fanfulla* de responder às afirmações do OESP foi inoportuna e piorou a situação; no segundo, pretende-se evidenciar a falta de coerência dos ataques lançados à Nitti.

As figuras retóricas destacadas nos textos D2 e F3 são “veículos” de significado, cuja função é imprimir uma particular carga emotiva para surpreender o leitor e fazer com que o discurso seja mais incisivo. Em ambos os editoriais o propósito é desqualificar o discurso adversário. No entanto, o enunciador de *La Difesa* se mostra mais agressivo: ironia e perguntas capciosas prevalecem e transformam o discurso em uma espécie de invectiva, pois é preciso atacar o inimigo e, ao mesmo tempo, defender quem está injustamente sofrendo com os abusos fascistas.

4.3.6 Isotopias temáticas

No texto D3, volta novamente o percurso temático representado pelo conceito de liberdade contraposto à não-liberdade. O objetivo é, mais uma vez, realçar a falta de liberdade na Itália e divulgar como as violências se tornaram um hábito do regime fascista.

A notícia do assalto à residência de Nitti provoca, segundo o enunciador, “*disgusto*” [desgosto] e “*sgomento*” [consternação] em “*tutti coloro che ancora speravano in un ritorno alla legalità ed alla pacificazione degli animi*” [todos aqueles que ainda esperavam um retorno à legalidade e à pacificação dos ânimos]; com o advérbio “*ancora*” [ainda], o enunciador evidencia como, naquele momento, a confiança em um retorno da justiça é mínima e circunscrita apenas a uma parte da população (a outra parte não espera mais), que depois desse acontecimento ficará inevitavelmente decepcionada.

Ao longo do texto, o conceito de “liberdade” é entendido como liberdade de expressão: F. S. Nitti é um intelectual, “*uno dei pochi per cui l'Italia intellettuale all'estero è qualche cosa*” [um dos poucos pelos quais a Itália intelectual tem alguma significação no

estrangeiro], que deveria poder exprimir livremente seu pensamento. No entanto, na Itália fascista isto não é mais possível:

1) *Se il sig. Miceli avesse potuto dimostrare il contrario, se avesse potuto dimostrare che la casa dell'on. Nitti non è mai stata violata, **che egli e la sua famiglia godono della libertà che la legge assicura ad ogni cittadino**, se avesse potuto dimostrare che l'on. Nitti gode di libertà di pensiero e che **può liberamente esprimere le sue opinioni**, avrebbe fatta opera patriottica, non c'è dubbio.*

[Se o sr. Miceli tivesse podido demonstrar o contrário, se tivesse podido demonstrar que a casa do exmo. Nitti nunca foi violada, **que ele e sua família gozam da liberdade que a lei garante a todos os cidadãos**, se tivesse podido demonstrar que **o exmo. Nitti goza de liberdade de pensamento e que pode livremente expressar as suas opiniões**, teira feito obra patriótica, sem dúvida.]

2) *[...] l'Italia [...] un Paese dove **non esiste sicurezza personale** neanche in casa propria, neanche per uomini della levatura intellettuale e del valore di F. S. Nitti.*

[...] A Itália (...) um país onde **não existe segurança pessoal**, nem mesmo na própria casa, nem mesmo para os homens da estatura intelectual e do valor de F. S. Nitti.]

Por outro lado, o conceito de não-liberdade se identifica como opressão e violência. Os termos empregados para indicar as ações dos esquadrões fascistas são detalhados e intencionalmente exagerados:

*[...] non ha potuto dimostrare che duecento fascisti **armati di bombe a mano e di armi da fuoco** abbiano in piena Roma **assaltata** la villa dell'on. Nitti **percuotendone i figli e maltrattandone la signora** [...] **distruggendo tutto, infrangendo i mobili, spezzando quadri e specchi**, facendo come dice il popolo, 'de populo barbaro' e **non lasciando nulla di intatto**.*

[...] não pôde demonstrar que duzentos fascistas **armados com granadas e armas de fogo** assaltaram em plena Roma a mansão do exmo. Nitti, **agredindo os filhos e maltratando a esposa** (...) **destruindo tudo, quebrando os móveis, despedaçando quadros e espelhos**, fazendo como as pessoas dizem, 'de populo barbaro' e **não deixando nada intacto**.]

No texto do *Fanfulla* é reiterado o tema da pátria. Uma vez que seria impossível demonstrar que o ataque à residência de Nitti não havia acontecido, a estratégia do jornal é diminuir a gravidade da notícia, subintendendo que o fato foi o resultado da conduta do político italiano, que, de alguma forma, instigou reações violentas, como evidenciado no fim

do editorial: “*deploriamo la violenza, ma riteniamo il fatto che F. S. Nitti tenti di rientrare nella politica e scriva libri e articoli di giornali col veleno, di cui è satura la sua anima malvagia, costituisce una grande provocazione*” [deploramos a violência, mas acreditamos que o fato de F. S. Nitti tentar reentrar na política e escrever livros e artigos de jornal com veneno, do qual é saturada a sua alma malvada, constitui uma grande provocação]. A forma mais eficaz de atacar abertamente um político italiano, que tinha sido assaltado junto com a família, é levantar dúvidas sobre a sua conduta e, em particular, sobre o seu patriotismo. Por isso, a imagem de Nitti construída ao longo do editorial reúne vários defeitos, considerados tais ainda mais por um imigrante italiano, a saber: a) antipatriotismo, b) covardia, e c) malandragem por conseguir dinheiro sem trabalhar duramente:

a) *Al tempo stesso continuò nelle colonne dei giornali stranieri la sistematica denigrazione. E qui si vede come nel Nitti più forte dell'ingegno, sia il bisogno della maldicenza.*

[a) Ao mesmo tempo continuou nas colunas dos jornais estrangeiros a sistemática. E aqui vê-se como em Nitti mais forte do que o talento, seja a necessidade de maledicência.]

[...] consentirebbe l'“Estado” che uno statista brasiliano andasse in giro per l'Europa a piagnucolare screditando il suo paese?

[(...) permitiria o “Estado” que um estadista brasileiro circulasse por toda a Europa choramingando e descreditando o seu país?].

[...] e questo è uno dei delitti che noi rimproveriamo al ministro antitaliano [...].

[...] e este é um dos delitos para os quais reprovamos o ministro anti-italiano (...).]

Spesso la bandiera italiana, il nostro glorioso tricolore fu lacerato da turbe di fanatici, alle quali Nitti assicurava l'impunità.

[Muitas vezes a bandeira italiana, o nosso glorioso tricolor foi rasgado por multidões de fanáticos, às quais Nitti assegurava a impunidade.]

b) *Se il figlio è stato un valoroso che merito ne ha il padre che, durante la guerra, è stato quasi un disfattista?*

[Se o filho foi um valoroso soldado que mérito tem o pai que, durante a guerra, foi quase um derrotista?]

c) *Sarebbe più importante esaminare se in Nitti sia maggiore l'ingegno o la furberia.*

[c) Seria mais importante examinar se em Nitti é maior o talento ou a malandragem.]

La sua prima nomina accademica [...] la ebbe per favoritismo [...].

[A sua primeira nomeação acadêmica (...) conseguiu-a por favoritismo (...)].

Gli domandammo pure come in un paese i cui uomini di governo hanno una tradizione di fiera, gloriosa povertà, come avesse fatto egli, Nitti, notoriamente nullatenente venti anni prima, e senza essere né industriale, né commerciante¹⁶¹ a dichiarare alla verifica fiscale il possesso di dodici milioni?

[Perguntamo-lhe também como em um país cujos homens de governo têm uma tradição de orgulhosa, gloriosa pobreza, como tivesse feito ele, Nitti, notoriamente pobre vinte anos antes, e sem ser nem industrial, nem comerciante a declarar à auditoria fiscal a posse de doze milhões?]

No exemplos acima citado, o enunciador do *Fanfulla* não perde ocasião para atacar o político italiano, reiterando acusações e insinuando no leitor suspeitas sobre o verdadeiro valor do Nitti, para justificar, implicitamente, o assalto à sua residência.

4.3.7 Considerações acerca do *ethos*

Diante dos elementos analisados, podemos refletir sobre o tipo de imagem construída no editorial D3:

1. É uma voz que se ergue em defesa da liberdade de expressão;
2. É um atento conhecedor da situação política italiana e consegue detectar no discurso do outro a falta de honestidade e a manipulação das informações;
3. É corajoso e não se deixa intimidar, ao contrário, questiona a moralidade do outro.

¹⁶¹ Interessante essa observação que aceita a posse de grandes quantidades de dinheiro apenas para os comerciantes e os empreendedores e exclui outras possibilidades. A imagem hipotizada do destinatário é provavelmente associada a essas categorias, elemento que seria confirmado também pela história do jornal, que, nos anos 20, tornou-se o jornal dos industriais italianos.

4. Editorial (D4) - *La Difesa* de 18 de janeiro de 1925

Após o desaparecimento de Giacomo Matteotti¹⁶², no dia 27 de junho de 1924, começou na Itália um protesto parlamentar¹⁶³ contra o governo fascista por parte dos partidos da oposição, que proclamavam a impossibilidade de retomar as atividades na Câmara dos deputados até que um novo governo tivesse restabelecido as liberdades democráticas.

No dia 3 de janeiro de 1925, Mussolini pronunciou um discurso no qual assumiu a responsabilidade política dos acontecimentos de 1924 e anunciou a virada autoritária. Ao discurso, que marca o início da verdadeira ditadura fascista, seguiu a resposta dos partidos da oposição, que no dia 8 de janeiro de 1925 publicaram um manifesto, no qual reafirmaram a própria indignação e indicaram suas intenções diante da instauração do regime autoritário¹⁶⁴.

No dia 18 de janeiro de 1925, *La Difesa* publica um artigo, “*Sui margini del manifesto*” [Às margens do manifesto], no qual se propõe, com base no documento apresentado pelas oposições, comentar a situação política italiana; o *Fanfulla*, por sua vez, publica, em julho de 1925, após a sentença de absolvição de De Bono (acusado de estar envolvido no homicídio de Matteotti), o editorial “*La crisi spirituale*” [A crise espiritual], no qual se posiciona contra o manifesto e contra as reações polêmicas surgidas entre os partidos da oposição diante da decisão da *Commissione Giudiziaria del Senato* (que tinha absolvido De Bono).

4.4.1 Cenografia

Como indicado no título, o editorial de *La Difesa* encontra-se ao lado de “*Il Manifesto delle opposizioni*”, esse último apresentado como um resumo, conforme declarado pelo próprio jornal – “*diamo, deducendolo dai quotidiani, un riassunto del manifesto lanciato al popolo italiano dalle opposizioni*” [damos, deduzindo-o dos jornais diários, um resumo do

¹⁶² Giacomo Matteotti (1885-1924): político italiano e deputado socialista. No dia 30 de maio de 1924, em um discurso à Câmara, denunciou as violências e as fraudes cometidas pelos fascistas para ganhar as eleições ocorridas no dia 6 de abril de 1924. Dez dias depois, foi sequestrado em Roma por alguns sicários fascistas, apunhalado e abandonado no campo, longe da cidade, onde seu corpo foi encontrado dois meses mais tarde. Cf. ZANICHELLI, 1975.

¹⁶³ Chamado a “Secessão do Aventino”, aludindo à história de Roma. Os partidos do Aventino fizeram um pacto entre eles para se apresentar unidos em caso de novas eleições, que, no entanto, não foram convocadas até 1929, quando foi introduzido o método da lista única, proposta pelo *Gran Consiglio* do fascismo, com a possibilidade de votar unicamente em favor ou contra. Cf. PICCOLI; VADAGNINI, p. 159.

¹⁶⁴ O documento foi divulgado pelo jornal italiano “*Il Popolo*”, apesar da proibição do Ministro do Interior. Cf. PICCOLI; VADAGNINI, p. 159.

manifesto lançado ao povo italiano pelas oposições] –, e dividido em pontos essenciais, escritos entre aspas e destacados em negrito.

Inicialmente, o fato de os dois textos estarem um ao lado do outro, na primeira página, leva a pensar que estamos prestes a ler uma matéria que provavelmente retomará as ideias divulgadas no resumo do manifesto para atacar o governo fascista.

No entanto, lendo o primeiro parágrafo percebe-se que o enunciador propõe ao leitor um texto diferente, em que assume uma atitude cautelosa, devido, talvez, ao fato de que o conteúdo do documento é “*certamente deturpato e svisato dal telegrafo e dalle Agenzie a servizio del Governo*” [certamente deturpado e distorcido pelo telégrafo e pelas Agências a serviço do Governo]. Ao longo do texto, *La Difesa* comenta a situação política italiana à luz dos novos acontecimentos, em especial, o discurso de Mussolini e a instauração do regime autoritário. O objetivo é, mais uma vez, demonstrar que na Itália não há mais espaço para a democracia e que o país “*trovasi oggi in uno stato ex lege, in istato rivoluzionario*” [encontra-se hoje em um estado *ex lege*, em estado revolucionário]. Apesar de o manifesto ser um documento considerado muito importante na luta contra o autoritarismo e simbolizar uma significativa tomada de consciência da oposição italiana, o enunciador tenta, ao mesmo tempo, manter uma posição objetiva, e seu tom manifesta desolação e resignação diante dos abusos do regime fascista e da falta de justiça: “*non è lontano difatti il giorno in cui anche quei deputati di opposizione, che soli oggi continuano a muoversi ed a parlare in nome del popolo imbavagliato, saranno essi pure incarcerati ed imbavagliati*” [não está longe de fato o dia em que também aqueles deputados da oposição, que sozinhos hoje continuam a se mexer e a falar em nome do povo amordaçado, serão eles também encarcerados e amordaçados]¹⁶⁵.

Em contrapartida, o objetivo do editorial do *Fanfulla* (F4) é, como veremos, desacreditar os adversários, no caso, os partidos da oposição, culpados não somente de disseminar o ódio na vida pública, mas também de se erguer contra a autoridade da lei, duvidando de suas decisões. Com efeito, no texto são comentados às reações ocorridas em

¹⁶⁵ No entanto, observamos uma significativa diferença com o editorial publicado no mês posterior, no dia 15/02/1925, intitulado “*Il manifesto delle Opposizioni*”, no qual se relatam sempre as ideias do “*Manifesto*”, mas desta vez com um tom bastante entusiástico. Seguem alguns exemplos: “*Si tratta di un documento della massima importanza, di un documento storico, al quale il presidente del consiglio [...] non ha saputo sino ad oggi, a più di un mese di distanza, rispondere*” [Trata-se de um documento extremamente importante, de um documento histórico, ao qual o primeiro ministro (...) não soube até hoje, há mais de um mês de distância, responder.]; e ainda: “*[...] poiché le opposizioni non solo non sono in decadenza, ma vanno aumentando di numero e di forza di giorno per giorno e si preparano a liberare l'Italia da quel governo il cui ricordo rimarrà come una onta nella storia del nostro popolo*” [(...) já que as oposições não somente não estão em decadência, mas aumentam em número e força a cada dia e se preparam a libertar a Itália daquele governo cuja lembrança ficará como uma vergonha na história do nosso povo].

Florença após a sentença em favor de De Bono e ao protesto do Aventino em Roma, que apontava para a parcialidade da *Commissione Giudiziaria del Senato*.

O discurso construído no editorial baseia-se substancialmente em uma defesa do ideal de justiça, “*La più alta conquista della civiltà dei nostri giorni*” [A mais alta conquista da civilização dos nossos dias], e na demonstração de que somente ânimos rebeldes e provocadores poderiam questionar as decisões tomadas pelos altos órgãos que administram a justiça na Itália. Por conseguinte, é por causa desses indivíduos que “*questo popolo attraversa una pericolosa crisi spirituale che può, nei suoi sviluppi, attentare alla stessa salda compagine nazionale*” [esse povo atravessa uma perigosa crise espiritual que pode, no seu desenvolvimento, atentar à própria coesão nacional]. O *Fanfulla* pretende se mostrar imparcial e respeitoso diante das leis, “*da italiani che amano la propria Patria al di fuori ed al di sopra di ogni considerazione partigiana, di ogni interesse settario*” [como italianos que amam a própria Pátria fora e acima de qualquer consideração partidária, de qualquer interesse sectário], e demonstra que a sua única preocupação é dirigida para o futuro da pátria:

Disinteressiamoci, quindi, delle cause e delle responsabilità che esse emanano nei riguardi di uomini e partiti, ed occupiamoci, invece, degli effetti dolorosi che i due episodi odierni sono fatalmente destinati ad avere nei riguardi di quanto abbiamo di più caro e di più sacro: della Patria.

[Desinteressemos-nos, portanto, das causas e das responsabilidades que emanam em relação aos homens e aos partidos, e cuidemos, ao contrário, dos efeitos dolorosos que os dois acontecimentos de hoje são destinados fatalmente a ter em relação ao que temos de mais caro e mais sagrado: à Pátria.]

Por meio da construção de uma imagem leal às leis italianas e às decisões tomadas pelo governo, contraposta àquela supostamente traidora e partidária das oposições italianas, o *Fanfulla* legitima um discurso que, na realidade, visa unicamente atacar o adversário político e descredita-lo. Além disso, a imagem construída ao longo do texto se mostra também liberal e aberta:

Non riteniamo nè conveniente, nè opportuno, scendere ad un esame particolareggiato dei due episodi; chi ci legge può e deve, con la propria facoltà di discernimento, sceverare le ragioni dai torti, concedere o negare, alle due parti in conflitto, le attenuanti e le aggravanti.

[Nós não acreditamos que seja nem conveniente, nem oportuno, descer a um exame detalhado dos dois episódios; quem nos lê pode e deve, com a sua própria faculdade de discernimento, distinguir as razões dos erros, conceder ou negar, às duas partes em conflito, as atenuantes e as agravantes.]

O enunciador constrói abilmente o texto de forma que o leitor se sinta livre e autorizado a avaliar pessoalmente os eventos sem nenhuma intromissão externa, de modo que julgue negativamente aqueles que pretendem impor a qualquer custo sua opinião. Não por acaso, a atitude das oposições políticas é sempre caracterizada negativamente e em volta delas é criada uma imagem de pessoas que agredem e não respeitam as leis:

1) *I gravi fatti di Firenze*

[Os **graves** fatos de Florença]

2) *A Firenze, è una ordinanza del tribunale che origina una **aggressione** ed un **doloroso** episodio di lotta di parte*

[Em Florença, é uma portaria do tribunal que dá origem a uma **agressão** e a um **doloroso** episódio de luta entre partes]

3) *I **dolorosi** episodi odierni di Firenze e la **violenza** del linguaggio del manifesto aventiniano*

[Os **dolorosos** episódios atuais de Florença e a **violência** da linguagem do manifesto do Aventino]

4) *Un popolo [che] **dubita**, a ragione od a torto, dell'Amministrazione della Giustizia, e nel suo animo **si insinua** attraverso il **veleno della passione partigiana**, l'**atroce sospetto** che la magistratura, togata o non togata [...] trasformi il suo magistero in una arma di difesa di speciali interessi di classe o di partito [...]*

[Um povo [que] **duvida**, com ou sem razão, da Administração da Justiça, e no seu âmago **insinua-se** por meio **do veneno da paixão partidária**, a **atroz suspeita** de que a magistratura, togada ou não togada (...) transforme sua função em uma arma de defesa de especiais interesses de classe ou de partido (...).]

4.4.2 Sobre a categoria pessoa

No primeiro parágrafo do texto D4 o enunciador marca a sua presença por meio de um “nós”, implícito nas formas verbais. Trata-se de um “nós exclusivo” (“eu + ele/eles”), que representa a redação de *La Difesa* e que não envolve o leitor. Esse último, como mostrado no segundo trecho abaixo citado, é definido por uma 3ª pessoa do plural:

1) *Abbiamo pubblicato il precedente riassunto del manifesto [...] come abbiamo potuto dedurlo dai telegrammi dei quotidiani [...] lo abbiamo pubblicato anche se incompleto [...].*

[**Publicamos** o resumo anterior do manifesto (...) como **pudemos deduzi-lo** dos telegramas dos jornais diários (...) nós o **publicamos** ainda que incompleto (...).]

2) [...] *come i lettori possono facilmente comprendere [...].*

[(...) como **os leitores** podem facilmente entender (...).].

Essa escolha poderia ser justificada pelo fato de que o enunciador, como já observamos na análise das pessoas do texto D2 e sobretudo do texto D3, tenta evitar que o seu público se sinta envolvido diretamente em seu discurso, no qual prevalecem ataques ao regime de Mussolini, desse modo liberando o leitor da responsabilidade de afirmações de que talvez possa não compartilhar.

A partir do segundo parágrafo em diante, o sujeito dos enunciados é sempre a não-pessoa, que muda conforme o discurso progride: em um primeiro momento é exprimida com o pronome “*esso*” (que em italiano se usa, no singular, para se referir a uma coisa inanimada) e remete ao manifesto. Deixando que o documento fale por si – dada a sua importância –, o enunciador apaga a sua presença na tentativa, provavelmente, de se mostrar objetivo e de não se responsabilizar diretamente pelo que será afirmado. Essa atitude prudente é confirmada pelo uso, no mesmo parágrafo, também do pronome impessoal “*si*” [se], empregado com frequência para transmitir ambiguidade a respeito dos sujeitos, como observamos na análise do texto D2 (p. 170):

Esso [o manifesto] infatti, [...] mette la questione morale in una forma recisa, irrespondibile, anche per la funambulesca abilità dell'on. Mussolini. Con una logica stringente, spietata dimostra come dal Governo attuale nulla si possa più sperare, come la normalizzazione del Paese vada ogni giorno più allontanandosi [...]; non solo, dimostra l'incapacità, la mancanza assoluta nell'attuale Governo per fare le elezioni [...].

[**Esse** [o manifesto] de fato, (...) **coloca** a questão moral de uma forma resoluta, irrespondível, mesmo para a habilidade de malabarista do exmo. Mussolini. Com uma lógica convincente, cruel **demonstra** como do Governo atual nada mais **se pode** esperar, como a normalização do País se afasta cada dia mais (...); não somente, **demonstra** a incapacidade, a falta absoluta no atual Governo para fazer a eleição (...).].

A partir do terceiro parágrafo, a não-pessoa, sujeito dos enunciados, torna-se “*il capo e responsabile del Governo*” [o chefe e responsável do Governo], “*l’opposizione*” [a oposição] e “*l’on. Mussolini*”:

1) [...] *il capo e responsabile del Governo fascista si vide perso e tentò uscire dalle difficoltà con un colpo d’audacia. Assunse su di sé tutta la responsabilità delle violenze e dei delitti fascisti e presentò la riforma della legge elettorale.*

[(...) **o chefe e responsável do Governo** fascista viu-se perdido e tentou sair das dificuldades com um golpe audacioso. Assumiu toda a responsabilidade pelas violências e crimes fascistas e **apresentou** a reforma da lei eleitoral.]

2) *D’altro lato l’opposizione non solo si mantenne ferma nelle sue deliberazioni, ma anzi le riconfermò disponendosi ad astenersi pure dalla futura lotta elettorale politica, non riconoscendo nell’attuale governo di origine extra legale, autorità giuridica per indirla [...].*

[Por outro lado **a oposição** não somente **permaneceu** firme em suas deliberações, mas ao contrário as **reconfirmou** dispondo-se a se abster também da futura luta eleitoral política, não reconhecendo no atual governo de origem extra legal, autoridade jurídica para convocá-la (...).]

3) *Colle sue spavalde parole l’on. Mussolini richiamò a sé tutta la responsabilità dell’azione fascista sino ad oggi [...].*

[Com suas temerárias palavras **o exmo. Mussolini chamou** novamente a si toda a responsabilidade da ação fascista até hoje (...).]

Como veremos na análise dos tempos verbais utilizados, o fato de que nesses trechos esteja associado à não-pessoa um *passato remoto* (que indica concomitância com o MR préterito e marca o afastamento do MR presente) faz pensar que se trate de um tipo de discurso no qual o enunciador pretende apresentar os fatos assim como aconteceram, sem nenhuma intervenção de sua parte. No entanto, a não-pessoa continua sendo o sujeito dos enunciados também nos parágrafos finais, quando os tempos verbais não pertencem mais ao sistema enuncivo, mas ao sistema enunciativo (elemento que, como veremos na análise sobre o tempo, muda o sentido do discurso):

1) *La realtà vera che salta fuori da questa contraddizione è che l’Italia oggi trovasi in uno stato ex lege [...] e la rivoluzione è voluta, é imposta dal Governo stesso che privando i cittadini dei loro diritti li obbliga a difendersi contro le sopraffazioni e le violenze dell’autorità.*

[**A verdadeira realidade** que se destaca desta contradição é que **a Itália** hoje se encontra em um estado ex lege (...) e **a revolução é desejada**, é

imposta pelo próprio **Governo** **que** privando os cidadãos dos seus direitos os **obriga** a se defenderem dos abusos e violências da autoridade.]

2) *Contro la resistenza passiva delle opposizioni a che cosa é ricorso il Governo fascista?*

[Contra a resistência passiva das oposições a que **recorreu o Governo fascista?**]

3) *Non é lontano difatti il giorno in cui anche quei deputati di opposizione [...] saranno essi pure incarcerati ed imbavagliati.*

[Não está longe de fato o dia em que também aqueles deputados da oposição (...) serão eles também encarcerados e amordaçados.]

4) *[...] il Paese si trova in uno stato di compressione tale quale non si trovò mai sotto l'esecrato dominio dell'Austria e dei Borboni.*

[(...) **o País se encontra** em um tal estado de compressão que nunca se encontrou nem mesmo sob o execrado domínio da Áustria e dos Bourbons.]

Analisando apenas as marcas das pessoas, podemos observar que também nesse caso o emprego da não-pessoa indica que o enunciador tenta criar um discurso objetivo, do qual se possa deduzir que ele possui bom conhecimento em relação aos últimos acontecimentos.

Já no texto F4, predomina, como salientamos em todos os editoriais examinados até o momento, o emprego do “nós inclusivo” (“eu + tu”) e dos determinantes possessivos (nosso, nossa, nossos, nossas), que marcam a presença de um sujeito com o qual o leitor do *Fanfulla* consegue facilmente se identificar:

1) *Noi siamo convinti che in terra straniera gli italiani debbono astenersi con ogni cura da ogni discussione che possa dividerli; **noi** riteniamo che sia colpa attentare in nome di idealità o di interessi partitarii – qualunque essi siano [...] – all'unità morale e spirituale delle **nostre collettività** di emigrati.*

[**Nós** estamos convencidos de que em terra estrangeira os italianos devem abster-se com muito cuidado de qualquer discussão que pode possa dividi-los; **nós** acreditamos que seja um erro atentar em nome de ideais ou interesses partidários – quaisquer que sejam [...] – contra a unidade moral e espiritual das **nossas coletividades** de emigrantes.]

2) *Qualora nel **nostro cervello** e nella **nostra anima** prevalgano la convinzione e la certezza che le leggi della **patria nostra**, snaturate da una interpretazione partigiana, non tutelino, ma insidino il **nostro diritto** ed il **nostro interesse** individuale o di classe, [...] **noi** sentiamo l'innato affetto per la Patria, – in tutto uguale all'amore che nutrimmo per **nostra madre** [...].*

[Caso em **nosso cérebro** e em **nossa alma** prevaleçam a convicção e a certeza de que as leis da **pátria nossa**, distorcidas por uma interpretação

partidária, não protejam, mas insidiam o **nosso direito** e o **nosso interesse** individual ou de classe, [...] **nós** sentimos o inato carinho para a Pátria, – em tudo igual ao amor que nutrimos por **noossa mãe** (...).]

3) *Gli episodi odierni rivelano tutta la profonda crisi che travaglia l'anima del **nostro popolo**, nella sua più antica, più salda e più pura fede: nella sua santa credenza nell'imparzialità della Giustizia e nel mai smentito spirito di uguaglianza delle **nostre leggi**.*

[Os episódios de hoje revelam toda a profunda crise que aflige a alma do **nosso povo**, na sua mais antiga, mais sólida e pura fé: na sua santa crença na igualdade da Justiça e no nunca desmentido espírito de igualdade das **nossas leis**.]

4) [...] *noi ci auguriamo che il **popolo nostro** superi la difficile e dolorosa crisi spirituale che oggi attraversa e ritrovi, più pura, più salda, più vivida la sua antica e bella fede nella Giustizia.*

[...] nós esperamos que o **nosso povo** ultrapasse a difícil e dolorosa crise espiritual que hoje atravessa e encontre novamente, mais pura, mais firme, mais vívida a antiga e bela fé na Justiça.]

Em linha com o intento de criar um discurso de hostilidade em volta das oposições políticas, o enunciador do *Fanfulla* mostra ao leitor os elementos que estão na origem do clima de tensão e os transforma em sujeitos dos enunciados, reiterando-os estrategicamente ao longo do discurso:

1) *I gravi fatti di Firenze ed il manifesto delle opposizioni aventiniane [...]*

[Os graves fatos de Florença e o manifesto das oposições do Aventino (...).]

2) *Gli episodi odierni rivelano tutta la profonda crisi che travaglia l'anima del nostro popolo [...].*

[Os episódios atuais revelam toda a profunda crise que atormenta a alma do nosso povo (...).]

3) [...] *i dolorosi episodi odierni di Firenze e la violenza di linguaggio del manifesto aventiniano [...]*

[...] os dolorosos episódios atuais de Florença e a violência da linguagem do manifesto do Aventino (...).]

4.4.3 Sobre a categoria tempo

No primeiro parágrafo do texto D4, o enunciador constrói uma imagem de si coerente com suas finalidades, ou seja, informar sempre o seu leitor sobre o que está realmente

acontecendo na Itália; com efeito, apesar das notícias estarem sendo, supostamente, manipuladas pelos telégrafos submissos ao regime fascista, o enunciador anuncia a publicação do manifesto das oposições e alerta o leitor sobre a eventual possibilidade de distorções de seu conteúdo. Os tempos verbais pertencem ao sistema enunciativo: o *passato prossimo* “*abbiamo pubblicato*” [publicamos] marca a anterioridade em relação ao momento em que o destinatário está lendo a notícia. É um acontecimento ao qual o enunciador atribui certa importância, e ele adverte a urgência de transmitir a notícia a seus leitores, pois esse documento representa a atual insatisfação de uma parte consistente dos políticos italianos. Esse sentimento, de fato, é expresso por meio de um *presente pontual* que corresponde ao “agora” da enunciação “*esso ci pare il cardine attorno al quale si aggirano tutti gli ultimi avvenimenti della politica italiana*” [este **nos parece** o eixo em torno da qual **giram** todos os **últimos acontecimentos** da política italiana]. Destaca-se o emprego do modalizador “*ci pare*”, que demonstra a cautela do enunciador na transmissão das notícias.

No segundo parágrafo, a atenção é posta no conteúdo do manifesto; em um primeiro momento, o enunciador transfere ao leitor a tarefa de avaliar o texto posto ao lado, “*come i lettori possono facilmente comprendere*” [como os leitores podem facilmente entender], mas ao mesmo tempo esclarece sua posição:

Esso [o “Manifesto”] infatti, [...] mette la questione morale in una forma recisa, irrespondibile, anche per la funambulesca abilità dell’on. Mussolini. Con una logica stringente, spietata dimostra come dal Governo attuale nulla si possa più sperare, come la normalizzazione del Paese vada ogni giorno più allontanandosi [...]; non solo, dimostra l’incapacità, la mancanza assoluta nell’attuale Governo per fare le elezioni [...].

[Esse [o manifesto] de fato, (...) **coloca** a questão moral de uma forma resolvida, irresponsável, mesmo para a habilidade de malabarista do exmo. Mussolini. Com uma lógica convincente, cruel **demonstra** como do Governo atual nada mais **se pode** esperar, como a normalização do País se afasta cada dia mais (...); não somente, **demonstra** a incapacidade, a falta absoluta no atual Governo para fazer a eleição (...)].

O principal tempo verbal empregado é o *presente indicativo*, que coloca em primeiro plano as ações, e a escolha do verbo “*dimostrare*” [demonstrar], relativo ao manifesto, sugere que seu conteúdo é tão lógico, tão verdadeiro, que as afirmações nele contidas não podem ser negadas nem sequer pela “*funambulesca abilità dell’on. Mussolini*” [a habilidade de malabarista do exmo. Mussolini].

No terceiro parágrafo, começa um relato sobre os acontecimentos ocorridos nos últimos meses na Itália: o enunciador passa ao sistema enuncivo e predomina o *passato remoto*:

1) *Sotto la morsa di questa ferrea logica materiata di fatti il capo e responsabile del Governo fascista **si vide** perso [...].*

No aperto de ferro desta lógica constituída de fatos o chefe e responsável do Governo fascista viu-se perdido [...].

2) *[...] Mussolini **finì** per convincere definitivamente anche i più dubbiosi che il vero responsabile di tutti gli eccessi e di tutti i delitti fascisti era proprio lui [...].*

[...] Mussolini acabou convencendo definitivamente também os mais duvidosos que o verdadeiro responsável por todos os excessos e por todos os crimes fascistas era ele mesmo (...)]

3) *[...] l'opposizione non solo **si mantenne** ferma nelle sue deliberazioni, ma anzi le **riconfermò** [...] non riconoscendo nell'attuale governo di origine extra legale, autorità giuridica [...].*

[...] a oposição não somente **permaneceu** firme em suas deliberações, mas ao contrário as **reconfirmou** dispondo-se a se abster também da futura luta eleitoral política, não reconhecendo no atual governo de origem extra legal, autoridade jurídica (...).]

Lendo os trechos se percebe que se trata de eventos distantes, que constituem uma premissa à situação política atual.

Já nos últimos parágrafos evidencia-se o retorno aos tempos do sistema enunciativo; o enunciador aponta à má conduta do governo fascista empregando o *passato prossimo*, anterior ao MR presente: as violentas ações do governo italiano (salientadas pelo uso de verbos típicos para se referir às ditaduras, como *abolire*, *sopprimere*, etc.) são percebidas ainda em toda sua tragicidade:

*Contro la resistenza passiva delle opposizioni a che cosa è ricorso il Governo fascista? Ad ogni sorta di violenze e di illegalità. **Ha soppressa** la stampa avversaria, **ha abolito** il diritto di associazione, di riunione, **ha soppressa** l'inviolabilità di domicilio colle innumerevoli perquisizioni [...].*

[Contra a resistência passiva das oposições a que recorreu o Governo fascista? A qualquer tipo de violência e de ilegalidade. Soprimiu a imprensa adversária, aboliu o direito de associação, de reunião, soprimiu a inviolabilidade de domicílio com as inúmeras perquisições (...).]

Nos trechos finais prevalece o uso do presente pontual, que exprime coincidência entre MR e ME: no enunciado “*l’Italia oggi **trovasi** in uno stato ex lege*” [a Itália encontra-se hoje em um estado *ex lege*], o *presente indicativo* fortalecido pelo dêitico temporal “*oggi*” remete à preocupação em relação à atual situação política; da mesma forma, percebe-se a angústia do enunciador quando afirma que o governo fascista “***si prepara** a calpestare anche le immunità parlamentari*” [**se prepara** para pisar até mesmo as imunidades parlamentares, último reduto das liberdades italianas] e “*obbliga*” [obriga] os cidadãos a se proteger de suas violências, ou quando salienta que “*il Paese **si trova** in uno stato di compressione*” [o País **se encontra** em um tal estado de compressão], próximo a explodir.

Como observado no início da análise, a voz do editorial parece mais resignada por causa dos tantos abusos que o povo italiano está sofrendo do que ansiosa pelos desenvolvimentos que a publicação do *Manifesto* pode causar no panorama político italiano:

Non é lontano difatti il giorno in cui anche quei deputati di opposizione [...] saranno essi pure incarcerati ed imbavagliati.

[Não está longe de fato o dia em que também aqueles deputados da oposição (...) **serão** eles também encarcerados e amordaçados.]

Na frase destacada, após o uso do *presente indicativo*, que sugere o aproximar-se o fim de qualquer legalidade na Itália, o *futuro semplice* parece confirmar essa ideia, mostrando que o que hoje se teme amanhã acontecerá de forma inelutável.

Os tempos verbais do editorial F4 pertencem ao sistema enunciativo; com efeito, o enunciador está sempre em primeira linha, e transmite o seu envolvimento no seu texto. Da mesma forma, pretende instruir seus leitores relatando as notícias como se as estivesse explicando. Por isso, o *presente gnômico* (usado, como já vimos, para descrever verdades absolutas) é repetido frequentemente:

1) *Sviscerare le origini dalle quali scaturirono tali effetti dolorosi, **non è possibile** senza evitare delle constatazioni [...]*

[Dissecar as origens a partir das quais surgiram tais efeitos dolorosos, **não é possível** sem evitar algumas constatações (...).]

2) ***Quando un popolo dubita** [...] dell’Amministrazione della Giustizia, e nel suo animo si insinua attraverso il veleno della passione partigiana, [...] **questo popolo attraversa una pericolosa crisi spirituale** [...].*

[Quando um povo duvida (...) da Administração da Justiça, e em sua alma se sinua o veneno da paixão partidária, (...) este povo atravessa uma perigosa crise espiritual (...).]

3) *Perché la più gelosa caratteristica della comunione nazionale – più salda, forse, e più sacra dei confini naturali, delle uniformità etniche, del patrimonio storico e culturale – è l'amministrazione della Giustizia. Il dovere più elementare dello Stato verso i suoi amministrati [...] è quello della più scrupolosa ed imparziale applicazione delle leggi.*

[Porque a mais preciosa característica da comunhão nacional - mais firme, talvez, e mais sagrada dos limites naturais, das uniformidades étnicas, do patrimônio histórico e cultural - é a administração da Justiça. O dever mais básico do Estado com os seus administrados (...) é a mais minuciosa e imparcial aplicação das leis.]

4) *[...] gli uomini ed i partiti non sono che i temporanei e occasionali esponenti di uno speciale stato d'animo della collettività, mentre la Patria è immortale nella sua gloria e nella sua grandezza [...].*

[...] os homens e os partidos são apenas os temporários e ocasionais representantes de um especial estado de espírito da comunidade, enquanto a Pátria é imortal em sua glória e em sua grandeza (...).]

Como já observado nos outros editoriais, um dos objetivos do enunciador do *Fanfulla* é que o leitor se identifique com seu discurso e a imagem criada é aquela de uma voz forte, poderosa, que sabe o que diz e, por isso, dirige na direção certa o seu povo – o qual, por sua vez, pode lhe delegar total confiança.

4.4.4 Sobre a categoria espaço

Na maioria dos parágrafos do texto D4 não encontramos indicadores específicos que marcam o espaço enunciativo. No entanto, o enunciador faz algumas referências, que permitem concluir que seu espaço enunciativo corresponda ao Brasil¹⁶⁶. No primeiro parágrafo, por exemplo, o enunciador apresenta o resumo do manifesto esclarecendo ao leitor que esse último foi publicado a partir de “*come abbiamo potuto dedurlo dai telegrammi dei quotidiani [...] anche se incompleto*” [como pudemos deduzi-lo dos telegramas dos jornais diários (...) ainda que incompleto]: o resumo, de fato, foi “deduzido”, verbo que evidencia a incompletude das informações obtidas, devido (além das manipulações das agências, como lamenta o enunciador no texto) provavelmente à distância. Além disso, declarar que *La Difesa*

¹⁶⁶ O afastamento da Itália e a coincidência entre Brasil e o lugar da enunciação foi observado no já citado editorial do dia 15/02/1925. Com efeito, no terceiro parágrafo o enunciador escreve a propósito do manifesto: “*Interessante poi è la lettura di questo documento per gli italiani all'estero, per noi tutti*” [Interessante, inclusive, é a leitura desse documento para os italianos no estrangeiro, para todos nós].

recorreu aos telegramas e aos telégrafos para conhecer as notícias indica um evidente afastamento do lugar em que ocorreram os acontecimentos dos quais a matéria está tratando.

Ao longo do texto às referências ao governo italiano são sempre acompanhadas pelo adjetivo “atual”, forma bastante neutra para mencionar o governo italiano: “[...] *dimostra come l’attuale governo* [...]” [(...) demonstra como o atual governo (...)], “[...] *finché resterà l’attuale governo* [...]” [(...) até quando ficará o atual governo (...)], “*basta ricordare ciò che furono le elezioni dalle quali è uscita l’attuale maggioranza* [...]” [basta lembrar o que foram as eleições das quais emergiu a atual maioria (...)].

Há um único adjetivo demonstrativo que marca distância do lugar da enunciação (vide diferença entre *questo/quello* em italiano, p. 119): “*Non è difatti lontano il giorno in cui anche quei deputati di opposizione che soli oggi continuano [...] a parlare [...] saranno essi pure incarcerati*” [Não é, de fato, longe o dia em que até mesmo aqueles deputados da oposição que hoje sozinhos continuam (...) falando (...) também eles serão presos].

É mais evidente no texto F4 a indicação do lugar da enunciação. Mais uma vez, o enunciador se refere ao Brasil como a terra da qual está escrevendo. No seguinte trecho: “*Noi siamo convinti che in terra straniera gli italiani debbono astenersi con ogni cura da ogni discussione che possa dividerli; noi riteniamo che sia cosa da temere [...] all’unità morale e spirituale e delle nostre collettività di emigrati*” [Nós estamos convencidos de que em terra estrangeira os italianos devem abster-se com muito cuidado de qualquer discussão que pode possa dividi-los; nós acreditamos que seja um erro atentar (...) contra a unidade moral e espiritual das nossas coletividades de emigrantes], tudo indica que ao enunciador interessa salvaguardar a estabilidade da comunidade italiana no Brasil; o determinante possessivo “nossas coletividades de emigrantes” evidencia que o enunciador se sente parte integrante dessa comunidade.

4.4.5 Isotopias temáticas

No texto D4, volta novamente o percurso temático representado pelo conceito de violência. O objetivo é, mais uma vez, realçar a falta de liberdade na Itália e divulgar como as violentas repercussões se tornaram um hábito do regime fascista:

1) *Il gesto audace, spudorato dell’on. Mussolini finì per convincere definitivamente anche i più dubbiosi che il vero responsabile di tutti gli*

eccessi e di tutti i delitti fascisti era proprio lui, Mussolini, reo confesso innanzi al Paese.

[O gesto audaz, impudente do exmo. Mussolini acabou convencendo definitivamente também os mais duvidosos que o verdadeiro responsável por todos os excessos e por todos os crimes fascistas era ele mesmo, Mussolini, réu confesso diante do País.]

2) Il Governo fascista [...] ha soppressa la stampa avversaria, ha abolito il diritto di associazione, di riunione, ha soppressa l'inviolabilità di domicilio colle innumerevoli perquisizioni e si prepara a calpestare anche le immunità parlamentari, ultimo ridotto delle libertà italiane.

[O Governo fascista (...) suprimiu a imprensa adversária, aboliu o direito de associação, de reunião, suprimiu a inviolabilidade de domicílio por meio das inúmeras perquisições e se prepara para pisar até mesmo as imunidades parlamentares, último reduto das liberdades italianas.]

Por outro lado, o *Fanfulla* apoia seu discurso na exaltação do sentimento patriótico e da justiça, que estaria sendo colocada em discussão pelas oposições:

1) Il vincolo spirituale e materiale più saldo che intercede tra il cittadino e la terra natale, è l'innata, profonda e salda credenza che all'ombra delle leggi patrie è la sicurezza, la difesa, la tutela del proprio buon diritto [...].

[O vínculo espiritual e material mais firme que intercede entre o cidadão e a terra natal, é a inata, profunda e firme crença que na sombra das leis da pátria está a segurança, a defesa, a proteção de seu próprio direito (...).]

2) Da italiani che amano la propria Patria al di fuori ed al di sopra di ogni considerazione partigiana, di ogni interesse settario [...] noi ci auguriamo che il popolo nostro superi la difficile e dolorosa crisi spirituale che oggi attraversa e ritrovi, più pura, più salda, più vivida la sua antica e bella fede nella Giustizia.

[Enquanto italianos que amam a sua Pátria fora e acima de qualquer consideração partidária, de qualquer interesse sectário (...) nós esperamos que o nosso povo ultrapasse a difícil e dolorosa crise espiritual que hoje atravessa e encontre novamente, mais pura, mais firme, mais vívida a antiga e bela fé na Justiça.]

4.4.6 Considerações acerca do *ethos*

Diante dos elementos analisados, podemos refletir sobre o tipo de imagem construída no editorial D4:

1. É uma voz que se mostra objetiva, que traz a seu leitor as notícias mais importantes da Itália e o informa detalhadamente sobre os acontecimentos;
2. É um italiano que sente o perigo que está se aproximando e quer alertar os compatriotas;
3. É um italiano que sofre pela situação política de seu país;
4. É uma voz que conhece a atual situação italiana e que consegue prever os futuros desdobramentos.

4.5 Resultados da análise e outros desdobramentos

Na última parte desse capítulo reunimos as observações destacadas em cada item da análise dos editoriais de *La Difesa* para chegarmos, finalmente, à identificação do *ethos* criado no discurso do jornal antifascista.

Conforme apresentado no capítulo 3, a cenografia de *La Difesa*, escolhida como primeiro instrumento de análise, é estritamente relacionada com o gênero editorial (cena genérica) e submissa às regras gerais da cena englobante, isto é, do discurso jornalístico, que, segundo Discini (2004), são: a) o efeito de sentido de realidade, em virtude do qual o sujeito faz crer no próprio distanciamento para fazer-crer na própria imparcialidade; e b) o efeito de objetividade e de verdade que renova o pacto de confiança entre enunciador e enunciatário, para que se legitime o próprio discurso (DISCINI, 2004).

Destaca ainda Discini (2004) que, ao se analisar um editorial, deve-se levar em conta que se trata de um texto jornalístico que:

- a) firmando uma organização predominantemente temática, explícita, comenta, analisa e discute dados da própria realidade midiática;
- b) deixando de apresentar assinatura explícita, supõe um sujeito que deve simular distanciamento em relação ao enunciado; [...]
- c) promovendo o emprego da variante linguística formal e culta, consolida a imagem de justa medida proposta para o sujeito da imprensa dita séria;
- d) viabilizando o debate de idéias, conduz necessariamente a determinada conclusão;
- e) promovendo a presentificação da “realidade”, constrói a “página de opinião”. (DISCINI, 2004, p. 214)

Nos editoriais analisados, *La Difesa* apresenta uma cenografia que prepara seus leitores à leitura não propriamente de um jornal que os informa dos acontecimentos na Itália, mas de um meio de divulgação de textos polêmicos que sempre relatam e comentam fatos políticos e econômicos relativos à má conduta do governo fascista; essa atitude é confirmada em todos os

editoriais que compõem nosso *corpus*¹⁶⁷: neste, não há espaço para assuntos que não tenham relação direta com o discurso antifascista.

O gênero supõe, na maioria dos casos, a eliminação da assinatura e, com isso, um não-envolvimento explícito do enunciador para facilitar a identificação entre jornal e editorialista. Em *La Difesa*, observamos que essa regra é respeitada, ainda que parcialmente: de 13 editoriais, 7 não são assinados, 2 são assinados como “*La Difesa*” e 4 trazem o nome do jornalista. O fato de a maioria dos editoriais não trazer identificação dos autores demonstra uma forte sobreposição entre a voz do editorialista e a voz do jornal. Nos casos analisados, a tentativa de informar objetivamente malogra-se ao longo do discurso para deixar entrar em cena um “eu” essencialmente comprometido com a causa antifascista e fortemente posicionado.

Portanto, o discurso jornalístico que emerge da cenografia de *La Difesa* é um discurso altamente polêmico e politicamente marcado: o objetivo não é informar, mas persuadir o leitor de que o fascismo constitui um grave perigo e que a luta antifascista é justa e necessária. O desejo de demonstrar a importância da causa antifascista é maior que qualquer objetividade, por isso o discurso de *La Difesa* não pode prescindir da presença apaixonada do enunciador, que nunca deixa de se mostrar indignado, sofrido, alarmado, etc.

Isso viola, em tese, as regras de imparcialidade e de objetividade implícitas no discurso jornalístico, mesmo que seja bem sabido por quem estuda a imprensa que não há de fato informações objetivas e separadas das paixões. Os jornais podem modular o nível emotivo, enfatizando-o ou, ao contrário, tentando neutralizá-lo, mas mesmo modalizando as paixões é impossível eliminar completamente seus efeitos nos discursos pelo simples fato de que a nossa experiência do mundo, dos acontecimentos, das notícias é dependente das emoções: “a afetividade é constitutiva da realidade, e da experiência que nós fazemos dela, e como tal nunca pode ser expulsa completamente das notícias” (LORUSSO; VIOLI, 2004, p. 123)¹⁶⁸. Até a neutralidade afetiva é sempre uma posição passional, um efeito de sentido que os jornais pretendem criar para suas próprias finalidades, da mesma forma que os fatos

¹⁶⁷ Destacam-se os títulos das 13 edições selecionadas e que remetem a assuntos altamente polêmicos: D1 – “*A mó di programma*” (vide análise); D2 – “*Il conflitto italo-greco*” (vide análise); D3 – “*Chi è il denigratore?*” (vide análise); D4 – “*Il manifesto delle opposizioni*” (vide análise); D5 – “*Attentato o commedia?*” [Atentado ou comédia?]; D6 – “*Tirate la cinghia!*” [Apertem o cinto!]; D7 – “*I bastardi della patria*” [Os bastardos da pátria]; D8 – “*La questione romana e i bestioni della stampa coloniale*” [A questão romana e as bestas da imprensa colonial]; D9 – “*Giustizia e libertà*” [Justiça e liberdade]; D10 – “*Uno schiaffo*” [Uma tampa]; D11 – “*La maschera e il volto*” [A máscara e o rosto]; D12 – “*Gli avvenimenti dell’ora*” [Os acontecimentos da hora]; D13 – “*La guerra che viene*” [A guerra que vem].

¹⁶⁸ “*L’affettività è costitutiva della realtà, e dell’esperienza che noi ne facciamo, e come tale non può mai essere espulsa completamente dalle notizie.*”

apresentados como “objetivos” não são o espelho fiel da realidade externa, mas o resultado de estratégias enunciativas específicas que visam a uma narração “objetiva”. Também as notícias apresentadas como “neutras”, sem aparentes nuances emotivas, nada mais são que o resultado de estratégias certamente não menos manipulativas: “o jornal [...] não somente fala de *paixões*, uma vez que cada notícia tem uma própria nuance emotiva, mas também fala *com paixão* dos fatos e personagens dos quais nos conta” (LORUSSO; VIOLI, 2004, p. 125)¹⁶⁹.

Nos editoriais D2, D3 e D4 de *La Difesa* observou-se que o enunciador, em algumas passagens, tenta se mostrar imparcial em relação aos assuntos apresentados, o que não deixa de ser uma estratégia para transmitir aos leitores a ideia de que ele está lendo um jornal sério e objetivo – enfim, um jornal em que pode confiar. A despeito disso, em momento algum a sua voz cessa de se manifestar de forma bastante contundente e envolvida.

Com efeito, ao se analisar as marcas da enunciação deixadas nos enunciados, particularmente no que se refere às categorias de “pessoa” e “tempo”, nota-se que *La Difesa* se manifesta prevalentemente por meio do embreante “nós” (inclusivo e exclusivo), característica evidente na flexão dos verbos, nos pronomes pessoais e nos pronomes oblíquos, permanecendo inalterada no *corpus* de quase todos os editoriais selecionados¹⁷⁰.

À luz das observações feitas quanto à noção do pronome “nós” na concepção de Benveniste (capítulo 2), deduz-se que o que caracteriza essa identidade discursiva parece ser um “eu-nós” que une o singular ao coletivo. Assim, o sujeito “nós” de *La Difesa* não é simplesmente uma amplificação da 1ª pessoa, mas a multiplicação de um “eu” que pretende se (con)fundir com o “tu/vocês”; neste caso, o(s) leitor(es) italiano(s).

Diante disso, se depreende que estamos na presença de um *ethos* “cúmplice”, que busca a adesão do leitor à luta contra o fascismo. *La Difesa* se enuncia como se fosse o porta-voz dos ideais sociais de justiça e liberdade e, ao mesmo tempo, para fortalecer o seu discurso, tenta estabelecer uma “aliança” com o leitor, criando uma única força para a afirmação de uma sociedade mais justa.

Da mesma forma, também no *Fanfulla* a análise das marcas da enunciação que remetem às categorias de “pessoa” e de “tempo” mostram que o jornal constrói a própria imagem criando uma forte identificação entre o leitor e o jornal. Tendo em vista que o

¹⁶⁹ “Il giornale [...] non solo parla di passioni, dato che ogni notizia ha una sua coloritura emotiva, ma anche perché parla con passione dei fatti e personaggi di cui ci racconta.”

¹⁷⁰ Alguns exemplos extraídos de outros editoriais: D6 – “Siamo sempre stati contrari irriducibili di qualsiasi violenza personale” [Sempre fomos contrários irredutíveis a qualquer violência pessoal]; D7 – “Nessuno, meglio di noi, conosce e può illustrare la sincerità del Fanfulla” [Ninguém, melhor que nós, conhece e pode ilustrar a sinceridade do Fanfulla]; D9 – “Questo è il nuovo linguaggio che intendiamo parlare” [Essa é a nova linguagem que pretendemos falar].

objetivo principal do jornal é justificar a conduta do regime fascista no Brasil, o enunciador precisa persuadir seu público exaltando os sucessos do governo fascista e minimizando os efeitos negativos de sua conduta. Essa estratégia é realizada por meio de dois elementos paralelos. Vejamos.

Em primeiro lugar, assim como *La Difesa*, o *Fanfulla* constrói seu enunciatório a partir da imagem do imigrante italiano que, longe de sua pátria, precisa (re)afirmar a própria italianidade e, ao mesmo tempo, ganhar o respeito dos brasileiros. A partir disso, o jornal autoatribui-se a condição de “voz” dos italianos e se põe como instrumento de união. Cabe lembrar (vide capítulo 1) que o *Fanfulla*, desde seu surgimento, já havia sido identificado em São Paulo como o “jornal dos italianos”; o fato de ser considerado veículo de “italianidade” já no começo do século parece ter sido explorado, sobretudo durante o período fascista, para alcançar o maior número possível de leitores.

O segundo elemento evidenciado na análise é a tentativa de criar uma identificação entre a Itália e Mussolini, entre o sentimento de “italianidade” e o nacionalismo fascista. Com esse propósito, o emprego reiterado de pronomes, adjetivos e formas verbais que remetem a um “nós inclusivo” representa, de fato, a tentativa de fundir a própria imagem à do leitor. Por outro lado, o enunciador do *Fanfulla* não deixa de recorrer frequentemente ao sujeito em 3ª pessoa “Mussolini”. O pronome sujeito “nós” do *Fanfulla* parece, assim, se apagar diante da aparição do *Duce*, que é, de fato, representado nas páginas do jornal como ideal de homem que inspira admiração e cujo sucesso é o espelho do sucesso e da afirmação de todos os italianos: “*volontà del Destino, perché Mussolini, in questo momento è l'Italia rinnovata dal sacrificio e fortificata dalla sua volontà, che tende con tutte le sue forze a riconquistare il posto che le spetta nel mondo*” [vontade do Destino, porque Mussolini, nesse momento é a Itália renovada pelo sacrifício e fortalecida pela sua vontade, que tende com todas as suas forças a reconquistar o seu lugar de direito no mundo] (FANFULLA, 13/09/26).

Visando obter esse efeito, o discurso do *Fanfulla* constrói um ideal de “super-homem”; o *Duce* assume características “divinas” – como um profeta predestinado, ele foi escolhido para salvar a Itália da mediocridade e transformá-la em uma grande nação, como evidencia o trecho seguinte:

*Mussolini, portato dalla sua natura ardente alla battaglia, anche quando batteva, solo, le vie del mondo, in attesa che il destino lo chiamasse a compiere un'opera di **redenzione** nazionale, sapeva quali terribili battaglie avrebbe dovuto affrontare, all'indomani della trionfale Marcia su Roma.*
(FANFULLA, 13/09/26)

[Mussolini, levado pela sua natureza ardente para a batalha, mesmo quando percorria, sozinho, os caminhos do mundo, esperando que o destino o chamasse para fazer uma obra de **redenção** nacional, sabia quais terríveis batalhas teria que enfrentar, após a triunfal Marcha sobre Roma.]

Nesse trecho, o emprego do termo “*redenzione*” [redenção] é bastante ilustrativo na medida em que nos remete ao âmbito teológico, mais precisamente ao “resgate do gênero humano por Jesus Cristo” (HOUAISS, 2009). Mussolini passa a encarnar, assim, a salvação para os italianos, uma entidade superior que teria chegado para estabelecer uma nova ordem social de paz, de justiça e de liberdade. Na condição de ser superior, sua ação é protegida, porque justa, de nada valendo os ataques de seus opositores:

1) *Oggi, per la terza volta, dal giorno in cui è **asceto** al potere, Benito Mussolini esce illeso da un attentato alla sua vita. Stranezze del caso, **miracolo**? Volontà del Destino, perché Mussolini, in questo momento è l'Italia rinnovata dal sacrificio e fortificata dalla sua volontà, che tende con tutte le sue forze a riconquistare il posto che le spetta nel mondo.* (FANFULLA, 13/09/26)

[Hoje, pela terceira vez, a partir do dia em que **subiu** ao poder, Benito Mussolini sai ileso de um atentado contra sua vida. Extravagâncias do caso, um **milagre**? Vontade do Destino, porque Mussolini, neste momento é a Itália renovada e fortalecida pela sua vontade, que tende com todas as suas forças a reconquistar o seu lugar de direito no mundo.]

2) *La sua anima intrepida di condottiero non era fatta per lasciarsi impressionare dall'insidia vigile di **Giuda** [...]* (FANFULLA, 13/09/26)

[Sua alma intrépida de líder não foi feita para ficar impressionada pela insídia vigilante de **Judas** (...).]

Claras são, portanto, as referências aos evangelhos quando o enunciador emprega a frase “pela terceira vez” (que remete ao terceiro dia da ressurreição de Cristo), o verbo “*ascendere*” (que remete à elevação de Cristo ao céu) ou recorre ao termo “milagre” e menciona “Judas”.

Em outra passagem, a grandeza de *Mussolini* é relacionada com o seu agir: todas as escolhas tomadas, seja em campo político, seja em campo econômico, são justas e necessárias para o bem da pátria. No editorial do dia 14/04/27, é empregado mais uma vez o termo “milagre” e isso busca enfatizar que a valorização da moeda italiana não teria sido a consequência de um ato de origem divina, mas, de fato, um milagre feito por Mussolini, demonstrando a sua onipotência, superior até mesmo que a onipotência divina:

Miracolo? Purtroppo Iddio non ha scelto la moneta a materia della sua onnipotenza! La continua progressiva favorevolmente impressionante valorizzazione della lira ha le sue ragioni e le sue spiegazioni, come ogni fenomeno economico, nella economia stessa oltre che nella politica generale. (FANFULLA, 14/04/27)

[Milagre? Infelizmente Deus não escolheu a moeda na conta de sua onipotência! A contínua, progressiva favoravelmente impressionante melhoria da lira tem suas razões e suas explicações, como qualquer fenômeno econômico, na própria economia, bem como na política global.]

Contrastivamente, em *La Difesa* a referência à “não-pessoa”, que na maioria dos casos é representada por Mussolini, pelo governo fascista e pelos adversários políticos, visa marcar uma clara separação entre o “nós”, italianos antifascistas, e “ele/eles” fascistas e anti-italianos. Aqui, os sujeitos na 3ª pessoa (singular ou plural) são frequentemente associados a termos pejorativos e insultuosos, associação feita para que o leitor se conscientize e saiba precisamente quem é o inimigo e qual é o posicionamento do “seu” jornal:

1) *Fanfulla, servile, trafficante e vendereccio, prostitutore e prostituito, organismo commerciale senza ideali e senza anima; macchina da coniar moneta; bottega aperta ad ogni transizione e ad ogni mercato [...]. (LA DIFESA, 05/08/28)*

[Fanfulla, servil, traficante e corrupto, prostituidor e prostituído, órgão comercial sem ideais e sem alma; máquina de produzir moeda; oficina aberta a toda e qualquer transição e a qualquer mercado (...).]

2) *Quante volte abbiamo ripetuto che il fascismo significa negazione completa dello spirito che ha animato il risorgimento italiano? (LA DIFESA, 17/02/29)*

[Quantas vezes repetimos que o fascismo significa negação completa do espírito que animou o *risorgimento* italiano?]

3) *Il fascismo si è accampato nel cuore d'Italia; schernisce minoranze e maggioranze, tiene in pugno le armi e dice: “solo con le armi discuto”. (LA DIFESA, 30/03/30)*

[O fascismo acampou no coração da Itália; zomba de minorias e maiorias, segura na mão as armas e diz: “discuto apenas com as armas”.]

4) *Il volto ripugnante del fascismo si copre con la maschera di prostituta che vuole allettare i passanti. (LA DIFESA, 14/01/32)*

[O rosto repugnante do fascismo que se cobre com a máscara de prostituta que quer seduzir os transeuntes.]

5) *Il duce tiene nelle sue mani tutta la forza armata, dispone delle corporazioni, dispone del re che tiene prigioniero, ha completato il suo sogno, è diventato il signore assoluto d'Italia. (LA DIFESA, 18/11/33)*

[O *duce* tem em suas mãos toda a força armada, dispõe das corporações, dispõe do rei que mantém preso, completou o seu sonho, tornou-se o mestre absoluto da Itália.]

A análise dos tempos verbais empregados em *La Difesa* também indica que o enunciador participa fortemente do assunto tratado. O recurso a tempos verbais do sistema enunciativo, especialmente nos parágrafos de maior tensão emotiva, é frequentemente adotado para transmitir o sentimento de urgência em relação aos acontecimentos relatados: como para denunciar os abusos e as violências perpetradas pelos fascistas e para fortalecer a imagem do enunciador, que se coloca como força protetora de quem sabe aonde vai e sabe prever as repercussões de um domínio prolongado do fascismo:

1) *Da tempo andiamo ripetendo che il male più grave del fascismo non è tanto quello che sta compiendo oggi, direttamente, quanto quello che sta preparando per l'avvenire. [...] Questa la ragione principale che ci ha fatti schierare contro il fascismo.* (LA DIFESA, 16/09/26)

[Há tempo que vamos repetindo que o pior mal do fascismo não é tanto o que está fazendo hoje, diretamente, como o que está preparando para o futuro. (...) Este é o principal motivo que nos fez alinhar contra o fascismo.]

2) *Che la guerra vada approssimandosi, nessuno oramai oserebbe metterlo in dubbio. Noi, anzi, non ne abbiamo dubitato mai, dacchè il fascismo è arrivato al potere.* (LA DIFESA, 06/01/34)

[Que a guerra esteja se aproximando, agora ninguém se atreveria a questionar. Nós, ao contrário, nunca duvidamos, desde quando o fascismo chegou ao poder.]

Ao mesmo tempo, estamos diante de um *ethos* da convicção, da tenacidade, de quem nunca vai abandonar a sua missão e quer que o leitor acredite nele:

1) *Noi vogliamo rompere l'incantesimo [...] o battersi o servire vilmente. Non c'è altra via. [...] non abbiamo mai pensato alla resa [...] mai abbiamo rimpianto la tranquillità familiare [...] in tempo di guerra vogliamo essere combattenti [...].* (LA DIFESA, 30/03/30)

[Nós queremos quebrar o sortilégio (...) ou se bater ou servir covardemente. Não há outro caminho. (...) nunca pensamos na rendição (...) nunca lastimamos a tranquilidade familiar (...) em tempo de guerra queremos ser combatentes (...)]

2) *L'Italia deve vedere in noi la speranza di oggi, la certezza di domani.* (LA DIFESA, 30/03/30)

[A Itália deve ver em nós a esperança de hoje, a certeza de amanhã.]

No *Fanfulla* é adotada uma estratégia parecida: o enunciador emprega principalmente tempos do sistema enunciativo, comunicando ao leitor o seu envolvimento na causa fascista. No entanto, o que sobressai dos editoriais do *Fanfulla* é um *ethos* “guia”, que se põe como elo entre “a verdade” fascista e o leitor, ao qual “revela” o que é justo e o que é errado.

La Difesa, em suas páginas, manifesta também um *ethos* bastante polêmico e provocatório. Toma corpo um *ethos* que critica e testemunha uma indignação pessoal que provém de um julgamento firme e acusatório expresso com força. Algumas vezes se reveste de um *ethos* que denuncia o adversário com sutileza e ironia, ambas reveladoras das contradições do adversário, como observado na análise do editorial D3; em outras ocasiões, ataca o inimigo “aos berros”, acusando a sua imoralidade e seu comportamento: “*il duce mentecatto*” [o duce mentecapto]; “*il truce cafoncello di Romagna, bestemmiatore di suo padre, della patria e di Dio*” [o feroz cafona da Romanha, blasfemador de seu pai, da pátria e de Deus]; “*il Giuda sanguinario*” [o Judas sanguinário] (LA DIFESA, 14/04/27); “*noi gridiamo con tutta la forza dei nostri polmoni che la nostra italianità ha ribrezzo e schifo dell’italianità del ‘Fanfulla’*” [nós gritamos com toda a força de nossos pulmões que a nossa italianidade tem desprezo e nojo pela italianidade do ‘Fanfulla’] (LA DIFESA, 05/05/28); “*Ora sorge dal suo covo di ladrone e di assassino Benito Mussolini, ignorante e sadico*” [Agora surge de seu antro de ladrão e de assassino Benito Mussolini, ignorante e sádico] (LA DIFESA, 17/02/29).

É interessante nos questionarmos sobre a eficácia dessa estratégia de ataques mais incisivos. Por um lado, ao se atribuir o papel de antifascista dentro da imprensa italiana de São Paulo, *La Difesa* precisava combater o adversário, rejeitando, sem vacilar, os valores por ele preconizados; por outro lado, ao adotar uma argumentação muito agressiva, o jornal podia correr o risco de não ser entendido pela massa de cidadãos: “é por isso que, frequentemente, a argumentação se reduz a esse procedimento de ataques *ad hominem* que questiona a probidade do adversário, [...] sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas” (CHARAUDEAU, 2011, p. 93). A alternância entre ataques diretos e outros mais sutis, conforme observado nos editoriais analisados, é sinal de que talvez o próprio enunciador estivesse consciente do risco de perder o apoio dos leitores paulistas ao apresentar uma argumentação que visasse à desqualificação do adversário. Com efeito, segundo Charaudeau (2011), essa estratégia eventualmente pode criar desconforto entre os membros da mesma comunidade e ter como resultado, dependendo da maneira como o público avalia a polêmica, a perda da solidariedade dos demais. No mesmo sentido, Perelman (1996) insiste no fato de

que um orador excessivamente apaixonado corre o risco de não atingir seu objetivo porque, dominado pelo ardor dos próprios sentimentos, negligenciará de se adaptar ao público. Apesar disso, o posicionamento de *La Difesa* nos deixa intuir que o jornal se propunha a alcançar o maior número de leitores, mas focava a sua atenção naqueles que queriam apoiar a causa antifascista e que tinham necessidade de se identificar com um *ethos* de “poder”, isto é, de “quem sabe lutar” (CHARAUDEAU, 2005).

O estudo das referências espaciais no discurso de *La Difesa* trouxe as reflexões mais inesperadas. A uma primeira análise, foram detectados vários elementos que indicam que o espaço do enunciador corresponde a São Paulo, não somente nos primeiros quatro editoriais, mas também em outros. Seguem alguns exemplos:

1) *Perché [...] i nostri figli **qui** nati sono brasiliani di fatto e di diritto, e in conseguenza di questo diritto hanno doveri e obblighi verso la Patria brasiliana.* (LA DIFESA, 05/08/28)

[Porque (...) os nossos filhos **aqui** nascidos são brasileiros de fato e de direito, e em consequência desse direito têm deveres e obrigações diante da Pátria brasileira.]

2) *Ogni gerarca fascista che passa per la prima volta l’oceano **e giunge su queste terre** fa di regola due cose: prima di tutto scopre l’America, e poi cerca di ingraziarsi il pubblico [...]* (L’ITALIA, 14/01/32)

[Cada hierarca fascista que atravessa pela primeira vez o oceano **e chega a essas terras** faz, geralmente, duas coisas: antes de tudo descobre a América, e depois tenta granjear o público (...).]

3) *Ah, se si sapessero in Italia queste panzane! [...] Ma anche all’estero la commedia non può ingannare nessuno. Basta ricordare gli effetti dell’opera intrigante e delittuosa di codesto capo dei fasci [...] per capire che anche **qui, nell’America Latina**, quest’ultimo inviato di Mussolini gioca a partita doppia [...] tutto é prestabilito da Roma e risponde a un piano premeditato per addormentare l’attenzione [...] **qui in America**, della vecchia emigrazione italiana [...].* (L’ITALIA, 14/01/32)

[Ah, si se soubessem na Itália essas mentiras! (...) Mas também no exterior a comédia não pode enganar ninguém. Basta lembrar os efeitos da obra intrigante e criminoso desse chefe dos fascistas (...) para compreender que, mesmo **aqui, na América Latina**, este último enviado de Mussolini faz jogo duplo (...) tudo é predeterminado de Roma e responde a um plano premeditado para entorpecer a atenção (...) **aqui na América**, da antiga emigração italiana (...).]

O emprego frequente do advérbio “aqui”, assim como dos demonstrativos, indica uma coincidência entre o espaço da enunciação e o Brasil. Todavia, há vários casos em que essa identidade é invertida:

1) *Ma supponiamo pure che la supposizione sia errata, che [...] Lucetti sia venuto dalla Francia col proposito di uccidere Mussolini.* (LA DIFESA, 16/09/26)

[Mas suponhamos que a suposição seja errada, que (...) Lucetti veio da França com a intenção de matar Mussolini.]

2) *Noi collegati in più parti d'Italia, disciplinati, guidati, siamo i primi nuclei, vogliamo essere il movimento nuovo liberatore.* (LA DIFESA, 30/03/30)

[Nós ligados em várias partes da Itália, disciplinados, guiados, somos as primeiras unidades, queremos ser o novo movimento libertador.]

3) *La guerra verrà e noi dobbiamo prepararci a riceverla.* (LA DIFESA, 06/01/34)

[A guerra virá e nós devemos nos preparar para recebê-la.]

Nesses trechos parece que o enunciador está falando da Itália: o verbo “*venire*” [vir] no primeiro e no terceiro exemplos indica um movimento que vai de fora em direção ao espaço do enunciador, que, portanto, está na Itália (é na Itália que Lucetti entrou para atentar contra a vida de Mussolini, e é ainda à Itália que a guerra estava chegando). No segundo trecho, a intensidade e a presença de espírito manifestada pelo enunciador transmite a ideia de que esse movimento libertador está se criando no interior do país que precisa ser salvo da tirania, não no estrangeiro.

Dessa alternância entre Itália e Brasil, como lugares privilegiados da enunciação, emerge um *ethos* que quer se colocar contemporaneamente em dois espaços. É um *ethos* dividido entre o desejo de estar na Itália para salvá-la do perigo fascista e a necessidade de ficar no Brasil para organizar e continuar essa luta. É um *ethos* que se coloca no limiar entre Itália e Brasil: enquanto a pátria inteligível está no Brasil, o corpo apaixonado está na Itália. Com efeito, quando analisa a situação econômica e política da Itália, ou quando pretende explicar aos leitores o desenvolvimento dos fatos, o tom da voz do jornal é mais pacato, razoável; ao contrário, quando irrompe a paixão e, em particular, nos momentos em que denuncia, acusa, sofre, defende, *La Difesa* se coloca em conjunção com a pátria amada. À medida que o jornal fala de forma privilegiada para o leitor italiano, também parece falar para o leitor brasileiro: por um lado, *La Difesa* se constitui como voz dos italianos amantes de

liberdade, por outro, defende sua italianidade na pátria estrangeira. A sua luta não é só contra o fascismo, mas também para defender o seu espaço e a sua identidade no Brasil. De fato, qualquer brasileiro que quisesse entrar nesse “espaço” para contestar o jornal ou suas ideias depararia com um *ethos* forte, convicto, que não se dobra e nunca vai desistir de sua missão.

Também no *Fanfulla* o tom grandiloquente da voz remete a um *ethos* fortemente ligado à Itália. No entanto, as referências dêiticas espaciais remetem a um “aqui” fora da Itália, a um “aqui” no Brasil. É um *ethos* que não está na Itália, mas no Brasil, porque, se a Itália está vivendo o período mais grandioso de sua história, é no Brasil que o fascismo deve ser divulgado entre os imigrantes italianos e entre os próprios brasileiros. O *Fanfulla* se constitui, portanto, como ponte entre Itália e Brasil, como veículo de “italianidade” surgido no Brasil para convencer qualquer leitor, mas especialmente os brasileiros, da grandeza de Mussolini e, por conseguinte, da Itália.

O estudo das isotopias temáticas fortalece essas ideias. Observamos que, ao longo de suas publicações, ambos os jornais utilizam prevalentemente o tema da pátria para causar um forte impacto nos leitores, porém, se no *Fanfulla* o tema da pátria é sempre usado para exaltar a grandeza do fascismo, em *La Difesa* o tema da pátria é apresentado tanto como lembrança da antiga grandeza italiana, hoje obscurecida pelo fascismo, quanto como incitação a lutar por ela¹⁷¹. O *Fanfulla* se dirige a italianos que se orgulham da Itália fascista, porque fascismo significa força, sucesso, glória, triunfo. Nas páginas de *La Difesa*, por sua vez, o enunciador constrói a sua imagem com base na imagem de um enunciatário que é, sim, saudosos da pátria mãe porque está afastado, mas sem paixão de falta nostálgica. Aqui, o tom empregado para se referir à Itália não é nostálgico, mas firme, consciente da grandeza do país e da necessidade de defendê-lo do perigo fascista. Não há tempo nem espaço para sentimentos melancólicos: o que é mais urgente é a necessidade de se erguer contra o fascismo e libertar a Itália: *La Difesa* se coloca desde seu nascimento até o seu fim como o principal instrumento para essa luta.

¹⁷¹ Seguem mais exemplos, além dos já citados durante a análise: “‘Giustizia e Libertà’ afferma che la liberazione d’Italia deve essere opera degli italiani.” [Giustizia e Libertà [jornal italiano que se publicava na Itália] afirma que a libertação da Itália deve ser obra dos italianos] (LA DIFESA, 30/03/30); “Quella mano non ha profanato Arturo Toscanini che, vittima di colui che ha tutto profanato in Italia, ci appare ora più nostro, più puro; quella mano ha schiaffeggiato l’Italia [...]” [Aquela mão não profanou Arturo Toscanini que, vítima daquele que tudo profanou na Itália, nos parece agora mais nosso, mais puro; aquela mão esbofetou a Itália (...).] (LA DIFESA, 25/05/31).

CONCLUSÕES

Analisar os jornais italianos do começo do século XX é como se lançar em uma viagem sem destino: à medida que nos afastamos do ponto de partida, penetramos em um mundo que se transforma continuamente. Logo, as ideias iniciais começam a assumir feições distintas daquelas que se imaginavam no início da viagem. Quando voltamos a refletir para avaliar o percurso, um mundo novo se revela diante de nós.

Em nosso primeiro contato com *La Difesa*, acreditávamos que sua orientação política, transformada até mesmo em propósito de luta já em suas páginas iniciais, sugeriria a construção de um *ethos* discursivo baseado nessa sua característica marcante. Embora tivesse sido possível definir o *ethos* de *La Difesa* tão somente a partir da análise de suas páginas, optamos por utilizar também o *Fanfulla* para estabelecer um contraponto: devido a seu alinhamento político ao regime fascista, a escolha desse jornal revelou-se, de fato, de grande utilidade na medida em que a contraposição naturalmente lançou ainda mais luz sobre determinadas características de *La Difesa*.

Tendo como ponto de partida a problematização do *ethos* discursivo de *La Difesa*, abriam-se, assim, diante de nós, ao menos três hipóteses a serem verificadas pela análise do material de pesquisa: (1) uma hipótese, segundo a qual o papel central da orientação política de *La Difesa* definiria seu *ethos* discursivo; (2) a segunda, completamente contrária à primeira, que excluía qualquer influência desse elemento na definição do *ethos* do jornal; (3) finalmente, uma hipótese intermediária, segundo a qual a sua orientação política, não obstante se configurasse como o traço mais característico do hebdomadário, apresentaria influência apenas limitada na construção de seu *ethos* discursivo.

Ao longo de nossa pesquisa, trabalhamos com a noção de “dialogismo”, que nos remete à ideia de uma construção discursiva extraída de dois elementos interligados: o discurso do enunciador e a imagem de seu público por ele pressuposta. O discurso seria, assim, produto da projeção do destinatário segundo o enunciador: uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser”. Nessas condições, sendo a orientação política do jornal a sua característica central, imaginava-se, de forma até mesmo intuitiva, que seu público alvo também fosse caracterizado por esse elemento. Todavia, à medida que se percorriam as páginas do jornal, desvendou-se outro elemento que se mostraria, este sim, fundamental para a caracterização do *ethos* discursivo tanto de *La Difesa* como do *Fanfulla* e colocaria em segundo plano a influência da orientação política na construção de seu *ethos*.

De fato, antes de qualquer posicionamento ideológico, esses jornais apresentavam uma peculiaridade própria, ausente de qualquer outra publicação de caráter exclusivamente nacional: assim como seus destinatários, ambos os jornais encontravam-se divididos entre dois mundos, situando-se no limiar entre Itália e Brasil, entre a terra de origem e a terra de adoção. A partir disso, longe de suas diferenças ideológicas, foi essa a similaridade mais evidente de ambas as publicações, que se revelou como a característica mais contundente de seu *ethos*: tanto *La Difesa* quanto o *Fanfulla* tentam se conectar com o seu destinatário, o imigrante italiano no Brasil, através da definição da italianidade.

Mas, se esse foi o elemento central na construção do *ethos* de cada uma das duas publicações, em que medida elas se diferenciavam? É exatamente neste ponto específico que a orientação política passa a exercer influência, provocando, no *ethos* discursivo de *La Difesa*, certo distanciamento em relação ao do *Fanfulla*. Isto porque, não obstante ambos se situassem no limiar entre Itália e Brasil, a orientação política de cada um deles influenciava a modulação de seu discurso, que os levava a se posicionarem distintamente seja em relação a seu destinatário, seja em relação ao objeto de seu discurso. O *ethos* “do limiar”, neste caso, não se mostrou uma condição absoluta, podendo exibir diferentes graus de distanciamento em relação ao país de origem e ao país de adoção.

Mais precisamente, no que se refere a *La Difesa*, sua orientação política declaradamente antifascista o posiciona como contraponto claro ao regime instituído na Itália. O jornal apresentava-se, assim, como instrumento de luta contra o regime, como veículo de denúncia, assumindo a forma de um “programa”, cujo objetivo era reunir simpatizantes engajados nessa batalha. Diante desse propósito bastante claro depreendido de suas páginas, seu discurso o situava prevalentemente na Itália, não obstante falasse para um público que vivia no Brasil.

Igualmente situado no limiar entre Brasil e Itália, o *Fanfulla*, jornal alinhado ao regime de Mussolini, apresentava um posicionamento diferente. Ainda que, como *La Difesa*, muitas vezes se reportasse a fatos ocorridos no país de origem, na medida em que se apresentava como instrumento de propaganda do regime, situava-se na maior parte das vezes no Brasil, falando para um público que também estava no Brasil. Enquanto no primeiro caso, a sociedade em questão era a sociedade italiana, no segundo, as referências eram à sociedade imigrante da capital paulista. Duas abordagens distintas que produziram efeitos profundos na identificação dos jornais com seus respectivos públicos.

Mesmo com a grande distância existente entre o “ser discursivo” e o “ser real”, a análise do discurso apresentado pode, então, trazer à tona alguns elementos que, também

levando em conta o material histórico, podem contribuir de forma significativa para as pesquisas acerca do fenômeno migratório dos italianos de São Paulo.

A partir disso, acreditamos, por exemplo, que mereceriam continuidade e aprofundamento questões como a definição do perfil do imigrante italiano em São Paulo e no Brasil. Se, como se constatou, os jornais italianos tinham penetração tão importante na população paulista, questiona-se se o estigma do imigrante italiano pobre e analfabeto pode, de fato, corresponder às características daquela população. É verdade que parte considerável dos italianos no Brasil era, como afirmam os historiadores com base em dados e estatísticas, de baixa extração social e que chegava ao Brasil com um nível muito limitado de alfabetização, mas parece ser também verdade que eles se constituíam em um grupo muito mais heterogêneo do que o estereótipo do italiano pobre e analfabeto pode deixar transparecer.

É possível questionar ainda se, como se pretende, a maioria dos italianos da época orientava-se, de fato, segundo ideias fascistas. Por mais que seja difícil responder de maneira conclusiva a essa questão, podem ser feitas algumas conjecturas com base no material analisado, que, embora não possam refutar a orientação fascista dos imigrantes daquela época, também não podem confirmá-la.

O fim de *La Difesa*, contrastado pelas constantes dificuldades econômicas que experimentou ao longo de sua história, poderia levar à conclusão de que os imigrantes italianos de São Paulo se alinhavam às ideias fascistas propagadas pelo *Fanfulla*. Daí o seu insucesso. Entretanto, tal conclusão não pode ser sustentada pelo estudo realizado, isto porque, tecnicamente, as razões que levaram ao fim de *La Difesa* parecem ser de outra ordem. Neste ponto particular, o estudo do *ethos* desses jornais desvenda outra interpretação possível.

Com efeito, esse trabalho partiu do pressuposto teórico que o *ethos* discursivo é construção que se faz da conjugação entre o discurso do enunciador e a imagem pressuposta de seu público; para ser aceito pelo destinatário o enunciador deve projetar uma imagem condizente com aquela esperada por seus destinatários. Transplantada tal noção à área jornalística, pode-se concluir que o sucesso de um jornal se deve à sua capacidade de incorporar as expectativas dos leitores. Se considerarmos que o *ethos* discursivo do jornal é construído a partir da imagem pressuposta de seu leitor pelo enunciador e se levarmos em conta ainda que, no caso dos dois jornais italianos, nossa pesquisa revelou que a orientação política não era o elemento essencial na caracterização do *ethos*, podemos concluir que o peso do discurso fascista/antifascista na adesão do público da época talvez fosse relativo. Tanto é verdade que também o *Fanfulla* acabaria desaparecendo no futuro.

A marca fundamental desses jornais, já presente no *Fanfulla* antes mesmo de seu alinhamento ao regime de Mussolini, era a “italianidade”. Eram jornais editados em língua italiana tendo como destinatário o imigrante italiano. Assim como o imigrante, esses jornais dividiam-se entre duas pátrias – a de origem e a de adoção –, tentando se integrar na nova sociedade sem esquecer e negligenciar suas raízes. Talvez o fracasso de *La Difesa*, a partir dessas considerações, possa derivar de uma falta de correspondência entre o leitor pressuposto e o leitor real que não era necessariamente devida a sua orientação política.

Como foi destacado no capítulo “Emigração e desenvolvimento da imprensa em língua italiana em São Paulo”, não obstante seu amor pelo país de origem, parte considerável dos imigrantes italianos, sobretudo do norte da Itália, ao deixá-la, procurava um novo local para fixar suas raízes (ALVIM, 1986). O próprio surgimento de inúmeros jornais e folhas em língua italiana respondia à exigência de reproduzir hábitos parecidos com os da terra de origem. Conforme evidenciado, é verdade que a imprensa italiana de São Paulo relatava eventos ocorridos na Itália, mas se ocupava também de notícias e acontecimentos relacionados à nova vida brasileira. Observamos que, com exceção da breve parêntese de *L'Italia (La Difesa)*, que se preocupou por um breve período de criar também seções especialmente ligadas ao dia a dia de São Paulo (notícias de esportes, seções de eventos locais, etc.), o jornal *La Difesa* tinha, durante toda sua existência, como tema principal o panorama político italiano e, sobretudo, a luta contra os fascistas, diminuindo ou excluindo de suas páginas notícias que não fossem relacionadas com esse tema. Situando-se principalmente na Itália, *La Difesa* reportava fatos relativos a uma sociedade distante da vida dos imigrantes, invocando uma luta que não era mais deles, ou, ao menos, que não o era na intensidade pretendida pelo jornal.

Em contrapartida, ao longo das páginas do *Fanfulla*, ainda que referências à vida política italiana fossem frequentes, eram noticiados acima de tudo eventos relativos à sociedade italiana na capital, assuntos que ligavam seus leitores por meio do traço comum da italianidade, reunindo-os, porém, como italianos fora da Itália, por meio de um forte sentimento cooperativo que os ajudava a integrar-se no universo novo ao qual agora pertenciam. Com escolhas distintas em relação ao *La Difesa*, o *Fanfulla* era uma voz que se situava no Brasil, assumindo distanciamento da pátria de origem similar ao de seus leitores. Além disso, é possível pensar que a crescente integração das novas gerações à nova pátria e a perda de influência da língua italiana em relação à língua local estivessem entre os motivos que levaram à queda na relevância desses jornais.

A partir dos resultados obtidos em nosso trabalho, abrem-se também novas possibilidades de estudo a serem desenvolvidas em pesquisas futuras. Fica assim o sentimento de satisfação por ter lançado luz sobre importantes fontes históricas até então pouco estudadas e por ter podido realizar uma análise desse material a partir de uma perspectiva discursiva, que nos permitiu viajar não somente para a São Paulo do início do século XX, podendo ver a cidade através de outras cores, mas também conhecer um pouco mais acerca da vida daqueles imigrantes italianos que, pelas mais variadas razões, fizeram a mesma viagem que eu mesma viria a fazer quase um século depois.

Fica, no mais, o sentimento de ter, de alguma forma, contribuído para o desenvolvimento da pesquisa acerca desse tema tão apaixonante que é a imigração italiana. O trabalho realizado confirmou a complexidade do fenômeno da imigração e confirmou a ideia que, para obter resultados mais eficazes, os estudos inerentes a essa área devem ser pautados pela interdisciplinaridade. Isso vale também para os dados editoriais levantados em nossa pesquisa acerca dos jornais italianos, que julgamos merecerem também a atenção de especialistas de outras áreas. Diante disso, esperamos que o trabalho de análise desenvolvido e os resultados conseguidos possam estimular outros pesquisadores e servir de base para estudos futuros.

Referências bibliográficas

ALVIM, Z. M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANGENOT, M. *La parole pamphlétaire*. Paris: Payot, 1995.

AMOSSY, R. (Org.) *Imagem de si no discurso. A construção do éthos*. Tradução D. F. da Cruz, F. Komesu, S. Possenti. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF, 2010.

_____. *L'argumentation dans le discours*. Paris : Armand Colin, 2012.

_____. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. *Argumentation et Analyse du Discours*. 2012b. Disponível em: <<http://aad.revues.org/1346>>. Acesso em: 17 out. 2015.

AMOSSY, R.; HERSCHBERG PIERROT, A. *Stéréotypes et clichés. Langue, discours, société*. 3ème éd. Paris: Armand Colin, 2011.

ANSCOMBRE, JC.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1988.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução M. A. Junior, P. A. Farmhouse, A. do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

BAILY, L. S. The role of newspapers in the assimilation of Italians in Buenos Aires and S. Paulo. 1893-1913. *International Migration Review*, 12. The Center for Migration Studies of New York, p. 321-340, 1978.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARROS, D. L. Pessoa de. *Teoria do discurso – fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique [Aide-mémoire]. *Communications*, 16, Recherches rhétoriques, p. 172-223, 1970. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1970_num_16_1_1236>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *La retorica antica*. Tradução P. Fabbri. Milano: Bompiani, 1993.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 5. ed. Tradução M. G. Novak, M. L. Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução E. Guimarães. Campinas: Pontes, 2006.

BERTOLLA, C. “Rapporto”. In: TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1989.

BERTONHA, J. F. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919 – 1945*. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2008.

BEVILACQUA, P. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2009. v. 1.

BONHOMME, M. De l'argumentativité des figures de rhétorique. *Argumentation et Analyse du Discours*, 2009. Disponível em: <<http://aad.revues.org/495>>. Acesso em: 17 out. 2015.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

BRONCKART, JP. *Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2012.

CARMAGNANI, A. M. G. *A Argumentação e o Discurso Jornalístico: a questão da heterogeneidade em jornais ingleses e brasileiros*. São Paulo: PUC-SP, 1996.

CHARAUDEAU, P. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. *Frontières et dérives*. *Semen*, 22, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2793>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Pathos et discours politique. In: RINN, M. (Coord.). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Presses universitaires de Rennes: Rennes, 2008. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-et-discours-politique,99.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *Discurso político*. 2 ed. Tradução F. Komesu, D. Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Discurso das mídias*. Tradução A. S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. Tradução F. Komesu. São Paulo: Contexto, 2012.

CENNI, F. *Italianos no Brasil. Andiamo in 'Merica*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CICERONE, M. T. *L'oratore (De oratore)*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.

CONSOLMAGNO, M. *Fanfulla: perfil de um jornal de colônia, 1893-1915*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DE BONI, L. C; COSTA, R. *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1991.

DE MAURO, T. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Bari: Laterza, 1995.

DISCINI, N. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Ethos e estilo*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *O sujeito no jornal*. Gragoatá, Niterói, v. 16, p. 209-227, 2004.

_____. *Fronteiras móveis na definição do corpo*. Gragoatá, Niterói, n. 35, p. 229-246, 2013.

DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*, Paris: Hermann, 1972.

_____. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, n. 5, 1983. Disponível em: <http://clf.unige.ch/files/2014/4111/1819/02-Ducrot_nclf5.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *O dizer e o dito*. Tradução E. Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.

ECO, U. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

EGGS, E. Éthos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagem de si no discurso. A construção do éthos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 29-52.

FELMAN, S. Le discours polémique. *Cahiers de l'Association internationale des études françaises*, 1979, n. 31. p. 179-192, 1997. Disponível em:

<http://www.persee.fr/doc/caief_0571-5865_1979_num_31_1_1195>. Acesso em: 17 out. 2015.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Em busca do sentido. Estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2010.

_____. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FRANZINA, E. *Gli italiani al nuovo mondo. L'emigrazione italiana in America 1492-1942*. Milano: Mondadori, 1995.

FRANZINA, E.; BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2001. v. 1.

_____. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2001. v. 2.

GATTAI, Z. *Anarquistas, graças a Deus: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, R. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. *Estudos Linguísticos* 5, Lisboa, Edições Colibri/CLUNL, p. 195-212, 2010.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 2017.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido. Ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GRILLO, S. V. C. de. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Editora

Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

HECKER, A. *Um socialismo possível. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISOCRATE. *Antidosi*, 235-255. Disponível em:

<http://www.poesialatina.it/_ns/Greek/tt2/Isocrate/Antidosi253.html>. Acesso em: 17 out. 2015.

ISOCRATES. *Antidosis*. Trad. G. Norlin. Cambridge, MA: Harvard University Press; Londres: William Heinemann Ltd, 1980. Disponível em:

<<http://data.perseus.org/texts/urn:cts:greekLit:tlg0010.tlg019.perseus-eng1>>. Acesso em: 17 out. 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. *Le discours polémique*. Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p. 3-40, 1980.

_____. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. 4^{ème} ed. Paris: Armand Colin, 2002.

KLEIN, H. S. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Novos estudos*, CEBRAP, n. 25, p. 95-117, 1989.

LORUSSO A. M.; VIOLI P. *Semiotica del testo giornalistico*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2004.

MAFFEI, H. L. Immigranti italiani nello stato di São Paulo all'inizio del XX secolo. Analisi delle fonti di ingresso e di uscita. In: DE BONI, L.; COSTA, R. *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1991.

MAINGUENEAU, D. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.

_____. *L'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette, 1994.

_____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução M. Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagem de si no discurso. A construção do éthos*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 75-100.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan/jun 2007.

_____. *Gêneses dos discursos*. Tradução S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Cenas da enunciação*. Tradução S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. Tradução C. P. de Souza, D. Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Que cherchent les analystes du discours? *Argumentation et Analyse du Discours*, 9, 2012. Disponível em: <<http://aad.revues.org/1354>>. Acesso em: 17 out. 2015.

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MURIALDI, P. *Come si legge un giornale*. Roma-Bari: Laterza, 1978.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PERELMAN, C. *O império retórico. Retórica e argumentação*. Tradução F. Trindade, R. A. Grácio. Porto: Asa Edições, 1993.

PERELMAN, C.; TYTECA, OLBRECHTS, L. *Tratado da argumentação – a nova retórica*. Tradução M. E. Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PETRONE, P. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: DE BONI, L. A. (Org.). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. p. 489-507.

PETRONE, SCHORER, M. T. Abolizione della schiavitù e immigrazione italiana nello stato di São Paulo. In: DE BONI, L. A; COSTA, R. *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino: Edizioni della Fondazione Giovanni Agnelli, 1991. p. 3-26.

PICCOLI, P.; VADAGNINI, A. *Degasperi. Un trentino nella storia d'Europa*. Soveria Mannelli: Rubettino Editore, 2004.

QUINTILIANO, M. F. *La formazione dell'oratore (Institutio oratoria)*. Milano: Rizzoli, 1997. v. 3, libri IX – XII.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA GUIMARÃES, G. *Dicionário de Comunicação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RABATEL, A. *Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du Mort qu'il faut de Semprun*. 2004. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2334>>. Acesso em: 17 out. 2015.

ROTELLINI, V. *Il Brasile e gli Italiani*. Firenze: Bemporad & Figlio Editori, 1906.

SANTORO, E. *Do tempo: narrar em italiano e português*. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIN. Brasília: Abralín, v. 1, p. 929-935, 2005.

SERIANI, L. *Italiano. Grammatica, sintassi, dubbi. Le Garzantine*. Torino: Garzanti, 2008.

SVIMEZ (Associazione per lo sviluppo dell'industria nel Mezzogiorno). *Statistiche sul Mezzogiorno d'Italia, 1861-1953*. Roma: Failli, 1954.

THULLIER, F. Synonymies et différences: le cas de paraître et sembler. In: VAUGUER, C.; LAVIEU, B. (Dir.). *Les verbs dans tous ses états. Grammaire, sémantique, didactique*. Namur: Presse Universitaire de Namur, 2004.

TRECCANI (Vocabolario e Enciclopedia). Disponível em: <<http://www.treccani.it/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Ítalo-Brasileiro, 1989.

_____. *Il Fanfulla di São Paulo e la stampa italiana in Brasile dal nazionalismo al fascismo*. [1990]. Disponível em: <<http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/fanfulla.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

VION, R. Effacement énonciatif et stratégies discursives. In: DE MATTIA, M. J. A. (Ed.). *De la syntaxe à la narratologie énonciative*. Paris: Ophrys Gap, 2001. p. 331-354.

VOLOSCHINOV, V. N. *Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)*. Tradução C. A. Faraco, C. Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1926. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgcel/Discurso-Na-Vida-Discurso-Na-Arte.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

VOLOŠINOV, V. N. (MICHAEL BACHTIN). *Il linguaggio come pratica sociale*. Tradução R. Bruzzese, N. Marcialis. Bari: Dedalo Libri, 1980.

_____. *Marxismo e filosofia del linguaggio*. Tradução R. Bruzzese. Bari: Dedalo Libri, 1976.

ZANICHELLI, *Enciclopedia Storica*. Bologna: Zanichelli, 1975.

ANEXOS

Seguem as cópias de *La Difesa*, do *Fanfulla* e do *Estado de S. Paulo*. De *La Difesa* foram inseridas as primeiras páginas para mostrar o documento original e, logo em seguida, um recorte aumentado do editorial analisado para facilitar a sua leitura.

Quanto ao *Fanfulla*, não possuindo as cópias dos originais, mas somente as fotos que foram tiradas às imagens dos microfilmes, transcrevemos os editoriais. Por último, foi inserido o recorte do editorial do *Estado de S. Paulo*.

La Difesa

Editorial (D1) do dia 07/04/1923: *A mò di programma*

Editorial (D2) do dia 08/09/1923: *Il conflitto italo-greco*

Editorial (D3) do dia 17/01/1924: *Chi è il denigratore?*

Editorial (D4) do dia 15/02/1925: *Sui margini del manifesto*

Editorial (D5) do dia 16/09/1926: *Attentato o commedia?*

Editorial (D6) do dia 14/04/1927: *Tirate la cinghia!*

Editorial (D7) do dia 05/08/1928: *I bastardi della patria*

Editorial (D8) do dia 17/02/1929: *La questione romana e i bestioni della stampa coloniale*

Editorial (D9) do dia 30/03/1930: *Giustizia e libertà*

Editorial (D10) do dia 23/05/1931: *Uno schiaffo*

Editorial (D11) do dia 14/01/1932: *La maschera e il volto*

Editorial (D12) do dia 18/11/1933: *Gli avvenimenti dell'ora*

Editorial (D13) do dia 06/01/1934: *La guerra che viene*

SAN PAOLO (BRASILE)

SABATO 7 APRILE 1923

NUM. I

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DEGLI UOMINI LIBERI

Proprietario Gerente: LUIGI GARASCHIO
Redazione e Amministrazione (provvisorio) Rua Maria José, 57

ABBONAMENTI	
Anno	12\$000
Sostenitore	24\$000
Un numero	\$200
Per annunci, trattati con l'amministrazione.	

A mó di programma

A mó di programma, perché propriamente di programma il nostro giornale non abbisogna: se uno ne ha, esso sta tutto nel suo titolo: LA DIFESA.

E' arrivato il momento in cui tutti gli uomini liberi ed amanti di libertà devono stringersi in un unico fascio ed unire i loro sforzi per difendere quel patrimonio di libertà che i nostri padri hanno saputo conquistarci attraverso a secoli di lotte, di sacrifici, di martirii.

L'Italia, la nostra cara patria, la dolce terra che ci ha visti nascere, il paese che più antica presenta una tradizione di libertà, la madre del diritto e della civiltà, la maestra del mondo moderno è ricacciata nelle tenebre del Medio Evo, ed una setta di energumani della reazione minaccia di travolgere in una sola ruina tutte le conquiste e tutte le istituzioni liberali che onorano il paese.

Cominciò questa setta — che pure, come aveva cominciato avrebbe potuto scrivere una bella pagina nella nostra storia — col sopprimere ogni principio di diritto e di ragione, innalzando sugli altari la violenza e facendone l'unico idolo al quale tutto doveva essere sacrificato e nel quale solo poteva il nostro paese cercare il proprio avvenire, dimenticando l'evangelico **qui gladio ferit**, e peggio ancora, dimenticando — essi che pure pretendono rappresentare la continuazione della nostra più grande e gloriosa tradizione, mentre non sanno che scimiotarla in un tascio di cui non comprendono il valore, ed in un pseudo saluto romanico-polacco — dimenticando tutta la nostra tradizione di diritto, dinnanzi alla quale si abbassavano le aquile romane e faceva la voce del centurione. Hanno dimenticato che la violenza può partorire solo la violenza ed approfittando di un momento di sbalordimento stanno preparando all'Italia giornate di reazione, di vendette, di sangue.

Una serie di martiri, purissimi martiri che si disinteressatamente in olocausto alla libertà, erano riusciti a conquistarci un paese ci elevava a dignità di cittadini, diritto consacrato in una carta fondamentale, che abbiamo sempre ritenuta insufficiente, ma che ad ogni modo rappresenta già una conquista sugli antichi privilegi dinastici ed assolutisti. Ebbene, i nuovi energumani della violenza e della reazione assolutista hanno calpesta questa carta, se la sono messa sotto i piedi, hanno voluto il loro incoscienza e delittuoso disprezzo sulla volontà della Nazione, ci hanno disonorato innanzi a tutti i popoli liberi, facendoci passare per uomini incapaci di libertà, ed hanno proclamato che al disopra del volere di quaranta milioni di cittadini sta il volere ed il capriccio di un solo, un transfuga di tutti i partiti e di tutti i programmi, che ha per unico ideale quello di dominare.

Il sacrificio e l'abnegazione della Nazione e costituzione naturale, Roma, la nostra tradizione, riassumono in sé il nostro programma. Il nostro programma è un'altra setta

nefasta al nostro paese, del quale fu sempre la più terribile ed irreducibile nemica: la setta clericale. Furono essi, i clericali, il papato che è il loro genuino rappresentante, che dai primi secoli del medio evo sino a ieri chiamarono gli stranieri in Italia, non peritandosi di dare le nostre belle terre in mano dei barbari, pur di veder trionfare i propri interessi ed i propri egoismi. Di essi parla il poeta del nostro Risorgimento, quando, dopo avere enumerati tutti coloro che avevano lavorato ai danni del nostro paese, spogliandolo dei suoi beni e dei suoi diritti, conclude,

Ma il più gran male me l'han fatto i preti,

Razza maligna e senza discrezione.

Nè questi preti, con a capo quello che Giovanni Bovio chiamava il gran prete, il Papa, hanno oggi cambiato di proposito. Essi sono rimasti quello che erano ieri, quello che furono sempre: preti, nemici irreconciliabili d'Italia, disposti a venderla a fradria, a consegnarla in mano ai suoi nemici, se gli interessi della loro setta lo richiede. E di ciò hanno dato prova durante quest'ultima grandiosa guerra, quando erano in giuoco i destini del nostro povero paese. Il papato continuò ad essere fermo ed irremovibile nemico d'Italia, non cessando mai di fare voti per la sua sconfitta e per il trionfo dei suoi nemici. Mentre si inteneriva per la sorte dei poveri Austriaci, dei poveri tedeschi, non ebbe mai una parola di atterrito, di irrefrenata per gli italiani. Non si dimenticò però di protestare contro il governo italiano, quando si permise di occupare palazzo Venezia, già sede dell'Ambasciata Austriaca e di affermare ripetutamente i **diritti inalienabili** del papato su Roma.

Vi fu di peggio ancora. Il Vaticano era divenuto un covo di spionaggio che i nostri nemici esercitavano impunemente, sotto l'egida della libertà italiana, specialmente protetti dalla legge delle guarantee, contro l'Italia. Un mascalzone germanico, protetto della mitra vescovile, il famigerato monsignor Gierach, poté per quasi due anni compiere all'ombra del Vaticano la sua opera di spionaggio; e quando venne scoperto e condannato a morte il papato si affrettò a porlo al sicuro, potendo egli così ridersi delle leggi e delle condanne italiane.

Orbene, con questa setta è ora venuto a patti chi oggi governa, o sgovernava l'Italia, ad essa si è dato mani e piedi legato e sta mendicando una conciliazione che fino a ieri è stata considerata inammissibile e delittuosa da quanti hanno senso di libertà e di dignità. Gli è che oramai fascisti e clericali hanno interessi comuni. Il governo fascista sente che non potrà a lungo dominare senza riunire attorno a sé le forze della reazione, e primissime fra queste forze vede appunto le clericali. Perciò il miscredente, ateo Mussolini va a Canossa ed invoca nei suoi discorsi l'aiuto di Dio pel suo governo senza Dio; ed il papato, per bocca dei suoi principi riconosce nel governo fascista il sostegno della fede e della chiesa. Vincerà in questa lotta subdola di insidie e di inganni il fascismo od il clericalismo?

Non sappiamo. Certo chi perderà sarà il nostro povero

Paese, che ha già cominciato col perdere la propria libertà.

Intanto che così sta preparando la rovina del nostro paese, pure affermando di volerlo rigenerare, il fascismo lo viene disorganizzando: sopprime le scuole, ben sapendo che l'insegnamento è arma di libertà contraria a qualsiasi forma di tirannide e minaccia di dare le scuole all'estero in mano ai preti, intanto che introduce nelle scuole l'insegnamento religioso, obbligando le autorità scolastiche a riportare nelle aule scolastiche il simbolo del clericalismo trionfante; sopprime centinaia e centinaia di tribunali in un paese dove, se il culto del diritto è profondo, l'applicazione pratica della legge non è ancora completa per la deficienza della sua organizzazione giudiziaria; compie leggermente ogni altra sorta di devastazione amministrativa sotto il pretesto di fare economie e di assestare il bilancio. Assestamento che non impedisce allo stesso governo di stabilire ingenti spese per la marina e per l'esercito, specialmente per l'esercito così detto nazionale, vale a dire di fascisti che costituiranno la guardia pretoriana dei nuovi tiranni. Assestamento che non impedisce al governo fascista di surrogare agli impiegati licenziati sotto il pretesto dell'economia, altri impiegati scelti però tra le file fasciste, disoccupati, spostati che nel fascismo hanno trovato il modo di risolvere la loro questione personale, molte volte la questione del pane quotidiano che non riuscivano a procurarsi in altro modo.

Contro queste minacce, contro questi pericoli che si addensano sul nostro paese sorge LA DIFESA, che ha quindi come programma di difendere quel patrimonio di libertà, di diritto, di benessere che il martirio dei nostri padri ha saputo conquistarci. Essi colle loro lacrime, col loro sangue, colle loro vite hanno saputo conquistarcelo; a noi il sapere almeno difenderlo, se non riusciamo a conquistarne delle nuove.

Questo il nostro programma, al disopra di ogni partito. Ogni divisione, ogni lotta che non sia questa oggi ci sembrerebbe un deuto. Il fascismo cerca di riunire attorno a sé tutte le forze della reazione, dell'assolutismo, delle tenebre. Facciamo noi l'opposto; riuniamo tutte le forze vive della libertà che ancora pulsano in cuori italiani, impediamo che la setta nefasta venga ad inquinare la nostra colonia, portando il disordine entro coloro che dovrebbero, per le loro condizioni di stranieri, essere fratelli, impediamo che con la loro improntitudine vengano qui a crearci difficoltà di fronte ai nostri ospiti, ed avremo compiuto il nostro dovere nell'ora presente. Quando avremo scongiurato il pericolo imminente, e la tempesta che sta romoreggiando sul nostro capo sarà passata, allora riprenderemo il nostro posto, allora potremo dedicare i nostri sforzi a lotte più nobili ed elevate, allora potremo riprendere il cammino ora violentamente interrotto, che rimetterà l'Italia alla testa di quel progresso giuridico e civile che fu e sarà la sua grande missione storica nei secoli.

Ma solo allora, perché il farlo oggi, ripetiamo, sarebbe delitto. Per ora la nostra missione è una sola:

LA DIFESA.

ANNO I

SAN PAOLO (BRASILE)

SABATO, 8 SETTEMBRE 1923

NUM. 12

Pro Difesa

ORGANO SETTIMANALE DEGLI UOMINI LIBERI

Direttore-proprietario: R. GRADILONE
Redazione o Amministrazione: Rua Assembleia, 56 - Caixa Postal, 616

ABBONAMENTI	
Anno	12000
Sostenitore	24000
Un numero	300

Per annuali, trattasi con l'amministrazione.

IL CONFLITTO ITALO-GRECO

Non abbiamo notizie nuove da fornire al lettore di La Difesa in quanto a questo avvenimento che da una settimana tiene desta l'attenzione di tutto il mondo, e specialmente degli italiani. Il nostro non è foglio di notizie, bensì di idee, di principi. Ed il fare delle considerazioni, l'esporre delle idee intorno ad un avvenimento che non ha ancora avuto la sua soluzione è cosa difficile e pericolosa. Il che, però, non ci trattiene dal dire il nostro proposito intorno ai fatti che si sono svolti sino ad oggi.

Una commissione italiana diretta e presieduta da un generale italiano stava tracciando, per incarico avuto dalle potenze, i confini tra la Grecia e l'Albania. Il giorno della settimana scorsa, mentre la commissione trovavasi in campagna, nel territorio di Giannina, venne assalita da alcuni briganti — che tutto fa credere grigi, per quanto non si abbia ancora la prova materiale — e barbaramente trucidata, compreso persino lo *chef* della commissione.

Il truce avvenimento suscitò l'indignazione e la collera di tutti gli italiani e di tutto il mondo civile, ed il Governo italiano fondendosi con questa indignazione ne richiese dalla Grecia una riparazione ai danni ed all'affronto fatto all'Italia.

Noi che, innanzi tutto, siamo italiani uniamo il nostro sdegno a quello degli altri contrattelli, e manifestiamo tutto il nostro orrore per l'atroce assassinio commesso da un popolo civile. E sia non perfettamente d'accordo con quanto fece il Governo del nostro Paese, nel chiedere cioè una riparazione morale e materiale per l'affronto fatto al nome italiano.

Ci permettiamo, però, fare le nostre osservazioni intorno alla misura ed al modo, osservazioni che non sono di pieno accordo coll'azione esplicita dal Governo dell'On. Mussolini.

E francamente diciamo che le richieste del Governo fascista ci parvero, più che eccessive, in proprio, ed in qualche punto ridicole. Poiché, a parte la somma di cinquanta milioni che non ha grande importanza e che al più toglie alquanto della sua solennità l'affatto di espiazione che si vuole compiere in omaggio all'onore italiano offeso, dandogli almeno che di mercatissimo, ci pare che alcune delle clausole imposte alla Grecia abbiano tutta l'aria di essere dettate perché non vengono accettate, poiché nessun popolo potrebbe accettarle senza suicidarsi. Ed anche se accettate sotto la pressione della forza, esse non potrebbero essere che germe di futuri odi e di future lotte, cosa che non dovrebbe far parte delle aspirazioni di nessun Governo in questo momento, specialmente in quanto tutto il mondo sta riproverando la Francia di seminare futuri odi nella Ruhr.

Ritrova, poi — e si perdono la parola — ci si perdono la parola — che impone ai membri del Governo greco di assistere ai funerali religiosi delle vittime prima di essere imbarcate per l'Italia. Ma crede proprio seri il capo del Governo italiano all'efficacia di questi funerali religiosi? E se ci crede, se è veramente convinto che i funerali religiosi possono guidare le anime dei defunti alla felicità eterna, perché vuole profanare le funzioni cattoliche colla presenza di eretici appartenenti alla religione greco-ortodossa o greco-scismatici, quali sono i ministri della Gre-

cia? Ma non si è pensato che questi funerali celebrati da gente di diverse religioni, hanno in sé qualche cosa di così settico e di così comico allo stesso tempo, che non può suonare se non grave offesa verso le vittime?

Il modo anche, la forma seguita dall'On. Mussolini per dettare le sue condizioni alla Grecia non ci sembra il più proprio. Ci finisce dirlo, ma sembrerebbe che, invece di vederle accettate, queste proposte, che le detta faccia il possibile per renderle inaccettabili, tanto che invece di una occupazione diplomatica molti ritengono l'occupazione di Corfù un passo col quale si inizia una azione guerresca.

Un atto poi che non possiamo assolutamente approvare è la richiesta assoluta di aderire la soluzione del conflitto alla Lega delle Nazioni.

Con tutte le deficienze che porta seco, la cosa meno cattiva che uscì dalla terribile guerra che ha sconvolta l'Europa, è la Lega delle Nazioni.

Non vogliamo nascondersi i difetti che accompagnano questa istituzione, ma non possiamo, d'altra parte, inevitabili in tutte le istituzioni nuove. Ma con tutti questi difetti non cessa di essere un tentativo di quell'istituzione che fu l'aspirazione di tutti i grandi pensatori del secolo passato, compresa il nostro grande profeta del Risorgimento, Giuseppe Mazzini, che ne gettava le basi nella sua Giovane Europa.

Era nata rachitica, malatuccia, difettosa, ma era finalmente nata quell'istituzione che rappresentava il primo tentativo di attuare le aspirazioni di tutti i grandi pensatori umanitari. Poteva ora ai Governi più civili, più umanitari il portarle quei miglioramenti che si ritenessero più efficaci, più atti soprattutto a darle forza ed autorità.

Era venuta la volta d'Italia. Per la prima cosa avrebbe potuto dare un grande impulso a questa Lega che rappresenta l'istituzione più civile del moderno progresso, senza rinunziare a nessuno dei suoi diritti e delle sue rivendicazioni, essa avrebbe potuto dare questo nobile esempio di civiltà, soprattutto trattandosi di un paese dove, contro il quale il fare la voce grossa non è oggetto di grande vanto.

Si volle invece fare il contrario, si pose ogni ragione nella forza, si coltivarono ogni argomentazione sulla punta della spada e si diede, forse, il colpo mortale all'una istituzione pacifica sorta dalle grandi rovine della guerra.

E' comprensibile, del resto, l'astensione militaristica. E non si può pretendere da questo anziano istituzione pacifica sorta dalle grandi rovine della guerra.

Queste cose abbiamo voluto dire, perché è bene stabilire le responsabilità sin da principio, perché, nonostante il preteso unanime consenso di cui parla il telegrafo ufficiale, siamo certi che molti, i più forse, le dicono anche in Italia.

L'unanimità esisterà di certo; ma sarà nel fare voti che riscalda le vittoriose le sorti della Patria, ma dichiararsi pronti a tutto affrontare, a tutto sacrificare per la Patria, quando questa lo esige.

E questi voti, questa dichiarazione la facciamo noi pure con tutto l'entusiasmo e con tutta la fede di ferventi italiani; poiché l'amore e la fede nella Patria stanno al di sopra degli errori che un governo possa commettere, quali sono i ministri della Gre-

La propaganda dell'Italianità attraverso l'Arte

Scrivete Giuseppe Mazzini: La Società che vive del lavoro e della ogni qualvolta è minacciata, tributo di sangue ai figli del popolo, ha debili sacri verso di loro.

L'Italia nostra ha chiesto per la sua redenzione, per la sua salvezza, per il suo avvenire di potenza e di gloria, un tributo inespugnabile di sangue e di sacrifici ai suoi figli.

Vennero i clarissimi baccanti in veste di profeti, i mestieranti ipocriti che mentivano per la gola, e pare per un momento che l'offerta generosa e l'obsequio sublime fossero risparmiati col trionfo del tradimento. Ma, noi abbiamo provveduto all'opera ripartizione del bene della produzione onde il progresso nelle applicazioni scientifiche e l'intensificarsi del traffico non torni solo a vantaggio di pochi.

Per le condizioni economiche che assiepano la libertà dello spirito, Ma quando lo spirito sia libero, pericolosamente libero, è necessario tener presente che esso può volgersi tanto al bene quanto al male. In ogni uomo primitivo sono i germi del bene e della virtù; bisogna illuminare la facoltà di scegliere fra il male e il bene, fra l'ozio e il dovere. Troppa volte la storia della

popolo diventa ogni giorno più degno della universale missione affidata ai suoi figli alla gente latina.

Il popolo nostro e per sua natura, e per buone tradizioni, e per antica civiltà ama e venera l'arte più di ogni altro. Anche questa sua virtù, come tante altre, se non coltiva e valorizza al punto, l'arte, l'arte partecipa della grande società civile, diffondiamo l'arte in seno alle masse, sforziamoci di sostituire il libro al bicchiere, il teatro di posa e di musica, l'esposizione di pittura e di scultura alle sentenze dei tribunali, costumi. Otterremo così con i nobili mezzi, a tutte le menti ed a buon mercato, col moltiplicarsi delle biblioteche, quelle che oggi sono pochissime, col teatro statale e comunale aperto talvolta senza scopo di lucro, con l'aprire le botteghe d'arte alleiate dal trattamento musicale.

Diamo qualche volta un carattere, specialmente popolare ai concerti, alimentando con le dizioni degli autori più facili il gusto della plebe.

Per la tradizione artistica che vorremmo vastamente diffusa per l'elevazione morale di nostra gente, e non per il lucro o la gloria, dovremmo rispondere allo scopo. Poiché, ciò dallo spirito estetico di nostra gente secondo le grandi tradizioni del glorioso passato e non incarnate nella corruzione europea inquinando di esotismo l'anima superbiamente latina della stirpe italiana. Dovrebbe santificare la nobile fatica frustando il parassitismo snobistico, l'ozio

Amici, compagni,

Diffondete fra i vostri amici e i simpatizzanti del giornale il

Francobollo Pro Difesa

grandi aberrazioni umane ci mostra come gli spiriti se abbandonati agli istinti della natura involta si volgono di preferenza alla malvagità.

Si insegnano al nostro popolo, si e no, a leggere e scrivere. A qualcuno sembra sufficiente.

Coi Maestri potremmo chiedere: Voi sapete leggere che montate se ne sapete in quali libri si trovi Ferrero, in quali la verità? Voi sapete, scrivendo, con i vostri pensieri ai vostri fratelli: che importa, quando i vostri pensieri non accennassero che ad egoismo?

Il nostro dovere verso il popolo è ben più alto e più grande, c'è un solo modo di renderlo più felice, di ricavarlo nel triadico necessità di casta, dichiara il popolo nostro sordo ad ogni voce educatrice. Che cosa abbiamo fatto per toglierlo dall'abbiezione? Forse tutto il possibile? Ah, l'anima ironica della risposta!

Avversi ai demagoghi che blandiscono l'ignoranza e lusingano la rozzezza, noi — che abbiamo senza disprezzo e senza ambiguità debollezze la gente nostra — sappiamo stimare le sue virtù e le sue colpe, i suoi meriti ed i suoi mali. Ma, come un buon dottore aiuta l'energia vitale a vincere la malattia, così noi vogliamo, per le cure assidue, aiutare lo sviluppo dei sentimenti buoni e generosi e vincere per essi le piaghe tuttora aperte nella grande anima della stirpe.

Poiché i mali sono zasti e diffusi, l'opera di sanamento non può essere efficace se non complessa e molteplice. Tutti debbono concorrere: con la penna e la parola, col pensiero e con l'esempio, dal libro, dal giornale, dalla cattedra, come l'uomo quotidiano attività che pone l'uomo fra gli uomini. La grande crociata civile varrà a far sì che il nostro

torpe anche se raffinato, la degenerazione dedita ai dissimili amori sensuali, dovrebbe contare la forza virile, magnificare le grandi imprese, le gesta eroiche, il primato spirituale della Nazione Eletta.

Ritornare, d'un lato, il gusto del popolo affinché ripudi l'eccezionalità e preferisca opere nostre sane, estetiche, perennare, d'altra parte, gli autori ad ispirarsi costantemente ad illuminato senso d'umanità e di perfezione morale; valorizzare gli ingegni viceri raccogliendo e divulgando vastamente i frutti della loro attività; e a questi scopi tende l'Opera Nazionale di Propaganda Italia "Eletta".

Per raggiungere le finalità altissime della sua missione "Eletta" ha promossa conferenze edizioni di carattere altamente educativo in più di sessanta città, ha istituito consoli in Italia e all'estero, ha pubblicato volumi, opuscoli, fascicoli e giornali vastamente diffusi, ha recato efficace contributo ad opere d'italianità culturali e filantropiche. Molto, dunque, ha fatto fin qui ma moltissimo deve fare ancora. Ogni nobile spirito combattuto con lei e per la redenzione artistica e per la maggior educazione del nostro popolo: grandi auspici di sicuri destini.

GIUSEPPE ROBERTO MANDEL

AGLI ABBONATI

E' incaricato delle riscossioni in città il signor ERICOLANO MARINELLI, che raccomandiamo vivamente ai nostri amici.

Il fascismo all'estero

Il Governo e il Partito fascista stanno facendo sforzi costosi per attirare dei Fasci italiani all'estero. L'on. Bottai e soprattutto il com. Bastianini, che si occupano in modo speciale del trapiantamento dei Fasci negli Stati Uniti, hanno lanciato in questi giorni il loro grido di allarme perché gli ambasciatori e i consoli d'Italia non danno abbastanza importanza agli inviti organizzatori fascisti all'estero, i quali stanno sudando quattro gocce per fare delle capitali dei due mondi ciò che con tanta facilità è stato fatto in Italia. Le cose, però, non sono così facili, come credono i commessi viaggiatori del fascismo. Tuttavia, il Lettato ambasciatore degli Stati Uniti a Roma, ha fatto dei complimenti al fascismo. Il Governo e i fascisti sono andati in solenne choro. Ma a torto. Si tratta di cortesia senza significato e senza peso. Il Governo della Repubblica italiana non la pensa come il suo ambasciatore. E non solo.

Anche gli italiani all'estero non la pensano come l'on. Bottai e il com. Bastianini. Persino il filofascista Corriere d'America, diretto dal filofascista Barzini, non vede con favore la diffusione di Fasci in America e all'estero (quattro del 22 giugno) queste prudenti conclusioni al Governo italiano:

"Le ragioni per il trapiantamento del fascismo in America mancano completamente agli occhi americani. Non esiste un solo cittadino americano, di qualsiasi classe, di qualsiasi opinione, che veda con estremo favore l'esistenza dei Fasci italiani in America. Anche coloro che pensano ad un possibile impiego di molti fascisti negli Stati Uniti, si ribellano all'idea di Fasci stranieri, dipendenti apparentemente dall'estero. Bisogna non conoscere la sensibile suscettibilità americana, la ripugnanza atavica di questo paese alle forme anche più larvate, alle apparenze stesse, di una infammetenza straniera di qualsiasi genere e colore, bisogna aver dimenticato il fenomeno della dottrina di Monroe, che è tutto un fenomeno di ribelle di un diritto portato all'espansione del fanatismo religioso, bisogna non conoscere l'ammirabile orgoglio nazionale degli americani, per immaginare la possibilità che si trovi un "yankee" pronto a proclamare il suo favore per i Fasci italiani in America, sotto qualsiasi programma.

Questo basterebbe già a sconsigliare di insistere nelle idee dell'on. Bottai e di tutti gli altri organizzatori di Fasci all'estero, perché infine quello che pensano e sentono gli americani ha qualche valore in America. E se i Fasci qui avessero per programma di combattere gli stessi nemici degli Stati Uniti, è evidente che la loro azione sarebbe inaccettabile. Se avessero invece per programma di combattere soltanto i nemici dell'Italia, questa lotta portata qui non sarebbe meno inaccettabile nel concetto americano. All'estero bisogna evitare gli urti fra italiani, risanare le scissioni dei Partiti, o almeno non esasperarle, fornire un fronte unico di italianità, rispettata e amata da tutti".

Non esiste, dunque, neppure un "yankee" che appoggi il fascismo sotto qualsiasi programma. Ci pare che basti per sconsigliare al direttore del Corriere d'America un sacco di legnate. E dire che Barzini si proclama entusiasta del fascismo in Italia.

Quale la conseguenza di questi atteggiamenti?

Una sola. Ed è che se gli altri paesi non possono tollerare il fascismo italiano se non è che il fascismo è il fenomeno specifico dei paesi arretrati, il fenomeno che tradisce non la grandezza, la fortuna e la potenza d'Italia, ma precisamente il contrario.

MACHIAVELLI FASCISTA?

Nello sforzo affannoso di creare una teoria e di invocare degli autori, predeceutori il fascismo ha creduto poter affermare di ricollegarsi alle idee del Machiavelli, alle idee di

quello grande che temprando lo scettro ai regnanti gli alter ne sfronda e alle genti avvia di che lagrimare grandi e di che sangue.

E sono stati così? Risponderli in bella mostra lo Stato forte, il fine che giustifica i mezzi, l'ammirazione per i sistemi di Cesare Borgia, la concezione di patria superiore a qualunque interesse individuale non solo, ma anche a qualunque principio di morale e di giustizia, la religione strumento di governo, il nemico che si spinge e non si accorazza, il cittadino senza diritti di fronte allo Stato onnipotente. In certi dell'anti tutti evocazioni non sono fantasie, se si tiene presente il Principe. E che fu definito il Codice della tirannia. E sarebbe certo un bel processo, per gli orgogliosi asseritori di una nuova e più decisa civiltà, il tornare ai tempi e ai sistemi di Cesare Borgia. Ma il Principe fu scritto nel 1513. Tre anni dopo, a mente più matura e con maggiore esperienza della vita, il Machiavelli scrisse i discorsi sulla prima decade di Tito Livio. E in così abbondanti osservazioni e riflessioni che dovrebbe riuscire poco di gusto ai pidiotisti fascisti.

Per esempio il fondamento delle repubbliche è riposto nella vox populi, nel consenso di tutti, proprio quel consenso a cui in pieno secolo XX si vorrebbe sottrarre. Il suo ginecetto? Il Machiavelli non ammette quel diritto divino che fu già sepolto colle monarchie più odiose e ora è così caro all'Impero di carta. Tre secoli prima del Marx, il Machiavelli aveva già detto che nelle classi moderne non vi sono in fondo che due classi: quella dei ricchi e quella dei poveri, e la storia non era se non l'eterna lotta tra chi ha e chi non ha. La libertà vera non vi può essere dove sono classi privilegiate (e gli imperialisti parlano appunto di nuove aristocrazie), il fine dell'uomo è il lavoro e il peggior nemico della civiltà è l'ozio.

I fascisti condannano, quando naturalmente non ne sono essi gli autori le agitazioni, gli scioperi, le lotte di classe. Invece il Machiavelli scriveva: "Coloro che dannano i tumulti lutra i nobili e la plebe (Come ora i capitalisti e gli operai) mi pare che biasimino quelle cose che furono prima cagione di tenere libera Roma e che considerino più ai rumori e alle grida che di tali tumulti nascevano che ai buoni effetti che quelli portavano, e che non considerino come sono in ogni repubblica due umori diversi, quello del popolo e quello dei grandi, e come tutte le leggi che si fanno in favore della libertà nascono dalla discussione loro, come facilmente si può vedere esposto seguito in Roma" (libro I, cap. 4).

E più oltre: "I tumulti il più delle volte sono causati da chi possiede, perché la paura del perdere genera in loro le medesime voglie che sono in quelli che desiderano acquistare, perché non può avere agli uomini possedere sicuramente quello che l'uomo ha se non si acquista di nuovo dell'altro. E di più vi è che, possedendo molti, possono con maggior potenza e maggior modo fare altera-

IL CONFLITTO ITALO-GRECO

Non abbiamo notizie nuove da fornire ai lettori de *La Difesa* intorno a questo avvenimento che da una settimana tiene desta l'attenzione di tutto il mondo, e specialmente degli italiani. Il nostro non è foglio di notizie, bensì di idee, di principii. Ed il fare delle considerazioni, l'esporre delle idee intorno ad un avvenimento che non ha ancora avuta la sua soluzione è cosa difficile e pericolosa. Il che, però, non ci tratterà dal dire il nostro proposito intorno ai fatti che si sono svolti sino ad oggi.

Una commissione italiana diretta e presieduta da un generale italiano stava tracciando, per incarico avuto dalle potenze, i confini tra la Grecia e l'Albania. Un giorno della settimana scorsa, mentre la commissione trovavasi in campagna, nel territorio di Giannina, venne assalita da alcuni briganti — che tutto fa credere greci, per quanto non si abbia ancora la prova materiale — e barbaramente trucidata, compreso persino la *chauffeur* che guidava l'automobile della commissione.

Il truce avvenimento suscitò l'indignazione e la collera di tutti gli italiani e di tutto il mondo civile, ed il Governo italiano facendosi eco di questa indignazione richiese dalla Grecia una riparazione ai danni ed all'affronto fatto all'Italia.

Noi che, innanzi tutto, siamo italiani uniamo il nostro sdegno a quello degli altri confratelli, e manifestiamo tutto il nostro orrore per il barbaro assassinio, indegno di un popolo civile. E siamo perfettamente d'accordo con quanto fece il Governo del nostro Paese, nel chiedere, cioè, una riparazione morale e materiale per l'affronto fatto al nome italiano.

Ci permettiamo, però, fare le nostre osservazioni intorno alla misura ed al modo, osservazioni che non sono di pieno accordo coll'azione esplicita del Governo dell'on. Mussolini.

E francamente diciamo che le richieste del Governo fascista ci parvero, più che eccessive, improprie, ed in qualche punto ridicole. Poiché, a parte la somma di cinquanta milioni che non ha grande importanza e che al più toglie alquanto della sua solennità all'atto di espiazione che si voleva compiere in ontaggio all'onore italiano offeso, dandogli alcuni che di mercantilismo, ci pare che alcune delle clausole imposte alla Grecia abbiano tutta l'aria di essere dettate perché non vengano accettate, poiché nessun popolo potrebbe accettarle senza suicidarsi. Ed anche se accettate sotto la pressione della forza, esse non potrebbero essere che germe di futuri odii e di future lotte, cosa che non dovrebbe far parte delle aspirazioni di nessun Governo in questo momento, specialmente in quanto tutto il mondo sta rievocando la Francia di seminare futuri odii nella Ruhr.

Ridicola, poi — ci si perdoni la parola — ci pare la clausola che impone ai membri del Governo greco di assistere ai funerali religiosi delle vittime prima di essere imbarcate per l'Italia. Ma crede proprio sul serio il capo del Governo italiano all'efficacia di questi funerali religiosi? E se ci crede, se è veramente convinto che i funerali religiosi possono guidare le anime dei defunti alla felicità eterna, perché vuole profanare le funzioni cattoliche colla presenza di eretici appartenenti alla religione greco-ortodossa o greco scismatica, quali sono i ministri della Gre-

cia? Ma non si è pensato che questi funerali celebrati da gente di diverse religioni, hanno in sé qualche cosa di così scettico e di così comico allo stesso tempo, che non può suonare se non grave offesa verso le vittime?

Il modo anche, la forma seguita dall'on. Mussolini per dettare le sue condizioni alla Grecia non ci sembra il più proprio. Ci fu cresciuto dirlo, ma sembrerebbe che invece di vederle accettate, queste proposte, che le detta faccia il possibile per renderle inaccettabili; tanto che invece di una occupazione diplomatica molti ritengono l'occupazione di Corfu un passo col quale si inizia una azione guerresca.

Un atto poi che non possiamo assolutamente approvare è la ricusa assoluta di deferire la soluzione del conflitto alla Lega delle Nazioni.

Con tutte le deficienze che porta seco, la cosa meno cattiva che uscì dalla terribile guerra che ha sconvolta l'Europa, è la Lega delle Nazioni.

Non vogliamo nascondere i difetti che accompagnano questa istituzione wilsoniana, difetti, d'altra parte, inevitabili in tutte le istituzioni nuove. Ma con tutti questi difetti non cessa di essere un tentativo di quell'istituzione che fu l'aspirazione di tutti i grandi pensatori del secolo passato, compreso il nostro grande profeta del Risorgimento, Giuseppe Mazzini, che ne gettava le basi nella sua Giovane Europa.

Era nata rachitica, malatuccia, difettosa, ma era finalmente nata quell'istituzione che rappresentava il primo tentativo di attuare le aspirazioni di tanti grandi pensatori umanitari. Tocava ora ai Governi più civili, più umanitari il portarle quei miglioramenti che si ritenessero più efficaci, più atti soprattutto a darle forza ed autorità.

Era venuta la volta d'Italia. Per la prima essa avrebbe potuto dare un grande impulso a questa Lega che rappresenta l'istituzione più civile del moderno progresso, senza rinunciare a nessuno dei suoi diritti e delle sue rivendicazioni, essa avrebbe potuto dare questo nobile esempio di civiltà, soprattutto trattandosi di un paese debole, contro il quale il fare la voce grossa non è oggetto di grande vanto.

Si volle invece fare il contrario, si pose ogni ragione nella forza, si collocò ogni argomentazione sulla punta della spada e si diede, forse, il colpo mortale all'antica istituzione pacifica sorta dalle grandi rovine della guerra.

E' comprensibile, del resto. Fascismo è militarismo. E non si può pretendere da questo un'azione favorevole e quelle istituzioni che, trionfando, gli toglierebbero ogni ragione di esistere.

Queste cose abbiamo voluto dire, perché è bene stabilire le responsabilità sin da principio, perché, nonostante il preteso unanime consenso di cui parla il telegramma ufficiale, siamo certi che molti, i più forse, le dicono anche in Italia.

L'unanimità esisterà di certo; ma sarà nel fare voti che riescano vittoriose le sorti della Patria, e nel dichiararsi pronti a tutto affrontare, a tutto sacrificare per la Patria, quando questa lo esigesse.

E questi voti, questa dichiarazione la facciamo noi pure con tutto l'entusiasmo e con tutta la fede di ferventi italiani; poiché l'amore e la fede nella Patria stanno al di sopra degli errori che un governo possa commettere.

CHI E' IL DENIGRATORE?

Tutti coloro che leggono giornali non devono avere dimenticata la disastrosa impressione prodotta negli ultimi giorni di novembre, quando i giornali diedero la notizia dell'assalto alla casa dell'on. Nitti, notizia data nei suoi particolari da tutti i giornali di S. Paulo, compreso il "Fanfulla". Fu un senso di disgusto e di sgomento che invase tutti coloro che ancora speravano in un ritorno alla legalità ed alla pacificazione degli animi. Fu uno sgomento, perché per quanto si possa e si voglia discutere la politica di F. S. Nitti, non si può tuttavia negare che sia una delle più vaste e colte menti dell'odierna politica italiana, uno dei pochi per cui l'Italia intellettuale all'estero è qualche cosa, essendo i suoi libri tradotti in tutte le principali lingue ed i suoi articoli ricercatissimi dai più importanti giornali e riviste del mondo. E quando si arriva ad assaltare brigantescamente la casa di un uomo simile nel cuore della Capitale, francamente c'è di che sgomentarsi.

Ora, giorni fa e propriamente l'11 corr. l'"Estado de S. Paulo" pubblicava una corrispondenza da Roma di *Spectator*, nella quale si narrava l'avvenimento quale era accaduto e si lamentava che un uomo del valore di Nitti avesse potuto essere vittima di un simile attentato. Di fronte a tale pubblicazione che cosa avrebbe potuto e dovuto fare ogni italiano imparziale, che non si lasciasse dominare dallo spirito di parte? Comprendiamo che la cosa non può essere molto piacevole? Ma di chi la colpa, se in Italia oggi la violenza domina impune ed indisturbata anche nella stessa Capitale?

Non si sarebbe potuto fare altro che chinare il capo e lamentare il fatto in se stesso, senza neanche farne colpa al giornale che l'aveva pubblicato, perché in realtà esso era già conosciuto per la notizia telegrafica pubblicata da tutti i giornali, come abbiamo visto.

Il sig. Giovanni Miceli invece ebbe la cattiva ispirazione di rispondere ed una volta ancora dimostrò la verità del proverbio veneto, che cioè *el lacon l'è peior del buso*.

Campagna di denigrazione, dice il Miceli parlando della corrispondenza dell'"Estado"; campagna di denigrazione dell'Italia che si tende a far passare come un Paese dove non esiste sicurezza personale neanche in casa propria, neanche per uomini della levatura intellettuale e del valore di F. S. Nitti.

E sta bene. Se il sig. Miceli avesse potuto dimostrare il contrario, se avesse potuto dimostrare che la casa dell'on. Nitti non è mai stata violata, che egli e la sua famiglia godono della libertà che la legge assicura ad ogni cittadino, se avesse potuto dimostrare che l'on. Nitti gode di libertà di pensiero e che può liberamente esprimere le sue opinioni, avrebbe fatto opera pa-

triotica, non c'è dubbio. Ma purtroppo ciò non è stato, purtroppo non ha potuto distruggere neanche l'ombra di uno dei fatti narrati, non ha potuto dimostrare che duecento fascisti armati di bombe a mano e di armi da fuoco abbiano in piena Roma assaltata la villa dell'on. Nitti percuotendone i figli e maltrattandone la signora, non ha potuto negare che gli stessi fascisti non si siano comportati vandalicamente distruggendo tutto, infrangendo i mobili, spezzando quadri e specchi, facendo, come dice il popolo, *de populo bararo* e non lasciando nulla di intatto.

Miceli nella sua pretesa risposta a *Spectator* non tenta neanche di negare i fatti, cioè li ammette pienamente, vale a dire viene a riconfermare questa vergogna per il nostro Paese, il che non era proprio necessario.

Ma fa anche di peggio. Non potendo negare i fatti, né giustificarli in modo alcuno egli si scaglia contro l'on. Nitti e lo attacca come uomo, come scienziato, come uomo politico e come ministro. Supponendo per un momento che quanto il sig. Miceli dice fosse vero, che cosa avrebbe ottenuto il sig. Miceli? Avrebbe semplicemente detto col suo articolo: "Sì, è vero; in Italia si vive sotto il dominio della violenza e del terrore, tanto che un individuo può essere impunemente assaltato e trucidato in casa sua; ma è anche vero che in Italia si trovano uomini politici senza carattere, uomini di governo disonesti, presidenti di governi ladri e concussori... e via di seguito. Il che, ci permette di dirglielo il sig. Miceli, non ci sembra eccessivamente patriottico.

Abbiamo però fatta una supposizione e nulla più. La verità è ben altra. Che l'on. Nitti sia l'ideale degli uomini politici e che non abbia commesso errori non siamo disposti a dirlo. Che l'amnistia concessa ai renitenti di leva sotto il suo governo sia un atto lodevole neppure osiamo affermarlo, per quanto la responsabilità non debba ricadere tutta su di lui come si vuol fare, mentre dovrebbe essere condivisa dalle Camere che l'hanno approvata e dal Re che l'ha sanzionata. Ma all'infuori di ciò tutte le altre accuse che il sig. Miceli lancia contro l'on. Nitti si direbbero quasi che hanno l'aria di calunnie.

Cominciamo dalla più grave. — Gli domandammo dove ha preso i dodici milioni che possiede ed egli non ce l'ha detto, afferma il sig. Miceli.

Ma, sig. Miceli, perché prima che a Nitti, non avete chiesto dove hanno presi le centinaia di milioni a molti pescicani analfabeti arricchiti durante la guerra e che a guerra finita si sono messi a fare i patrioti, sussidiando lautamente le spedizioni fasciste? A costoro avreste dovuto chiederlo e sareste stato logico e giusto. Ma a Nitti... Sapete meglio di noi che i libri

di Nitti sono letti, tradotti in tutte le lingue, che i suoi articoli sono ricercatissimi ovunque e pubblicati dalle riviste americane che pagano lautamente. E con tanto lavoro, con tanto nome vi meravigliate se egli possiede dodici milioni? Strano: trovate giustificato che un analfabeta possieda cento milioni e non sapete comprendere come una delle più vaste mentalità d'Italia, certo l'uomo di maggior cultura della politica italiana ne possieda dodici.

Il sig. Miceli fa colpa all'on. Nitti perché sotto il governo di lui furono dai socialisti iniziate le violenze. Ebbene, ci permetta il sig. Miceli di dirgli che si sbaglia. Le violenze non furono opera né di socialisti, né di repubblicani: furono opera dei futuri fascisti. Sì, furono opera dei futuri fascisti, vale a dire degli scontenti, dei pescatori nel torbido che dapprincipio credendo che il socialismo dovesse trionfare si iscrissero al socialismo riuscendo così per qualche tempo a toglierli la sua fisionomia ed a far trionfare, contro il volere dei vecchi fondatori del socialismo, la violenza. Gli stessi poi, quando si convinsero che non sarebbero riusciti a trascinare dove essi volevano il partito socialista, dopo che per opera dei Turati, dei Prampolini, dei Treves videre abortire i pazzi tentativi di bolscevizzare l'Italia, allora si staccarono e passarono al fascismo, dove poterono più facilmente sfogare la loro foia di violenza.

Non è convinto di ciò il sig. Miceli? Dia uno sguardo agli uomini che hanno oggi il potere nelle mani e che personificano il fascismo e vedrà che vengono tutti dall'esercito dei malcontenti, dei rivoluzionari irriducibili. Mussolini, Bianchi, Rosoni, Dinale, Massimo Rocca già Libero Tancredi, persino la puzzolenta Riger si sono trascinati dietro, e tanti altri che se ne potrebbero riempire parecchi numeri del nostro modesto foglio. Altro che farne colpa a Nitti, caro sig. Miceli.

Nitti è colpevole — secondo il sig. Miceli — di non avere risolto il problema di Fiume. Ma, e perché non l'hanno risolto gli altri governi prima e dopo di Nitti, Orlando, Bonomi, Giolitti, Facta... E perché in più di un anno di governo non è riuscito a risolverlo l'on. Mussolini, l'uomo cannone che doveva in ventiquattro ore mettere a posto il mondo intero? Perché anzi, stando alle ultime notizie telegrafiche, questi è disposto ad arrivare alla soluzione di annettere Fiume all'Italia, cedendo alla Jugoslavia il Delta e Porto Baros, vale a dire, accettando una Fiume senza gambe e senza braccia?

Persino alle quisquiglie ricorre il sig. Miceli per diffamare l'on. Nitti. In un suo trattatello di economia, dice, erasi dichiarato contrario ai monopoli di Stato, mentre da ministro presentò e fece votare la legge sul monopolio delle pensioni. Ma sig. Miceli, dobbiamo proprio chiedervi dove siete andato a cercare siffatte

eresie economiche? Che il volgo chiami quello delle pensioni monopolio, sta bene. Il volgo non è obbligato ad usare un linguaggio scientificamente esatto. Ma che lo faccia un giornalista colto come Voi siete, via, non ci convince troppo. A questa stregha potreste chiamare monopolio quello della giustizia, monopolio quello della sicurezza pubblica, monopolio quello della pubblica istruzione, dell'igiene e via dicendo. Ma non vi pare che ciò facendo confondereste il monopolio colla funzione di Stato? Perché, vi piace? o non vi piace, l'assicurazione, come era intesa nella legge italiana, diventerà funzione di Stato, come lo è oggi quella delle pensioni.

Eppoi, non pare al sig. Miceli che sia pericoloso parlare di corda in casa dell'impiccato? Parlare di coerenza, di fermezza di carattere in difesa di Mussolini, il socialista anarcheggiante di ventotto clericali attraverso al repubblicanesimo ed alla monarchia? e tutto ciò, tutto questo cammino in quattro anni circa. Quando si è mai vista una maratona morale e politica più veloce?

Dunque... Dunque il sig. Miceli ha perduto un'ottima occasione per tacere, poiché tacendo avrebbe tutelato assai meglio gli interessi ed il decoro della Patria, di quanto non abbia fatto scrivendo il suo infelice articolo.

Giudizi affrettati

(LETTERA APERTA AL DR. ANTONIO COVELLO).

Riceviamo da un operaio di Agua Branca e pubblichiamo:

ILLUSTRE DOTT. COVELLO.

Vorrà la S. V. perdonare se un semplice operaio osa rivolgerle pubblicamente la parola. A ciò mi ha incoraggiato il discorso di V. S. che ebbi il piacere di udire giorni fa, nel quale si è mostrata francamente democratico ed amico del popolo. Non le potrà quindi riuscire sgradita né molesta la parola di un semplice operaio, anche se manca di eleganza. Le chiedo licenza dunque per fare qualche osservazione e chiederle qualche schiarimento intorno al suo bellissimo discorso, dal quale tante cose ho apprese.

Non mi azzardo a fare osservazioni intorno a quanto disse circa la politica del Paese. Sono uno straniero, ospite di questa terra, e non mi sento affatto in diritto di immischiarmene. Non cerco dunque se aveva o no ragione di criticare come ha fatto il Governo di qui. Lei ne sa molto più di me ed è al corrente della politica del Paese, cosa che non si dà con me. Quindi Lei avrà avute tutte le ragioni.

Non posso dire altrettanto, mi perdoni la franchezza, per ciò che si riferisce all'Italia, e ciò certamente non per malvolere poiché Lei, sebbene Brasiliano, è figlio d'Italiani ed ama la Patria dei suoi genitori, come ne ha dato prova fondando una società tra i figli degli Italiani, ma semplicemente perché essendo sempre vissuto all'estero, cioè, essendo sempre vissuto

Redazione e Amministrazione:

R. B. de Paranaipicaba, 5-A

Telef.: Central, 2-1-9-2

Casella Postale, 1349

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DEGLI UOMINI LIBERI

Gerente: ARISTIDES FOSCHI

Direttore: ANTONIO CIMATTI

ANNO III

Composto e impresso su "Typogr. Paulista" — Rua Assombra, 56-58

S. PAOLO — DOMENICA, 18 GENNAIO 1925

ESCE TUTTE LE DOMENICHE

NUM. 4

ABBONAMENTI

Anno 12\$000
Un numero \$200

Per annunci, trattasi con l'amministrazione.

IL MANIFESTO DELLE OPPOSIZIONI

(Diamo, deducendolo dai quotidiani, un riassunto del manifesto lanciato al popolo italiano dalle opposizioni.)

L'estremo conflitto fra i Partiti d'opposizione e il Fascismo dominatore ha portato il Governo italiano a sovvertire le leggi fondamentali dello Stato.

«La normalità costituzionale del Paese non si raggiunge.

«Il Paese soffoca con l'inaudita persecuzione della voce libera della stampa.

«Il Governo vive di una illogica forza brutale che è al di fuori delle norme legislative e al di fuori della stessa costituzione che regola la vita collettiva degli italiani. Il Governo sopprime il diritto di riunione, ha mobilitato le forze armate del suo Partito, con le quali perseguita i cittadini e le associazioni, mentre tollera e lascia impuniti le devastazioni e gli incendi.

«Tutti i delitti compiuti in questi giorni dal fascismo ricadono sull'Italia che paga al cospetto del mondo civile una colpa che non ha compiuto.

«I pretesti presi per tentare di giustificare questa politica reazionaria sono ridicoli e falsi.

«Nessuna cospirazione minaccia il Re, come ha asserito falsamente, per giustificare la sua reazione. Il Capo del Governo: nessun tentativo esiste per parte degli italiani contro le leggi dello Stato.

Contro le leggi dello Stato è invece il Governo.

«Tutto il paese è testimone che il pretesto trovato dal Governo per questa politica repressiva, è una ridicola falsità.

«L'oligarchia fascista è quella che tenta di sfuggire agli obblighi e alle sanzioni delle leggi accampando i pretesti diritti della sua rivoluzione.

«Il grido delle opposizioni è un grido irrimediabile dei rappresentanti del popolo, davanti a un delitto atroce, in favore e in difesa della moralità, della decenza, della civiltà.

«Sono già trascorsi due anni senza che il fascismo abbia dato a se stesso ed all'Italia, un equilibrio stabile e umano, o una qualsiasi soluzione alla profonda crisi che travaglia il popolo italiano.

«Non vi possono essere elezioni sotto la minaccia del Governo, nelle attuali condizioni di soffocazione di ogni libertà, iniziata da anni, inasprita in questi giorni.

«Qualsiasi sforzo per superare la crisi del popolo a traverso l'attività di un Governo come l'attuale, è una mistificazione, se non anche una indegna falsificazione.

«Al popolo d'Italia diciamo di aver fiducia nei suoi destini e nella libertà che torneranno ad essere, come lo furono, il suo retaggio più caro.

«Di fronte alla minaccia premente per il Governo, le opposizioni non cambiano di una linea la loro tattica, non volendo, con la loro presenza a Montecitorio, sanare una situazione che rovina e eredita l'Italia.

«La tardiva, ma eloquente confessione fatta alla Camera dal Presidente del Consiglio, conferma pienamente ciò che era già profonda convinzione dell'opinione pubblica: cioè che la lunga serie di delitti che hanno macchiato ed avvilito la vita pubblica italiana di questi ultimi tempi, non è che la conseguenza dell'atmosfera di odio creata dallo stesso governo che deve la sua ascesa e la sua permanenza al Potere esclusivamente alla violenza.

«Fra gli esecutori materiali di questi delitti, e fra i loro complici, sono degli amici intimi del governo, o dei suoi protetti o sovvenzionati; fra gli istigatori ed i mandanti sono personaggi che hanno condiviso le responsabilità del Potere e che fanno parte della Maggioranza parlamentare.

«Nello stesso campo fascista si è finito col confessare l'esistenza di speciali organizzazioni appositamente costituite per la pratica del delitto politico. Queste organizzazioni sono al servizio del governo e del Partito dal quale sono state create.

«La soppressione virtuale della stampa opposizionista, a mezzo dei continui ed arbitrari sequestri, non servirà ad impedire la documentazione quotidiana delle violenze del regime fascista, né può distruggere i fatti.

«Quindi il manifesto conclude affermando che l'on. Mussolini, quale cittadino privato, dopo avere abbandonato il Potere, avrà il diritto di difendersi da tutte le accuse rivoltegli dalla pubblica opinione, ma appare a tutti profondamente incompetibile nella sua duplice situazione di guardiano della legge e di accusato allo stesso tempo.

SUI MARGINI DEL MANIFESTO

Abbiamo pubblicato il precedente riassunto del manifesto lanciato al popolo italiano dalle opposizioni avventistiche, come abbiamo potuto dedurre dai telegrammi dei quotidiani, certamente deturpato e svistato dal telegrafo e dalle Agenzie a servizio del Governo, lo abbiamo pubblicato anche se incompleto, perché esso ci pare il cardine attorno al quale si aggirano tutti gli ultimi avvenimenti della politica italiana.

Esso infatti, come i lettori possono facilmente comprendere, mette la questione morale in una forma recisa, irrisolvibile, anche per la funambolistica abilità dell'on. Mussolini. Con una logica stringente, spietata dimostra come dal Governo attuale nulla più si possa sperare, come la normalizzazione del Paese vada ogni giorno più allontanandosi finché resterà l'attuale governo al potere; non solo, dimostra l'impacità, la mancanza assoluta nell'attuale Governo per fare le elezioni, che non potrebbero mai essere l'espressione della coscienza e della volontà del popolo italiano, come non lo furono le ultime del 6 aprile, che diedero vita alla presente Camera.

Sotto la morsa di questa ferrea logica materialista di fatti il capo e responsabile del Governo fascista si vide perso e tentò uscire dalle difficoltà con un colpo d'audacia. Assunse su di sé tutta la responsabilità delle violenze e dei delitti del fascismo e presentò la riforma della legge elettorale, per rifarsi una verginità, lavandosi nelle acque di una nuova elezione.

Credette di avere così ancora una volta «cavalato» le opposizioni ed il Paese. Oramai crasi abituato a questi successi istrionici, facendo sugli stessi eccessiva fiducia.

Questa volta però crasi sbagliato. Il gesto audace, spudorato dell'on. Mussolini finì per convincere definitivamente anche i più dubbiosi che il vero responsabile di tutti gli eccessi e di tutti i delitti fascisti era proprio lui, Mussolini, reo confessato innanzi al Paese.

D'altro lato l'opposizione non solo si mantiene ferma nelle sue deliberazioni, ma anzi le riconferma disponendosi ad astenersi pure dalla futura lotta elettorale politica, non riconoscendo nell'attuale governo di origine extra legale, autorità giuridica per indurlo, e meno ancora quell'affidamento morale che valga a dare ai cittadini la certezza di una libera espressione del loro volere. Basta ricordare ciò che furono le elezioni del 6 aprile dalle quali è uscita l'attuale maggioranza per convincersi della verità dell'asserito.

A ciò aggiungasi la questione morale diventata ormai insolubile per la contraddizione creata dalle dichiarazioni stesse del capo del Governo. Colle sue spavalde parole l'on. Mussolini ri-

chiamò a sé tutta la responsabilità dell'azione fascista sino ad oggi; cosa che già tutti sapevano, ma che mancava ancora della prova provata, rappresentata oggi dalla confessione del reo.

Stabilito — come non è più possibile mettere in dubbio — che il primo responsabile è Mussolini, viene spontanea, irrefrenabile la domanda: — Ma allora perché si trovano in carcere e sotto processo i dipendenti, i mandati, i Rossi, i De Bono, i Durini, mentre il capo, il principale responsabile, il mandante non solo non si trova in carcere o sotto processo, ma è anzi premiato colla "sorte grande" della presidenza dei Ministri?

Poiché da questo dilemma non si esce: o i delitti Matteotti e migliaia di altri delitti non furono commessi, oppure non sono delitti, ed in tal caso non si comprende perché rimangano in carcere i loro autori; ovvero furono commessi e sono realmente delitti, ed allora non si comprende perché chi se ne dichiara responsabile rimanga a piede libero ed alla testa del Governo.

La realtà vera che salta fuori da questa contraddizione è che l'Italia oggi trovasi in uno stato *ex lege*, in istato rivoluzionario. E la rivoluzione è voluta, è imposta dal Governo stesso che privando i cittadini dei loro diritti li obbliga a difendersi contro le sopraffazioni e le violenze dell'autorità.

Contro la resistenza passiva delle opposizioni a che cosa è ricorso il Governo fascista? Ad ogni sorta di violenza e di illegalità. Ha soppressa la stampa avversaria, ha abolito il diritto di associazione, di riunione, ha soppressa l'inviolabilità di domicilio colle innumerevoli perquisizioni e si prepara a calpestare anche le immunità parlamentari, ultimo ridotto della libertà italiana. Non è lontano infatti il giorno in cui anche quei deputati di opposizione che soli oggi continuano — sotto l'usbergo della legge — a muoversi ed a parlare in nome del popolo imbavagliato, saranno essi pure incarcerati ed imbavagliati. Il che ha messo sulle labbra del vecchio Giolitti la frase ironica, ma piena di profonda filosofia: «Se incarcerati avremo risolto almeno il problema del caro-vivere».

Trovia atroce e dolorante dalla quale erompe una verità di conforto estremo; che cioè il Paese si trova in uno stato di compressione tale quale non si trovò mai sotto l'esercato dominio dell'Austria e dei Borboni.

QUANTO COSTA LA MISERIE MASTROMATTEI

Il comm. Mastromattei, l'ex bolscevico diventato d'un colpo fervente sostenitore delle istituzioni monarchiche, da mesi trovasi in Brasile per una missione.

Quale sia questa missione ancora non sappiamo, né forse sapremo mai, come non sapremo mai quale era la missione del trecento fantoloni caricati a bordo della nave "Italia", ma ciò non importa. Che diritto abbiamo infatti di sapere noi,

poveri mortali? Sanno i semidei che ci reggono e... e basta!

Ma se non sappiamo la che consista questa missione, cominciamo a sapere che cosa costa. Lo "Estado de São Paulo" di venerdì scorso, 9 gennaio, nelle sue *Notas e Informações*, pubblicava: «Vae ser paza a importância de 5:792\$000 6 Garage Santa Epigênia, por serviços de automoveis prestados ao Sr. Comm. Mastromattei, vice commissario da embaixada italiana, pelo interior do Estado».

«Cinque contos setecento e novantadue mil reis, cioè 16.500 lire al cambio d'oggi, in automobili! Ed il restante, ed i banchetti numerosissimi e ricchissimi, e le feste, e i ricevimenti e le partite di caccia... che cosa costerà in complesso il commissario bolsefascista allo Stato di S. Paulo? Parecchie centinaia di migliaia di lire.

Ed i coloni quando verranno? Non avranno poi ragione i Brasiliani di dire: «Este tambem, como os outros, veio viajar e divertirse a nossa custa, tirando os nossos interesses».

Oh se la finissero un po' con queste missioni!

Chiedere "La Difesa" a tutti i ragazzi rivenditori.

QUANDO MUSSOLINI ERA "L'APOSTOLO DELLA DISERZIONE"

Nell'Ere Nouvelle di Parigi, il noto pubblicista Georges Pioch racconta gustosamente una sua visita del 7 novembre u. s. a Neu-châtel, dove fu ospite dell'amico Luigi Gabreri, professore di matematica nell'Università di quella città. «Vechio militante del socialismo — racconta Pioch — e della ragione contro il dogma, questo uomo erudito e coraggioso ha nel culto una commovente rassomiglianza con Tolstoi. Come sedeva a tavola nella sua casa ospitale m'ha detto: «Immaginate chi era seduto — vent'anni fa — al vostro stesso tavolo? — ... — Mussolini».

Poi Luigi Gabreri m'ha raccontato: «Noi l'abbiamo ben conosciuto. I nostri amici di Losanna pure. Arcendo rifiutato di rispondere alla leva militare, egli si era rifugiato in Svizzera improvvisandosi muratore. Era un disertore cascente, fiero e un poco vanaglorioso del suo atto e per di più era un militante mirabilmente organizzato. E, senza dubbio alcuno, l'autodidatta più brillante che io abbia conosciuto. Come mai saremmo potuti sfuggire alla sua seduzione? S'era fatto, fra noi, l'apostolo della diserzione. Ha anche tradotto in italiano un ditrambo del disertore scritto dal socialista Naine, che aveva, come lui, ricevuto il servizio militare. Voi troverete nell'Avvenire del Lavoratore, giornale socialista del Ticino, molti articoli nei quali Mussolini esalta la diserzione. «Il a bien mal tourné».

«Deco rendere questa giustizia a parecchi di noi che hanno sempre diffidato di Mussolini. «Il est par trop cabotin» (è troppo commediante) dicevamo».

SUI MARGINI DEL MANIFESTO

Abbiamo pubblicato il precedente riassunto del manifesto lanciato al popolo italiano dalle opposizioni aventinistiche, come abbiamo potuto dedurlo dai telegrammi dei quotidiani, certamente deturpato e svisato dal telegrafo e dalle Agenzie a servizio del Governo, lo abbiamo pubblicato anche se incompleto, perché esso ci pare il cardine attorno al quale si aggirano tutti gli ultimi avvenimenti della politica italiana.

Esso infatti, come i lettori possono facilmente comprendere, mette la questione morale in una forma recisa, irresponsabile, anche per la funambulesca abilità dell'on. Mussolini. Con una logica stringente, spietata dimostra come dal Governo attuale nulla più si possa sperare, come la normalizzazione del Paese vada ogni giorno più allontanandosi finché resterà l'attuale governo al potere; non solo, dimostra l'incapacità, la mancanza assoluta nell'attuale Governo per fare le elezioni, che non potrebbero mai essere l'espressione della coscienza e della volontà del popolo italiano, come non lo furono le ultime del 6 aprile, che diedero vita alla presente Camera.

Sotto la morsa di questa feroce logica materata di fatti il capo e responsabile del Governo fascista si vide perso e tentò uscire dalle difficoltà con un colpo d'audacia. Assunse su di sé tutta la responsabilità delle violenze e dei delitti del fascismo e presentò la riforma della legge elettorale, per rifarsi una verginità, lavandosi nelle acque di una nuova elezione.

Credette di aver così ancora una volta *enfonce* le opposizioni ed il Paese. Oramai erasi abituato a questi successi istrionici, facendo sugli stessi eccessiva fiducia.

Questa volta però erasi sbagliato, il gesto audace, spudorato dell'on. Mussolini finì per convincere definitivamente anche i più dubbiosi che il vero responsabile di tutti gli eccessi e di tutti i delitti fascisti era proprio lui, Mussolini, reo confesso innanzi al Paese.

D'altro lato l'esposizione non solo si mantenne ferma nelle sue deliberazioni, ma anzi le riconfermò disponendosi ad astenersi pure dalla futura lotta elettorale politica, non riconoscendo nell'attuale governo di origine extra legale, autorità giuridica per indirla, e meno ancora quell'affidamento morale che valga a dare ai cittadini la certezza di una libera espressione del loro volere. Basta ricordare ciò che furono le elezioni del 6 aprile dalle quali è uscita l'attuale maggioranza per convincersi della verità dell'asserto.

A ciò aggiungasi la questione morale diventata oramai insolubile per la contraddizione creata dalle dichiarazioni stesse del capo del Governo. Colle sue spavalde parole l'on. Mussolini ri-

chiamò a sé tutta la responsabilità dell'azione fascista sino ad oggi; cosa che già tutti sapevano, ma che mancava ancora della prova provata, rappresentata oggi dalla confessione del reo.

Stabilito — come non è più possibile mettere in dubbio — che il primo responsabile è Mussolini, viene spontanea, irrefrenabile la domanda: — Ma allora perché si trovano in carcere e sotto processo i dipendenti, i mandati, i Rossi, i De Bono, i Dumini, mentre il capo, il principale responsabile, il mandante non solo non si trova in carcere o sotto processo, ma è anzi premiato colla "sorte grande" della presidenza dei Ministri?

Poiché da questo dilemma non si esce: o i delitti Matteotti e migliaia di altri delitti non furono commessi, oppure non sono delitti, ed in tal caso non si comprende perché rimangano in carcere i loro autori; ovvero furono commessi e sono realmente delitti, ed allora non si comprende perché chi se ne dichiara responsabile rimanga a piede libero ed alla testa del Governo.

La realtà vera che salta fuori da questa contraddizione è che l'Italia oggi trovasi in uno stato *ex lege*, in istato rivoluzionario. E la rivoluzione è voluta, è imposta dal Governo stesso che privando i cittadini dei loro diritti li obbliga a difendersi contro le sopraffazioni e le violenze dell'autorità.

Contro la resistenza passiva delle opposizioni a che cosa è ricorso il Governo fascista? Ad ogni sorta di violenze e di illegalità. Ha soppressa la stampa avversaria, ha abolito il diritto di associazione, di riunione, ha soppressa l'inviolabilità di domicilio colle innumerevoli perquisizioni e si prepara a calpestare anche le immunità parlamentari, ultimo ridotto delle libertà italiane. Non è lontano difatti il giorno in cui anche quei deputati di opposizione che soli oggi continuano — sotto l'usbergo della legge — a muoversi ed a parlare in nome del popolo imbavagliato, saranno essi pure incarcerati ed imbavagliati. Il che ha messo sulle labbra del vecchio Giolitti la frase ironica, ma piena di profonda filosofia: "se incarcerati avremo risolto almeno il problema del caro-vivere".

Tronfia atroce e dolorante dalla quale erompe una verità di sconcerto estremo; che cioè il Paese si trova in uno stato di compressione tale quale non si trovò mai sotto l'esecrato dominio dell'Austria e dei Borboni.

QUANTO COSTA LA MISSIONE MASTROMATTEI

Il comm. Mastromattei, l'ex bolscevista diventato d'un colpo fervente sostenitore delle istituzioni monarchiche, da mesi trovasi in Brasile per una missione.

Quale sia questa missione ancora non sappiamo, né forse sapremo mai, come non sapremo mai quale era la missione del trecento fannulloni caricati a bordo della nave "Italia", ma ciò non importa. Che diritto abbiamo infatti di sapere noi,

Redazione
e Amministrazione:
RUA DIREITA, 26
Telef.: Central, 2-1-9-2
Casella Postale, 1349

La Difesa

ORGANO BISETTIMANALE DEGLI UOMINI LIBERI

Direttore: DR. ANTONIO PICCAROLO

Lavoratori, il fascismo ha sciolto le organizzazioni operaie, ha chiuso le Camere del lavoro, ha saccheggiato e distrutto le Cooperative proletarie, ha bastonato ed ucciso gli operai che non volevano assoggettarsi al giogo fascista. Il fascismo è dunque il vostro più feroce nemico e voi avete il dovere di combatterlo ovunque si presenti.

ANNO III

Composto e impresso in "Typogr. Paulista" — Rua Assembla, 56-58

SAN PAOLO - Giovedì, 16 Settembre 1926

ESCE LA DOMENICA E IL GIOVEDÌ

NUM. 100

Attentato o commedia?

Una dichiarazione previa, per sbarazzare il terreno.

Siamo sempre stati contrari irriducibili di qualsiasi violenza personale. Anzitutto perché la riteniamo improduttiva, anzi, contraproduttiva agli effetti stessi che si propone. Poiché perché non è conciliabile con chi, come noi, pone ogni fiducia di progresso e di civiltà esclusivamente nell'educazione. "Il problema odierno è problema di educazione, diceva Giuseppe Mazzini. E noi siamo perfettamente d'accordo col grande maestro.

Riproviamo quindi l'attentato — se attentato veramente vi fu — contro Mussolini.

Ciò non significa, però, che ci dobbiamo confondere con la turba plaudente che prende occasione dall'avvenimento per incensare ed apoteizzare il dittatore italiano, né che abbiamo cambiato opinione intorno alla sua azione politica. Il dittatore rimane dittatore e tutti gli uomini veramente liberi hanno il dovere di combatterlo come prima, forse più di prima, come vedremo.

Anzitutto ci sia permesso sollevare i nostri dubbi intorno alla realtà dell'attentato stesso. Mille indizi farebbero a prima vista dubitare sui tratti di una montatura come quella di Zaniboni.

Un uomo deliberato a tutto, che ha precedentemente rinunciato all'esistenza, poiché chi prende una deliberazione simile non deve più contare sulla propria vita, che si accende a compiere un attentato con tre bombe in tasca e ne getta una sola, che si serve di bombe SIPE per le quali è necessaria la precedente accensione e che tardano parecchio ad esplodere, in modo che possono essere raccolte e gettate via, un uomo che porta in tasca, oltre alle bombe, un revolver carico a palle "dum dum" ed un pugnale e che non fa uso né dell'uno né dell'altro, dice, non vi sembra parca assai prossima dell'umoristico Rolando dell'opera "Il Torcedor"?

Ma più ancora che queste circostanze di fatto fanno dubitare della serietà dell'attentato le circostanze in cui esso venne compiuto. Il fascismo ci ha ormai abituati a certe commedie, non nuove, del resto, bisogna dirlo, negli annali della polizia italiana. Le bombe adomesticate hanno una storia antica in Italia. E Mussolini, ed il fascismo ogni volta che vollero fare qualche colpo azzardato lo fecero precedere da qualche avvenimento che preparasse la coscienza del pubblico e ne desse un'apparente giustificazione.

I fatti ora sono due: uno interno e l'altro esterno. Da tempo il fascismo ha manifestato il suo proposito di stabilire la pena di morte per i reati politici, allo scopo di difendersi dai suoi avversari più temibili e terrorizzarli gli altri. E' vero che di parecchi si è disfatto anche senza la pena di morte stabilita per legge, ma alla lunga ciò poteva riuscire pericoloso. Era quindi meglio legalizzare l'assassinio. Da tempo l'esercimento cremonese aveva lanciato l'idea accolta con entusiasmo tra le file fasciste e enfusi-

stesso duce. Non si era però ancora avuto il coraggio di tradurla in atto. Nella terra di Beccaria il popolo non è tanto corruivo nel rinnegare il suo passato, nel calpestare una delle sue più nobili tradizioni, quella che consacra il diritto all'esistenza.

Occorreva qualche cosa di chiassoso che riuscisse a stordirlo per fargli ingoiare la pillola. E per ciò nulla di meglio che un attentato spettacoloso come quello di Roma.

Esiste però un altro fatto esterno più importante, più convincente del precedente.

Il fascismo ha ormai soffocato qualsiasi opposizione all'interno. Assassinati i più irriducibili, cacciati gli altri, soffocata ogni libertà di stampa e di parola, comprati tutti i giornali di opposizione ed imbavagliati i pochissimi (quattro in tutto) che non riuscì a comprare, in modo che possono parlare di tutto, meno che delle cose italiane, "nihil de principe, parum de deo", come diceva Beppe Giusti, si poteva ritenere sicuro del silenzio all'interno.

Ma c'era l'estero. Parecchi avversari erano riusciti a passare i confini ed a mettersi al sicuro, all'ombra ospitale di paesi ove la libertà non è ancora morta, come avevano fatto altra volta Giuseppe Garibaldi, Giuseppe Mazzini e tanti altri perseguitati da quella stessa casa di Savoia che oggi è obbligata a fare da paravento per i delitti del fascismo. E quel che è peggio, riusciti a passare i confini portando seco numerose notizie, numerosissimi segreti e documenti della massima importanza.

Quello che non si poteva dire in Italia si diceva all'estero. I misfatti del fascismo e del suo duce venivano messi in luce ad uno ad uno e documentati.

Quattro uomini specialmente che erano stati "nara magna" del fascismo e che avevano goduto della maggiore intimità del duce, traditi, sacrificati dall'isolismo e dalla viltà del prodopalesi si erano ultimamente uniti costituendo quasi una società ai danni del capo del fascismo, per sverare tutte le bassezze e gli atti criminosi. Erano questi uomini Carlo Bazzi, Cesare Rossi, Arturo B. Fasciolo e Massimo Rocca.

Quattro uomini noti perché si debbono spendere molte parole a farli conoscere, Carlo Bazzi tra i giornalisti fu il più intimo di Mussolini. Cesare Rossi accompagnò Mussolini fino dai primi passi del fascismo nel quale occupò cariche importantissime, compresa quella di segretario, uno dei quadrumviri nella marcia su Roma e poscia capo ufficio della stampa presso il ministero degli Interni tenuto da Mussolini del quale fu esecutore d'ordini. Arturo B. Fasciolo fu l'"alter ego" di Mussolini, il suo uomo di fiducia, il suo segretario particolare, colui che trascriveva dagli originali i truculenti telegrammi e gli ordini feroci di punizioni e di soppressione e che ebbe occasione quindi di conservare parecchi autografi mussoliniani. Massimo Rocca infine, ex Libero Tancredi, già anarchico ed amico intimo di Mussolini, convertitosi con lui

all'interventismo e dopo guerra passato al fascismo fu una delle figure più salienti del fascio fino all'assassinio di Matteotti, dopo del quale naufragò e spinto da quel fondo di onestà che dormiva nell'animo suo, si rivoltò contro le feroci fasciste, si distaccò dal partito e finì di essere obbligato a riparare all'estero per salvarsi dalle minacce dei suoi vecchi compagni.

Questo quadrumviro così bene fornito di documenti e riparato sul suolo di Francia ha ora iniziato la pubblicazione forse più interessante avvenuta dopo la guerra coi "Quaderni" del "Nuovo Paese", dei quali è uscito il primo numero di 80 pagine, in forma di rivista, ricco di dati, di fatti e soprattutto di autografi, alcuni dei quali riprodotti in cliché. Una pubblicazione terribile, quale non era stata fatta ancora e che deve aver fatto perdere la testa a Mussolini ed a tutta la critica criminosa che lo circonda e ne divide le responsabilità.

Che cosa si poteva fare contro uomini che vivevano all'estero, fuori della cerchia di ferro creata dal fascismo? Tentare un grande colpo che potesse impressionare il mondo e forzare la mano alla Francia. Difatti quasi contemporaneamente all'attentato usciva il "Tevere", l'orcano più diretto di Mussolini a chiedere la pena di morte stabilita nel codice penale e l'estradizione dei fuorusciti italiani che si trovano in Francia. L'articolo era già preparato ed attendeva sul marmo l'impaginazione.

Tutto ciò è una supposizione, dirà qualcuno. E' una supposizione, non v'è dubbio, ma autorizzata da indizi del massimo valore. Una supposizione che ha ragione d'essere.

Ma supponiamo pure che la supposizione sia errata, che l'attentato abbia avuto luogo realmente, come dicono i telegrammi, che Lucetti sia venuto dalla Francia col proposito di uccidere Mussolini. Che significato potrebbe avere l'attentato? Dovuto ad istigazione dei fuorusciti? Neanche per sogno.

Da tempo andiamo ripetendo che il male più grave del fascismo non è tanto quello che sta compiendo oggi, direttamente, quanto quello che sta preparando per l'avvenire. Un governo di violenza non può preparare che delle reazioni. Le stragi, le persecuzioni, le beffe vanno immagazzinando tanto odio che nel giorno dell'esplosione farà impallidire i giorni del terrore in Francia, gettando la povera patria nostra fra i più atroci orrori. Questa la ragione, principale che ci ha fatti schierare contro il fascismo.

Ora, dato che l'attentato sia reale o no sarebbe che un gradimento di quello che dovrà avvenire domani. Nella sola Francia i fuorusciti che hanno dovuto abbandonare il proprio paese, la famiglia, le persone care per sfuggire alle persecuzioni fasciste, sono centinaia di migliaia. Altri sono sparsi per tutto il mondo.

Quelli rimasti in Italia tacciono, perché il parlare costerebbe loro caro. Il minimo sarebbe di dover prendere essi pure la via dell'esilio. Mordano il freno, ma vanno accumulando nel proprio cuore odio compreso

che non aspetta se non l'occasione favorevole per scoppiare.

Il famoso unanime consenso è una delle più sfacciate menzogne, una delle più sfacciate turpitudini che siano tentate ai danni del popolo. Il popolo italiano tace e fremente, si astiene da qualsiasi dimostrazione per evitare guai maggiori, più feroci persecuzioni, ma nell'animo suo sogna soltanto la riconquista della sua libertà. L'unanime consenso è rappresentato in Italia dalle bande interessate e viventi ai margini del regime, viventi delle briciole che cadono dalla mensa imbandita, dalle masse che fanno da popolo plaudente all'arrivo del duce o di altri pezzi grossi del fascismo o che — dopo avere ricevuto l'imbeccata — protestano e gridano e chiedono la furca, come fecero in presenza delle bicche parole pronunciate dal duce dopo l'attentato, o recandosi a protestare innanzi alle ambasciate ed ai consolati della Francia e della Russia, od anche a minacciare ed a distruggere la redazione dei giornali non ortodossi.

Il popolo in Italia tace e fremente, perché imbavagliato. Gli elementi più energici, intolleranti di giogo si sono recati all'estero e qui parlano in nome proprio e dei fratelli rimasti in patria, parlano e preparano la riscossa.

E' logico, è umano, è insopprimibile.

Ma che qualcuno sul serio può aver pensato alla possibilità di soffocare un popolo e che questo si adatti a perdere la propria indipendenza, la propria libertà, la propria dignità? Se ci fosse dimostrerebbe di non avere la minima conoscenza di ciò che è l'anima umana, di ciò che fu in tutto il suo passato.

Il popolo italiano sta preparando la sua riscossa per la riconquista della libertà, che sarà riscossa collettiva, la sola capace di spazzare via la ferrea tirannide che ora gli pesa sul collo.

Quale meraviglia se in tale compresso fermento di preparazione e di opere qualche irrequieto, qualche impaziente, forse più profondamente ferito degli altri si lascia vincere, perde la nozione della realtà e pretende anticipare per suo conto ciò che non potrà essere se non il prodotto d'un'azione collettiva, e si illude di compiere con un atto di violenza ciò che non può essere se non il frutto di un rinnovamento della coscienza umana?

Errore. Riproveremo. Sta bene. Ma la responsabilità sta tutta in coloro che queste condizioni hanno preparate, che hanno seminato vento, che hanno seminato odio a piene mani, e che ora cominciano a raccogliere i primi frutti.

LA DIFESA.

ECHI E COMMENTI

DI NUOVO "PRO REGE NOSTRO"

BUGIA PARTICOLARE.

PERUGIA, 16. — Le autorità ecclesiastiche hanno deciso di modificare la cerimonia tradizionale della consacrazione della Santa Eucarestia, in occasione della visita che S. M. il Re Vittorio Emanuele farà domenica prossima alla Basilica di San Francesco d'Assisi.

Sarà ristabilito l'antico cerimoniale esclusivo alle cerimonie religiose celebrate alla presenza dei sovrani nelle Basiliche Pontificie.

Questa decisione è particolarmente significativa, perché le cerimonie reali erano sospese dal 1870, come protesta contro l'occupazione italiana di Roma.

I vecchi devono ancora ricordarlo il rito prima del '70. In tutte le chiese — non solo in occasione delle visite reali, si elevava la preghiera in favore del re: "pro rege nostro", cantava il prete dall'altare e rispondeva la turba dei fedeli.

Col 20 settembre 1870 l'invasione scomparve. Su quel capo, sul quale tante volte era stata invocata la benedizione divina, cadde la scomunica ed il suo nome fu prosritto da tutte le chiese.

Ecco ora ricomparire timidamente, in una chiesa di provincia ed in occasione speciale il cerimoniale antico per la visita del re per la consacrazione dell'Eucarestia.

Siamo dunque davvero alla vigilia della "riconciliazione della Chiesa collo Stato"? E Dio scendendo nel mistero può dar pronubo a questa conciliazione?

Che dio meteorologico e barometrico?

ROMA, 16. — Nelle sfere ufficiali e bancarie si cominciano assai favorevolmente le ripercussioni che ha avuto all'estero, fra le colonie italiane, l'appello del Governo in favore della lira e della produzione nazionale.

Da parecchi paesi e specialmente dalle Americhe si segnalano numerosissime rimesse di denaro e numerosissime ordinazioni di prodotti italiani.

Le une e le altre contribuiscono in modo assai notevole al rafforzamento della nostra valuta.

E' per questo che il Ministero degli Esteri si è rivolto a tutti i rappresentanti diplomatici e consolari, a tutti i corrispondenti del Tesoro ed alla stampa italiana all'estero affinché tutti collaborino a questa illustrazione della magnifica situazione attuale ed incoraggiando per conseguenza gli investimenti di qualsiasi specie.

Per questo un telegramma particolare del "Piccolo", cioè un telegramma ricevuto esclusivamente dal "Piccolo" e da nessun altro giornale, perché in tal data cesserebbero di essere particolare.

Si è significata notizia inventata in redazione oppure inventata dal corrispondente telegrafico; dal famigerato Peos, se è veramente giunta da Roma.

IL TRIONFO DELLA PACE. GINEVRA, 16. — Si è realizzata una seduta straordinaria, convocata dal presidente Nincin, per festeggiare la Germania della sua entrata nel Patto di Locarno, essendo questo fatto

Attentato o commedia?

Una dichiarazione previa, per sbazzare il terreno.

Siamo sempre stati contrari irriducibili di qualsiasi violenza personale. Anzitutto perché la riteniamo improduttiva, anzi, contraproduttiva agli effetti stessi che si propone. Poesia perché non è conciliabile con chi, come noi, pone ogni fiducia di progresso e di civiltà esclusivamente nell'educazione. "Il problema odierno è problema di educazione, diceva Giuseppe Mazzini. E noi siamo perfettamente d'accordo col grande maestro.

Riproviamo quindi l'attentato — se attentato veramente vi fu — contro Mussolini.

Ciò non significa, però, che ci dobbiamo confondere con la turba plaudente che prende occasione dall'avvenimento per incensare ed apoteizzare il dittatore italiano, né che abbiamo cambiato opinione intorno alla sua azione politica. Il dittatore rimane dittatore e tutti gli uomini veramente liberi hanno il dovere di combatterlo come prima, forse più di prima, come vedremo.

Anzitutto ci sia permesso sollevare i nostri dubbi intorno alla realtà dell'attentato stesso. Milie indizi farebbero a prima vista dubitare se tratti di una montatura come quella di Zaniboni.

Un uomo deliberato a tutto, che ha precedentemente rinunciato all'esistenza, poiché chi prende una deliberazione simile non deve più contare sulla propria vita, che si reca a compiere un attentato con tre bombe in tasca e ne getta una sola, che si serve di bombe SIPE per le quali è necessaria la precedente accensione e che tardano parecchio ad esplodere, in modo che possono essere raccolte e gettate via, un uomo che porta in tasca, oltre alle bombe, un revolver carico a palle "dum dum" ed un pugnale e che non fa uso né dell'uno né dell'altro, dite, non vi sembra parecchio assai prossimo dell'umoristico Rolando dell'opera "Il Toredor"?

Ma più ancora che queste circostanze di fatto fanno dubitare della serietà dell'attentato le circostanze in cui esso venne compiuto.

Il fascismo ci ha ormai abituati a certe commedie, non nuove, del resto, bisogna dirlo, negli annali della polizia italiana. Le bombe addomesticate hanno una storia antica in Italia. E Mussolini, ed il fascismo ogni volta che vollero fare qualche colpo azzardato lo fecero precedere da qualche avvenimento che preparasse la coscienza del pubblico e ne desse un'apparente giustificazione.

I fatti ora sono due: uno interno e l'altro esterno.

Da tempo il fascismo ha manifestato il suo proposito di stabilire la pena di morte per reati politici, allo scopo di disfarsi dei suoi avversari più temibili e terrorizzare gli altri. E' vero che di parecchi si è disfatto anche senza la pena di morte stabilita per legge, ma alla lunga ciò poteva riuscire pericoloso. Era quindi meglio legalizzare l'assassinio. Da tempo l'energico emendone aveva lanciato l'idea accolta con entusiasmo tra le file fasciste e dallo

stesso duce. Non si era però ancora avuto il coraggio di tradurla in atto. Nella terra di Beccaria il popolo non è tanto corruvo nel rinnegare il suo passato, nel calpestare una delle sue più nobili tradizioni, quella che consacra il diritto all'esistenza.

Occorreva qualche cosa di chiasoso che riuscisse a stordirlo per fargli ingoiare la pillola. E per ciò nulla di meglio che un attentato spettacoloso come quello di Roma.

Esiste però un altro fatto esterno più importante, più convincente del precedente.

Il fascismo ha ormai soffocato qualsiasi opposizione all'interno. Assassini i più irriducibili, cacciati gli altri, soffocata ogni libertà di stampa e di parola, comprati tutti i giornali di opposizione ed imbavagliati i pochissimi (quattro in tutto) che non riuscì a comprare, in modo che possono parlare di tutto, meno che delle cose italiane, "nihil de principe, parum de deo", come diceva Beppe Giusti, si poteva ritenere sicuro del silenzio all'interno.

Ma c'era l'estero. Parecchi avversari erano riusciti a passare i confini ed a mettersi al sicuro, all'ombra ospitale di paesi ove la libertà non è ancora morta, come avevano fatto altra volta Giuseppe Garibaldi, Giuseppe Mazzini e tanti altri perseguitati da quella stessa casa di Savoia che oggi è obbligata a fare da paravento per i delitti del fascismo. E quel che è peggio, riusciti a passare i confini portando seco numerose notizie, numerosissimi segreti e documenti della massima importanza.

Quello che non si poteva dire in Italia si diceva all'estero. I misfatti del fascismo e del suo duce venivano messi in luce ad uno ad uno e documentati.

Quattro uomini specialmente che erano stati "pars magna" del fascismo e che avevano goduto della maggiore intimità del duce, traditi, sacrificati dall'egoismo e dalla viltà del predapplesse si erano ultimamente uniti costituendo quasi una società ai danni del capo del fascismo, per svelarne tutte le bassezze e gli atti criminosi. Erano questi uomini Carlo Bazzi, Cesare Rossi, Arturo B. Fasciolo e Massimo Rocca.

Quattro uomini noti perché si debbano spendere molte parole a farli conoscere. Carlo Bazzi tra i giornalisti fu il più intimo di Mussolini. Cesare Rossi accompagnò Mussolini fin dai primi passi del fascismo nel quale occupò cariche importantissime, compresa quella di segretario.

Uno dei quadrumviri nella marcia su Roma e' poscia capo ufficio della stampa presso il ministero degli Interni tenuto da Mussolini del quale fu esecutore d'ordini. Arturo B. Fasciolo fu l'"alter ego" di Mussolini, il suo uomo di fiducia, il suo segretario particolare, colui che trascriveva dagli originali i truculenti telegrammi e gli ordini feroci di punizioni e di soppressione e che ebbe occasione quindi di conservare parecchi autografi mussoliniani. Massimo Rocca infine, ex Libero Tancredi, già anarchico ed amico intimo di Mussolini, convertitosi con lui

all'interventismo e dopo guerra passato al fascismo fu una delle figure più salienti del fascio fino all'assassinio di Matteotti, dopo del quale naufragò e spinto da quel fondo di onestà che dormiva nell'animo suo, si rivolse contro le feroci fasciste, si distaccò dal partito e finì di essere obbligato a riparare all'estero per salvarsi dalle minacce dei suoi vecchi compagni.

Questo quadrumvirato così bene fornito di documenti e riparato sul suolo di Francia ha ora iniziata la pubblicazione forse più interessante avvenuta dopo la guerra coi "Quadranti" del "Nuovo Paese", dei quali è uscito il primo numero di 80 pagine, in forma di rivista, ricco di dati, di fatti e soprattutto di autografi, alcuni dei quali riprodotti in cliché. Una pubblicazione terribile, quale non era stata fatta ancora e che deve aver fatto perdere la testa a Mussolini ed a tutta la cricca criminosa che lo circonda e ne condivide le responsabilità.

Che cosa si poteva fare contro uomini che vivevano all'estero, fuori della cerchia di ferro creata dal fascismo? Tentare un grande colpo che potesse impressionare il mondo e forzare la mano alla Francia. Difatti quasi contemporaneamente all'attentato usciva il "Tevere", l'orrendo più diretto di Mussolini a chiedere la pena di morte stabilita nel codice penale o l'estradizione dei fuorusciti italiani che si trovano in Francia. L'articolo era già preparato ed attendeva sul marmo l'impiantazione.

Tutto ciò è una supposizione, d'ira qualcuno. E' una supposizione, non v'è dubbio, ma autorizzata da indizi del massimo valore. Una supposizione che ha ragione d'essere.

Ma supponiamo pure che la supposizione sia errata, che l'attentato abbia avuto luogo realmente, come dicono i telegrammi, che Lucetti sia venuto dalla Francia col proposito di uccidere Mussolini. Che significato potrebbe avere l'attentato? Dovuto ad istigazione dei fuorusciti? Neanche per sogno.

Da tempo andiamo ripetendo che il male più grave del fascismo non è tanto quello che sta compiendo oggi, direttamente, quanto quello che sta preparando per l'avvenire. Un governo di violenza non può preparare che delle reazioni. Le stragi, le persecuzioni, le beffe vanno immagazzinando tanto odio che nel giorno dell'esplosione farà impallidire i giorni del terrore in Francia, gettando la povera patria nostra fra i più atroci orrori. Questa la ragione principale che ci ha fatti schierare contro il fascismo.

Ora, dato che l'attentato sia reale caso non sarebbe che un prodromo di quello che dovrà avvenire domani. Nella sola Francia i fuorusciti che hanno dovuto abbandonare il proprio paese, la famiglia, le persone care per sfuggire alle persecuzioni fasciste, sono centinaia di migliaia. Altri sono sparsi per tutto il mondo.

Quelli rimasti in Italia taccono, perché il parlare costerebbe loro caro, il minimo sarebbe di dover prendere essi pure la via dell'esilio. Altrimenti il freno, ma vanno accumulando nel proprio cuore odio compresso

che non aspetta se non l'occasione favorevole per scoppiare.

Il famoso unanime consenso è una delle più sfacciate menzogne, una delle più sfacciate turpitudini che siansi tentate ai danni del popolo. Il popolo italiano tace e fremente, si astiene da qualsiasi dimostrazione per evitare guai maggiori, più feroci persecuzioni, ma nell'animo suo sogna soltanto la riconquista della sua libertà. L'unanime consenso è rappresentato in Italia dalle bande Interassate e viventi ai margini del regime, viventi delle briciole che cadono dalla mensa imbandita, dalle masse che fanno da popolo plaudente all'arrivo del duce o di altri pezzi grossi del fascismo o che — dopo avere ricevuto l'imbeccata — protestano e gridano e chiedono la forza, come fecero in presenza delle bicche parole pronunciate dal duce dopo l'attentato, o recandosi a protestare innanzi alle ambasciate ed ai consolati della Francia e della Russia, od anche a minacciare ed a distruggere la redazione dei giornali non ortodossi.

Il popolo in Italia tace e fremente, perché imbavagliato. Gli elementi più energici, intolleranti di giogo si sono recati all'estero e qui parlano in nome proprio e dei fratelli rimasti in patria, parlano e preparano la riscossa.

E' logico, è umano, è insopprimi-

bilo. Ma che qualcuno sul serio può aver pensato alla possibilità di soffocare un popolo e che questo si adatti a perdere la propria indipendenza, la propria libertà, la propria dignità? Se ci fosse dimostrerebbe di non avere la minima conoscenza di ciò che è l'anima umana, di ciò che fu in tutto il suo passato.

Il popolo italiano sta preparando la sua riscossa per la riconquista della libertà, che sarà riscossa collettiva, la sola capace di spazzare via la ferrea tirannide che ora gli pesa sul collo.

Quale meraviglia se in tale contropresso fermento di preparazione e di opere qualche irrequieto, qualche impaziente, forse più profondamente ferito degli altri si lascia vincere, perde la nozione della realtà e pretende anticipare per suo conto ciò che non potrà essere se non il prodotto d'un'azione collettiva, e si illude di compiere con un atto di violenza ciò che non può essere se non il frutto di un rinnovamento della coscienza umana?

Errori. Riprovare. Sta bene. Ma la responsabilità sta tutta in coloro che queste condizioni hanno preparate, che hanno seminato vento, che hanno seminato odio a piene mani, e che ora cominciano a raccogliere i primi frutti.

LA DIFESA.

ECHI E COMMENTI

DI NUOVO "PRO REGE NOSTRO"

BUGIA PARTICOLARE.

PERUGIA, 10. — Le autorità ecclesiastiche hanno deciso di modificare la cerimonia tradizionale della consacrazione della Santa Eucaristia, in occasione della visita che S. M. il Re Vittorio Emanuele farà domenica prossima alla Basilica di San Francesco d'Assisi.

Sarà ristabilito l'antico cerimoniale esclusivo alle cerimonie religiose celebrate alla presenza dei sovrani nelle Basiliche Pontificie.

Questa decisione è particolarmente significativa, perché le cerimonie reali erano sospese dal 1870, come protesta contro l'occupazione italiana di Roma.

I vecchi devono ancora ricordarlo il rito prima del '70. In tutte le chiese — non solo in occasione delle visite reali, si elevava la preghiera in favore del re: "pro rege nostro", cantava il prete dall'altare e rispondeva la turba dei fedeli.

Col 20 settembre 1870 l'invocazione scomparve. Su quel capo, sul quale tante volte era stata invocata la benedizione divina, cadde la scomunica ed il suo nome fu proscribed da tutte le chiese.

Ecco ora ricomparire timidamente, in una chiesa di provincia ed in occasione speciale. Il cerimoniale antico per la visita dei re per la consacrazione dell'Eucaristia.

Siamo dunque davvero alla vigilia della riconciliazione della Chiesa collo Stato? E Dio scendendo dal misticismo piano sarà pronubo a questa conciliazione?

Che dio meteorologico e barometrico!

ROMA, 10. — Nelle sfere ufficiali e bancarie si commentano assai favorevolmente le ripercussioni che ha avuto all'estero, fra le colonie italiane, l'appello del Governo in favore della lira e della produzione nazionale.

Da parecchi paesi e specialmente dalle Americhe si segnalano numerosissime rimesse di denaro e numerosissime ordinazioni di prodotti italiani.

Le une e le altre contribuiscono in modo assai notevole al rafforzamento della nostra valuta.

E' per questo che il Ministero degli Esteri si è rivolto a tutti i rappresentanti diplomatici e consolari, a tutti i corrispondenti del Tesoro ed alla stampa italiana all'estero affinché tutti collaborino a questa indiretta valorizzazione della lira illustrandone la magnifica situazione attuale ed incoraggiando per conseguenza gli investimenti di qualsiasi specie.

E' questo un telegramma particolare del "Piccolo", cioè un telegramma ricevuto esclusivamente dal "Piccolo" e da nessun altro giornale, perché in tal caso cesserebbero di essere particolari.

Il che significa notizia inventata in redazione oppure inventata dal corrispondente telegrafico, dal famigerato Feos, se è veramente giunta da Roma.

IL TRIONFO DELLA PACE. GINEVRA, 10. — Si è realizzata una seduta straordinaria, convocata dal presidente Ninci, per festeggiare la Germania della sua entrata nell'istituzione, essendo questo fatto

Redazione
e Amministrazione:
RUA DIREITA, 26
Casella Postale, 1349

La Difesa

ORGANO BISETTIMANALE DELL'ANTIFASCISMO

Direttore: FRANCESCO FROLA

Italiani! Il fascismo ha distrutto la libertà, ha calpestato la giustizia: ha bastonato, imprigionato, ucciso i nostri fratelli. L'Italia è un carcere orrendo. Il fascismo è l'Anti-Italia. Italiani! voi dovete combatterlo ovunque si presenti.

ANNO IV Composto e impresso in "Tipogr. Paulista" - Rua Assembla, 56-58

SAN PAOLO - Giovedì, 14 Aprile 1927

ESCE LA DOMENICA E IL GIOVEDÌ

NUM. 155

TIRATE LA CINGHIA!

Mussolini ha invitato ai prefetti una circolare prescrivendo la più rigorosa economia.

L'epoca imperiale tira la cinghia. Non è in tono.

Il fascismo ha stramazzato mille volte ai quattro venti che ha portato la più sordida prosperità all'Italia. Tutti i giorni, all'estero, lo hanno creduto. E già, l'articolo per il Gladio singolare.

Ma ahimè! la mano è caduta soltanto per la bamba del Duce, per i suoi amici sostenitori e per i giornalisti che guazzano alla gloria del regime.

Il Duce s'è costruito, ritta e poliziotti e della complicità del "dote patelle". Ammenda ha un ammucchiato dollari e sterline. Il "frase capone" di Romagna, boscimani di un padre, della patria e di Dio, sfoglia, come una vecchia cuccia di provincia, un guardacoste sporgente ed indifferente di penne e di neri.

Nelle sue scuderie atterriscono i corsieri grabi, che gli non sa calare, e sognano le anpie di steso del Deserto. Nel suo gabinetto di lavoro passano le "Contesse del Vinale", tra il fruscio delle sete ed i profumi di Cotto.

Il bice Babages fa i tacchi e i tazzi e sberleffi.

Nell'anticamera, su e giù, per la scala, nel cortile di palazzo Chigi, lungo le stadi, nella sua dimora, disprezzato dore paesi. Il Nerone tremolando, pattuglie di armati egiziani.

Intorno al Duce, strumento di reazione e di loschi interessi, tessano la loro rissa tela il capitalismo antifascista, che vende l'Italia al Nord. America, e l'Italia al Sud. Parassitaria che succhia l'erario e affama il popolo.

Il Duce moltiplica pensa di dominare colla sua maschera di

tirano da fiera. Le cambriccole banarie e siderurgiche e non s'accende che esso lo tengano nel loro orpelli e lo mangiarono come un pezzo buffone, lanciandolo ogni tanto sul palcoscenico e vitando al momento opportuno.

Banieri e industriali danzano per la gloria e intascano milioni.

Intanto, coi denti in moto, cogli occhi incanti di desiderio, frenati di avidità, stanno i giornalisti del regime, gli scribi che rendono l'anima ed il cervello a tutto il rigo.

Per così il Duce è l'incanto del Signore. Basta scigninare lodi, tutto ciò che costituisce la dignità d'un giornalista ("ancien régime") è oggi calpedato.

E passato sulla pancia Italia il rillo pesante della erimbitata fascista.

Per il Duce e compagni non c'è economia. L'economia è per il popolo. L'una nero e l'altro la cinghia.

Gli operai lavorano tre giorni alla settimana, guadagnano la metà di quello che guadagnavano prima dell'era imperiale, e l'indice del caro-vita è raddoppiato.

Magnifico risultato della super politica di "Fascio". Intanto il tiranno lascia i suoi e milioni nel lago di Nemi e lascia lo scavo di Erebno!

E tutti i versipilli della politica battono le mani e gridano euforia di folle atterrito.

Ma le leggi dell'economia internazionale, che non fanno il manovellato, e non sono flessibili come le schiene degli anti italiani, sibillano all'orecchio del Duce che le cose vanno male ed il Duce affonda il problema affondando il popolo italiano.

"TIRATE LA CINGHIA!" è il motto degno dell'altro che è stato immortalato dal Duce e da Farinacci. "ARMIAMOCI E PARTIRE".

FRANCESCO FROLA

LA "MIA" ITALIA

Il giornale clandestino del fascismo ufficiale ha annunciato di aver segnalato il mio nome alla autorità perché mi venga tolta la cittadinanza italiana. Motivo: ho parlato male... di De Pinedo.

Benissimo. Quando il mio nome verrà cancellato dal registro di Stato Civile del mio paese, si sarà finalmente omologato amministrativamente uno stato di fatto che esiste da un pezzo. E' molto tempo che io ho vergogna di essere considerato cittadino dell'Italia fascista.

La "mia" Italia non è quella vile e criminosa di Mussolini né l'altra impetuosa e retorica di De Pinedo, ma l'Italia austera e morale di Matteotti e di Amendola, quella che oggi — col sangue e col sacrificio — sta temendosi alla nuova e più civile vita di domani.

Se così non fosse, se alla "mia" libera e sana Italia europea di domani lo preferissi la medievale e balcanica Italia di oggi, non mi vergognerei soltanto come italiano, ma come uomo. E mi vergognerei doppiamente di non vergognarmene.

GIUSEPPE FABI.

UN ALTRO SCHIAFFO A MONTAGNA

Sentenza confermata

RIO, 9 (Gazzeta) — Poi con la sentenza da più fedeltà di San Paolo, no caso da più "La Difesa".

L'ex ambasciatore Montagna ha ricevuto la sua sentenza per processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

Montagna si era proposto di processo di calpesto. Il direttore di "La Difesa" prof. Piccarolo, che è anche titolare di una cattedra di letteratura brasiliana in un istituto di San Paolo, il Si gno Montagna, avrebbe voluto far diventare il Piccarolo, per questo suo complice viaggio a San Paolo, ed esercito pressioni in degno.

Ma la giustizia vuole che Piccarolo resti al suo posto e Montagna lasci il suo!

Se ne va dal Brasile coranto e bastonato!

— ABBONAMENTI —
Anno 20\$000
Un numero \$200
Per annunci, trattasi con l'Amministrazione

Quando tutto è oscuro intorno a noi e la speranza tace nei nostri cuori, allora si formano coscienze e si temprano volontà cui non può essere precluso l'avve-

VANNI AMENDOLA

LA "RICOSTRUZIONE" FASCISTA

ZEME LOMELLINA. — Una cooperativa dopo l'invasione fascista

co interminabile applauso risuonano nella enche sala. Tutti erano com-

Il prof. Piccarolo, quindi, riprese la parola per congratularsi con i presenti della superba affermazione di italiani che era stata fatta e per ricordare a tutti che quando un ideale trova martiri come Giovanni Amendola, la vittoria non può che essere certa.

Senza il minimo incidente la grandiosa riunione si sciolse, lasciando imperterritamente accolti nel cuore di tutti gli intervenuti l'immagine della grande, immortale figura del Martire.

UN TELEGRAMMA DEI LIBERI ITALIANI DI JAHU

Alla "Difesa" è pervenuto dalla sezione di Jahu della Lega Antifascista il seguente telegramma:

"Lega Antifascista di Jahu nell'anniversario del martirio di Amendola, rafforza la propria fede nella libertà della patria.

F.to Paolo Campana."

OMAGGIO AD ALBERTO CIANCA

La Direzione della "Difesa" e il Consiglio direttivo della Sezione di San Paolo della Lega Antifascista hanno mandato ad Alberto Cianca, che fu direttore del MONDO e che ricevette da Giovanni Amendola in punto di morte il compito di condurre nella grande opera da lui iniziata, un affettuoso omaggio.

Alberto Cianca si trova oggi esule a Parigi. L'omaggio inviatogli consiste nel seguente telegramma:

"Alberto Cianca — Parigi. Liberi Italiani di San Paolo, commendando Giovanni Amendola mandano a Voi, degno erede spirituale del Martire, un fraterno saluto."

L'arresto di due noti giornalisti

Ci giunge dall'Italia la notizia dell'arresto di due notissimi giornalisti: Giuseppe De Falco e Gaetano Scifani.

Il De Falco, che fu ultimamente redattore capo del "Mondo" di G. Amendola, è stato arrestato pochi giorni dopo il suo ritorno in Italia da un viaggio all'estero; lo Scifani, notissimo e brillante giornalista, redattore capo del giornale umoristico "Il Becco Giallo", diretto da Alberto Giannini, stava preparando proprio in questi giorni la sua fuga dall'Italia.

Ai due valorosi colleghi ed amici mandiamo il più commosso saluto nostro e dei liberi Italiani di S. Paolo.

IN OCCASIONE DELLE FESTE PASQUALI "LA DIFESA" NON USCIRA' DOMENICA 17 APRILE.

Barbusse, Rolland e Einstein bollano a fuoco il fascismo

I due grandi scrittori francesi Henri Barbusse e Romain Rolland, e il celebre scienziato tedesco Alberto Einstein hanno lanciato agli intellettuali di tutto il mondo un appello per la costituzione di un Comitato internazionale (composto della più nota personalità letteraria, artistica e scientifica) per combattere la reazione che in alcuni paesi — e tra questi, in prima linea, l'Italia — minaccia di annullare le elementari conquiste umane e politiche.

L'appello è il seguente:

AGLI INTELLETTUALI DI TUTTO IL MONDO! A distanza di otto anni dalla fine della grande conflazione, lo stato di guerra continua. Sotto l'egida del fascismo, si vede dappertutto intaccare e minacciare le conquiste della libertà, strappate dai sacrifici e dai sforzi tenuti in piedi dalla associazione, libertà e giustizia. Questa iniziativa eserciterà anche una benefica pressione sui governi che manifestano per il fascismo una complicità e un'amicizia svenevoli.

Questo non è tutto. Ogni giorno ci giungono dall'Italia, dalla Spagna, dalla Polonia, dai Balcani — da tutte le parti — le notizie dei crimini e dei delitti innumerevoli commessi dai fascisti. I moltiplicarsi delle rapine, delle violenze, delle atrocità, delle distinzioni di valore, ci rivelano che la situazione fascista, affligge alcuni ceti. Uno dei primi compiti di questo Comitato sarà quello di porre la mano a queste vittime e di studiare la possibilità di provvedere ai loro bisogni.

Il Comitato, una volta costituito in margine a tutti i partiti politici e unicamente sulla base di un'azione a favore della giustizia, della verità, del progresso democratico in perico, deciderà con quali mezzi svolgere la sua nobile missione.

F.to: ROMAIN ROLLAND

HENRI BARBUSSE

ALBERTO EINSTEIN

TIRATE LA CINGHIA!

Mussolini ha inviato ai prefetti una circolare prescrivendo la più rigorosa economia.

L'epoca imperiale tira la cinghia. Non è in tono.

Il fascismo ha strombazzato mille volte ai quattro venti che ha portato la più sorridente prosperità all'Italia. Tutti i gonzi, all'estero, lo hanno creduto.

I cari portavoce del fascismo sono andati in broda di giuggiole. "Mussolini è la provvidenza, è la manna caduta dal cielo". E giù' articoloni per il Giuda sanguinario.

Ma ahimè! la manna è caduta soltanto per la banda del Duce, per i suoi cinici sostenitori e per i giornalacci che gazzano alla gloria del regime.

Il Duce s'è costruito ville e palazzi e colla complicità del "dolce fratello" Arnaldo ha ammucchiato dollari e sterline. Il "truce cafoncello" di Romagna, bestemmiatore di suo padre, della patria e di Dio, sfoggia, come una vecchia cocotte di provincia, un guardaroba sgargiante ed una sfilata di pennacchi e di nastri.

Nelle sue scuderie nitriscono i corsieri arabi, ch'egli non osa caricare, e sognano le ampie distese del Deserto. Nel suo gabinetto di lavoro passano le "Cantesse del Viminale", tra il fruscio delle sete ed i profumi di Coty. Il bico Rabagas fa inchini e lazzi e sberleffi.

Nell'anticamera, su e giù' per la scale, nel cortile di palazzo Chigi, lungo le strade, nella sua dimora, dappertutto dove passa il Nerone tremebondo, pattuglie di armati vigilano.

Intorno al Duce, strumento di reazione e di loschi interessi, tessono la loro viscida tela il capitalismo antinazionale, che vende l'Italia al Nord America, e l'industria parassitaria che succhia l'erario e affama il popolo.

Il Duce mentecatto pensa di dominare colla sua maschera di

tiranno da fiera le cambriccole bancarie e siderurgiche e non s'arrende che esso lo tengano nei loro artigli e lo manovrano come un sozzo buffoncello, lanciandolo ogni tanto sul palcoscenico e ritirandolo al momento opportuno.

Banchieri e industriali danzano per la gioia e intascano miliardi.

Intorno, coi denti in moto, cogli occhi lacenti di desiderio, frementi di aridità, stanno i giornalisti del regime, gli scribi che rendono l'anima ed il cervello a tanto il rigo.

Per essi il Duce è l'invitato del Signore. Basta sciorinare lodi; tutto ciò che costituisce la dignità d'un giornalista "ancien régime" è oggi calpestato.

È passato sulla povera Italia il rullo pesante della criminalità fascista.

Per il Duce e compagni non c'è economia. L'economia è per il popolo. Pane nero e tirar la cinghia.

Gli operai lavorano tre giorni alla settimana; guadagnano la metà di quello che guadagnavano prima dell'era imperiale e l'indice del caro-vita è raddoppiato.

Magnifico risultato della sagacia politica del Duce! Intanto il tiranno lancia milioni e milioni nel lago di Nemi e inizia lo scavo di Ercolano!

E tutti i versipelli della politica battono le mani e gridano eccita al folle avventuriero.

Ma le leggi dell'economia internazionale, che non temono il manganello, e non sono flessibili come le schiene degli anti italiani, sibilano all'orecchio del Duce che le cose vanno male ed il Duce allora risolve il problema affamando il popolo italiano.

"TIRATE LA CINGHIA" è il moto degno dell'altro che è stato immortalato dal Duce e da Farinacci: "ARMIAMOCI E PARTITE".

FRANCESCO FROLA

ANNO V — N. 229

DIRETTORE:
FRANCESCO FROLADirezione e amministrazione:
53 — LARGO DA SE' — 53Caixa postal 1349
SAN PAOLO

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DELL'ANTIFASCISMO

ABBONAMENTI: (UN ANNO — 208000
UN SEMESTRE — 108000)

SAN PAOLO — DOMENICA, 5 AGOSTO 1928

PER INSERZIONI DI PUBBLICITA'
RIVOLGERSI DIRETTAMENTE ALL'AMMINISTRAZIONE

UN NUMERO: 200 réis

Italiani! Il fascismo ha distrutto la libertà, ha colpito la giustizia; ha bastonato, imprigionato, ucciso i nostri fratelli. L'Italia è un carcere orrendo. Il fascismo è l'Anti-Italia, Italiani, voi dovete combatterlo ovunque si presenti!

L'insidia fascista all'estero

L'attentato fascista alla sovranità nazionale dei paesi d'immigrazione

La vibrante protesta degli italiani e dei brasiliani - I severi giudizi della stampa brasiliana - La difesa dei bastardi della Patria

I bastardi della Patria

DEDICATO AGLI ITALIANI
DI NEL "FANFULLA"

"Fanfulla", zine e seriale, trafficante e venditore, prostituzione e prostituzione: "Fanfulla" organismo commerciale senza ideali e senza anima, moltiplica di conti mendaci, bollette aperte ad ogni vaneggiamento, e ad ogni mercato, ha inteso tutto il pericolo che insidia la sua prosperità di mercante arricchito con il traffico della Patria e del patriottismo, nella sua casa: rovine di italiani e di brasiliani della politica indifferente e liberica del fascismo del suo cuore. E, troppo, troppo, ribatte, è accusa in fretta a far naita di spazzare una laica in difesa dell'indifferenza deliberata dei gorilla del fascismo a riguardo dell'immigrazione dei figli d'italiani, nati all'estero.

Nemmeno, meglio di noi, conosce e può illustrare la storia del "Fanfulla", promissori definitivamente al fascismo, nel dicembre del 1925, per ricattare i favori e la protezione del Trac, e, ancora e tutti in rappresentanza delle sacrate verità terga da questa nostra mano nelle sue colonne. Nessuno, meglio di noi, sa quanta parte di sinistra e di concisione e nelle difese tattiche di "Fanfulla", zine e seriale.

Nel patriottismo, quindi, ridere di quella difesa e parlare oltre.

Ma c'è un equivoco nell'atteggiamento di "Fanfulla" che, in una volta per sempre, chiarire e domandare.

"Fanfulla", il Terzo legittimo ed autorevole dei bastardi della Patria. Trafficante e portatore dei traffici del patriottismo, esso difende la sua speciale italianità — non l'italianità nazionale di fede, di abitudine e di tradizione — con l'etica moneta e la stessa attitudine perennante del chiaro bandiere di coristi nella fiera ed il villaggio.

La laica di antichità che il dilettante del patriottismo in San Paolo ci lancia, in difesa del suo speciale corista, ci onora e ci interrogante. Nel grido con tutta la forza dei nostri polmoni che la nostra italianità ha ribrezzo e odio dell'italianità del "Fanfulla", e dei suoi protettori e padroni. Essa è fatta di abitudine, di fede e di sacrificio; non ci largisce fuori, ma dolori e preclusioni; si rivolge all'aspirazione ed al sogno di libertà dei nostri grandi; ha iniziato e conduce una battaglia quotidiana, per la riduzione e la liberazione della nostra Patria dalla vergogna e dall'obbrolio della tirannia fascista.

Per la nostra italianità noi siamo i ricchi ed i poveri; i poveri ed i ricchissimi; gli offesi ed i colpevoli.

La nostra italianità è difesa, conquistata, ineluttabile.

L'italianità del "Fanfulla", come la politica e gli atteggiamenti del Trac, è equiva e bifrante. Ieri, il capellone Rostelli bandiva ai quattro venti, nell'ultimo proposito di spezzare sulla buona fede dei brasiliani, la necessità per gli emigrati di naturalmente in massa; Poi, ha accumulato i primi soldi facendo professione di brasilianismo; compiendo, sfruttando e riciclando giornali e pubblicazioni brasiliane. Oggi, imprime, il fascismo, i mercanti del giornalismo hanno mutato tono ed atteggiamento; si sono rappacificati con la Patria che ieri tradivano ed odiavano; hanno indovinato il feto delle vasi del patriottismo e si sono assicurati il monopolio dell'italianità.

Fuori ed in contrasto con il loro traffico, tutti gli italiani sono rinegozi.

Anche quando, come noi, essi insorgono contro le folle superlatate del passo cristiano, che da Roma insidia il

buon nome e gli interessi dei figli d'Italia sparsi all'estero; anche quando, come noi, li battono per un ideale di giustizia che, proclamando e rispettando il diritto altrui alla convivenza ed alla tutela della nazionalità, non fa che riformare e riconfermare il diritto nostro alla difesa della nazionalità nostra.

Perché, — è solo la maledice e la vecchia giacobina possono sostenere e proclamare il contrario — i nostri figli qui nati sono brasiliani di fatto e di diritto, ed in conseguenza di questo diritto hanno dovuti ed obblighi verso la Patria brasiliana; perché incombe su noi, come puntata buca dell'aristocrazia della nostra autorità paterna, l'elementare obbligo di tutelare la nazionalità brasiliana dei nostri figli, come pretendiamo e desideriamo difesa e tutela la nostra nazionalità italiana. All'infuori di questi chiari ed elementari doveri, di questa nostra e precisa situazione, ogni altra linea di condotta non è che una monovisione insidiosa e pericolosa.

Ma c'è di più. E' diritto e dovere del nostro amore paterno mettere la nostra prole in salvo dall'oppressione dei coristi della Patria; percuotere l'anima pura dei nostri figli dall'azione distruttrice del velino fascista. Essi debbono essere domani uomini giusti, equilibrati. La predicazione delle coristi della Patria; percuotere l'anima pura dei nostri figli dall'azione distruttrice del velino fascista. Essi debbono essere domani uomini giusti, equilibrati. La predicazione delle coristi della Patria; percuotere l'anima pura dei nostri figli dall'azione distruttrice del velino fascista.

Non soltanto un istante al cospetto di questi mercanti dell'italianità e di questi bastardi del patriottismo sul sul grido: bastardi del patriottismo!

CAROLUS.

La protesta della stampa brasiliana

La difesa della nazionalità brasiliana contro le insidie del fascismo

Tutta la stampa brasiliana è giusta mente insorta contro l'attentato alla sovranità nazionale del Brasile, contenuto nelle disposizioni apprese nel "Foglio d'Ordine" a riguardo dell'istruzione dei figli di italiani, nati all'estero.

Questa indignazione della stampa brasiliana contro l'atto licenzioso e provocatore del fascismo, è magnificamente tradotta nel seguente articolo apparso nel "Diário Nacional" del 26 scorso.

Ecco quanto scrive l'illustre contraltista:

Por variis vices temos chamado a atenção do governo para a mania por que, em nosso país, agem as forças organizadas do fascismo. Já tínhamos até o quanto era estranho o partido dominante no Brasil procurar manter, no estrangeiro, organizações para a propaganda dos seus princípios. O

que sempre se via é a maioria dos membros do partido derrotado refugiarem-se em território estrangeiro, para ali, livre de perseguições, e só a proteção de leis mais liberais, ou viver tranquilamente, ou coligir forças e combinar planos de ataque para reconquistar o poder perdido, já que, no seu país de origem, não podem cuidar dessas realizações. Que os vencidos assim procedam, compreende-se e é o próprio sentimento de hospitalidade mandava acolher com sympathia essas adversas acções e tristes, que pareciam dizer: "Nos países fugitivos de Virgílio: "Nos países fugitivos..."

Mas que os vencedores, emigrando, sociedades clubs, círculos, não para, livremente, discutir idéas, mas para, de certo modo, perseguir adversários políticos.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Se não a preocupação do Brasil, preocupação capital, consiste em assimilar, no lapso de tempo mais curto, os imigrantes e seus descendentes, é seu dever e seu direito incontestável declarar indezível e perigosa toda a idea de tornar impossível ou de dificultar esta assimilação necessária.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas redomas desnationalistas, que são as escolas estrangeiras.

Compreendemos a intenção de impedir que brasileiros aqui nascidos, filhos de chinezes, franceses, syrios, albanes, italianos, etc., se convertam no ambiente dessas red

I bastardi della Patria

DEDICATO AGLI ITALIANI DEL "FANFULLA"

"Fanfulla", senile e servile, trafficante e vendicatore, prostitutore e prostituito; "Fanfulla", organismo commerciale senza ideali e senza anima, macchina da contar moneta; bottega aperta ad ogni transizione e ad ogni mercato; ha inteso tutto il pericolo che insidia la sua prosperità di mercante arricchito con il traffico della Patria e del patriottismo, nella sacrosanta evasione di italiani e di brasiliani alla politica insidiatrice e liberticida del fascismo del suo cuore. E, tepido, patido, titubante, è sceso in lizza a far nostra di spezzare una lancia in difesa dell'insidiosa deliberazione dei gerarchi del fascismo a riguardo dell'istruzione dei figli d'italiani, nati all'estero.

Nessuno, meglio di noi, conosce e può illustrare la sincerità del "Fanfulla", prostituito definitivamente al fascismo, nel dicembre del 1925, per riassicurarsi i favori e la protezione del Truico, sospeso o tolto in rappresentanza delle sacrosante verità veritate da questa nostra mano nelle sue colonne. Nessuno, meglio di noi, sa quanta parte di sincerità e di convinzione è nelle difese fasciste di "Fanfulla", senile e servile.

Noi potremmo, quindi, ridere di quelle difese e passare oltre.

Ma c'è un equivoco nell'atteggiamento di "Fanfulla" che va, una volta per sempre, chiarito e denunciato.

"Fanfulla" è l'organo legittimo ed autorevole dei bastardi della Patria. Trafficante e portavoce dei trafficanti del patriottismo, esso difende la sua speciale italianità — non l'italianità materica di fede, di obnubilazione e di sacrificio — con l'identica monotonia e la stessa assillante persistenza del ciarlano banditore di cerotti nella fiera del villaggio.

La taccia di antitaliani che il dulcamara del patriottismo in San Paolo ci lancia, in difesa del suo speciale cerotto, ci onora e ci inorgoglisce. Noi gridiamo con tutta la forza dei nostri polmoni che la nostra italianità ha ribrezzo e schifo dell'italianità del "Fanfulla" e dei suoi protettori e padroni. Essa è fatta di obnubilazione, di fede e di sacrificio; non ci largisce lucri, ma dolori e persecuzioni; si ricollega all'aspirazione ed al sogno di libertà dei nostri grandi; ha iniziato e conduce una battaglia quotidiana, con enorme disparità di mezzi e di armi, per la redenzione e la liberazione della nostra Patria dalla vergogna e dall'obbrobrio della tirannia fascista.

Per la nostra italianità noi siamo i ricicli ed i perseguitati; i poveri ed i necessitati; gli offesi ed i vilipesi.

La nostra italianità è diritto, conseguente, inflessibile.

L'italianità del "Fanfulla", come la politica e gli atteggiamenti del Truico, è equivoca e bifronte.

Ieri, il crapulone Rotellini bandiva ai quattro venti, nell'intimo proposito di speculare sulla buona fede dei brasiliani, la necessità per gli emigrati di naturalizzarsi in massa; Poi, ha accumulato i primi soldi facendo professione di brasilianismo; comprando, sfruttando e rivendendo giornali e pubblicazioni brasiliane. Oggi, imperante il fascismo, i mercanti del giornalismo hanno mutato tono ed atteggiamento; si sono riappacificati con la Patria che ieri tradivano od obliavano; hanno indossato il peplo delle vesti del patriottismo e si sono assicurati il monopolio dell'italianità.

Fuori ed in contrasto con il loro traffico, tutti gli italiani sono rinnegati.

Anche quando, come noi, essi insorgono contro le folle imperialiste del patto criminale che da Roma insidia il

buon nome e gli interessi dei figli d'Italia sparsi all'estero; anche quando, come noi, si battono per un ideale di giustizia che, proclamando e rispettando il diritto altrui alla conservazione ed alla tutela della nazionalità, non fa che riformare e riconsacrare il diritto nostro alla difesa della nazionalità nostra.

Perché, — e solo la malafede o la cecità giacobina possono sostenere e proclamare il contrario — i nostri figli qui nati sono brasiliani di fatto e di diritto, ed in conseguenza di questo diritto hanno doveri ed obblighi verso la Patria brasiliana; perché incombe su noi, come postulato basilico dell'esercizio della nostra autorità paterna, l'elementare obbligo di tutelare la nazionalità brasiliana dei nostri figli, come pretendiamo e desideriamo difesa e tutela la nostra nazionalità italiana. All'insuori di questi chiari ed elementari doveri, di questa netta e precisa situazione, ogni altra linea di condotta non è che una manovra insidiosa e pericolosa.

Ma c'è di più. E' diritto e dovere del nostro amore paterno mettere la nostra prole in salvo dall'operadeleterio dei corrottori della spirito; preservare l'anima pura dei nostri figli dall'azione distruttrice del veleno fascista. Essi debbono essere domani uomini giusti, sereni, equilibrati. La predicazione dello sterminio e della violenza; l'inoculazione del livore e dell'odio partigiano; l'o-

pero, infine, di avvelenamento e di distruzione che il fascismo compie in Italia sullo spirito e nell'anima della gioventù, non deve essere allargata all'estero e non deve raggiungere e corrompere i figli nostri.

L'Istituto Medio "Dante Alighieri" di San Paolo, è, per esempio, uno di questi centri d'infezione. Centri minori di avvelenamento della gioventù nostra sono tutte le scuole e le scuollette mantenute e sussidiate dallo sgoverno fascista.

Orbene, un governo che in nome della difesa della nazionalità giunge fino a calpestare la nostra più bella tradizione, quella dell'irridentismo — l'unica ragione che giustifica la nostra entrata in guerra contro i nostri stessi alleati — sopprimendo le scuole ed i giornali in lingua tedesca fra la popolazione tedesca dell'alto Adige, oscurando, così, la tradizione reazionaria di Francesco Giuseppe; un governo che crea, ai nostri danni, un nuovo irridentismo, calpestando i diritti e le ragioni delle popolazioni straniere a noi soggette in virtù del Trattato di Versailles, non può, senza patente e clamorosa contraddizione, interloquire in materia d'istruzione dei figli di italiani nati all'estero, cioè di cittadini stranieri di diritto e di fatto.

Solo la malafede e la mercantilità del patriottismo degli uomini del "Fanfulla", può tentare una difesa di questo governo e di questi sistemi.

Noi sostiamo un istante al cospetto di questi mercantanti dell'italianità e gridiamo loro sul grifo: bastardi della Patria!

CAROLUS.

La protesta della stampa brasiliana

La difesa della nazionalità brasiliana contro le insidie del fascismo

Tutta la stampa brasiliana è giusta mente insorta contro l'attentato alla sovranità nazionale del Brasile, contenuto nelle disposizioni apparse nel "Foglio d'Ordini" a riguardo dell'istruzione dei figli di italiani, nati all'estero.

Questa indignazione della stampa brasiliana contro l'atto incosciente e provocatore del fascismo, è magnificamente tradotta nel seguente articolo apparso nel "Diário Nacional" del 26 scorso. Ecco quanto scrive l'illustre confratello:

Por varias vezes temos chamado a atenção do governo para a maneira por que, em nosso país, agem as forças organizadas do fascismo. Já notamos até o quanto era estranho o partido dominante na Itália procurar manter, no estrangeiro, organizações para a propaganda dos seus princípios. O

que sempre se viu é a maioria dos membros do partido derrotado refugiarem-se em território estranho, para ali, livres de perseguições, e sob a protecção de leis mais liberais, ou viver tranquilamente, ou colligir forças e combinar planos de ataque, afim de reconquistar o poder perdido, já que, no seu país de origem, não podem cuidar dessas realisações. Que os vencedores assim procedam, compreende-se e o proprio sentimento de hospitalidade manda acolher com sympathia esses advenas acossados e tristes, que parecem dizer, como aquellos fugitivos de Virgilio: "Nos patriam fugimus..."

Mas que os vencedores, emigrando, combinem a implantação, no estrangeiro, de sociedades clubs, círculos, não para, livremente, discutir idéas, mas para, de certo modo, perseguir adversarios poli-

IL NUOVO IMPERO ILLU

LA DIFESA

3

Nella pattumiera

VIAGGIATORI FASCISTI

Ci capita tanto gli occhi di l'Unione che la nuova direzione dell'Unione Viaggiatori ha chiamato ai suoi aiuti.

Vale la pena riportare l'ultima parte perché la coerenza ne parla di un poco anche il "bello scrivere".

La nostra Associazione è per una natura, apolitica. Ma non è detto che essa, per questo, debba mostrarsi assolutamente estranea alla vita politica della Madre Patria.

Per noi, Italiani all'estero, è il go-

verno che rappresenta la Nazione. E

questo governo dobbiamo rispettare, su-

no quali siano i nostri ideali ed il no-

stro credo politico.

All'estero, noi dobbiamo essere asso-

lutamente ed esclusivamente italiani.

E sarebbe mancare a questo nostro

sacro e imprescindibile dovere se di-

stesso o diversamente tra di noi si ma-

nifestassero, quando al governo d'Italia

sta chi ha saputo restaurare la fortuna

e portare così in alto il suo nome, nel

concreto delle grandi nazioni.

Acute capito?

L'efficienza dell'Unione Viaggiatori

sta nell'efficienza dell'Unione Viaggiatori

senza discussioni.

E' la stessa efficienza che il Capitano

Giorgio, il Capitano e l'Unione Viaggiatori

ella "Reduci", che il nostro del

ciò, "l'Unione o Ricordo" e "Ca-

bano trasportata al "Circolo Italiano".

Anche all'Unione Viaggiatori, e'

quello che opera alla comunità o alla

comunità.

ICLE

L'Icle ritorna in ballo.

I poveri azionisti sono con-

vocati in Assemblée per il 27

marzo.

Nuova fregatura?

Per sanzionare le antiche

fregature?

Ma... i misteri imperpen-

trabili dell'era imperiale.

IL CONSENSO

A leggere i giornalisti colonisti agli

uffici del fascismo, all'ufficio e poveri

mentali che ricompaiono del fasci-

smo, in Italia resta il più completo con-

sensus per il regime.

Tutti sono proiettati dinanzi all'uni-

formità del motto dei Dittatori Fran-

ceschi: perché Mussolini in persona è

un mito, sotto che per i "l'Unione di

quarta e le rughe di Mussolini Sa-

lotti.

Epilogo: il culto è dubbio.

Ci viene professato dall'Italia un

folle culto del "fascismo".

E' qualcosa del tutto e il parados-

sale: lo spettatore italiano.

La questione romana

ed i bestioni della stampa coloniale

Lasciamo da parte per un momento

i bestioni e diciamo il nostro parere sulla

soluzione della questione romana.

Quante volte "La Difesa" ha ri-

petuto che il fascismo è l'espansione

bruciante dell'Anti-Italia?

Quante volte abbiamo ripetuto che il

fascismo significa nazionalismo completo

dello spirito che ha animato il risorgi-

mento del popolo.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

Eppure la dimostrazione, ancora una

volta, se ne ricorre.

"Lo spettatore vuol fare da spet-

tatore, ammirando e pernacchiando, secon-

do i can".

Ascolti che cosa dice lo "Spettat-

ore". Ammira o pernacchia?

Adesso è di moda lo spirito anti-

fascista.

Nel caffè nei crocchi nei salotti è

difficile sapere qualche fedeltà, e raccon-

tarsi con la donna "finesse". E c'è

non solo contro i collaboratori drit-

ti e più vicini al Duce, ma contro il

Duce stesso e contro la Patria; ino-

me contro tutto ciò che ogni buon ita-

liano deve aver di più sacro.

E non abbiamo ancora sentito che

questa Questura abbia schiacciato den-

tro i culti monarchici degli epirani-

ni e delle altre, i quali non vengono

certamente dai poteri operati, troppo in-

comi, troppo onesti e soprattutto trop-

po buoni, e che rivelano chiaramente

il fatto che sono impotenti, la

loro antica origine; né abbiamo per-

ciò che alcuni fascisti abbia fatto

il muto ai postissimi propagatori di

esse.

Forse che non sarebbe possibile rin-

viare, dirottamente alle fonti?

Però...

Un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

MARTINELLI

Ci avviciniamo che Martinelli, per ca-

utare la lettura del suo articolo, ab-

bia deciso di sostituire le inferie-

re, che prima del suo articolo, con al-

tre, un'idea di fondo, in Italia, anche se

il marchio del comunismo è quel po-

sto di folle l'azione assommano del co-

munismo.

SANTOS

A sociedade italiana de beneficencia e o fascio

Assim com em outras cidades, em

Santos, os "camisas pretas", também

queriam e por certo ainda pretendem,

tomar conta da sociedade que, com en-

trunhos, foi criada, tendo em mira uni-

mente fins altruísticos e humanitários e,

não como é hoje, uma sociedade, onde

não obstante ter sido fundada com o

auxílio de todos os italianos, sem dis-

tingo de credo político ou religioso, só

pôde da fazer parte se que sejam

sympathizers ao regime estudado pelo

"Duce", um Mussolini.

A directoria desta sociedade benefi-

ciente, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

ação, expando-se para a mesma cre-

La questione romana ed i bestioni della stampa coloniale

Lasciamo da parte per un momento i bestioni e diciamo il nostro parere sulla soluzione della questione romana.

Quante volte "La Difesa" ha ripetuto che il fascismo è l'espressione più bruciante dell'Anti-Italia?

Quante volte abbiamo ripetuto che il fascismo significa negazione completa dello spirito che ha animato il risorgimento italiano?

Eccone la dimostrazione, ancora una volta, se occorre.

Dai moti carbonari, all'inizio del secolo XIX, fino alla breccia di Porta Pia, è una sforzo solo per l'unificazione italiana e per l'abolizione del potere temporale dei papi.

I martiri hanno irrorato del loro sangue quest'aspirazione. I pensatori ne hanno dimostrata la necessità.

Tutto il mondo civile si è chinato recitante sulla piccola Italia e l'ha sospinta nel moto liberatore.

Le correnti più veloci del pensiero hanno salutato nel 20 settembre l'aurora di una nuova era e di un nuovo diritto.

Ora sorge dal suo covo di ladrone e di assassino Benito Mussolini e, ignorante e sadico, si pone contro la storia, contro il diritto, contro la tradizione, e cancella la significazione più profondamente universale e civile del risorgimento italiano.

Soltanto il fascismo, traditore e mercante, poteva giungere a tale infamia.

* * *

Ed ora veniamo ai bestioni del giornalismo coloniale, che ragliano a perfidiato, come in primavera.

Afferriamo per le orecchie uno dei tanti e trasciniamolo alla sbarra.

Bellucci del "Fanfulla". E' il "sofo" del giornale. Dopo l'uscita di Ruffiani, tratta i temi sensazionali.

Quindi anche la "questione romana".

Bellucci nel "Fanfulla" del 7 corrente afferma sdegnoso:

"L'Italia è una e Roma è sua capitale intangibile: l'Italia sarà una e Roma rimarrà l'intatta sua capitale anche dopo che i plenipotenziari del Papa e del Re avranno posto la loro firma all'accordo."

Non poteva un Governo, che in sette anni ha dato prove continue di potenziamento della realtà e della vitalità della Patria, fare un affronto alla storia creando, sia pure nella minuscola espressione territoriale, uno Stato antagonico allo Stato italiano."

Che dirà ora l'incanto giullare?

Rovescierà i termini delle sue affermazioni, e scriverà più o meno così:

"Non poteva un Governo, che ecc. ecc., fare un affronto alla storia osteggiando, tanto più nella minuscola espressione territoriale, uno Stato naturalmente alleato allo Stato italiano."

I baiocchi del Duce e di Attilio fanno eseguire degli strani acrobatismi.

Specie ai pagliacci di professione.

Ma non è tutto qui.

Bellucci è anche finanziere. A modo suo, s'intende. Lo sa "il Fanfulla", lo sanno parecchi altri.

Bellucci, dopo aver affermato che l'accordo avrà un carattere più spirituale e religioso che temporale, passa alla discussione dell'indennizzo.

E scrive:

"La soluzione della questione non permetterà che si continui a ricamare sulla cifra iperbolica del miliardo che è stato messa in giro."

La legge delle Giurisdizioni assegna alla Santa Sede la dotazione dell'annua rendita di lire 3 milioni e 225 mila lire.....

Con legge foi del 1.º giugno 1873, lo Stato italiano assegnò alla Santa Sede, sui residui dei beni delle corporazioni sopresse in Roma, una rendita fino a 400 mila lire "per provvedere al mantenimento delle rappresentanze degli Ordini religiosi esistenti all'Estero".

Se si addizionano insieme questi due assegni, si ha un totale di lire 3.625.000, che in ragione del 5 per cento d'interesse, rappresentano un capitale di circa 72 milioni.

Siamo dunque ben lontani dal miliardo, a cui ha potuto arrivare la sbrigliata fantasia dei nordamericani."

Altro che accordo spirituale e religioso!

Il Papa si becca migliaia di milioni!

Oh i poveri calcoli di Bellucci, ex-seminarista e fariseo!

"La sbrigliata fantasia dei nordamericani" questa volta è rimasta terra terra, nel limo, dove s'avvoltono, insieme col Duce, tutti i traditori della libertà e della giustizia, come i pennivendoli della stampa coloniale.

Libri

VERSOS DE TRILUSSA, TRADU-
ZIDOS POR PAULO DUARTE

E' stato alla redazione di "La Difesa" lo scrittore Paulo Duarte a fare omaggio di quest'ultima sua opera.

Traduzione eccellente. Edizione ricchissima, illustrata con arte da Belmonte. Come è risaputo, il prodotto liquido dell'opera è destinato al monumento di Julio Mesquita.

Grazie all'amico Duarte dell'offerta gentile.

ITALIANI LIBERI!

"La Difesa"

è il vostro giornale: aiut-
tatelo e diffondetelo.

ANNO VI - N. 303

GERENTE:
TEMISTOCLE SCAYONEDirezione e Ammin.:
33 - LARGO DA SE' - 33
Cassa Postale: 1349
SAN PAOLO

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DELL'ANTIFASCISMO

ABbonamenti: UN SEMESTRE
UN ANNO10000
20000

DOMENICA, 30 MARZO 1930

PER INSEZIONI DI PUBBLICITA'
RIVOLGERSI DIRETTAMENTE ALL'AMMINISTRAZIONE

UN NUMERO: 200 mila

Italiani! Il fascismo ha distrutto la libertà: ha calpestato la giustizia: ha bastonato, imprigionato, ucciso i nostri fratelli.

L'Italia è un carcere orrendo. Il fascismo è l'Anti-Italia. Italiani, voi dovete combatterlo ovunque ci presenti!

GIUSTIZIA E LIBERTA'

Mentre l'ex deputato Caroti — «Libertà» — da alle stampe a New York un libro intitolato: «Per un partito antifascista d'azione» libro in cui si studia il problema dell'unità antifascista e del superamento dei partiti storici, in Italia, s'è già raggiunta l'unione e l'unione antifascista ha un suo organo «Giustizia e Libertà» che si pubblica a Roma, sotto il naso del Duce e circola in tutta Italia.

Porta per molto le parole di Amendola: «A notte più oscura alla più vicina. E le altre di Matteotti: Uccideteci una idea che è in me è immortale».

Il programma è il seguente: «Giustizia e Libertà» si batte per il rovesciamento della dittatura fascista e per la conquista di un regime libero, democratico, repubblicano.

Attuale sul terreno rivoluzionario perché la dittatura ha reso impossibile ogni altra forma di lotta.

Conseguenza all'azione tutti gli italiani che si sentono offesi nella loro dignità dalla scrivania presente e intendono partecipare attivamente alla riscossa.

Afferma che nell'attuale battaglia sono in gioco i più alti interessi della classe lavoratrice; perché solo in un regime che garantisca eguaglianza giuridica e libertà politica, potrà essa realizzare il suo ideale di giustizia economica sociale.

Afferma che la liberazione d'Italia deve essere opera degli italiani. Dichiarata che la lotta è durissima ed impone i massimi sacrifici. Questo è il prezzo del Secondo Risorgimento italiano.

Col titolo «Non vinceremo in un giorno, ma vinceremo» lo stesso giornale clandestino porta il seguente significatissimo articolo che siamo lieti di pubblicare e far nostro:

«E' la prima volta, dalla marcia su Roma ad oggi, che un rilevante gruppo di oppositori al fascismo, oppositori per ideologie incompatibili e per incompatibili repugnanze morali, decisi di riprendere la lotta uniti sul solo terreno che la logica politica ha mostrato ed imposto. Finora il fascismo è rimasto indisturbato sul campo di battaglia deserto, e con cento periodici bollettini di guerra, ha annunciato cento volte la stessa vittoria. L'opposizione non ha combattuto che una sola battaglia: costituzionale morale. L'esperimento è ormai chiuso. Una dittatura non si abbatte col decalogo di Mosè, né con eccezioni procedurali. Una banda non abbandona la preda per il Serenone della Montagna, né una Monarchia convivente con gli oppressori, trema per il richiamo ad un giuramento prestato.

Questo è l'errore del passato. La necessità rivoluzionaria della lotta non può sentirsi che chi abbia acquistato una coscienza adeguata, non può percepire i suoni che chi sia dotato del senso dell'udito. Il più onesto dei sordi giurerà, sempre in buona fede, di non sentire un cannone che spara. E' ridicolo discutere ancora questo. Seppelliamo il passato.

Il fascismo si è accampato nel cuore d'Italia; schernisce minoranze e maggioranze; tiene in pugno le armi e dice: «solo con le armi dico».

Bisogna dunque, parlare di guerra.

Questo è il nuovo linguaggio che noi intendiamo parlare. Ben comprendiamo le difficoltà dell'impre-

sa. E' difficile, oggi, parlare di guerra. La maggior parte dei combattenti ha battuto le armi e vaga sfiduciata e dispersa; molti si sono infiltrati nelle colonne dei vincitori, indossandone la divisa, per sottrarsi alla strage, altri come i sacerdoti delle compagnie di ventura sono passati al nemico con ventura ed insegna; altri attendono trepidi da capi sicuri, la parola dell'adunata. Il rimanente, la gran massa, l'Italia non fascista, è silenziosa, umiliata, atterrita. Noi la vediamo, la sentiamo la viviamo; gli osservatori stranieri la paragonano ad un cimitero di vivi. Anche i meno timidi tremano e ciascuno preferisce la miserabile vita in un rifugio tranquillo, alla mischia vicina.

Noi vogliamo rompere l'incantesimo.

Basta, anche con le mormorazioni. Perfino gli eunuchi, a Bisanzio, mormoravano; ma filavano la coccinella.

O lottarsi o servire vilemente. Non c'è altra via.

Noi collegati in più parti d'Italia, disciplinati, guidati, siamo i primi a voler, vogliamo essere il movimento nuovo liberatore. Ciascuno di noi sente la forza di non mancare alla promessa. Abbiamo un passato per cui il fascismo ci ha giudicati nemici irriducibili. Non abbiamo nomi tutti all'amicizia imperiale, ma ciascuno ha un nome che il fascismo non ha potuto né contaminare, né avvilire. Le persecuzioni sono passate su di noi, senza piegarci.

Adulati, incensati, non abbiamo pensato mai alla resa.

Ma abbiamo rimpianto la tranquillità familiare o le delizie dei cortigiani.

In tempo di guerra vogliamo essere combattenti: né pensiamo di vivere in caverna, attaccati ai telefoni, esigenti dagli altri, assati e sacrifici. Nella nostra vita abbiamo sempre pagato di persona.

Giovani e veterani, chiamiamo a noi i migliori, i disperati, i credenti, i giovani.

Provenienti da diverse correnti politiche, archiviamo per ora le tessere dei partiti: e creiamo un'unità d'azione. Movimento rivoluzionario, non partito. «Giustizia e Libertà» è il nome ed il simbolo.

Repubblicani, socialisti e democratici ci battiamo per la libertà, per la repubblica, per la giustizia sociale. Non siamo più tre espressioni differenti, ma un trionfo inscindibile.

«Giustizia e Libertà» è un'organizzazione segreta, perché la dittatura la stroncherebbe se fosse palese. Ma il movimento deve diventare popolare.

L'Italia deve vedere in noi la speranza oggi, la certezza domani. Non il numero iniziale, un fascista conta, Pisacane a Sapri e Garibaldi a Marsala, non avevano pesanti rudini di marcia. E se il destino riserverà a noi la sorte della schiera del primo, noi sentiamo fin d'ora che avremo degno nemico contro il nostro paese e noi stessi, gettando la nostra vita fra la viltà dei pavidi e la tracotanza degli oppressori.

«Giustizia e Libertà» è un movimento rivoluzionario ma noi non annunziamo cataclismi, né esigiamo insurrezioni a data fissa. Intendiamo penetrare nel cuore del popolo, scuotolo, animarlo. Vogliamo che l'atmosfera di panico gradatamente si muti; che subentrati alla disperazione la fiducia, che il mormorio passi si trasformi in attivo. Che si creino, insomma, una coscienza ed una volontà rivoluzionaria in un minoranza audace: essa sarà in grado di trascinare le masse.

Vogliamo che gli italiani abbandonino le speranze nello stellone dorato e filino solo in sé stessi. Gli sconvolgimenti internazionali, la bancarotta del tesoro dello Stato, sono paralizzanti illusioni, la fine del fascismo confidando nelle previsioni dellette da un'ipotesi diplomatica o da un calcolo statistico. Non c'è combattere il fascismo. Si può solo ripetere fuori tempo ed in altro campo, l'Avvento. Significa ritornare alle speranze dei moderati del Risorgimento che s'attendevano l'Unità dalla sfacela e dallo smembramento dell'Impero Ottomano.

Noi italiani, e nessun altro, abbiamo battuto il fascismo. Noi uniti in una disciplina di ferro; noi, decisi all'audacia e al sacrificio.

L'appello è lanciato. Incominciamo la rassegna dei primi chiamati. Mentre il lettore, guardando, legge queste righe, il passo dei conquistatori rimbalza per le piazze d'Italia.

Mussolini è: Radetzki rientrato a Milano, il Papa ritornato a Roma, il Re torna a Napoli. Prepariamo la riscossa.

UN PROCESSO MISTERIOSO

Roma, 22 — Il Tribunale Speciale di Difesa dello Stato ha terminato il processo contro alcuni imputati di spionaggio a favore di una sentenza il cui nome non è stato divulgato.

Romano Dandolo ebbe 30 anni di carcere; Galli e Coroneo 25 e 20 anni; Miselli 23. Altre pene minori, variabili da un anno e mezzo a quattro, sono state inflitte ad altri accusati, tra cui si trova una donna.

Tutti i condannati — eccetto, naturalmente la donna — appartengono all'esercito.

Questo processo, tenuto a porte chiuse e di cui non si è saputo assolutamente nulla né dai giornali, né dal pubblico, appare alquanto misterioso. E ha dato luogo a varie considerazioni.

La prima si è che appare curioso che il fascismo il quale fucila con tanta facilità per i reati di antifascismo, pur dichiarandosi ferocemente patriota, compunti l'alto tradimento e lo spionaggio a favore d'una nazione straniera persino a pene irrisorie di un anno e mezzo.

La seconda, che più che una considerazione è una voce che circola, assicura che i processi non erano né né di tradimento, né di spionaggio, ma rei di propaganda antifascista nell'esercito.

IL NODO SCORSO

Gli ultimi bilanci militari votati dal parlamento delle comparse, aumenti delle spese per l'esercito e per l'aviazione. Gli effettivi dell'esercito che erano di 241.000 uomini in piedi di pace saranno portati a 260.000 uomini. La Milizia conta 261.814 uomini. Se si aggiungono le due ufficiali, 47.014 per la Milizia e circa altrettanti per l'esercito si ha che l'Italia immiserita mantiene effettivamente sotto le armi, in pieno di pace, 600.000 uomini. Una enormità. Si aggiunge che il Ministro della Guerra ha dichiarato essere necessario portare la ferma da diciotto mesi a due anni mentre ormai tutte le nazioni europee hanno già adottato la ferma d'un anno e in Francia e in Belgio i socialisti lottano per i 6 mesi. «Le six mois! On les aura!»

Intorno alle spese che l'onore degli armamenti italiani importano veramente è impossibile dare notizie, non che precise, approssimative, poi che nei bilanci 1927-28 e 1928-29 non si fa accenno alle spese per la Milizia che, senza dubbio, debbono essere mascherate in altri capitoli.

Mussolini ha abolito il controllo della Corte dei Conti trasformandola in ufficio del Ministero de l'Interno si che ormai i bilanci si riducono a una delle tante menzogne fasciste e non se ne capisce più nulla.

Quello che si sa si è che la produzione italiana, non ostante l'accrescimento territoriale dovuto alla grande guerra e quello della popolazione — 3 milioni nell'ultimo decennio — sarebbe ridotta a una quantità trascurabile se non esistessero le industrie di guerra. Il governo è intervenuto nella costituzione delle Società industriali partecipandovi finanziariamente. Ne ha fatto occupare le alte cariche e i consigli d'amministrazione da funzionari del fascismo. Le ha raggruppate in veri trusts o cartelli coordinando il lavoro; ne ha centralizzato il controllo.

Mentre lasciava cadere e fallire

lire le industrie di pace negando loro crediti bancari, moltiplicava le industrie di guerra favorendo le finanziariamente con esenzioni fiscali.

Si è così creata e ingigantita, per esempio, l'«Acna» — Azienda Chimiche Nazionali Associate — che raggruppa la «Sipe», l'«Italcia», la «Bonelli», la «Maderow», le «Elettrochimiche di Bussi». Per le materie prime ha assorbito la «Società Romana», e la «Sagacia» che è l'istituto bancario finanziatore nel cui consiglio d'amministrazione, per tentare d'assicurarsi crediti inglesi, si sono annestati Mister Archibald e Mister Pam, agenti della banca londinese Schroeder-Alfred e Co. Ltd.

Installazioni importanti per la estrazione del bromo e del jodio sono state costruite a Salomaggiore a spese dello Stato.

La «Montecatini» ha assorbito le azioni della «Dinamite Nobel di Torino» e «S. A. Esplosivi» di Villafranca.

La produzione degli esplosivi e dei gas è così salita, in Italia, in tonnellate:

	1921	1928
Acidi organici e derivati	10964	39838
Alcalini e derivati	1583	7967
Sali solfati e potassici	224	761
Prodotti della distill.	237	1176
Balistiche, Chetide, proiettili, tritolo	6522	26536

L'industria di guerra, in fatto di prodotti chimici, ha quindi triplicato la produzione.

Vediamo la siderurgia. Il governo non è riuscito a mantenere la produzione del ferro in Italia nemmeno all'altezza dell'era di guerra. In Italia, nel 1915, si estrasse 994.000 tonn. di minerale. La statistica fascista del 1928 ne ha estratte 600 mila tonnellate. Ma il governo, per l'industria di guerra, ha elevato l'importazione della ghisa e del ferro — 305 mila tonnellate nel 1928 — a 860 mila tonnellate nel 1928.

L'importazione dell'acciaio da 61.000 tonn. nel 22 a 233.000 tonn. nel 28.

La produzione dell'acciaio è salita da 998.000 tonnellate nel 22 a 2.100.000 tonnellate nel 28.

Si sono aggiunti 6 alti forni ai quattro già esistenti: a Servola, Pombino, Bagnoli, Cogne.

Il prof. Mortara — Prospettive Economiche — 1928, annuario economico approvato dal Re — constata:

«La domanda del mercato interno — in fatto di metallurgia — se si considera 100 nel 1922 va calcolata 94 nel 1928.

Le conclusioni sono facili. Tenuto conto dell'aumento di circa tre milioni di popolazione si deve ridurre ancora la domanda del mercato a circa l'85 olo del 22 che era, si badi, un anno in cui si usciva appena dalla crisi della guerra e del dopo guerra.

Il Mortara constata però un altro fenomeno bizzarramente contrastante e cioè che, mentre diminuisce la domanda, la produzione, se si prenda l'indice 100 nel 1922, è salita nel 28 a 218.

In siderurgia una superproduzione di circa il 133 olo è assorbita dall'esercito.

Ma questo scherzo dura da sette anni e ha viziato tutta l'economia italiana. La stabilizzazione della lira a un tasso troppo elevato ha paralizzato l'esportazione, il mercato interno, immiserito, riduce il consumo e il governo compra per l'esercito.

Un documento storico bizzarro

Certi di far cosa grata ai nostri lettori riproduciamo da una rivista nord-americana la fotografia dei tre eroici evasi di Lipari: — Lussu, a sinistra; Rosselli — al centro; Fausto Nitti — a destra. La fotografia fu presa sulla costa algerina appena i fuggiaschi si trovarono in salvo. I due marchetti sono gli eroici sal-

vatori cui è dovuta la gratitudine di tutto l'antifascismo italiano. Scommettiamo che il Duce pagherebbe parecchio per strappare quelle due maschere nere che rimarranno tali fino al giorno della liberazione, giorno in cui i due volti si scoprirebbero raggiunti al plauso di tutto un popolo. E saranno corone di fiori e di gloria.

GIUSTIZIA E LIBERTÀ

Mentre l'ex deputato Caroti — socialista — ha alle stampe a New York un libro intitolato: "Per un partito antifascista d'azione" libro in cui si studia il problema dell'unità antifascista e del superamento dei partiti storici, in Italia, s'è già raggiunta l'unione e l'unione antifascista ha un suo organo "Giustizia e Libertà" che si pubblica a Roma, sotto il naso del Duce e circola in tutta Italia.

Porta per motto le parole di Amendola: *A notte più oscura alba più vicina*. E le altre di Matteotti: *Uccidet me ma l'idea che è in me è immortale*.

Il programma è il seguente: "Giustizia e Libertà" si batte per il rovesciamento della dittatura fascista e per la conquista di un regime libero, democratico, repubblicano.

Agisce sul terreno rivoluzionario perché la dittatura ha reso impossibile ogni altra forma di lotta.

Concorra all'azione tutti gli italiani che si sentono offesi nella loro dignità dalla servitù presente e intendono partecipare attivamente alla riscossa.

Afferma che nell'attuale battaglia sono in gioco i più alti interessi della classe lavoratrice; perché solo in un regime che garantisca eguaglianza giuridica e libertà politica, potrà essa realizzare il suo ideale di giustizia economica sociale.

Afferma che la liberazione d'Italia deve essere opera degli italiani. Dichiarò che la lotta è durissima ed impone i massimi sacrifici. Questo è il prezzo del Secondo Risorgimento italiano.

Col titolo "Non vinceremo in un giorno, ma vinceremo" lo stesso foglio clandestino porta il seguente significativissimo articolo che siamo lieti di pubblicare e far nostro:

"E' la prima volta, dalla marcia su Roma ad oggi, che un rilevante gruppo di oppositori al fascismo, oppositori per ideologie incompatibili e per incompatibili repugnanze morali, decidono di riprendere la lotta uniti sul solo terreno che la logica politica ha mostrato ed imposto. Finora il fascismo è rimasto indisturbato sul campo di battaglia deserto, e con cento periodici bollettini di guerra, ha annunciato cento volte la stessa vittoria. La opposizione non ha combattuto che una sola battaglia: costituzionale morale. L'esperimento è ormai chiuso. Una dittatura non si abbatte col decalogo di Mosè, né con eccezioni procedurali. Una banda non abbandona la preda per il Sermone della Montagna, né una Monarchia convivente con gli oppressori, trema per il richiamo ad un giuramento prestato.

Questo è l'errore del passato. La necessità rivoluzionaria della lotta non può sentirsi che chi abbia acquistato una coscienza adeguata, non può percepire i suoni che chi sia dotato del senso dell'udito. Il più onesto dei sordi giurerà, sempre in buona fede, di non sentire un cannone che spara. E' ridicolo discutere ancora questo. Seppelliamo il passato.

Il fascismo si è accampato nel cuore d'Italia; schernisce minoranze e maggioranze; tiene in pugno le armi e dice: "solo con le armi discuto".

Bisogna dunque, parlare di guerra.

Questo è il nuovo linguaggio che noi intendiamo parlare. Ben comprendiamo le difficoltà dell'impre-

sa. E' difficile, oggi, parlare di guerra. La maggior parte dei combattenti ha buttato le armi e vaga sfiduciata e dispersa; molti si sono infiltrati nelle colonne dei vincitori, indossandone la divisa, per sottrarsi alla strage, altri come i mercenari delle compagnie di ventura son passati al nemico con armi ed insegne; altri attendono trepidanti da capi sicuri, la parola dell'adunata. Il rimanente, la gran massa, l'Italia non fascista, è silenziosa, umiliata, atterrita. Noi la vediamo, la sentiamo la viviamo; gli osservatori stranieri la paragonano ad un cimitero di vivi. Anche i meno timidi tremano e ciascuno preferisce la miserabile vita in un rifugio tranquillo, alla mischia vicina.

Noi vogliamo rompere l'incantesimo.

Basta, anche con le mormorazioni. Perfino gli eunuchi, a Bisanzio, mormoravano; ma filavano la coccinella.

O battersi o servire vilmente. Non c'è altra via.

Noi, collegati in più parti d'Italia, disciplinati, guidati, siamo i primi nuclei, vogliamo essere il movimento nuovo liberatore. Ciascuno di noi sente la forza di non mancare alla promessa. Abbiamo un passato per cui il fascismo ci ha giudicati nemici irriducibili. Non abbiamo nomi tolti all'antichità imperiale, ma ciascuno ha un nome che il fascismo non ha potuto né contaminare, né avvilire. Le persecuzioni sono passate su di noi, senza piegarci.

Adulati, incensati, non abbiamo pensato mai alla resa.

Mai abbiamo rimpianto la tranquillità familiare o le delizie dei cortigiani.

In tempo di guerra vogliamo essere combattenti; né pensiamo di vivere in caverna, attaccati ai telefoni, esigenti dagli altri, assalti e sacrifici. Nella nostra vita abbiamo sempre pagato di persona.

Giovani e veterani, chiamiamo a noi i migliori, i dispersi, i credenti, i giovani.

Provenienti da diverse correnti politiche, archiviamo per ora le tessere dei partiti: e creiamo un'unità d'azione. Movimento rivoluzionario, non partito. "Giustizia e Libertà" è il nome ed il simbolo.

Repubblicani, socialisti e democratici ci battiamo per la libertà, per la repubblica, per la giustizia sociale. Non siamo più tre espressioni differenti, ma un trinomio inscindibile.

"Giustizia e Libertà" è un'organizzazione segreta, perché la dittatura la stroncherebbe se fosse palese. Ma il movimento deve diventare popolare.

L'Italia deve vedere in noi la speranza oggi, la certezza domani. Non il numero iniziale, ma l'anima conta. Pisacane a Sapri e Garibaldi a Marsala, non avevano pesanti ruoli di marcia. E se il destino riserverà a noi la sorte della schiera del primo, noi sentiamo fin d'ora che avremo degnamente onorato il nostro paese e noi stessi, gettando la nostra vita fra la viltà dei pavidi e la tracotanza degli oppressori.

"Giustizia e Libertà" è un movimento rivoluzionario ma noi non annunziamo cataclismi, né esigiamo insurrezioni a data fissa. Intendiamo penetrare nel cuore del popolo, scuoterlo, animarlo. Vogliamo che l'atmosfera di panico gradatamente si muti; che subentri alla disperazione la fiducia, che il mormorio diventi azione, che il coraggio passivo si trasformi in attivo. Che si creino, insomma, una coscienza ed una volontà rivoluzionarie in un minoranza audace: essa sarà in grado di trascinare le masse.

Vogliamo che gli Italiani abbandonino le speranze nello stellone divino e fidino solo in sé stessi. Gli sconvolgimenti internazionali la bancarotta del tesoro dello Stato, sono paralizzanti illusioni, la fine del fascismo confidando nelle previsioni dedotte da un'ipotesi diplomatica o da un calcolo statistico, non è combattere il fascismo. Significa ripetere fuori tempo ed in altro campo, l'Aventino. Significa ritornare alle speranze dei moderati del Risorgimento che s'attendevano l'Unità dallo sfacelo e dallo smembramento dell'Impero Ottomano.

Noi italiani, e nessun altro, al batteremo il fascismo.

Noi uniti in una disciplina di ferro; noi, decisi all'audacia e al sacrificio.

L'appello è lanciato. Incomincia la rassegna dei primi chiamati.

Mentre il lettore, guardando, legge queste righe, il passo dei conquistatori rimbomba per le piazze d'Italia.

Muscolini è: Radetzki rientrato a Milano, il Papa ritornato a Roma, il Borbone a Napoli. Prepariamo la riscossa.

UN PROCESSO MISTERIOSO

Roma, 22 — Il Tribunale Speciale di Difesa dello Stato ha terminato il processo contro alcuni imputati di spionaggio a favore di una potenza il cui nome non è stato divulgato.

Roméo Danico ebbe 30 anni di carcere: Gallisi e Coroneo 25 o-gnuno e Miselli 23. Altre pene minori, variabili da un anno e mezzo a quattro, sono state inflitte ad altri accusati, tra cui si trova una donna.

Tutti i condannati — eccetto, naturalmente la donna — appartengono all'esercito.

Questo processo, tenuto a porte chiuse e di cui non si è saputo assolutamente nulla né dai giornali, né dal pubblico, appare alquanto misterioso. E ha dato luogo a varie considerazioni.

La prima si è che appare curioso che il fascismo il quale fucila con tanta facilità per i reati di antifascismo, pur dichiarandosi ferocemente patriotta, condanni l'alto tradimento e lo spionaggio a favore d'una nazione straniera persino a pene irrisorie di un anno e mezzo.

La seconda, che più che una considerazione è una voce che circola, assicura che i processati non erano rei né di tradimento, né di spionaggio, ma rei di propaganda antifascista nell'esercito.

Un documento storico b

Certi di far cosa grata ai nostri lettori riproduciamo da una rivista nord-americana la fotografia dei tre eroici evasi di Lipari: — Lussu, a sinistra; Rosselli — al centro; Fausto Nitti — a destra. La fotografia fu presa sulla costa algerina appena i fuggiaschi si trovarono in salvo. I due mascherati sono gli eroici sal-

ANNO VIII - N. 356 - COPIA 200

DIRETTORE E GERENTE:
NICOLA CILLASede del giornale:
Rua José Bonifácio, 41 — sobrado.Per corrispondenza:
CAIXA POSTAL 110 — S. PAULO

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DELL'ANTIFASCISMO

ABONAMENTI UN SEMESTRE
UN ANNO10000
20000

S. PAULO, 23 MAGGIO 1931

PER INSERZIONI DI PUBBLICITÀ
RIVOLGERSI DIRETTAMENTE ALL'AMMINISTRAZIONE

UNO SCHIAFFO

La censura italiana è severissima. Da tempo trapianta persino i telegrammi che riguardano i più famosi uomini con la Santa Sede. Qualcuno s'è meravigliato che abbia lasciato passare i telegrammi da Bologna riguardanti l'aggressione ad Arturo Toscanini.

Chi si meraviglia non conosce il Duce. Nella sua incoscienza, egli crede di poter sfidare i sentimenti del mondo e di potersi vantare d'avere, egli, semicafale, fatto schiaffeggiare un genio.

Dico: d'aver fatto schiaffeggiare, perché, in Italia, non c'è da anni, ma solo fatto spontaneo né di fascisti, né di indifferenti. L'antifascismo corride le catene nell'ambra, il fascismo obbedisce alla disciplina più cieca nei minimi gesti. D'altra parte è ridicolo pensare che un italiano, per quanto degenerato, per quanto delinquente, per quanto vile possa essere, abbia osato, di nota propria, levare la mano al viso di Arturo Toscanini. L'ordine veniva da Roma. Coloro che hanno eseguito erano poveri poliziotti cui è stato promesso un premio.

L'ordine degli atti più nefandi è sempre partito da Roma, gli esecutori sono sempre stati i tristi agenti dell'O.V.R.A., che il Duce ha reclutato nei bassi fondi della società, tra i borghinoli, gli scassinatori, gli accoltellatori, gli struttori di male femmine. Al tempo del processo Matteotti, noi imputammo a conoscere l'associazione che obbedisce solo gli ordini del Capo dello Stato per i delitti extralegali e per le sue vendette private. Tra i Dumini, i Volpi, i Putati, i Poveroni, i Panzeri, agenti di quella che si chiamava allora la C.R.A. e si chiama oggi l'O.V.R.A., non ce n'era uno solo che non avesse subito un o sette condanne per reato comune.

Il più onesto, Panzeri, era stato condannato due volte per diserzione in tempo di guerra, tre per furto e viveva sfruttando la prostituzione di due donne: sua moglie e sua sorella.

Il Segretario del Fascio di Milano, Comin, (Giampoli), che per anni fu il suo — i sottordinati locali si chiamano così — della capitale commerciale e morale d'Italia, era disertore di guerra e, prima del fascismo, era il borghinolo accreditato della malavita milanese sui trams della linea di Porta Magenta. Viveva dello sfruttamento di due femmine di Piazza Vercelli — il "Mangue" di Milano — e, tra le molte condanne riportate, una riguardava l'assassinio, a scopo di furto, di una povera vecchia nella cui cameretta gli assassini s'erano poi trovati diciassette soldi! Quest'uomo dominò per cinque anni Milano, carissimo al Duce. In nome di Milano, ricevette S. M. il Re in Municipio e parlò alla sua presenza. I fascisti stessi furono costretti ad allontanarlo dalla città perché rubava, taglieggiava, ricattava troppo abbondantemente e sfacciatamente. Ma aveva già da parte una decina di milioni...

Il Duce si serve di questa gente e imputisce ordini telegrafici scedi. Un telegramma al Prefetto di Torino — pubblicato al tempo del processo Matteotti — diceva: bisogna "rendere difficile la vita" a Piero Gobetti, Piero Goltetti era la più vasta cultura e la più bella intelligenza del giovane giornalismo italiano. Aggredito tre volte riuscì a varcare il confine, ma morì a Parigi di postumi delle percosse. C'era l'ex ministro Giovanni Amendola, come tanti altri. Perché nel linguaggio del Duce, "rendere difficile la vita" significa uccidere lentamente, a goccia a goccia, di bastonatura in bastonatura, di ferita in ferita, di stinimento...

Io non mi meravigli degli stranieri che non sanno e che, per quanto gli si dica e ripeta, non vogliono credere: io ho in orrore gli italiani che sanno e sopportano e sussistono.

Adesso è venuta l'ora di "rendere difficile la vita" ad Arturo Toscanini.

Non oso nemmeno tentare di tessere l'ordine di lui.

Tantum nomine... Non mai il magistero della lacchetta era assurdo a tali altezze. Noi italiani abbiamo in Arturo Toscanini l'ultima vivente incarnazione del nostro genio che fu e sarà sempre, nella prosa, nel verso, nell'arte plastica, precipinamente musicale. Non è un creatore, s'è detto: è un esecutore, un interprete... Ma la musica vive solo nell'esecuzione, nell'interpretazione. E la musica dei grandissimi diviene, sotto il suo gesto, olimpica.

Ha scosso le folle di tre continenti, di venti nazioni.

Ha strappato i segreti più riposti alle epiche di Wagner, al dolore di Beethoven, al selvaggio amore di Tschaiowsky, di Korsakov, di Borodine. L'universalità

del suo spirito varca i confini della penisola, supera il carattere della razza; egli sente e spigiona dai metalli canori e dagli archi singhiozzanti tutta la musica del mondo. Può ridere come nessuno, la grazia d'un minuetto di Cimarosa, il mozzo della Cavalcata delle Valchirie, l'epicureo pantofole della Morte di Siegfried.

New-York l'ha coperto d'oro perché restasse al Manhattan alcuni anni e quando, al Manhattan, cantava Carnot e dirigeva Toscanini: gli uomini che amano soltanto la Bibbia e i dollari, pangevano ed imparavano ad amare anche l'Italia.

Il popolo tedesco, che non ha nulla da invidiare a nessuno in fatto di musica, che ha dato al mondo Bach e Beethoven, Brahms e Liszt, Wagner e Strauss, il popolo che ha sentito dirigere Hans von Bülow e Arthur Nikisch, lo ha voluto l'anno scorso a Bayreuth, alla "Conca delle Armonie" perché, sotto la lacchetta magica del grande interprete latino, s'indossasse maggiormente le tuniche megalopiche del più grande fra i cuori teutonici.

Sulla giungia di quest'uomo, che la canizie e il genio dovrebbero far sacro all'Italia e al mondo, s'è abbattuta, per ordine del Duce, la sudicia, la lurida mano d'un poliziotto pagato.

Quella mano non ha profanato Arturo Toscanini, che vittima di colui che ha tutto profanato in Italia, ci appare ora più nostro, più grande, più alto, più puro; quella mano ha schiaffeggiato l'Italia e il mondo.

Promettiamo all'Italia e al mondo che, se la rintracceremo — nel giorno della giustizia che s'approssima — davanti al popolo ingenuo, per espiazione, la taglieremo.

Amico personale e devoto d'Ar-

turo Toscanini, di suo figlio Walter mio compagno d'armi durante la grande guerra, mi sia permesso di respingere qui, insulto aggiunto all'insulto, le falsità che si propalano sul suo conto onde attenuare il ribrezzo che desta l'atto della polidittatoria fascista a Bologna.

Arturo Toscanini, artista, esclusivista, esclusivista, non può comprendere nel Venti la doppiezza del Duce. Fu "fascista" al tempo del primo programma di Benito Mussolini, quando il fascismo prometteva la repubblica, l'abolizione del Senato, più vaste libertà al popolo, battaglie antiericali, terre ai contadini, più equa retribuzione al lavoro. Fu fascista quando il fascismo si mascherava di socialismo come fa in Germania dove gli schiavisti di Hitler si chiamano "socialisti nazionali", come ha fatto in Polonia dove Pilsudsky chiamò rivoluzione socialista e rivoluzione morale: il colpo di mano che lo elevava alla tirannia, come fu dominegno onde ghermire, con la menzogna, il potere.

Toscanini cadde nell'inganno. Non fu meraviglia: vi cadono popoli. Fu anche candidato alle elezioni del Venti. Ma non appena vide il voluttoso di Mussolini e comprese, si ritirò inorridito. Si dedicò tutto alla resurrezione della "Scala", che rifecce degna delle sue gloriose tradizioni, e che gli intrighi dei cortigiani del Duce gli ridussero, per rovinarla.

Non è la prima volta che Arturo Toscanini si rifiutò di far eseguire dalla sua orchestra l'Inno fascista. Vi si rifiutò già, a la Scala, quando io ero ancora a Milano. Ci vuole tutta l'ignoranza fascista per pretendere che 150 professori d'orchestra, i quali hanno studiato un mese per eseguire impuntabilmente il Parsifal o il Boris Godunov, sinfonie di Beethoven o di Martucci, possano ab-

La Repubblica Spagnuola è il fascismo italiano svergognato e deriso; è la sua essenza antifascista ed anti umana rivelata e dimostrata. Oramai tutto quello che gli resta da dire è che esso esiste e che dura. Ma esso esiste e dura come la pestilenza, la folla, il crimine e la prostituzione.

Il processo del risanamento ne determina la morte.

ARTURO LABRIOLA

(Disegno di "PIK" per La Difesa)

LA BATTAGLIA DELLA MUSICA

bassarsi, per fare piacere alla ciaglia, a eseguire una marcia degna tutt'al più d'una banda di villaggio.

Ma, a parte il giusto risentimento artistico, Arturo Toscanini, fin dal Ventiduesimo, che "Giovinezza, Giovinezza" è l'Inno della spogliazione della nazione, l'Inno dell'assassinio e del furto.

E, appunto perché sa, bisogna "rendergli difficile la vita".

Speriamo che gli la ponga in salvo, la sua vita preziosa, oltre i

Mario Mariani

Che avverrà di Toscanini?

Rivelazioni extraufficiali della stampa estera — Le manovre dei fogliacci mercenari — Mussolini continua la persecuzione — Il passaporto negato — Il grande Maestro fatto segno a vibrante ovazione di popolo alla Scala — Tumulti ed arresti di numerosi studenti

Il tiranno inaugurato che sfida la coscienza civile del mondo facendo dimenticare la notizia dell'aggressione a Toscanini, non usa più, ora, dopo l'inaspettata insurrezione morale, culturale e politica, la sua infamia e cerca sottrarsi alla grave responsabilità toccandole, nella sua stampa venduta, di avanzare pericoli, giustificazioni, attenuazioni.

Diamo intanto, integralmente, l'articolo del 19.05.31, le notizie pervenute ai quotidiani brasiliani.

O Estado de S. Paulo pubblica nel suo numero di mercoledì:

O MAESTRO TOSCANINI FOI PRESO E IMPEDIDDO DE EXPATRIAR-SE

AS PERSECUÇÕES FASCISTAS DE QUE É VÍTIMA O GRANDE MAESTRO

BERLIM, 19 (D.) — Está interessando muito a opinião pública, especialmente os centros artísticos da Alemanha, o caso do grande maestro italiano Arturo Toscanini, contratado para dirigir os festivais Wagnerianos de Bayreuth, e que acaba de ser preso em Milão, pelas autoridades fascistas, em consequência do incidente que se deu há dias no Theatro Communal de Bolonha.

A respeito deste incidente, os jornais publicam alguns pormenores, recebidos pelo correio e que a censura telegráfica fascista impede serem transmitidos por telegrammas. Segundo estes pormenores, o incidente teria provocado pelo sub-secretário do Ministério do Interior, deputado Arpinati, que, com arrogância, depois da orquestra executar o primeiro numero do programma, apresentou-se ao maestro Toscanini, ordenando-lhe que mandasse tocar o hymno fascista, porque nesse instante havia entrado na sala do theatro o ministro das Communicações, sr. Ciano.

O maestro declarou ao sub-secretário fascista que elle dirigia cento e cincoenta professores de orchestra para executar um programma preestabelecido de musica classica e não hymno populares. O sr. Arpinati, mordendo os lábios, proferiu palavras de ameaças.

Então, o maestro apresentou ao sub-secretário a batuta, dizendo-lhe: "O senhor pode dirigir o que quiser" — e encaminhou-se para a saída.

(Vedi seguito in 3.a pagina)

"L'ordine veniva da Roma... L'ordine degli atti più nefandi è sempre partito da Roma; gli esecutori sono sempre stati i tristi agenti dell'O.V.R.A., che il Duce ha reclutato nei bassi fondi della società, tra i borghinoli, gli scassinatori, gli accoltellatori, gli struttori di male femmine".

Così Mario Mariani. Esagerazioni? Scatto di qualche canaglia nera esuberante? No, il colpevole è ancora e sempre lui, il capobanda, il Duce, Mussolini. E' lui che ha ordinato l'aggressione a Toscanini, mandando ad organizzarla appositamente da Arpinati, il "Dumini" di oggi.

Ecco, qui a fianco, un documento, un autografo, ordinante, ieri come oggi, schiaffi, bastonate, ferimenti e morte. Dice il telegramma, scritto — ripetiamo — di pugno del Duce:

PREFETTO — TORINO

MI SI RIFERISCE CHE NOTO GOBETTI SIA STATO RECENTEMENTE PARIGI E CHE OGGI SIA SICILIA STOP. PREGO INFORMARMI E VIGILARE PER RENDERE NUOVAMENTE DIFFICILE VITA QUESTO INSUBORDINATO OPPOSITORE GOVERNO E FASCISMO.

MUSSOLINI

Ieri ordinava di rendere difficile la vita a Gobetti. Poi a Matteotti. Poi ad Amendola e a cento altri.

Oggi tenta contro Toscanini. Quando il popolo italiano saprà render difficile la vita del suo carnefice?

UNO SCHIAFFO

La censura italiana è severissima. Da tempo trattiene persino i telegrammi che riguardano i nuovi malumori con la Santa Sede. Qualcuno s'è meravigliato che abbia lasciato passare i telegrammi da Bologna riguardanti l'ignobile aggressione ad Arturo Toscanini.

Chi si meraviglia non conosce il Duce. Nella sua incoscienza, egli crede di poter sfidare i sentimenti del mondo e di potersi vantare d'avere, egli, semianalfabeta, fatto schiaffeggiare un genio.

Dico "d'aver fatto schiaffeggiare" perché, in Italia, non c'è da anni, un solo fatto spontaneo né di fascisti, né di indifferenti. L'antifascismo corrode le catene nell'ombra, il fascismo obbedisce alla disciplina più cieca nei minimi gesti. D'altra parte è ridicolo pensare che un italiano, per quanto degenerato, per quanto delinquente, per quanto vile possa essere, abbia osato, di *motu proprio*, levare la mano al viso di Arturo Toscanini. L'ordine veniva da Roma. Coloro che hanno eseguito erano poveri poliziotti cui è stato promesso un premio.

L'ordine degli atti più nefandi è sempre partito da Roma, gli esecutori sono sempre stati i tristi arresti del P.O.V.R.A., che il Duce ha reclutato nei bassi fondi della società, tra i borsaiuoli, gli scassinatori, gli accoltellatori, gli sfruttatori di male femmine. Al tempo del processo Matteotti, noi imparammo a conoscere l'associazione che obbedisce solo agli ordini del Capo dello Stato per i delitti extralegali e per le sue vendette private. Tra i Dumini, i Volpi, i Puttato, i Poveromo, i Panzeri, agenti di quella che si chiamava allora la Ceka e si chiama oggi P.O.V.R.A., non ce n'era uno solo che non avesse subito sei o sette condanne per reato comune.

Il più onesto, Panzeri, era stato condannato due volte per diserzione in tempo di guerra, tre per furto e viveva sfruttando la prostituzione di due donne: sua moglie e sua sorella.

Il Segretario del Fascio di Milano, Comin, Giampoli, che per anni fu il *rua* — i sottolittori locali si chiamano così — della capitale commerciale e morale d'Italia, era disertore di guerra e, prima del fascismo, era il borsaiolo accreditato della malavita milanese sui trams della linea di Porta Magenta. Viveva dello sfruttamento di due femmine di Piazza Vercelli — il "Mangue" di Milano — e, tra le molte condanne riportate, una riguardava l'assassinio, a scopo di furto, di una povera vecchia nella cui cameretta gli assassini avevano poi trovato diciassette soldi! Quest'uomo dominò per cinque anni Milano, carissimo al Duce. In nome di Milano, ricevette S. M. il Re in Municipio e parlò alla sua presenza. I fascisti stessi furono costretti ad allontanarlo dalla carica perché rubava, taglieggiava, ricattava troppo abbondantemente e sfacciatamente. Ma aveva già da parte una diecina di milioni...

Il Duce si serve di questa gente e impartisce ordini telegrafici scelti. Un telegramma al Prefetto di Torino — pubblicato al tempo del processo Matteotti — diceva: bisogna "rendere difficile la vita" a Piero Gobetti. Piero Gobetti era la più vasta cultura e la più bella intelligenza del giovane giornalismo italiano. Aggredito tre volte riuscì a varcare il confine, ma morì a Parigi di postumi delle percosse. Come l'ex ministro Giovanni Amendola, come tanti altri. Perché nel linguaggio del Duce, "rendere difficile la vita" significa uccidere lentamente, a goccia a goccia, di bastonatura in bastonatura, di ferita in ferita, di stimimento...

Io non mi meraviglio degli strapazzi che non sanno e che, per quanto gli si dica e ripeta, non vogliono credere: io ho in orrore gli italiani che sanno e sopportano e scusano.

Adesso è venuta l'ora di "rendere difficile la vita" ad Arturo Toscanini.

Non oso nemmeno tentare di tessere l'ologio di lui.

Tantum nonne... Non mai il maestro della bacchetta era assunto a tali altezze. Noi italiani abbiamo in Arturo Toscanini l'ultima vivente incarnazione del nostro genio che fu e sarà sempre, nella prosa, nel verso, nell'arte plastiche, precipuamente musicale. Non è un creatore, s'è detto: è un esecutore, un interprete... Ma la musica vive solo nell'esecuzione, nell'interpretazione. E la musica dei grandissimi diviene, sotto il suo gesto, olimpica.

Ha scosso le folle di tre continenti, di venti nazioni.

Ha strappato i segreti più riposti alle epoche di Wagner, al dolore di Beethoven, al selvaggio amore di Tchaikowsky, di Korsakov, di Borodine. L'universalità

del suo spirito varca i confini della penisola, supera il carattere della razza: egli sente e sprigiona dai metalli canori e dagli archi singhiozzanti tutta la musica del mondo. Può ridere come nessuno lo fa, grazie d'un mimetto di Cimarosa, il tuono della Cavalcata delle Valchirie, l'epicedio panico della Morte di Siegfried.

New York l'ha coperto d'oro perché restasse al Manhattan alcuni anni e quando, al Manhattan, cantava Caruso e dirigeva Toscanini, gli uomini che amano soltanto la Bibbia e i dollari, piangevano ed imparavano ad amare anche l'Italia.

Il popolo tedesco, che non ha nulla da invidiare a nessuno in fatto di musica, che ha dato al mondo Bach e Beethoven, Brahms e Liszt, Wagner e Strauss, il popolo che ha sentito dirigere Hans von Bülow e Arthur Nikisch, lo ha voluto l'anno scorso a Bayreuth, alla "Conca delle Armonie" perché, sotto la bacchetta magica del grande interprete latino, s'indossasse maggiormente le titaniche melee del più grande fra i cuori tentoni.

Sulla giungla di quest'uomo, che la canizie e il genio dovrebbero far sacro all'Italia e al mondo, s'è abbattuta, per ordine del Duce, la sudicia, la lurida mano d'un poliziotto pagato.

Quella mano non ha profanato Arturo Toscanini, che vittima di colpi che ha tutto profanato in Italia, ci appare ora più nostro, più grande, più alto, più puro; quella mano ha schiaffeggiato l'Italia e il mondo.

Promettiamo all'Italia e al mondo che, se la rintracceremo — nel giorno della giustizia che s'approssima — davanti al popolo ingommiato, per espiazione, la taglieremo.

Amico personale e devoto d'Ar-

turo Toscanini, di suo figlio Walter mio compagno d'armi durante la grande guerra, mi sia permesso di respingere qui, insulto aggiunto all'insulto, le falsità che si propagano sul suo conto onde attenuare il ribrezzo che desta l'atto della poliziotaglia fascista a Bologna.

Arturo Toscanini, artista, esclusivamente artista, non potè comprendere nel Venti la doppiezza del Duce. Fu "fascista" al tempo del primo programma di Benito Mussolini, quando il fascismo prometteva la repubblica, l'abolizione del Senato, più vaste libertà al popolo, battaglie anticlericali, terre ai contadini, più equa retribuzione al lavoro. Fu fascista quando il fascismo si mascherava di socialismo come fa in Germania dove gli schiavisti di Hitler si chiamano "socialisti nazionali", come ha fatto in Polonia dove Pilsudsky chiamò rivoluzione socialista e rivoluzione morale il colpo di mano che lo elevava alla tirannia, come fu dovunque onde germire, con la menzogna, il potere.

Toscanini cadde nell'inganno. Non fu meraviglia: vi cadono popoli. Fu anche candidato alle elezioni del Venti. Ma non appena vide la voltafaccia di Mussolini e comprese, si ritirò sconsigliato. Si dedicò tutto alla resurrezione della "Scala", che rifecce degna delle sue gloriose tradizioni, e che gli intrighi dei cortigiani del Duce gli ritolsero, per rovinarla.

Non c'è la prima volta che Arturo Toscanini si rifiutò di far eseguire dalla sua orchestra l'Inno fascista. Vi si rifiutò già, a la Scala, quando io ero ancora a Milano. Ci vuole tutta l'ignoranza fascista per pretendere che 150 professori d'orchestra, i quali hanno studiato un mese per eseguire inappuntabilmente il Parsifal o il Boris Godunov, sinfonie di Beethoven o di Martucci, possano al-

(Disegno di "PIK" per La Difesa).

L'A BATTAGLIA DELLA MUSICA

lasciarsi, per fare piacere alla carnaglia, a eseguire una marcia da guerra tutta al più d'una banda di villaggio.

Ma, a parte il giusto risentimento artistico, Arturo Toscanini, fin dal Ventiduesimo, che "Giovinezza, Giovinezza" è l'Inno della spogliazione della nazione, l'Inno dell'assassinio e del furto.

E, appunto perché sa, bisogna "rendergli difficile la vita".

Speriamo che gli la ponga in salvo, la sua vita preziosa, oltre i

confini. Il suo esilio, del resto, sarà breve.

Il governo che proibisce il teatro a Roberto Bracco, che incendia la biblioteca di Benedetto Croce, che corrompe la senilità di Gabriele d'Annunzio, che nega per anni il passaporto a Guglielmo Ferrero che danneggia a Pesello Francesco Saverio Nitti e Gaetano Salvemini, che schiaffeggia Arturo Toscanini, è ormai diventato l'obbrolio del mondo civile. I suoi giorni sono contati.

Mario Mariani

Che avverrà di Toscanini?

Rivelazioni extraufficiali della stampa estera — Le manovre dei fogliacci mercenari — Mussolini continua la persecuzione — Il passaporto negato — Il grande Maestro fatto segno a vibrante ovazione di popolo alla Scala — Tumulti ed arresti di numerosi studenti

Il tiranno insanguinato che sfida la coscienza civile del mondo facendo dimenticare la notizia dell'aggressione a Toscanini, non usa più, ora, dopo l'umane insurrezione morale, vantarsi della nuova infamia e cerca sottrarsi alla grave responsabilità tentando, nella sua stampaccia venduta, di avanzare pretesti, giustificazioni, attenuazioni.

Diamo intanto, integralmente l'edizione italiana anche i titoli, le notizie pervenute ai quotidiani brasiliani.

O Estado de S. Paulo pubblica nel suo numero di mercoledì:

O MAESTRO TOSCANINI FOI PRESO E IMPEDIDO DE EXPATRIAR-SE

AS PERSECUCOES FASCISTAS DE QUE E VICTIMA O GRANDE MAESTRO

BERLIM, 19 (D.) — Está interessando muito a opinião publica, especialmente os centros artisticos da Alemanha, o caso do grande maestro italiano Arthur Toscanini, contratado para dirigir os festivais Wagnerianos de Bayreuth, e que acaba de ser preso em Milão, pelas autoridades fascistas, em consequencias do incidente que se deu ha dias no Theatre Communal de Bolonia.

A respeito deste incidente, os jornaes publicam alguns pormenores, recolhidos pelo correio e que a censura telegraphica fascista impedia fossem transmitidos por telegrammas. Segundo esses pormenores, o incidente fora provocado pelo sub-secretario do Ministerio do Interior, deputado Arpinati, que, com arrogancia, depois da orchestra executar o primeiro numero do programma, apresentou-se ao maestro Toscanini, ordenando-lhe que mandasse tocar o hymno fascista, porque nesse instante havia entrado na sala do theatro o ministro das Communicações, sr. Ciano.

O maestro declarou ao sub-secretario fascista que elle dirigia cento e cincoenta professores de orchestra para executar um programma preestabelecido de musica classica e não hymnos populares. O sr. Arpinati, mordendo os labios, proferiu palavras de ameaças. Então, o maestro apresentou ao sub-secretario a batuta, dizendo-lhe: "O senhor pode dirigir o que quiser" — e encaminhou-se para a sahida.

(Vedi seguito in 3a pagina)

"L'ordine veniva da Roma... L'ordine degli atti più nefandi è sempre partito da Roma; gli esecutori sono sempre stati i tristi arresti dell'O.V.R.A., che il duce ha reclutato nei bassi fondi della società, tra i borsaiuoli, gli scassinatori, gli accoltellatori, gli sfruttatori di male femmine".

Così Mario Mariani.

Esagerazioni? Scatto di qualche camicia nera esuberante?

No, il colpevole è ancora e sempre lui, il capolando, il duce, Mussolini. E' lui che ha ordinato l'aggressione a Toscanini, mandando ad organizzarla appostamente da Arpinati, il "Dumini" di oggi.

Ecco, qui a fianco, un documento, un autografo, ordinante, ieri come oggi, schiaffi, bastonate, ferimenti e morte. Dice il telegramma, scritto — ripetiamo — di pugno del duce:

PREFETTO — TORINO

MI SI RIFERISCE CHE NOTO GOBETTI SIA STATO RECENTEMENTE PARIGI E CHE OGGI SIA SICILIA STOP. PREGO INFORMARMI E VIGILARE PER RENDERE NUOVAMENTE DIFFICILE VITA QUESTO INSULSO OPPOSITORE GOVERNO E FASCISMO.

MUSSOLINI

Ieri ordinava di rendere difficile la vita a Gobetti. Poi a Matteotti. Poi ad Amendola e a cento altri.

Oggi tenta contro Toscanini.

Quando il popolo italiano saprà render difficile la vita del suo carnefice?

ANNO VIII — N. 403

S. PAOLO, 14 GENNAIO 1932

PREZZO: 200 Rēis

Direttore: Mario Mariani

ABBONAMENTI Brasile e America: 1 anno 200; 1 semestre 100; 1 trimestre 50.
Tutti gli altri Paesi: 1 anno 100; 1 semestre 50; 1 trimestre 25.
Abbonamento postale speciale, solo per il Brasile: 500 al mese.

Relazione, Amministrazione e Pubblicità: via João Brícola, 2 — 17 andar
Telas 13-14-15 — Telefono 2-3-4-5
Officine grafiche: rua Boa Vista, 11 — Telefono 2-2-1-2
Indirizzo Postale: Caixa postal, 144 — S. Paulo

TABELLA DEI PREZZI DA PUBBLICITÀ PER UNA DOZZA
1. prima pagina, intera: 2.000; Meia: 1.200; Um quarto: 800; Um centavo: de col. 60.
2. prima pagina, intera: 1.800; Meia: 1.000; Um quarto: 600; Um centavo: de col. 60.
3. prima pagina, intera: 1.600; Meia: 900; Um quarto: 500; Um centavo: de col. 60.
4. prima pagina, intera: 1.400; Meia: 800; Um quarto: 400; Um centavo: de col. 60.
5. prima pagina, intera: 1.200; Meia: 700; Um quarto: 300; Um centavo: de col. 60.
6. prima pagina, intera: 1.000; Meia: 600; Um quarto: 200; Um centavo: de col. 60.
7. prima pagina, intera: 800; Meia: 500; Um quarto: 100; Um centavo: de col. 60.
8. prima pagina, intera: 600; Meia: 400; Um quarto: 100; Um centavo: de col. 60.
9. prima pagina, intera: 400; Meia: 200; Um quarto: 100; Um centavo: de col. 60.
10. prima pagina, intera: 200; Meia: 100; Um quarto: 50; Um centavo: de col. 60.

LA MASCHERA E IL VOLTO

Ogni gerarca fascista che passa per la prima volta l'oceano e giunge su queste terre in regola deve essere prima di tutto: scopre l'America, e poi cerca di ingraziarsi il pubblico, di cui parlare in modo diverso da altri che lo precedettero, sia col carcer di mostrarsi meno fascista che può.

L'ultima scoperta dell'America non ci interessa. La tentano tutti i novellini più inesperti del giornalismo che sbarcano qui, e per lo più scrivono sciocchezze su sciocchezze, che si leggono dopo, per solito quando il nuovo Colombo è già ripartito. Il fascista ci mette in più, di appreso, il fascismo ci mette in più, di suo, qualche cattiveria, contro i paesi americani quasi sempre ne scrive, da lontano il contrario di quello che si tenta d'ingannare la gente per passare come un agguerrito di latte e presentarsi se stesso ed il governo che lo manda sotto l'aspetto il meno fascista possibile.

Il caso del più recente arrivato, Pietro Parini, che conosciamo bene da un pezzo come segretario generale del "Lancet all'estero", ma che qui ha cominciato col nascondere questa sua qualità, specifica sotto il titolo pomposo quanto ridicolo di "Direttore Generale degli Italiani all'estero". Che cosa dirà, questa direzione, nessuno lo sa; si sa cioè, che dirige i Fasci e nulla più. Che la grande massa degli Italiani si dirige da sé, ignora perfino l'esistenza del signor direttore, e continua a fare il complotto suo senza curarsene. Pure, i suoi atteggiamenti meritano di essere rilevati, per inganne come la falsità, la menzogna e l'ipocrisia siano senz'altro scrupolo adoperare all'estero dal fascismo, così come clinicamente sono adoperati all'interno d'Italia la violenza legale e illegale, la depredazione mediatica e l'asservimento d'ammiratori.

Un giornale fascista di Buenos Aires ha pubblicato nei giorni scorsi una ciacata di questo Pietro Parini "da fascista a fascista" questa volta, e nella sede del fascio. Bisognava quindi che si sbloccasse qualcosa; anche qui per ciò la maschera non se la levò che a metà. Come notava due giorni dopo "L'Italia del Popolo", il discorso constataba lo stato fallimentare odierno del fascismo nella Repubblica Argentina — mezzo pedagogico per spingere a fascisti gli amici e a far di più —, ma non ha mancato di ripetere il solito ritornello, per l'estero, che il Governo fascista è un governo democratico, governo di popolo, anzi il governo più democratico del mondo! Governo democratico per eccellenza, dunque, è secondo Parini quello che, come in Italia, costringe con la violenza e il ricatto della fame tutto un popolo ad abbattere in silenzio alla volontà di un solo e lasciare indissolubile senza osare un lamento. Chissà quale definizione darebbe dell'autocrazia, questo nuovo Aristotele.

L'altra democrazia, quella dei principi del 1789, non è la vera. Figuratevi che, secondo Parini, la colpa di lei è stata, far l'altro, "d'averci dato dal 1914 la più formidabile delle guerre". Infatti, come tutti sanno dal 1914 al 1918, Mussolini e tutti i suoi seguaci erano dei neutralisti accaniti, e lo zar di Russia, Ceco Beppe e Guglielmo furono dei pacifisti di cappella vittime degli "immortali principi". Lasciamo andare. Ed è per evitare nuove guerre che il governo di Roma, pur proclamando ogni tanto per la platea straniera le sue intenzioni pacifiche, intriga sottomano all'estero con la sua diplomazia equivoca e subdola, ed all'interno proclama clinicamente il diritto supremo della mitragliatrice, della bomba e del pugnale.

Ma dove, nel discorso in questione, il volto ripugnante del fascismo si copre di più con la maschera di proselitista che vuole allietare i passanti, è dove spiega i compiti dei fascisti all'estero: non intervento nelle faccende del paese che dupli e rispetto per le sue istituzioni; e fra le nuove emigrate italiane, non intransigenza né ostinazione. Quasi frasi melliflue in tal proposito! Aprite le braccia a tutti i comunisti, astensione dalla politica,

avvicinare gli operai anche se dicono "aspre parole", non chiedere a nessuno la rinuncia alle proprie idee, fare opera assistenziale, soccorrere i disoccupati, curarsi delle cucine economiche, ecc. Il tutto, naturalmente, al suono della marcia e di "giovinette", tanto per tener alto il morale.

S'intende che, rivolta "da fascista a fascista", l'entusiasta mostrava la stessa corda sotto la maschera della sberleffiatura di trivio, si sentiva bene ora il puto ed ora la volpe. In casa propria si fa male la comedia, perché ci si conosce troppo. Ma la commedia è più completa, recitata a casa d'altri, dove si può mentire dacciatamente. Infatti, dei fascisti, prima, in una intervista con "La Prensa", il Parini le sbalzava una cosa grossa. Riconoscendo questo sì, non fosse il capo ufficiale dei fasci all'estero, rispondeva candidamente che, sì, quella è una carica che lui ricopre in Roma, al Ministero degli Esteri, ma che tal veste l'ha lasciata appesa laggiù, all'attaccapanni del suo ufficio. Qui, egli, è solo. Il "Direttore generale degli Italiani all'estero", dell'opera, fascista di questi paesi non si occupa, ed è tanto allente da scopo alcuno in tal senso fino a considerare tutti i suoi compatriotti unicamente come tale "senza fare distinzione alcuna tra fascisti ed antifascisti".

Ah, se si sapessero in Italia queste pazzie! se potessero circolare fra i cittadini per i quali perfino il silenzio è ragione di sospetto, di boicottaggio e di persecuzione! se potessero penetrare fra i cuori delle prigioni e i confini nelle quali che amaro riso succuberebbero e che digiuno. Ma anche all'estero la comedia non può ingannare nessuno. Basta ricordare gli effetti dell'opera integrati e delittuosi di questo capo dei fasci all'estero con lo spionaggio organizzato, le menzogne negli agenti provocatori, ecc. — di cui specialmente in Svizzera e in Francia si sanno le turpi gesta — per capire che se ne può fare in America Latina, quest'ultimo inviato di Mussolini gioca a partita doppia: in pubblico e nei giornali parla come un diplomatico, e in pratica agisce come il capo delle spie fasciste all'estero. Se gli emigrati italiani non stanno in guardia, se gli antifascisti non saranno vigili e attenti, presto se ne vedranno gli stessi effetti che altrove. Effetti funesti per l'emigrazione italiana e le sue istituzioni, che tanto difficilmente riescono a salvarsi indipendenti, quando ci riescono; ed anche effetti poco rassicuranti e poco puliti a danno delle stesse istituzioni libere indigene, dove ce ne sono di libere. "Ora".

Né si pensi che si tratta d'una attività sporadica o personale. No. Anche per la menzogna all'estero, come per la violenza all'interno, tutto è prestabilito da Roma e risponde a un piano premeditato per addormentare l'attenzione straniera o, qui in America, della vecchia emigrazione italiana: la più numerosa e più facile ad essere ingannata. Ricordo a tal proposito un libro di recente pubblicazione a Parigi, di un altro fascista senza scrupoli il Suckert (o Malaparte che sia), il quale anch'esso si dà l'aria di democratico, di difensore dello Stato parlamentare, considerato come presidio di libertà. Che lo Stato parlamentare sia poi sul serio tal presidio di libertà, è questione diversa che qui non interessa. Basta notare che il fascismo cerca così di turbarli i democratici all'estero, come cercò di turbarli in Italia, dal 1919 al 1922, col suo primitivo programma denegatorio, gli stessi sovversivi. Lo riconosceva, del resto, uno scrittore fascista del "Corriere della Sera", che vedeva nel libro del Malaparte "un suo tiro bellissimo" agli Stati parlamentari, "un cavallo di Troia" introdotto in mezzo alle democrazie degli Stati non ancora dittatoriali.

Il "tiro" il "cavallo di Troia", qui, in America, è d'altro genere, piuttosto di ostinato alle collettività indigene, pur non escludere le collettività indigene. Non siano esse vittime di un inganno ormai tutto puerile!

LUIGI FABBRI

Una "senatrice" Anche un palazzo, purché se ne vada

NEW YORK, 14. — Nelle elezioni supplementari per la riorientazione di Little Rock, nella stato di Arkansas, è stata eletta, per sostituire al senato suo marito, derelitto un mese fa, la signora Caraway. La signora Caraway, donna di 54 anni, democratica come il defunto che rappresentava a Washington Little Rock, è la prima volta che una donna entra al senato americano ed è anche la signora Caraway la prima senatrice in tutto il mondo.

TELEGRAMMI DALL'ITALIA E DALL'ESTERO

La resistenza passiva in India

Sassate ai posti di polizia e incendio di stoffe

ROMA, 14. — Al momento di essere assaliti ai posti di polizia e incendio di stoffe, i manifestanti hanno fatto fuoco con i loro coltellacci. I poliziotti sono rimasti feriti. I manifestanti hanno fatto fuoco con i loro coltellacci. I poliziotti sono rimasti feriti.

Restrizioni alla libertà di stampa

ROMA, 14. — Il governo ha emanato una circolare che vieta ai giornali pubblicare le notizie che tendono a far credere che il governo ha in mente di limitare la libertà di stampa.

Guglielmo II è infermo

AMSTERDAM, 14. — Si ha da Darmstadt che Guglielmo II è infermo. Il re di Germania è infermo. Il re di Germania è infermo.

La fine della Conferenza carbonifera di Ginevra

GINEVRA, 14. — La conferenza internazionale dei carboniferi di Ginevra si è conclusa. La conferenza internazionale dei carboniferi di Ginevra si è conclusa.

La reazione in Polonia

VARSAVIA, 14. — È terminata la sessione dei deputati socialisti del Bund e oppositori in genere, che la dittatura di Pilsudski aveva fatto arrestare per violare le libertà civili.

Prossimo Consiglio dei Ministri

ROMA, 14. — Mussolini ha convocato il Consiglio dei ministri per sabato 17. Egli darà le ultime istruzioni ai delegati italiani per la conferenza delle riparazioni e del disarmo.

Le credenziali dell'ambasciatore spagnolo

ROMA, 14. — Stannone il nuovo ambasciatore della Repubblica spagnola signor Gabriele Alomar è stato ricevuto al Quirinale in udienza speciale dal sig. Vittorio al quale ha presentato le sue credenziali.

La "Marcia su Vienna"

VIENNA, 14. — La polizia ha arrestato un gruppetto di circa 200 persone, che si preparavano a fare una "marcia su Vienna".

Buenos Aires, 14. — La speranza che il generale Uriburu si decida finalmente a cedere il posto al presidente eletto e a convocare il Congresso i deputati, nominali dal popolo, aspettano da quattro mesi, ha fatto sì che si è costituito un comitato per regalare al generale Uriburu un palazzo. Il palazzo naturalmente gli sarà consegnato solo il giorno della sua partenza dal mandato. Se no della il palazzo è restato.

Visita di Mussolini al Papa?

PADOVA, 14. — Mandato da Roma che si attende un prossimo colloquio tra la Santa Sede e il governo fascista. La pioggia di decorazioni papali caduta su papa Mussolini dimostra che il colloquio è stato molto fruttuoso.

La grande diga di Sind

ROMA, 14. — Il lavoro per la costruzione della grande diga di Sind, in India, è in pieno svolgimento. La diga di Sind, in India, è in pieno svolgimento.

Anche la Bulgaria chiede la moralizzazione

SOFIA, 14. — Il Consiglio dei Ministri bulgari ieri ha deciso di inviolare trattative con le nazioni creditrice per ottenere una moralizzazione dei fondi necessari per pagare gli interessi dei debiti esteri.

UN PREMIO LETTERARIO

ROMA, 14. — Il premio letterario "Guglielmo Fracchi" per la migliore opera poetica dell'anno è stato assegnato dalla Commissione a Aldo Caputo per un libro di versi intitolato "Il passo del Gigno".

NUOVE ESPULSIONI DALLA FRANCIA

PARIGI, 14. — Vi abbiamo già annunciato il sistema drastico di espulsioni di stranieri, instaurato dal Governo francese per il timore della disoccupazione. Oggi stranieri disoccupati ricevono un biglietto azzurro che gli impone di abbandonare il territorio entro otto giorni. Si calcola che, negli ultimi tre mesi, decine di migliaia di italiani — di quelli che non erano sospetti di antifascismo — siano rimpiantati.

IL DISCORSO DI BOTTAI

Il discorso ha il grande merito di aver sì creato, finalmente, un tipo di italiano nuovo.

Grande caso di "estel-tonato" in Portogallo

LISBONA, 14. — I giornali pubblicano la notizia di un colosso di "estel-tonato" in Portogallo, che si tratta della vendita di beni venuti in Portogallo, appartenenti al signor José Santos, effettuata da tale Antonio Rodrigues Soto, il quale si vale di una procura già scaduta e intestata a una terza persona.

La prossima apertura del Reichstag

BERLINO, 14. — Il "Germania" dice poter calcolare che il Reichstag sarà convocato prima della data abituale di apertura, allo scopo di fissare la data per le prossime elezioni per il Reichstag.

Carnera si recherà a New-York e a Parigi?

PARIGI, 14. — Carlo Montemurlo, il socio che Primo Carnera si reccherà all'Italia a New-York, non passerà per la Francia dove ha assunto gli impegni per 3 match.

Il match Schemmeling - Walker sospeso per mancanza di fondi

NEW-YORK, 14. — Si sa che il match Schemmeling - Walker è stato sospeso per mancanza di fondi.

La prossima apertura del Reichstag

BERLINO, 14. — Il "Germania" dice poter calcolare che il Reichstag sarà convocato prima della data abituale di apertura, allo scopo di fissare la data per le prossime elezioni per il Reichstag.

Per la rinascita d'un governo in Cina

SHANGHAI, 14. — In vista del Presidente dell'Esecutivo di Nanjing, Sun Yat-sen, che ha appena una riunione con il ministro delle Finanze, il governo di Sun Yat-sen, che ha appena una riunione con il ministro delle Finanze.

RENCEVE A PARIGI

PARIGI, 14. — Il poeta Renceve è in città. Il poeta Renceve è in città.

Anche la Bulgaria chiede la moralizzazione

SOFIA, 14. — Il Consiglio dei Ministri bulgari ieri ha deciso di inviolare trattative con le nazioni creditrice per ottenere una moralizzazione dei fondi necessari per pagare gli interessi dei debiti esteri.

LA CRISI FRANCESE

PARIGI, 14. — La crisi francese è molto lontana dall'essere risolta. La crisi francese è molto lontana dall'essere risolta.

Carnera si recherà a New-York e a Parigi?

PARIGI, 14. — Carlo Montemurlo, il socio che Primo Carnera si reccherà all'Italia a New-York, non passerà per la Francia dove ha assunto gli impegni per 3 match.

Il match Schemmeling - Walker sospeso per mancanza di fondi

NEW-YORK, 14. — Si sa che il match Schemmeling - Walker è stato sospeso per mancanza di fondi.

La prossima apertura del Reichstag

BERLINO, 14. — Il "Germania" dice poter calcolare che il Reichstag sarà convocato prima della data abituale di apertura, allo scopo di fissare la data per le prossime elezioni per il Reichstag.

Carnera si recherà a New-York e a Parigi?

PARIGI, 14. — Carlo Montemurlo, il socio che Primo Carnera si reccherà all'Italia a New-York, non passerà per la Francia dove ha assunto gli impegni per 3 match.

Il match Schemmeling - Walker sospeso per mancanza di fondi

NEW-YORK, 14. — Si sa che il match Schemmeling - Walker è stato sospeso per mancanza di fondi.

La prossima apertura del Reichstag

BERLINO, 14. — Il "Germania" dice poter calcolare che il Reichstag sarà convocato prima della data abituale di apertura, allo scopo di fissare la data per le prossime elezioni per il Reichstag.

Carnera si recherà a New-York e a Parigi?

PARIGI, 14. — Carlo Montemurlo, il socio che Primo Carnera si reccherà all'Italia a New-York, non passerà per la Francia dove ha assunto gli impegni per 3 match.

LA MASCHERA E IL VOLTO

Ogni gerarca fascista che passa per la prima volta l'oceano e giunge su queste terre fa di regola due cose: prima di tutto... scopre l'America, e poi cerca di ingraziarsi il pubblico, sia col parlare in modo diverso da altri che lo precedettero, sia col cercar di mostrarsi meno fascista che può.

La... scoperta dell'America non ci interessa. La tentano tutti i novellini più inesperti del giornalismo che sbarcano qui, e per lo più scrivono sciocchezze su sciocchezze, che si leggono dopo, per solito quando il nuovo Colombo è già ripartito: nei giornali italiani di qualche mese appresso. Il fascista ci mette in più, di suo, qualche cattiveria contro i paesi americani: quasi sempre ne scrive, da lontano il contrario di quello che qui dice a voce e i giornali compiacenti riproducono. Interessa di più, però, l'altro lato del suo atteggiamento, quello con cui tenta d'ingannare la gente per passare come un agnellino di latte e presentare se stesso ed il governo che lo manda sotto l'aspetto il meno fascista possibile.

È il caso del più recente arrivato, Piero Parini, che conosciamo bene da un pezzo come segretario generale dei "Fascisti all'estero", ma che qui ha cominciato col nascondere questa sua qualità specifica sotto il titolo pomposo quanto ridicolo di "Direttore Generale degli Italiani all'Estero". Che cosa diriga, questo direttore, nessuno lo sa; si sa cioè, che dirige i Fasci e nulla più. Che la grande massa degli Italiani si diriga da sé, ignora perfino l'esistenza del signor direttore, e continua a fare il comodo suo senza curarsene... Pure, i suoi atteggiamenti meritano di essere rilevati, per mostrare come la falsità, la menzogna e l'ipocrisia siano senz'alcuno scrupolo adoperate all'estero dal fascismo, così come cinicamente sono adoperati all'interno d'Italia la violenza legale e illegale, la depredazione metodica e l'asservimento affamatore.

Un giornale fascista di Buenos Aires ha pubblicato nei giorni scorsi una cicciata di questo Piero Parini: "da fascista a fascisti" questa volta, e nella sede del fascio. Bisognava quindi che si sbottasse alquanto; anche qui per ciò la maschera non se la levò che a metà. Come notava due giorni dopo L'Italia del Popolo, il discorso constataba lo stato fallimentare odierno del fascismo nella Repubblica Argentina — mezzo pedagogico per spingere a frustate gli amici a fare di più —, ma non ha mancato di ripetere il solito ritornello, per l'estero, che il Governo fascista è un governo democratico, governo di popolo, anzi il governo più democratico del mondo! Governo democratico per eccellenza, adunque, è secondo Parini quello che, come in Italia, costringe con la violenza e il ricatto della fame tutto un popolo ad ubbidire in silenzio alla volontà di un solo e lasciarsene dissanguare senza osare un lamento. Chissà quale definizione darebbe dell'autocrazia, questo nuovo Aristotele!...

L'altra democrazia, quella dei principi del 1789, non è la vera. Figuratevi che, secondo Parini, la colpa di lei è stata, fra l'altro, "d'averci dato dal 1914 la più formidabile delle guerre". Infatti, come tutti sanno dal 1914 al 1918, Mussolini e tutti i suoi seguaci erano dei neutralisti accaniti, e lo czar di Russia, Cecco Beppe e Guglielmone furono dei pacifisti di cappella vittime degli "immortali principi". Lasciamo andare. Ed è per evitare nuove guerre che il governo di Roma, pur proclamando ogni tanto per la platea straniera le sue intenzioni pacifiche, intriga sottomano all'estero con la sua diplomazia equivoca e subdola, ed all'interno proclama cinicamente il diritto supremo della mitragliatrice, della bomba e del pugnale.

Ma dove, nel discorso in questione, il volto ripugnante del fascismo si copre di più con la maschera di prostituta che vuole allettare i passanti, è dove spiega i compiti dei fascisti all'estero: non intervento nelle faccende del paese che ospita e rispetto per le sue istituzioni; e fra le masse emigrate italiane, non intransigenza né estraneità. Quante frasi melliflue a tal proposito! Aprire le braccia a tutti i connazionali, astensione dalla politica,

avvicinare gli operai anche se dicono "aspre parole", non chiedere a nessuno la rinuncia alle proprie idee, fare opera assistenziale, soccorrere i disoccupati, curarsi delle cucine economiche, ecc. Il tutto, naturalmente, al suono della marcia reale e di "giovinetti" tanto per tener alto il morale...

S'intende che, rivolta "da fascista a fascisti", l'omelia mostrava lo stesso la corda: sotto la maschera della sirena da trivio, si sentiva bene ora il lupo ed ora la volpe. In casa propria si fa male la commedia, perché ci si conosce troppo. Ma la commedia è più completa, recitata a casa d'altri, dove si può mentire sfacciatamente. Infatti, due giorni prima, in una intervista con "La Prensa", il Parini le sbalava anco più grosse. Essendogli stato chiesto s'ei non fosse il capo ufficiale dei fasci all'estero, rispondeva candidamente che, sì, quella è una carica che lui ricopre in Roma, al Ministero degli Esteri; ma che tal veste l'ha lasciata appesa laggiù, all'attaccapanni del suo ufficio. Qui, egli, è solo... il "Direttore generale degli Italiani all'Estero"; dell'opera fascista in questi paesi non si occupa, ed è tanto alleno da scopo alcuno in tal senso fino a considerare tutti i suoi compatriotti unicamente come tali "senza fare distinzione alcuna tra fascisti ed antifascisti"!

Ah, se si sapessero in Italia queste panzane! se potessero circolare fra i cittadini per i quali perfino il silenzio è ragione di sospetto, di boicottaggio e di persecuzione! se potessero penetrare fra i chiusi nelle prigioni e i confinati nelle isole! che amaro riso susciterebbero e che disgusto... Ma anche all'estero la commedia non può ingannare nessuno. Basta ricordare gli effetti dell'opera intrigante e delittuosa di questo capo dei fasci all'estero con lo spionaggio organizzato, le mene negli agenti provocatori, ecc., di cui specialmente in Svizzera e in Francia si sanno le turpi gesta — per capire che anche qui, nell'America Latina, quest'ultimo inviato di Mussolini gioca a partita doppia: in pubblico e nei giornali parla come un diplomatico, e in pratica agisce come il capo delle spie fasciste all'estero. Se gli emigrati italiani non saranno in guardia, se gli antifascisti non saranno vigili e attivi, presto se ne vedranno gli stessi effetti che altrove. Effetti funesti per l'emigrazione italiana e le sue istituzioni, che tanto difficilmente riescono a serbarsi indipendenti... quando ci riescono; ed anche effetti poco rassicuranti e poco puliti a danno delle stesse istituzioni libere indigene, dove ce ne sono di libere. "Ojo!"

Né si pensi che si tratta d'una attività sporadica o personale. No. Anche per la menzogna all'estero, come per la violenza all'interno, tutto è prestabilito da Roma e risponde a un piano premeditato per addormentare l'attenzione straniera e, qui in America, della vecchia emigrazione italiana: la più numerosa e più facile ad essere ingannata. Ricordo a tal proposito un libro di recente pubblicazione a Parigi, di un altro fascista senza scrupoli il Suckert (o Malaparte che sia), il quale anch'esso si dà l'aria di democratico, di difensore dello Stato parlamentare, considerato come presidio di libertà. Che lo Stato parlamentare sia poi sul serio tal presidio di libertà, è questione diversa che qui non interessa. Basta notare che il fascismo cerca così di turlupinare i democratici all'estero, come cercò di turlupinare in Italia, dal 1919 al 1922, col suo primitivo programma demagogico, gli stessi sovversivi. Lo riconosceva, del resto, uno scrittore fascistissimo del "Corriere della Sera", che vedeva nel libro del Malaparte "un suo tiro bellissimo" agli Stati parlamentari, "un cavallo di Troia" introdotto in mezzo alle democrazie degli Stati non ancora dittatoriali.

Il "tiro" il "cavallo di Troia", qui, in America, è d'altro genere, piuttosto destinato alle collettività italiane coloniali, pur non escludendo le collettività indigene. Non siano esse vittime di un inganno ormai tanto puerile!

LUIGI FABBRI

ANNO XI — N. 477 — COPIA 200 reia

DIRETTORE:
BIXIO PICCIOTTI
SEDE DEL GIORNALE:
Praça da Sé, 43 — 2.ª Sobrelaja
Sala 63
PER CORRISPONDENZA:
Caixa Postal, 616 — S. PAULO

La Difesa

ORGANO SETTIMANALE DELL'ANTIFASCISMO

UN ANNO 25000
ABBONAMENTI: UN SEMESTRE 11500
UN TRIMESTRE 6500

S. PAULO, 18 NOVEMBRE 1933

PER INSCRIZIONI DI PUBBLICITÀ
RIVOLGERSI DIRETTAMENTE ALL'AMMINISTRAZIONE

PER L'ANNO 1934

Come abbiamo annunciato nel precedente numero, LA DIFESA per il prossimo anno 1934 sarà almeno settimanale. Contiamo perciò sull'aiuto e appoggio materiale e morale di tutti gli uomini liberi, di tutti coloro che mantengono ancora fede nella libertà e nella dignità umana. Il giornale ci costa semplicemente l'importo della tipografia, francobolli e spese di spedizione, non pagando né direttori, né redattori, che non solo lavorano gratis, ma concorrono per di più nelle spese. Continuiamo quindi sull'appoggio di tutti gli amici che ci vengano in aiuto: cogli abbonamenti e colle sottoscrizioni, unico cospice d'entrata per un giornale come il nostro.

Noi, per parte nostra, faremo il possibile per rendere LA DIFESA degna della fiducia che gli amici hanno posto in noi. Mantenendo gli antichi prezzi di abbonamento, e cioè

Anno 25000
Semestre 11500
Trimestre 6500

apriamo un abbonamento straordinario da oggi al 31 dicembre 1934, nel semplice prezzo annuo sovranaducito.

A chi ci invierà 20.000 anticipati oltre al giornale sino a fine 1934, invieremo un premio gratuito che sarà stabilito, e indicato col prossimo numero, numerosi premi semigratuiti, consistenti nelle migliori e più interessanti pubblicazioni letterarie e sociali recenti, che cederemo con uno sconto del 50 per cento sul prezzo di copertina, e delle quali daremo l'elenco completo nel prossimo numero.

Annunciamo sin d'oggi che fra questo sarà il recentissimo libro di F. S. Nitti, Problemas Contemporaneos, che tanto successo ha avuto nei due mesi dacché fu pubblicato. I nostri lettori potranno avere questo libro, un elegantissimo volume di oltre trecento pagine in carta bufon, in vendita a 10.000, col solo prezzo di 5.000, inviati coll'abbonamento.

Gli avvenimenti dell'ora

Sono due gli avvenimenti degni di considerazione, che ci offre il fascismo italiano: la riforma delle corporazioni, e il licenziamento di alcuni ministri.

Non sono insiti negli atti la stampa fascista, cioè, quei bollettini che pubblicano ciò che il governo fascista ordina di pubblicare, decantando le corporazioni fasciste, come la cosa più perfetta che si fosse mai avuta in fatto di organizzazione sociale, dacché mondo e mondo. Nell'organizzazione corporativista stava la salvezza della società e della civiltà, e tutto il mondo, oggi e domani, avrebbe dovuto seguire l'esempio.

Ma ecco che di repente, quasi da un giorno all'altro, il duce salta fuori a dire che la corporazione fascista, così come è, non serve e che bisogna modificarla. Che cosa significa questo cambiamento improvviso? Una cosa anzitutto: che il duce, quel duce che non sglia mai. Come insegnano ai noccioli mischierati da bella, confessa, di esseri sgliaati, e che quelle corporazioni che aveva proclamato infallibili, sono invece fallibilissime, tanto fallibili, che occorre modificarle in tutta fretta, da un momento all'altro, se non si vuole correre incontro alla rovina.

Ma non è sufficiente questa spiegazione. Quanto ad efficienza economica e sociale le nuove corporazioni valgono le vecchie. Il motivo della riforma sta in tutt'altro. La precedente forma di corporazione non poteva essere facilmente maneggiata, presentavasi alle volte pesante e tozza, per farne un agile strumento di dominio. Bisognava sveltirla, alleggerirla. E ciò si fa appunto colla nuova riforma. Come dice l'art. 1° § 3 della famigerata legge 3 aprile 1926, i dirigenti delle corporazioni debbono dare garanzia di capacità, di moralità e di sicura fede nazionale. Ora siccome fede nazionale è sinonimo di fede fascista, viene che nessun individuo può far parte della direzione di un'organizzazione corporativa se non è fascista.

Questa anche la ragione per cui il dittatore pretende affidare alle nuove corporazioni il mandato legislativo. La Camera, come è attualmente costituita, è docile strumento nelle mani del duce. Ma è sempre tuttavia un organo elettivo, e per quanto docile sia la ca-

Gli ambasciatori fascisti anti italiani

Il direttore de "La Difesa" processato

Il sig. Cantalupo, ambasciatore di Mussolini e del fascismo, è venuto a predicare la pace. Nella conferenza tenuta al Teatro Municipale, nel discorso diretto all'interlocutore federale, dr. Armando Salles de Oliveira, ha parlato di pace e di vittoria senza odio. A Campinas ha raccomandato caldamente agli italiani di amarsi, passando anche sui piccoli risentimenti, e tutto dimenticando. Ha predicato bene. Ma ha razzolato male. Poiché mentre predicava agli altri di dimenticare e perdonare, egli dava l'esempio dell'odio che non perdona. Sarà ottimo fascista, ma è odio, che contrasta colle parole pronunciate solennemente dal sig. ambasciatore.

Seguendo la tradizione di coloro che lo hanno preceduto, specularmente del sig. Montagna, il sig. Cantalupo ha provocato un processo contro il direttore di questo foglio, il nostro compagno Bixio Picciotti, per offesa a S. M. il re Vittorio Emanuele.

Si tratta di un traffico pubblico molti mesi fa, in occasione della morte del duce degli Abruzzi, nel quale il re era chiamato di Spionibi, ed incolpato di avere tradito lo Statuto.

Se il sig. Cantalupo si fosse dato il disturbo di interrogare il passato, avrebbe visto che la cosa non è nuova. Alta volta il re l'attoria fu chiamato di Spionibi e incolpato di avere stracciato lo Statuto che aveva giurato. L'amico nostro, prof.

Come di drammatica, l'interventore federale, dr. Armando Salles de Oliveira ha offerto un banchetto all'Ambasciatore fascista in visita a S. Paulo.

Come di drammatica, abbiamo detto. Si è sempre fatta così. Tutti gli ambasciatori hanno diritto al loro banchetto. Domani, se venissero, anche gli ambasciatori della Repubblica di Andorra e di S. Marino, avrebbero il loro banchetto.

Un ottimo banchetto, del resto. Menù magnifico, servizio inappuntabile e appetito formidabile. L'Ambasciatore non ha cantato, ma ha mangiato come un lupo.

L'entrata Tora dei discorsi il padrone di casa, cioè, l'invitante ha voluto completare la gentilezza con un discorso che è una meraviglia di finezza e di abilità diplomatica. Signor Cantalupo, ha detto, voi venite qui a rappresentare il governo fascista e noi vi riceviamo, come meritate. Il signor Mussolini, che qui vi ha mandato, è un grande uomo, un uomo superiore, un genio insuperabile; il fascismo che voi rappresentate è cosa ottima, degna di ogni ammirazione, un'organizzazione insuperabile... che sta molto bene in Italia. Ma qui vi preghiamo... lasciateci in pace... sarebbe una grande sciocchezza.

La cosa non ha punto turbato la digestione dell'Ambasciatore fascista. Venuto il suo turno cantò magnificamente la sua parte di fin-

Antonio Piccarolo, allora direttore de "La Difesa", fu processato e regolarmente assolto, con grave scorno del sig. Montagna, fatto bersaglio agli arguti frizzi dell'avvocato l'Onore Barreto, difensore del Piccarolo. La cosa anzi fece tale scandalo che pochi giorni dopo l'assoluzione il sig. Montagna fu richiamato dal Brasile.

Il sig. Cantalupo ora, nella fredda di mostrarsi zelante e più realista del re, rinnova la gesta e fa processare il nostro Picciotti.

Fu nulla nel consiglio il sig. Cantalupo. Un processo per noi è una festa, una buona occasione per mettere in evidenza cose che, se il sig. Ambasciatore non ce ne avesse offerto il destro, non si sarebbero potute dire. Il nostro Picciotti, difatti, chiamato innanzi al giudice per l'esibizione dell'autografo, avrebbe facilmente potuto esimersi da ogni responsabilità, non essendo egli fautore del traffico incriminato. Invece si è alleggermente addossata la responsabilità, poiché un divertimento simile non capita tanto di frequente. E si è aperto allegramente il processo. Così che forse non sarà dell'Ambasciatore fascista, specialmente ricordando quanto accadde al povero Montagna, che, per premio dello zelo mostrato nel far processare il prof. Piccarolo, venne richiamato.

Il nostro Picciotti sarà difeso dal giovane e brillante avvocato dr. Paulo Massagão, al quale rivolgiamo anticipatamente i nostri ringraziamenti.

Chi si contenta gode

to tanto, ringraziò e se ne tornò lieto e soddisfatto.

Ed il giorno dopo l'organo del partito riferiva le parole dell'interlocutore magnifico e confortandole con un omaggio verso l'Italia fascista.

Proprio vero che chi si contenta gode.

Anche quello delle banane gode.

Cominciano le violenze

Giorni addietro giunsero notizie da Fortaleza, la capitale del fascismo brasiliano, che un comizio socialista, o qualificato socialista, fu sciolto a colpi di revolver.

La sera del 14 corr., qui in S. Paulo un comizio antifascista riunito nel Salone Cêlo Garcia, mentre si stava svolgendo pacificamente fu turbato dall'intervento di un gruppo di fascisti, i quali pretendevano impedire la continuazione del comizio. Gli antifascisti, però, resistettero coraggiosamente e come sempre, i fascisti dinanzi alla resistenza lattonero in ritirata.

Bravi, antifascisti paulistini. Continuate così, e il fascismo non metterà radici in questa terra di bandeirantes.

Non sappiamo perché la Pulizia, dopo che i fascisti si erano dati alla fuga, abbia ritenuto intervenire e sciogliere il comizio. E meno ancora perché più tardi siano stati arrestati alcuni antifascisti.

Dal momento che gli antifascisti stavano esercitando pacificamente un loro dovere, e che i disturbatori dell'ordine furono i fascisti, dovevano essere questi ad essere arrestati.

Monito agli Italiani

Lottate contro il fascismo, non già dicendo delle cose che non si fanno, ma facendo delle cose che non si dicono.

Giacomo Matteotti

Gli assassini fascisti continuano a insanguinare l'Argentina

Non è ancora spento l'eco del truce e barbaro assassinio del giovane deputato Guevara, che un nuovo e non meno barbaro assassinio è compiuto dalle orde fasciste che da qualche tempo indistano la giovane Repubblica, questa volta non è un deputato che cade, vittima della ferocia fascista; ma un semplice operaio; non per questo meno degno di ammirazione del deputato.

Ecco il fatto che viene narrato dai giornali argentini:

UN COMIZIO SOCIALISTA

Il comitato di zona della Gioventù Socialista di Avellaneda aveva organizzato in questi ultimi tempi una serie di comizi di affermazione democratica e contro il fascismo.

Per ieri mattina alle ore 10 era stato indetto un comizio in Avenida General Mitre angolo Ortiz, punto che è situato nella località di Sarandí, la quale come si sa fa parte del circondario di Avellaneda. Dovevano parlare in colista riunione i cetisti Rodolfo Salgado, per il centro socialista di Lanús, Armando Perarazzi, segretario della Confederazione Giovanile Socialista e il consigliere socialista di Quilmes Antonio Zamora.

La Gioventù Socialista di Sarandí aveva proceduto durante la notte di sabato ad affiggere i manifesti annunciatori del comizio, ma poco dopo i cartelloni erano distrutti da elementi fascisti la maggior parte sconosciuti nella località e che agivano con tranquillità assoluta.

ESPLOSIONE D'UN PETARDO

Il comizio come abbiamo detto era stato fissato per le ore 10 ma già alle 9.30 una cinquantina di persone erano sul luogo prestabilito, vale a dire in Avenida Mitre e Ortiz. Fu dato vedere che nel marciapiede opposto erano riuniti una quindicina di individui i cui atteggiamenti erano oltremodo sospetti, poiché alcuni di essi facevano pubblica ostentazione di armi.

Intanto, essendo domenica non era niente di straordinario la presenza di queste persone in luogo centrale di Sarandí e d'altra parte gli organizzatori pensavano a tutto meno che ad un'aggressione fascista, dando per questa parte una certa prova di sventatezza e di ingenuità.

Minuti prima delle dieci si procedette alla collocazione di un banco all'angolo della strada che doveva servire da tribuna agli oratori.

In quel momento uno degli oratori designati si disponeva a salire sul "improvvisata tribuna" allorquando esplose un petardo lanciato dagli individui che si trovavano nel marciapiede opposto.

La detonazione causata dalla bomba fu fragorosa e causò naturalmente una confusione enorme nelle file socialiste. Così molti istintivamente si davano alla fuga, mentre i più sereni raccomandavano la calma assicurando che non c'era nessun pericolo.

"VIVA IL FASCISMO!"

Simultaneamente i quindici individui che erano riuniti nel marciapiede opposto attraversarono di corsa la strada e smuovendo pistole automatiche cominciarono a sparare pazientemente sullo scarso pubblico che circondava il banco socialista gridando ripetutamente:

Viva il fascismo! Abbasso i socialisti!

Alcuni giovani socialisti ebbero ancora la forza di gridare "Viva il socialismo!" e "Abbasso il fascismo!" sotto la grandinata delle quindici pistole. Ma le ripetute scariche non fecero altro che aumentare la confusione già creata dalla esplosione del petardo aumentando così il panico che s'impossessò non soltanto del pubblico ma anche dell'intero vicinato circostante da codesto impreveduto bombardamento.

Frattanto i fascisti continuarono ad avanzare e a pistoletate davano la

UN MORTO ED UN FERITO

Quanto fu ristabilita la calma e la polizia si decise ad intervenire, si poté comprovare che steso sul marciapiede vicino alla tribuna socialista c'era un uomo caduto buccini. Lo si tentò di soccorrere ma si comprovò che l'infelice era già cadavere.

Risultò pure ferito il socialista Rodolfo Salgado, rappresentante del centro di Lanús, che doveva aprire il comizio. Egli riportò una ferita di palla alla testa.

Morto e ferito furono trasportati all'ospedale Finotto di Avellaneda. Il cadavere fu depositato nella Morgue dell'ospedale potendosi compiere poco dopo che l'istituto era Maria Alvarez, spagnuolo naturalizzato argentino, d'anni 27, ammogliato con cinque figli, domiciliato in via Pautero 115, Sarandí. Fra affilisti da vari anni in quella località dove godeva di buona reputazione. Eserciva il mestiere di falegname e dedicava le ore libere alla propaganda socialista e al progresso editoriale della zona. Il fatto era segretario generale della Società di Incremento "Domingo Faustino Sarriento".

PERQUISIZIONI ED ARRESTI EFFETTUATI ALLA POLIZIA

La notte scorsa la polizia di Avellaneda si decise finalmente a perquisire la sede del partito Fascista Argentino, sezione di Avellaneda, situata in Avenida General Mitre 2200. Ivi fu trovato soltanto un certo Umberto Bianchetti, che dichiarò essere segretario generale del fascismo argentino e che non sapeva niente di quanto era avvenuto per quanto egli non spiegava le sue attività in Avellaneda. In suo potere furono trovati due manganelli.

Intanto, rispetto ai dirigenti del fascio di Avellaneda il detenuto disse che il direttorio locale era composto di Giovanni Battista Bonfiglio, segretario politico; Giacinto Chaparro, segretario amministrativo; Giuseppe Dagna e Filippo Simonet, consiglieri.

Furono spiccati contro costoro mandati di cattura e così Bonfiglio fu arrestato nel suo domicilio di via Sarriento 59 e Dagna e Simonet in via Manuel Estrada 646.

Fu anche perquisita la casa privata del Bianchetti situata in Avenida Mitre 2194, vale a dire a poca distanza dalla sede del Fascio e in previsione ad una eventuale resistenza furono prese misure di precauzione. Ivi furono arrestati Orazio, Fausto e Sante Bianchetti, figli del segretario politico generale del fascismo argentino.

Nella notte furono pure arrestati i seguenti individui tutti quanti fascisti: Giacinto Chaparro, in via Jaramillo 463; Antonio Fumagalli, Belgrano 2887; Alfredo Paparozzi, Iguazu 38; Luigi Guardia, Mitre 2194; Giuseppe Sagone, Belgrano 3483; Argentino Cepeda e Mario Marchioli, Mitre 2195; Michele Dipiero, Gorriti 2235 e Luigi Antonelli, J. M. Estrada 3109.

Come si vede tutti i fascisti "argentini" hanno nome italiano. Da buona fonte ci si assicura che essi sono in maggioranza cittadini italiani, con carta di cittadinanza argentina. Sul luogo del delitto fu rinvenuto un manganello macchiato di sangue con il quale fu picchiato l'oratore Salgado. Interrogato il Bianchetti al riguardo confessò che il manganello in questione apparteneva al Fascio di Avellaneda dove ne aveva distribuito una dozzina tra gli affiliati.

In diverse perquisizioni furono trovati un fucile, due rivoltelle e due Winchester.

Dovremmo fare commenti. Un solo è sufficiente. Il torto sta anche da

Gli avvenimenti dell'ora

Sono due gli avvenimenti degni di considerazione, che ci offre il fascismo italiano: la riforma delle corporazioni, e il licenziamento di alcuni ministri.

Non sono molti giorni la stampa fascista, cioè, quei bollettini che pubblicano ciò che il governo fascista ordina di pubblicare, decantavano le corporazioni fasciste, come la cosa più perfetta che si fosse immaginata in fatto di organizzazione sociale, dacché mondo è mondo. Nell'organizzazione corporativista stava la salvezza della società e della civiltà, e tutto il mondo, oggi o domani, avrebbe dovuto seguirne l'esempio.

Ma ecco che di repente, quasi da un giorno all'altro, il duce salta fuori a dire che la corporazione fascista, così come è, non serve e che bisogna modificarla. Che cosa significa questo cambiamento improvviso? Una cosa anzitutto: che il duce, quel duce che non sbaglia mai. Come insegnano ai mocciosi mascherati da balilla, confessa di essersi sbagliato, e che quelle corporazioni che aveva proclamate infallibili, sono invece fallibilissime, tanto fallibili, che occorre modificarle in tutta fretta, da un momento all'altro, se non si vuole correre incontro alla rovina.

Ma non è sufficiente questa spiegazione. Quanto ad efficienza economica e sociale le nuove corporazioni valgono le vecchie. Il motivo della riforma sta in ben altro. La precedente forma di corporazione non poteva essere facilmente maneggiata, presentavasi alle volte pesante e tozza, per farne un agile strumento di dominio. Bisognava sveltirla, alleggerirla. E ciò si fa appunto colla nuova riforma. Come dice l'art. 1° § 3 della famigerata legge 3 aprile 1926, i dirigenti delle corporazioni debbono dare garanzia di capacità, di moralità e di *sicura fede nazionale*. Ora siccome fede nazionale è sinonimo di fede fascista, ne viene che nessun individuo può far parte della direzione di un'organizzazione corporativa se non è fascista.

Questa anche la ragione per cui il dittatore pretende affidare alle nuove corporazioni il mandato legislativo. La Camera, come è attualmente costituita, è docile strumento nelle mani del duce. Ma è sempre tuttavia un organo elettivo, e per quanto docile sia la ca-

valatura elettorale, non si sa mai, uno sbalzo, uno scacco matto e sempre possibile. Bisogna eliminare anche questo lontano pericolo. E per farlo nulla di meglio che affidarlo nelle mani delle corporazioni. Non dipendono esse strettamente e direttamente dalla volontà del duce? Non dice la legge che i dirigenti devono dare garanzia di *sicura fede fascista*? Ma chi giudica di questa fede, se non Mussolini ed i suoi fidi tirapièdi? Provalo, adunque. Via quella Camera che, malgrado la sua composizione di comparse, potrebbe un giorno mostrare velleità di opposizione. Servi, servi fedeli ci vogliono. E questi in nessuna parte si possono trovare migliori che nelle corporazioni, legate al volere del duce.

Con questa riforma collegasi il rimpasto ministeriale avvenuto di questi giorni. Da tempo Balbo, colle sue pose di successore, di principe ereditario, di duce in erba dava ombra alla maestà assoluta ed intollerante del duce. Non era però facile disfarsene. Colla sua audacia, col suo spirito di violenza e di prepotenza, tanto caro e proprio per i fascisti, crasi acquistato una posizione eminente fra le orde armate, accampate sull'Italia. Occorreva attendere il momento opportuno per dargli il benservito, come si era fatto con Farinacci, con Turatino, con molti altri che facevano ombra al tiranno. Giunto questo momento non c'era che da approfittarne. E così fece Mussolini, che, al dire di "Fanfulla" è tempista (attento, linotipista, a non cambiare quell'*m* in *p*).

Coll'annuncio della riforma corporativa, che richiedeva unità di sforzi, colle dimissioni spontaneamente presentate per ordine del duce dagli altri ministri della violenza, cioè dai ministri della guerra e della marina, presentavasi un'ottima occasione per liquidare Balbo-Pizzo di ferro, e mandarlo in Africa, come si era fatto con De Vecchi, con Badoglio, con altri.

E così fu fatto. Il duce tiene nelle sue mani tutta la forza armata, dispone delle corporazioni, dispone del re che tiene prigioniero, ha completato il suo sogno, e diventato il signore assoluto d'Italia.

Povero paese. Neanche più una Camera di comparse, neanche un pò di carnevale. Quaresima assoluta. Digiuno e mortificazioni.

cesso, e del quale in poco tempo si sono fatte diverse edizioni, in vendita a 10\$000 per	5\$000
REVOLUÇÃO E CONTRA REVOLUÇÃO na Alemanha, de L. Trotsky, libro di massima importanza, senza la lettura del quale è impossibile comprendere gli ultimi avvenimenti della Germania, in vendita al prezzo di 7\$000 per	3\$500
CIMENTO , di Fedor Gladkov, il romanzo più brillante della nuova letteratura russa, elegante volume di quasi 500 pagine, in vendita a 8\$000 per	4\$000
KARL MARX, SUA VITA, SUA OBRA , — di Max Beer — Il lavoro più chiaro e più completo scritto finora su questo argomento, in vendita a 4\$000, per	2\$000

N. B. — Coloro che risiedono nell'interno del Brasile, debbono aggiungere all'importo, 1\$000 per le spese di spedizione.

La guerra che viene

Che la guerra vada approssimandosi, nessuno (non si direbbe) metterlo in dubbio. Noi, anzi, non ne abbiamo dubbio mai, dacché il fascismo è arrivato al potere, poiché fascismo significa guerra. Nato dalla guerra il fascismo deve finire nella guerra. Su questo dunque non c'ha più dubbio. E il parlare, quindi, l'intervista sarebbe semplicemente cosa oziosa. Interessa invece è esaminare come si sta preparando la guerra, le forme sfilate, i mascheramenti, cui ricorrono i diversi fascismi per nascondere la loro vera finalità, per riuscire ad annarsi ed a prendere il mondo di sorpresa.

La mossa di Mussolini — si dice comunemente — lesate sempre in un fondo di «charlatanismo», sono dislate alla sua mania di esibizionismo, di ostentazione. Ben conoscendo la ripropria nullità, questa «voluta», pallone che non si può mantenere in galà se non bene rigonfia, l'azione studia tutti i mezzi per mettersi in evidenza, anche se questi poco si addicono alla dignità della carica e del paese che rappresenta.

Tutto ciò è vero. Ma non è ancora sufficiente a spiegare appieno il molteplice gioco internazionale che da qualche tempo il fascismo viene svolgendo, in nome soprattutto della pace. Il patto a quattro, l'intromissione come paciere fra l'Austria e la Germania, fra il fascismo austriaco e quello germanico, le strambe proposte di pace assoluta, di pieno disarmo, intanto che si stanno preparando febbrilmente armi ed armi; l'ultima avvenimenti dello stesso genere, se servono a soddisfare la smisurata ambizione del predappese, hanno tuttavia una portata maggiore, specialmente dopo che la Germania è caduta nelle mani di Hitler e del fascismo germanico, dopo che il fascismo da merce di uso interno, non di esportazione — come si compiacceva dire il duce e far ripetere da tutti i suoi accoliti — si è messo sulle strade del mondo e del mondo (parole dell'ultimo discorso del duce di trentini).

Il giuoco ormai è ben chiaro e aperto, guadagnare tempo, per mettere che il fascismo germanico metta in il suo accanimento, conchiuderà col dittatore germanico gli altri tirannelli, i diversi Dollfus che patulano nell'Europa Centrale, stringere in un fascio tutte le forze della reazione, tutte le forze antiliberali, antidemocratiche, antiproletarie, e quando tutto sarà pronto, quando si presenterà il momento opportuno gettare la maschera e proclamare la guerra della reazione, della tirannide, della controcorrente, della opposizione reazionaria contro la libertà, la giustizia, la classe lavoratrice, il libero pensiero.

Non a noi quindi più essere dubbio al riguardo. La guerra verrà. Unico mezzo per evitarla sarebbe una rivoluzione di tutti le forze liberali di tutti i paesi, contro tutte le reazioni di tutti i paesi. Ma è possibile un fatto simile, oggi che vediamo i rappresentanti di quel paese che avrebbe il dovere di mettersi a capo di questo movimento, e l'opportunità assieme di consolidare le sue conquiste, oggi che vediamo i rappresentanti della Russia bolscevica andare a braccetto coi più ributtanti elementi della reazione? Oggi che vediamo Litvinoff stretto in fraterno amplesso con Mussolini?

No. Le illusioni oggi, più che inutili, sono dannose. La guerra verrà, e noi dobbiamo prepararci a riceverla. Noi, cioè gli uomini liberi di tutto il mondo, senza distinzione di partiti, di razza e di nazionalità. Oggi non possono, non devono più sussistere che due partiti, due razze, due nazionalità: quella della libertà e quella della tirannia; quella degli uomini che, difendendo le libertà conquistate nel passato, pretendono estenderle e completarle nel futuro, e quella della reazione che pretende non solamente impedire qualsiasi progresso, ma distruggere le conquiste faticosamente compiute e ricacciare l'umanità nelle tenebre e nella ferocia dei più oscuri secoli dell'Età di mezzo.

Dinnanzi a siffatte condizioni ripeteremo l'errore passato? Il 1914 nulla ci avrà insegnato? Continueremo a baloccicarci con vane logomachie pacifiste, con agitazioni antibelliche, con comitati antiguerrieri e sconsiglianti panacee buone per i calli fascisti e militaristi? Il

neutralismo in Italia ha dato Mussolini; il patriottismo in Germania ha prodotto Hitler; l'astensionismo generale delle classi lavoratrici ha creato la presente condizione di miseria e di rovina generale.

Nessuna illusione dunque. La guerra verrà. E più feroce, più crudele della precedente: tale che, non incontrando ostacoli, la farà finita colle moderne conquiste della civiltà, segnando il ritorno alla barbarie.

Unica speranza di salvezza contro l'offensiva reazionaria la controffensiva di tutte le forze della libertà.

Il giorno in cui i diversi fascismi sapranno che mentre essi marciano verso la frontiera i fucili della libertà saranno puntati contro le loro schiene, quel giorno, e quel giorno soltanto, ogni pericolo di guerra sarà scomparso.

Nell'ultimo scorcio, quando il pericolo di guerra in Europa sembrava imminente, il Comitato Centrale di "G. L." diffondeva in Italia un manifesto diretto a precisare l'atteggiamento dell'antifascismo rivoluzionario nell'ipotesi di un conflitto con il fascismo partecipato.

La crisi venne allora superata. Ma le cause che la provocarono, lungi dall'essere eliminate, si sono nel frattempo aggravate. Ritornano perciò necessarie, richiamare ancora una volta l'attenzione degli italiani sulle testisposte nel manifesto. Ecco, offriamo un commento concreto all'articolo di fondo.

CONTRO LA GUERRA FASCISTA

Per la rivoluzione liberatrice!

Il fascismo è — appunto strumento di guerra — nacque dalla guerra, si nutre della guerra, per cui, sempre, ovunque, si prepara la guerra, si prepara la conquista imperiale. Finché il pericolo di un conflitto armato era ancora lontano.

Ma, oggi la follia reazionaria e devastatrice ha invaso l'«atomica» la terribile, una delle forze più terribili al mondo. Lo spettro di una nuova e spaventevole conflazione, avanzata a grandi passi minacciando le ultime democrazie esistenti in Europa.

Sappiamo benissimo che queste democrazie non sono perfette e possono essere considerate come in parte responsabili degli errori del dopoguerra, e della situazione attuale. Ma si deve riconoscere che oggi queste democrazie non svolgono una politica di guerra da cui avrebbe tutto da perdere. Esse sono anche le sole nelle quali le classi lavoratrici conservano diritto di vita e possibilità di agire contro le macchine guerriere. Comunque, per l'antifascismo italiano non si tratta di parteggiare per l'uno o per l'altro gruppo; ma di continuare e intensificare al massimo l'azione rivoluzionaria. E c'è, ricamente certo che la provocazione sistematica, la meditata e febbrile preparazione aggressiva, son privilegi dei vari fascismi, da quello in camicia nera a quello crociato e uncinato.

Nell'atmosfera di catastrofe prossima che soffoca l'Europa, «Giustizia e Libertà» non può e non deve limitarsi a un'inerte critica politica o storica, e ad astratte dispute sulle ragioni e i torti dei contendenti.

Un dovere preciso ci impone invece di agire risolutamente, per trarre dalle circostanze, quali esse siano, il massimo apporto al raggiungimento del nostro fine: l'Italia libera e repubblicana, l'Italia del Lavoro.

Nessun dubbio perciò, nessuna esitazione, nessun scrupolo meschino e nessun ottuso calcolo nazionalistico, comunque travestito. L'antifascismo democratico che è sul terreno della lotta rivoluzionaria per la conquista della libertà e per l'abbattimento di tutti i capitali politici o sociali della tirannide, deve senza altro prepararsi, spiritualmente e materialmente, all'eventualità d'una guerra. Fino a poco fa si po-

Fanfulla

Editorial (F2) do dia 02/09/1923: *L'energia italiana*

Editorial (F3) do dia 12/01/1924: *Nitti contro l'Italia: la campagna di denigrazione*

Editorial (F4) do dia 17/07/1925: *La crisi spirituale*

Editorial (F5) do dia 13/09/1926: *Pericolosamente vivere*

Editorial (F6) do dia 14/04/1927: *Tirate la cinghia!*

Editorial (F7) do dia 01/08/1928: *Le scuole italiane e il nazionalismo brasiliano*

Editorial (F8) do dia 07/02/1929: *La "Questione Romana"*

Fanfulla, 02/09/1923

L'Italia, forte del suo buon Diritto, contro la Grecia degenera L'energia italiana

L'onore d'Italia sulle nostre navi – La tutela degli Italiani – Contro le menzogne greche la rivendicazione del Diritto – Responsabilità e colpe del Governo Ellenico – Ai popoli cavallereschi del Sud-America

L'Italia ha agito. Ha agito, come sempre, nelle direttive della sua politica estera, per altissimi fini internazionali e nazionali. La grande maggioranza dell'opinione pubblica nel mondo civile, a cominciare dalla nobile terra che ci ospita, lo ha compreso.

Le missioni internazionali sono sacre – “jure gentium” – e, vendicano la vita degli ufficiali italiani, l'Italia tutela la vita e la dignità dei rappresentanti diplomatici di tutti i paesi, in tutto il mondo.

L'atto fiero ed energico dell'Italia deve insegnare a tutti i popoli che la vita e la dignità del rappresentante diplomatico è sacra. Non può essere alla mercé di una qualunque masnada di malviventi, asserviti a governi senza scrupoli.

L'Italia è grande ed è forte: in grado di imporre il rispetto a qualunque governo e a qualunque popolo, per grande e forte che sia. Ma se il delitto infame dell'Epiro fosse stato commesso sulle persone di cittadini e ufficiali appartenenti a un paese piccolo e lontano, il dovere della vendetta spetterebbe a tutte le potenze interessate. È bene infatti insistere sul carattere, che rivestivano gli assassinati. Rappresentanti dell'Italia, ma l'Intesa, ma la diplomazia internazionale, in un compito nobilissimo, pacificatore, impersonavano il Diritto delle genti.

Ed è ispirata anche a fini nazionali – e non meno alti – l'azione italiana. La politica di un popolo non può modellarsi sull'ascetismo degli anacoreti. Un popolo ha non soltanto il diritto, ma anche il dovere di provvedere a se stesso.

Noi sentiamo tutta la santità delle leggi ospitali. Qualunque straniero, grande o umile, è il benvenuto nel nostro paese. Più che ospite, lo trattiamo da cittadino.

Noi reclamiamo in tutti i paesi, grandi o piccoli, reciprocità di trattamento. Noi vogliamo che qualunque italiano – grande o piccolo che sia, diplomatico o bracciante, milionario o straccione, - in qualunque paese si rechi, sia rispettato nella dignità e nella vita.

Noi vogliamo, che in qualunque remoto angolo del mondo, il più povero e modesto dei nostri braccianti, dei nostri contadini, levando gli occhi verso il vessillo della Patria lontana – santo drappo tinto dal sole delle battaglie, dilaniato dai proiettili nemici, arrossato dal sangue dei nostri martiri – si senta protetto, efficacemente protetto.

La nostra politica internazionale è una politica di pace e di equità. Ma, se non troviamo in qualche altro popolo eguali tendenze pacifiche, eguale senso di equità, se il mal volere di qualche governo o di qualche popolo si traduce in male azioni contro di noi, abbiamo delle belle e superbe navi, e imbarcati su di esse baldi marinai dai petti di bronzo, temprati alle lunghe, aspre fatiche dei mari, equipaggi che conoscono la vittoria. Sulle forti schiere dei nostri marinai, sulle bocche, sapientemente dirette dei nostri cannoni, l'onore e gli interessi d'Italia sono bene affidati.

E per questo onore, per questi interessi, vegliano a Roma il Re patriota, il generale Armando Diaz, l'ammiraglio Thaon di Revel, i duci della vittoria, Benito Mussolini, il ricostruttore.

Non è ispirata a sopraffazione o a spirito di conquista l'azione dei nostri soldati e marinai – argonauti della libertà.

Il nostro governo, sorpreso dalla brutale aggressione, dall'assassinio dei nostri ufficiali, ha invitato il governo greco a riparare, com'è dovere dei governi civili. Il governo greco, mettendosi al bando della civiltà, ha risposto mentendo, tergiversando, negando.

E il nostro governo ha fatto occupare Corfù, fa occupare altre isole, altre coste, che costituiscono i punti più sensibili della Grecia. Manterrà l'occupazione fino a quando dureranno la menzogna, il diniego, la tergiversazione.

Quando il governo greco sarà rientrato nel Diritto e nella civiltà, quando avrà riparato il gravissimo delitto, le nostre forze in armi sgombreranno il terreno occupato.

L'occupazione è legittima. Il governo greco, governo illegale e violento, si burlava del governo nostro, si burlava dell'Italia col sogghigno di Tersite.

Di fronte a una onesta richiesta di riparazioni, ha risposto con un libello di citazione davanti alla Lega delle Nazioni. Alla nostra protesta diplomatica ha risposto pel magistero di usciere. E il nostro governo gli ha inviato il carabiniere [manca del testo].

Insorti greci - eterni insorti di professione, briganti - hanno assassinato ufficiali italiani. È noto e riconosciuto in tutto il mondo che questi insorti sono avanguardie dell'ellenismo, strumenti del governo greco. E soldati regolari greci sono stati complici nell'assassinio, hanno partecipato all'orribile scempio dei cadaveri.

Colto, come sciacallo sui corpi delle sue vittime, con le mani ancora insanguinate, il governo greco risponde accusando gli albanesi...quando la verità e la logica dimostrano che gli albanesi non potevano avere per i delegati italiani che gratitudine e consenso.

Davanti a questi individui e davanti a questi metodi degli assassini, davanti ai cadaveri delle vittime, si poteva stare a subire la lungaggine petulante di una procedura dall'atto di usciere, all'esame delle prove, alla comparsa conclusionale?

Aggiungete che il delinquente è recidivo.

La Francia, la Gran Bretagna, la Russia, con la vittoria navale di Navarrino, tennero a battesimo l'indipendenza greca. Tennero poi a battesimo l'attuale dinastia danese. Con due solenni atti internazionali furono riconosciute garanti dell'integrità del territorio ellenico e del rispetto alla Costituzione. Re Costantino violò la Costituzione, compromise la sicurezza del paese, cospirò contro le potenze protettrici e benefattrici.

Ad assicurare il rispetto ai patti internazionali, contingenti alleati sbarcarono al Pireo ed entrarono in Atene. I greci risposero organizzando l'assassinio dei marinai francesi, sbarcati a tutelare la integrità della Grecia e il rispetto delle franchigie costituzionali.

Il nostro governo non poteva dunque tergiversare. L'indugio avrebbe aperto l'adito alle discussioni, alle lungaggini, alle soluzioni prive di contenuto di una diplomazia sorpassata. E già il capo del governo francese, il sig. Poincaré si faceva consigliere di prudenza...

Importava creare il fatto compiuto.

Benito Mussolini lo ha creato.

Nessuna incertezza dunque, nessuna viltà.

Il consenso dei [manca del testo] in questa terra ospitale risponde mirabilmente al consenso dei nostri fratelli nella Madre Patria.

Ispirata al Diritto e alla giustizia, la nostra azione è diplomaticamente fondata. Ed è anche militarmente sapiente.

Teniamo in mano dei pegni, finché giustizia ci sia resa.

Mettiamo, in servizio della civiltà universale, un freno all'opera criminosa del governo greco, provvisorio e illegale, che ha esordito nel sangue e prosegue nel sangue e deve affogare nel sangue. Esordì con l'assassinio di cinque ministri greci, ha continuato con l'assassinio degli ufficiali italiani.

Ora il nostro governo, i nostri marinai, o nostri soldati gli gridano: Basta!

Non abbiamo necessità di illustrare davanti ai nostri compatrioti il nostro buon diritto e la nostra legittima azione. Essi hanno compreso.

Il loro contegno è nobilmente entusiasta. Dev'essere anche sereno.

Questa è un'operazione di polizia. Non è la guerra.

E nemmeno c'è da lasciarsi impressionare da voci di mobilitazione jugoslava. Certi atti il governo di Belgrado li compie per la platea, per la demagogia, alla quale si appoggia. Ma, con la insurrezione perpetua nel Montenegro, con la minaccia di rivoluzione nella Croazia il governo jugoslavo si guarderà bene dal cercare avventure, che a noi darebbero il diritto e la possibilità di regolare una buona volta il problema adriatico.

Una parola sentiamo il dovere di dire ai brasiliani, che ci ospitano, a tutti i nobilissimi popoli dell'America latina, in mezzo ai quali viviamo.

Già dalla cattedra dell'Ateneo paulista il responso del giureconsulto ha riconosciuto il nostro buon diritto. Il popolo brasiliano segue con simpatia la nostra azione. Ne siamo grati.

Un ricordo: negli anni duri del servaggio e delle divisioni d'Italia due uomini magnanimi, s'incontrarono a Firenze, la spada in pugno: il colonnello italiano Gabriele Pepe, il poeta francese Lamartine. Il duello era motivato da una polemica dantesca, per avere il poeta francese affermato che "l'Italia c'est la terre des morts".

Sfidato, nella Firenze granducale, il colonnello Pepe dichiarò che non voleva scegliere un padrino italiano per non comprometterlo. Si affidava alla cavalleria francese perchè l'avversario gli scegliesse il padrino.

Lamartine ne pregò un cavaliere sud americano. Quel gentiluomo accettò e fu leale padrino e, dopo la ferita del Lamartine – che tenne una condotta generosa, ammirevole – offrì il banchetto di conciliazione.

Noi diciamo ai cavallereschi popoli del Sud America: seguite questa tradizione. Vi abbiamo esposte le nostre ragioni. Siateci serenamente, benevolmente padrini e giudici.

Giovanni Miceli

Fanfulla, 12/01/1924

NITTI CONTRO L'ITALIA La campagna di denigrazione

L' "Estado de São Paulo" riceve una corrispondenza da Roma, che costituisce non solo un'insidia alla buona fede dell'autorevole giornale paulistano, ma la conferma dei metodi di denigrazione contro l'Italia cari al sig. F. S. Nitti e ai suoi amici.

Noi siamo avversari di ogni violenza: non approviamo quella usata alla residenza del Nitti da un gruppo di esaltati. Insistiamo però nel ritenere semplicemente iniquo che si prenda l'occasione da un deplorable fatto di cronaca per fare l'apoteosi di un uomo nefasto e farla nelle colonne di un grande giornale straniero, la cui buona fede è evidentemente sorpresa, perché non si potrebbe spiegarsi come lo "Estado" che ha un così alto senso di fiera patriottica, possa accettare la difesa di un uomo e di una politica antipatriottica e di metodi di gente che costantemente denigra all'estero la propria patria.

La corrispondenza di "Spectator" è intesa a sfruttare il fatto di cronaca per esaltare Nitti e far la "réclame" al suo prossimo libro scritto nel suo ritiro di Acquafredda "L'Europa in pericolo – che farà l'America".

"Spectator" dice del Nitti "che accolse con serenità filosofica l'istituzione del nuovo regime". "Spectator" non ha visto bene o ha visto tardi e da lontano. Il Nitti fece di più che "accogliere serenamente" il nuovo regime fascista. Fece molto di più. Simulò il compiacimento, scrisse che il fascismo attuava le sue idee! Al tempo stesso continuò nelle colonne dei giornali stranieri la sistematica denigrazione. E qui si vede come nel Nitti più forte dell'ingegno, sia il bisogno della maldicenza. Egli si illude che le sue insinuazioni, i suoi libelli possano passare inosservati a chi ha interesse e anche dovere di seguirli.

Ora noi domandiamo all'autorevole giornale paulistano: - Se uno degli uomini politici più in vista del Brasile, trovandosi lontano dal potere, si esercitasse nella stampa europea a spargere insinuazioni e discredito contro la sua Patria e il suo governo, qual trattamento gli farebbe l'offeso patriottismo brasiliano e qual giudizio esprimerebbe lo stesso "Estado"?

Nel principio dell'articolo di "Spectator" è la ragione dell'esaltazione del Nitti: l'ingegno. Lo scrittore è preso da nobile entusiasmo latino davanti al grande ingegno di quest'uomo. E qui si presenta una questione preliminare che affrontiamo, anche a costo di essere accusati di mentalità in ritardo e di oscurantismo. L'affrontiamo più volentieri in questo nobile paese ospitale, perché ci pare che l'esaltazione dell'ingegno, a discapito della probità, possa farsi soltanto in un paese di giuntatori. Noi ammiriamo l'alto ingegno degli scrittori dell' "Estado", ma siamo sicuri che, più che dell'ingegno, essi sono fieri della loro qualità indiscussa di galantuomini e di gentiluomini.

Sarebbe più importante esaminare se in Nitti sia maggiore l'ingegno o la furberia.

Il Nitti cominciò la sua carriera attraverso il giornalismo. Rappresentava allora "l'amico di redazione". Forse neanche in Brasile il tipo deve essere sconosciuto. Con una "réclame" organizzata, il Nitti riuscì a farsi passare per un "giovane di belle speranze", per un futuro grand'uomo. La sua prima nomina accademica, quella di libero docente nell'università di Napoli – ove Giovanni Bovio dové sostenere un esame – la ebbe per favoritismo, col pretesto dell'art. 61 della Legge Casati, per la pubblicazione di un trattatello di economia politica. Del resto le convinzioni scientifiche di quest'uomo si possono valutare alla stregua di questo episodio. Nel suo trattatello di economia politica ad uso degli Istituti tecnici, il Nitti si dichiarava ostilissimo ai monopoli di Stato. Nel 1911 il Nitti, ministro in un gabinetto Giolitti, presentò e fece votare la legge sul monopolio delle pensioni. Si affrettò allora a fare una seconda edizione del suo trattatello, eliminandone le pagine di condanna dei monopoli.

Ma poiché “Spectator” segue a grandi linee la carriera politica del Nitti, dobbiamo alla nostra volta seguire la sua prosa per correggerne le inesattezze: “durante la guerra offrì i figli alla Patria...”.

Un figlio del Nitti è vero, si arruolò volontario, si batté con valore e fu fatto prigioniero. Ma, chiediamo noi, da quando in qua invece di difendere [manca testo] l’umana probitate? Se il figlio è stato un valoroso che merito ne ha il padre che, durante la guerra, è stato quasi un disfattista? Si rileggano i “notevoli discorsi” pronunciati da Nitti - compreso quello del prestito che fece diffondere il compiacente sottosegretario per la propaganda all’estero – e si constaterà che erano altrettante docce fredde sugli entusiasmi [manca testo] famosa missione agli Sta [manca testo] propaganda alla rovescia [manca testo] andava in giro per [manca testo] piagnucolando [manca testo] tollererebbe il Brasile, consentirebbe l’ “Estado” che uno statista brasiliano andasse in giro per l’Europa a piagnucolare screditando il suo paese?

E nell’ora in cui più s’imponessa la concordia nazionale fu opera di disfattismo e di sabotaggio prevedere la caduta del ministro Boselli, che infatti cadde per un disastro nazionale.

“Spectator” ci dice che Nitti divenne presidente del Consiglio e ministro dell’Interno. Non ci dice come.

Quando l’on. Orlando tornò a Roma, dopo l’inopportuno messaggio del Presidente Wilson, trovò nel popolo e nella Camera la più calda accoglienza al grido “Annessione! Annessione!”. Il patriottismo italiano fu esasperato non solo dalla sostanza della politica rinunziataria del Nitti, ma anche dal metodo e dalla forma. Le parole con le quali il Nitti dal banco del governo insorse contro la spedizione di Gabriele D’Annunzio a Fiume somigliarono assai più al turpiloquio di una lavandaia che al linguaggio di uno statista. L’annessione non vi fu e in un secondo ritorno da Parigi l’on. Orlando fu battuto alla Camera. Il voto della Camera significava dunque malcontento dell’Assemblea per la mancata soluzione della questione di Fiume, secondo le aspirazioni e i diritti dell’Italia. Il Nitti, che da quella situazione uscì Presidente del Consiglio, tradì il voto della Camera e non solo tradì, ma sconfessò la causa di Fiume.

La questione di Fiume è trattata da “Spectator” secondo il punto di vista del Nitti e accolti suoi - e questo è uno dei delitti che noi rimproveriamo al ministro antitaliano -; è trattata con una leggerezza, che è in stridente contrasto con la serietà costante del grande organo paulistano.

“Spectator” scrive che si sono attribuite al Nitti due colpe: “quella di aver procurato di far rispettare gli obblighi internazionali assunti dall’Italia – e non da lui quando era al governo - e l’amnistia ai disertori”.

Evidentemente lo scrittore allude al Patto di Londra, ma dimentica che nel 1910, durante la Conferenza di Parigi, quel solenne documento era diventato nullo: 1 - perchè il Presidente Wilson aveva dichiarato di non volerlo riconoscere; 2 - perchè gli alleati lo avevano violato, negandoci la costa italiana della Dalmazia e Sebenico, che il Patto di Londra ci riconosceva; 3 - gli stessi alleati avevano dimostrato di avere dei trattati internazionali la stessa opinione del cancelliere germanico Bethmann Hollweg: “Chiffon de papier”...perchè, in assenza dei delegati italiani on. Orlando, Sonnino, Salandra, Barzilai e Salvago Raggi, avevano stracciato ai danni dell’Italia il Patto di San Giovanni di Moriana.

I patrioti italiani non violarono dunque alcun obbligo internazionale e la spedizione di Gabriele d’Annunzio arrivò appena in tempo a impedire lo sbarco dei poliziotti maltesi dell’Inghilterra, che dovevano consegnare Fiume agli jugoslavi.

Gli on. Salamandra e Sonnino non avevano potuto reclamare nel Patto di Londra l’annessione di Fiume per l’opposizione della Russia, grande protettrice del mondo slavo. Ma dal 1915 al 1918 la situazione era profondamente mutata. La Russia con la pace di Brest-Litowski, aveva rinunciato alla sua missione. L’Italia aveva dovuto sostenere, anche pel mancato concorso serbo e la catastrofe rumena, una guerra assai più lunga, uno sforzo assai maggiore, col

conseguente maggiore sacrificio di uomini e di miliardi.

Un altro fatto nuovo era sopraggiunto, d'importanza decisiva dal punto di vista del Diritto internazionale: il plebiscito di Fiume del 29 ottobre 1918.

Il Presidente Wilson, nei suoi famosi quattordici punti, aveva ammesso il principio dell'auto-decisione, che non era che la riproduzione del vecchio principio giuridico della sovranità popolare, del diritto dei popoli a disporre dei loro destini.

Il popolo di Fiume, richiamandosi alla massima del Presidente e portandone in trionfo processionalmente il ritratto, aveva decretata l'annessione all'Italia.

Anche se il Patto di Londra fosse stato in vigore – ed abbiamo dimostrato che non lo era – il plebiscito di Fiume avrebbe dovuto prevalere come affermazione diretta della sovranità popolare, che è di sua natura imprescrittibile ed inalienabile.

Veda dunque l'autorevole confratello paulista quanto male a proposito il suo "Spectator" si riferisce a "obblighi internazionali", che Nitti non ebbe necessità di difendere, perchè nessuno dei patrioti italiani, che egli combattè fieramente, - e tanto meno Gabriele d'Annunzio – tentò di violare.

Il patriottismo fu esasperato non solo dalla sostanza della politica rinunziataria del Nitti, ma anche dal metodo e dalla forma. Le parole con le quali il Nitti dal banco del governo insorse contro la spedizione di Gabriele d'Annunzio a Fiume, somigliarono assai più al turpiloquio di una lavandaia che al linguaggio di uno statista.

E veniamo all'amnistia ai disertori. Non facciamo la discussione teorica se era opportuno largire un'amnistia o far usare al sovrano anche abbondantemente del suo diritto di grazia. Domandiamo soltanto a "Spectator", ai nostri egregi colleghi dell'"Estado", che sono dei gentiluomini, se si doveva rilasciare ai disertori il congedo militare con la dichiarazione di aver servito con "fedeltà ed onore"? Se questo non fu un turpe oltraggio ai nostri milioni di combattenti, di feriti, di mutilati, ai nostri seicento cinquantamila morti e alle loro famiglie superstiti?

Preghiamo poi "Spectator" di ricordare che la violenza, che oggi noi deploriamo come lui, fu introdotta dai socialisti sotto la protezione del primo ministro Nitti.

Basta ricordare la lotta elettorale del 1919. Nei pubblici comizii, nelle piazze, socialisti e disfattisti gridavano "Abbasso l'Italia, Abbasso la Patria!" alla presenza di plotoni di carabinieri immobili.

Quando dall'altra parte si gridava "Viva l'Italia" quei plotoni di carabinieri erano lanciati a sciogliere a pugni i gruppi di giovani patrioti, percotendo perfino ufficiali in divisa, perfino mutilati.

E quelle elezioni, dirette da Nitti, portarono alla Camera con doppia votazione Misiano, il disertore codardo.

Spesso la bandiera italiana, il nostro glorioso tricolore fu lacerato da turbe di fanatici, alle quali Nitti assicurava l'impunità.

È noto il disordine morale e politico che devastò l'Italia, consule Nitti, con gli scioperi generali politici più capricciosi, con il capriccioso disservizio ferroviario.

Non credano "Spectator" e gli egregi colleghi dell'"Estado" che abbiamo aspettato di trovarci all'estero per dire chiaro quel che pensiamo del sig. F. S. Nitti.

Queste cose gli rimproverammo quando egli era primo ministro nei pubblici comizii e nella stampa e sotto il regime di questo preteso maestro di libertà avemmo spesso i nostri articoli censurati.

Gli domandammo pure come in un paese i cui uomini di governo hanno una tradizione di fiera, gloriosa povertà, come avesse fatto egli, Nitti, notoriamente nullatenente venti anni prima, e senza essere nè industriale, nè commerciante a dichiarare alla verifica fiscale il possesso di dodici milioni?

E la nostra domanda, più volte rinnovata, rimase senza risposta.

Per tutto questo noi, che sosteniamo che non basta l'ingegno, privo di probità ad assicurare diritto di cittadinanza fra la gente per bene, neghiamo questo diritto al sig. F. S. Nitti.

Noi benedicemmo e benediciamo il fascismo che ha fatta uscire l'Italia dallo stato di disordine morale e politico, nel quale Nitti l'aveva gittata.

Deploriamo la violenza, ma riteniamo il fatto che F. S. Nitti, lasciando il romitaggio di Acquafredda, tenti di rientrare nella politica e scriva libri e articoli di giornali col veleno di cui è satura la sua anima malvagia, costituisce una grave provocazione.

Giovanni Miceli

Fanfulla, 17/07/1925

La crisi spirituale

I gravi fatti di Firenze ed il manifesto delle opposizioni aventiniane contro la sentenza assolutoria emessa dalla Commissione giudiziaria del Senato nei riguardi del generale De Bono – una specie di appello al supremo tribunale della pubblica opinione – sono indici di una situazione e di uno stato d'animo che vanno studiati, analizzati e commentati. Poiché l'importanza e la gravità di questi due episodi della nostra vita pubblica non sta nell'uso e nell'abuso della violenza fisica e verbale che li ha caratterizzati, ma nell'offesa arrecata, in tutti i due casi, alla maestà della legge, interpretata ed applicata dai suoi naturali cultori.

A Firenze, è una ordinanza del tribunale che origina una aggressione ed un doloroso episodio di lotta di parte; a Roma, è la protesta aventiniana che investe l'autorità dell'Alta Corte, ed insinua il sospetto della parzialità del suo giudizio.

Nei due casi, è l'alto magistero della Giustizia – la più alta e la più gelosa conquista della civiltà dei nostri giorni – che esce diminuito e ludibriato dal conflitto delle passioni e degli interessi partigiani.

Non riteniamo nè conveniente, nè opportuno, scendere ad un esame particolareggiato dei due episodi; chi ci legge può e deve, con la propria facoltà di discernimento, sceverare le ragioni dai torti, concedere o negare, alle due parti in conflitto, le attenuanti e le aggravanti.

Sviscerare le origini dalle quali scaturirono tali effetti dolorosi, non è possibile senza evitare delle constatazioni sulle quali il giudizio dello studioso e del ricercatore diverge a seconda dei suoi intimi convincimenti e delle sue peculiari concezioni politiche. Ora, noi siamo convinti che in terra straniera gli italiani debbono astenersi con ogni cura da ogni discussione che possa dividerli; noi riteniamo che sia colpa attentare in nome di idealità o di interessi partitari – qualunque essi siano alla stregua delle attuali contingenze politiche – all'unità morale e spirituale delle nostre collettività di emigrati.

Disinteressiamoci, quindi, delle cause e delle responsabilità che esse emanano nei riguardi di uomini e partiti, ed occupiamoci, invece, degli effetti dolorosi che i due episodi odierni sono fatalmente destinati ad avere nei riguardi di quanto abbiamo di più caro e di più sacro: della Patria.

Quando un popolo dubita, a ragione od a torto, dell'Amministrazione della Giustizia, e nel suo animo si insinua, attraverso il veleno della passione partigiana, l'atroce sospetto che la magistratura, togata o non togata, trasformi il suo magistero in una arma di difesa di speciali interessi di classe o di partito, questo popolo attraversa una pericolosa crisi spirituale che può, nei suoi sviluppi, attentare alla stessa sua salda compagine nazionale.

Perché la più gelosa caratteristica della comunione nazionale – più salda, forse, e più sacra dei confini naturali, delle uniformità etniche, del patrimonio storico e culturale – è l'amministrazione della Giustizia. Il dovere più elementare dello Stato verso i suoi amministrati – dovere, poi, che si compendia nella salvaguardia della vita e degli averi di tutti i cittadini – è quello della più scrupolosa ed imparziale applicazione delle leggi. Il vincolo spirituale e materiale più saldo che intercede tra il cittadino e la terra natale, è l'innata, profonda e salda credenza che all'ombra delle leggi patrie è la sicurezza, la difesa, la tutela del proprio buon diritto; del proprio e giusto interesse. Qualora nel nostro cervello e nella nostra anima prevalgano la convinzione e la certezza che le leggi della patria nostra, snaturate da una interpretazione partigiana, non tutelino, ma insidino il nostro diritto ed il nostro interesse individuale o di classe, a beneficio di altri individui o di altre classi, noi sentiamo l'innato affetto per la Patria, - in tutto uguale all'amore che nutrimmo per nostra madre – intiepidirsi e raffreddarsi come l'affetto filiale di coloro ai quali la natura madrigna riservò il

supremo dolore di sentirsi estranei sotto il tetto paterno o di vedersi detronizzati nel cuore della propria madre.

Gli episodi odierni rivelano tutta la profonda crisi che travaglia l'anima del nostro popolo, nella sua più antica, più salda e più pura fede: nella sua santa credenza nell'imparzialità della Giustizia e nel mai smentito spirito di uguaglianza delle nostre leggi.

Da italiani che amano la propria Patria al di fuori ed al disopra di ogni considerazione partigiana, di ogni interesse settario; da italiani immuni da ogni debolezza e da ogni idolatria verso gli uomini ed i partiti – gli uomini ed i partiti non sono che i temporanei e occasionali esponenti di uno speciale stato d'animo della collettività, mentre la Patria è immortale nella sua gloria e nella sua grandezza – noi ci auguriamo che il popolo nostro superi la difficile e dolorosa crisi spirituale che oggi attraversa e ritrovi, più pura, più salda, più vivida la sua antica e bella fede nella Giustizia.

Quel giorno, i dolorosi episodi odierni di Firenze e la violenza di linguaggio del manifesto aventiniano non soltanto non saranno più possibili, ma non avranno più ragione di essere.

Fanfulla, 13/09/1926

Pericolosamente vivere

Pericolosamente vivere. È questo il motto che si è scelto Benito Mussolini, assumendo le pesanti responsabilità del governo di una Italia agitata dalle passioni politiche, ma avida di rinnovamento.

E in questo motto vi è realmente l'uomo che, per la fortuna d'Italia, tiene nel suo forte pugno i destini della nazione e il momento storico che egli rappresenta.

Non si abbatte un regime, nel quale hanno imperato il compromesso, la transigenza, l'equivoco, l'intrigo, il disprezzo più assoluto per i più alti interessi della nazione, senza scavare solchi profondi di odii e di rancori.

Non si scacciano a frustate, dal tempio, i mercatanti e i farisei senza che Giuda stenda la mano, nell'ombra, per raccogliere i trenta denari. Non si porta una nazione ai fastigi della gloria, della forza, della potenza, senza che Iago internazionale parli ai fuorusciti, della libertà uccisa, della tirannia che bisogna sopprimere, e armi la mano dei poveri di spirito e dei violenti irresponsabili.

Mussolini, portato dalla sua natura ardente alla battaglia, anche quando batteva, solo, le vie del mondo, in attesa che il destino lo chiamasse a compiere un'opera di redenzione nazionale, sapeva quali terribili battaglie avrebbe dovuto affrontare, all'indomani della trionfale Marcia su Roma.

Dal giorno in cui si era assunto la gran responsabilità di risanare la vita politica del paese, e di portare l'Italia sulla via della grandezza e della potenza, stroncando clientele, abbattendo falsi idoli, vietando illeciti mercati, cominciava per lui non solo una vita di lotte, ma una vita di pericoli.

A ogni svolta della sua via vi sarebbe stata la viltà e la follia in agguato; l'incerto della battaglia.

Perché non vi è difesa contro la mano che si stende nell'ombra per colpire.

Ma la visione di questo incerto della battaglia non ha mai turbato, né poteva turbare Benito Mussolini.

La sua anima intrepida di condottiero non era fatta per lasciarsi impressionare dall'insidia vigile di Iago e di Giuda; né la intensità e l'ampiezza dell'aspra battaglia impegnata, per il rinnovamento della Patria gli permettevano di distrarre il suo pensiero per parare la minaccia dei piccoli uomini, degli incoscienti e dei senza patria, gravitante intorno a lui.

I numi tutelari della Patria però vegliavano su chi, incurante di ogni pericolo, rimaneva intento a portare a termine la gigantesca opera della sua ricostruzione.

Oggi, per la terza volta, dal giorno in cui è asceso al potere, Benito Mussolini esce illeso da un attentato alla sua vita.

Stranezze del caso, miracolo? Volontà del Destino, perché Mussolini, in questo momento è l'Italia rinnovata dal sacrificio e fortificata dalla sua volontà, che tende con tutte le sue forze a riconquistare il posto che le spetta nel mondo.

L'Italia non può perire. Essa ha, ancora, una grande missione da compiere nel mondo!

Fanfulla, 14/04/1927

La valorizzazione della lira

È così favorevolmente impressionante che non va passato sotto silenzio, quantunque, in materia, il miglior commento sia rappresentato dalle cose e dagli avvenimenti.

Quando incominciò a delinearsi il primo movimento di valorizzazione, da coloro che amano la poco lieta funzione di profeti di sventura, si disse: è un fenomeno di tecnica dei cambi ed è uno sforzo al quale il governo non potrà durare a lungo. Poiché si saranno esaurite le riserve gettate sul mercato per tenere alta, a scopi politici, la moneta, la realtà riprenderà il suo corso e la lira non potrà sottrarsi alla sorte delle altre monete. È fatale, ed in materia di cambi non si fanno miracoli!

Il discorso di colore oscuro era fatto circa dieci mesi fa. Da allora ad oggi che cosa è avvenuto? La realtà ha ripreso sì il suo corso per tutte le monete e noi abbiamo assistito alle tragiche preoccupazioni dei governi in cerca non della stabilizzazione, che è un'altra cosa e non può essere sempre una buona cosa, ma in cerca della tranquillità indispensabile alla economia dei popoli, ma abbiamo altresì assistito ad una progressiva valorizzazione della lira italiana.

Le quotazioni di borsa non sono illusioni e se rispondono ad un movimento fittizio, non durano veramente oltre lo spazio della finzione: in dieci mesi la sterlina dalla quotazione di 152 è discesa a 98, nei riguardi della lira, mentre nei riguardi del franco non è andata al di sotto di 124.

Miracolo? Purtroppo Iddio non ha scelto la moneta a materia della sua onnipotenza! La continua progressiva favorevolmente impressionante valorizzazione della lira ha le sue ragioni e le sue spiegazioni, come ogni fenomeno economico, nella economia stessa oltre che nella politica generale.

Per quello che si riferisce alla politica generale dell'Italia essa trova nella sua valorizzazione la sua approvazione. Politica di avventura, di minaccia, di inconsistenza internazionale, di pericoli continui?

Sarebbe la prima volta da quando si osserva la interdipendenza delle sue manifestazioni politiche, che si inverte la proporzione.

Ad una politica di avventura, di minaccia, di inconsistenza internazionale, di pericoli continui dovrebbe corrispondere una oscillazione spaventosa dei cambi con una fortissima tendenza al ribasso della moneta del paese che fa quella politica.

Le quotazioni dicono invece l'opposto. Poiché la valorizzazione della moneta è subordinata anche alla fiducia che ispira la politica generale di una Nazione, se la moneta italiana ha continuato progressivamente a migliorare, vuol dire che, oltre le chiacchiere dei giornali dai vari colori sparsi pel mondo, i quali ritengono di giudicare e mandare (?), la politica generale dell'Italia è tale da godere la fiducia degli altri.

La politica generale però non basta. Perché la fiducia internazionale giuochi tutta la sua influenza nel campo della valorizzazione monetaria, essa ha bisogno di trovare i suoi elementi nella specifica materia della politica economica.

È precisamente in questo senso che il miglioramento della lira trova la sua spiegazione. Esso significa la evidente incontrastata conferma che la politica economica dell'Italia è stata impostata nel solo modo perché non fallisse allo scopo. Che altro si proponeva infatti se non di rivalutare la lira, in un momento nel quale la fatalità sembrava prendere nelle sue spire tutte le monete dei paesi che avevano fatta la guerra, e rivalutatala, tenerla in alto e portarla ancora più in alto?

La prova sembra bene riuscita. Dal giorno nel quale il governo italiano, dopo aver voluta la

fusione del diritto di emissione nella Banca d'Italia, destinata a governare da sola la moneta, consegnò a questa 30 milioni di dollari per aumentare le sue riserve, ritirando due miliardi e mezzo di circolazione per conto dello Stato, il problema della circolazione fu affrontato nella sua pienezza, ma anche nella sua realtà di cauta e progressiva deflazione, che tiene conto di tutti i fenomeni collaterali, compresi quelli fatalmente conseguenti ad ogni crisi monetaria, quelli cioè di tesaurizzazione e di rallentamento della circolazione.

Da quel giorno ha avuto principio la nuova politica economica dell'Italia. Essa ha riscosso la fiducia del popolo italiano come lo ha dimostrato l'ultimo prestito che ha favorito il consolidamento da parte del Tesoro del suo debito fluttuante, risolvendo un problema che ogni nazione ha dovuto e deve affrontare come una delle caratteristiche della propria economia e della propria situazione interna. Ha riscosso e riscuote la fiducia internazionale come ha dimostrato e dimostra la progressiva valorizzazione della lira.

Dove si fermerà, che cosa potrà portare? Prematuro dirlo, senza una adeguata valutazione di tutti gli elementi. Il Ministro Volpi in una dichiarazione fatta al "Financial Times" or non è molto, ha detto: "È mio programma di procedere lentamente e metodicamente, sorvegliando il bilancio dello Stato e la bilancia del commercio, sulla via della deflazione con molta cautela, così da mantenere un certo grado di elasticità, e di parlare di stabilizzazione soltanto quando sia giunto il momento per la sua attuazione: vale a dire quando noi potremo intraprenderla con assoluta sicurezza".

Se nelle parole del Ministro Volpi c'è un programma, il pubblico può ben attendere fiducioso.

f.r.

Fanfulla, 01/08/1928

Le scuole italiane e il nazionalismo brasiliano

Mi rivolgo, soprattutto, agli egregi colleghi dell' "Estado", "Diario Nacional" e "Diario da Noite" che per primi hanno aperto la discussione sulle recenti dichiarazioni dell'on. Mussolini a proposito delle scuole italiane all'Estero.

Cavallereschi nel senso più ampio della parola, essi non potranno fare a meno di riconoscere che se le loro asserzioni sono rispettabilissime dal punto di vista nazionalistico sono altresì in contrasto colla realtà della situazione.

Innanzi tutto cercherò di dimostrare che il Governo Italiano non si è mai sognato di offendere la sovranità nazionale dei paesi che come il Brasile hanno con esso soltanto vincoli di fratellanza e la cui amicizia tradizionale e solida non potrà essere turbata da nessun malinteso. In seguito mi ingegnerò di far comprendere che certe considerazioni anche se ispirate da un superiore spirito di tutela dei principi nazionali cozzano colla pratica.

Lo dimostrerò rapidamente.

Le recenti disposizioni del governo italiano per quanto si riferisce alla scuola riguardano, in primissima linea, i paesi di frontiera ove l'emigrazione dei piccoli italiani è stata ingente negli anni del dopo guerra. L'Italia ha stipulato colla Francia e colla Svizzera nel 1919 e colla Germania nel 1922 accordi e trattati di lavoro in virtù dei quali è obbligatoria nelle agglomerazioni degli emigrati la scuola italiana. Di recente, nonostante i rumori di buona parte della stampa parigina e l'opposizione accanita di parecchi deputati, il governo francese, facendo onore agli impegni assunti, ha dovuto aumentare il numero delle scuole italiane nelle colonie del Mediterraneo. S'intende, quindi, che il governo italiano pensi e con giusta ragione a servirsi di un diritto ch'egli gode grazie ai trattati.

Per i paesi transoceanici l'affare cambia completamente.

Ma Mussolini – diranno gli egregi colleghi brasiliani – raccomanda a tutti gl'italiani emigrati, epperò anche a quelli residenti in Brasile, di mandare i loro figli alla scuola italiana. – D'accordo. Ma dove sono queste scuole, domando io? Ne esistono, in tutto, compreso l'Istituto Medio, sette o otto e vi assicuro che la loro vita è tutt'altro che lieta. Nel 1902 – secondo una statistica del tempo – erano 92 con un effettivo di circa 16 mila alunni. Dieci anni dopo erano scese a 70 con meno di diecimila alunni. Ora sono quelle che sono; e gli alunni raggiungeranno, sì e no, i duemila. Giova ricordare, inoltre, che in seguito alla riforma introdotta dalla presidenza Washington, il sistema d'insegnamento ha subito una trasformazione quasi radicale. Quel po' d'italiano che s'insegna è soverchiato dalle materie in lingua portoghese rigorosamente imposte dall'autorità scolastica che, certo, e i colleghi potranno accertarsene quando lo vogliono, non è affatto tollerante.

Nella realtà, quindi, il quadro è ben diverso da quello prospettato. I pericoli dell'italianità si riducono a ben misere proporzioni. Potranno continuare a costituire un comodo diversivo polemico, ma quanto a pericolo, lasciamo andare. I tedeschi che sono ben lungi da noi come importanza numerica ed economica hanno più scuole di noi e parlano il tedesco più di quello che non facciamo noi colla nostra lingua. Persino i siriani, nelle dovute proporzioni, ci superano. Non parliamo della potente diffusione avvenuta in questi ultimi tempi della lingua inglese. Inutile aggiungere, poi, che la lingua e il libro francesi continuano a signoreggiare non soltanto tra le classi alte ma anche in quelle medie. In materia di diffusione della nostra lingua e del nostro libro in Brasile veniamo tranquillamente dopo...la Spagna. Eppure siamo la colonia più numerosa, la quale se possiede proprio l'ultimo posto nella battaglia per la conquista culturale in questo generoso paese ha la grande, immensa, formidabile consolazione di possedere la ...Banda Musicale 8° Bersaglieri coll'uniforme frusto!...

Ah, colleghi!

Francesco Pettinati

Fanfulla, 07/02/29

La “Questione Romana”

Il telegramma dell’Agenzia Havas che pubblichiamo in altre parti del giornale è, forse, nella sua laconicità, il primo che è destinato a coglier nel segno nella ridda quasi fantastica di telegrammi che da oltre un mese pubblichiamo sulla più o meno imminente soluzione della Questione Romana.

Rileggano i lettori la seconda parte del telegramma dell’Agenzia francese: “...secondo altre informazioni attendibilissime, la sovranità che verrebbe riconosciuta al Pontefice avrebbe carattere molto più religioso e spirituale che non propriamente temporale”.

Noi non dubitiamo che questa affermazione calmerà le preoccupazioni di tutti coloro che, con la diffusione dei cento telegrammi dell’ “United Press”, ogni giorno contrastantisi, avranno finito col dubitare che l’on. Mussolini avrebbe infranto l’integrità del ruolo della Patria, consacrato dal martirio di tutto il nostro Risorgimento.

L’Italia è una e Roma è sua capitale intangibile: l’Italia sarà una e Roma rimarrà l’intatta sua capitale anche dopo che i plenipotenziari del Papa e del Re avranno posto la loro firma all’accordo.

Non poteva un Governo, che in sette anni ha dato prove continue di potenziamento della realtà e della vitalità della Patria fare un affronto alla storia creando, sia pure nella minuscola espressione territoriale, uno Stato antagonico allo Stato italiano.

Né il Pontefice, che ha dato prove costanti di una affettuosa e devota benevolenza verso l’Italia, lo avrebbe permesso.

Se una sovranità sarà dunque dal Papa nuovamente esercitata in una minuscola striscia di territorio che avvolge i Sacri Palazzi Apostolici, essa sarà una sovranità che avrà carattere più spirituale e religioso che non temporale.

Non vediamo, infatti, al punto in cui sono le cose, su quali basi si sarebbe addivenuti alla organizzazione di un vero e proprio Stato pontificio sul tipo di quello preesistente alla Breccia di Porta Pia. Noi ricordiamo, in proposito, che ogni anno l’ “Osservatore Romano”, in occasione del XX Settembre, aveva cura di ricordare, in un modo o nell’altro, l’esistenza della “Questione Romana”.

Nell’ultimo anno – se non erriamo – la solita nota fu sostituita da un normale articolo del direttore, il quale prese la mossa da recenti polemiche e pubblicazioni per fissare il pensiero della Santa Sede. E l’articolo fu notevole per il tono conciliante assai accentuato.

L’ “Osservatore” riconobbe che ora la più serena atmosfera spirituale rendeva possibile “il desiderio di una benefica composizione rispondente a una giusta e nobile aspirazione religiosa, non solo, ma patria e civile”.

Ciò posto, la facilità o la difficoltà della soluzione della “Questione Romana” dipende da una pregiudiziale. Se nei reclami della Santa Sede si riconosce che essa esige una garanzia realmente necessaria alla “piena e palese libertà ed indipendenza della sua missione”, la questione è già implicitamente risolta, e la questione dei mezzi per concretare tale soluzione, per quanto ardua, non diventa che una questione subordinata.

Se, invece, non si è persuasi che le garanzie invocate dalla Santa Sede rappresentino per lei una vera necessità, allora è naturale che contro la soluzione della “Questione romana” risorgano tutti i vecchi pregiudizi, a cominciare da quelli del vecchio liberalismo.

Che quella necessità realmente esista per la Chiesa è stato provato dalle affermazioni concordi dei cinque ultimi pontificati, affermazioni la cui giustificazione non può mettersi in dubbio, perché la sola Chiesa è giudice di ciò che le necessita per l’esercizio del suo divino mandato.

Si è osservato che dal 1870 in poi la Chiesa, pure attraversando tempi assai fortunati, riuscì ad esercitare la sua piena attività ed a raggiungere un prestigio morale rare volte nella sua storia

millenaria verificatosi: ed a questa osservazione chi era o si sentirà più vicino al Vaticano osservava che, enumerando le meritorie fatiche che la Santa Sede ha continuato e continua a sostenere, ha avuto molti campi preclusi ed ha dovuto rinunciare a molte benefiche aspirazioni.

Non spetta a noi giudicare oggi se e da quale parte vi sia esagerazione nelle due affermazioni. A noi basta che sia posta bene in chiaro l'evidenza di un errore che troppo spesso si è affermato e si è sostenuto: che, cioè, il perpetuarsi del conflitto fra Stato e Chiesa riesca utile all'uno ed all'altra, utile all'uno per non dover modificare comunque lo "statu quo", utile all'altra per comprovare in faccia al mondo la propria libertà ed indipendenza. Questa opinione che, se accettata, porterebbe gravissime conseguenze morali e politiche e che, mentre vorrebbe essere accorta nel suo semplicismo, non è che impotente nella sua inconscienza, è semplicemente paradossale. Diremo solo che nessun conflitto valse mai i vantaggi della pace, nessun contrasto fu mai eretto in normale condizione di vita sociale.

Non v'è dubbio, ormai, - e la nessuna smentita per parte del Vaticano alle molte voci che circolano da oltre un mese all'Esterò ne è la prova più evidente - non v'è dubbio, cioè, che la necessità di rinnovate garanzie per la missione della Chiesa nel mondo, e la necessità di uscire dalla morte di una situazione che da troppo tempo si protrae, sono state riconosciute con uguale spirito e con uguale serenità dal Vaticano e dal Governo dell'on. Mussolini.

Questo dimostra come nel Vaticano il richiamo di quello di cui sente la mancanza non si irrigidisce più in una sterile ed irosa protesta, ma si accompagna al desiderio di una benefica composizione, rispondente a una giusta e nobile aspirazione non solo religiosa, ma patria e civile. Ciò è sommamente notevole, e si deve registrarlo come un nuovo sintomo di nuovi tempi.

Quale sia per essere la soluzione, quando suonerà l'ora della composizione del dissidio noi ancora, nonostante la ferraggine dei telegrammi diramati pel mondo dalla agenzia nordamericana, non sappiamo.

Certo è che, qualunque sia per essere, la soluzione sarà salutata con giubilo dagli Italiani e non potrà muovere offesa alla già gloriosa tradizione di fierezza e di forza della nostra Patria: questo, il Governo fascista non permetterebbe; come non permetterà forse che si continui a ricamare sulla cifra iperbolica del miliardo che è stata messa in giro.

La legge delle Guarentigie assegna alla Santa Sede la dotazione dell'annua rendita di lire 3 milioni e 225 mila, la quale fu dal Min. Sella messa a disposizione della S.S. col relativo certificato che il cardinale Antonelli, Segretario di Stato, si rifiutò di ricevere.

La somma di 3.225.000 lire non fu fissata a casaccio, ma è la stessa che nel bilancio romano figurava iscritta sotto il titolo: "Sagri Palazzi Apostolici, Santo Collegio, Congregazioni ecclesiastiche, Segreteria di Stato, ed Ordine diplomatico all'Esterò".

Con legge, poi, del 1° giugno 1873, per l'estensione a Roma della legge sulle corporazioni religiose e sull'asse ecclesiastico, lo Stato italiano, sulla considerazione che, se era nel suo potere di togliere la personalità giuridica alle case religiose esistenti nel Regno, non doveva alterare i rapporti tra il Pontefice e gli Ordini religiosi, in quanto avessero una esistenza in esteri Stati, assegnò alla Santa Sede, sui residui dei beni delle corporazioni sopprese in Roma, una rendita fino a 400 mila lire e per provvedere al mantenimento delle rappresentanze degli Ordini religiosi esistenti all'Esterò".

Se si addizionano insieme questi due assegni, si ha un totale di lire 3.625.000, che in ragione del 5 per cento d'interesse, rappresentano un capitale di circa 72 milioni.

Siamo dunque ben lontani dal miliardo, a cui ha potuto arrivare la sbrigliata fantasia dei nordamericani, abituati a giuocare con le più alte cifre, con la stessa disinvoltura degli astronomi nei loro calcoli.

Quanto al resto, non v'è che attendere.

r.b.

Estado de S. Paulo, 11/01/1924

CARAMULINA

Aplicada sobre ferimentos e machucaduras desinfecta e apressa a cicatrização. É também excelente gargarejo contra dores de garganta.

NITTI E O "FASCISMO"

"A Europa em perigo. Que fará a América?" — Como o anúncio da publicação dessa obra foi recebido pelos "fascistas" romanos

Francisco Xavier Nitti não é um desconhecido, na Itália e no estrangeiro. Analista lince da ciência das Finanças da Universidade de Nápoles; autor de inúmeras publicações, algumas das quais apreciabilíssimas e traduzidas em vários idiomas; jornalista valeroso; deputado, sempre eleito com votações pluriplacitárias desde 1904; ministro da Agricultura, com Giolitti; ministro do Tesouro, com Orlando; presidente do conselho e ministro do Interior, depois do armistício, prestou grandes serviços à Itália e à ciência. Durante a guerra, ofereceu os seus filhos à pátria, pronunciando discursos notáveis fora e dentro da Câmara, um dos quais, em 20 de Outubro de 1917, poucos dias antes do Caporetto, provocou a queda do gabinete Bonelli. Odeou o monopólio da Seguros do Estado e foi o autor da reforma eleitoral na base do sufrágio universal. Chefiando uma missão, da qual faziam parte Marconi e um príncipe da casa real, foi aos Estados Unidos pleitear os interesses da Itália, quando a guerra depauperava os recursos da sua pátria, conseguindo notáveis resultados. Trabalhador incansável, estudioso, orador convincente, escritor caustico, é, antes de tudo, um espírito positivo e realista, inimigo das frases académicas e do verbalismo sonoro e vazio. Os elementos da situação atibuem-lhe duas culpas: a de ter procurado fazer respeitar as obrigações internacionais assumidas pela Itália — e não por ella, quando o governo — nem relação a a Flumina, e a de ter propoisto a Câmara a anistia geral dos que não se apresentaram às fileiras, durante a guerra. De ambas as supostas culpas, o sr. Nitti é apenas o todo explatório. A questão de Flumina não foi criada por elle. O andorão Sonniuo, que tinha uma visão especial acerca dos resultados da grande guerra, havia já mandado aquella Italianissima cidade do Adriático; os srs. Orlando e Salandra não a subveram ou puderam reivindicar em Versalhes... Entretanto, Orlando e Salandra não são molestados, o que é justo, como de justiça seria reconhecer que Nitti, chefe do governo, foi conselheiro da "Fascistocracia" e legitimado, em Flumina, como depois fez Liononi, sem prejuizo da futura reivindicação daquele território nacional. O facto de que o próprio sr. Mussolini ainda não resolveu satisfazer o problema de Flumina, não justifica pleiteio de Nitti. Quanto à questão da Itália, principalmente, deixamos de milhares de Italianos residentes, ha muitos annos em países transoceânicos onde haviam constituído família e criado interesse economico. Importantes tambem para a mãe-patria, foi suggerida pela necessidade da pacificação social interna e da reivindicação pela Itália desses muitos milhares de seus filhos espalhados pelo mundo e que — uma vez considerados criminosos do desercção — seriam perdidos para sempre. De resto, é coisa geralmente admitida que foi um grave erro politico e economico a chamada obrigatoria de armas dos Italianos do além-oceano, quando na Itália, durante a guerra, muito longe das fronteiras onde se combatia, ficaram miliaes de dolo milhaes de arruinados, sem contar os favorecidos pelas licenças largamente concedidas, pelos governos anteriores ao do sr. Nitti, sob os

mais extravagantes pretextos. Em todo caso, a anistia foi aprovada, por grande maioria, pelas duas Camaras, e sancionada pelo rei, o que quer dizer que foi reconhecida oportuna. Essas maiorias parlamentares e o soberano não seriam, por acaso, tambem responsáveis por esta culpa, que se quer agora attribuir ao sr. Nitti exclusivamente?

Quaesquer que sejam as divergencias politicas entre o sr. Nitti e os triumphadores da revolução armada de 30 de Outubro de 1922, nada absolutamente justifica as violencias de que está sendo alvo o illustre estadista, que tambem acolhe com serenidade philosophica a implantação do novo regimen, cuja trajectoria ainda não está completa e ninguém pôde prever se que dará.

Esse proximo era gradus para instaurar um gravissimo attentado de que foi theatro Roma, o berço do direito e da liberdade, no dia 28 de Novembro ultimo: attentado não isolado, porque veio coroar uma longa serie de perseguicoes, de que tem sido alvo o sr. Nitti por parte de intolerantes partidarios do "fascismo". Poupamos ao leitor os portomonitores dessa serie e passamos a relatar, objectiva e imparcialmente, através de que publicamos os jornaes romanos de todos os matizes, o ultimo incidente. Nesse dia — resumimos do relatório da officina de policia de Roma — cerca de duzentos "fascistas", armados de bombas de mão, assaltaram a residencia do sr. Nitti, abrindo caminho com a explosão dessas petardas, pelas portas e janelas. Os invasores depararam, no primeiro andar do "villino", com dois filhos do sr. Nitti, aos quaes maltrataram, exigindo que lhes indicassem o paradeiro do seu progenitor; numa sala interna, a senhora Nitti, chorando, dabalda pela misericórdia, aos vândalos, que destruíram todos os moveis, alguns valiosissimos, e que tambem a queriam obrigar a dizer-lhes o lugar onde se achava seu marido. Nesse instante, enquanto o sr. Nitti se preparava para descer do segundo andar, e já nada mais havia que destruir, a não ser um grande espelho de Veniza, chegaram vinte carabinieri, que, a muito custo, conseguiram afastar os assaltantes. Um instant, na presença dos mesmos carabinieri e da senhora Nitti, puxou o revolver e alvejou o grande espelho com tiro certeiro, matando, depois, com os seus companheiros, em direcção da praça Colonna. Depois de clamorosa manifestação de regozijo, pela "victoria", dispersaram-se.

Bra de separar que os organos do "fascismo" procuram sem repelle a sua solidariedade com os assaltantes e justificam, de qualquer maneira, a ausencia das autoridades, que tambem haviam sido advertidas em tempo de que se preparava. Pelo contrario, o "Corriere Italiano", organo "fascista" exalta a "audaciosa façanha" de 200 pessoas contra uma casa indefesa, em que se achava um homem inermes com algumas senhoras. Por seu lado, a "Idéia Nacional", organo do ministro das Colónias, ameaça novas lutas civis, em nome do "fascismo", disposto a adoptar "os antigos methodos, explicitos e necessarios". E por que isso? Porque o sr. Nitti — é a mesma folha que o diz — annuncia a proxima publicação de um novo livro: "A Europa em perigo. Que fará a América?" Neste livro, que foi

escripto no seu retiro de Acquafredda, o sr. Nitti — accrescenta propheticamente a "Idéia Nacional" — faz um quadro pessimista da situação da Itália, considerando a peiorada de ha um anno a esta parte, dulciza do ponto de vista economico.

A primeira noticia da publicação desse livro foi dada, no dia 27 do Novembro, pela "Chicago Tribune" — edição parisiense. O seu conteúdo é, pela ainda desconhecida. Como a "Idéia Nacional" pôde, "a priori", julgar a nova obra do sr. Nitti? Já mesmo admitindo que esta contenha algumas apreciações de que os "fascistas" não possam gostar, que direito têm elles de refutar o pensamento de um escriptor com bombas de mão e outras violencias? O grande merito, que até os seus adversarios politicos (sem reconhecer ao sr. Mussolini, foi o de não ter superfluido, pelo insumo formalmente, as liberdades de pensamento e de imprensa e de não ter suspenso as garantias constitucionales. Ividentemente o sr. Mussolini, embora contrariado de boas intenções, está sendo forçado pelas forças partidarias que o sustentam a permittir tolerar actos que não se justificam, uma vez que o Estado "fascista" se considera poderosamente consolidado.

Se um facto que o governo nada tem feito para repeller, de si a accusação de cumplicidade na violencia commettida contra o sr. Nitti, a "Voz Republicana" denuncia abertamente essa cumplicidade, dizendo que a municipalidade da praça Colonna foi chefiada pelo secretario politico do "fascio" de Roma, sr. Polverelli, pessoa muito chegada do presidente do conselho. O sr. Polverelli, em communicação aos jornaes, procura attenuar a sua responsabilidade, mas não desmente o facto. Na Câmara, o presidente De Nicola, dizendo interpretar o pensamento de todos e cada, depozou "a grave ofensa, que vem perturbar a paz e a tranquillidade do país e violar os direitos dos membros do Parlamento". Mas o ministro do Interior, que estava presente, não disse palavra, como de praxe, para se assellar a explosão, em nome do governo. Este limita a sua acção apenas a visita formal de um funcionario, a casa do sr. Nitti, para verificar os danos materiaes.

Os outros jornaes da Roma d'algumas a situação politica por compromissos diversos, limitam-se a publicar a versão da officina de policia. O "Mondo", depois de relatar os acontecimentos, pelos quaes responsabilis tambem os organos governamentais e o proficito da provincia, faz o seguinte commentario:

"O episodio de fria e premeditada violencia que se desenrolou, hontem, na capital do reino, nos humilha e nos afflige profundamente, como cidadãos da Itália, que não podem assistir, sem intensa commiseracao, ao inaudito monespreco que attingiu, sob os olhos das autoridades impassiveis e expectadoras, a porção cumplicio, o patrimonio mais commun a todos, elepntar da nossa vida civil. Scenas como estas deshonram um país civilizado."

O "Giornale d'Italia", depois de ter lembrado a sua constante adversão ao "nittismo", protesta contra a violencia soffrida pelo sr. Nitti "porque — diz — no estrangelho não se deixará de descrever o assalto a casa do Nitti como, uma prova de que a nova ordem de coisas precisa sustentar-se pela violencia, e, só o ponto de vista interno, não vemos necessidade de alguma de um retorno revolucionario do "fascismo". Uma vez que toda a politica do presidente do conselho parece inspirada no criterio de restabelecer o imperio da lei, os mesmos "fascistas" deveriam facilitar a obra do sr. Mussolini, ao invés de criar-lhe embarracos."

E' o que todos esperam, na Itália, para se conseguir a verdadeira paz interna.

Roma, 28 de Novembro.

Spectator.

CLICHÉS A OFFICINA DE ESTADO DE S. PAULO EXCORTA QUALQUER CLICHÉ COM PREZESA E PERFEIÇÃO